



**Universidade do Estado do Rio De Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

José Rodolfo Santos da Silveira

**Projeto ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo  
conservador e ultraneoliberal no Brasil**

Rio de Janeiro

2022

José Rodolfo Santos da Silveira

**Projeto ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador  
e ultraneoliberal no Brasil**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elaine Rossetti Behring

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

S587 Silveira, José Rodolfo Santos da.  
Projeto ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil / José Rodolfo Santos da Silveira .  
– 2022.  
384 f.

Orientadora: Elaine Rossetti Behring.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Faculdade de Serviço Social.

1. Serviço Social – Teses. 2. Conservantismo – Teses. 3. Neoliberalismo – Teses. I. Behring, Elaine Rossetti. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 36

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

José Rodolfo Santos da Silveira

**Projeto ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador  
e ultraneoliberal no Brasil**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 4 de novembro de 2022.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elaine Rossetti Behring (Orientadora)  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof. Dr. Maurílio Castro Mattos  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria de Vasconcelos  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivanete Salete Boschetti  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Demian Bezerra de Melo  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Leila Escorssim Netto  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2022

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a minhas duas filhas, Maria Flor e Ana Rosa, por permitir que o papai dispusesse de tempo precioso, que passaríamos juntos, para que eu cursasse o doutorado e construísse o trabalho de conclusão. Obrigado também por todos os sorrisos em meio à tormenta de ser pai, doutorando e sobrevivente a uma pandemia em um país dirigido por neofascistas.

À Ariana, minha companheira de jornada e primeira opinião, por toda paciência, carinho e energia despendida nesse tempo, sem você eu jamais conseguiria.

A minha orientadora Elaine Rossetti Behring, pela leitura atenta, pela tolerância e cuidado com que conduziu nosso processo de orientação acadêmica, sua condução foi muito importante para garantir sensibilidade e rigor teórico nas análises aqui apresentadas.

Aos meus pais, meus sogros, familiares e amigos pela compreensão com minha ausência em todo esse período de pesquisa.

Aos trabalhadores da Pró-Reitoria de políticas estudantis (PR7) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que estiveram comigo nos piores momentos, vocês seguraram a minha mão e consegui chegar até aqui.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro por permitir minha qualificação.

A todos os colegas do Grupo de Pesquisa do Orçamento das Políticas de Seguridade Social-GOPSS, pelas valorosas trocas e debates.

Aos colegas da turma de Doutorado 2018-1, nossa convivência e respeito foi parte importante desse momento da formação.

Aos Docentes que participaram de minhas bancas: Ana Vasconcelos, Ivanete Boschetti, Leila Escorssim Netto, Maurilio Mattos e Demiam Melo.

Aos Docentes do PPGSS que Ministraram Disciplinas ao longo da formação.

## RESUMO

SILVEIRA, José Rodolfo Santos da. **Projeto ético-político do Serviço Social frente ao liquidacionismo conservador e ultraneoliberal no Brasil**. 2022. 384 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

O presente trabalho destina-se a apresentar resultados da pesquisa sobre projetos societários conservadores e ultraneoliberais no Serviço Social na contemporaneidade. O trabalho aborda os desenvolvimentos do conservadorismo e do liberalismo ao longo da história da sociedade burguesa até os dias de hoje, com a emergência de um projeto neofascista, com participação de ultraneoliberais e conservadores no Brasil. Neste trabalho examinaremos as principais referências da propaganda ultraneoliberal e conservadora no interior da profissão de Serviço Social e sua defesa liquidacionista, no que tange ao projeto ético-político profissional. A pesquisa considera os múltiplos determinantes para o surgimento de agrupamentos identificados com os projetos societários regressivos e sua atuação como “contra públicos digitais no interior da profissão”. Para compreender essas determinações, realizaremos uma apresentação das origens do conservadorismo e do liberalismo, do neoliberalismo e do ultraneoliberalismo, as relações entre conservadorismo, reacionarismo, fascismo e neofascismo. Caracterizamos o projeto ético-político, sua gênese e a relação com a disputa por projetos societários no Brasil. Partindo dessas caracterizações, procedemos ao exame dos conteúdos veiculados por esses grupos na internet, suas articulações na profissão e no conjunto da sociedade.

Palavras-chave: Conservadorismo. Ultraneoliberalismo. Liquidacionismo. Serviço social. Projeto ético-político.

## ABSTRACT

SILVEIRA, José Rodolfo Santos da. **The ethical-political project of social work in the face of conservative and ultra-liberal liquidationism in Brazil**. 2022. 384 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

The present work is intended to present research results on conservative and ultra-neoliberal societal projects in Social Work in contemporary times. The work addresses the developments of conservatism and liberalism, throughout the history of bourgeois society to the present day with the emergence of a neo-fascist project, with the participation of ultra-neoliberals and conservatives in Brazil. In this work, we will examine the main references of ultra-neoliberal and conservative propaganda within the Social Work profession and its liquidationist defense, regarding the professional ethical-political project. The research considers the multiple determinants for the emergence of groups identified with regressive societal projects and their performance as “digital counter-publics within the profession”. To understand these determinations, we will present the origins of conservatism and liberalism, neoliberalism and ultraneoliberalism, the relationships between conservatism, reactionaryism, fascism and neofascism. We will characterize the ethical-political project, its genesis and the relationship with the dispute for corporate projects in Brazil. Based on these characterizations, we will proceed to an examination of the contents conveyed by these groups on the internet, their articulations in the profession and in society as a whole.

Keywords: Conservatism. Ultraneoliberalism. Liquidationism. Social work. Ethical-political project.

## RESUMEN

SILVEIRA, José Rodolfo Santos da. **El proyecto ético-político del trabajo social frente al liquidacionismo conservador y ultraliberal en Brasil**. 2022. 384 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Este trabajo tiene como objetivo presentar los resultados de la investigación sobre los proyectos de sociedad conservadores y ultraneoliberales en el Trabajo Social contemporáneo. La obra aborda la evolución del conservadurismo y el liberalismo a lo largo de la historia de la sociedad burguesa hasta la actualidad, con el surgimiento de un proyecto neofascista, con la participación de ultraneoliberales y conservadores en Brasil. En este trabajo examinaremos las principales referencias de la propaganda ultraneoliberal y conservadora dentro de la profesión del Servicio Social y su defensa liquidacionista, en relación al proyecto ético-político profesional. La investigación considera los múltiples determinantes de la aparición de agrupaciones identificadas con proyectos sociales regresivos y su acción como “contrapúblicos digitales dentro de la profesión”. Para entender estas determinaciones, realizaremos una presentación de los orígenes del conservadurismo y del liberalismo, del neoliberalismo y del ultraneoliberalismo, de las relaciones entre conservadurismo, reaccionarismo, fascismo y neofascismo. Caracterizamos el proyecto ético-político, su génesis y la relación con la disputa por los proyectos de sociedad en Brasil. Partiendo de estas caracterizaciones, se procede al examen de los contenidos difundidos por estos grupos en internet, sus articulaciones en la profesión y en el conjunto de la sociedad.

Palabras clave: Conservadurismo. Ultraneoliberalismo. Liquidacionismo. Servicio social. Proyecto ético-político.



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Categorização das publicações do “Serviço Social Libertário” na sua página do Facebook. Brasil, 2016 a 2020.....	338
Tabela 2 –	Classificação das publicações da página de Facebook do “Serviço Social Libertário” na categoria “conteúdos teóricos” por teórico de referência. Brasil, 2016 a 2020.....	340
Tabela 3 –	Categorização das postagens da “Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico” em sua página de Facebook. Brasil, 2018 a 2022.....	351
Tabela 4 –	Categorização das postagens do “Serviço Social Conservador” em sua página de Facebook. Brasil, 2018 a 2020.....	362

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>ENCONTROS E DESENCONTROS NO IDEÁRIO DE DIREITA: LIBERALISMO(S), CONSERVADORISMO(S) E FASCISMO(S)</b> .....	19
1.1	<b>O liberalismo clássico</b> .....	19
1.1.1	<u>O liberalismo clássico como perspectiva de ruptura com o Antigo Regime</u> .....	19
1.1.2	<u>Liberalismo clássico x conservadorismo clássico</u> .....	21
1.1.3	<u>Liberdade “positiva” e “negativa” nas vertentes do liberalismo</u> .....	22
1.1.4	<u>Elementos de uma relação tensa entre democracia e liberalismo</u> .....	30
1.2	<b>Do conservadorismo clássico ao conservadorismo contemporâneo</b> .....	32
1.2.1	<u>Burke e a tradição conservadora inglesa – raízes históricas</u> .....	34
1.2.2	<u>Relações entre liberalismo norte-americano e conservadorismo inglês</u> .....	45
1.2.3	<u>A crítica da Revolução Francesa por liberais e conservadores</u> .....	47
1.2.4	<u>Conservadorismo atual</u> .....	54
1.3	<b>Consolidação da sociedade burguesa e decadência ideológica</b> ....	67
1.3.1	<u>Weber, “liberalismo conservador” e a miséria da razão</u> .....	67
1.3.2	<u>Possíveis diferenças entre “liberalismo conservador” e “conservadorismo liberal”</u> .....	71
1.3.3	<u>A miséria da razão e a confluência entre liberais e conservadores</u> .....	79
1.3.4	<u>Durkheim, individualismo e liberalismo</u> .....	84
2	<b>“TRÊS FONTES E PARTES CONSTITUTIVAS” DO ULTRANEOLIBERALISMO</b> .....	89
2.1	<b>O liberalismo francês</b> .....	90
2.1.1	<u>O conservadorismo e liberalismo de origem anglo-saxã</u> .....	101
2.1.2	<u>O liberalismo alemão, a via prussiana e a Escola Austríaca</u> .....	102
2.1.3	<u>Do liberalismo da decadência à denúncia neoliberal da democracia: encontros entre liberalismo e conservadorismo</u> .....	104

2.1.4	<u>Ordoliberalismo</u> .....	107
2.1.5	<u>A Escola Austro-americana</u> .....	108
2.2	<b>Neofascismo na sociedade burguesa do século XXI</b> .....	124
2.2.1	<u>Da crítica neoliberal à democracia ao (neo)fascismo ultraneoliberal</u> ....	124
2.2.2	<u>2008 como marco da radicalização conservadora no neoliberalismo</u> ...	132
2.2.3	<u>Desdemocratização e (ultra)neoliberalismo</u> .....	134
2.2.4	<u>Fascismos históricos, (ultra)neoliberalismo e neofascismo</u> .....	137
2.2.5	<u>Fascismo(s) históricos</u> .....	140
3	<b>DO “ATRASSO” NO PROGRESSO AO PROGRESSO NO “ATRASSO”</b> .....	152
3.1	<b>O “museu de grandes novidades” do liberalismo brasileiro</b> .....	155
3.2	<b>Brasil – pés plantados sobre “sangue retinto pisado”</b> .....	159
3.3	<b>“Não veio das mãos de Isabel”</b> .....	163
3.4	<b>O atraso no progresso</b> .....	168
3.4.1	<u>Crise capitalista e industrialização</u> .....	171
3.4.2	<u>O Estado e a modernização do capitalismo</u> .....	173
3.5	<b>Nacionalismos em disputa no Brasil</b> .....	174
3.5.1	<u>Nacionalismos radicais de direita</u> .....	175
3.5.2	<u>O nacional-desenvolvimentismo e um reformismo burguês progressivo</u> .....	179
3.5.3	<u>A teoria consagrada e a questão nacional</u> .....	180
3.5.4	<u>O prussianismo, ou a revolução passiva no Brasil</u> .....	185
3.6	<b>O progresso do atraso – dependência e desenvolvimento no Brasil</b> .....	188
3.7	<b>Da contrainsurgência ao neofascismo – Guerra Fria e repressão quente no sul global</b> .....	191
3.7.1	<u>A contra-hegemonia no mundo da cultura</u> .....	211
3.8	<b>Crise da ditadura e movimento operário</b> .....	214
3.9	<b>Acadêmicos de esquerda contra a conciliação de classes</b> .....	215
3.10	<b>A estratégia democrático-popular</b> .....	217
4	<b>DO NINHO DO ORNITORRINCO AO BAILADO DAS SERPENTES</b> .....	222

4.1	<b>“Devagar é que não se vai longe”</b> .....	223
4.2	<b>Neoliberalismo no Brasil como contrarreforma</b> .....	227
4.3	<b>Hegemonia da pequena política para o grande capital</b> .....	236
4.4	<b>A caixa de Pandora neofascista e a chave pós-moderna</b> .....	240
4.5	<b>Quem chocou o ornitorrinco?</b> .....	241
4.6	<b>A nova esquerda que “assiste a tudo, em cima do muro”</b> .....	245
4.7	<b>“Você só dança com ele e diz que é sem compromisso” – 2013 e o esgotamento do pacto social</b> .....	248
4.8	<b>“Negócio bom assim ninguém nunca viu” – a propaganda ultraneoliberal</b> .....	251
4.9	<b>“Lambada de serpente”, o conservadorismo atual e o neofascismo</b> .....	254
4.10	<b>Duas faces da mesma moeda? Ultraneoliberalismo e neofascismo no Brasil</b> .....	261
5	<b>PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E TENDÊNCIAS REGRESSIVAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO ATUAL</b> .....	265
5.1	<b>“Somos quem podemos ser...”</b> .....	267
5.1.1	<u>Cotidiano e Serviço Social</u> .....	273
5.1.2	<u>Serviço Social no Brasil em transformação</u> .....	276
5.1.3	<u>Projetos societários em disputa e o projeto ético-político do Serviço Social</u> .....	282
5.2	<b>Conservadorismo envergonhado e tensões sobre o projeto ético-político</b> .....	287
5.2.1	<u>Tensões na formação profissional em Serviço Social</u> .....	288
5.2.2	<u>Tensões conservadoras e a prática profissional em Serviço Social</u> .....	289
5.3	<b>O “conservadorismo escancarado” no Serviço Social</b> .....	305
5.3.1	<u>“Liquidacionismo” do projeto profissional</u> .....	307
5.3.2	<u>Quem te deu essa coragem?</u> .....	310
5.3.3	<u>Pluralismo, revisionismo e “liquidacionismo” no Serviço Social</u> .....	324
5.3.4	<u>Sobre laranjas, bananas, “ignorantes letrados” e um suco de preconceitos</u> .....	332
5.3.5	<u>Vinte e três teses para a (contra)reforma do Serviço Social</u> .....	333

5.4	<b>Serviço Social ultraneoliberal e conservadorismo profissional.....</b>	337
5.5	<b>A defesa do Serviço Social clínico e o “liquidacionismo” no Serviço Social.....</b>	343
5.5.1	<b><u>A “Carta de Toledo”.....</u></b>	357
5.6	<b>Serviço Social conservador.....</b>	360
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	366
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	371

## INTRODUÇÃO

Coutinho (2011) salientava que o neoliberalismo econômico, hegemônico a partir de 1980, apresentava-se falaciosamente como reformista e não como conservador. O desvelamento deste caráter conservador do neoliberalismo concentrou, por essa razão, significativos esforços acadêmicos e militantes no campo do Serviço Social.

Essa crítica foi imprescindível para compreender os impasses e desafios postos à categoria dos Assistentes Sociais na década de 1990 e nos anos 2000. Do mesmo modo ocorre com o exame do “novo desenvolvimentismo” durante os anos de governos petistas, constituente de uma versão neoliberal matizada por uma espécie de “neokeynesianismo” limitado pela mundialização do capital, sem implementar reformas estruturais de monta e incentivando o consumo de massas.

As referidas leituras acerca do neoliberalismo e do “novo desenvolvimentismo” foram centrais para compreender as mudanças no mundo do trabalho, na sociedade burguesa, nas políticas sociais e, em última instância, nas requisições postas aos profissionais de Serviço Social no Brasil nas últimas décadas. No entanto, a partir da segunda década de 2000 cresceu significativamente na sociedade brasileira uma oposição assumidamente conservadora e ultraneoliberal ao programa “novo desenvolvimentista”, dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e aliados.

Essas vertentes, ultraneoliberal e conservadora, politicamente localizadas na extrema-direita, assumiram destaque no mundo da cultura no Brasil, com grande repercussão de suas campanhas. Desse modo, foram as principais responsáveis pelo crescimento do conservadorismo social e político e pelo ultraneoliberalismo nos espaços de poder, chegando atualmente ao Palácio do Planalto.

Assim, na extrema-direita fundiam-se as oposições conservadoras: o “Politicamente Correto” (identificado com a defesa de um Estado Laico, combate ao racismo, ao machismo, à homofobia e a defesa dos direitos humanos); o ideário ultraneoliberal, sustentado principalmente pelos defensores da Escola Austro Americana do neoliberalismo e seus ideólogos mais radicais, como Mises e Rothbard, parte dos quais hoje se autodenominam como “Libertários”, mas que nesta tese serão denominados como “ultraneoliberais”. A denominação ultraneoliberal será utilizada para indicar a defesa da radicalização das políticas neoliberais em vigência desde a

implantação do novo regime fiscal (Behring, 2021), mas também como denominação do campo ideológico em torno da radicalização neoliberal, que hegemonicamente têm se autointitulado como “libertário”.

Esses grupos cresceram significativamente a partir de 2008 no mundo. No Brasil, ganharam expressão pública através das disputas de sentido das mobilizações de Junho de 2013 e, posteriormente, na pressão pelo golpe midiático-jurídico-empresarial, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff. O crescimento desses sujeitos é, como demonstrou a tese de Rocha (2019), preponderantemente influenciado pelo modo de atuação como “contrapúblicos” na internet:

Além disso, também procurei chamar a atenção para as continuidades e descontinuidades dos esforços promovidos por tal militância, tendo em vista suas conexões com redes formadas por atores que iniciaram suas atividades políticas em décadas anteriores, apoiada em como os próprios personagens analisados aqui foram conferindo sentido às suas ações ao longo do tempo, a partir de conjunturas políticas específicas, orientando e reorientando suas atividades na sociedade civil e na esfera pública. (ROCHA, 2019, p. 195).

No Serviço Social existem expressões dessas tendências, nas páginas e grupos do *facebook* autodenominadas defensoras do “Serviço Social Libertário” e do “Serviço Social Conservador”. Grupos que atuam de modo similar ao que Rocha (2019) identificou como contrapúblicos. Esses serão considerados como expressões das subtendências do conservadorismo profissional atual, identificadas com o conservadorismo contemporâneo e/ou com o ultraneoliberalismo.

Na subtendência conservadora observa-se uma expressão do conservadorismo distinta da tradição conservadora reformista de Durkheim, presente no Serviço Social no século XX. Na subtendência ultraneoliberal há diferenças significativas em relação ao individualismo funcionalista, já superado na profissão. Ela expressa uma versão do individualismo liberal convertida na apologética do ultraneoliberalismo. Ambas por vezes divergem e outras confluem em seus argumentos, entretanto, articulam-se continuamente em torno do conservadorismo profissional atual, apresentando características próprias ao momento histórico em que vivemos.

Estas subtendências apresentam a intenção de liquidar a cultura profissional identificada com o Projeto Ético-político (PEP) emancipatório do Serviço Social, hegemônico na profissão, mas extrapolam seu liquidacionismo ao PEP, flertando com a destruição de todo arcabouço legal e jurídico que constitui a profissão e regula seu exercício por meio dos conselhos profissionais. Essa liquidação, em ambos os casos,

seria feita em nome da entrega total da profissão para o único ente que os continuadores da Escola Austro-Americana do neoliberalismo julgam capaz de criar democracia e desenvolvimento: o mercado capitalista.

Diante desse fenômeno novo e de uma tradição crítica que se debruçou majoritariamente no papel do reformismo conservador, hostil ao liberalismo clássico, que marca a emergência da profissão e, que desde a década de 1990, concentra-se nos impactos do neoliberalismo para a defesa do PEP, emana a relevância deste trabalho. Ressalte-se que mesmo essa crítica existente ao conservadorismo profissional das protoformas é insuficiente para a conjuntura atual, como aponta Maurílio Matos (2021):

A ausência da crítica ao conservadorismo do passado profissional vem pondo questões na contemporaneidade para a profissão, vide que muitos dos (des) valores conservadores estão impregnados nas orientações programáticas das políticas sociais, uma mediação fundamental para o trabalho de assistentes sociais. (MATOS, 2021, p. 415).

Entende-se esta pesquisa como contribuição para a crítica ao conservadorismo profissional no Serviço Social, posição crítica que tem sido um elemento central na afirmação da direção social emancipatória da profissão, consolidada no projeto ético-político. Neste estudo, espera-se contribuir com o exame das principais influências teóricas e ideológicas do ultraneoliberalismo e do conservadorismo atual no Brasil, apresentar as condições para o seu crescimento, e as continuidades e rupturas que expressam em relação ao ideário conservador e liberal no país.

A resistência ao conservadorismo profissional que marcava a origem da profissão realizou-se, principalmente, a partir da década de 1980, em um ambiente de intensa democracia no debate profissional. Em que pesem todas as divergências, os mais diversos campos teórico-políticos defendiam uma perspectiva de consolidação da profissão.

Os segmentos ultraneoliberais e conservadores atuais no Serviço Social, ademais de episodicamente reivindicarem o reformismo conservador que marca as origens da profissão, defendem perspectivas reacionárias distintas dessas. Consequentemente, as alterações propostas por essas subtendências correspondem às novas necessidades provenientes das mudanças no modo de acumulação capitalista no período atual e à atualidade do debate conservador e ultraneoliberal.



Diferente das perspectivas mais alinhadas com a política social neoliberal de 1990 a 2008, que Santos (2007) qualificava como “neoconservadorismo pós-moderno”, o qual em nome de valores progressivos defendia políticas regressivas, o ultraneoliberalismo e conservadorismo abrem franca disputa contra os princípios emancipatórios presentes no projeto de profissão em vigor no Serviço Social.

Em nome do combate ao “Politicamente Correto”, abrem espaço para valores rejeitados na ampla maioria do corpo profissional, respaldando práticas como machismo, racismo, LGBTQI+fobia e questionando, até mesmo, o caráter laico da profissão (OLIVEIRA, 2019).

Pesquisar o conservadorismo e o ultraneoliberalismo contemporâneos e sua inserção no Serviço Social pressupõe a ruptura com quaisquer perspectivas endógenas do debate profissional. Sendo assim, não é objeto deste trabalho o esquadramento destas minorias profissionais, ainda pouco influentes, mas pensar estratégias de enfrentamento à “onda conservadora”, que cresceu significativamente no Brasil após 2013, e seus impactos na defesa do projeto ético-político construído pelo Serviço Social brasileiro.

As referidas subtendências respaldam elementos do neofascismo no poder e de seu programa, que adentram a profissão nas mais diversas inserções profissionais, postas como requisições profissionais novas ou requisitadas pelas dificuldades geradas por significativas alterações na estrutura estatal a partir do Governo Federal e de governos estaduais e municipais. Além, é claro, dos impactos que a “cultura do ódio” e do “ressentimento”<sup>1</sup> produziram na sociedade brasileira, bloqueando o caráter pedagógico da intervenção profissional no atendimento aos usuários.

A conjuntura atual expõe a hegemonia do programa “ultraneoliberal” no Estado, amparada por significativo crescimento de visões de mundo conservadoras e de uma perspectiva “liberal” afeta ao ultraneoliberalismo. Parte dos sujeitos que impulsionam esse ideário no Brasil aproximam-se dos métodos dos movimentos fascistas do início do século XX e têm sido caracterizados como neofascistas, reconhecidas suas particularidades como fenômeno histórico independente.

Nessa conjuntura de avanço do neofascismo, emerge, na disputa por projetos profissionais para o Serviço Social brasileiro, uma tendência que aponta para a liquidação do projeto ético político da profissão, congregando subtendências identificadas com o

---

<sup>1</sup> Sobre esse tema há uma contribuição significativa em Kehl (2004).

ultraneoliberalismo e com o conservadorismo e, assim como no conjunto da sociedade brasileira, articulam-se no combate às perspectivas emancipatórias.

Estas articulações entre ultraneoliberais e conservadores nos impõe novos desafios teórico-metodológicos para o projeto ético-político emancipatório e hegemônico no Serviço Social. Dentre os quais destacam-se: a identificação das origens destas escolas de pensamento e seus desenvolvimentos no transcurso das transformações societárias no âmbito do capitalismo, desvelando o aparente paradoxo representado pela existência de um campo unindo conservadores e ultraneoliberais, com afinidades neofascistas, na disputa por projetos profissionais no Serviço Social.

Para tanto, serão apresentadas as principais fontes do pensamento ultraneoliberal e conservador, particularmente os momentos de encontros e “desencontros” entre estas diferentes visões de mundo e suas correntes internas ao longo da história do pensamento moderno. Essa distinção entre matrizes do liberalismo e do conservadorismo mais que um exercício de enriquecimento teórico, é um requisito para pensar estratégias de enfrentamento aos desafios ético-políticos postos na atual conjuntura à reafirmação do projeto profissional identificado com ideais emancipatórios.

A quadra histórica em que surge o Serviço Social como profissão no Brasil era de ampla rejeição do “liberalismo clássico”. As guerras mundiais, as transformações profundas no Estado e na economia dadas pela hegemonia do imperialismo naquele período, as turbulentas crises que comprovavam a impossibilidade da autorregulação espontânea do mercado capitalista, entre outras razões, inviabilizavam o sucesso das ideias mais próximas ao *laissez faire*.

Contudo, persistem visões de mundo liberais mais ortodoxas, mesmo que minoritárias, e principalmente um “liberalismo heterodoxo” (BEHRING e BOSCHETTI, 2008), hegemônicas no período, também se desenvolviam na academia e aparelhos privados de hegemonia burgueses, as bases do que seria o neoliberalismo hegemônico, a partir de 1980 no mundo e, de 1990, no Brasil.

O segmento que hoje defende um Serviço Social conservador ou ultraneoliberal distingue-se significativamente do conservadorismo herdado do anticomunismo católico “hostil a ortodoxia liberal”, hegemônico no Serviço Social antes da virada profissional.

A relação entre Igreja Católica e Estado no Brasil, bastante explorada na pesquisa de Yamamoto e Carvalho (1982), também é constitutiva desse giro no trato da questão social. Suas soluções antiliberais e antidemocráticas,

além de seu anticomunismo atávico, mantém uma espécie de afinidade eletiva com o corporativismo varguista e o espírito estado-novista a partir de 1937. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 123).

O ultraneoliberalismo é difundido por *think tanks* burgueses, enquanto o conservadorismo atual segue sendo mobilizado não apenas pela Igreja Católica, mas por denominações protestantes, principalmente neopentecostais. Estas últimas atuando como bastiões da cultura conservadora, mas com uma religiosidade marcada pela “teoria da prosperidade” que incorpora o individualismo liberal.

O conservadorismo atual, portanto, altera-se, assim como a religião que o mobiliza, sendo cada vez mais identificado com o conservadorismo norte-americano, mais próximo do liberalismo que do conservadorismo clássico e do anticapitalismo romântico, que marcava a influência católica. Behring e Boschetti (2016) reforçam a leitura do Serviço Social conservador como crítico à ortodoxia liberal e, para tal, resgatam reflexões de Coimbra que apontam para uma “hostilidade à ortodoxia liberal”.

Para o autor [Coimbra,1987], a perspectiva do Serviço Social nasce de uma reação à ortodoxia liberal, desenvolvendo uma espécie de hostilidade contra teorias liberais que se estende para a teorização em geral, convocando as melhorias sociais como ideia nuclear: busca-se melhorar o mundo, não o entender. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 126).

As autoras discordam da conclusão de Coimbra sobre o empirismo da profissão, mas concordam com sua avaliação para o período até 1970. Essa hostilidade ao liberalismo aparece como a maior diferença do reformismo conservador e do conservadorismo e ultraneoliberalismo atuais e permite que os sujeitos destas subtendências apresentem ideias do século XIX e XX, que foram rejeitadas tanto por setores críticos, quanto conservadores na profissão, como novidades para o Serviço Social.

Esta reabilitação também não é acidental, é característica central do neoliberalismo, reabilitando o liberalismo clássico ao mesmo tempo em que resgata perspectivas evolucionistas e o darwinismo social, típicas do pensamento reacionário, conservador e fascista.

Na direção afirmada, esta tese propõe apresentar as múltiplas determinações que incidiram para a formação de uma tendência liquidacionista, em relação ao projeto profissional hegemônico no Serviço Social. Uma tendência com aspectos de conservadorismo, ultraneoliberalismo e alinhada ao projeto neofascista no poder.

Nossa exposição inicia no Capítulo 1, onde apresentamos o liberalismo e o conservadorismo clássico, os desencadeamentos destas matrizes teóricas ao longo do tempo, convergências e divergências de seu surgimento, até o processo de consolidação do neoliberalismo e do conservadorismo atual de Scruton (2019b). Apresentamos também um debate sobre o posicionamento destas correntes em face à razão moderna e o processo denominado por Lukács como “decadência ideológica da burguesia” e suas expressões nos irracionalismos e na razão miserável, formal-abstrata.

No segundo capítulo, concentramos esforços nas fontes do pensamento ultraneoliberal, no papel dos *think tanks* na construção da propaganda de suas visões de mundo, e suas relações com o neofascismo no poder. Nessa direção, introduzimos o debate sobre os fascismos históricos, sua crítica, e as semelhanças e diferenças com o neofascismo brasileiro na contemporaneidade.

No terceiro capítulo são problematizadas as especificidades do liberalismo e conservadorismo no Brasil, partindo de uma leitura sobre as particularidades nacionais da sua formação econômica e social. Nessa direção, são identificados elementos históricos que marcam a realidade nacional do fim do escravismo até a crise da “ditadura do grande capital” com o surgimento da estratégia democrático-popular.

No quarto capítulo, tematizamos a relação da estratégia democrático-popular com o enfrentamento do neoliberalismo no Brasil, a partir da década de 1990 e a vitória da “hegemonia da pequena política” com a cooptação de amplos setores em torno desta estratégia para a defesa da ordem burguesa. Serão apresentados elementos que, a partir da crise de 2008, atuam para o crescimento da propaganda ultraneoliberal, conservadora e neofascista.

No quinto e último capítulo desta tese apresentamos uma discussão acerca do Projeto ético-político (PEP) do Serviço Social e sua relação com a disputa entre projetos societários e, finalmente, elementos acerca da tendência liquidacionista em relação ao projeto profissional hegemônico atualmente no Serviço Social, sua atuação como contrapúblicos digitais, suas relações com outros setores ultraneoliberais, conservadores e os neofascistas no poder. Nas considerações finais são expostas observações e desdobramentos sobre a pesquisa realizada, sobretudo os desafios para a defesa do PEP na atualidade.

# 1 ENCONTROS E DESENCONTROS NO IDEÁRIO DE DIREITA: LIBERALISMO(S), CONSERVADORISMO(S) E FASCISMO(S)

## 1.1 O liberalismo clássico

### 1.1.1 O liberalismo clássico como perspectiva de ruptura com o Antigo Regime

A hegemonia liberal está profundamente vinculada à consolidação do capitalismo e da hegemonia burguesa na sociedade. Considerando a força das condições subjetivas em que emerge, mas compreendendo a complexa articulação entre objetividade e subjetividade na conjuntura da transição do século XVIII para o XIX na consolidação da hegemonia liberal, verifica-se que a expansão do capitalismo foi o principal elemento para a derruição do antigo regime, mais que qualquer perspectiva ideal.

O crescimento do poder econômico burguês permitia que esse segmento pudesse afirmar-se como representante do interesse geral das diferentes classes sociais ante as aristocracias feudais. Sobre isso, há uma contradição crescente, pois a burguesia, ao derruir o sistema feudal, apresentava-se como representante universal enquanto fortalecia seus interesses particulares, que “se chocavam com o espírito aristocrático das instituições e das leis” (SOBOUL, 1982, p. 10).

Os antecedentes do pensamento liberal no “contratualismo” atuaram como uma condição subjetiva para o surgimento do liberalismo burguês. Para Merquior (1991), o pensamento moderno teria sido inaugurado pelo contratualismo, ao advogar perspectivas de legitimidade que avançavam para o individualismo em contraposição ao pensamento medieval pautado “sob o encanto da hierarquia e do todo” (MERQUIOR, 1991, p. 47). Considerava que Locke avançava no contratualismo de Hobbes e Rousseau, ao apontar o “direito de resistência”, considerando o consentimento como legitimador do contrato social e não apenas a tradição, o que para o autor seria característico da “política liberal”.

A diferença entre liberais clássicos e conservadores clássicos passava significativamente por esta discussão sobre critérios de legitimidade do contrato social, onde os últimos consideram, sobretudo, a tradição e a moralidade e os primeiros, as liberdades individuais.

Coutinho (2011b, p. 20) salientou que, apesar de erguido sobre a ideia de um contrato social que rompe o “Estado de Natureza”, comum aos contratualistas de sua época, como Hobbes e Locke, Rousseau avançava no que diz respeito à historicidade de seu pensamento e ao papel ativo dos indivíduos.

Rousseau não só define o ser do indivíduo natural mediante características bastante diversas daquelas usadas pelos dois pensadores ingleses, mas atribui ao homem um dinamismo histórico e uma potencialidade de transformação que estão inteiramente ausentes neles. Portanto, longe de poderem ser subsumidas na corrente individualista de sua época, as reflexões filosóficas de Rousseau antecipam muitos pontos a ontologia do ser social de Hegel, e sobretudo de Marx: o homem enquanto tal (enquanto ser que raciocina, dispõe de linguagem e age moralmente) é produto de seu próprio trabalho, de sua história, de sua práxis social. (COUTINHO, 2011b, p. 21).

Além da polêmica sobre um caráter excessivamente progressivo do pensamento rousseauiano na produção de Coutinho (2011b), o autor chama a atenção para o elemento da historicidade, que marca o pensamento iluminista e que posteriormente é abandonado pelo liberalismo burguês ao se tornar conservador. Não por acaso, Rousseau, em sua perspectiva da agência humana sobre a sociabilidade, é o principal adversário do conservadorismo clássico de Edmund Burke, em sua denúncia da Revolução Francesa.

O que se denomina liberalismo clássico, legatário do contratualismo, mas surgido no momento posterior, reúne tanto características econômicas, que apontavam para as necessidades de ruptura com o feudalismo, quanto diretrizes para uma reestruturação do poder político, rompendo com a exclusividade do poder aristocrático.

Contudo, desde as origens no liberalismo clássico, aprofundando-se com a consolidação da ordem burguesa e da transição da burguesia de classe revolucionária para classe conservadora, existiram tendências liberais prioritariamente vinculadas à perspectiva do livre mercado, mas com diferentes níveis de engajamento ante a necessidade de reestruturar hierarquias políticas, rompendo com a sua naturalização pela tradição ou pelo “direito divino”. A liberdade econômica é a principal exigência da burguesia revolucionária. A liberdade individual liberal está circunscrita à emergência dos indivíduos “livres como pássaros”, no processo de subsunção do trabalho ao capital, como aponta Marx (1978) e sua incompatibilidade com o sistema feudal.

Este processo de subordinação do trabalho ao processo de valorização é denominado por Marx como subsunção do trabalho ao capital (Marx, 1978), onde o capitalista é a personificação do dirigente do processo. Marx ressalta que, no primeiro

momento, essa subsunção ocorre apenas pela separação do trabalhador de suas condições de vida e trabalho.

### 1.1.2 Liberalismo clássico x conservadorismo clássico

Para Merquior (1991), as fontes do liberalismo clássico poderiam ser identificadas a partir de três elementos: “teoria dos Direitos Humanos”, “constitucionalismo” e “economia clássica”. A posição da economia clássica, expressa em Adam Smith, percebia nas trocas no mercado, o elemento que levaria à estabilidade e equilíbrio. A impossibilidade dessas expectativas na vida real do capitalismo consolidado produziu outras versões liberais posteriores, como do evolucionismo de Spencer, que situava na competição, o elemento de equilíbrio, e não nas trocas.

Parte significativa dos segmentos ultraneoliberais retoma anacronicamente uma apologética em torno da harmonia e do equilíbrio propiciado pela troca, acrescida da virtuosidade da competição, compatibilizando assim perspectivas conservadoras, evolucionistas e moralizantes, estranhas ao liberalismo clássico.

A fusão entre o “conservadorismo” de Burke e determinadas tendências do liberalismo torna-se uma possibilidade na Inglaterra após 1848, quando a burguesia, como classe dominante, adere a essa ideia de mudança na continuidade, como ocorreu com o prussianismo alemão. Esse é o período em que surge o “irracionalismo moderno”, com a “decadência ideológica da burguesia” (LUKÁCS, 2020).

Apesar de parte dos autores liberais como Merquior (1991) insistirem na vinculação entre Iluminismo e Liberalismo, para além das origens deste último a partir de desenvolvimentos do primeiro, há uma ruptura crescente com o padrão racionalista do iluminismo, na medida em que o pensamento liberal-burguês se torna conservador.

Para resolver essa equação sem colar o “liberalismo conservador” no irracionalismo anti-iluminista, Merquior (1991) identifica o iluminismo como movimento amplo e não como posição política. Ressalta a existência de um iluminismo conservador, identificando o liberalismo clássico como parte da versão não conservadora do iluminismo. Burke seria o representante por excelência desse iluminismo conservador. Em consonância com essa visão liberal, a relação entre jacobinismo e iluminismo no liberalismo seria desde sempre de oposição (MERQUIOR, 1991). Na visão do autor, o antijacobinismo seria uma característica do

pensamento iluminista e, ao distanciar-se do jacobinismo, o liberalismo passaria então a se aproximar do iluminismo e, por conseguinte, do pensamento conservador.

### 1.1.3 Liberdade “positiva” e “negativa” nas vertentes do liberalismo

Merquior (1991) ao recusar uma definição única de liberalismo, abre a possibilidade de uma leitura não dogmática compreendendo-o de modo plural. Apesar de sua leitura idealista sobre o liberalismo e da apologética presente em sua obra, oferece um rico panorama da história do liberalismo, com diferenças que retomam às origens do liberalismo clássico.

Admitindo-se a existência desde o liberalismo clássico de distinções no interior do pensamento liberal, no que diz respeito ao papel da regulação estatal na promoção do ideário da liberdade individual, pode-se pensar melhor sobre os desdobramentos da disputa entre as correntes internas no liberalismo e sua alteração em função das condições objetivas, em cada estágio de desenvolvimento capitalista.

O debate sobre a liberdade na filosofia não foi inaugurado pelos liberais, apenas ganhou contornos individualistas no liberalismo clássico, assumindo o lugar de categoria central na economia clássica liberal. Coutinho (2011b, p. 21) alertou que o conceito de liberdade era central na produção de Rousseau, mas referia-se à “agência humana” como “atributo ontológico” e nisso difere da liberdade liberal.

Portanto, também nesse caso, é preciso distinguir entre a liberdade rousseauiana e a liberdade “liberal” e individualista que vemos se manifestar, entre outros, em Hobbes e Locke. Para os liberais em geral, liberdade é a capacidade de satisfazer os próprios interesses individuais nos limites do respeito aos interesses igualmente individuais, nos limites do respeito aos interesses igualmente individuais dos outros (é na terminologia consagrada por Berlin, uma “liberdade negativa”). Em Rousseau, ao contrário, a liberdade adquire uma dimensão nitidamente social e histórica: não só entendida como “autonomia” (como a ação conforme com as leis, que o próprio homem cria enquanto parte do todo social) e nesse sentido, é “liberdade positiva” [...]. (COUTINHO, 2011b, p. 21-22).

Coutinho (2011) apresenta aspectos que o impeliam a situar a contribuição teórica de Rousseau para além do contratualismo, que prepara terreno para o liberalismo. Sustenta que apesar da aversão ao progresso expressa nas obras de Rousseau, haveria em sua definição de liberdade como atributo ontológico dos homens, uma ideia subjacente de progresso baseado na natureza humana dinâmica, determinada pela socialização.



Coutinho (2011), ao apresentar a perspectiva liberal clássica como assentada na “liberdade negativa”, utiliza o conceito do historiador russo, naturalizado inglês, Isaiah Berlin. Este, em seu texto “Dois conceitos de liberdade”, esboça dois usos principais da liberdade na teoria política moderna. Apesar das conclusões relativistas a que chega Berlin, acredita-se que essa distinção pode ser muitíssimo relevante para refletirmos sobre as transformações no pensamento liberal até a atual conformação no ultraneoliberalismo. Vejamos o conceito de Berlin de “liberdade negativa”.

Normalmente me é dito para ser livre no grau em que nenhum homem ou corpo de homem interfira em minhas atividades. Liberdade Política nesse sentido é simplesmente a área em que cada homem pode agir desobstruído por outros. Se sou impedido por outros de fazer algo que eu poderia fazer, caso contrário, sou naquele grau sem liberdade; e se essa área é contraída por outro homem além de um certo mínimo, posso ser descrito como sendo coagido, ou, talvez, escravizado. (BERLIN, 2021, p. 3).

As distinções realizadas por Berlin, em que a liberdade negativa seria o aspecto da garantia de uma área intocada, serão muito importantes no desenvolvimento de reflexões sobre o ultraneoliberalismo. Definida prioritariamente como “não intervenção”, essa concepção é hegemônica na maior parte do tempo no pensamento liberal. Abaixo, um trecho de Berlin em que fica mais clara a relevância do seu pensamento para pensar o ultraneoliberalismo em articulação com o pensamento conservador e neofascista no Brasil de hoje.

É que a liberdade nesse sentido não é incompatível com alguns tipos de autocracia, ou de qualquer forma com a falta de um autogoverno. Liberdade, nesse sentido, é a preocupação principal com a área de controle, não com sua fonte. Assim como a democracia pode, de fato, privar o cidadão de um grande número de liberdades que ele poderia ter em alguma outra forma de sociedade, por isso é perfeitamente concebível que um déspota de mente liberal permita que seus súditos tenham grande liberdade pessoal. (BERLIN, 2021, p. 8).

Como veremos adiante, é esse tipo de “liberdade negativa” com que nos defrontamos, ao analisar os pensadores neoliberais e sua versão radicalizada no ultraneoliberalismo, principalmente, ao se associarem às tendências neofascistas. A liberdade positiva, para Berlin (2021), seria associada à dimensão da racionalidade e autoconsciência, ao domínio das ações do indivíduo como sujeito:

Desejo ser sujeito, não objeto; ser movido por razões, por propósitos conscientes, que são meus, não por causas que me afetem de fora. Desejo

ser alguém, não ninguém; um fazedor – decidindo, não sendo decidido para – autodirigido e não influenciado por natureza externa ou por outros homens como seu eu fosse uma coisa, ou um animal, ou um escravo incapaz de atuar num papel de humano, isto é, de conceber metas e políticas próprias minhas e realizá-las. (BERLIN, 2021, p. 9).

Há uma vinculação importante entre razão e liberdade na conceituação de Berlin. Segundo ele, a liberdade como atributo ontológico do ser social, como visto no marxismo, seria sobretudo “liberdade positiva”. Disto decorre, por exemplo, a incompatibilidade de perspectivas de radicalização liberal, identificadas com a “liberdade negativa”, com o projeto ético-político profissional dos assistentes sociais no que diz respeito ao conceito de liberdade que adotamos.

A conceituação expressa no Código de Ética dos Assistentes Sociais como: “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”, é elemento estruturante do projeto ético-político. Esse conceito de liberdade é ancorado na ontologia do ser social e é incompatível com as liberdades negativas dos ultraneoliberais.

O liberalismo heterodoxo de Keynes seria, contudo, um parêntese na tradição liberal, instaurando um novo liberalismo, admitindo certa porção de liberdade positiva, de planejamento racional, à serviço da liberdade negativa expressa pela reabilitação do mercado como instância reguladora a que se propunha.

Dardot e Laval (2016) salientam que, além das mudanças no plano econômico, o keynesianismo tinha, em seu reformismo, o interesse principal de garantir condições para o exercício da liberdade individual, mesmo que para isso aceitasse proteger interesses coletivos. Destarte, a política keynesiana “visava a controlar as forças econômicas para evitar a anarquia social e política, rerepresentando a questão da agenda e não agenda em sentido favorável à intervenção política” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 59-60).

No campo dos defensores da liberdade negativa, o pensamento de Bastiat ([1850] 2016) é emblemático. Não por acaso, o autor é tão querido dos ultraneoliberais do tempo presente. Esse autor polemizava diretamente com Louis Blanc, justamente no tema da concorrência, defendida por Bastiat como sinônimo de liberdade.

A liberdade em Bastiat (2016) era pensada sobretudo em suas dimensões negativas, que impediriam a usurpação ou espoliação do trabalho alheio, e seria a única garantidora de justiça. Assim, o autor é um importante precursor de uma tradição radical

pró-mercado, que enxerga neste ente a única fonte de justiça. Posteriormente, o mercado também será visto como fonte de democracia real, que apenas poderia ser estabelecida pelo consumo, como é o caso de seus predecessores, como Mises e Rothbard.

Parece-me que tenho a meu favor a teoria, pois qualquer que seja o assunto em discussão, quer seja religioso, filosófico, político ou econômico, quer se trate de prosperidade, moralidade, igualdade, direito, justiça, progresso, responsabilidade, solidariedade, trabalho, propriedade, comércio, capital, salários, impostos, população, crédito ou governo; em qualquer parte do horizonte científico em que eu coloque o ponto de partida de minhas investigações chegou, invariavelmente, ao seguinte: a solução do problema social está na liberdade. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 130).

A tradição liberal anglo-saxã também é legatária deste tipo de liberalismo, baseado radicalmente na liberdade negativa; e do mesmo modo, os autores da famosa “Escola austríaca”, inaugurada por Carl Menger e seus herdeiros neoliberais, principalmente Mises e Hayek, também representam a defesa deste tipo de liberdade.

No livro de Mises sobre intervencionismo consta um prefácio de Murray Rothbard [1926-1995], autor de grande referência para ultraneoliberais contemporâneos no Brasil, e considerado por muitos como o maior expoente do ultraneoliberalismo (“libertarianismo”). Rothbard alerta para o fato de Mises ser um *outsider*, um intelectual minoritário, reforçando assim suas características de combate às doutrinas socialistas, protecionistas, keynesianas e tudo o mais que escapasse à política econômica neoliberal.

[...] A bem conhecida “intransigência” de Mises brilha com contraste aparentemente gritante com respeito a muitos economistas utilitaristas que estão dispostos a prestar reverência e a desempenhar funções como peritos eficientes a serviço de quaisquer que sejam os objetivos que a “sociedade” (traduzida como Estado) lhes exige. (ROTHBARD, 2018, p. 17).

O referido autor ressalta que Mises preservou-se autônomo e ferrenho defensor do *laissez-faire*, mesmo durante o período em que o keynesianismo gozava de grande hegemonia, quando os economistas eram requisitados sobretudo para atuar em funções de planejamento no Estado.

Por toda a vida, nadou vigorosamente contra as correntes estatistas ideológicas e políticas dominantes de sua época. O século XX foi o século do socialismo, do coletivismo e da inflação impulsionada pelo governo, e Mises lutou com valores contra tudo isso, tanto no mundo da teoria acadêmica, quanto no domínio da política prática. (ROTHBARD, 2018, p. 22).

Rothbard não esconde, no entanto, que Mises tenha mantido atuação no Estado e rememora que o autor “era o principal conselheiro econômico para o governo austríaco” (ROTHBARD, 2018, p. 23). No entanto, no caso de Mises, isto é visto como tática de sobrevivência em um momento em que a ideologia do *laissez-faire* era minoritária; enquanto os keynesianos, atuando como planejadores, seriam um sintoma da rendição da economia ao mundo da política.

Para o liberalismo de Rothbard (2018, p. 30), decorre que Mises, ao defender o livre mercado contra o intervencionismo, estava defendendo a “civilização humana”, “a existência da própria raça humana”. Salta aos olhos que Rothbard e Mises, assim como Bastiat, viam apenas no mercado, as possibilidades de justiça e liberdade econômica para os homens. Esta visão é reforçada pelos neoliberais, que radicalizam os princípios da liberdade negativa, na defesa do mercado como regulador de todas as dimensões da vida, em conjunto ou não com a moral tradicional.

O pensamento neoliberal das décadas de 1980 e 1990 ganhou adesão no debate público por uma propaganda de suas propostas como as únicas alternativas viáveis. Desse modo, mesmo segmentos críticos ao liberalismo incorporaram a sua racionalidade como única alternativa. Mises, em sentido diverso, defendia uma publicidade afirmativa do liberalismo, pois acreditava que sem esta divulgação, os seres humanos poderiam ser levados a alternativas antiliberais, em busca de auferir algum privilégio. Assim, torna-se central, em seu discurso, a propagação do liberalismo na sociedade como a alternativa que pode defender a vida, a justiça e a liberdade.

Nas palavras de Rothbard: “Mises percebia que o homem é livre para escolher totalmente e se autodestruir optando pelo restricionismo, estatismo ou coletivismo” (ROTHBARD, 2018, p. 40). Esta perspectiva leva Rothbard (2018, p. 30) a encarar a luta pelo *laissez-faire* como “luta de vida ou morte”, e é responsável pela função mobilizadora assumida pela propaganda do pensamento desses autores na realidade de hoje. Rocha (2019) demonstra, em sua tese “Menos Marx, mais Mises”, alguns dos caminhos para o avanço dessa perspectiva de defesa do *laissez-faire* na sociedade brasileira, *pari passu* com o conservadorismo moral.

Em Bastiat ([1850] 2016), assim como no conservadorismo de Burke (1961 *apud* GIL KINZO, 2011), a liberdade e o respeito às hierarquias de classe eram reflexo do respeito pela ordenação divina da sociedade e possibilitariam que esta funcionasse como um organismo social harmônico e estável; em Hayek (1985,2016), Mises (2018)

e Rothbard (2018) distintamente, o “livre mercado” era a expressão máxima do desenvolvimento humano e sua dinâmica deve ser expandida a toda a vida.

Primeiramente, que a sobrevivência, o crescimento e o florescimento da raça humana dependem da extensão e expansão progressivas do livre mercado e da divisão de trabalho cada vez mais produtiva, o que Mises chamava de desenvolver o “oecumene” do mundo, ou o organismo social. Um defeito ou contração desse *oecumene*, uma supressão ou impedimento desse livre mercado, conduz ao empobrecimento, morte e destruição da raça humana. (ROTHBARD, 2018, p. 31).

Mises (2018) defende que a economia de mercado é a forma mais democrática de organização social por propiciar que os consumidores possam escolher o que for do seu interesse. Relevante pensar em que medida, durante os governos petistas no Brasil, a conjugação de apassivamento das organizações de classe com a ampliação da condição de consumidor às massas de trabalhadores (antes muito restritos a um consumo de subsistência) contribuiu para o florescimento deste tipo de ideário.

O postulado desses autores, que encontramos também em Von Mises e Hayek, é que a intervenção política é um processo cumulativo. Uma vez iniciada, leva necessariamente à coletivização total da economia e ao regime policial totalitário, já que é preciso adaptar comportamentos individuais aos mandamentos de gestão autoritária da economia. A conclusão é clara: não se pode falar de falência do liberalismo porque foi a política intervencionista que gerou a crise. O mecanismo dos preços, quando funciona livremente, resolve todos os problemas de coordenação das decisões dos agentes econômicos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 77).

No Brasil, é importante pontuar que a posição antiestatista e *laissez-fairiana* radical pôde emergir graças a processos que se deram justamente através de formas de intervenção estatal, inclusive vindos de setores conservadores na ditadura. Outra reflexão importante diz respeito à radicalização da posição de cidadão consumidor que o PT propiciou, tanto com as valorizações do salário-mínimo, quanto com as políticas de transferência monetária. Apesar da importância das medidas voltadas ao incremento do mercado interno nestes últimos, a ofensiva ideológica do neoliberalismo e sua verve radicalmente individualista transformou essas conquistas parciais em derrota político ideológica.

Dardot e Laval (2016) salientam essa transformação ocorrida no pensamento liberal, no que diz respeito à assunção do mercado do papel de regular não apenas as trocas de mercadorias, mas, por meio da concorrência, privilegiar ações humanas mais pertinentes em detrimento das menos pertinentes. Esta característica estaria

presente no liberalismo clássico em menor medida e muito presente na escola austríaca de Carl Menger: a “doutrina austríaca privilegiava uma dimensão agonística: a da competição e da rivalidade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 135).

As funções do Estado em Mises (2018) são mais amplas que em Bastiat ([1850] 2016), ao incluir a proteção à saúde como papel do Estado. Apesar disso, seus seguidores parecem não o acompanhar, como ficou claro no momento da pandemia no Brasil. Nem mesmo a saúde ou a vida são bem-vistas como espaço de intervenção estatal. E a atuação do Estado em defesa da saúde e da vida, contra a COVID-19 é percebida como perturbação à ordem econômica e às liberdades. Por exemplo, vejamos o que diz o texto do economista ultraneoliberal argentino Javier Milei traduzido e republicado no site do Instituto Rothbard Brasil:

Dentro da lógica dessa análise, os casos mais rigorosos de quarentena, como o da Argentina, levam a um crime contra a humanidade. Assim, quando o Estado impõe quarentena, isso implica a supressão geral do exercício dos direitos de propriedade por grande parte da sociedade civil. Especificamente, o que a medida faz é suprimir completamente a renda das empresas, exigindo que elas continuem pagando impostos, sustentando o mesmo número de trabalhadores e não permitindo a redução de salários – o resultado de tudo isso simultaneamente é que, durante o processo, as empresas primeiro consomem capital de giro e depois usam as economias dos proprietários das empresas, que no final acabará quebrando as empresas e empobrecendo seus proprietários. Nesse sentido, não apenas há enormes danos a todas as camadas da sociedade resultantes da destruição de capital, mas também deixa o setor privado desamparado diante de um governo que está avançando com pretensões totalitárias. (MILEI, 2020, s.p.).

A crítica hayekiana do altruísmo assemelha-se à denúncia da “filantropia estatal” de Bastiat e do “intervencionismo” em Mises, e corresponde à dimensão negativa da liberdade na tradição liberal (HAYEK, 1985). A perspectiva da “liberdade negativa” no liberalismo anglo-saxão, onde o liberalismo de Hayek encontra muitas premissas, manifesta-se sobretudo em sua obsessão naturalizadora de não perturbar a ordem espontânea.

Qualquer desejo que possamos ter quanto à posição específica de elementos individuais, ou à relação entre indivíduos ou grupos específicos, não poderia ser satisfeito sem se perturbar a ordem global. Não poderíamos ter sobre uma ordem espontânea, da qual só seríamos capazes de influenciar aspectos abstratos, o mesmo poder que teríamos sobre uma disposição concreta, ou taxis. (HAYEK, 1985, p. 124).

Resta perguntar como esse ideário anti-intervencionista pôde, em seus desenvolvimentos posteriores, ter gerado formas de neofascismo, sendo o fascismo

histórico estatista e antiliberal. Esta questão é extremamente relevante em um cenário onde o ultraneoliberalismo encontra-se entrelaçado ao reacionarismo burguês neofascista e, particularmente, para a pesquisa sobre as atuais tendências regressivas no Serviço Social.

A aparente contradição entre conservadorismo neofascista e ultraneoliberalismo foi diluída na prática social e histórica em um grande bloco conservador e ultraneoliberal. Stanley (2020) ilumina uma característica importantíssima na postura dos fascistas em relação ao Estado: a confusão entre nacionalismo repressivo e um Estado forte, em suas medidas coercitivas, não corresponde a uma defesa do Estado.

No fascismo, o Estado é um inimigo; ele deve ser substituído pela nação, que consiste em indivíduos autossuficientes que, coletivamente, optam por se sacrificar por um objetivo comum de glorificação étnica ou religiosa. Numa tensão que exploraremos no próximo capítulo, a ideologia fascista envolve algo pelo menos superficialmente semelhante ao ideal libertário de autossuficiência e de liberdade em relação ao “Estado”. (STANLEY, 2020, p. 149).

Outra chave para compreender o liberalismo está assentada no pensamento do filósofo italiano Benedetto Croce: na oposição liberismo x liberalismo. Croce portava uma perspectiva liberal tradicionalista, no entanto, distanciava-se dos conservadores liberais da Itália como Pareto e Mosca e sua defesa da teoria das elites. O autor designava, como liberismo, a prioridade às liberdades econômicas em relação às demais esferas. Para Merquior, o aspecto dogmático do *laissez faire* não se confundia com o liberismo e surgiria apenas posteriormente (MERQUIOR, 1991). Merquior situava o “liberismo” como um componente que estava presente no liberalismo clássico, mas seria diferente do que denominava “*laissez-faire* dogmático”, (visível, por exemplo, em Mises e Rothbard) e salienta que este dogmatismo foi incorporado mais tardiamente por autores como Herbert Spencer (MERQUIOR, 1991, p. 81). Tal dogmatismo distanciava-se das leituras do liberalismo, pois além da crença no *laissez-faire*, abria espaço para visões de mundo conservadoras e avessas à democracia.

Apesar da impertinência da contraposição entre liberismo e liberalismo de Croce, resgatada por Merquior, o processo que este identificava, de incorporação do evolucionismo spenceriano, é visível no ultraneoliberalismo e distintivo no que tange às particularidades do neoliberalismo e ultraneoliberalismo, comparados ao liberalismo clássico.

#### 1.1.4 Elementos de uma relação tensa entre democracia e liberalismo

Merquior (1991), ao situar o movimento liberal como dividido entre “nível de pensamento e sociedade”, apontava para a disjunção entre princípios liberais e prática política liberal na fase áurea do liberalismo clássico no século XIX (MERQUIOR, 1991, p. 16). Hayek (1985), do mesmo modo, apontava para os limites da ação liberal diante das condições do florescimento da sociedade burguesa: “O liberalismo burguês lutou contra o privilégio aristocrático, mas não estava preparado para uma ampla franquia e suas consequências democráticas” (MERQUIOR, 1991, p. 18).

Merquior, apesar da narrativa condescendente com a burguesia liberal, reconhece a disjunção entre aspectos de um “liberalismo político” e um “liberalismo econômico” no século XIX. Inclusive, reconhece que parte das conquistas democráticas deste período não partiram das elites liberais (MERQUIOR, 1991, p. 18).

Merquior atribuiu esse elemento antidemocrático à incompreensão da burguesia em relação às transformações do período. O mesmo não se pode dizer sobre a necessidade de liberação dos trabalhadores. A autoconsciência da burguesia ou “consciência esclarecida da realidade econômica” foi um elemento central para o triunfo de seu projeto. As liberdades defendidas na Revolução Francesa eram aspirações para a necessária consolidação da ordem burguesa no mundo (SOBOUL, 1982).

A percepção de Merquior (1991), que dissocia processos de democratização do liberalismo, apesar de avançada para um liberal contemporâneo, redundava em sua leitura idealista de que a democratização do Estado moderno, por obra de socialistas ou conservadores, representaria a adesão destes aos princípios liberais. Dessa maneira, ignora que estas tensões democratizantes, no que diz respeito aos socialistas revolucionários, era relativa à perspectiva tática, sem negar as limitações da forma burguesa no Estado moderno. Ao diferenciar autonomia de liberdade, nas pistas de Berlin, e democracia de liberdade, nas pistas de Hayek, o autor apresentou apenas a aparência do fenômeno de dissociação entre liberalismo e democracia.

O liberalismo clássico para Merquior (1991) unificava o “democratismo” e o “libertarianismo”. O que o autor denomina como democratismo diz respeito ao processo de democratização formal, com todos os seus limites e retrocessos, e por “libertarianismo” denomina o liberalismo econômico. De certo modo, o autor identifica aqui uma cisão entre liberalismo econômico e político.



Essa diferenciação tem sido ressignificada pela contradição entre um idealizado “liberalismo democrático” e o neofascismo, ignorando que as bases para o neofascismo estão na própria defesa da intensificação do liberalismo econômico, sem barreiras aos implementadores do neoliberalismo. Este é um risco importante a ser evitado no período atual e, em particular no Serviço Social, onde a perspectiva social-liberal esteve colocada de modo incisivo pela integração via políticas compensatórias nos governos petistas.

Stanley (2020) ressalta as relações entre desigualdades e democracia. Essas interrelações são um elemento desprezado comumente pela apologética liberal. Entretanto, Marx (2010) em seus estudos “ Sobre a Questão Judaica” já identificava, como uma realidade do capitalismo nascente, a dicotomia entre desigualdade real e a igualdade formal jurídica, forjada para ser “compatível com a desigualdade econômica” (STANLEY, 2020, p. 83). Stanley, no entanto, demonstra como estas desigualdades econômicas aparecem como principal elemento de derruição da “igualdade liberal” com o surgimento dos fascismos. Na medida em que as desigualdades se tornam extremas é necessário a existência de “mitos para sustentá-las”. E esses mitos ao negar a realidade acabam por substituir a “igualdade liberal” por hierarquia. O mesmo fenômeno, visto por Lukács (2020) em sua crítica filosófica da decadência, descreve o apelo à naturalização da hierarquia por setores conservadores e reacionários como um elemento que soldava o conservadorismo romântico ao reacionarismo burguês da decadência.

As democracias burguesas liberais nunca foram plenamente democráticas, dada a impossibilidade de igualdade política em economias capitalistas. Porém, pode-se identificar formações mais democráticas e menos democráticas na medida em que há mais liberdades democráticas disponíveis nessas formações. Brown (2020) salienta que a democracia apenas pode se forjar em um contexto de “igualdade política” e que não é possível falar em democracia quando há obstáculos a essa igualdade no exercício do poder político.

Brown (2020) identifica nos textos de Hayek maduro, uma tensão entre aspectos antidemocráticos e sua visão liberal. A radicalização de seu “liberismo”, para utilizar o conceito de Croce, leva o pensamento neoliberal, como será visto adiante, a uma crítica profunda da democracia, que embasa diversas formas antidemocráticas. Em Hayek, o “oposto da democracia é o autoritarismo” e oposto do liberalismo seria o totalitarismo (BROWN, 2020, p. 88).

Mais do que simplesmente distingui-los, no entanto, Hayek identifica fortes tensões entre o liberalismo e a democracia. O liberalismo, diz ele, está preocupado com “limitar os poderes coercitivos de todo o governo”, enquanto a democracia limita o governo apenas de acordo com a opinião da maioria. (BROWN, 2020, p. 88).

A visão antidemocrática em Hayek é legatária de sua perspectiva moralista e darwinista social, que enxerga o progresso humano como produto da competição. Esse darwinismo social está no centro da aproximação entre neoliberais e neofascistas na conjuntura atual. Brown (2020) aponta para diversos traços evolucionistas da teoria hayekiana. Destarte, as desigualdades em Hayek são fundamentais para o desenvolvimento e o combate a elas por qualquer padrão de planejamento racional seria um “obstáculo ao desenvolvimento”, pois a “ordem espontânea” de mercado não seria racionalizável.

Lukács (2020) já destacava que o surgimento do darwinismo social, como visão no campo da sociologia, relacionava-se com as teorias da harmonia social, presentes na economia clássica e, o não cumprimento das profecias de paz social smithiana, dada a explosão das lutas de classe, com a entrada em cena do proletariado (LUKÁCS, 2020, p. 593). A própria conformação da sociologia como ciência a partir da adoção do método das ciências naturais, em um período de significativo sucesso da teoria darwinista da evolução natural, sinalizava isso. Apesar do posicionamento de rejeição ao liberalismo nos fascismos históricos, este componente darwinista é hipertrofiado.

Para o líder do partido nazista, por exemplo, as políticas de bem-estar sempre representariam formas de explorar os segmentos que trabalham duro (os dominantes) para sustentar as minorias preguiçosas. Esta dicotomia trabalho duro x minorias preguiçosas estaria, assim como o criminoso x cidadão de bem, no centro da divisão entre “nós” x “eles” no fascismo e no neofascismo (STANLEY, 2020, p. 154). Este tema será melhor desenvolvido adiante. Por ora, passemos ao exame do pensamento conservador e suas relações com as visões liberais apresentadas até aqui.

## **1.2 Do conservadorismo clássico ao conservadorismo contemporâneo**

Assim como o liberalismo clássico, o conservadorismo clássico surge na conjuntura da consolidação da ordem burguesa, apesar de seus defensores reivindicarem um caráter trans-histórico do conservadorismo, como comportamento humano. Essas visões de mundo não podem ser compreendidas desconsiderando-se

sua origem no período de florescimento do capitalismo, ou seja, como tendência concorrente ao liberalismo.

As tendências estudadas nesta tese, no âmbito do Serviço Social, tanto as que reivindicam o conservadorismo quanto as que reivindicam a tradição do liberalismo, mais precisamente na forma ultraneoliberal, possuem, portanto, raízes diferentes no seio do pensamento social burguês, contudo, isso não retira o caráter irracionalista e antidemocrático que ambas compartilham.

Nesse sentido, a pesquisa da temática do conservadorismo proposta não se restringe à identificação dos elementos conservadores e ultraneoliberais do discurso destes segmentos no Serviço Social. Interessa tratar, particularmente, os desencadeamentos atuais do processo de “decadência ideológica”, em que conservadores se tornam mais liberais e liberais mais conservadores. O processo de decadência, aberto no século XIX, hoje assume sua forma degradada e empobrecida intelectualmente no ultraneoliberalismo e no conservadorismo atual na sociedade brasileira e, particularmente, nas subtendências regressivas emergentes da disputa por projetos profissionais no Serviço Social.

O próprio processo de decadência já imiscui elementos do liberalismo e conservadorismo, mas assume características particulares contemporaneamente na tendência prolongada de crise do capital desde 1970. Nesse período, de hegemonia neoliberal, o liberalismo assume, mais que nunca, feições antidemocráticas conservadoras. Apesar disso, considera-se relevante a análise mais detida do conservadorismo.

Escorsim Netto (2011) ressaltava a importância de pesquisas sobre o pensamento conservador clássico no Serviço Social, pela insuficiência do trato dado pela bibliografia profissional ao tema.

Tudo se passa como se as indicações de Yamamoto e Netto fossem bastante, não só para dar conta da relação *Serviço Social/pensamento conservador*, mas ainda, para iluminar este último- o que nos parece claramente insuficiente, porque isto não constitui o objetivo daqueles autores e porque, conseqüentemente, ambos se contentaram com uma aproximação mais ou menos genérica ao conservadorismo. Só esta observação já justificaria, por si mesma, uma análise mais particularizada do pensamento conservador, tal como nós a propomos na sequência no presente livro. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 33).

Apesar dos reconhecidos avanços na literatura profissional, no âmbito da pesquisa do conservadorismo clássico desde o estudo de Escorsim Netto (2011), o

tema ganha ainda mais relevância na conjuntura atual, diante do surgimento das subtendências ultraneoliberais e conservadoras no Serviço Social.

Para efeito deste trabalho, a proposta é uma incursão no pensamento conservador de modo ampliado, em sua diversidade, envolvendo sua origem histórica, o desenvolvimento de distinções em suas correntes internas e seus desdobramentos posteriores. Destarte, serão examinadas continuidades e rupturas, ideias de longa duração e posicionamentos conjunturais necessários para aproximações com a temática de pesquisa.

Este acompanhamento do trajeto dos diferentes conservadorismos será importante para compreender o ultraneoliberalismo no Brasil atualmente e sua relação com o pensamento conservador e neofascista, para além das características manipulatórias que assumem nos discursos e práticas de seus defensores e dos modos que esses as impõem na sociedade brasileira.

#### 1.2.1 Burke e a tradição conservadora inglesa – raízes históricas

Carlos Nelson Coutinho, no prefácio do livro de Escorsim Netto, destacava que o conservadorismo de nosso período histórico é preponderantemente herdeiro do conservadorismo liberal, cujo maior representante foi Edmund Burke (1729-1797), mais que do conservadorismo propriamente “reacionário”, de caráter restaurador, como dos pensadores De Maistre [1723-1821] e De Bonald [1754-1840] (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 9).

A designação conservadorismo liberal, apesar de controversa por reunir conservadorismo e liberalismo, de escolas de pensamento concorrentes e, em muitos aspectos, opostas, ao se referir ao pensamento de Burke, pode ser útil para distingui-lo do conservadorismo restaurador. Sua obstinação na defesa de mudanças sem ruptura, no que diz respeito à consolidação do capitalismo, é de suma importância para compreender seu papel como teórico de transição e como sua herança intelectual passa a ser incorporada pela tradição liberal anglo-saxã, assim como pelo pensamento conservador europeu, com enfoques muito diferentes.

Edmund Burke nasceu em janeiro de 1729 na cidade de Dublin, na Irlanda, à época uma colônia inglesa, e morreu em 1797. O autor é considerado o pai do conservadorismo. O pensador, que ainda hoje influencia conservadores e liberais nas mais diversas frentes de atuação, inspirou diversas tradições do pensamento

conservador, sendo central na produção textual de autores neoliberais como Mises (2018) e Hayek (1985) e conservadores, como Scruton (2019).

Burke foi um parlamentar britânico contemporâneo à Revolução Francesa (1789) e à consolidação de regimes burgueses na Europa e famoso principalmente por sua crítica à Revolução Francesa. Em suas “Reflexões sobre a Revolução na França”, publicadas em 1790, assumiu uma posição conservadora e, em alguns aspectos, apresentava-se como um contrarrevolucionarismo burguês *avant la lettre*, apontando características que, posteriormente, seriam centrais no pensamento burguês decadente. Quando a burguesia ainda figurava como classe revolucionária e animava diversos movimentos de libertação do poderio da Igreja e das monarquias, Burke concentrava seus esforços para enfrentar o revolucionarismo que passava a disputar consciências e que, segundo Gil Kinzo (2011), causara entusiasmo entre os ingleses.

Burke escreve seu texto mais importante antes da decapitação de Luís XVI em 1793. Ainda assim, dedicou parte significativa de suas reflexões a narrar o horror com que os membros da nobreza foram tratados até aquele momento pela revolução burguesa na França (BURKE, 2014, p. 92). O texto clássico entre os autores conservadores foi publicado pela primeira vez em novembro de 1790 e foi escrito como resposta à correspondência de Charles-Jean-François-Depont, um jovem membro da aristocracia francesa, que consultava a opinião de Burke sobre o acontecido (BURKE, 2014).

Burke, mais que uma preocupação com o processo francês, apresentava no texto, uma ressalva em relação aos desdobramentos culturais da consolidação do capitalismo é como um risco às conquistas no âmbito da tradição civilizada europeia. Identificava a fluidez como traço do mercantilismo de sua época e este como dissolução das ligações do homem com a terra (BURKE, 2014), um processo que concretamente ocorria com a superação do feudalismo; sinalizava para a “resistência à inovação”, que marca o pensamento conservador dos seus seguidores reacionários e que Hayek (2016), quase dois séculos mais tarde, identificava como uma legítima preocupação.

Burke (2014) rejeitava todo “espírito de inovação”, ao que opunha a herança dos ancestrais e a memória, os melhores conselheiros em questões políticas. Apesar de admitir a possibilidade de “aperfeiçoamentos”, estes nunca poderiam representar uma ruptura com o legado dos ancestrais, que constituiriam o arcabouço institucional existente (BURKE, 2014).

Dessa maneira, apesar de confirmar seu desejo de ampliar a “liberdade racional” na França, o que aparentemente o identificaria com os objetivos que moviam a Revolução Francesa, declarava manter “grandes dúvidas sobre vários pontos importantes” (BURKE, 2014, p. 26) que, em última instância, apontavam para a impossibilidade daquele processo redundar em liberdade, a qual apenas poderia surgir do legado dos antepassados e não pelo seu desprezo. Para o autor, o desejo pela inovação e as rupturas que marcavam a Revolução Francesa, eram uma marca de uma sociedade mal-agradecida aos seus antepassados, e que, por isso, não seria capaz de oferecer um futuro adequado. Ao contrário, na sociedade inglesa teria sido possível aprimorar o Estado e a política sem abandonar os avanços dos que vieram antes.

Ao realizar a crítica da Revolução Francesa, Burke exaltava os feitos da Revolução Inglesa e seu caráter de continuidade, sem rupturas abruptas e cabeças cortadas. O motivo de Burke ser tomado como o pai do conservadorismo moderno tem íntima relação com o *modus operandi* do pensamento conservador pós-1848, que possui o contrarrevolucionarismo em sua genética. Nas suas reflexões sobre a Revolução na França, sua denúncia é, na verdade, uma apologia à monarquia constitucional britânica. Isso não é um acaso ou mero patriotismo.

Parte das reflexões de Burke dedicavam-se a interlocutores ingleses daquele período, que defendiam a Revolução Francesa identificando-a com os ideais do liberalismo. Os principais signatários desta mensagem eram os membros da “sociedade da revolução”, um clube inglês que, em nome da defesa da liberdade, em espírito liberal clássico, saudou entusiasticamente a Revolução de 1789.

Os começos da confusão são ainda bastante pequenos na Inglaterra, mas entre vocês, não vimos uma infância bem mais débil chegar em pouco tempo a uma força capaz de destruir montanhas e de lutar contra o próprio céu? Quando a casa de nosso vizinho pega fogo, é recomendável que tomemos precauções para proteger a nossa. É melhor ser desdenhado por excesso de precaução, que se ver arruinado por excesso de confiança. (BURKE, 2014, p. 32).

Para Burke (2014), a Revolução Francesa sinalizava para uma grave crise em toda a Europa. Nos termos do autor:

A Revolução Francesa é a mais espantosa que já aconteceu até agora no mundo. [...] Tudo parece fora do natural, neste estranho caos de leviandade e ferocidade, onde todas as espécies de crime se misturam, com todas as espécies de loucura. (BURKE, 2014, p. 32).

O político conservador reconhecia que seus opositores da Sociedade da Revolução, diferenciavam a coroa inglesa das demais, que deveriam ser derrubadas, apesar disso, apontava para consequências possíveis dessa posição no nível nacional.

Burke (2014) ressaltava que a narrativa da Sociedade da Revolução, ao enxergar o momento da Revolução Inglesa de 1688 como uma escolha dos governantes, quando na verdade a “declaração dos direitos” consagrada naquele momento estabelecia regras para hereditariedade, era equivocada. Burke deixa patente sua visão de que a mudança da sucessão real, como produto da revolução, não era uma manifestação da escolha do povo, mas justamente o contrário, a consolidação da melhor forma de preservar a tradição da monarquia com estabilidade (BURKE, 2014, p. 39).

O conservador britânico identificava, nas motivações da revolução de 1688, que levaram à “virtual abdicação do rei Jaime”, uma ruptura do monarca com o “contrato original entre o rei e o povo” (BURKE, 2014, p. 49). Esse episódio de forma alguma corresponderia à deposição de um mal governo e jamais poderia ser lido como uma vitória do direito de escolher governantes, hipótese defendida pelos intérpretes da Sociedade da Revolução. Apontava que os membros da Sociedade da Revolução, ao aceitarem a escolha pelos cidadãos como único critério de legitimidade, punham em questão a monarquia inglesa. O autor estava correto quanto ao caráter de enfrentamento ao *Ancién regime* pela Revolução Francesa, apesar de seus prognósticos sobre a Inglaterra não terem se confirmado.

A Declaração de Direitos Inglesa, em vez de consagrar o direito de “depor governantes”, havia instituído o equilíbrio e a vigilância pelo parlamento. Burke (2014) enxergava nessa vigilância uma recusa à ideia de eleger e depor governantes, que via crescer e triunfar na Revolução Francesa. É por essa oposição à democracia, que Burke localiza-se como um conservador, posicionado contra um critério de legitimidade única e exclusivamente garantida pelo mandato eleito.

Do mesmo modo que o poder monárquico, a autoridade das casas legislativas inglesas também seria indissolúvel na visão de Burke. Sua perspectiva de manutenção das instituições é central em sua posição conservadora. E é nessa perspectiva, que compreendeu o processo da revolução de 1688 como uma mudança necessária para evitar rupturas neste edifício institucional (BURKE, 2014).

A síntese da ideia de Burke sobre a Revolução Inglesa encontra-se no trecho a seguir: “A revolução foi feita para preservar nossas antigas e indiscutíveis leis,

liberdades e aquela antiga constituição de governo, nossa única garantia da lei e da liberdade” (BURKE, 2014, p. 52). A incorporação do pensamento de Burke no conservadorismo norte-americano, já nascido liberal e burguês, está estabelecido, como discutido adiante, nesta leitura sobre as instituições e sua relação com os antepassados, que compareceu fortemente no pensamento de Hayek (1985).

Apesar da importância que a religião assume na visão de mundo conservadora expressa por Burke, o autor ao denunciar o estilo radical assumido pela oratória de alguns segmentos religiosos na história anterior à Revolução Inglesa e, mais contemporaneamente, na França, confirma a sua defesa pela separação entre política e Igreja. Parte da crítica que estabeleceu sobre a Revolução Francesa dizia respeito à intromissão direta da política em assuntos religiosos (BURKE, 2014, p. 33).

Ao descrever os representantes do clero (Primeiro Estado) na assembleia dos estados gerais, Burke (2014) ressaltava como eles não se comportavam como representantes de todo o clero e, comumente, colocavam seus interesses particulares acima dos de sua ordem. A importância da religião, como espaço em separado da política estatal em Burke, estava ligada à sua visão da igreja como agrupamentos de socialização mais simples ou “núcleos da sociedade que pertencemos”, que assim como a família eram capazes de “frear vícios e paixões”. Ao aludir ao “espírito do cavalheirismo” e ao “espírito da religião”, a preservação dos conhecimentos na sociedade, elementos que teriam tornado possível a ciência, além de uma compreensão baseada nos costumes, apontava para uma perspectiva da marcha da história como evolução a partir da moral.

Isso posto, a ruptura com o clero (espírito da religião) e a nobreza (espírito do cavalheirismo) representava uma ruptura com os responsáveis pela evolução da humanidade. Desse modo, concluiu Burke sobre os revolucionários franceses: “Sua liberdade não é liberal. Sua ciência é ignorância presunçosa. Sua humanidade é selvagem e brutal” (BURKE, 2014, p. 99).

Lukács (2020) identifica em Burke um novo tipo de analogia com a natureza, que passará a vigorar com o capitalismo. Ressalta que analogias com a natureza, no sentido de “naturalizar” os modos de organização, não eram novidade, mas que, geralmente, essas analogias estavam relacionadas a uma visão estática da sociedade.

Em Burke, o antinatural seria a revolução, quando as mudanças deveriam se realizar por “crescimento orgânico”, ou seja, sem “reviravoltas revolucionárias”



baseadas em critérios abstratos e preceitos mecânicos. Essa analogia em Burke (2014) atende a sua proposta de transformação pacífica, sem atacar “privilégios feudais” e os benefícios consolidados da aristocracia, mas através de mudanças graduais (LUKÁCS, 2020).

O pensamento de Burke possui como marca uma posição antijacobina e, justamente por isso, é mobilizado pelo contrarrevolucionarismo permanente, assumido pelo pensamento conservador desde 1848, o que alimenta também seu recorrente resgate pelos pensadores conservadores até a contemporaneidade.

Este antijacobinismo no pensamento de Burke concatena-se à perspectiva liberal clássica, em que se diferenciavam os “direitos do homem” do direito a uma porção do capital social, que “suas combinações de habilidade e força, pode fazer em seu favor.” (BURKE, 1961 apud GIL KINZO, 2011, p. 37). Assim, tratava as promessas de igualdade da Revolução Francesa como ilusões que apenas poderiam gerar terror.

No pensamento de Burke, há um plano de fundo, a fé cristã em um Deus que ordena a sociedade, que seria assim “naturalmente dividida em estratos ou classes, de modo que a igualdade, tanto política, social como econômica, vai contra a natureza” (BURKE, 1961 apud GIL KINZO, 2011, p. 21). Assim, o autor renunciava as diferentes formas de darwinismo social, que deixaram sua marca no século XX e que hoje se tornam novamente fontes para os ultraneoliberais e conservadores, que parecem renovar essa ideia de que a sociedade humana é hierárquica por natureza.

A aversão de Burke pela democracia é um traço de seu conservadorismo que o coloca em trincheiras opostas aos liberais clássicos. Se os liberais pecavam por defender um ideal de democracia pouco efetivo na prática, Burke, por sua vez, seguia avesso à ideia de democracia por enxergá-la como uma subversão da ordem natural e uma “tendência natural à tirania de partido” (BURKE, 2014, p. 142).

Para Burke: “uma perfeita democracia é, portanto, a coisa mais vergonhosa do mundo”. Coerente com seus ataques a Rousseau e a todo o espírito liberal em torno de uma soberania com origem no povo, o autor apontava que a superlativação das “vontades do povo”, para deliberação política, seria além de antinatural, uma espécie de despotismo.

O caráter particularmente popular da Revolução Francesa seria, portanto, um absurdo para Burke e tornava o povo: “presa fácil e desprezível a ambição servil de sicofantas populares ou cortesãos bajuladores” (BURKE, 2014, p. 112). O pragmatismo de Burke estava associado à sua visão sobre a necessidade de sempre se acomodarem

às novas questões nas antigas instituições. Destarte, os “projetistas” deveriam considerar mais a experiência que os valores e princípios que os guiavam no caminho de novas formas institucionais, como ocorrido na Inglaterra. Daí sua objeção ao caráter abstrato da Declaração de Direitos do Homem. Para Burke (2014), as inovações propostas pelos franceses eram equivalentes a um edifício sem fundações.

Assim ocorre com as velhas instituições, mas num sistema novo e meramente teórico, espera-se que toda invenção responda a seus fins, sobretudo quando os projetistas não são perturbados no esforço de acomodar o novo edifício ao antigo, seja nas paredes ou nas fundações. (BURKE, 2014, p. 186).

Essa postura burkeana, acerca da inviabilidade de um planejamento racional não assentado nos costumes e no legado dos antepassados, é profundamente recuperada por Hayek (1985), em suas objeções ao planejamento econômico e a toda perturbação às “ordens espontâneas” do mercado e da moral, como será tratado em outro trecho deste capítulo.

Interessante observar como o ataque ao caráter popular da Revolução Francesa ganha importância nas reflexões de Burke (2014); esse caráter, inclusive, é tratado como um dos principais problemas aos olhos do reacionarismo. Soboul (1982), no entanto, reforçou que a aliança da burguesia francesa com setores populares, na luta contra a aristocracia, apenas foi possível pela subordinação dos setores populares ao programa burguês.

O papel dirigente da burguesia e a aliança que empreendeu foram uma possibilidade devido às particularidades das lutas de classe na França no fim do século XVIII e, principalmente, a débil autoconsciência dos segmentos populares naquela quadra histórica. Sobre isso, Soboul (1982) demonstra como a fome foi um fator dinamizador do envolvimento dos setores populares na Revolução Francesa, mais que uma simples adesão aos projetos de dominação burguesa, em voga entre segmentos burgueses.

Seus fins eram revolucionários: destruir o privilégio aristocrático, estabelecer a igualdade civil numa sociedade sem ordens nem corpos. Não obstante, pretendia conservar-se tudo dentro de um estrito legalismo. Mas foi em breve empurrada para a frente na ação revolucionária, pelas massas populares, verdadeira força motriz, mantidas em boa disposição por muito tempo ainda que pela contribuição de suas próprias reivindicações e pela crise econômica que persistiu até meados da década de 1790. (SOBOUL, 1982, p. 31).

No trecho anterior, fica patente a preferência burguesa por uma via pactuada para a transição da sociedade feudal para a sociedade burguesa, mesmo na França. Interessante observar esta contradição, quando os ataques conservadores à Revolução diziam respeito prioritariamente ao seu caráter irruptivo. Esses ataques, por natureza contrarrevolucionários, eram indiretamente dirigidos aos segmentos populares, sem que a interlocução principal se dirigisse a esses. Há, contudo, a partir de 1794, uma mudança no sentido revolucionário francês: consolida-se o poder burguês pelo sufocamento dos movimentos populares, marcando uma cisão na aliança entre *sans-cullotterie* e a direção burguesa, o que costuma ser ignorado por esse contrarrevolucionarismo (SOBOUL, 1982, p. 80).

O poder revolucionário achou-se reforçado. Mas resultou daí um enfraquecimento do movimento popular e uma alteração de suas relações com o governo. A atividade política das organizações seccionárias se encontrou freada, a democracia debilitada. O processo de burocratização acarretou gradualmente a paralisia do espírito crítico e da combatividade política das massas. (SOBOUL, 1982, p. 89).

Soboul chama atenção como o “Termidor”<sup>2</sup> marca a desilusão com a esperança de uma democracia igualitária e inaugura “o reino burguês dos notáveis” (SOBOUL, 1982, p. 89). A idealização do papel democratizante da burguesia na destruição da ordem feudal acarretou equívocos estratégicos significativos na história da esquerda socialista, particularmente, no que diz respeito aos países periféricos no século XX. Pensar esse processo em sua concretude é um bom antídoto, disto decorre a importância das observações de Soboul (1982). Esse rompe com o viés idealista de análises dos desenvolvimentos da Revolução Francesa, e enxerga, por exemplo, as disputas entre montanheses e girondinos como resultado de diferenças de interesses de frações de classe no âmbito da burguesia. A Gironda, representando a burguesia de negócios, portava os interesses mais diretamente opostos aos segmentos populares, uma liberdade econômica menos limitada pela igualdade. Os montanheses, principalmente jacobinos, ao defender a democratização do poder político e a limitação da liberdade econômica por interesses nacionais, rechaçavam assim compromissos com a aristocracia e assumiam maior possibilidade de representar interesses populares (SOBOUL, 1982, p. 65).

---

<sup>2</sup> Termo utilizado para demarcar o período de reação anti jacobina, que se aprofundou após a execução de Robespierre em 1794.

Posteriormente, com o avanço da revolução burguesa, mesmo o pensamento de Burke seria rejeitado, em prol de um aprofundamento do irracionalismo na filosofia burguesa. E este é o momento de inflexão do irracionalismo para o irracionalismo moderno (LUKÁCS, 2020). O caráter de pensamento em transição de Burke está nessas características que acomodam o reacionarismo restaurador, que conflui para um novo reacionarismo burguês, meio século depois, ao mesmo tempo que passa a influenciar os liberais.

Assim, a vitória burguesa, sob o impulso dos ideais iluministas, solapava os ideais iluministas. Lukács chama a atenção para o trecho em que Marx comparava os filósofos Helvétius [1715-1771] e Bentham [1748-1830], onde este último apenas reproduziria o que o primeiro e outros franceses “havam dito espirituosamente” (LUKÁCS, 2020, p.302). O autor salienta que esse espírito, ausente em Bentham, estava relacionado ao momento do desenvolvimento do capitalismo e ao aprofundamento da decadência. Helvétius produzia para o enfrentamento antifeudal e Bentham, quando a vitória burguesa sobre a aristocracia e o feudalismo já estava consolidada. Interessante notar que Helvétius é um dos interlocutores selecionados por Burke em seu intento contrarrevolucionário, não por acidente. A “resistência à inovação” seria um traço na sociedade Inglesa, ressaltado por Burke, e esse traço teria sido responsável pela preservação do legado das gerações anteriores.

A perspectiva de ruptura com o padrão religioso de visão de mundo e com os valores que sustentavam o poder da nobreza no *Anciën Regime*, aparentam ser um sacrilégio para Burke. A rejeição de Burke à Revolução Francesa é tanto anti-iluminista quanto antiliberal, como visível no trecho abaixo, onde caricatura a política revolucionária, ao tempo que denuncia suas influências iluministas e liberais clássicas: “Não somos os convertidos de Rousseau nem os discípulos de Voltaire; Helvétius não teve sucesso entre nós. Nossos pregadores não são ateus, assim como nossos legisladores não são loucos” (BURKE, 2014, p. 105).

Merquior (1991) identificou no debate sobre democracia e representação, a principal diferença entre Burke e o liberalismo clássico. Seu contrarrevolucionarismo, aproximava-o do conservadorismo conjuntamente com outras características do seu pensamento, como o cunho religioso e o anti-individualismo. Isso posto, era o principal defensor do que Merquior qualificou como “mudança na continuidade”. Essa perspectiva marcou sua crítica à Revolução Francesa e sua importância para o pensamento contrarrevolucionário (MERQUIOR, 1991, p. 112).

[...] o que Burke repudia vigorosamente não é o desenvolvimento capitalista como tal, mas: 1º a forma da ação política e 2º a destruição de instituições consagradas pela tradição. A forma da ação política repudiada por Burke é a da *revolução burguesa que mobiliza massas*. A instauração de novas instituições segundo uma *racionalidade* antitradicionalista é rechaçada por Burke. Ou seja: dois dos componentes da cultura moderna é que são renegados pelo autor das *Reflexões*. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 45, grifo do autor).

Ressalte-se que o componente de restauração aparece nas reflexões de Burke, mas não é o centro de suas reflexões. Este centro está a cargo do contrarrevolucionarismo de suas posições e de uma crítica à democracia. Apesar do tradicionalismo e do aspecto político reacionário, Burke desponta como prenúncio do liberalismo pós-1848, transformado pela ascensão da burguesia à classe dominante a partir da segunda metade do século XIX.

O autor distinguia-se, portanto, da perspectiva mais diretamente restauradora e da defesa do *Ancién Regime* predominante em seus continuadores, como De Maistre e De Bonald. Merquior demarca a diferença entre o conservadorismo de Burke e as contribuições de autores que o reivindicavam, como De Maistre, De Bonald, Adam Muller. Esses mais identificados com o reacionarismo antiburguês.

Burke distinguia-se da cultura iluminista da época, mesmo que teóricos contemporâneos como Scruton (2019b) tentem a todo custo equalizar o seu conservadorismo ao iluminismo. Isso é mais um elemento que aproxima o pensamento de Burke ao conservadorismo reacionário pós-1848 que ao liberalismo de seu tempo. Uma possibilidade seria que esses elementos sejam herdeiros da tradição restauracionista reacionária, que perdurou até ser incorporada na junção entre conservadorismo antimoderno e contrarrevolucionarismo burguês na segunda metade do século XIX.

Burke tornou-se a parlamentar em 1766 e, em 1774, pronunciou discurso famoso, onde defendeu que os representantes no parlamento deveriam agir, não a partir da vontade direta de seus eleitores, mas pelo que seria melhor para toda a comunidade (GIL KINZO, 2011). Burke foi um defensor da coexistência entre a tradição, inclusive a monárquica, e uma espécie de constituição estatal, que se adaptasse aos novos tempos liberais sem vilipendiar a tradição. Assim, inclusive, defendeu arduamente o poder do parlamento e a necessidade de ele resistir às interferências da coroa britânica.

É Interessante notar que esse postulado possui paralelos com o que posteriormente defendeu Bastiat ([1850] 2016) em sua crítica à “espoliação”, ou seja, quando discorreu sobre o parlamento, julgou que esse seria a causa do desvirtuamento da lei, e denunciava o sufrágio universal como forma de instituir a espoliação universal sobre os mais ricos pelo Estado.

O pragmatismo de Burke também o acompanhava na forma de pensar a relação representante/representado. O que definia o sucesso de um mandatário seria a “eficácia” de suas ações, de acordo com os seus propósitos. Não basta então, não agir contra os propósitos que se têm, seria necessário que seus propósitos fossem plenamente realizáveis (BURKE, 1961 apud GIL KINZO, 2011).

A ideia pragmática de pensar a política resume-a “como filosofia em ação”. O único instrumento para se pensar a política seria a eficácia:

De minha parte parece-me impossível conceber que alguém acredite em sua própria política ou que acredite que esta possa ter algum peso se nega a adotar os meios de colocá-la em prática. A tarefa do filósofo especulativo consiste em descobrir os fins correspondentes ao governo. A do político, que é o filósofo em ação, é a de encontrar os meios adequados para alcançar tais fins e utilizá-los com eficácia. (BURKE, 1961 apud GIL KINZO, 2011, p. 26-27).

Burke era um defensor dos partidos como forma de organização. Pensava que, assim como as famílias são a forma de organizar as pessoas para a vida, os partidos as organizavam para a política. Ao organizar os que possuíam ideias semelhantes, os partidos cumpriam a tarefa de ordenação social harmônica, que em última instância era dom divino.

Assim como Mises (2018), quase um século depois, enxergava a opinião pública como algo que comumente levava as sociedades para decisões equivocadas; Burke via com bastante reserva perspectivas de representantes como comissários ou defensores de interesses de seus eleitores. Esses deveriam estar acima dos interesses particulares, na defesa dos interesses coletivos.

O Parlamento não é um *congresso* de embaixadores que defendem interesses distintos e hostis, interesses que cada um de seus membros deve sustentar, como agente e advogado, contra outros agentes e advogados, mas uma assembleia deliberativa de *uma nação*, com um interesse: o da totalidade, onde o que deve valer não são os interesses locais, mas o bem geral que resulta da razão geral do todo. Elegeis um deputado, mas quando o haveis escolhido, ele não é o deputado de Bristol e sim um membro do *Parlamento*. (BURKE, 1961 apud GIL KINZO, 2011, p. 29, grifo do autor).

Essa forma de pensar o parlamento, como espaço dos mais aptos a pensar os “interesses da nação”, demonstra porque ao realizar no Manifesto Comunista a crítica do Estado burguês, Marx e Engels o qualificavam como comitê executivo para gerir os negócios comuns da burguesia. De fato, esta não seria uma definição a que Burke se oporia. Para ele, a grande questão seria como impedir que interesses mesquinhos ou egoístas interpusessem-se à gestão dos negócios comuns. O neoliberalismo hayekiano, ao opor-se às formas plutocratas e igualitaristas, alinha-se a esta visão burkeana.

Burke (2014) identificava também contradições no discurso de igualdade dos revolucionários e no critério censitário, que na época era exigido para participação nas assembleias primárias. Aponta assim, que se tratava da substituição de uma aristocracia por outra mais tirânica: a aristocracia do dinheiro. Do mesmo modo que o poder econômico, o poder político deveria ser proporcional à capacidade econômica de cada homem. Apenas o “homem social civil” deveria partilhar o poder político e não qualquer um.

A liberdade para Burke devia ser mediada, as paixões deviam ser dominadas, e o Estado seria então, um impeditivo às vontades de “frear e subjugar” e, por esse motivo, deveria necessariamente ser exercido “de fora”, acima dos sujeitos que submetem. Igualmente, opõe-se à ideia de Direitos Humanos em abstrato, que enxergava na Revolução Francesa. Apelando novamente ao pragmatismo, ele desdenhava da perspectiva de instaurar direitos a partir do Estado. A esse cabia regular os já instituídos pela tradição.

### 1.2.2 Relações entre liberalismo norte-americano e conservadorismo inglês

A crítica conservadora que hoje procede à denúncia dos direitos humanos e sociais tem Burke como referência. Talvez, com uma incorporação maior de posturas como a de Bastiat (1850), que vê nos direitos sociais a espoliação por meio do Estado. Observa-se na denúncia aos direitos humanos e sociais contemporâneos, similar esforço de desqualificação. Com a diferença de que a institucionalização destes direitos, ao longo do século XX altera o caráter da denúncia atualmente. Esta acusação, nos dias de hoje, assume uma posição regressiva, diferentemente de Burke, que se opunha a eles quando se anunciaram.

Para Merquior (1991), os federalistas norte-americanos buscavam, através da liberdade política identificada com os franceses, uma defesa da liberdade ao estilo

inglês, como liberdade negativa fundada sobretudo na legalidade. Liberdade para seguir a lei. Na linha que segue desta fusão, os neoliberais parecem radicalizar ainda mais os componentes conservadores de sua defesa da liberdade. Hayek (1985) dá demonstrações claras disso. Como em Burke, sua a ideia de liberdade, seguindo a tradição norte-americana, é fundada na moral tradicional, em “princípios de conduta e opinião evoluídos”, e a intromissão do Estado nesta seara, portanto, seria uma ameaça à liberdade (BROWN, 2020).

Burke (2014) via como possibilidade o avanço da burguesia em relação harmônica com a nobreza, como ocorria na Inglaterra. Aqui aparece sua diferença com o conservadorismo reacionário francês, não era apenas um restaurador do *Anciën Regime* e defensor da ordem aristocrática em contraposição a uma sociedade burguesa que se erigia: era um defensor da convivência entre as duas ordens.

A denúncia da igualdade formal por Burke possui como motivação a impossibilidade da igualdade real e as consequências que a contradição disto decorrentes poderiam trazer, ao alimentar ilusões nos “homens destinados a trilhar uma vida laboriosa” (BURKE, 2014, p. 58). A preocupação com a estabilidade é permanente em Burke, e esta vincula sua herança intelectual ao liberalismo da decadência até os dias de hoje.

Hayek (2016), justificando os encontros entre liberalismo e conservadorismo no enfrentamento ao socialismo, ressalta a incapacidade dos conservadores em pensar uma teoria econômica própria, devido a sua incompreensão das forças espontâneas de mercado, e salienta que os conservadores acabavam por adotar a perspectiva econômica dos liberais, como em Burke, que permaneceu um Whig e jamais um Tory, sendo assim adepto do liberalismo do tipo inglês.

Brown (2020) aponta que Hayek teria modernizado Burke, via Darwin, pois a tradição produziria harmonia de modo orgânico, mas obtido como experimentação. Vincula assim liberdade à tradição, na chave burkeana. Como já vimos é justamente através do darwinismo social aqui mencionado que o neoliberalismo avança nos ataques à democracia. Hayek une dessa maneira duas tradições antidemocráticas, o conservadorismo clássico e o darwinismo social da economia vulgar.

As “normas de conduta” seriam formas de “adaptação” ao ambiente que seriam transmitidas por serem “mais eficazes”. A naturalização em Hayek corresponde ao apagamento das lutas de classes ao longo da história para a adaptação humana a



partir da “ordem espontânea” (HAYEK, 1985a). Nessas pistas, todo igualitarismo seria uma ameaça a esse legado dos antepassados, como em Burke.

A associação entre igualdade e liberdade, na Revolução Francesa, prevista na Declaração dos Direitos do Homem era referente ao enfrentamento direto à aristocracia. Contudo, Soboul (1982, p. 50) demonstrou que mesmo na França “a igualdade civil” foi deturpada pela manutenção da escravidão nas colônias.

Interessante pensar como Fanon (2008), justamente oriundo de uma destas colônias, foi um arguto problematizador da cidadania liberal, como cidadania do homem branco. O pensamento de Fanon – felizmente – vem sendo resgatado e parece muito propício na conjuntura atual de crescimento do conservadorismo e do ultraneoliberalismo. Aparece, portanto, desde então, o caráter contraditório do liberalismo e a subordinação de todas as liberdades à liberdade econômica, principalmente, em suas vertentes mais identificadas com a liberdade negativa, como na norte-americana. Além, é claro, do caráter fundamentalmente desigual que assume a acumulação capitalista nas diversas latitudes.

Apesar de existirem ideias de longa duração no conservadorismo de Burke, incorporadas pelo conservadorismo norte-americano, isso não o equivale em consequências para Inglaterra ou França. Desta forma, os processos norte-americano e inglês deram-se de modo muito diferente do processo francês, dadas as particularidades de cada formação econômico-social. Soboul (1982) destacava que a Revolução Inglesa e Norte-americana, apesar de proclamarem os direitos do homem, não ameaçavam, em nenhum momento, as “classes possuidoras mais inquietas de liberdade que de igualdade” (SOBOUL, 1982, p. 115), diferentemente do que ocorrera na França.

### 1.2.3 A crítica da Revolução Francesa por liberais e conservadores

Um movimento irregular convulsivo pode ser necessário para combater uma enfermidade convulsiva e irregular. Mas o hábito saudável da constituição britânica é a sucessão. (BURKE, 2014, p. 47).

No trecho anterior, Burke fornece elementos para sua diferenciação do processo inglês do que ocorre na França e do discurso do liberalismo clássico naquele momento. Apesar de sua leitura assemelhar-se ao direito de resistência em Locke, o que está em

questão aqui não é a origem da soberania no povo pelo direito de resistência, mas justamente a manutenção do soberano como parte do pacto constitucional.

O caráter essencialmente aristocrático da sociedade francesa no período pré-revolução (SOBOUL, 1982) constituiu as bases materiais objetivas e subjetivas que particularizavam a Revolução Francesa. Essa leitura desvela perspectivas idealizadas do processo que toma a Revolução, pela autoimagem fornecida por seus ideólogos, que tendem a formatar análises liberais ufanistas do processo de transição burguesa francês.

A aristocracia permanecia como “casta” em um momento em que parte das funções de direção econômica (finanças, indústria etc.) já não lhes pertenciam, assim como a maior parte dos seus “recursos” econômicos eram fornecidos pela burguesia. Sendo assim, a Revolução Francesa é o processo de tomada do poder político de um segmento que já detinha as bases materiais para se tornar o setor dirigente (SOBOUL, 1982).

Para Soboul (1982), “a revolta da aristocracia abriu caminho ao Terceiro Estado”. Mesmo que a direção do processo fosse burguesa, Soboul chama atenção para a heterogeneidade do Terceiro Estado, constituindo ampla maioria da população, unificada apenas por seu caráter plebeu. Do mesmo modo, entre os segmentos burgueses havia também heterogeneidade, principalmente no que diz respeito à integração aos privilégios propiciados pela ocupação de postos de direção no Estado no período que antecedeu a Revolução.

O quadro em que irrompe a revolução burguesa na França, como movimento de caráter popular, diz respeito à situação de fome, carestia e desemprego, que foram mobilizadores desses segmentos em sua luta por sobrevivência em um sistema em crise (SOBOUL, 1982, p. 27).

A crise da monarquia, aprofundada pela crise econômica, no processo que consolidou a Revolução Francesa a partir do Terceiro Estado, na Assembleia dos Estados Gerais, revela uma heterogeneidade de posições táticas e diferentes vertentes. Soboul (1982) apontava que havia, dentro do Terceiro Estado, elementos conservadores, que unidos a uma “fração liberal da nobreza”, formavam um segmento que, opondo-se aos segmentos populares, propunham formas conciliatórias com o Antigo Regime.

Desde então, níveis diferentes de reacionarismo conservador e algumas vertentes liberais mais conservadoras já se diferenciavam no seio da luta política. Contudo, ambos se punham em blocos opostos aos interesses populares. Soboul

ressaltou que este processo não pode ser transposto como luta de classes, visto que os *sans culottes* não eram uma classe e portavam em seu seio parte das contradições que posteriormente destruiriam a unidade forjada anteriormente (SOBOUL, 1982). Apesar disso, apresentavam sinais importantes do que, posteriormente, consolidar-se-ia com o erguimento da classe trabalhadora como sujeito.

Após sucessivos conflitos internos pela oposição entre direção burguesa e interesses populares na Revolução e um manejo que conseguia compatibilizar esse impulso até 1793, sob a direção burguesa, o conflito ganha novos contornos. A crise política e a crise econômica confluíam para desestabilizar o processo da Revolução.

A inexistência de autoconsciência de classe e mesmo das condições materiais de conformação das classes populares a partir do trabalho impedia que esses segmentos dirigissem o processo. No entanto, o mal-estar nesse período, assim como a consciência adquirida no processo de luta, traziam à tona a contradição entre esses segmentos e a direção burguesa da Revolução.

A Revolução Francesa viabilizou o Estado Moderno e, dos tempos do Diretório ao Império, viabilizou a consolidação da sociedade burguesa. Nos seus desdobramentos, com a ascensão de Napoleão, não há uma ruptura com os ideais democráticos da Revolução, mas a consolidação da direção burguesa tornada antidemocrática.

Para Soboul (1982), a explicação para a forma particular irruptiva que assume a Revolução Francesa reside nas características particulares da sociedade francesa do período pré-revolucionário (fim do século XVIII). O autor, portanto, trabalha com a dialética particular geral de modo interessante, não ignorando as particularidades nacionais da França na determinação das formas da revolução burguesa ali ocorrida.

Essa é uma leitura extremamente profícua na crítica necessária das leituras que dimensionam as diferenças da revolução burguesa nos países dependentes, como um atributo de uma burguesia débil, quando, na verdade, as condições sócio-históricas apresentaram-se nos países dependentes de modo inteiramente diverso. Pensar hoje os desdobramentos do conservadorismo atual e do ultraneoliberalismo, exigirá, sobremaneira, esse tipo de interpretação.

Em seu ataque à composição do Terceiro Estado, Burke revela traços de seu elitismo: opunha-se à democratização do poder político, por compreender que essa abriria a possibilidade de ambiciosos e mesquinhos apropriarem-se dos anseios dos

mais fracos. Ao rejeitar a realização de “assembleias públicas” na Revolução Francesa, Burke pontuou:

Nada pode assegurar em tais assembleias uma conduta séria e moderada, a menos que o corpo delas seja composto de pessoas respeitáveis por sua condição de vida, propriedade permanente, educação e hábitos de vida que possibilitam uma visão mais ampla e liberal. (BURKE, 2014, p. 62).

Examinando a composição do Terceiro Estado e a grande presença de advogados, médicos e funcionários públicos de serviços mais simples, Burke afirmava que era improvável que esses sujeitos fossem capazes de defender como necessária, a estabilidade da propriedade. Além disso, seriam suscetíveis a defenderem seus interesses privados, em detrimento das necessidades que a administração do Estado impunha (BURKE, 2014). Para o autor, a Assembleia Nacional Constituinte (de julho de 1789), além de incapaz de representar os interesses dos verdadeiros proprietários, possuía poder ilimitado por seu caráter constituinte (BURKE, 2014). Esse processo foi muito mais complexo que a mera tomada de poder pela burguesia francesa, apoiada por setores populares, e possui vários momentos, como demonstrou Soboul (1982).

Soboul (1982) analisou, no entanto, que apesar das mudanças institucionais no sentido de extinguir o feudalismo, persistiram, através do compromisso entre aristocracia e setores burgueses, compromissos mantenedores do feudalismo como realidade econômica no primeiro momento da Revolução, apenas reorientada pela luta incessante de segmentos camponeses. A ruptura do compromisso entre aristocracia e burguesia na França pré-revolucionária esfacelou-se a partir do desenvolvimento da revolução, na destruição do feudalismo, particularmente após 1893 (SOBOUL, 1982).

Parte importante da crítica de Burke dirige-se ao “confisco” de bens da Igreja na França. Para o autor este confisco esvazia a Igreja de sua possibilidade de influenciar moralmente a sociedade, ao perder possibilidade de influência sobre ricos e novos ricos, mas também e, sobretudo, constitui uma violência contra as autoridades religiosas afetadas pela medida (BURKE, 2014, p. 123).

Burke percebia que a burguesia nascente na França era a principal interessada em atacar o clero e a nobreza. Como aliados estes segmentos teriam “os escritores”. A aversão de Burke à intelectualidade é visível em diversos trechos de seu texto. O autor percebia como “vingança” a luta destes segmentos por uma nova hegemonia de

classe e já dava pistas para o fato que o avanço da burguesia, em aliança com a aristocracia e sem esmagar instituições religiosas na Inglaterra, conferia mais estabilidade que a revolução na França (BURKE, 2014).

Burke percebia corretamente as causas da ruína da monarquia Francesa na separação entre aristocracia e detentores de riqueza, sendo expressa uma incapacidade de incorporar esses segmentos nos espaços de poder (BURKE, 2014). Consumindo grande parte das reflexões de Burke com a Revolução Francesa, o confisco dos bens da Igreja representava uma questão no plano moral, político e econômico (BURKE, 2014). No plano econômico, ele se aproximava de liberais clássicos no que diz respeito à liberdade negativa.

A fonte inesgotável de minha preocupação é o temor que na Inglaterra chegue-se a admitir como política de Estado a busca por recursos na base do confisco de qualquer tipo, ou de que uma certa categoria de cidadãos possa encarar as outras como sua presa natural. (BURKE, 2014, p. 169).

Em sua crítica ao Robespierre, Bastiat ([1850] 2016) aproximava-se sensivelmente das visões de Burke sobre a Revolução Francesa. Principalmente, no que concerne à denúncia do idealismo pouco pragmático e da arrogância dos revolucionários:

Quão acima do resto da humanidade se coloca Robespierre? Observe-se a arrogância com que fala. Ele não se limita a exprimir o desejo de uma grande renovação do espírito humano; nem sequer espera o que pode resultar de um governo regulamentar. Não, quer realizar ele mesmo a reforma pelo terror. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 102).

A articulação entre liberdade negativa e conservadorismo típica do mundo anglo-saxão desdobra-se, nos dias de hoje, tanto em neoliberais como Hayek, mesmo que ele não se autodeclare conservador, quanto em conservadores como Scruton (2019a). Esse último estabeleceu seu pensamento como parte de uma tradição, associada ao Burke e à crítica à Revolução Francesa, o que não exatamente consistiu em uma novidade no pensamento conservador, como já deve estar claro.

Em segundo lugar, o estabelecimento de uma *tradição* (ou de *uma linhagem conservadora*, implícita nestas cronologias que vêm da Revolução Francesa aos nossos dias, está longe de solucionar transformações sofridas pelo conservadorismo. É notável, aqui, o exemplo fornecido por um dos mais argutos estudiosos do conservadorismo (ele mesmo um conservador), Nisbet, na conclusão de um ensaio dedicado ao tema: para ele, o

*neoconservadorismo* norte-americano, nascido nos anos sessenta do século XX, não pode ser identificado como a “era Reagan”, mas é tributário de “um credo político velho de dois séculos” (1987, p. 176) - vale dizer: sem Burke, não haveria a *National Review* de W.F. Buckley. Também aqui não se navega em águas claras. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 39, grifo do autor).

É possível e necessário reconectar os laços entre o conservadorismo clássico e o neoliberalismo atual, entretanto, para isso é preciso avançar a partir da compreensão do irracionalismo moderno, que marca o conservadorismo pós-1848. Nesse processo, há uma cisão com os ideais iluministas e com a defesa da razão.

O iluminismo é central para o período de preparação das revoluções burguesas, contudo cai em descrédito no próximo momento. Lukács (2020), descrevendo o processo alemão de desenvolvimento do irracionalismo anti-iluminista, reforça que as tendências a um pensamento filosófico aristocrático, como desdobramento do reacionarismo burguês, apenas puderam desenvolver-se com um golpe no Iluminismo, que estava expressa em Baader e, em menor grau, em Schelling.

No Brasil de Bolsonaro, o relativismo pós-moderno e a decadência intelectual foram significativamente exacerbados, e o reacionarismo burguês de que nos fala Lukács não encontra barreiras. Abaixo, a distinção de Chaloub (2020) entre neoconservadorismo e reacionarismo demonstra como estas tradições articulam-se no Brasil atual. O ultraneoliberalismo e o conservadorismo do tempo presente representam formas de articulação do reacionarismo burguês. Sua expressão ideológica não poderia deixar de ser degradada, mesmo assim, é possível identificar que, no pensamento ultraneoliberal correspondem mais aspectos conservadores e em torno da liberdade negativa e, nos pretensos conservadores fala mais alto, o reacionarismo.

A distinção entre o neoconservadorismo e o reacionarismo se ampara em uma visão abrangente de história, já que enquanto a tradição conservadora aceita as mudanças no processo histórico e, mesmo com o importante papel de argumentos de fundo religioso, não defende a plena submissão da política à religião, a linguagem reacionária, por sua vez, advoga a possível retomada de momentos históricos distantes e vê a política dos homens como simples reflexo de uma ordem divina superior. A verve reacionária de Carvalho o leva à recusa do moderno, seja em relação ao Estado secularizado ou a qualquer mudança no terreno do comportamento e da cultura. Há, nesse sentido, a negação profunda da própria ideia de direitos individuais, vistos como desagregadores de valores mais relevantes, e uma rejeição ético-estética a qualquer inovação no terreno da arte do pensamento. (CHALOUB, 2020, p. 180).

A extrema-direita emergente no mundo contemporâneo é plural, e onde vicejam elementos conservadores, neofascistas reacionários e ultraneoliberais. Dardot e Laval (2016, p. 290) apresentaram a emergência da nova direita na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos nos anos 1980 como força anticonservadora e antissistema, pela apropriação do descontentamento de segmentos da população com as políticas tocadas à época, por meio de “populismo antielite e antiestado, em geral com matrizes xenofóbicas”. Contudo, os autores alertaram que os ataques desses grupos possuíam, em seu conteúdo, os marcos do debate neoliberal sobre Estado, como a eliminação de burocracias e desperdícios. Como será visto adiante esse discurso é matriz do ultraneoliberalismo e do conservadorismo crescentes no Brasil atual. Mas, as linhas de continuidade entre esse discurso nascente e sua matriz gerencialista são ofuscadas pela busca da diferenciação, que marca sua atuação política.

A aparência de novidade, que os segmentos da “nova direita” brasileira apresentam, é parte da sua estratégia. Entretanto, a união entre ultraneoliberalismo e conservadorismo com cariz antidemocrático e reacionarismo neofascista, que hoje ocupa o Governo Federal, é herdeira tanto da tradição do pensamento liberal, quanto conservador no mundo ocidental, como vem sendo demonstrado ao longo deste estudo.

Burke (2014) diferencia-se claramente do reacionarismo de sua época: não defendia o direito divino e demarca que sua posição em torno da monarquia diz respeito ao conjunto dos ditames constitucionais, que garantem estabilidade por essa institucionalidade determinada na Inglaterra. Apontava que seus opositores tendiam a confundir sua posição com a defesa dogmática da coroa pelo direito divino, caricaturando sua posição. Esta caricatura estava a serviço do que considera como uma dogmática inversa em torno do “poder popular arbitrário”. O conservadorismo clássico francês era em geral reacionário. O liberalismo francês, no entanto, queria pôr fim à revolução e preservar suas conquistas (MERQUIOR, 1991).

Mussolini (2019 [1932], p. 27), na mesma direção de Burke, demarcava a vinculação da doutrina fascista com o reacionarismo. Essas defesas dizem mais sobre as ligações de ambos com o reacionarismo de seu tempo, que a uma oposição ao reacionarismo.

A negação fascista do socialismo, da democracia e do liberalismo não deveria, contudo, ser interpretada como um desejo de fazer o mundo retroceder a posições anteriores a 1789, um ano em geral mencionado como o que inaugurou o século demoliberal. [...] Mortos e enterrados estão os privilégios

feudais e a divisão da sociedade em castelos trancados. (MUSSOLINI, 2019 [1932], p. 27).

Analogamente, a negativa de conservadores atuais em relação ao fascismo e outras formas reacionárias não afasta suas origens e semelhanças. No entanto, assume feições apropriadas à atual quadra histórica. A seguir, será discutida como essa herança desdobra-se no conservadorismo atual.

#### 1.2.4 Conservadorismo atual

Scruton é provavelmente um dos nomes conservadores mais conhecidos atualmente no Brasil e no mundo. O jornal Folha de São Paulo, em 4 de julho de 2019, referiu-se ao autor como “o conservador mais celebrado da atualidade”. O jornal *O Globo*, em 12 de janeiro de 2020, data da morte do autor, tratou Scruton como um “cânone” do pensamento conservador.

A revista *Época* (TEIXEIRA, 2020) fez questão de travar uma disputa pela memória de Scruton com o bolsonarismo, dizendo que Scruton jamais se deixou levar pela “retórica vulgar” do conservadorismo de hoje, expondo, desse modo, uma contradição entre as homenagens a Scruton, por ocasião de sua morte, feitas pelo presidente do Brasil e as posições do conservador.

Em vida, Scruton chegou a se esquivar de dar declarações sobre o governo Bolsonaro, mas via com grande entusiasmo o crescimento do conservadorismo no mundo. De igual maneira, ao ser questionado sobre Olavo de Carvalho, provavelmente seu maior divulgador no Brasil, dizia já ter escutado falar sobre, mas não ter lido. O verídico, no entanto, é que tanto os seguidores de Olavo de Carvalho, quanto outros segmentos bolsonaristas e a direita tradicional brasileira renderam homenagens a Scruton por ocasião de sua morte.

Scruton, ao apresentar sua posição como “conservadorismo moderno”, já sinalizava para uma importante característica de seu pensamento: o conservadorismo, para além de sua origem histórica (por volta do século XVIII) no reacionarismo e na defesa do *Anciën Regime*, caracterizar-se-ia, em todos os momentos, por formas de comportamento humano determinadas.

O conservadorismo moderno é produto do iluminismo. Mas invoca aspectos da condição humana que podem ser testemunhados em todas as civilizações



e em todos os períodos da história. Além disso, é herdeiro de um legado filosófico, ao menos tão antigo quanto os gregos. (SCRUTON, 2019a, p. 9).

Na sua perspectiva teórico-metodológica, Scruton tentou diferenciar-se tanto do idealismo e da história das ideias, quanto do marxismo. Para o autor, Marx incorreria no erro de acreditar que “a vida intelectual é subserviente às causas materiais” (SCRUTON, 2019a, p. 10-11). Para Scruton (2019a), a força material adquirida pelas ideias marxistas e os desdobramentos da sua ampla aceitação demonstrariam a autonomia das ideias em relação à realidade objetiva.

Scruton (2019a), além de caricaturar o marxismo como se fosse similar ao materialismo vulgar, refutado veementemente por Marx (1985) em sua contribuição teórica, eliminava a dialética do vocabulário marxista. Tudo isso, para defender o conservadorismo como uma visão de mundo trans-histórica, legítima e descolada das condições materiais objetivas e subjetivas que o provocam e situá-lo para além do “reino da razão”.

Para entender a pré-história do conservadorismo, portanto, é preciso aceitar que as ideias frequentemente possuem raízes em condições biológicas, sociais e políticas mais profundas que o argumento racional. (SCRUTON, 2019a, p. 10).

Sobre o papel do antirracionalismo como estruturante do conservadorismo, Escorsim Netto (2011) alertou para sua culminância na apologia aos preconceitos, onde desemboca o pensamento de Scruton, aqui sob a forma de crítica ao politicamente correto:

O antirracionalismo que faz assentar a autoridade na tradição culmina na apologia dos conservadores ao *preconceito*. Segundo Maistre para o homem “nada é mais importante que os preconceitos” porque sem eles não existe “nem culto, nem moral, nem governo”. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 66, grifo da autora).

Contraditoriamente ao antirracionalismo defendido por Scruton (2019a), no livro “Como ser um conservador”, ele aponta o conservadorismo como “a única resposta racional às ameaças emergentes ao direito de viver a vida como desejamos” (SCRUTON, 2019b, p. 9). Todo o pensamento do autor parte da premissa de uma ameaça emergente às liberdades e o conservadorismo seria, portanto, a resposta para essas ameaças.

A oportunidade de viver nossas vidas como desejamos; a segurança da lei imparcial mediante a qual nossas queixas são solucionadas e os danos reparados; a proteção do nosso meio ambiente como um recurso natural compartilhado e que não pode ser apoderado ou destruído de acordo com o capricho de interesses poderosos; uma cultura aberta e questionadora que moldou nossas escolas e universidades; os procedimentos democráticos que nos permitem eleger nossos representantes e aprovar as próprias leis- estas e muitas outras coisas nos são familiares e tidas como certas. Todas elas, no entanto, estão sob ameaça. E o conservadorismo é a resposta racional para essa ameaça. Talvez seja uma resposta que exija mais discernimento do que uma pessoa comum está disposta a dedicar para isso. Mas o conservadorismo é a única resposta àquelas realidades emergentes, e neste livro tentarei explicar, tão sucintamente quanto possa, porque seria irracional adotar qualquer outra réplica. (SCRUTON, 2019b, p. 9).

Com o transcorrer da explanação sobre a “tradição conservadora”, sua argumentação torna-se um pouco mais clara, e percebe-se não haver tanta inovação quanto aos seus predecessores. A condição humana por ele tratada é apenas mais um motivo para a naturalização dos processos sociais, típicos da disputa de visões de mundo, realizada por setores conservadores ao longo da história do capitalismo: o pensamento conservador seria legatário da própria forma de ser dos homens e mulheres no mundo e seria resultado de algumas características desses seres.

Scruton (2019a, p. 11) remontava às diferentes formas de organização social ao longo do desenvolvimento humano - que segundo ele, dividem-se no momento tribal, religioso e político como respectivas formas de “pertencimento social” e com valores determinados -, para situar o surgimento do conservadorismo moderno no momento que qualifica como político.

O conservadorismo é a filosofia do vínculo afetivo. Estamos sentimentalmente ligados às coisas que amamos e que desejamos proteger contra a decadência. Sabemos, contudo, que tais coisas não podem durar para sempre. Enquanto isso, devemos estudar os modos pelos quais podemos conservá-las durante todas as mudanças pelas quais devem inevitavelmente passar, de modo que, nossas vidas continuem sendo vividas em um espírito de boa vontade e gratidão. (SCRUTON, 2019b, p. 53).

Apesar do apelo irracionalista de Scruton (2019b), não se percebe, em sua tipificação das formas de pertencimento social, muitas diferenças em relação aos períodos identificados pelo positivismo do século XIX. Há uma similaridade com as ideias de um Estado teológico, um Estado metafísico e um Estado racional. Contudo, para o autor, essas diferentes formas de “pertencimento social”, na família, na religião e na comunidade/tribo corresponderiam aos valores importantes a serem conservados.

Em uma leitura dos eventos, aliás, o conservadorismo surgiu como tentativa de manter os valores do parentesco e da religião em comunidades que estavam sendo reorganizadas por uma lei puramente política. (SCRUTON, 2019a, p. 11).

No livro “Como ser um conservador”, Scruton (2019b) desenvolve melhor a estratégia de enfrentamento ao “politicamente correto” como centro da defesa conservadora da atualidade. Fica notório, o apelo do autor aos ressentimentos, típicos dos ataques da extrema-direita no neoliberalismo, principalmente no que se refere aos avanços pontuais, em termos de direitos, de grupos historicamente oprimidos. Esse apelo à forma como a maioria das pessoas se sentiria ao se defrontar com questionamentos sobre seus comportamentos reacionários é estruturante do pensamento de Scruton (2019b); provavelmente, o motivo para o apelo que exerce em amplos segmentos do conservadorismo atual no Brasil.

Conservadores comuns - e muitas outras pessoas, possivelmente a maioria, se enquadram nessa categoria - são constantemente informados que suas ideias e sentimentos são reacionários, preconceituosos, sexistas ou racistas. Apenas por serem o que são, atentam contra as novas normas de inclusão e não discriminação. (SCRUTON, 2019b, p. 11).

Para Scruton (2019b), haveria uma grande pressão social e intimidação que impediria as pessoas normais de se posicionarem, com medo de serem chamados de racistas, misóginos, machistas e homofóbicos. Essa narrativa é muito similar à forma como conservadores e neofascistas têm tratado a universidade e, em especial no Serviço Social, à narrativa da minoria que se intitula libertária.

Nesta odisseia contrarrevolucionária ao progressismo nos costumes, ao enfrentamento do “politicamente correto”, os acontecimentos de Maio de 1968 assumem feições de uma verdadeira revolução - o multiculturalismo é assemelhado à formação de exércitos em franca guerra contra o conservadorismo e o liberalismo.

Para minha perplexidade, no entanto, os *soixante-huitards* estavam ocupados reciclando a velha promessa marxista de uma liberdade radical que virá quando a propriedade privada e o imperialismo “burguês” da lei forem abolidos. (SCRUTON, 2019b, p. 16).

Destarte, como o contrarrevolucionarismo conservador do século XIX dirigia-se à Revolução Francesa e, no início do século XX, dirigia-se à Revolução Russa; o contrarrevolucionarismo de Scruton (2019a) dirigia-se ao Maio de 1968. Maio de 1968

assume em Scruton (2019b) a posição de ameaça, que para Burke ([1790] 2014) e Bastiat ([1850] 2016) eram a Revolução Francesa e, para Mises (2018), a Revolução Russa. Como parte de uma tradição reacionária, o combate ao ideário de 1968 concerne ao combate do que denominava “politicamente correto”, referindo-se ao enfrentamento do racismo, machismo e LGBTIfobia.

Seria exatamente desse período, 1968, o surgimento do que Scruton (2019b) definiu como cultura de repúdio nas universidades e que teria se alastrado na década de 1970. Essa cultura seria o ataque do “politicamente correto” às formas tradicionais de ver e viver no mundo. Apenas na década de 1980, o cenário teria começado a mudar com o advento de Thatcher e do neoliberalismo.

Após todos aqueles anos lúgubres de consenso socialista, esquadrinhando os cantos insípidos da sociedade britânica, visto que os sombrios fascistas eram o que de melhor se poderia encontrar como inimigo, um demônio real entrava em cena: uma líder do Partido Conservador, não menos, que tinha o topete de declarar o seu compromisso com a economia de mercado, com a iniciativa privada, com a liberdade do indivíduo, com a soberania nacional e com o Estado de direito - em suma, com tudo aquilo que Marx tinha repudiado como ideologia burguesa. E a surpresa foi que ela não se importava em ser odiada pela esquerda, deu o melhor do que tinha para isso, e era capaz de trazer o povo com ela. (SCRUTON, 2019b, p. 20).

Elemento de diferenciação importante entre Scruton (2019b) e os defensores brasileiros da extrema-direita - com sua tese do globalismo, preponderantemente identificados com uma crítica pela direita ao neoliberalismo -, diz respeito à forma como o autor enxergava o neoliberalismo, como dissociado do progressismo que emergia no mundo da cultura a partir de Maio de 1968.

O “politicamente correto” teria sido produzido, para Scruton, exatamente pela assimilação dos pressupostos econômicos neoliberais pela esquerda, na falta de alternativas econômicas viáveis à política neoliberal. Para explicar, o autor cita a rendição do trabalhismo inglês à ordem, com a retirada da cláusula IV, que versava sobre o socialismo do Estatuto do partido e seu posterior engajamento na luta ambientalista contra o costume de aristocratas britânicos de caçar raposas.

[...] sem nada preservar da antiga ordem do dia além do desejo de punir a classe alta e a crença de que o modo de fazê-lo seria proibir a caça à raposa, o que consumiu 220 horas no Parlamento durante o governo Tony Blair (que se permitiu apenas dezoito horas de discussão antes de decidir pela entrada na guerra do Iraque). (SCRUTON, 2019b, p. 24).

Ademais da ácida narrativa do autor e da forma falseadora com que ela apresenta esse processo, a defesa pela esquerda das políticas para minorias e maiorias oprimidas, independentes da exploração de classe, autointituladas como lutas identitárias, cresce na medida em que significativos setores de esquerda aderem ao neoliberalismo; além de, por formas de transformismo, substituírem as lutas de classes por lutas contra as opressões, dissociando as opressões do fenômeno da exploração e, muitas vezes, como demonstram Fraser e Jaeggi (2020), substituindo o enfrentamento das causas estruturais da opressão, na produção e reprodução social na ordem burguesa, por ideias de representatividade próximas do liberalismo. Scruton (2019b), ao reconstruir sua biografia e justificar seu questionamento às formas neoliberais de disputa do senso comum, prioritariamente através da intervenção dos *think tanks* no debate econômico por onde esses desconsideravam a sociedade e a tradição, demarca que suas posições foram profundamente alteradas pelo contato com o comunismo real em uma visita ao Leste Europeu.

Não havia me preocupado em imaginar, durante anos de ascensão de Thatcher, o que acontecia com o nosso mundo, ainda confortável e seguro, caso todas as liberdades básicas fossem suprimidas. Estava enclausurado na falsa segurança de uma ilha introspectiva sem conhecimento a respeito do império do medo e da negação que os comunistas implantaram muito perto de nós, a Leste. Uma visita à Polônia e à Tchecoslováquia em 1979 despertou-me para a realidade. (SCRUTON, 2019b, p. 25).

O anticomunismo assume posição central para aproximá-lo do liberalismo, para além de suas posições inicialmente conservadoras. As articulações reais que o levaram a tal posição, os vínculos orgânicos que estabelece com movimentos anticomunistas moldam, por exemplo, sua visão sobre os “pequenos pelotões” e delimitam sua visão estratégica em relação ao enfrentamento dos socialistas em todas as arenas.

Assim começou uma grande ligação com a rede de contatos extraoficial na Polônia, Tchecoslováquia e Hungria pela qual eu aprendi a ver o socialismo de outra maneira - não como um sonho de idealistas, mas como um sistema real de governo imposto de alto a baixo e mantido pela força -. Despertei para a fraude cometida em nome do socialismo e senti a obrigação imediata de fazer algo a respeito. (SCRUTON, 2019b, p. 27).

Scruton associa a “cultura do repúdio” ao socialismo, e o que para ele seria uma tradição de perseguir oponentes. Justifica inclusive sua renúncia ao mundo acadêmico como forma de proteção diante destas perseguições. Vale ressaltar como

essa narrativa casa com leituras que no Brasil se associam ao conservadorismo, ao neofascismo e ultraneoliberalismo, tanto no Serviço Social, como no movimento de educação, representados no movimento “Escola sem Partido.”.

Além disso, é condizente com o que Camila Rocha (2019) apresenta em relação à formação dos contrapúblicos de direita no Brasil, à poética e ao discurso disruptivo de quem estaria sendo impedido de se expressar. Na base desse discurso está a defesa do direito de ofender como liberdade de expressão.

Ser qualificado como racista me deu uma vaga ideia do que teria sido, noutros tempos, pertencer a uma minoria desprezada e perseguida. Após um episódio particularmente assustador em que fui perseguido depois de uma palestra na Universidade de York, e as subseqüentes calúnias da BBC e do jornal *The Observer*, decidi deixar o mundo acadêmico e viver dos meus escritos. (SCRUTON, 2019b, p. 30).

Scruton (2019b), também se mostrou muito reticente quanto a Estados de caráter religioso, o que aparentemente pareceria uma defesa do caráter laico, mas ao longo das leituras de seus textos, na verdade, mostram-se apenas como forma de justificação da xenofobia anti-islâmica e da exaltação da “tradição cristã”.

Essa civilização está fundada no cristianismo, e é por ver o nosso mundo sob uma perspectiva cristã que sou capaz de aceitar as vastas mudanças que o abalam. Aceitação vem do sacrifício: esta é a mensagem transmitida por tantas obras memoráveis da nossa cultura. Na tradição cristã, os principais atos de sacrifício são a confissão e o perdão. (SCRUTON, 2019b, p. 33).

A defesa nacionalista de Scruton (2019b) emana da ideia de pertencimento. Para ele, o estado-nação seria produto de consensos entre vizinhos, construído ao longo do tempo, e, ao renunciar a tradições nacionais, estaria se colocando em risco o conjunto desses acordos. Nesta pista é que se coloca como um crítico contumaz da União Europeia. Para o autor, essa sofreria com crises de legitimidade porque as legitimidades e os pertencimentos existentes nos países que a compunham referiram-se aos Estados nacionais.

Para Scruton (2019b) a cultura de repúdio teria minado o nacionalismo e o tornado uma de suas vítimas principais, ao acusar tentativas de reconhecer superioridade nacional como xenofobia. A responsabilidade por isso seria do igualitarismo socialista, que não reconheceria como a adesão na qualidade de membros de uma sociedade nacional deveria significar, possuir os direitos exclusivos dos sujeitos

participantes desta nacionalidade e que não estão disponíveis para outros. O combate à imigração e aos direitos dos imigrantes marca a fala de Scruton (2019b):

Defendi que o processo político, o que herdamos nas democracias ocidentais, depende da cidadania, que, por sua vez, depende de uma primeira pessoa do plural viável. No primeiro capítulo, apresentei argumentos que são irrefutáveis para forjar a primeira pessoa do plural em termos nacionais. (SCRUTON, 2019b, p. 70).

Prova cabal do pertencimento nacional para Scruton (2019b) seria que as pessoas foram leais a seus países nas guerras do século XX, e não leais a sua classe, como gostariam os comunistas. Segundo o autor, o Estado de Bem-estar teria surgido como resposta a um consenso nacional e pela espera de recompensa para a população, pela sua atuação nas guerras mundiais.

Decerto que os motivos que originaram o Estado de Bem-estar são muito mais complexos e envolvem a destruição e a criação de condições para valorização do valor em um momento de crises da acumulação capitalista. Porém, chama a atenção esse argumento do autor, por reconhecer o Estado de Bem-estar como prova do nacionalismo e não apenas como derrota do liberalismo, como fazem neoliberais rotineiramente. Há, portanto, no nacionalismo de Scruton (2019b), pequenas variações em relação à concepção de Estado dos segmentos ultraneoliberais.

Como em Mises (2018), está presente em Scruton (2019b), uma normalização do nazismo pela equiparação com o socialismo. Enquanto aquele justifica pelo debate sobre intervencionismo essa aproximação absurda, esse justifica pelo uso da perseguição e violência. A causa disso seria justificada pelo ressentimento. Contudo, na perspectiva da economia, mesmo diante de uma homogeneização e simplificação dos argumentos de Hayek e Mises, Scruton (2019b) era notavelmente mais próximo desse último.

A equalização entre socialismo e Estado de Bem-estar Social, aparentemente equivocada, relacionava-se, no entanto, ao conteúdo político de crítica ao igualitarismo; e, pela crítica econômica realizada por Mises (2018), em que o intervencionismo seria a antessala do socialismo revolucionário. Essa homogeneização está relacionada à estratégia liberal e conservadora de Mises (2018) e do próprio Scruton (2019b), que como veremos possui outras nuances em Hayek (2016).

Em sua crítica a Hayek, que chegou a negar a pecha de conservador, Scruton (2019b) alertava para o componente cultural, como sendo determinante para a estabilidade do capitalismo. Nesta pista, também caminhou Mises (2018), ao dizer que

a “economia de mercado” devia ser constantemente reafirmada e, por isso, o convencimento acerca da importância do mercado tornava-se uma constante.

Hayek dá ênfase ao livre mercado como parte da ordem espontânea fundamentada nas trocas voluntárias de bens, ideias e lucros - o “jogo da cataláxia” - como ele o chama. Mas esse jogo já é jogado ao longo do tempo e, para adaptar um pensamento de Burke, dele também fazem parte como jogadores os mortos e os que estão por nascer, fazendo-se presentes não por intermédio dos mercados, mas das tradições, das instituições e das leis. (SCRUTON, 2019b, p. 93).

A diferença explicitada é muito relevante para compreender o porquê de autores conservadores atuais e ultraneoliberais dirigirem críticas ao neoliberalismo. Ao abandonar o terreno cultural, os neoliberais o teriam deixado aos socialistas; e isso ficaria claro pela hegemonia do “politicamente correto”. Deste raciocínio original, surgem as diversas versões que unem uma crítica ao neoliberalismo das últimas décadas a uma crítica do socialismo como equivalentes, priorizando a esfera da moralidade.

Sintomático desse processo é o crescimento de uma crítica ultraneoliberal e radicalmente conservadora, que se apresenta como anti-*establishment* “para mudar tudo que tá aí” como diria o ocupante da cadeira presidencial do Brasil. Seria fácil apontar esse debate como paranoico, mas é necessário investigar em que medida ele é um desenvolvimento de ideias do conservadorismo e liberalismo em voga na cena política desde o século XVIII.

Ao assumir um possível papel corrosivo do mercado e defender a necessidade de a moralidade corrigir esse efeito, o conservadorismo e ultraneoliberalismo da extrema-direita conseguem, por um lado, manter a defesa do aprofundamento do mercado, e por outro, encampar as denúncias tradicionalistas acerca da corrosão moral na sociedade, através da identificação de uma hegemonia socialista no mundo da cultura.

Embora Hayek possa estar correto ao acreditar que o livre mercado e a moralidade tradicional são formas de ordem espontânea, justificadas epistemologicamente, disso não se depreende que ambas não conflitarão. Os socialistas não estão sozinhos em apontar os efeitos corrosivos dos mercados sobre as formas de vida comunitária ou enfatizar a distinção entre coisas que têm valor e coisas que têm preço. De fato, muitas das tradições que os conservadores mais prezam podem ser entendidas (do ponto de vista da “racionalidade revolucionária” de Hayek) como esquemas para resgatar a vida humana do mercado. (SCRUTON, 2019b, p. 95).

Nesse contexto, emerge em Scruton (2019b) a crítica ao que tem sido denominado por ele e seus seguidores como “globalismo”, compreendido como a associação entre



socialistas e grandes capitalistas das finanças, unificados por um presentismo irresponsável com as gerações futuras e que desapontam as gerações passadas.

A grande esperança, creio, é o surgimento de uma nova forma de conservadorismo, que, a exemplo daquele promovido por Disraeli, estaria preocupado em defender a propriedade privada contra os que dela abusam e assegurar a liberdade da geração presente sem transferir o custo para a próxima geração. Possivelmente, esse conservadorismo não poderá dedicar mais do que duas saudações - ou talvez menos - à economia global, à Organização Mundial do Comércio (OMC) ou a um novo tipo de capitalismo sem lei exemplificado pela China. (SCRUTON, 2019b, p. 102).

Scruton (2019b) restringe o marxismo contemporâneo à crítica da alienação, como se estivesse suprimido a atuação marxista sobre as lutas de classe e permanecido apenas o debate genérico sobre o fetichismo. Decerto, amplos setores fizeram esse trânsito idealista, ignorando a materialidade das lutas de classe em suas mais diferentes expressões, mas isso não é uma posição consensual, felizmente. Contudo, essa leitura do autor serve para dar coerência a seu pensamento, para armar a estratégia conservadora no momento de crise do neoliberalismo e para atuar nas “guerras culturais”. Interessante notar que Fraser parte justamente da necessidade de retomar o debate sobre exploração, a partir de um diagnóstico de abandono do tema pelas discussões em torno da exploração entre setores críticos, nos seus debates com Jaeggi (FRASER; JAEGGI, 2020).

A denúncia do “politicamente correto” por Scruton (2019b), que tanto atrai conservadores e/ou ultraneoliberais brasileiros, assume forma de crítica aos direitos humanos, que teriam, em sua opinião, se transformado em uma espécie de perseguição à liberdade de pensamento: “Desse modo, os direitos, que para um liberal são condição *sine qua non* de uma política pacificada, tornaram-se uma declaração de guerra contra a cultura da maioria” (SCRUTON, 2019b, p. 124). Brown (2020) apontou que a atuação dos conservadores norte-americanos, judicializando a defesa de seus pontos de vista morais a partir da defesa das liberdades individuais, emergiu como estratégia conservadora. Talvez tenham encontrado as suas armas para a guerra pela “cultura da maioria”, como Scruton denominava o conjunto de visões de mundo conservadoras.

A denúncia aos direitos humanos remete diretamente aos ataques grosseiros sofridos pelos defensores de direitos humanos no Brasil nos últimos anos. Um episódio importante desses ataques foi visto no Brasil com a edição do 3º Programa

Nacional de Direitos Humanos (PNDH3), lançado em dezembro de 2009 pelo decreto 7.037 e relacionado às questões acerca de políticas antirracistas, em defesa da liberdade de gênero, contra o machismo, contra a intolerância religiosa e sobre o período da ditadura (BRASIL, 2009).

Uma das denúncias mais comuns entre conservadores - a postura de defesa da laicidade no PNDH3, com o não uso de símbolos religiosos em repartições públicas e o respeito à liberdade religiosa em espaços educacionais - poderia ter sido elaborada pelo próprio Scruton (2019b).

Assim entendido o direito de dar testemunho é fundamental para a civilização ocidental [...] igualmente interessante, porém, a grandiosa exceção a essa prática não são os islamitas, mas os fanáticos pelos direitos humanos. O direito de usar uma cruz no local de trabalho, de colocá-la em sala de aula, de ensinar a moralidade cristã em assuntos de sexo e vida familiar - tudo foi questionado pelos secularistas [...]. (SCRUTON, 2019b, p. 210).

Nas eleições de 2018, no Brasil, novamente a denúncia ao “politicamente correto” e a defesa do direito de ofender ganharam magnitude. Ganham destaque político, muitos dos defensores do direito à LGBTQIA+fobia, ao machismo e ao racismo, como componentes de um modo de vida, de uma tradição.

Scruton (2019b) também atacava as políticas afirmativas, ou de “discriminação positiva”, que, segundo ele, estabeleceriam privilégios a grupos outrora desfavorecidos. Nesse momento, a visão da sociedade como produto de um contrato entre mortos, vivos e não nascidos parece dar lugar à retórica comum de grupamentos racistas que tratam as questões raciais como coisa do passado. Outra possibilidade seria de que, para o filósofo conservador, machismo, racismo e homofobia constituíam cláusulas pétreas do contrato entre vivos e mortos.

Entretanto, torna-se impossível negar a contradição que representa tratar ações afirmativas como privilégio, para quem reforça um caráter de continuidade do contrato social. Mais sincero seria defender que há uma hierarquia a ser mantida, melhor que pronunciar como se os setores exigissem privilégio em virtude de questões passadas; o que seria perfeitamente compreensível em sua visão da sociedade como contrato entre vivos e mortos.

O politicamente correto nos incita a ser tão “inclusivos” quanto pudermos, a não discriminar nem em pensamento ou em palavra muito menos agir deliberadamente contra as minorias étnicas, sexuais, religiosas ou

comportamentais. Para ser inclusivos, somos encorajados a denegrir aquilo que mais sentimos, acima de tudo como nosso. (SCRUTON, 2019b, p. 130).

O conservadorismo, na direção oposta ao “politicamente correto”, tentaria reconhecer e respeitar as pessoas como realmente são; não idealizar racionalmente como as pessoas deveriam ser; ou seja, em vez de combater formas de opressão, a preocupação da Lei deveria ser como viver bem com a opressão (SCRUTON, 2019b). As associações entre tradicionalismo e liberdade em Scruton (2019b) eram diversas e por vezes pareciam ilógicas, mas estavam sempre a serviço de suas posições.

O movimento pelos direitos civis acabou com a segregação racial nos Estados Unidos e as pessoas decentes aplaudiram o desfecho. Entretanto, essas mesmas pessoas talvez tenham ficado menos felizes ao saber que a Igreja Católica na Europa não pode conduzir agências de adoção para crianças que estão em seus cuidados, uma vez que a atitude da Igreja em relação a casais homossexuais viola as cláusulas de não discriminação do Direito Europeu. (SCRUTON, 2019b, p. 185).

Scruton não viveu para ver as mobilizações com o lema *Black Lives Matter*, após o assassinato de *George Floyd* pelo Estado norte-americano. Os “decentes conservadores norte-americanos”, armados e violentos, no entanto, negaram que essa demanda existisse e apontaram para essas mobilizações como mais um ataque do “politicamente correto”. Este sim, apresenta-se como a face da posição conservadora atual sobre o racismo.

A posição de Scruton (2019b) sobre os ultraneoliberais mais radicais (libertarianos), em sua postura antiestatista e antiregulação de comportamentos e ações, aparece como um dado interessante para pensar as relações entre neofascismo, ultraneoliberalismo e conservadorismo no Brasil atual. A mescla de ultraneoliberalismo na economia, conservadorismo moral no debate público, condescendência com elites políticas locais e radicalização antidemocrática são constituintes da extrema-direita Brasileira, particularmente em suas formas neofascistas atuais.

Mesmo reivindicando as críticas ao intervencionismo estatal e transpondo essa denúncia para a questão moral, pelo ataque ao “politicamente correto”, Scruton (2019b) não escondeu que a sua defesa do *laissez-faire* acabava onde a defesa da moralidade começava.

A verdade no conservadorismo depende do reconhecimento de que a livre associação deve ser valorizada somente se também for uma fonte de valor - em outras palavras, somente se for direcionada para a satisfação, e não para a mera utilidade ou recreação. No vale tudo libertário, o que há de pior na natureza humana está, em igualdade de condições, com aquilo que há de melhor, e a disciplina é repudiada como uma intrusão intervencionista. O conservadorismo é uma tentativa de afirmar essa disciplina e construir, no âmbito da livre associação, uma esfera duradoura de valor. (SCRUTON, 2019b, p. 199).

Scruton (2019b) atribuía todos os avanços civilizatórios no combate à homofobia à intimidação, reforçando que são posições minoritárias. Porém, afirmava que todos os problematizadores dessas medidas teriam sua reputação manchada por acusação de serem homofóbicos.

Nisso e, em tantas outras coisas, pessoas de temperamento conservador olham ao redor em busca de outras que falem por ela e encontram somente um silêncio constrangedor. As minorias estridentes agem com disposição crescente para censurar os opositores e garantir que a questão mais profunda seja, finalmente, resolvida por argumentos superficiais. (SCRUTON, 2019b, p. 215).

Scruton morreu justamente quando esse setor racista, machista e homofóbico conseguiu habilitar-se como representante do pensamento das majorias em diversas partes do globo. Contudo, é importante questionar se de fato esses segmentos representam a maioria da população, ou se amplas massas encontraram nesse segmento a negação da política, incorporando as denúncias ao neoliberalismo e a desproteção que este gera, conforme a tendência apontada por Fraser e Jaeggi (2020).

Scruton (2019b) defendeu que a luta pela libertação da educação do Estado seria central no combate ao “politicamente correto”. No Brasil, essa defesa foi um dos elementos mobilizadores da nova direita em seu momento de maior crescimento. Através do Movimento Escola Sem Partido, organizou-se uma ampla frente conservadora contra a educação crítica e laica em todo o país. Também foram mobilizados esforços para a legalização e implementação de modalidades de educação domiciliar (*homescholling*), retirando a possibilidade de crítica, presente no ambiente escolar, e condenando crianças a reproduzir preconceitos e negacionismos que possam existir no âmbito familiar.

Além da defesa do ensino religioso confessional, a militância do “Escola Sem partido” tem sido importante vetor na divulgação deste ideário e no seu diagnóstico de que as instituições educacionais estariam tomadas pelo socialismo e pelo multiculturalismo. No atual momento, por exemplo, a vitória destes setores é

expressa pela figura do próprio Ministro da Educação, oriundo de uma universidade de matriz presbiteriana<sup>3</sup>.

É por isso que em uma sociedade sem religião vemos surgir um tipo de insensibilidade contagiosa, uma suposição em todos os cantos de que não existe nenhuma tragédia, nenhuma aflição, nenhum pranto, pois nada há a lamentar. Nem existe amor - nem felicidade - somente diversão. Em tal circunstância, a perda da religião é a perda da perda. (SCRUTON, 2019b, p. 274).

### 1.3 Consolidação da sociedade burguesa e decadência ideológica

#### 1.3.1 Weber, “liberalismo conservador” e a miséria da razão

Apesar da grande contribuição de Weber [1864-1920] ao ramo da sociologia, esse não costuma ser lembrado como um liberal. Sua proposta de uma ciência social apartada da análise das relações sociais de produção e sua posição em relação a possibilidade de análise da sociedade em si mesma aparenta equivocadamente que funcione como antítese ao liberalismo, prioritariamente concentrado nas ciências econômicas.

No entanto, foi justamente pela deseconomização das relações sociais que se fortaleceu o liberalismo, em um momento de grande questionamento social. Sua sociologia, portanto, é legatária do momento da decadência ideológica da burguesia, mesmo que não seja identificada com o irracionalismo filosófico, produto último desse processo. No combate ao marxismo, Weber, superestimava aspectos ideológicos da realidade social e acabava por tangenciar perspectivas irracionistas em nome da razão. Desse modo, a filosofia burguesa tornou-se incapaz de:

Exercer uma crítica efetiva, nem mesmo de compreender o objeto de sua polêmica; no máximo que é capaz de fazer é o de polemizar- de início abertamente, depois de modo disfarçado- contra a dialética e o materialismo de um modo geral, ou então contrapor, demagogicamente, uma pseudodialética à dialética real. (LUKÁCS, 2020, p. 272).

Portanto, Weber, estaria mais próximo do que Coutinho (2010) qualificava como razão miserável, preso a uma lógica racional, mas ao negar a razão dialética acabava por tangenciar e apontar para formas irracionistas. Merquior (1991) classificava Weber como um “liberal conservador” por sua visão antidemocrática e, principalmente, por sua inclinação a pensar o poder de forma desvinculada dos

---

<sup>3</sup>No período em que escrevo, o ministro da educação é o Pastor e professor Milton Ribeiro.

segmentos que conferem sua legitimidade, por ter um olhar sobre governo e poder que desconsidera os sujeitos para quem esse poder é destinado a submeter.

Os resultados deste processo deram origem, segundo Coutinho (2011), a particularização e fragmentação das ciências sociais e tornaram o positivismo científico a forma estruturante da razão formal abstrata, que erigiu esta forma de pensar e concomitantemente forjou o irracionalismo.

Lukács (2020) anotava que Weber era um defensor da democratização da Alemanha, mas que sua produção era impregnada da tendência à crítica da democracia dos tempos imperialistas, que leva o autor a ver na democracia “apenas um mal menor dentro do sistema existente” (LUKÁCS, 2020, p. 65).

Lukács (2020) apresenta como Weber e seu reformismo conservador foram legatários de uma incorporação burguesa do reformismo conservador dos revisionistas do movimento operário, em sua proposta de colaboração de classe, sem, no entanto, romper com os pressupostos da “economia vulgar” de Carl Menger, baseados na teoria da utilidade marginal e seus psicologismos.

No entanto, Lukács demonstra que esse conceito de democracia weberiano é sobretudo formal e que corresponde à legitimação da liderança pelo sufrágio, contudo essa liderança teria total autonomia no exercício do poder. Segundo Lukács: “A democracia de Weber se converte em um cesarismo bonapartista”. A crítica de Weber ao irracionalismo estaria mais voltada “a formas mais antigas e vulgares” (LUKÁCS, 2020, p. 534).

A classificação de Weber como um “liberal conservador” por Merchior (1991) deve ser confrontada com as observações lukácsianas sobre o sociólogo alemão., Lukács dá pistas sobre a afinidade com o liberalismo em Weber, proveniente de uma absorção de pressupostos da “economia vulgar”, calcada na liberdade negativa e confluyente com o pensamento conservador.

Lukács (LUKÁCS, 2020, p. 532) demonstrou como, a partir do conceito de “oportunidade”, no que diz respeito aos contratos de trabalho, Weber orientava-se pelo debate da “teoria da utilidade marginal” e seus conceitos inclinavam-se para explicações de caráter subjetivista e psicológico. Essa seria uma das causas da sociologia weberiana terminar por ser relativista com “generalizações e analogias abstratas”. A “teoria da utilidade marginal” é uma elaboração de Carl Menger (1840-1921), pai da Escola austríaca de economia, de onde advém boa parte da

ascendência do debate econômico neoliberal e ultraneoliberal, que liga Menger e Mises, Hayek, até finalmente, Rothbard e Scruton.

Desse modo, Lukács joga luz para a relação entre a Escola Austríaca de Carl Menger e a sociologia alemã, de onde descendem as influências de nossos ultraneoliberais e conservadores atuais. O marxista alemão considerava as elaborações da escola austríaca como uma “pseudoteoria econômica” engajada no combate ao marxismo.

Essa relação é muito significativa para pensarmos analogias com o processo que marca a transição de uma hegemonia racionalista miserável no liberalismo heterodoxo de Keynes para a hegemonia do irracionalismo pós-moderno e neoliberal, e por fim sua forma degradada em irracionalismo neofascista e ultraneoliberal que vigora no Brasil atual.

Lukács (2020) salientava a irrelevância da Escola Austríaca de economia para além de ter aberto caminho para a sociologia. Ressalta que esta era a concepção econômica por trás da sociologia alemã da virada do século. Chega a dizer que Carl Menger não despertava interesses. Entretanto, no período atual, ele é uma das principais influências para os ultraneoliberais autointitulados demagogicamente de “libertários”.

Partindo dos pontos de vista da “nova economia vulgar”, da “pseudoteoria da ideia”, a sociologia alemã não debate com a teoria social marxista, tendo como interlocutor apenas o revisionismo social-democrata. Nesse período, do início do século XX, a sociologia alemã apropria-se do conjunto de debates críticos à democracia burguesa, advindos tanto de posições progressistas, quanto reacionárias, para propor um programa antidemocrático, baseado na ideia de que a democracia de massas subjugaria a vida, a liberdade e a individualidade (LUKÁCS, 2020, p. 527).

Desse modo, a grande contribuição de Lukács está em situar como “situações e vínculos de classe” determinam “em primeiro plano” as posições de pensadores frente à razão e ao progresso. Esses determinantes impediriam avanços no nível do pensamento ao chocar o progresso com as condições de classe desses pensadores (LUKÁCS, 2020, p. 89).

A sociologia nasce com a tarefa de deseconomizar a leitura das questões candentes com o desenvolvimento do capitalismo e suas crises. Equipara-se às ciências naturais para que se afaste do caráter conflitivo, inerente à sociedade de classes, afastando-se do socialismo. A economia se transforma em economia vulgar e a sociologia em ciência particular no período da decadência.

As cisões entre civilização e cultura, progresso técnico e cultural estão na base do combate irracionalista ao socialismo da sociologia de Tönnies, que perduram na sociologia alemã. Conformando o que Lukács (2020, p. 519) denomina como uma “crítica cultural do capitalismo”, Scruton herda uma série de características deste tipo de crítica cultural.

Weber, na sociologia, assim como Nietzsche na filosofia, abre as portas para um conservadorismo não necessariamente restauracionista. Apesar de conservador, o pensamento weberiano diferencia-se do reacionarismo antiburguês que marcava o conservadorismo alemão à época. No campo da filosofia alemã Nietzsche ocuparia o papel de ser fornecedor de “uma ética para a luta de classes da burguesia” no período do irracionalismo.<sup>4</sup>

Nas origens do conservadorismo clássico, em Burke, havia ainda uma preocupação com a legitimidade das monarquias europeias, visto o acontecido na França. Portanto, sendo um conservador clássico, não renunciava à defesa do *Anciën Regime*, mesmo que enxergasse a necessidade de mudanças em seu interior (BURKE, 2014, p.45).

Rancière (2014), ao perscrutar as razões do sucesso de ideologias antidemocráticas na atualidade, apontava para o elemento central que vincula a sociologia e a razão miserável com a rejeição contrarrevolucionária dos conservadores no campo da tradição, das solidariedades naturais.

Nessa perspectiva, a Revolução Francesa foi terrorista não por ter ignorado os direitos dos indivíduos, mas ao contrário, por tê-los consagrado. Iniciada pelos teóricos da contrarrevolução, logo depois da Revolução Francesa, levada adiante pelos socialistas utópicos na primeira metade do século XIX, consagrada no fim do mesmo século pela jovem ciência sociológica (...) O terror é consequência rigorosa da dissolução e da vontade de recriar, pelo artifício das leis um laço que apenas as solidariedades naturais e históricas podem tecer. (RANCIÈRE, 2014, p. 24).

Essa leitura avessa à expansão dos direitos perdura até a elaboração de Hayek ([1985] 2016), que identificava os princípios que “se manifestam como mero preconceito irrefletido” (HAYEK, 2016, p. 157) como mais eficazes na orientação das ações que os tornados lei. O autor identificava, na postura pragmática do liberalismo inglês, que não se detinha à discussão de princípios como a tradição Francesa, uma

---

<sup>4</sup> Uma importante crítica marxista ao pensamento de Weber se encontra em Lowy (2014) e Meszaros (2008).



maior solidez na materialização dos princípios. No caso francês, toda a especulação ocorreria justamente pela fragilidade de seus princípios.

### 1.3.2 Possíveis diferenças entre “liberalismo conservador” e “conservadorismo liberal”

A conjunção de contrarrevolucionarismo e pragmatismo presente em Burke assemelhava-se ao liberalismo conservador pós-1848. Apenas parte de sua crítica diz respeito ao fervor da violência revolucionária, significativamente, e está presente uma crítica moral à dissolução das normas morais e tradições como fundamentos da sociedade. Burke chega a afirmar que a capacidade da assembleia para destruir, não se reverte em capacidade de construir (BURKE, 2014, p. 88).

Para algumas pessoas, complôs, massacres e assassinatos parecem um preço módico a pagar para a consecução de uma revolução. Ao seu paladar, uma reforma barata e sem sangue, e uma liberdade sem culpa, parecem-lhes vãs e insípidas. (BURKE, 2014, p. 84).

Não à toa, Merquior (1991) situava que o conservadorismo liberal seria uma especificidade inglesa, em que o conservadorismo não se identificava com o reacionarismo propriamente dito. Apesar de tradicionalista, essa não era uma defesa reacionária do antigo regime. Como visto, há traços reacionários também no conservadorismo inglês e esta lógica de um “conservadorismo liberal” estende-se também aos Estados Unidos. Merquior compreende como liberalismo conservador, aquele que surge no fim do liberalismo clássico, na segunda metade do século XIX, que reúne autores como Mill e Tocqueville.

Não por acaso, o período coincide com o fenômeno identificado por Lukács (2020) como decadência ideológica. E a existência de um liberalismo conservador possui, em seus fundamentos, a conversão da burguesia em classe dominante e a ascensão da classe trabalhadora em qualidade de sujeito político (MERQUIOR, 1991).

Os liberais conservadores eram *neowhigs*. Diferiam dos conservadores, liberais ou não, pela fidelidade aos traços básicos da visão liberal do mundo, como o individualismo e o latitudinarismo, e na rejeição do holismo e da autoridade religiosa. Mas coincidiam com os conservadores na sua inclinação contra a democracia. (MERQUIOR, 1991, p. 149).

Para o autor supracitado, no início do século XX houve uma “inflexão conservadora da doutrina liberal” (MERQUIOR, 1991, p. 150), que resultou em um liberalismo menos democrático. Interessante perceber como, mesmo na leitura de um liberal como Merquior, é possível observar que a consolidação do capitalismo e do liberalismo como ideologia dominante, afastou-lhe da democracia.

A origem do irracionalismo, em Lukács, corresponde ao período das revoluções burguesas, reunindo tanto a reação feudal, quanto a “hostilidade burguesa contra o progresso”. Com as jornadas de junho e a comuna de Paris (1848), a filosofia burguesa se converte em apologética e por isso passava a não refutar o idealismo de modo sério e voltar-se ao enfrentamento direto do proletariado e suas perspectivas (LUKÁCS, 2020).

Essas observações de Merquior são extremamente relevantes para a compreensão do que leva segmentos ultraneoliberais, conservadores e neofascistas a reunirem-se na atualidade e, especificamente, no campo do Serviço Social. O que os une é a aversão à democracia. Entretanto, não se defende aqui, como Merquior (1991) em sua leitura idealista, uma possibilidade de aproximação entre democracia e liberalismo nesta quadra histórica. O que se identifica é a ocorrência de proximidade entre a defesa da democracia e liberalismo como fenômeno extraordinário e pontual, apesar de toda a boa vontade de Merquior.

Scruton (2019a) é um exemplo de como esses desdobramentos antidemocráticos chegam aos dias de hoje hibridizados no pensamento conservador e liberal. Para o autor, o grande erro dos “escritores modernos” seria supor que os seres humanos poderiam existir com formas de organização exclusivamente baseadas em formas de cooperação, inclusive e principalmente, no comunismo (SCRUTON, 2019a).

Todas essas visões ignorariam que a competição é algo inato, da condição humana, que apenas pode ser moderada pelo “pertencimento social”. Também, nesse ponto, mostra sua filiação ao pensamento liberal. Além da naturalização do elemento da competição, herdada do darwinismo social, suas formas de “pertencimento social” exercem o papel que Bastiat, Burke e Smith atribuem à moral: controlar os impulsos excessivamente danosos do ser humano, domar as paixões.

Mas nós, seres racionais, precisamos de costumes e instituições que sejam fundados em algo além da razão se quisermos usar nossa própria razão com eficácia. Esse *insigth*, aliás, provavelmente foi a maior contribuição do

conservadorismo para o autoentendimento da espécie humana. (SCRUTON, 2019a, p. 13).

A legitimidade de um poder superior que esteja sobre os homens seria importante para controlar os impulsos deletérios e esta legitimidade seria dependente do consentimento, da aprovação pelo povo (SCRUTON, 2019a). Esse posicionamento torna Scruton mais conservador que liberal. A sua filiação conservadora e liberal fica patente, apesar de existirem formas liberais que negam seu caráter conservador e formas conservadoras antiliberais. Scruton é um “conservador liberal” que tenta equiparar suas duas influências. Isto diz muito sobre as afinidades dos conservadores e ultraneoliberais com sua produção nos dias de hoje e sua importância para as subtendências do conservadorismo profissional atual no Serviço Social.

O “conservadorismo moderno” de Scruton seria herdeiro de Burke, mas aceitaria as ideias provindas do individualismo liberal, tais como: a soberania individual e os limites do poder político em relação a essa soberania. O período conservador mais ligado ao anticapitalismo romântico, marcadamente antiburguês e antiliberal é denominado por Scruton (2019a) como pré-história do conservadorismo. Para o autor nesse período de surgimento, o conservadorismo atuaria mais como “[...] hesitação no interior do liberalismo que como doutrina e filosofia em si” (SCRUTON, 2019a, p. 29).

Assim, para Scruton o marco do conservadorismo moderno seria o período de unidade entre burguesia e segmentos reacionários, marcando assim as mudanças no pensamento conservador anticapitalista romântico e no pensamento burguês liberal: “Pois, na sua manifestação empírica, o conservadorismo é um fenômeno mais especificamente moderno, uma reação às vastas mudanças desencadeadas pela reforma e pelo iluminismo” (SCRUTON, 2019b, p. 8). O conservadorismo moderno seria justamente o conservadorismo burguês do período da decadência.

Outro papel de destaque na tradição conservadora, para Scruton (2019a) seria dado a Thomas Jefferson e seu pioneirismo em reconhecer os costumes na organização da sociedade, que, assim como em Burke (2014), conectariam as gerações atuais às anteriores. O autor destaca que o conservadorismo faria conexão dos ideais de liberdade à necessidade de responsabilidade com o bem de todos; assim, essa liberdade teria de ser necessariamente limitada (SCRUTON, 2019a).

Sobre a vertente liberal que defende, Scruton (2019a) aproxima-se de Mises (2018) e Hayek (1985) ao atribuir ao mercado a capacidade de manter o equilíbrio e

estabilidade política. Abaixo, sua reivindicação de filiação aos pressupostos da Escola Austríaca:

Esse argumento desenvolvido detalhadamente pelos economistas da Escola austríaca foi crucial para os ressurgimentos modernos da mensagem conservadora. Pois ele sugere que não é o Estado, mas sim a sociedade civil - as associações livres entre indivíduos - que contém a solução para prementes problemas coletivos, e que, conseqüentemente, não é o controle estatal, mas a liberdade individual que se faz necessária para que uma grande sociedade obtenha sucesso. (SCRUTON, 2019a, p. 36).

Como fica notório, a aliança entre ultraneoliberalismo e conservadorismo no Brasil não têm nenhum ineditismo. Ao conectar o ultraneoliberalismo inspirado na escola austríaca ao conservadorismo moral, seus defensores dão consequência a ambas as visões de mundo.

Para Scruton (2019a, p. 37), o papel da moralidade e legalidade seria justamente a renovação dos acordos, conforme apontado por Mises (2018) como necessidade, e esta moralidade e legalidade seriam “emanadas de nosso fundo partilhado de simpatia, de outra maneira não estará segura contra fraudes, abusos e trapaçãs”. Em Hayek (1985a) essa mesma moralidade cumpre o papel de sustentar as liberdades individuais.

Uma diferença significativa entre Hayek e Scruton diz respeito ao papel do “social”: enquanto o primeiro liga a moralidade à garantia de liberdades individuais; o último a articula às formas de “pertencimento social”, e conecta o social à existência de um nós em relação aos outros, que em última instância garantiria as condições para que o mercado pudesse cumprir o seu papel. E a origem do “pertencimento social” não seria nada mais sublime que o amor.

Nas *Reflexões sobre a Revolução em França*, Edmund Burke argumenta contra a política “geométrica”, como a chamou, dos revolucionários franceses - uma política que propôs um objetivo racional e um procedimento coletivo para atingi-lo, e que mobilizou o conjunto da sociedade por trás do programa resultante. Burke via a sociedade como uma associação entre os mortos, os vivos e os que estavam por nascer. Seu princípio vinculativo não é o contrato, mas algo mais parecido com o amor. (SCRUTON, 2019b, p. 39).

A linha de continuidade com liberais clássicos e ultraneoliberais torna-se evidente nas análises de pensadores como Bastiat, Burke, Mises e Hayek. Entretanto, há uma diferença de nuances na questão da moralidade e do “pertencimento” em

Scruton (2019b), que o ligam mais diretamente ao pensamento tradicionalista como um todo, até mesmo matizes anticapitalistas românticas, que ao neoliberalismo.

Este “pertencimento social” em Scruton, diz respeito às formas xenófobas, machistas, racistas e LGBTQIA+fóbicas que, como arcabouço moral, sustentam um nós em relação a um “eles” fora da comunidade. Essa distinção está no âmago das formas históricas de fascismo, e seu reingresso no debate público pela extrema-direita mundial marca as formas de neofascismo.

Remove os costumes, as tradições e os pequenos pelotões e estará removendo o escudo entre as pessoas e aquele que busca controlá-las, enquanto afirma estar falando em seu nome. A real soberania popular, sugere Burke, envolve respeito por aquilo que as próprias pessoas respeitam: as tradições, as leis e a narrativa de uma ordem legítima. (SCRUTON, 2019a, p. 46).

A ligação entre o tradicionalismo conservador e o liberalismo, que estrutura o conservadorismo de Scruton (2019a), ficaria a cargo da ideia de sociedade como fruto de um contrato social entre vivos, mortos e ainda não nascidos, que depreendeu do pensamento de Burke.

Em suma, o contrato social requer uma relação de filiação como membro de uma sociedade. Teóricos do contrato social escrevem como se isso presumisse somente uma escolha racional livre na primeira pessoa do singular. De fato, pressupõe uma primeira pessoa do plural que já tenha aceito o ônus de pertencer a sociedade. (SCRUTON, 2019b, p. 43).

Em Burke (2014, p. 115), o contrato que firma cada Estado seria “apenas uma cláusula no grande contrato primitivo da sociedade eterna, que liga naturezas inferiores às superiores, conectando o mundo visível ao invisível [...]”. Desse modo, seria incorreto, como fizeram os franceses, intervir sobre os fundamentos deste contrato, subvertendo hierarquizações naturais na sociedade.

Brown (2020) demonstrou como o combate ao “politicamente correto” tem sido a principal trincheira do conservadorismo da extrema-direita norte-americana. Para Scruton, conservadorismo e liberalismo teriam uma relação de simbiose, já que as defesas liberais ganham sentido em sociedades conservadoras e o que diferenciaria liberais de conservadores seria uma questão de temperamento:

Os liberais se rebelam por natureza e os conservadores obedecem por natureza. Os conservadores acreditam que se a obediência for destruída, de modo que os direitos sejam declarados e os deveres esquecidos, o resultado

será o terror totalitário que vimos em seguida a Revolução Francesa. (SCRUTON, 2019a, p. 48).

Na visão do autor, essa existência de ideias liberais desobedientes, em contexto conservador, teria produzido a defesa das revoluções, entre elas a mais importante: a perspectiva marxista, que segundo ele “passaria a dominar o pensamento e a prática política” (SCRUTON, 2019a, p. 49). A ideia de uma hegemonia social do marxismo, aparentemente estapafúrdia para segmentos marxistas na academia e na militância, chegando a aparentar paranoia dos conservadores, é reforçada por Scruton (2019a).

A ligação entre essas visões e o liberalismo deu-se pela defesa de uma esfera infralegal, que legitimaria a lei, a esfera dos valores, a tradição, e que estaria sob ataque devido à hegemonia marxista: “É essa outra coisa - a esfera das obrigações não contratuais - que o filósofo conservador precisa descrever e o político conservador defender” (SCRUTON, 2019a, p. 53).

Entretanto, essa também não é uma inovação no liberalismo de Scruton. Bastiat (1850-2016) defendia, da mesma maneira, a limitação do papel do Estado, justamente afirmando essa outra esfera de atuação infralegal.

Quando se extrapolam esses limites, quando se tenta fazer a lei religiosa, fraternal, igualitária, filantrópica, industrial, literária, artística, logo se atinge o infinito, o incerto, o desconhecido, a utopia imposta ou, o que é pior, uma infinidade de utopias em luta para apossar-se da lei e se impor. Pois a fraternidade e a filantropia, ao contrário da justiça, não têm limites fixos. Onde pararão? Onde parará a lei? (BASTIAT, 1850-2016, p. 125).

Era justamente na capacidade de organizar a tradição que os “pequenos pelotões” serviriam como contratendência à fragmentação originária do surgimento do indivíduo liberal, que ao ser isolado, alimentava ilusões em torno da igualdade social. A sociedade norte-americana seria um exemplo, justamente por sua capacidade organizativa de agrupar as pessoas por seus costumes para defender boas tradições, as quais mantiveram “hierarquias duradouras e cordiais” através de clubes, Igrejas e sociedades (SCRUTON, 2019a, p. 65).

Scruton (2019a, p. 66) salientava que “a nova missão do conservadorismo como resposta sistemática ao socialismo só adquiriu essa forma (na França) no fim do século XIX”. Era predominante nesse período a razão instrumental, contudo o irracionalismo seguia fortemente difundido nas visões de mundo religiosas e em

determinadas leituras conservadoras tradicionalistas, como nas do filósofo exotérico Julius Evola, com o qual, semelhanças com o guru esotérico dos habitantes atuais do Palácio do Planalto não são meras coincidências (FOLHA UOL, 2020).

Entender o "politicamente correto" e encontrar os meios de combatê-lo tornaram-se causas proeminentes entre os conservadores. O "politicamente correto" é simplesmente o estágio final do individualismo liberal (SCRUTON, 2019a).

Não apenas a censura, mas uma cultura de repúdio reina na mídia e nas universidades, e se tornar conhecido como alguém que fala pelas instituições e hierarquias da velha Inglaterra é cortejar o ridículo e o ostracismo do *establishment* de esquerda. (SCRUTON, 2019a, p. 115).

Scruton (2019a) dirigia seus ataques ao “politicamente correto”, como produto do marxismo, que seria hegemônico, e rendia suas homenagens às personalidades da Nova Direita, que teriam sido importantes na crítica, tanto da mercantilização e concentração de poder nos mercados globais (chamada por alguns de globalismo), quanto “na tentativa de proteger o que importa da subversão pelo culto da igualdade, da dissolução pelas forças globais, incluindo forças de mercado” (SCRUTON, 2019a, p. 128).

Destaca-se a sinceridade com que Scruton (2019a) tratava o tema da emergência da questão social e da configuração do conservadorismo burguês e um contrarrevolucionarismo liberal.

A caminho das cidades, entrou no palco da história mundial sua mais comentada protagonista, a “classe trabalhadora”. [...] As teorias sociais que explicavam essa classe e as doutrinas políticas que defendiam assumiram posição central nos debates da época, e , durante o século XIX, essas teorias e doutrinas se uniram no movimento socialista. Na virada do século XX, já não era contra o liberalismo que o conservadorismo se definia, mas contra o socialismo, em particular a concepção socialista de Estado. (SCRUTON, 2019a, p. 70).

Para Scruton (2019a, p. 90), desde o fim do século XIX, o conservadorismo entraria, portanto, em outra fase, teria se transformado de defensor da tradição a defensor da liberdade, contra o que foi, “no melhor dos casos, a ascensão de um sistema de governo burocrático e, no pior, como na União Soviética, uma tirania ainda mais homicida que a dos jacobinos na França revolucionária”.

Destaca-se como Scruton (2019b), assim como Mises (2018) e Bastiat ([1850] 2016), criou uma gradação da liberdade: liberdade, intervencionismo e socialismo, onde o último seria a expressão da total falta de liberdade.

Scruton (2019a) também ressaltou que o liberalismo heterodoxo de Keynes teria desvirtuado o liberalismo clássico, o qual teria levado, inclusive, a uma confusão terminológica que associaria liberalismo a progressismo. Mais que uma polêmica terminológica, o que está em jogo é a disputa com o intervencionismo social liberal e a defesa da radicalização do (ultra)neoliberalismo.

Qualquer um que defenda a posição liberal clássica provavelmente é visto agora como conservador, em razão da associação entre liberalismo clássico e livre mercado e do conflito entre individualismo liberal e a cultura da dependência associada ao Estado de Bem-estar Social. (SCRUTON, 2019a, p. 91).

Scruton é uma importante referência para segmentos de extrema-direita opositoristas à direção política do neoliberalismo das primeiras décadas do nosso século. Alguns desses segmentos alimentam críticas ao pensamento de Hayek e buscam suas bases nas posições de Mises, apesar das similitudes demonstradas nas visões de mundo de ambos. Scruton (2019a), no entanto, faz questão de reabilitar a memória de Hayek como um legítimo conservador. Para ele, o autor neoliberal estaria com razão, em sua crítica ao conservadorismo de sua época, já que segmentos identificados como conservadores teriam também adotado formas intervencionistas.

Ele se distanciou do movimento conservador por acreditar que, após a Segunda Guerra, os governos conservadores simplesmente aceitaram que a sociedade civil devia ser gerenciada pelo Estado e, como resultado, perpetuaram ilusões e as políticas dos socialistas. Apesar dessas reservas, é a ele que devemos uma das mais importantes defesas conservadoras do *Common Law*. E, como seu contemporâneo Michael Oakeshot, ele criou uma teoria da sociedade civil que, adequadamente compreendida, une e revigora os *insights* tanto de Hegel, quanto de Burke. (SCRUTON, 2019a, p. 92).

Um exame do pensamento de Hayek (2016) sobre o conservadorismo, cuja principal referência está no texto intitulado “Porque não sou um conservador” demonstrava, entretanto, que há distinções mais profundas que uma denúncia aos conservadores de sua época, e esta crítica possui centralidade no pensamento de Hayek e desdobra-se no tipo de confluência entre ultraneoliberais e conservadores na atualidade.

Apesar das diferenças em relação à compreensão do conservadorismo com Hayek, Scruton possui diversas semelhanças com este último, a saber principalmente



a importância da moralidade, o conceito de liberdade negativa e um agnosticismo declarado em relação à razão e possibilidades de um planejamento econômico racional.

A ideia de sociedade como produto permanente da “ordem espontânea”, central em Hayek, está associada a este tipo de agnosticismo de que nos fala Lukács (2020) nos teóricos da decadência. Hayek compreende que a ordem espontânea constitui progressos independentes do conhecimento dos diferentes elementos que lhes são constituintes. Ao mesmo tempo que procede uma naturalização dos fenômenos, aponta para a impossibilidade de conhecê-los, dada a sua complexidade. Portanto, a única forma de apropriar-se do conhecimento da realidade seria de fato parcial e fragmentária (HAYEK, 1985).

### 1.3.3 A miséria da razão e a confluência entre liberais e conservadores

Em seu livro, “A destruição da razão”, Lukács (2020) dedica-se ao estudo do irracionalismo como característica do desenvolvimento filosófico do reacionarismo burguês na Alemanha. Entretanto, ressaltava que era um fenômeno internacional e elenca expressões desse irracionalismo em suas duas fases: No reacionarismo antiburguês, de caráter restauracionista, em oposição “ao conceito burguês de progresso”, e em sua fase apologética da ordem burguesa, após 1848, quando o combate ao socialismo passa a ser a tônica do “irracionalismo moderno”. Cita como exemplo dessas perspectivas reacionárias, fora da Alemanha, Edmund Burke na Inglaterra e De Bonald e De Maistre na França (LUKÁCS, 2020, p. 20).

O fim do papel da burguesia como classe revolucionária e sua migração para o papel de classe contrarrevolucionária, na segunda metade do século XIX, seria marcado pela ruptura de seu pensamento com o “ponto de vista do historicismo e da totalidade” (COUTINHO, 2011, p. 10). Esse processo explica a grande importância do que Merquior (1991) denomina como tradição liberal conservadora na construção das visões de mundo que hegemonizaram a sociedade, desde a segunda metade do século XIX até os dias de hoje, mesmo que em diferentes matizes.

A confluência entre conservadores e liberais, a partir da segunda metade do século XIX, está assentada no contrarrevolucionarismo e no combate, sobretudo, à articulação dos ideais de liberdade e igualdade.

Desde Burke, esta defesa das hierarquias sociais já aparecia ligada à ideia da propriedade como critério para liberdade política. Na mesma direção, os teóricos da

“liberdade negativa” têm tratado todo intento redistributivo a partir do Estado como espoliação ou usurpação. Em última instância, ambos apontam para a limitação da democracia como requisito da garantia de liberdade econômica, um pressuposto à liberdade individual.

Qualquer coisa que um homem individualmente possa fazer, sem lesar os demais, têm o direito de fazê-lo para si mesmo, assim como tem o direito a uma justa parcela de tudo que a sociedade, mediante a combinação de suas habilidades e força, possa fazer em seu favor. Nessa parceria, todos os homens têm direitos iguais, mas não as mesmas coisas. (BURKE, 2014 p. 79).

No trecho anterior, é expressa a concepção de sociedade civil de Burke e há um esboço do que pensa sobre representação, que deve sempre obedecer a um critério censitário para não incorrer em injustiça. Também fica claro o conceito de justiça, ou seja, como fazer o que a lei permite, conceituado como liberdade negativa para Berlin (2021).

A confluência entre “liberalismo conservador” e “conservadorismo liberal” reside sobretudo neste olhar sobre a democracia e certo arranjo entre liberdade e igualdade que justificam a postura antidemocrática de ambos. O ceticismo em relação à democracia, como vimos, é marca do pensamento conservador.

A resistência à racionalidade, em Burke, não significava a defesa de uma dogmática reacionária e religiosa, como visto em seus seguidores franceses, por exemplo. O político britânico apresentava uma leitura de que os preconceitos encerravam conhecimentos de gerações anteriores e que a defesa racional nesta geração, negando o conhecimento acumulado como costume e preconceito, seria inferior a todo o conhecimento dos antepassados plasmado nos preconceitos.

Há, portanto, uma articulação entre razão e irracionalidade particular no pensamento de Burke. Essa articulação é plasmada nas instituições e, por isso, estas devem ser defendidas (BURKE, 2014). É possível identificar na obra de Burke, o início do processo em que o irracionalismo se desenvolveu, significativamente, no período romântico pré-1848, mesmo que tenha passado a ser hegemônico apenas no período da decadência.

O irracionalismo tem como alvos o pensamento dialético e a partir da negação da racionalidade e da objetividade cumpre a “tarefa social para a burguesia reacionária” de oferecer a “ilusão de uma liberdade completa, a ilusão da

independência pessoal” quando na verdade se “vincula a burguesia reacionária” (LUKÁCS, 2020, p. 25).

Para Hayek, na maturidade do “irracionalismo moderno”, a postura que denominava como “antirracional” e que apontava necessariamente para formas irracionistas de conhecimento da realidade, era urgente e necessária para impedir arroubos totalitários como os ocorridos no século XX. Sua crítica à socialdemocracia está assim, assentada em uma crítica da própria racionalidade. Brown (2020, p.131) identificava que: “O maior erro da social-democracia jaz em sua tentativa de substituir uma ordem espontânea evoluída historicamente, suportada pela tradição e instalada pelo costume, por projetos racionais mestres para a sociedade”.

A teoria de Hayek, apesar de reivindicar o liberalismo e aspectos do conservadorismo clássico, é produto do irracionalismo moderno, de que nos falava Lukács (2020), e que está relacionada a perspectivas reacionárias, cujo principal inimigo é o proletariado e, não mais, as classes burguesas emergentes (LUKÁCS, 2020, p. 94).

Na contraface da manipulação racional, em Hayek (1985) estaria a ideia de “ordem espontânea”. Esse conceito é apresentado pelo autor por meio de analogias com as ciências naturais, com fenômenos em que a ação humana pode fornecer condições para o desenvolvimento, mas jamais reproduzir o processo como um todo. Utiliza como exemplo a formação de um cristal ou composto orgânico complexo, que não poderia ser produzido pela superposição de átomos, mas pela reprodução de algumas condições para sua formação espontânea. “Em outras palavras, a ordem será sempre uma adaptação à grande número de fatos particulares que ninguém conhecerá em sua totalidade” (HAYEK, 1985, p. 121).

O pensador neoliberal nega também a perspectiva instrumental da racionalidade weberiana, pois seria inviável “rejeitar todos os valores gerais cuja utilidade para a obtenção de resultados específicos desejáveis não pode ser demonstrada” (HAYEK, 1985, p. 152). Hayek (1985) posicionava-se em favor do papel progressivo das ideologias, e apresentava uma leitura enviesada de que Marx teria sido um opositor do conceito de ideologia.

Apontava para um rumo diferente dos que declararam a morte das ideologias e constatava coerentemente que muitos sujeitos a defender o “fim das ideologias” eram “socialistas desiludidos”. Esse elogio à ideologia cumpre o papel de defender uma necessária “ideologia da liberdade individual”. Entretanto, Hayek opõe-se à razão dialética, do mesmo modo que os relativistas, os quais classifica como “socialistas

desiludidos”. Não é preciso uma vasta pesquisa para identificarmos que o período neoliberal é um período de ampla hegemonia das formas irracionais nas ciências humanas e sociais.

Vaisman (Lukács, 2020), ao apresentar a edição de “A Destruição da Razão” em português, ressaltava a urgência da publicação dada a exacerbação do irracionalismo nos tempos atuais. Chamava a atenção para a primeira publicação do livro ser de 1954, mas sua produção remontar aos anos 1930, período do auge do fascismo europeu. O próprio Lukács, em nota à segunda edição, escrita em 1960, chamava a atenção para sua motivação com o livro ao desvendar: “o caminho seguido pela Alemanha no terreno da filosofia até chegar a Hitler” (LUKÁCS, 2020 p. 10).

E é justamente nas origens desse processo, do ponto de vista filosófico e ideológico, que se debruçava Lukács. O autor integra, assim, o conjunto de autores a produzir sobre o fascismo, e o faz extrapolando seus determinantes exclusivamente políticos e econômicos, que marcam a teoria do fascismo nesse primeiro momento.

Vaisman também destacava que a rejeição ao livro “A Destruição da Razão” sob o rótulo de stalinista é um equívoco, pois a tese central da oposição racionalismo *versus* irracionalismo, opunha-se à linha do “marxismo oficial” da III Internacional da época; era muito mais próxima de uma incorporação de Hegel que da refutação vulgar entre materialismo e idealismo da linha oficial.

Saltam aos olhos, algumas semelhanças na análise político-estratégica presente no livro, mesmo que diminutamente, com a linha da Internacional Comunista na análise do fascismo. Contudo, no que se propõe, a análise das relações entre condições sociais econômicas e político-ideológicas que no campo filosófico fizeram emergir a filosofia da decadência e o trânsito para o “irracionalismo moderno”, dá pistas significativas para o exame dos fascismos históricos e os neofascismos de hoje, em sua relação com o pensamento neoliberal e ultraneoliberal.

Lukács anotava que era impensável discutir os destinos da filosofia dissociando-os dos desenvolvimentos das forças produtivas. Ficam patentes em seus textos a indissociabilidade entre os elementos políticos, econômicos e sociais que forjam a decadência e a ascensão do irracionalismo moderno (LUKÁCS, 2020). Essa elaboração propõe uma profunda crítica às perspectivas da neutralidade axiológicas e do agnosticismo, que ao não apontar para a “tomada de posição em favor da razão” abriram caminho para o irracionalismo e a barbárie fascista.

Dessa maneira, “cada classe que combate no campo da filosofia coloca, de forma variada, o problema esboçado de início, e do qual, sob determinadas circunstâncias pode brotar o irracionalismo” (LUKÁCS, 2020, p. 91). Dentro desse diagnóstico, enxergava a emergência das ciências sociais particulares como tentativa de resolver questões práticas, sem uma preocupação em responder no campo ideológico sobre as origens dessas questões emergentes com a entrada em cena da classe operária.

O relativismo tão presente na filosofia alemã pré-Hitler, foi a linha mestra das tendências na decadência. Nos tempos neoliberais atuais não deve causar espanto, que os irracionalismos pós-modernos tenham aberto novamente espaço para os fascismos do século XXI, ou neofascismos, como tratado neste trabalho.

A degradação intelectual no tempo presente possui, como antecedente, o “rebaixamento do nível filosófico”, tratado por Lukács (2020) como uma característica do irracionalismo filosófico. Contudo, salientava que esta característica não resumia o irracionalismo, nem o fascismo.

O autor trazia luz para o fato de a oposição burguesa ao fascismo expor essa característica negativa sem, no entanto, questionar o cerne de suas propostas para a manutenção do capital monopolista, chegando a se tornar, para alguns, uma defesa de um fascismo sem Hitler (LUKÁCS, 2020). Essa observação de Lukács é muito propícia para refletirmos sobre a conjuntura atual e as possibilidades de uma defesa da política ultraneoliberal desatada do conservadorismo e do neofascismo. De fato, não consegue ser mais que uma crítica superficial na disputa pela gestão do Estado.

Apesar de realizar a crítica aos desenvolvimentos do irracionalismo na filosofia alemã, o autor enfatizava que estas formas de pensar não correspondiam ao desenvolvimento endógeno do campo de saber da filosofia, como gostaria parte de seus defensores, mas se ergueram como resposta à dinâmica social capitalista: “Queremos demonstrar, pelo contrário, que as diferentes etapas do irracionalismo surgiram como respostas reacionárias a problemas das lutas de classe” (LUKÁCS, 2020, p. 14).

Destarte, apesar de não objetivar a discussão dos determinantes políticos do fascismo, Lukács contribuiu significativamente para uma compreensão que não dissocia a crítica, imanente da filosofia, ao desvelamento dos fundamentos sócio-históricos do fenômeno fascista.

A depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnosiologia aristocrática, a recusa do progresso sócio-histórico, a criação de mitos são, entre outros, motivos que encontramos em quase todo pensador irracionalista [...]. Deter-se nessas determinações contínuas do pensamento corresponde ao reflexo dos fundamentos sociais reacionários que formam a unidade do irracionalismo, por maiores que sejam as transformações qualitativas que podem e devem ser verificadas de Schelling a Hitler. O fato de as filosofias irracionalistas terem desembocado no Hitlerismo só pode ser considerado algo necessário na medida em que as lutas de classe concretas produziram tal resultado – naturalmente, não sem ajuda desse desenvolvimento ideológico. (LUKÁCS, 2020, p. 15).

Nietzsche aparece em Lukács (2020) como o principal responsável pela viragem para uma hegemonia irracionalista na filosofia alemã. Apesar de não ter vivido o Imperialismo, sua filosofia torna-se fecunda para o período imperialista, dada a natureza mistificadora do seu pensamento.

Essa natureza mistificadora é responsável pela grande relevância que ganha no período imperialista na apologia indireta do capitalismo, a partir do relativismo e agnosticismo exacerbados que tomaram a filosofia. Nietzsche era desde o início avesso à democracia e ao socialismo e opunha-se veementemente contra quaisquer perspectivas revolucionárias (LUKÁCS, 2020, p.285). No entanto, o radicalismo tardio de Nietzsche relacionava-se a sua empolgação com o governo de Bismarck e sua percepção da Alemanha bismarckiana como uma democracia que teria sido eficaz em conter o socialismo. Aponta a tendência, muito observada no Liberalismo no período da decadência, da constituição de uma apologética ao capitalismo desenvolvida no limiar entre o relativismo irracionalista e a defesa de valores liberais do período anterior, estando os últimos a serviço dos primeiros (LUKÁCS, 2020).

#### 1.3.4 Durkheim, individualismo e liberalismo

Se no campo filosófico não há um amplo desenvolvimento do reacionarismo na França, no campo da sociologia, com seu erguimento como ciência social particular, “deseconomizada” e “des-historicizada”, a França é pródiga na reprodução do irracionalismo. No limiar desse processo, a sociologia positivista, hasteando a bandeira da razão miserável teve importância significativa (LUKÁCS, 2020).

Na opinião do liberal brasileiro Merquior (1991), ao colocar o individualismo em voga, Durkheim consolidou uma mudança de perfil no liberalismo no início do século XX, transitando para um “liberalismo social”, que teria sido capaz de frear o socialismo (MERQUIOR, 1991, p. 158). Os rumos do liberalismo, influenciado por Durkheim,

tendiam a pautar a liberdade para além da simples “liberdade negativa” a partir do pós-guerras. O espaço para uma defesa dogmática do livre mercado era obstruído pela realidade social. Apesar de Durkheim opor-se ao liberalismo clássico e considerarmos mais adequado classificá-lo como um pensador conservador, Merquior (1991) salientava que ele possuía significativa importância na história do liberalismo. Justamente por essa importância, Merquior considerava Durkheim como um liberal, por reafirmar o individualismo, de modo oposto ao darwinismo de Spencer e sua crença cega na competição, mas também por uma centralidade dos papéis do Estado, para a defesa da autonomia individual, que o diferenciavam do conservadorismo clássico (MERQUIOR, 1991).

No período em que Durkheim ganha importância na sociologia, no início do século XX, ocorre a transição para o capital monopolista, processo que requiritava uma intervenção do Estado, muito além do previsto na dogmática da liberdade negativa e do livre mercado como ente regulador. Precisamente essas mudanças com o capital monopolista originaram os processos nos quais são requisitados profissionais de Serviço Social no Brasil e no mundo.

Na contramão dessas visões estavam os defensores do darwinismo social de Spencer e a crença psicologizante da Escola Austríaca. Stanley (2020) apresentou o darwinismo social como um sustentáculo da política fascista e, nessa medida, o fascismo seria hiperindividualista e não antiindividualista. Isso configuraria os elos que o aproximam de determinadas visões ultraneoliberais. As subtendências ultraneoliberal e conservadora atual no Serviço Social resgatam, desse modo, elementos opostos à herança durkheimiana, que marca o conservadorismo histórico nas origens da profissão.

A incorporação da teoria durkheimiana no Serviço Social brasileiro era também adequada ao tipo de expectativa decorrente de suas origens na ação católica, coadunando com o ideário da Doutrina Social da Igreja, pois além do caráter “antiliberal”, sobretudo pensando o liberalismo clássico, era pautada em uma intervenção individual e integradora como forma de combate à ebulição operária e ao comunismo. Décadas após seu surgimento, com base na doutrina social da Igreja, nos anos de 1960, o Serviço Social brasileiro passou a buscar referências no Serviço Social norte-americano, sem que as articulações dessas influências com o pensamento liberal fossem claras.

Em tempos de hegemonia norte-americana, com seu *American Way of life*, o Serviço Social Brasileiro buscará também o suporte do serviço social americano, este último hegemonicamente embebido na sociologia funcionalista, de Durkheim a Parsons e Merton, com toda a visão social de mundo individualista que lhe é peculiar. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 125).

Relevante notar que na classificação proposta por Merquior (1991, p. 196) “Talcott Parsons foi um liberal moderadamente conservador”, assumindo assim uma posição mais liberal que Weber, classificado como um liberal conservador.

Cabe, no entanto, refletir sobre como a incorporação durkheimiana no Serviço Social, que ao ser mediada pelo catolicismo, abandona as possíveis articulações de suas características individualistas com o liberalismo. Ademais, de um projeto profissional que reafirmava o individualismo como diretriz para o exercício profissional, as visões de mundo eram ainda herdeiras da doutrina social da Igreja.

Destarte, o enfrentamento da questão social previsto pelo conservadorismo reformista de Durkheim ocupa em grande medida um espaço que no liberalismo clássico seria exclusivo do *laissez faire*, como alternativa para todas as questões da sociedade, conforme preconizado pelos defensores do liberalismo clássico e pela competição nas versões do darwinismo social ultraneoliberalismo no mundo atual.

O pensamento conservador de Durkheim (1858-1917) - e nisto também se manifesta a conjuntura da ordem burguesa pós-1848 - constrói-se para enfrentar a questão social. Antiliberal por excelência, Durkheim entende que há que se induzir uma ação social consciente e planejada para impedir que a sociedade (burguesa) se desintegre, o que fatalmente ocorrerá se o processo social for deixado às suas forças espontâneas- estas são incapazes de coibir a tendência à anomia, numa sociedade de complexa divisão do trabalho na qual a diferenciação individual atrofiou o peso da consciência coletiva. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 53).

Desse modo, o conservadorismo reformista era incompatível com a defesa da liberdade negativa dos liberais clássicos e ultraneoliberais de hoje. Essa diferença em relação ao papel do Estado no controle das “paixões humanas” diferencia o conservadorismo de Durkheim do liberalismo clássico, contudo permanecia uma confiança nos “desfechos” positivos da história.

De Burke a Durkheim, passando por Tocqueville, as várias alterações sofridas pelo conservadorismo não eliminaram a *confiança* de que os desfechos da história (pouco importando como cada qual deles concebia a natureza e a dinâmica desta) seriam positivos - em nenhum deles existe um horizonte trágico ou *desesperado* para a sociedade contemporânea. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 53, grifo da autora).



Apesar da conjuntura desfavorável para a “defesa dogmática da liberdade”, como anos mais tarde defendeu Hayek (1985), é nesse período que se lançaram as bases, no pensamento liberal, para a denúncia neoliberal ao reformismo conservador, dominante a partir de 1980. Contemporaneamente a Durkheim, Carl Menger (1840-1941) fundava a Escola Austríaca de Economia, de onde se desenvolveram as teorias ultraliberais mais proeminentes nos dias de hoje e a linhagem de onde advém os pensadores neoliberais mais importantes do século XX.

O autor é considerado o pai da Escola Austríaca de Economia que fundamenta as teorias econômicas neoliberais e ultraneoliberais. A proximidade com Durkheim no Serviço Social e com um conservadorismo Brasileiro, na maior parte do tempo estatista, distanciaram os assistentes sociais dessas tradições mais radicais do liberalismo até o presente momento. Nesta tese, sustentamos *a hipótese de que a subtendência ultraneoliberal (autointitulada como “libertária”) representa uma inflexão, no sentido de incorporar estas tendências da “economia vulgar” à disputa de projetos profissionais no Serviço Social.*

Ao se referir à filosofia alemã, Lukács chama a atenção para a situação da intelectualidade burguesa frente às transformações societárias no início do século e suas decorrências. Se no pré-Guerra a intelectualidade burguesa ainda é tomada pela “insegurança” diante das transformações capitalistas na sociedade, posteriormente, a Guerra e a Crise de 1929 levam a uma expansão do “nihilismo desesperado” como apontou Lukács (LUKÁCS, 2020, p. 391). Esse nihilismo seria a porta de entrada para o fascismo.

Após a primeira Guerra Mundial, destacou Escorsim Netto (2011), o conservadorismo associar-se-ia ao reacionarismo moderno e que:

[...] o otimismo perdido é substituído pelo desespero - a *angústia* (*inteiramente desconhecida pelos conservadores clássicos*) favorece a sua vinculação às *filosofias da vida* tão funcionais (como prova a trajetória de Heidegger) ao fascismo. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 57, grifo do autor).

Apesar da influência das ciências sociais particulares no Serviço Social ser normalmente remetida apenas à incorporação do pensamento de Durkheim e dos funcionalistas norte-americanos; a partir da década de 1970, o questionamento do positivismo, mesmo que em versões pós-estruturalistas nas ciências sociais foi importantíssimo para a renovação da profissão, como será tratado no Capítulo 3. À

medida que se insurge contra o conservadorismo, o Serviço Social produziu também uma crítica teórico-metodológica ao positivismo e isso é um elemento que opera na ruptura do Serviço Social com as suas origens conservadoras.

Já apresentados em linhas gerais os principais elementos que forjam o liberalismo e o conservadorismo na sociedade burguesa, adiante serão abordadas as pistas que nos trazem até o ultraneoliberalismo e o conservadorismo atual e, particularmente, sua atuação como subtendências na disputa por projetos profissionais no Serviço Social.

## 2 “TRÊS FONTES E PARTES CONSTITUTIVAS” DO ULTRANEOLIBERALISMO

Em 1913, Lênin escreveu o artigo intitulado: “As três fontes e partes constitutivas do Marxismo”. O artigo foi escrito por ocasião do 30º aniversário do falecimento de Karl Marx e publicado originalmente na revista Bolchevique “Prosvechtchénie” (Educação). No presente artigo, o revolucionário russo descreveu as principais interlocuções do pensamento de Marx que o tornaram capaz da superação, tanto do ponto de vista subjetivo, quanto na objetividade da superação das relações sociais de produção existentes até aquele momento.

Destarte, as fontes e partes constitutivas do marxismo são apresentadas: o Socialismo utópico francês, que posteriormente é suplantado pela formação da sociologia como ciência particular no processo descrito por Lukács (2020) como a “decadência ideológica da burguesia”; a Economia Clássica inglesa, que no período da decadência dá lugar à “economia vulgar” em seu ímpeto conservador e; por fim, mas não menos importante, a Filosofia alemã, suplantado seu caráter progressivo pela “Destruição da Razão”, rompendo com o historicismo e a razão dialética.

As três fontes tratadas por Lênin foram, assim, golpeadas pelo pensamento burguês em sua fase decadente, quando a burguesia deixa de ser a classe portadora de um projeto universal progressista para se tornar, com o pensamento conservador aristocrático, portador de interesses particularistas no enfrentamento ao projeto emancipatório defendido pelo proletariado. O autor russo abre o artigo explicando justamente que a hostilidade em geral ao pensamento de Marx pela intelectualidade burguesa, era compreensível, dados seus vínculos de classe:

De uma forma ou de outra, toda a ciência oficial e liberal defende a escravidão assalariada, enquanto o marxismo declarou uma guerra implacável a essa escravidão. Esperar que a ciência fosse imparcial numa sociedade de escravidão assalariada seria uma ingenuidade tão pueril como esperar que os fabricantes sejam imparciais quanto à questão da conveniência de aumentar os salários dos operários diminuindo os lucros do capital. (LENIN, 1977 [1913], s.p.).

Essa hostilidade que passa a marcar o pensamento liberal e conservador manifesta-se de modo diferente em cada formação econômico-social e assume feições específicas nas ciências particularistas surgidas na decadência. Sendo assim, permanece a relevância de pensar as especificidades do enfrentamento liberal e

conservador na França, no mundo anglo-saxão, na Alemanha e Austro-Hungria, no período da decadência.

Essas reflexões auxiliam a compreensão dos processos que proporcionaram o crescimento do ultraneoliberalismo, do neofascismo e outras formas de conservadorismo na atualidade. Destarte assumem grande importância no exame das múltiplas determinações que levaram ao surgimento das subtendências ultraneoliberais e conservadoras no debate profissional do Serviço Social.

A compreensão dessas fontes torna-se relevante tanto para sugerir analogias com os tempos atuais, quanto para compreender o processo real de articulação entre condições objetivas e subjetivas ao longo do desenvolvimento do capitalismo, além dos impactos na consolidação das visões de mundo propagandeadas pelos sujeitos autoidentificados com o liberalismo e conservadorismo na atualidade. Acredita-se também que este excuroso pode oferecer valiosas reflexões para compreendermos como a crítica (neo)liberal e conservadora à democracia confluíram para os (neo)fascismos contemporâneos.

## 2.1 O liberalismo francês

Dadas as particularidades da realidade pré-revolucionária francesa e principalmente sua via de transição ao capitalismo, a revolução burguesa na França, com caráter plebeu e dependente da adesão inicial dos segmentos populares, conferiu ao liberalismo na França características particularmente distantes da dogmática do *laissez-faire* na Inglaterra.

A própria característica da aristocracia francesa e sua relação patrimonialista com a coroa vieram a determinar a tradição liberal francesa, cuja maior influência foi Rousseau, que situava em todo momento a liberdade como liberdade na coletividade e não como defesa da liberdade individual contra o Estado, aos moldes da liberdade negativa anglo-saxã.

O caráter de ruptura da Revolução Francesa em aliança com segmentos populares apontava inevitavelmente para uma relação entre liberdade e igualdade que lhes distanciava da liberdade negativa, que vigorava no liberalismo anglo-saxão no século XIX. Merquior (1991) realçou que as mais destacadas exceções foram Jean Baptiste Say e Frédéric Bastiat. Esse tipo de liberalismo apenas ganharia algum destaque na França na virada do século XIX para o XX.

Frédéric Bastiat foi um liberal francês pouco celebrado na primeira metade do século XX, como apontava o artigo publicado pelo portal do Instituto Mises (2018). O artigo citado foi um prólogo à publicação do texto “sofismas econômicos”, datado de 1962. Escrito pelo jornalista conservador Henry Hazlit ([1962] 2020) apontava para uma suposta injustiça realizada com o autor pelos teóricos liberais que o sucederam. Reconhecia que a contribuição teórica de Bastiat não seria inovadora em relação ao liberalismo clássico de Smith ou Jean-Baptiste Say e David Ricardo, mas exaltava o autor pela sua combatividade em relação às políticas protecionistas.

Nesta pesquisa priorizamos Bastiat, por sua linha de continuidade na defesa das liberdades negativas, que liga o liberalismo clássico aos ultraneoliberais, além da importância que assume na propaganda da tendência ultraneoliberal no Serviço Social.

Não por acidente, Bastiat passou a ser celebrado pela extrema-direita norte-americana a partir da década de 1960. Esse período coincidiu com o início dos questionamentos mais relevantes sobre as políticas de caráter “intervencionista”, que vigoravam desde os pós-guerras: de organização intensa de setores liberais mais ligados a uma doutrina pró-mercado, principalmente, a partir do que Dardot e Laval (2016) qualificaram como vertente Austro-Americana do neoliberalismo.

Nas palavras do liberal de extrema-direita Henry Hazlit ([1962] 2020):

Economia é principalmente uma ciência prática. Não vale a pena descobrir seus princípios fundamentais se eles não se aplicam e não se aplicarão, se não forem amplamente compreendidos. Apesar das centenas de economistas que apontaram as vantagens do livre mercado e do livre comércio, a persistência das ilusões protecionistas manteve vivas as políticas protecionistas e de preços e florescendo hoje na maioria dos países ao redor do mundo. Mas qualquer um que tenha lido e entendido Bastiat deve ser imunizado por doença protecionista ou ilusões do Estado de Bem-estar Social, exceto de uma forma muito atenuada. Bastiat acabou com o protecionismo e o socialismo através do escárnio. (HAZLIT, 2020 [1962], s.p., tradução nossa).

A posição ofensiva que o setor pró-mercado passa a ter na sociedade a partir dos anos de 1960 explica, em grande medida, o empenho em publicar e divulgar a obra de Bastiat a partir de então. Assim, também a sua grande relevância no pós-2008, e principalmente no Brasil, deve-se a outro elemento: a forma como o autor manifesta-se, adequada aos intentos atuais e à estratégia política adotada por esses setores o que, segundo Rocha (2019), seria a estratégia do contrapúblico. Hazlit ([1962] 2020) sobre Bastiat, afirmava que “seu principal método de argumentação era

o método do exagero. Era mestre em reduzir (argumentos contrários) ao absurdo” (HAZLIT, [1962] 2020, s.p., tradução nossa). Dessa maneira, defendeu arduamente um ideário pró-mercado e anti-intervencionista.

Ele foi um dos primeiros economistas a atacar as falácias, não só do protecionismo, mas também do socialismo. [...] Bastiat foi acusado de ser propagandista e advogado, e ele era. Foi uma vergonha que ele estivesse sozinho por tanto tempo, enquanto os demais economistas “ortodoxos” evitassem criticar o socialismo ou defender o capitalismo por medo de perder suas reputações de “imparcialmente científicos” e, assim, deixar todo o caminho para agitadores socialistas e comunistas, que eram menos tímidos a esse respeito. (HAZLIT, 2020 [1962], s.p., tradução nossa).

No Brasil pós-2006, e principalmente pós-2008, existiu um crescimento desse ideário pró-mercado e de suas expressões políticas, muito mobilizados pela internet e pela rede de *think tanks*, e Bastiat passou a ser mais solicitado naquele momento. O autor é parte da base teórica do ideário pró-mercado que deságua no ultraneoliberalismo. Esses segmentos realizavam a crítica ao neoliberalismo hegemônico naquele período e para isso se autodenominavam “libertarianos” como demonstrou Rocha (2019) com base em texto do jornalista ultraneoliberal Bryan Doherty:

A militância internacional libertariana, de acordo com Doherty, abrangeria anarco-capitalistas, (*ancaps*), objetivistas, corrente inspirada na obra da romancista Ayn Rand, minarquistas, economistas austríacos, liberais clássicos, e o que se costuma chamar de neoliberais, os quais são percebidos pela própria militância como estando vinculados principalmente à Escola de Chicago e por isso eventualmente são chamados de “chicaguistas”. Todas estas correntes, a despeito de eventuais disputas ideológicas internas, se percebem como continuidade de uma mesma tradição que remonta ao liberalismo do século XIX e às obras de autores como Frédéric Bastiat, Herbert Spencer, Stuart Mill, Alexis de Tocqueville, John Locke, entre outros. (ROCHA, 2019, p. 47).

Casimiro (2018) ao estudar a história dos *think tanks* neoliberais no Brasil apresentou a história de diversos destes empreendimentos com ações doutrinárias, entre eles o Instituto Liberdade, do Rio Grande do Sul, que segundo o autor, comporia, em conjunto com o Instituto de Estudos Empresariais (IEE-RS), o “eixo gaúcho”, o “mais ativo de recrutamento, doutrinação e propaganda neoliberal” entre os aparelhos privados de hegemonia neoliberais (CASIMIRO, 2018, p. 346).

Nesse estudo, Casimiro (2018, p. 338) observou que o Instituto Liberdade realizou uma série de colóquios com função doutrinária, sendo o primeiro deles, um colóquio realizado em outubro de 2008, “com o tema: os limites da liberdade de

escolha”, tendo como bibliografia de referência “A Lei” de Frederic Bastiat, que será abordada a seguir para uma aproximação com o pensamento do autor.

A edição do livro *A Lei* consultada em nossa pesquisa é em si uma demonstração da forma de apropriação que ultraneoliberais fazem de Bastiat no Brasil. Em primeiro lugar, destaca-se que o livro traduzido, introduzido e comentado pelo escritor, tradutor e professor de inglês Eduardo Levy foi publicado pela Faro Editorial com um subtítulo: “Por que a esquerda não funciona?”.

Além do subtítulo provocador, o livro conta com uma capa onde um rolo de tinta é passado sobre o rosto de Che Guevara, claramente uma alusão ao tipo de propaganda a que se propõe. Além disso, incluem comentários que, segundo a capa, seriam relacionados às leis brasileiras, mas em geral, são mera propaganda ultraneoliberal; além de ilustrações, em sua maioria charges dirigidas ao escárnio contra a esquerda e os movimentos sociais.

O tipo de literatura que representa possui muitas similaridades com a linguagem oriunda principalmente da Internet e, que na hipótese de Rocha (2019), estaria relacionada à estratégia da nova direita como “contrapúblico” digital. Aparece assim, ser dirigida a esse público e possui também similaridades com a produção teórica das subtendências do Serviço Social ultraneoliberal e conservador.

Na introdução, o tradutor deixa clara a relevância do texto: “os nossos problemas são os seus problemas e seus inimigos são os nossos inimigos” (LEVY, 2016, p. 11). Esse é o contexto em que o autor ganha relevância: um cenário onde o que organizava e unia o pensamento conservador e ultraneoliberal no Brasil contemporâneo era o anticomunismo, expresso na forma de antipetismo e “combate ao politicamente correto”.

Esses inimigos citados pelo tradutor seriam o petismo e a esquerda brasileira de conjunto, mas englobaria também o PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) e a velha direita, por terem sido omissos quanto ao crescimento da esquerda. São: “os intervencionistas, os planejadores, os protecionistas e os socialistas” (LEVY, 2016, p. 13), basicamente todo o setor que oferecesse resistência à ampliação da “liberdade de mercado”. O tradutor do texto não esconde sua filiação ideopolítica, revelando sua “profissão de fé” antes de apresentar o texto de Bastiat.

Entre os herdeiros intelectuais mais proeminentes do liberalismo clássico estão a Escola Austríaca (que têm Ludwig Von Mises e Friederich Hayek entre seus representantes), a Escola de Chicago (da qual faz parte Milton

Friedman) e os libertários ou anarcocapitalistas (que inclui Murray N. Rothbard). Embora haja diferenças entre eles, todos compartilham os mesmos princípios fundamentais. (LEVY, 2016, p. 17).

Bastiat ([1850] 2016) afirma constantemente sua localização no espectro da liberdade negativa, que posteriormente pôde ser acomodada à ideia hayekiana de ordem espontânea. Em Bastiat, o direito não seria instituinte, mas sim instituído pela existência anterior da vida, da liberdade e da propriedade. Essas três seriam o motivo da existência da lei e tudo o mais que excedesse essas funções seria equivocado e geralmente levaria para formas de espoliação de algum segmento.

A origem do Estado seria a coletivização do “direito individual à legítima defesa”, e esse seria um direito recebido de Deus, assim como o direito à liberdade e à propriedade. E enquanto um dom de Deus, o Estado jamais poderia “ter nenhum outro propósito e nenhuma outra missão, além daquele direito em nome do qual age.” (BASTIAT, 2016 [1850], p. 62).

Há uma fisiologia social providencial, como há uma fisiologia humana providencial. Os órgãos sociais também são constituídos de modo a se desenvolver harmonicamente ao ar livre. Fora com os curandeiros e organizadores. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 134).

As hierarquias de classe social e desigualdades de poder e *status* na sociedade para Bastiat, assim como para Burke, teriam como origem a ordenação social que advém do próprio Deus. E sendo assim, o respeito a essa ordenação, que se faria pela restrição do Estado exclusivamente nas suas funções, seria a única forma correta de garantir a estabilidade do sistema político.

Se existisse uma nação fundada sobre essa base, parece-me que a ordem prevaleceria nela tanto na teoria quanto na prática. Parece-me que teria o governo mais simples, mais aceitável, mais econômico, mais limitado, menos opressivo, mais justo e, por consequência, mais estável que se possa imaginar, qualquer que fosse seu sistema político. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 28).

Vale ressaltar que o autor escreveu na França, onde mais de cinco décadas após a Revolução Francesa, dominou Napoleão. Iniciou sua vida adulta após o império de Napoleão e morreu durante o império de Luís Bonaparte, tão bem descrito por Marx em O 18 de Brumário (MARX, 1978). Merquior (1991) ressaltava que a emergência de Luís Bonaparte não significava uma vitória do reacionarismo francês, mas do nacionalismo crescente e uma resposta contrarrevolucionária aos levantes de 1848.



Importante pensar o processo da decadência ideológica nos elementos políticos: se a Alemanha, na via Prussiana, abriu espaço para o irracionalismo conservador, na França, o golpe de Luís Bonaparte cumpriu esse papel de consolidar um sistema burguês aristocrático e antidemocrático. Sendo assim, a preocupação de Bastiat com a estabilidade do sistema político, com os excessos do Estado e sua aversão ao pensamento socialista, não pairavam no ar, não eram atributos de uma mente brilhante liberal separada da história, mas sim produtos da luta de classes na França, tão bem descrita por Marx (1978).

Essa conjuntura específica também explica, em grande medida, o caráter propagandista da obra de Bastiat, escrita a quente, quando a burguesia fazia seu trânsito da ilustração para o contrarrevolucionarismo. Bastiat (2016 [1850], p. 30) em seu livro publicado na França em 1850, ano de sua morte, construiu sua crítica ao Estado a partir de um diagnóstico de que, ao extrapolar suas funções, o Estado atuaria no inverso da defesa da vida, da propriedade e da liberdade. Raciocínio similar seria observado em Mises (2018), em sua crítica ao intervencionismo como será abordado adiante.

Bastiat (2016 [1850], p. 33) enxergava o trabalho, indistintamente, como fonte da propriedade. O que não era inédito no liberalismo de sua época, apenas reproduz a concepção de Ricardo (1988). Entretanto, elaborava sobre o que denominou como espoliação legal, que seria basicamente a tomada da propriedade e do trabalho alheio através da lei, do Estado.

A propensão humana ao caminho mais fácil, de querer viver do trabalho alheio deveria ser combatida pelo Estado, mas este também poderia se converter em instrumento para tal. Sua propaganda representava o engajamento na luta moral para interromper a espoliação. Como veremos, esse caráter moralizante, visível em Bastiat, também é importante nos autores da Escola Austro-Americana como Mises e Hayek, e será um sustentáculo da aproximação entre ultraneoliberais e conservadores na atualidade.

Quando, então, a espoliação é interrompida? Quando se torna mais difícil e perigosa que o trabalho. É evidente, portanto, que a finalidade adequada da lei é usar o poder de sua força coletiva para interromper essa tendência funesta à espoliação. Todas as medidas da lei deveriam proteger a propriedade e punir a espoliação. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 33).

Nas leituras ultraneoliberais, conservadoras e neofascistas, sobre os governos do PT, o recurso recorrente a um debate sobre corrupção e a denúncia constante da

ascensão social dos sujeitos ligados ao partido, reforçada pelo bombardeio midiático no período da “Operação Lava Jato”<sup>5</sup> formaram, através do anticomunismo, uma aliança, cujo debate sobre corrupção era pautado como atributo do comunismo, que detinha uma amoralidade intrínseca.

A denúncia de Bastiat (2016 [1850]), provavelmente influenciada pelo período histórico em que viveu, remonta a que as primeiras formas de espoliação legal se deram nas classes proprietárias, em sua disputa interna por poder e; posteriormente, com o ingresso das demais classes, estas teriam passado a fazer o mesmo uso da lei, em uma espécie de revanchismo, onde mesmo que a espoliação fosse dirigida às maiorias, ela desvirtuaria aquelas funções de Estado antes mencionadas.

Isto posto, a maior parte dos tributos seriam vistos como formas de espoliação. Esta posição explica sua grande difusão pelos neoliberais e ultraneoliberais, que chegam, em determinadas vertentes, a postular que todo imposto se configura como roubo. Também é sintomático o papel do sufrágio universal, tão criticado por Burke em sua teoria, e que, em Bastiat (2016 [1850]), cumpriria a função de generalizar a espoliação. A leitura de Bastiat fornece claras demonstrações sobre as limitações da defesa da democracia no pensamento liberal (Bastiat, 2016 [1850]):

Assim, dado que todas as outras pessoas usam a lei em benefício próprio, também desejamos fazê-lo. Exigimos da lei o direito à Assistência Social que é a espoliação do pobre. Para obtê-lo devemos poder ser eleitores e elegíveis, para que possamos organizar em grande escala a esmola para a nossa classe do mesmo modo que vocês organizam em grande escala a proteção da sua. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 44).

O autor, de fato, constitui-se em ponto de partida para a crítica liberal do Estado Social nos moldes em que é realizada até hoje. Boa parte das visões da extrema-direita no Brasil, sobre o período dos governos do PT, articulava em alguma medida a crítica ao Programa Bolsa Família e demais políticas assistenciais. Essa crítica cumpriu uma função de coesionar ainda mais um senso comum de direita

---

<sup>5</sup> A chamada “Operação Lava jato”, deflagrada pela Polícia Federal em 2014 e encerrada em 2021, agrupava uma série de investigações referentes à utilização de recursos públicos da União para favorecimento de indivíduos ligados ao mundo da política em conjunto com grandes empresários. Atualmente, muitas condutas e desdobramentos desta operação são questionados do ponto de vista jurídico, e foram identificados interesses políticos que moviam agentes públicos envolvidos na operação. A cobertura midiática diária dos acontecimentos da operação reforçou o antipetismo já existente, a descrença na política e a busca por alternativas ao sistema político. Esse sentimento “antissistema” foi capturado por ultraneoliberais e neofascistas na mobilização que antecedeu o golpe que retirou a presidente Dilma Roussef do poder e criou condições de vitória ao neofascismo bolsonarista.

anticomunista, nos setores médios do Brasil, antes do golpe de 2016 orientado ao impedimento da presidente Dilma.

Ao criticar os Estados Unidos da América, que o autor via com bastante ânimo, Bastiat ([1850] 2016 p. 46, grifo do autor) enxergava duas formas de espoliação: “A *escravidão* seria uma violação, sancionada pela lei, da liberdade. O *protecionismo* seria uma violação, perpetrada pela lei, da propriedade”. Como critério para observar se existia espoliação, Bastiat ampliava sua propaganda:

É muito simples: observe se a lei toma de algumas pessoas algo que lhes pertence para dar a outras às quais não pertence. Observe se a lei beneficia um cidadão às custas de outro, fazendo o que não poderia fazer sem cometer um crime. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 49).

Bastiat ([1850] 2016) dirigiu-se diretamente às perspectivas políticas e econômicas que perceberiam, no Estado, algum papel de redistribuição e, às visões de mundo que desnaturalizavam hierarquias de classe, como o socialismo, mesmo que em sua versão utópica.

Ora a espoliação legal pode ser cometida de infinitos modos. Assim, há um número infinito de planos para organizá-la: tarifas, proteções, subsídios, incentivos, taxações progressivas, educação pública, direito ao emprego, direito a lucro, direito a programas sociais, direito a ferramentas de trabalho, salário-mínimo, crédito fácil e assim por diante. A totalidade desses planos, naquilo que tem em comum, a espoliação legal, recebe o nome de socialismo. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 52).

Apesar da concepção de socialismo denunciada por Bastiat ter alguma proximidade com o corpo doutrinário real do socialismo utópico francês, que mais tarde seria apagado pela sociologia, o mesmo não se pode dizer de seus predecessores como Mises (2018), que luta contra um espantalho de socialismo, distante da realidade.

Ora dado que por essa definição do socialismo é um corpo doutrinário, que ataque se pode fazer contra ele senão uma guerra doutrinária? Se acreditarmos que tal doutrina é falsa, absurda e má, então deve ser refutada. E quanto mais falsa, mais absurda e má ela for, mais fácil será refutá-la. Sobretudo, se quiser se armar, comece por extirpar da sua legislação qualquer partícula de socialismo que possa ter deslizado para lá. Não será tarefa fácil. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 52).

Mises aproxima-se da concepção de socialismo expressa em Bastiat, em outra época histórica, como modo de proceder a apologética liberal e fortalecer a crítica

anticomunista, inclusive denunciando as diferentes formas do liberalismo heterodoxo keynesiano como socialistas. De todo modo, são visíveis as continuidades entre a denúncia de Bastiat à espoliação e as denúncias de Mises sobre o intervencionismo (BASTIAT, 2016; MISES, 2018).

Outro elemento salutar no texto de Bastiat é seu chamado ao combate doutrinário, que ficaria relegado a uma posição minoritária nas vertentes liberais heterodoxas e reformistas conservadoras do liberalismo, hegemônicas durante a maior parte do século XX. Posteriormente, esta guerra doutrinária foi transmutada para um confronto menos aberto, na forma da defesa do cálculo econômico, nos anos de hegemonia do neoliberalismo, mas sobrevive, como observa-se na leitura dos textos da maturidade de Hayek (1985), o chamado ao combate doutrinário. A emergência da extrema-direita no mundo, da aliança entre conservadorismo e ultraneoliberalismo intensifica o caráter propagandista da racionalidade neoliberal na contemporaneidade.

Para Bastiat (1850-2016, p. 57), existiria “a espoliação parcial, a espoliação universal e a ausência de espoliação” e a lei seria sempre representante de um desses modos de administrar o Estado. O primeiro seria o momento do uso da espoliação apenas entre proprietários, com o voto censitário; o segundo seria reflexo do sufrágio e de caráter socialista, em que a maioria usurparia os recursos da minoria e; o último seria a desejada ausência de espoliação. A espoliação universal seria uma forma de filantropia forçada, o que esvaziaria o conteúdo da fraternidade, que deveria ser, necessariamente, voluntária e jamais forçada pela coerção do Estado.

No caso da espoliação legal, no entanto, quem recebe o benefício não é o responsável pelo ato de espoliação; a responsabilidade repousa sobre as leis, os legisladores, a própria sociedade. E eis aí que está o perigo político. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 58).

Cabe notar que a tipificação feita por Mises (2018) entre socialismo, intervencionismo e protecionismo é muito similar à forma como Bastiat (2016 [1850]) enxergava a sociedade e a disputa em relação ao papel do Estado. A grande diferença, acerca do momento de desenvolvimento do socialismo e do papel que ocupa a ideologia burguesa nas diferentes épocas, é o tratamento que Bastiat (2016 [1850]) dispensava ao comunismo, aqui muito provavelmente em relação ao que

posteriormente seria o anarquismo, baseado no fato de que o autor travava polêmicas diretamente com Proudhon.

De igual maneira, ele não reforçava a comum narrativa anticomunista, presente em Mises (2018) e em figuras menos intelectualizadas do neoliberalismo de nossos dias, para quem o comunismo e o socialismo seriam formas de semear a mentira para obter proveito próprio.

Seria necessário estar sob efeito do partidarismo ou do medo para questionar a sinceridade daqueles que defendem o protecionismo, o socialismo e o comunismo, que não passa de uma mesma planta em três estágios diferentes de desenvolvimento. Tudo o que se pode afirmar é que a espoliação é mais visível no comunismo porque é completa e no protecionismo porque se limita a certos grupos e interesses específicos. Assim se segue que, dos três sistemas, o socialismo é o estágio de desenvolvimento mais vago, indeciso, conseqüentemente, sincero. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 60).

Bastiat (1850-2016) só enxergava possibilidade de justiça quando respeitado um caráter negativo da liberdade, que apenas podia ser defensiva e jamais instauradora de direitos que não a antecederam. Neste aspecto, assemelhava-se a Burke, em relação à crítica dos direitos, e a maior parte da cultura liberal e conservadora até os dias de hoje, como expresso em Hayek (1985). Essa é, por exemplo, a base da crítica aos direitos sociais realizada por Mises (2018) e dos “novos” Direitos Humanos, realizada por Scruton (2019b).

Como observou certa vez um amigo: esse conceito negativo da lei é tão verdadeiro que não é rigorosamente exato afirmar que o propósito da lei é fazer com que reine justiça. Deve-se afirmar que o propósito da lei é impedir que reine a injustiça. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 62).

No que se refere à liberdade, Bastiat (2016 [1850]) não apresentava muitas inovações em relação a seus predecessores:

E o que é liberdade, palavra que tem o poder de fazer bater todos os corações e de agitar o mundo? É o conjunto de todas as liberdades: liberdade de consciência, de ensino, de associação, de imprensa, de locomoção, de trabalho, de iniciativa; em outras palavras, o franco exercício, por todos, de todas as faculdades inofensivas, em outras ainda, a destruição de todos os despotismos, mesmo o despotismo legal, é a redução da lei a sua única atribuição racional, que é a de regular o direito individual a legítima defesa ou de repressão da injustiça. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 97).

Apesar de propagandista, o texto de Bastiat apresentava também pistas teórico-metodológicas do processo de transformações que vivia a sociedade burguesa

da época e a conformação do campo da economia política, assim como das ciências sociais particulares, para pensar o processo governamental.

Uma ciência da economia deve ser desenvolvida antes que se possa formular logicamente uma ciência da política. Essencialmente a economia é a ciência que determina se os interesses dos homens são harmônicos ou antagônicos. Isso deve ser conhecido antes que uma ciência da política possa ser formulada para determinar as atribuições do governo. (BASTIAT, 2016 [1850], p. 121).

Nessas pistas, Ludwig Von Mises, nascido na Áustria, trinta anos depois da morte de Bastiat, também assumiria a defesa de uma “Economia de mercado”, capitalista que precede a política, como arte de governar. Quase um século depois da publicação de “A Lei”, Mises (2018) produziu um documento de ataque ao intervencionismo, nos mesmos moldes de Bastiat (2016 [1850]). No livro “Intervencionismo - Uma análise econômica”, o autor apresentou suas críticas à economia liberal heterodoxa keynesiana, em voga no período, e apresentou sua hipótese de que todas as crises que exigiam intervenção do Estado eram, na verdade, causadas por ele, na mesma direção do que postulava Bastiat:

Em busca de remediar o mal, aumentam e perpetuam aquilo que o causou: a espoliação legal. Já vimos que a justiça é um conceito negativo. Haverá pelo menos uma ação legal positiva que não contenha o princípio da espoliação? (BASTIAT, 2016 [1850], p. 64).

Interessante pensar como essas características, minoritárias no liberalismo francês, determinaram, a partir da década de 1980, um caminho particular de ingresso no neoliberalismo no país. Ranciere (2014) apresentou uma reflexão interessante, que leva a compreender especificidades da extrema-direita, nacionalista, xenófoba e neofascista na França, que se diferenciam enormemente do neofascismo e ultraneoliberalismo brasileiro:

O liberalismo exibido pela intelligentsia francesa, desde os anos de 1980, é uma doutrina de base dupla. Por trás da referência às Luzes e à tradição Anglo-americana da democracia liberal e dos direitos do indivíduo, reconhecemos a denúncia absolutamente francesa da revolução individualista rompendo o corpo social. (RANCIÈRE, 2014, p. 26).

### 2.1.1 O conservadorismo e liberalismo de origem anglo-saxã

Será tratado por liberalismo de origem anglo-saxã, o pensamento sobretudo influenciado pelo conservadorismo e liberalismo britânico a partir do século XVIII, mas que, sobremaneira, ganha força com a revolução norte-americana, assumindo a forma de conservadorismo nos Estados Unidos, mas com identidade e com concepções expressas no liberalismo clássico inglês, principalmente no que diz respeito à defesa de um conceito de liberdade negativa.

Os conceitos da Economia Clássica liberal expressos na produção textual do economista escocês Adam Smith [1723-1790], assim como sua complementação crítica pelo Britânico David Ricardo [1772-1823] marcam esse período do pensamento liberal. Aqui interessa, particularmente, os desdobramentos posteriores que levam os herdeiros dessa escola de pensamento ao combate ao historicismo e à razão dialética, transformando-se em economia vulgar. Ou seja, interessa a transformação do liberalismo em ideologia conservadora a serviço do contrarrevolucionarismo burguês, a partir da segunda metade do século XIX, e como estas formas desenvolvem-se até a defesa ultraneoliberal nos dias de hoje, articuladas às vertentes do pensamento conservador.

Cabe ressaltar que a articulação entre o debate econômico do liberalismo clássico e o conservadorismo na Inglaterra acontece de modo diferente do que aconteceu em outros países da Europa no período. As articulações entre esse liberalismo e o conservadorismo de Burke, contemporâneo de Smith, não devem passar despercebidas. Apesar de questionar os efeitos da liberalização econômica, Burke não entrava em choque com as diretrizes do liberalismo econômico de Smith.

Essas não eram características restritas à “história das ideias”, como gostariam os liberais, mas expressam as vicissitudes daquela formação econômico-social particular na Inglaterra. Merquior (1991), ao pensar nas diferenças do liberalismo francês e inglês, ressaltou que o individualismo inglês e um desenvolvido capitalismo agrário permitiram à burguesia Inglesa ocupar espaços no Estado para uma transição sem rupturas, distintamente da realidade francesa (MERQUIOR, 1991, p. 32).

No que diz respeito à tradição individualista, segundo Merquior (1991, p. 3), Hobbes já se dissociava deliberadamente da “tradição humanista” da renascença (tradição que estaria presente em Rousseau). Ao pensar liberdade como “liberdade de seguir a lei”, Hobbes, no século XVII, período de preparação e sublevação da

“revolução gloriosa”, teria instaurado as bases da tradição liberal inglesa, identificada com a liberdade negativa e com o individualismo.

Como já demarcados, Edmund Burke era um pensador rigorosamente conservador, entretanto, em uma conjuntura onde o individualismo burguês já avançava significativamente, era permitido seu ingresso no debate como interlocutor legítimo da disputa pelo modelo de liberalismo desejado. Assim, desenvolveu sua ideia de “mudança na continuidade” tão cara aos ultraneoliberais e conservadores do presente.

Ao comentar o sermão do Teólogo Richard Price, importante interlocutor em defesa da revolução em terreno inglês, Burke (2014) questionou se a “causa da liberdade”, citada por ele como motivação para apoiar o movimento revolucionário na França, corresponderia, na Inglaterra, ao fim da Monarquia e à equiparação a uma série de medidas tomadas pela Assembleia Nacional na França. Revelava assim, sua vocação no debate conservador em defender o modo inglês de incorporação do liberalismo econômico, sem rupturas institucionais, como ocorreu na França.

O pragmatismo de Burke, levou-o a criticar ferozmente a Declaração dos Direitos do Homem, em sua característica identificada com a liberdade positiva, através da instauração de novos direitos, principalmente de caráter abstrato. Visualizava apenas as funções negativas do Estado como possíveis e situava apenas as necessidades práticas e determinações da tradição como fontes das leis, em sua capacidade de constranger práticas que impedissem a plena realização de direitos consagrados. Tudo o que excedesse a isso, tais como a construção dos rumos do Estado, a partir de determinados valores sociais novos, é metafísica (BURKE, 2014).

### 2.1.2 O liberalismo alemão, a via prussiana e a Escola Austríaca

Se as especificidades do pensamento liberal e conservador inglês diziam respeito a sua particular consolidação da ordem burguesa, sem ruptura com as estruturas políticas erguidas no período anterior, visto que a burguesia já se assenhorava do Estado no período de transição ao industrialismo, a característica particular que marca a formação econômico-social alemã seria em oposto, o caráter retardatário dessa transição.

O caráter dessa transição ficou conhecido como via prussiana, termo popularizado por Lênin, inspirado em Engels e Marx, que dizia respeito à forma da transição alemã ao capitalismo. Uma transformação pactuada com a aristocracia rural



e militar, os *junkers*, esse caráter da transição, teria sido uma importante determinação da formação do nazismo alemão no rescaldo da Primeira Guerra Mundial. A via prussiana é até hoje acionada para pensar os processos da revolução burguesa nos países de capitalismo periférico e dependente como o Brasil. Nosso interesse sobre o tema, na conformação particular do liberalismo e conservadorismo na filosofia e sociologia alemã, refere-se a sua importância para as origens do ultraneoliberalismo e conservadorismo atual.

Vejamos como *Chasin* conceituava a via prussiana.

Sinteticamente, a via prussiana do desenvolvimento capitalista aponta para uma modalidade particular desse processo, que se põe de forma retardada e retardatória, tendo por eixo a conciliação entre o novo emergente e o modo de existência social em fase de perecimento. Inexistindo, portanto, a ruptura superadora que de forma difundida abrange, interessa e modifica todas as demais categorias sociais subalternas. Implica um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, expressamente tolhe e refreia a industrialização, que só paulatinamente vai extraindo do seio da conciliação as condições de sua existência e progressão. Nesta transformação “pelo alto” o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação, onde se “reúnem os pecados de todas as formas de Estado”. (CHASIN, 2019, p. 7).

Ao associar os elementos que configuraram a revolução burguesa na Alemanha em sua “via Prussiana” aos desenvolvimentos posteriores, Lukács chamava a atenção para o fato de que a categoria não se referia apenas à questão agrária, mas ao “desenvolvimento do capitalismo e a superestrutura política que ele adquire na sociedade burguesa moderna da Alemanha” (LUKÁCS, 2020, p. 43).

A situação de fragmentação dada pelo desenvolvimento tardio da Alemanha no século XVIII punha, no horizonte de intelectuais progressistas (como Hegel e Goethe), a tarefa da unificação da Alemanha para eliminação de restos feudais (ao modo francês) como horizonte (LUKÁCS, 2020). O autor salientava que o irracionalismo foi importante na legitimação da “via Prussiana” como resultado de um grau de desenvolvimento cultural elevado e não como desenvolvimento econômico retardatório. E sugeriu que esse apelo era relativo à uma dissociação entre o avanço do capitalismo alemão sem correlatas mudanças na estrutura política. Desse modo, articulavam-se a “hostilidade ao ideal de progresso das democracias ocidentais” e o irracionalismo no pensamento alemão (LUKÁCS, 2020, p. 59).

Essa é uma importante chave, que liga o conservadorismo e-alemão e a economia vulgar austríaca aos desenvolvimentos posteriores na escola Austro-

Americana do Neoliberalismo, no que tange a sua aversão às democracias de massa. A possibilidade de uma via clássica na Alemanha tornou-se também improvável, dado o desenvolvimento das forças produtivas e o surgimento do proletariado como classe, mas também o medo reacionário burguês já inviabilizava a aliança antifeudal existente na França no território Alemão (LUKÁCS, 2020).

As debilidades apresentadas acima levaram, como mostrou Lukács (2020, p. 53) a “traição da burguesia” em sua própria revolução, em 1848, quando sagrou-se a via Prussiana de transição à democracia burguesa no país. O autor chamou a atenção sobre a revolução de 1848 na Alemanha ser o equivalente ao 1789 na França, mas que, no entanto, a relação entre a burguesia e as massas já se assemelhava à França de 1840, após Napoleão, ou seja, já era uma relação de enfrentamento e não de aliança.

Ao tratar da esquerda alemã, Lukács demonstrou como o lassalismo, por um equívoco de interpretação, desembocou também em estatolatria e apologia ao imperialismo de Bismarck. Ressaltou que as consequências no outro pólo seriam uma espécie de sectarismo, com desprezo pela questão nacional na Liga espartaquista, a qual teria impedido uma adesão massiva a sua proposta, na Alemanha (LUKÁCS, 2020, p. 62). Apesar dessa crítica à liga espartaquista necessitar ser ponderada com outras determinações da realidade, o autor aponta para o necessário equilíbrio entre internacionalismo e a leitura de particularidades nacionais, no que tange às estratégias de transformação social anticapitalistas.

### 2.1.3 Do liberalismo da decadência à denúncia neoliberal da democracia: encontros entre liberalismo e conservadorismo

Em texto de 1995, Netto já identificava a tendência antidemocrática do programa neoliberal, antes mesmo que aparecessem suas consequências mais deletérias, ressuscitando o golpismo na periferia do capital e formas de neofascismo. O nosso emérito professor já acertava no prognóstico:

Porque é precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia. (NETTO, 1995, p. 77).

A precisão da análise de Netto adiantava, em grande medida, as formas como o resultado do neoliberalismo real poderia ser deletério, implicando em barbarização da vida social, e banalização dessa barbarização. Enquanto o Brasil conta os seus mortos diariamente sob os fogos dos campeonatos de futebol, misturados com os tiros que matam jovens negros todos os dias, é radicalmente real o prognóstico do autor.

De um lado, a crise contemporânea seguramente derivará na barbárie se o movimento do capital liberar-se, como pretende a programática neoliberal, de regulações submetidas ao jogo da democracia política; se não me parece procedente visualizar um colapso catastrófico, como se um dia o sistema viesse a ruir, é plausível um cenário tal de cronificação da crise que torne a barbarização da vida social um dado banal da cotidianidade, com implicações muito pouco imagináveis para o desenvolvimento do humano-genérico da socialidade. (NETTO, 1995, p. 83-84).

Há ainda uma longa agenda de debates sobre as relações entre neoliberalismo e democracia na conjuntura atual, apesar de não ser uma novidade essa contraposição. O neoliberalismo tem sido tratado na crítica à esquerda, prioritariamente, em seus aspectos “econômicos” e político-institucionais. Essas leituras comumente desconsideraram outras perspectivas neoliberais, mais próximas de visões de mundo conservadoras, como expresso no pensamento dos setores que Dardot e Laval (2016) denominaram como Escola Austro-Americana, a qual reúne autores como Mises (2018) e Hayek e, contemporaneamente, e influenciam autores como Rothbard (2018) e Scruton (2019b), expressões do ultraneoliberalismo e do conservadorismo atual, respectivamente.

Brown (2020) constrói sua pesquisa na contramão dessa insuficiência identificada por Dardot e Laval e com profundas semelhanças no que diz respeito à apreensão da contribuição foucaultiana no debate sobre o neoliberalismo. A autora identifica, nos desenvolvimentos do neoliberalismo realmente existente, a promoção da antipolítica como raiz do surgimento da extrema-direita atual e joga luz para alguns elementos da postura antidemocrática neoliberal, que levam ao avanço da extrema-direita conservadora e neofascista na última década.

Brown (2020) situa sua crítica do neoliberalismo como intermediária entre as análises neomarxistas e foucaultianas, considerando que as primeiras priorizariam as instituições e as relações econômicas e a segunda, a racionalidade neoliberal para a análise.

O caminho proposto é bem rico, pois em Dardot e Laval há uma restrição ao tema governamentalidade e, em autoras e autores como Fraser e Jaeggi (2019), há uma importante leitura sobre o papel das instituições na reprodução de relações de exploração e opressão. Ambas as leituras são importantes, mas é essencial conjugá-las, sem hipertrofiar nenhuma das dimensões do fenômeno, nem as aparentemente subjetivas, expressas na governamentalidade, nem as aparentemente objetivas, expressas nas relações econômicas e institucionais.

Para Brown (2020), a plutocracia produzida pelo “neoliberalismo realmente existente”, que não era o objetivo declarado dos fundadores do neoliberalismo, ou a ira dos ressentidos, teriam surgido como produto de um “déficit político” da proposta neoliberal. O esvaziamento da política e uma “cultura política profundamente antidemocrática” sob o neoliberalismo propiciaram o que a autora denominou como “um ataque de fúria contra a democracia” (BROWN, 2020, p. 103).

Dardot e Laval (2016) chamaram a atenção para a pluralidade de correntes no neoliberalismo. Além dos austro-americanos, identificavam também os ordoliberalis, estes mais ligados às características do liberalismo alemão, cujas grandes relações com a defesa de um papel importante do Estado forte vinculava-se exclusivamente formação de sujeitos empreendedores. Esta especificidade aparentemente remonta à particularidade da via-prussiana e à estatolatria alemã.

Para compreender o neoliberalismo e suas relações com o conservadorismo, é importante não descrever o neoliberalismo de modo monolítico, mas em sua heterogeneidade. Dardot e Laval (2016) salientaram que:

[...] duas grandes correntes vão se esboçar a partir do colóquio Walter Lippmann, em 1938: a corrente do ordoliberalismo alemão, representada sobretudo por Walter Eucken e Wilhelm Röpke; e a corrente austro-americana, representada por Ludwig Von Mises e Friederich Hayek. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 33).

Ademais dessa primeira divisão, será impossível compreender o atual cenário sem entender as diferenças internas no segmento austro-americano, que na hipótese sustentada neste trabalho, refere-se ao papel da tradição e da moralidade no liberalismo. Assim como a tensão central entre diferentes segmentos liberais, que fez surgir o neoliberalismo, dizia respeito à tensão entre reformismo social e a defesa pura do *laissez-faire* e do darwinismo social; a disputa entre neoliberalismo,

ultraneoliberalismo e conservadorismo atual, dizem respeito ao papel da moralidade e tradição como parte da doutrina liberal.

Hayek e Friedman distinguir-se-iam dos ordoliberais, segundo Brown, pelos últimos não defenderem que “o liberalismo autoritário-tecnocrático não é uma fase de transição, mas sim a forma governamental apropriada ao capitalismo moderno” (BROWN, 2020, p. 98). Essa é uma sinalização importantíssima da autora para compreender as articulações contemporâneas do pensamento ultraneoliberal e neofascista. Brown (2020, p. 95) demonstrou que, apesar da diferença em relação ao papel do Estado e das nuances de sua defesa de um “liberalismo autoritário”, compartilham uma visão antidemocrática com as demais correntes neoliberais.

#### 2.1.4 Ordoliberalismo

O Ordoliberalismo é a forma alemã do neoliberalismo, a que vai impor-se após a guerra na República Federal da Alemanha. O termo “ordoliberalismo” resulta da ênfase em comum dos teóricos na *ordem* constitucional e procedural que se encontra na base de uma sociedade e de uma economia de mercado. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 101, grifo do autor).

Ao destacar o colóquio Walter Lipmann, como ponto de partida do neoliberalismo, Dardot e Laval (2016) destacaram elementos normalmente abandonados nas análises do neoliberalismo. Um deles é a ideia ordoliberal de que o liberalismo teria responsabilidade na crise do capitalismo, peça chave para compreender as mudanças que o neoliberalismo suscita no liberalismo desde o colóquio.

Segundo os ordoliberais, não é de fato a economia de mercado que é responsável pela dissolução dos laços orgânicos tradicionais e pela atomização dos indivíduos, mas, sim o crescimento do poder do Estado, cujo efeito foi destruir os laços de comunidade entre os indivíduos. [...] A Economia de mercado é, ao contrário, um obstáculo redibitório a qualquer politização da vida econômica; ela impede que o poder político decida pelo consumidor. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 107).

A política ordoliberal não se confunde com keynesianismo, pois não visava o planejamento estatal em contraposição ao mercado, mas a função do Estado deveria ser a garantia das condições para a existência do mercado (DARDOT; LAVAL, 2016).

Dardot e Laval (2016) elucidam um caráter estratégico das políticas neoliberais, que teria sido negligenciado pela maior parte da crítica ao neoliberalismo. Esta negligência, na hipótese apresentada neste trabalho, confunde o olhar dos críticos do

conservadorismo e ultraneoliberalismo ascendente, que comumente tratam desse conservadorismo como uma disfunção no interior do neoliberalismo e acabam por dissociar aspectos políticos do discurso neoliberal da racionalidade econômica, que permitiu sua emergência e garante sua permanência.

Portanto, estamos muito bem embasados para falar, nesse sentido, de uma estratégia neoliberal: entenda-se o conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação de regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esse objetivo. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191).

Brown (2020) identificou que após sucessivas mudanças, o neoliberalismo chega no século XXI com três características importantes herdadas do ordoliberalismo: 1) responsabilização individual, “empreendedorização”, dessindicalização; 2) ingresso na chamada “economia de compartilhamento” e outras formas precárias; e 3) responsabilização das famílias, devolução das tarefas reprodutivas

#### 2.1.5 A Escola Austro-americana

Mises (2018) adiantava a posição antissindical que ganharia hegemonia com o neoliberalismo, assim como a culpabilização dos trabalhadores pelo seu desemprego. Sua argumentação apontava como possível o mercado capitalista incorporar todos os trabalhadores na produção, mantendo o funcionamento normal da “economia de mercado”. Sobre isso, Marx (1985) legou amplo debate sobre a importância do exército de reserva para o capital e sua tendência a substituir o trabalho vivo por trabalho incorporado/morto.

Mises (2018, p. 152), no entanto, subverteu a argumentação de Marx (1985) para defender seu antissindicalismo. Apontava as contradições do pensamento reformista, o qual apostava em um sindicalismo de pactuação, como forma de gerar igualdade permanente na ordem burguesa.

Até mesmo Karl Marx (1818-1830) e os marxistas sempre souberam que é impossível, através da pressão sindical, aumentar os salários de todos os trabalhadores de forma duradoura, acima do nível estabelecido pelas condições de mercado. Os defensores do sindicalismo nunca refutaram esse argumento. Preferem apenas dizer que a economia é uma “ciência sinistra”. (MISES, 2018, p. 152).

Mises (2018) tratava o trabalho como uma mercadoria em geral, na sua forma mistificada. Ignorava, propositalmente, que em Marx (1985) o trabalho é uma mercadoria especial, justamente por ser a origem dos processos de valorização. As determinações do mais-valor dizem respeito exatamente às consequências do emprego dessa mercadoria especial nos processos de produção, que para Marx (1985) têm no seu valor outras determinações, que não apenas a lei da oferta e da procura. Nos termos de Mises (2018, p.155): “A situação é precisamente a mesma que no caso de qualquer mercadoria: se o proprietário de uma mercadoria pedir um preço acima do valor de mercado não conseguirá vender todo o seu estoque”

O objetivo desta perspectiva em relação aos mercados de trabalho é a proposta de sua desregulamentação que concerne, como demonstram Dardot e Laval (2016), a um objetivo de disciplinamento dos trabalhadores.

Trata-se de fazer do mercado de emprego um mercado muito mais conforme com o modelo de pura concorrência, não simplesmente por preocupação dogmática, mas para disciplinar melhor a mão-de-obra, ordenando-a pelos imperativos de recuperação da rentabilidade. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 221).

Mises (2018) não disfarçava a defesa da regressividade tributária e tratava tentativas de redistribuição, a partir da tributação, como formas de confisco parcial de bens. Não deve, portanto, ser estranho que parte dos seus seguidores hoje usem como palavra de ordem que “todo imposto é roubo”. Tampouco, que o ultraneoliberalismo no Governo Federal propusesse uma “reforma” tributária regressiva. Esse tipo de raciocínio tem sido bem recorrente no debate brasileiro atual sobre reforma tributária. O que se almeja, ao desvincular a tributação de finalidades sociais é, sobretudo, redefinir os usos do fundo público não destinados à “formação de capital”, leia-se: concentração para valorização do valor.

Ao taxar mais fortemente as rendas maiores do que as rendas menores está-se impedindo a formação de capital e eliminando a tendência, que prevalece numa sociedade em que a formação de capital seja crescente, de aumentar a produtividade marginal da mão-de-obra e, portanto, aumentar os salários. Evidentemente o mesmo se aplica, e com maior razão, nos casos de taxação direta sobre o capital. Taxar o capital para financiar gastos públicos através de impostos sobre a herança ou sobre o patrimônio, por exemplo, significa consumir diretamente o capital. (MISES, 2018, p. 190).

Como apresentado até o momento, o pensamento de Mises não é evocado na atual conjuntura sem motivações específicas. Ao escolher o texto sobre o

intervencionismo, pode-se observar quais são os reais inimigos de Mises e de seus continuadores: tudo o que não seja *laissez-faire* e, em particular, o socialismo. Caso ainda restem dúvidas, nas palavras do próprio autor:

Não se pode ser bem-sucedido numa batalha ideológica fazendo constantes concessões aos princípios do inimigo. Aqueles que contestam o capitalismo, porque supostamente seria o contrário aos interesses das massas, aqueles que proclamam como um “fato inexorável” a substituição da economia de mercado por um sistema melhor e que, portanto, o governo deveria, desde já ter o completo controle da atividade econômica na realidade estão defendendo o totalitarismo. (MISES, 2018, p. 253).

A análise do pensamento de Hayek é muito importante nas reflexões de Brown (2020) sobre democracia e neoliberalismo. Acredito que é importante também criticar Ludwig Von Mises, lembrando que ambos são importantes pensadores da Escola Austro-Americana e cada um deles cumpre um papel na construção do ultraneoliberalismo e da radicalização da desdemocratização<sup>6</sup> neoliberal pela extrema-direita.

Se Hayek esteve presente nos debates neoliberais da década de 1990, Mises exerceu extrema atração dos ultraneoliberais contemporâneos, sendo considerado, por alguns deles, como a maior referência de combate ao estatismo socialista e keynesiano. O nome do autor chegou a virar símbolo da nova direita brasileira: a palavra de ordem “Menos Marx, Mais Mises” é simbólica do florescimento das ideias de defesa do *laissez-faire* que pulularam no ambiente cultural brasileiro na última década.

A hipótese defendida neste trabalho é que a incorporação de Mises, assim como a de Hayek, cumpre funções importantes na consolidação da aliança antidemocrática entre conservadores e ultraneoliberais e seu papel regressivo. Essa aliança materializa-se inclusive na disputa por projetos profissionais no Serviço Social a partir das subtendências ultraneoliberal e do conservadorismo atual.

Rocha (2019), em sua pesquisa sobre o crescimento do “conservadorismo ultraliberal” no Brasil, no período de 2006 a 2018, apontou como as leituras de Mises

---

<sup>6</sup> A “desdemocratização” aqui tratada se refere ao fenômeno identificado por Dardot e Lavall (2016). O neoliberalismo representa uma ofensiva antidemocrática, ao atacar as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras materializadas em direitos operacionalizados pelo Estado, as políticas neoliberais requisitavam a redução de espaços democráticos no interior da estrutura estatal. No entanto, sua feição antidemocrática se radicalizou no período posterior a 2008. A popularização de autores como Mises e Bastiat, através da ação dos think tanks é parte desse processo de aprofundamento de uma defesa antidemocrática.



influenciaram os diferentes grupamentos envolvidos na propaganda “libertariana” no Brasil e na crítica conservadora, principalmente dos governos petistas.

Apesar das muitas diferenças existentes entre eles, a causa que os une está sintetizada de modo telegráfico no mote: “menos Marx, mais Mises”. Apesar de ainda ser muito pouco conhecido entre os jovens brasileiros em comparação com Karl Marx, o nome do economista austríaco Ludwig Von Mises se tornou um dos símbolos do movimento que, ao longo dos últimos dez anos, passou a congrega ultraliberais, neoliberais e liberais-conservadores. (ROCHA, 2019, p. 11).

Mises apresentou sua concepção de totalitarismo, que coincide com parte dos pós-estruturalistas e que serve, preponderantemente, na elaboração de uma crítica naturalizadora da ordem burguesa, oposta a projetos que se apresentem como globais. Na opinião do autor, tais projetos seriam o fascismo e o comunismo.

Qualquer que seja a constituição de um país, os governos sempre procurarão adotar aquelas políticas que a opinião pública considera mais adequadas e mais benéficas. Se tentarem se opor à doutrina dominante, logo serão substituídos por pessoas dispostas a atender às demandas do povo em geral. Mesmo os ditadores só podem se manter no poder se tiverem a aprovação das massas. O totalitarismo de nossos dias é uma consequência da generalizada aceitação das ideologias totalitárias; só poderá ser superado se houver uma mudança filosófica. (MISES, 2018, p. 93).

Mises (2018, p. 93) apontava que a “economia de mercado” é uma entre outras alternativas, mas também, ao longo do texto, destacava que as demais não caberiam. Assumiu a sua posição apologética ao capitalismo e, para isso, negou a teoria do valor marxiana e tratou o mercado como elemento distintivo do capitalismo, na contramão do desvelamento das relações sociais de produção proposto por Marx em sua crítica à economia política.

Essa defesa da “economia de mercado”, além de mistificar o capitalismo e sua razão na “valorização do valor”, apenas possível na esfera da produção, apresenta falsamente o mercado como uma particularidade do capitalismo. Sobre isso, corrobora-se com Fraser e Jaeggi (2020) em sua ponderação sobre a qualificação do capitalismo como “sociedade de mercado”.

A relação entre o capitalismo e os mercados, no entanto, é complicada. Embora ambos estejam inter-relacionados, estão longe de ser idênticos. O capitalismo é mais do que uma “sociedade de mercado”. Mercados existiram em sociedades não capitalistas e pré-capitalistas. (FRASER; JAECCI, 2020, p. 33).

O mercado não é o terreno escolhido por acaso. Como apresenta Marx (1985), é no processo de reificação que ocorrem as mistificações mais relevantes para a manutenção da ordem burguesa.

Chamamos de capitalismo, ou economia de mercado, a forma de cooperação social baseada na propriedade privada dos meios de produção. Por outro lado, socialismo, comunismo ou economia planificada é a forma de cooperação social baseada na propriedade pública dos meios de produção. Os termos “capitalismo de Estado” e “economia autoritária” têm essencialmente o mesmo significado. (MISES, 2018, p. 98).

Em Mises (2018), a concepção de democracia é o próprio mercado: “Tanto a contagem de votos numa eleição como os gastos efetuados no mercado são maneiras de aferir a preferência do público” (MISES, 2018, p. 101). Mises não é o único ultraliberal a tratar a existência de mercado ou a liberdade pelo consumo como sinônimo de democracia. O próprio Hayek, a quem parte dos ultraneoliberais acusam de não ter sido dedicado o suficiente para a doutrinação, defendia posição muito similar. Hayek possuía o mérito da franqueza, quando declarou a um jornal chileno durante a ditadura de Pinochet, mais exatamente em 1981: “Minha preferência pende a uma ditadura liberal e não há um governo democrático em que não haja nenhum liberalismo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 184).

Mesmo versões do neoliberalismo, como o ordoliberalismo alemão, são criticadas por Mises (2018) como intervencionismo. Segundo Dardot e Laval (2016), Mises tratava os ordoliberais como capachos involuntários do intervencionismo e do socialismo, pois apenas o próprio mercado poderia criar empreendedores ativos. Portanto, o apelo ordoliberal à economia social de mercado, onde o Estado atua no fornecimento de condições para o livre mercado, não possuiria chance de sucesso.

Fica patente no texto que a defesa do capitalismo/economia de mercado é muito baseada em uma posição anticomunista. No aspecto político, reduz o socialismo e o comunismo à propriedade pública e lhe imprime um selo de autoritário, por negar a liberdade econômica capitalista de explorar livremente o trabalho. Mises (2018), nesse sentido, não estava distante da forma que o conservadorismo atual age contemporaneamente, ao equiparar o neoliberalismo sob gestão petista e a terceira via ao comunismo, e nas comparações grosseiras e falsas entre fascismo e comunismo. Essa superficialidade, repetida a esmo por anticomunistas de hoje, pode

soar como ignorância, sendo comumente ridicularizada pela esquerda, mas deita raízes em um anticomunismo com mais de um século de existência.

Para Mises (2018, p. 99) existiram três sistemas: “O socialismo, o capitalismo e o intervencionismo” e os únicos países que não seriam intervencionistas, naquele momento (1940), seriam a União Soviética e a Alemanha Nazista, países que o autor considerava como socialistas. Sendo assim, Mises (2018, p. 100) coadunava com a escrachada falácia de que o nazismo seria socialista. Apesar de defender seu ponto de vista a partir da questão do intervencionismo, a aproximação que o autor defende entre socialismo e nazismo é, no mínimo, perigosa e, provavelmente, reflexo de um anticomunismo grosseiro.

O fato de que os capitalistas e empresários, diante da alternativa entre comunismo e nazismo, tenham preferido o segundo não necessita de maiores explicações. Eles preferiram viver como gerentes sob Hitler a ser “liquidados” como “burgueses” por Stalin. Os capitalistas como qualquer outra pessoa, não gostam de ser mortos. (MISES, 2018, p. 255).

Mises (2018) é menos grosseiro que a fala comum da extrema-direita brasileira, a qual utiliza, como argumento histórico, o nome do Partido Nacional Socialista para dizer que o nazismo era de esquerda; ou ainda, relativiza o Holocausto, o que levou inclusive a respostas do consulado alemão, mas ainda assim é extremamente falseador da realidade (ROSSI; OLIVEIRA, 2018).

O radicalismo da “direita” e o radicalismo da “esquerda” só diferem em detalhes de menor importância; no geral, estão unidos na condenação tanto do capitalismo como da democracia. [...] A terceira alternativa, um regime intervencionista, não tem viabilidade prática. (MISES, 2018, p. 262).

Em Mises (2018), a origem do lucro e das perdas empresariais estaria na capacidade do empresário individual de antever a demanda posterior. Assim, o autor, no caminho inverso do demonstrado por Marx em *O Capital* (1978), e na direção da economia política vulgar, localizava a origem do lucro no processo de circulação de mercadorias e não no processo de produção. A capacidade de prever os riscos, e se comportar melhor quando estes chegarem, seria o fator delimitador do sucesso de uma iniciativa empresarial. Esse elemento possui centralidade na estratégia neoliberal de disputa de consciências pelo disciplinamento, como demonstraram Dardot e Laval (2016):

A vida é uma permanente gestão de riscos que exige rigorosa abstenção de práticas perigosas, autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, misturando ascetismo e flexibilidade. A palavra-chave da sociedade de risco é “autoregulação”. Essa “sociedade de risco” tornou-se uma evidência que acompanha as mais variadas propostas de proteção e seguro privados. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 213).

Para Mises (2018, p. 108), a sociedade socialista definir-se-ia pela existência de meios de produção estatais, onde “o governo decide o que deve ser produzido, como deve ser produzido e aloca a cada indivíduo uma parte dos bens de consumo”. A denúncia extremamente distorcida era possibilitada pela polarização em relação ao socialismo real. No entanto, ignora uma parte significativa da defesa comunista em que o horizonte é o “definhamento do Estado” (MESZÁROS, 2015), mas também que, nessa doutrina, o Estado socialista seria a representação dos produtores livremente associados, mesmo que assim não tenha ocorrido na URSS, devido ao fenômeno da burocracia.<sup>7</sup>

Segundo o pensador neoliberal, o socialismo poderia ser aplicado sob o modo soviético ou sob o modo nazista. No primeiro, o próprio governo produz e aloca a produção de modo “totalmente burocrático”; no segundo, a propriedade privada não seria exterminada, mas o governo decidiria o que vai ser produzido. É notória a condescendência do autor com o nazismo, quando apesar de uma crítica ao excesso de intervencionismo, enxerga nesse sistema, maiores possibilidades democráticas (MISES, 2018, p. 108).

O mundo, hoje, está dividido em duas partes. As hordas totalitárias estão atacando as nações que procuram manter a economia de mercado e a democracia; estão dispostas a substituir a “decadente” civilização ocidental e implantar a nova ordem. (MISES, 2018, p. 223).

A inviabilidade do socialismo para Mises (2018) é apresentada como produto de sua inadequação à racionalidade matemática. Em suma, o socialismo não avançaria pela impossibilidade de existir mercado no socialismo. O autor não percebe que a existência de mercados é anterior ao capitalismo, mas também não consegue conceber a liberdade além da “liberdade” de ser obrigado a mercantilizar sua força de trabalho para garantir meios de existência. A naturalização da separação total do

---

<sup>7</sup> Há inúmeros debates sobre o papel da burocracia na URSS e o bloqueio da democratização real, constituindo um Estado como representação dos produtores livremente associados. A denúncia da burocracia, desde a polêmica que originou a IV Internacional e levou à perseguição e morte de Leon Trótsky, impõe como tarefa aprofundar os debates sobre aquele período e o papel do Estado socialista na constituição ou não de uma sociedade sem Estado. Cf. Cunha (2017).

trabalhador de seus meios de existência e meios de vida do é ponto de partida para suas posições.

Numa economia de mercado, a função do Estado consiste em proteger a vida, a saúde e a propriedade de seus cidadãos contra o uso de violência ou fraude. O Estado garante o suave funcionamento da economia de mercado com o peso de seu poder de coerção. (MISES, 2018, p. 112).

Se o combate à democracia é claramente um elemento de identidade entre as propostas (ultra)neoliberais, do conservadorismo e do neofascismo, a estatolatria neofascista e de outras versões conservadoras seria, aparentemente, um elemento distintivo do conservadorismo atual em relação aos neoliberais. Sobre isso, Stanley (2020) traz uma importante contribuição que permite enxergar melhor as formas de aproximação entre conservadores e ultraneoliberais, através da defesa da concepção de liberdade calcada na competição e no darwinismo social.

A visão fascista da liberdade individual é semelhante à noção libertária de direitos individuais: o direito de competir, mas não necessariamente de ter sucesso ou mesmo sobreviver. A doutrina do liberalismo econômico entende a liberdade de uma maneira muito específica: a liberdade é definida por mercados livres e irrestritos [...] O liberalismo econômico é o lado “jantar de gala em Manhattan” do Darwinismo social. (STANLEY, 2020, p. 172).

Coerentemente com a hipótese de Stanley (2020), Merquior (1991) apresentou Hayek (1985) como um evolucionista, o que seria contraditório com sua defesa da racionalidade. Importante salientar, como demonstraremos, que essa propaganda pseudoracionalista de Hayek não corresponde às suas visões expressas, de um agnosticismo em relação ao conhecimento científico e racional, presente em seu texto.

Dardot e Laval (2016, p. 54) destacaram o evolucionismo biológico/darwinista social de Herbert Spencer [1820-1903] como o momento do deslocamento do liberalismo, de seu centro, na divisão do trabalho e nas trocas, para a concorrência. Segundo os autores, o concorrencialismo teria renovado expectativas no *laissez-faire* na virada do século. Posteriormente, o evolucionismo biológico seria abandonado, permanecendo apenas o apelo à concorrência.

O neoliberalismo em seus diferentes ramos, será profundamente marcado por esse evento, mesmo quando o evolucionismo biológico for abandonado. Será evidente que a concorrência é, como a luta entre rivais, o motor do progresso das sociedades e que todo o entrave que se coloca a ele, em particular pelo amparo às empresas, aos indivíduos ou mesmo países mais fracos, deve ser

considerado um obstáculo à marcha contínua da vida. Infelizes dos vencidos na competição econômica. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 54).

Apesar de situarem o spencerismo na origem do apelo à concorrência no neoliberalismo, Dardot e Laval (2016) destacaram que o neoliberalismo pensa o papel do Estado como relevante na garantia do funcionamento adequado do mercado. Essa posição é visível, por exemplo, no pensamento de Mises (2018) e no apelo constante do autor à necessidade de reafirmação constante dos acordos que garantiriam o pleno funcionamento da “economia de mercado” capitalista.

Na mesma direção, Brown (2020, p.16) propôs compreender como “a razão neoliberal preparou o terreno para mobilizar e legitimar forças ferozmente antidemocráticas na segunda década do século XXI”. Para a autora, a negação da ideia de “justiça social”, por esta atacar o mercado e a moralidade tradicional, como expresso no pensamento de Hayek (1985a), estaria no âmago dessa preparação. Essa negação do social e, principalmente da noção de “justiça social”, aparece em Hayek (1985a) sob a defesa da “ordem espontânea”, como único caminho para a evolução dos indivíduos em sociedade. A moralidade tradicional seria um elemento constante na maior parte da história e a sua “utilidade pública” seria manter as liberdades individuais na “ordem global espontânea”. O termo “sociedade” em Hayek equivale a “ordem global espontânea”, que integra “organizações” (como a família, o governo e as associações) em uma “ordem espontânea mais abrangente”.

A crítica à “justiça social” é central no pensamento hayekiano, como apontou Brown. Para o autor, a defesa da “justiça social” relaciona-se com uma incompreensão do funcionamento do “ordenamento espontâneo do mercado” e, principalmente, do que denominou como uma “antropomorfização” do mercado pelos defensores da “justiça social”.

Apenas seres humanos poderiam ter comportamentos julgados moralmente como justos ou injustos; como o mercado não seria obra de deliberação planejada de seres humanos, seus resultados não poderiam ser qualificados como justos ou injustos, mesmo gerando desigualdades como resultado.

A justiça pode, portanto, ser um atributo dos resultados pretendidos da ação humana, mas não de circunstâncias ocasionadas pelos homens de maneira não intencional. [...] Ela evidentemente não se aplica à maneira pela qual os processos impessoais do mercado alocam o controle de bens e serviços a pessoas específicas: isso não pode ser justo ou injusto, porque os resultados

não são pretendidos ou previstos, dependendo de uma multiplicidade de circunstâncias que ninguém conhece em sua totalidade. (HAYEK, 1985a, p. 97).

Para Hayek (1985 a), a ideia de “justiça social” carregaria a exigência de uma autoridade que exerça essa justiça, atacando obrigatoriamente as liberdades individuais e caminhando para o autoritarismo. E nessa aversão à autoridade, o autor distancia-se significativamente das formas fascistas e dos neofascismos da atualidade.

A “justiça social” seria para Hayek um oponente da “liberdade individual”. O conceito não teria nenhuma utilidade e seria incompatível com uma ordem de mercado, sua defesa redundaria em totalitarismo.

Aquilo com que nos defrontamos no caso da “justiça social” é simplesmente uma superstição quase religiosa, do gênero que deveríamos respeitosamente deixar em paz na medida em que apenas traz felicidade aos que nela creem, mas que temos obrigação de combater quando se torna pretexto para a coerção de outros homens. Essa crença reinante na “justiça social” é provavelmente, em nossos dias, a mais grave ameaça à maioria dos valores de uma civilização livre. (HAYEK, 1985a, p. 102).

A ordem espontânea de mercado não seria determinada pela ação humana, mas pelo processo do “jogo da catalaxia”, um misto de habilidade e sorte que “tornam os serviços prestados por uma pessoa mais valiosos ou menos valiosos para seus semelhantes” e que “não decorrem da intenção humana, nem são previsíveis pelo homem” (HAYEK, 1985a, p. 107).

A determinação do valor do trabalho em Hayek seria algo fora do controle humano, mas determinado pela catalaxia, de acordo com “o valor que tem seus serviços para aqueles que são prestados” e por esse motivo, não haveria norma para que a recompensa proporcional ao mérito de quem o executa (HAYEK, 1985a, p. 108). Nesse aspecto, assimila o psicologismo das “pseudoteorias econômicas”, usando a expressão de Lukács (2020) para denominar a Escola austríaca.

A aversão de Hayek (1985a) ao “social” é notória e se relaciona profundamente com a naturalização das relações sociais de produção, pela economia vulgar, assim como de seus desdobramentos na esfera da circulação. Em Marx, diferentemente dos economicistas de todo tipo, a determinação social das relações de produção é central. Toda sua crítica da economia política repousa sobre um tipo de relação social, a relação social do tipo capital, constituída e constituinte das formas de dominação e exploração, que assujeita os membros da classe trabalhadora na sociedade burguesa.

O capital, como relação social, não prescinde da ação humana ou se desenvolve espontaneamente. Em contrário, o tipo de dominação que essa forma histórica particular constitui, “refere-se às relações sociais e à disposição do poder que estabelecem entre os operários e o capitalista para quem vendem sua força de trabalho” (WOOD, 2010, p. 28).

O ataque ao “social” e à “justiça social” em Hayek, incorporam-se ao arsenal anti-igualitário, típico do liberalismo desde seu período clássico, mas assume novas características. A igualdade material seria possível apenas em uma realidade administrada por autoridade e que, por isso, suprimiria a liberdade e caminharía para o totalitarismo (HAYEK, 1985a, p. 117).

A possibilidade de homens viverem juntos e em paz e em função de seu proveito mútuo, sem ter de concordar quanto a objetivos concretos comuns, e limitados unicamente por normas abstratas de conduta, foi talvez a maior descoberta já feita pela humanidade. O sistema capitalista que dela originou certamente não satisfaz por completo os ideais do liberalismo, porque se desenvolveu num tempo em que legisladores e governos não tinham uma compreensão real do *modus operandi* do mercado e, em grande parte, a despeito das políticas efetivamente empreendidas. (HAYEK, 1985a, p. 4).

A defesa da mais ampla concorrência, opondo-se ao ideário da “justiça social” e mesmo de uma “concorrência justa”, é central em Hayek (1985a) e redundam em sua defesa paradoxal de que “a busca por interesses egoístas do indivíduo, o levam usualmente a servir ao interesse geral”, enquanto “as ações coletivas de grupos organizados são quase invariavelmente contrárias a esse mesmo interesse” (HAYEK, 1985a, p. 4).

Dessa maneira, a perspectiva desmobilizadora do “neoliberalismo realmente existente” não se dissocia da perspectiva hayekiana. Ao considerar que interesses organizados restringem a liberdade e contrariam os “interesses gerais” é urgente desmontar essas organizações ou esvaziar seu potencial de representar interesses organizados (HAYEK, 1985a, p. 6).

Talvez seja até mesmo perfeitamente racional concordar que todos deveriam assegurar a uma pessoa, no início de uma carreira incerta, e a seus filhos um mínimo de amparo, em tal eventualidade. Mas um governo dependente de opinião pública, e em particular da democracia, não seria capaz de limitar essas tentativas de suplementar o mercado com vistas a abrandar a sorte dos mais pobres. Quer pretenda não deixar se guiar por princípios, se tiver poder para tanto, ele será fatalmente conduzido pelos princípios implícitos nos precedentes que estabelece. Com as medidas que toma, dará origem às



opiniões e estabelecerá que o forçaram a prosseguir no rumo tomado. (HAYEK, 1985a, p.10).

Segundo Brown (2020), Hayek propõe “três técnicas” para o resgate da moralidade tradicional, que sustenta a ordem global espontânea: 1) “limitar o poder legislativo a gerar regras universais e excluí-lo de fazer políticas de interesse público”; 2) “Desacreditar qualquer discurso de “justiça social” como disparatado e totalitário; 3) Expandir a “esfera pessoal protegida” (BROWN, 2020, p. 123).

A “expansão da esfera pessoal protegida” consiste em ampliar as possibilidades de defesa contra interferências no plano moral pelo Estado. Essa, por exemplo, legitima as chamadas objeções de consciência e consiste na defesa da tradição, em detrimento de uma compreensão de justiça, como combate às hierarquias sociais e opressões.

A autora demonstra como a justiça norte-americana tem sido recorrentemente acionada para defesas desse tipo, que baseiam no direito à liberdade individual, ações que reproduzem preconceitos e transformam preceitos religiosos, mesmo que opressores, em figuras intocadas.

No caso brasileiro, o movimento Escola Sem Partido, assim como toda a mobilização contra o PNDH3 são sintoma da luta em torno deste tipo de “esfera pessoal protegida”. O que Brown (2020) apresenta, como efeito não esperado por Hayek, é o Estado ser acionado para essa expansão, como tem sido (BROWN, 2020, p. 124).

A ordem de mercado, em particular, assegurará em geral apenas certa probabilidade de que as relações previstas prevaleçam; não obstante, esta é a única maneira pela qual tantas atividades dependentes de conhecimento disperso podem ser efetivamente integradas numa ordem única. (HAYEK, 1985, p. 125).

O sistema moral atua sobre os homens, na visão hayekiana, sem o conhecimento expresso das regras e, assim, atuaria como ordem espontânea. Identifica que a maior parte das normas não é expressa como norma jurídica, intencionalmente projetada, mas são “fruto de evolução espontânea” (HAYEK, 1985, p. 130) pela adaptação humana ao ambiente. Visivelmente, percebe-se sua inspiração nas formas de darwinismo social que o precedem.

Para o autor neoliberal, o conceito de “Estado” seria impróprio, ele prefere falar em “governo” e sua argumentação gira em torno de uma compreensão de governo como ente, que não se oporia à sociedade, mas atuaria como uma de suas

organizações, integrando a “ordem global espontânea” (HAYEK, 1985a, p. 134). O governo, portanto, teria como uma tarefa central a “manutenção” do funcionamento da ordem espontânea e não a “produção de um serviço ou produto em particular a ser consumido pelos cidadãos” (HAYEK, 1985, p. 133).

No texto “Porque não sou um conservador”, Hayek (2016) demarcou as diferenças entre o pensamento liberal e o conservadorismo. Um leitor atento observa também muitas confluências. Já de início, postula que sua preocupação em distinguir conservadorismo e liberalismo derivariam da aliança necessária e comum entre ambos, na tentativa de resistir em uma conjuntura que considerava “de invasão cada vez maior das liberdades individuais” (HAYEK, 2016, p. 2).

O autor neoliberal localiza, precisamente, a origem conservadora como resistência ao liberalismo, principalmente, na Revolução Francesa, mas também destaca a mudança do pensamento conservador a partir do surgimento do socialismo como principal adversário. Contudo, salienta que na realidade norte-americana há uma mudança de sentido no que é ser conservador, pois o conservadorismo norte-americano nunca foi antiliberal, ao contrário, nasce liberal. Em Hayek, o Liberalismo clássico a que se filia, define-se pela “liberdade negativa”, como a busca pela “urgente e necessária” “eliminação completa dos obstáculos à evolução espontânea” (HAYEK, 2016, p. 4).

Apesar de defender o modo como as instituições norte-americanas garantiam os ideais liberais, Hayek (2016) demarcava que sua defesa das liberdades era associada à defesa dos ideais liberais e não das instituições. Distintamente, nos conservadores a defesa das instituições estava acima dos ideais liberais.

Hayek (2016) reconheceu uma importante interlocução com o reacionarismo burguês pós-Burke: De Bonald e De Maistre, Moses e Donoso Cortés. Reconheceu que o paradigma da evolução espontânea, através da moral, a que se filia, tem similaridades com esses conservadores, provavelmente, pela filiação burkeana que advoga em sua obra, contudo, sua crítica está voltada à “evolução espontânea”, não planejada do presente e do futuro. Assim, diferencia-se daqueles autores pela perspectiva de que a moral e o mercado seguem produzindo alterações necessárias na ordem espontânea, o que pode exigir inovações institucionais (HAYEK, 2016).

Destarte, renova-se a profissão de fé smithiana nas “forças autorreguladoras do mercado” e, portanto, diferencia-se do conservadorismo por esse ~~ter~~ excessivo apego ao controle dos processos e autoridades, desconfiando assim da capacidade espontânea do mercado (HAYEK, 2016). Para Hayek, apesar de ser reserva de

“convicção moral”, o conservadorismo seria “carente de princípios”, que fossem capazes de orientar, mesmo nas diferenças de objetivo, a conduta de todos os indivíduos. Haveria assim, no conservadorismo, um apego superior à autoridade e a sua capacidade de dar consequência à convicção moral superior, em relação aos princípios liberais, que permitem o florescer da ordem espontânea (HAYEK, 2016).

O autor é um defensor do cosmopolitismo e denuncia tanto no liberalismo quanto no conservadorismo europeus, suas tendências nacionalistas e sua postura “hostil a tudo o que seja incomum e diferente”. Nesse sentido, difere-se em muitos aspectos dos extremismos de direita conservador e ultraneoliberal norte-americanos do presente.

Como já vimos, Hayek (2016) situava o seu liberalismo como “antirracional”, uma posição diferente do racionalismo que denominava primitivo, dos marxistas e do irracionalismo conservador. Apontava para um agnosticismo no estilo do que Lukács apontava no pensamento decadente, que, em última instância, legitima o irracionalismo:

Tem em comum com o conservadorismo uma desconfiança em relação à razão, na medida em que o liberal está muito consciente de que não sabemos todas as respostas e não tem certeza de que as respostas que dispõe sejam de fato certas ou mesmo poderemos ter respostas para tudo. Além disso, o liberal não se recusa a buscar apoio em quaisquer hábitos ou instituições não racionais que revelaram válidos. (HAYEK, 2016, p. 8).

Após criticar o excessivo racionalismo e a postura antirreligiosa hegemônica na Revolução Francesa, Hayek (2016) salientou a diferença de postura dos conservadores e liberais frente às religiões: os últimos jamais imporiam suas crenças através de autoridade, enquanto os primeiros não hesitariam em fazê-lo. Hayek, assumindo-se como “um velho Whig”, reafirmava sua filiação à matriz burkeana do conservadorismo e ao liberalismo de matriz anglo-saxã, salientando que a Revolução Francesa teria alterado o whiggismo e a direção do liberalismo Europeu:

De fato, até o momento em que o caráter desta tradição foi alterado pelas ideias oriundas da Revolução Francesa, com sua democracia totalitária e suas inclinações socialistas, o partido da liberdade era conhecido pelo nome Whig. (HAYEK, 2016, p. 10).

Para ele, a doutrina Whig estaria na base da constituição norte-americana, mais que no debate doutrinário da constituinte. Essa leitura justificaria o fato de confluir o conservadorismo norte-americano com o liberalismo.

Brown destacou que o combate hayekiano à ideia de “justiça social” tornou-se sustentáculo para formas “supremacistas, nacionalistas e nativistas”. Além disso, o combate ao social seria, sobretudo, um ataque às possibilidades de conexão fora do mercado e da família, esvaziando a sociedade como espaço de realização da igualdade política e, portanto, de democracia. Desse modo, essa ideia está no centro do antidemocratismo dos neoliberais (Brown, 2020, p. 52), conseqüentemente, a liberdade foi convertida na consagração da “livre expressão” de:

Todo sentimento histórica e politicamente gerado de arrogação (perdida) baseada na branquitude, masculinidade e nativismo, enquanto nega que estes sejam produzidos socialmente, desatrelando-os de qualquer conexão com a consciência, compromisso ou conseqüências sociais. A arrogação perdida dos privilégios da branquitude, masculinidade e nativismo é então facilmente convertida em ira justificada contra a inclusão social e a igualdade política dos historicamente excluídos. Essa raiva, por sua vez, torna-se a expressão consumada da liberdade e americanidade, ou da liberdade e europeidade, ou da liberdade e o ocidente. (BROWN, 2020, p. 58).

Esse sentimento, o de perda, que solda formas reacionárias e conservadoras, é identificado por Stanley (2020), assim como para Fraser (2020), como fonte do ressentimento que move a extrema-direita contemporânea. Em Fraser, no entanto, este fenômeno aparece mais soldado com as incapacidades de responder aos ataques às condições de vida, promovidos na atual etapa do neoliberalismo: “A experiência de perder uma dignidade outrora inquestionável e estabelecida - a dignidade que advém de ser branco, não negro - é facilmente capturada por uma linguagem de vitimização branca” (STANLEY, 2020, p. 103).

Ao descrever os efeitos do questionamento da masculinidade patriarcal, Stanley (2020) apresentou melhor esta articulação entre precarização das condições de vida, ressentimento e fascistização. Na sociedade brasileira, esse sentimento foi emulado significativamente durante os governos do PT. Se por um lado, há um lastro no fato de que os segmentos médios foram os menos beneficiados no “ganha” das políticas autointituladas neodesenvolvimentistas, há um profundo incômodo de setores médios com a ampliação do consumo dos segmentos anteriormente alijados, completamente, do consumo de determinados bens e serviços.

A própria esquerda, ao aderir à razão neoliberal, teria sido afetada por esse ataque ao social, retirando-o, em grande medida, de seu léxico. Brown (2020), ao descrever esse processo, chamou a atenção para o fato das rebeliões do movimento *Occupy Wall Street* terem cumprido o papel de trazer novamente o “social” para o debate (BROWN, 2020). Similares movimentos ocorreram em outras partes do globo e foram duramente disputados por setores de esquerda e por perspectivas pós-modernas.

Esse processo é descrito em Dardot e Laval (2016) como a conformação de uma esquerda neoliberal e está relacionado ao fenômeno da “crise dos marxistas” revelado por Coelho (2012). Nessa trilha, o neoliberalismo “visa limitar e conter o político”, constitui um processo de “desdemocratização”, que passa tanto pela tecnocracia como pelas instituições multilaterais, desligadas de uma soberania, mas com poder de deliberação, atuariam para impor sua disciplina econômica (BROWN, 2020, p. 70).

Na mesma direção, Stanley (2020) apresentou o combate à organização classista e sindical dos trabalhadores como característico do fascismo, assim como no neoliberalismo, salientando que essa política possuía um duplo objetivo: de evitar a identificação de classe entre trabalhadores brancos, negros, heteros e LGBTQIA+ e criar a ideia de um falso “nós” x “eles” pelos fascistas. No fascismo e no ultraneoliberalismo, os ressentimentos pelas derrotas passam a ser imputados aos grupos oprimidos em luta e não às origens de desigualdades realmente existentes. Algo muito próximo a essa lógica ocorre no neofascismo brasileiro e sua política ultraneoliberal.

Brown (2020) atenta para as ligações entre a “crítica ao totalitarismo” de Hannah Arendt e a crítica ao social de Hayek e dos neoliberais. Apesar das grandes diferenças dessas críticas, Arendt também apontaria para a inexistência do social e identificaria na sua hipertrofia, a fonte de restrição da liberdade de ação na esfera pública. Arendt apontaria para uma esfera pública intersubjetiva e não para o mercado e a moral, como Hayek; entretanto, ambos apontariam para o fato de que “a liberdade está em demonizar e finalmente, derrotar o social. A sociedade deve ser desmantelada.” (BROWN, 2020, p. 63). Rancière faz importantes observações sobre o mesmo tema:

O contrário da democracia chamava-se então totalitarismo. A linguagem dominante, denominava totalitários todos os Estados, que, em nome da força da coletividade, negavam ao mesmo tempo os direitos dos indivíduos e as formas constitucionais de expressão coletiva: eleições livres, liberdade de expressão e de associação. (...) O Estado totalitário era o Estado que

suprimia a dualidade do Estado e da sociedade, estendendo sua esfera à totalidade da vida de uma coletividade. Nazismo e comunismo eram vistos como os dois paradigmas desse totalitarismo, fundamentados em dois conceitos que pretendiam transcender a separação entre Estado e Sociedade: raça e classe. (RANCIÈRE, 2014, p. 22).

Brown aponta que apesar das múltiplas diferenças entre os neoliberais, seus “ataques à democracia robusta” são ponto de unidade - “O sufocamento da democracia foi fundamental e não incidental, para o programa neoliberal mais amplo” (BROWN, 2020, p. 76). A autora acredita que sociedades tendem a ser democráticas se garantem “bens públicos, que vão desde cuidados com a saúde até à educação de qualidade, redistribuições econômicas e profilaxias vigorosas contra a corrupção pela riqueza”. Assim, mesmo a dimensão estritamente econômica do neoliberalismo configura-se em um ataque à democracia (BROWN, 2020, p. 37).

Os ataques neoliberais ao Estado e à política impulsionaram a direita antidemocrática ascendente no último período. Esse fenômeno de ataque à política, na realidade brasileira, caminha *pari-passu* com a “hegemonia da pequena política” citada por Coutinho (2010) e é produto de ação deliberada dos aparelhos privados de hegemonia burguesas, durante os governos do PT.

A espetacularização dos processos do “Mensalão” e da “Lava-jato” estão no bojo desta antipolítica, que permitiu a ascensão do Bolsonarismo como sua personificação.

## **2.2 Neofascismo na sociedade burguesa do século XXI**

### **2.2.1 Da crítica neoliberal à democracia ao (neo)fascismo ultraneoliberal**

O capitalismo é, desde seu nascimento, marcado por violência e sua continuidade é extremamente dependente da limitação dos horizontes dos seres humanos. A lógica da valorização que passa a reger as relações sociais de produção, a partir de seu desenvolvimento, “[...] corresponde a uma verdadeira amputação das possibilidades da humanidade, com uma limitação estreita dos horizontes da inteligência humana” (FONTES, 2018, p. 19).

Essa amputação muda significativamente de qualidade nos períodos de crise e é elemento central na reprodução da sociedade do capital, pelo menos, desde a segunda metade do século XIX, com a conversão da burguesia em classe dominante.

Mas é com base em tal racionalidade estreita que a economia política pretende apresentar-se como neutra e equitativa. Essa é a base pretensamente filosófica da extração do mais-valor, que se apresenta como sua expressão imediata, a de uma troca de equivalentes entre os trabalhadores e seus empregadores, ou contratadores. (FONTES, 2018, p. 19).

Ao longo do desenvolvimento capitalista, as “trocas voluntárias” passaram a formar, com o discurso da concorrência, um novo paradigma. Mesmo que, em última instância, o paradigma da concorrência reforçasse o ideário de que o mercado, onde as trocas realizam-se, é o melhor estabilizador da economia e da sociedade. Esse apelo à estabilidade diz respeito, sobretudo, ao controle das crises. A crise é, desde sua gênese, um elemento constante no modo de produção capitalista.

Marx, em sua crítica à economia política, dedica-se a pensar as crises cíclicas que o capital enfrentava e chegou a esboçar tendências posteriores de crise com o desenvolvimento do capitalismo e o aprofundamento da contradição entre forças produtivas e relações de produção, entre apropriação privada e produção social e pela tendência cada vez maior do emprego de trabalho incorporado em relação ao trabalho vivo. Cada uma das contradições gerando respectivos tipos de crise: crises de subconsumo, superprodução e superacumulação.

Entretanto, nas últimas cinco décadas, há uma radicalização do fenômeno das crises capitalistas, tanto do ponto de vista das possibilidades de valorização do valor, como das condições para produção capitalista e reprodução social da força de trabalho. Conjugam-se às crises econômicas, elementos de crise ambiental, crises políticas e sociais.

Esta radicalidade diz respeito tanto à impossibilidade de manter elevadas taxas de lucro, que instauram “ondas longas recessivas” como apontava Mandel (1985), quanto às possibilidades de manter a estabilidade social e política que marcou o período do pós-guerra, e foi perseguida pelo pensamento liberal e conservador desde 1848.

Do ponto de vista da recessão econômica, Behring (2018, p. 188) ressalta que “a reação burguesa à sua própria crise” não foi capaz de reverter “a tonalidade recessiva global”, exceto em períodos determinados como ficou exposto com a “forte *débaçle* de 2008/2009”.

Meszáros (2011) situou a origem dos processos de crise contemporânea, conceituada pelo autor como “crise estrutural”, na entrega das mais diversas formas de controle social à irracionalidade do capital. Em 1971, Meszáros já percebia que a crise capitalista aberta naquele momento se expressava de modo particular, pois o

capital era confrontado com os limites concretos desta forma alienada de organizar a sociedade de modo decisivo.

Pelo menos agora os limites absolutos da existência humana-tanto no plano militar como ecológico- tem de ser avaliados, não importa quão distorcidos e mistificadores sejam os dispositivos de aferição da contabilidade socioeconômica capitalista. Diante dos riscos de uma aniquilação nuclear, por um lado e, por outro, de uma destruição irreversível do meio ambiente, tornou-se imperativo criar alternativas práticas e soluções cujo fracasso acaba sendo inevitável em virtude dos próprios limites do capital, os quais agora colidem com os limites da própria existência humana. (MESZÁROS, 2011, p. 57).

Meszáros escrevia no auge do processo em que se forja a racionalidade do neoliberalismo. Por racionalidade neoliberal, entende-se aqui o conceito de Dardot e Laval (2016), que situam o neoliberalismo muito além de seu programa público anti-estatista, mas na estruturação de modos de ser e viver na sociedade burguesa.

Fraser e Jaeggi (2020, p. 40), na mesma direção que Meszáros (2011), anotam que a “remoção de questões fundamentais da perspectiva da determinação humana, sua cessão a um mecanismo impessoal orientado à máxima valorização do capital - isto é de veras perverso - e é distintivo do capitalismo!” A impessoalidade a que se referem as autoras não deve ser confundida com desenvolvimento automático ou com o esvaziamento da “agência” humana, mas exclusivamente a ruptura com padrões de dominação feudal baseados em laços pessoais.

A conjuntura de “crise estrutural” forjou o neoliberalismo como uma ofensiva do capital. A acomodação dos setores outrora resistentes ao neoliberalismo seria para Meszáros (2011, p. 107) um elemento de aprofundamento da crise, “pois a desatravancada *expansão do capital* - em conjunto com o crescimento de *amortecedores de conflitos* - e a tranquila acomodação submissa dos sindicatos reformistas à lei do capital são dois lados da mesma moeda”.

Desvelar os determinantes da “crise estrutural” como aponta Meszáros (2011), ou “múltiplas tendências de crise” do capital, utilizando a expressão de Jaeggi (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 22), é uma tarefa essencial para compreender as dinâmicas sociais e políticas que se desenvolvem na atualidade, inclusive para compreender as formas de “barbarização” e as práticas e propaganda que as confirmam e legitimam. Estas práticas e propagandas são o objeto deste trabalho e, no Brasil da última década, tem se expressado na aliança entre ultraneoliberais, conservadores e neofascistas.



No entanto, é necessário revelar “os fundamentos estruturais das múltiplas tendências de crise numa única e mesma totalidade social: a sociedade capitalista.” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 22). Parte-se da premissa de que compreender estes fundamentos só é possível apreendendo as tendências que se desenvolvem em uma sociedade centrada na valorização do valor, cuja origem de toda a tendência de crise está posta na necessária articulação entre exploração e expropriação e nas condições exigidas para que esta articulação cumpra a razão social da sociedade burguesa: valorizar o valor.

Segundo Marx (1985), a “liberação” dos trabalhadores é marcada por um processo extremamente violento, que envolve a intervenção destruidora, tendo em vista a separação forçada dos trabalhadores das suas condições de viver fora da esfera da produção capitalista. Para Fontes (2018, p. 24), este processo de expropriação (primária) é essencial, contudo, “a produção social de trabalhadores, de seres sociais necessitados e disponíveis para o mercado, integra o próprio processo mais íntimo de reprodução ampliada do capital”. Sendo assim, o capitalismo até os dias de hoje conjuga exploração e expropriação.

Esse processo contínuo de expropriação responde em Fontes (2018, p. 37) à relação social do tipo capital que “envolve”, portanto, a transformação da população em “força de trabalho” e a transformação de meios de vida em capital. Os meios de vida tornam-se assim “propriedade capitalista”. Contudo, a autora aponta que subsistem formas de “relação com a natureza” e formas de assegurar “meios de vida parciais”, que se encontram fora do controle do capitalismo e que constituem condições de existência dos seres sociais.

A polêmica hipótese de Fraser e Jaeggi (2020), que situa o trabalho reprodutivo como parte dos processos de expropriação, como trabalho não pago e condição para reprodução ampliada do capital, ganha substancial importância para compreensão do machismo e misoginia, que integram o ultraneoliberalismo e conservadorismos nos dias de hoje. Partem da crítica feminista, ao observar como a identidade atribuída do trabalho reprodutivo como trabalho feminino, não se refere apenas a uma crítica de “costumes”, como tende a ser tratada hegemonicamente pelos segmentos identitários.

Ainda assim, o ponto que quero salientar aqui diz respeito à maneira bastante específica com que a reprodução social é *institucionalizada* na sociedade capitalista. Diferentemente do que ocorria em sociedades anteriores, o capitalismo institui uma divisão entre reprodução social e produção de mercadorias. A separação entre elas é fundamental ao capitalismo - é de fato

um artefato dele [...] Historicamente, a separação entre trabalho assalariado “produtivo” e trabalho não pago “reprodutivo” sustentou as formas capitalistas modernas de subordinação das mulheres. (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 49).

Da mesma maneira, a discussão sobre trabalhos “racializados” como “uma condição necessária de fundo para a exploração capitalista dos trabalhadores” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 61) é igualmente polêmica. Do ponto de vista da crítica da economia política, há uma divergência notória sobre o tema, pois Fraser e Jaeggi (2020) identificam processo de expropriação dos trabalhadores racializados pelo valor pago pelo trabalho, que não paga a sua subsistência. Entretanto, esse processo pode ser mais bem compreendido como superexploração. Outro elemento de sua formulação, na justificativa dos trabalhos racializados como expropriados, diz respeito às possibilidades que negros e negras possuem de exercer cidadania, ganhando destaque no movimento dos direitos civis norte-americano entre as décadas de 1960/1970.

Considera-se que as observações dos teóricos da dependência sobre a superexploração, tratada de modo dialético como um componente do movimento desigual expresso nas formações econômico-sociais dependentes do capitalismo pode ser expandida para o trabalho racializado, atendem melhor à perspectiva da totalidade e são mais rigorosas com a herança marxiana.

Para efeito deste trabalho, a descrição do fenômeno é considerada adequada, mesmo que a expropriação, tratada em sua dimensão de possibilidade de realização da igualdade jurídica, não seja considerada a melhor forma de distingui-la da exploração, e de definir o trabalho livre. O trabalho livre opõe-se ao trabalho servil, e diz respeito à separação dos trabalhadores dos meios de produção e não à existência de direitos de cidadania como aparece no texto das autoras.

Apesar de uma pequena reversão desta realidade de negação de direitos nos anos pós 1970, o limite do neoliberalismo em superar diferenciações internas ficou evidente após o auge da política de identidade e representatividade, com a eleição de Barack Obama nos Estados Unidos. O crescimento aparente de formas de racismo, tanto nos Estados Unidos, quanto no resto do mundo, que estão associadas ao crescimento do conservadorismo e neofascismo e seu combate ao “politicamente correto”, associados a premissas ultraneoliberais, dão conta disto.

Ou seja, a representatividade não foi capaz de solucionar o racismo, pois o racismo é estrutural à forma capitalista contemporânea e isso leva à existência de situações como a de George Floyd, homem negro assassinado por policiais brancos

nos Estados Unidos, e do menino negro Miguel no Brasil, morto no prédio da patroa da mãe, enquanto ela era obrigada a passear com os cães de sua contratante branca que embelezava suas unhas.

Boschetti (2018), discordando dos que situam a expropriação temporalmente, alerta que a expropriação em Marx é um processo mais amplo que a retirada do controle dos meios de produção das mãos dos trabalhadores. A expropriação de “todas as garantias de sua existência” é, para Marx, “o ponto de partida do desenvolvimento que permitiu tanto o estabelecimento do assalariamento, quanto do capitalista” (BOSCHETTI, 2018, p. 151).

Para Fontes (2018), as expropriações secundárias seriam constituídas, nos dias atuais, justamente pela retirada permanente das condições de existência dos trabalhadores, que assim: “[...] reconduzem seres sociais a condição de trabalhadores, enquanto convertem meios de existência de vida em capital” (FONTES, 2018, p. 33). A nova lei do saneamento básico, assim como os ataques aos povos indígenas e à proteção do meio ambiente, que Behring (2019) reúne sob a caracterização de devastação, são parte desse processo de ataque às condições de existência fora da órbita do capital.

Sobre as origens desse processo, Fontes (2018, p. 45) ressaltou que os imperativos da mundialização financeira, longe de constituir um *locus* de valorização separado dos processos de exploração e expropriação, representam uma intensificação dos processos de extração de mais-valor, através da excessiva concentração de capitais que promove. A hipertrofia do capital financeiro não seria, portanto, motivo para redução do investimento nos processos de produção, como apontam neokeynesianos, mas responsáveis pelo aumento da pressão para que essa valorização seja realizada de modo ainda mais feroz.

As mudanças com o processo de financeirização alteraram profundamente as formas de organização e subjetivação no processo de produção, instaurando um cenário de guerra permanente e também uma série de ataques às condições de reprodução da classe trabalhadora. Sobre isto, Boschetti (2018, p. 148) anota que o neoliberalismo instaura um “processo de expropriação dos direitos” assegurados anteriormente aos trabalhadores e que integram as condições de reprodução ampliada do capital, através da reprodução da força de trabalho.

Os processos privatizantes, diretos e indiretos, da previdência e saúde públicas submetem ao imperativo da acumulação e, ao expropriar direitos conquistados, suprimem da classe trabalhadora a possibilidade de acessar parte da riqueza socialmente produzida, apropriada pelo Estado sob forma de fundo público, constituído por impostos e tributos para financiar os serviços públicos. (BOSCHETTI, 2018, p. 161).

Importante destacar que Boschetti (2018) trata o fundo público de acordo com as concepções expressas em Salvador (2018) e Behring (2018), em que este congrega tanto o mais-valor quanto o trabalho necessário. E, portanto, ataques ao fundo público não seriam ataques exclusivos à distribuição do mais-valor retido pelo Estado.

Nesse sentido, da conjugação de processos de exploração e expropriação no neoliberalismo contemporâneo, na hipótese aqui tratada o ultraneoliberalismo é expressão brasileira do aprofundamento das condições de exploração e expropriação no capitalismo maduro e decadente. E ele é o centro do programa que une setores mais críticos ao bolsonarismo nas frações burguesas, a exemplo da família Marinho, ao seu programa econômico. Um programa que como anota Behring (2018, p. 202) é baseado no “ajuste fiscal permanente brasileiro” e “seu Novo Regime Fiscal”, “agudizando o processo de punção do fundo público em detrimento das políticas sociais e direitos”.

A estabilidade política do neofascismo no poder, no governo federal, é significativamente garantida por esse aspecto de continuidade e aprofundamento da austeridade. Austeridade composta por medidas que incrementam tanto a exploração quanto as formas de expropriação secundária.

O primeiro é o de que expropriação e exploração são processos que se requisitam, sendo o ambiente de ajuste fiscal permanente propício para o incremento de ambas as dimensões [...] estamos, pois, diante de expropriações, pois operam nas condições de oferta da força de trabalho. Esse processo incrementa também a mercantilização, a penetração da lógica da mercadoria e do valor em esferas nas quais estava presente apenas de forma indireta, no sentido da reprodução ampliada do capital. (BEHRING, 2018, p. 205).

A referida “ampliação da mercantilização” atinge a classe trabalhadora em todos os seus modos de existência, alterando as formas de relação social que instauram e esvaziando o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo. É na esfera da reprodução social que se materializam parte dos ataques aos trabalhadores pelo ultraneoliberalismo. Parte do tempo dedicado ao trabalho reprodutivo é requisitado pelo capital.

O cuidado dos avós com as crianças, por exemplo, é suprimido com o aumento do tempo de trabalho na reforma da previdência e esta situação produz um impacto decisivo sobre a reprodução social. A crise se materializa, por exemplo, na impossibilidade do trabalho hegemonicamente feminino com as tarefas domésticas. Esse impacto não pode ser dissociado da receptividade da denúncia anti-*establishment* da extrema-direita, mesmo que hipócrita, realizada pelos sujeitos da frente antipopular que une ultraneoliberais, conservadores e neofascistas.

Entre o maior número de horas de trabalho e os cortes no serviço público, o regime do capitalismo financeirizado espreme a reprodução social a um ponto de ruptura. Vemos os efeitos dessa pressão em todo um conjunto de estratégias confusas, que visam transferir o trabalho do cuidado para outros. (FRASER; JAEGLI, 2020, p. 105).

Em Dardot e Laval (2016, p. 16), o neoliberalismo é definido muito além de seu caráter de negação em relação às políticas social-liberais e formas de intervencionismo estatal, mas como um definidor de “formas de existência” e “normas de vida nas sociedades ocidentais” e nas “sociedades que as seguem”, configurando o que os autores apresentam como uma “nova razão do mundo”.

Dardot e Laval (2016, p. 19) contribuem significativamente ao identificar que “a oposição entre mercado e Estado aparece como um dos principais obstáculos à caracterização exata do neoliberalismo”. Apesar de sua chave de análise, a partir do fenômeno da “governamentalidade” em Foucault, que obnubila suas leituras em relação às possibilidades de resistência a esta subjetividade; mas também que o apego demasiado à perspectiva gerencial cumpra, em sua teoria, o mesmo papel que a identificação do neoliberalismo, exclusivamente, com ideologias pró-mercado.

Por isso, se reduzíssemos o neoliberalismo à aplicação do programa econômico da Escola de Chicago pelos métodos da ditadura militar, enveredaríamos pelo caminho errado, convém não confundir estratégia geral com métodos particulares. Estes dependem das circunstâncias locais, de relações de forças e das fases históricas: podem empregar tanto um *putsch* militar como a solução eleitoral das classes médias; podem usar e abusar da chantagem do emprego, do crescimento e aproveitar os déficits e as dívidas como fazem há muito tempo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Europeia. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 20).

A existência de “técnicas de poder inéditas sobre as condutas e subjetividades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21) é parte da complexa leitura do neoliberalismo, que não pode prescindir de outros aspectos, como as necessidades que o ensejam no

período, que Mészáros (2011) qualifica como crise estrutural do capital e, nem se dissociar dos modos de resistência contra esse intento de hegemonia total. Dardot e Laval (2016, p. 24) sob esse prisma, chamam a atenção para uma leitura do neoliberalismo como um sistema normativo complexo e heterogêneo, que teria como elemento original “o fato de criar um conjunto de regras que definem não apenas ‘outro regime de acumulação’, mas também amplamente, outra sociedade”.

O florescimento do conservadorismo atual, do neofascismo e do ultraneoliberalismo é, paradoxalmente, uma tentativa de assimilar parte significativa desse conjunto de regras em relação à economia, questionando os impactos que o neoliberalismo, em sua estratégia de produção de consensos, produziu no ambiente cultural na sociedade burguesa. Seu florescimento foi possibilitado pelo empobrecimento cultural produzido pelo irracionalismo hegemônico na razão neoliberal.

### 2.2.2 2008 como marco da radicalização conservadora no neoliberalismo

Sobre o momento contemporâneo da crise e seu ápice em 2008, Meszáros (2011) salientou que é um momento de profunda crise, em todos os sentidos:

A crise atual é profunda, o diretor substituto do Banco da Inglaterra admitiu que essa é a maior crise econômica da história da humanidade. Eu apenas acrescentaria que essa não é apenas a maior crise da história humana, mas a maior crise em todos os sentidos. Crises econômicas não podem ser separadas do resto do sistema. A fraude, a dominação do capital e a exploração da classe trabalhadora não podem continuar para sempre. (MESZÁROS, 2011, p. 132).

O cenário de crise, aprofundado no pós-2008, foi central para o crescimento destas visões de mundo como será apresentado neste trabalho. Esse cenário, no entanto, foi propiciado pelas soluções neoliberais que vêm sendo adotadas desde o fim dos anos de 1970 após o insucesso de tentativas de reanimação keynesiana. A crise dos subprimes norte-americanos em 2008, por exemplo, foi resultado do aumento da liquidez, anos antes estimulado como solução para o mercado imobiliário em crise.

Como visto, o combate doutrinário ao socialismo está nas origens do neoliberalismo, décadas antes do primeiro momento da crise em 1970. Similarmente, o surgimento de vertentes ultraneoliberais e conservadoras decorre do aprofundamento da crise pelas medidas corretivas neoliberais e, desse modo, é

menos apegada à crítica ao “totalitarismo político” e mais afeta a formas de autoritarismo mais profundas no neoliberalismo.

Fraser e Jaeggi (2020), ao se debruçarem sobre a crise do capitalismo nos dias de hoje, também salientam características que comumente são tratadas como extraeconômicas, tais como: “[...] déficits de cuidado, mudança climática e desdemocratização [...]” (FRASER; JAECCI, 2020, p. 16), e buscam apreender as relações destas questões com a racionalidade capitalista orientada para valorização do valor. É justamente quando esta conjuntura se aprofundava, nos anos de 1970, que se forjaram as principais características da estratégia neoliberal hegemônica nas décadas seguintes.

Entretanto, foi incorporada nesta estratégia - no primeiro momento - a consolidação de uma ambiência cultural, que se apresenta idealmente como progressiva do ponto de vista das liberdades individuais, e se mostra regressiva quanto às conquistas políticas, econômicas e sociais do período anterior. Incorpora assim, em larga medida, no escopo do neoliberalismo, o combate ao machismo, ao racismo, à LGBTQIA+fobia no projeto de destruição das políticas sociais de caráter redistributivo, que poderiam, de fato, atuar para alterar as condições estruturais que sustentam a reprodução dessas desigualdades.

Fraser e Jaeggi (2020) destacaram que formas autoritárias tenderam a crescer contrapondo-se demagogicamente ao neoliberalismo, no que diz respeito a essa ambiência cultural “progressista” e uma associação forçada dos efeitos dos cortes das políticas, que apoiam a reprodução social, com essa perspectiva cultural aparentemente “progressista”.

Os seguidores de “populistas autoritários” depositariam nesses líderes sua insatisfação com o mal-estar gerado pela situação atual. O termo populista autoritário é inadequado para designar lideranças “protofascistas” como Trump e neofascistas como Bolsonaro, contudo a descrição apresentada por Fraser e Jaeggi (2020) sobre o presidente americano é muito elucidativa da ascensão dos dois ao poder central de seus países.

Fraser e Jaeggi (2020, p. 121) destacaram também que “foi borrada” a divisão entre os trabalhos que qualificam como expropriado e explorado: “alguns sujeitos dependentes parecem ter progredido da expropriação para a exploração” e ainda assim, sua expropriação não desapareceu por completo:

A expropriação se universaliza, afligindo não apenas seus sujeitos tradicionais, mas também aqueles que estavam previamente protegidos pelo estatuto de trabalhadores cidadãos. No histórico centro, onde o trabalho de serviço, precário e mal pago, está substituindo o trabalho industrial sindicalizado e os governos estão cortando bens públicos e serviços sociais por ordem de investidores, o capital agora rotineiramente paga, à maioria dos trabalhadores, menos do que os custos socialmente necessários a sua reprodução. O efeito é forçá-los a depender de dívidas de consumo para viver, o que significa que são expropriados na ida e na volta. (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 12).

Uma das importantes lições de Dardot e Laval (2016, p. 15) em sua crítica ao neoliberalismo, consiste em salientar o equívoco em igualar o neoliberalismo como “sistema normativo” com a sua “representação ideológica”. Segundo os autores, este equívoco dificulta a visão dos analistas, que tendem a perceber uma certa decadência do neoliberalismo com o descrédito da ideologia do *laissez-faire* a partir de 2008.

No Brasil, contudo, ocorreu contraditoriamente o processo de crescimento da ideologia do *laissez-faire* a partir do “ultraneoliberalismo” e do conservadorismo atual. Mesmo que possamos confirmar algumas características do discurso comum de segmentos desta verve ultraneoliberal, estas se apresentam como herdeiras dos “liberais clássicos” ou “libertários”, renegando a sua “representação ideológica como neoliberalismo”. Essa negativa dá-se pelo processo que foi descrito anteriormente de dissociação em relação ao neoliberalismo de caráter social-liberal nos governos petistas.

Isso coaduna com a defesa de uma luta ideológica constante dos ultraneoliberais. Se em Bastiat (2016 [1850]), cabe ao Estado controlar o desejo humano de ter privilégios e boa parte dos problemas decorreriam da utilização do Estado para obtê-los podendo ser controlado na esfera moral pelas religiões; nos ultraneoliberais, assim como em Hayek (1985), cabe à “ideologia” manter as pessoas longe do desejo de ter privilégios. Vejamos por exemplo, o que escreveu Rothbard:

É somente uma ideologia mantida fervorosamente que permite que a humanidade possa superar os desejos por privilégios especiais decorrentes da coerção, e que os alerta para a importância vital de rejeitar quaisquer tentativas de arrancar os privilégios especiais de outros. (ROTHBARD, 2018, p. 39).

### 2.2.3 Desdemocratização e (ultra)neoliberalismo

Brown (2020) chama a atenção para a dificuldade com a nomenclatura do fenômeno da extrema-direita atual, que aqui tratamos a partir das categorias de neofascismo e ultraneoliberalismo. A autora relaciona essa dificuldade em nomear a



“aglomeração pouco familiar de elementos na direita ascendente - sua curiosa combinação de liberalismo, moralismo, autoritarismo, nacionalismo, ódio ao Estado, conservadorismo cristão e racismo”. Sobre essa “aglomeração pouco familiar”, acreditamos que pode ocorrer de formas diversas em cada formação econômica e social, mas que esse tipo de junção, no caso brasileiro, ocorre como uma característica do que aqui denominamos como neofascismo.

Brown (2020) utiliza a categoria de “populismo de extrema-direita” para falar de Trump, um termo que julgamos extremamente problemático, pois além de pouco elucidativo (o conceito de populismo tem apontado para processos muito distintos desde a década de 1970) não apreende a especificidade do fenômeno, funcionando como uma espécie de “tipo ideal” weberiano.

A relevância da contribuição de Brown (2020) está justamente em tratar o neoliberalismo e conservadorismo moral sob a mesma chave, diferentemente do que fazem muitos analistas da conjuntura atual para quem o neoliberalismo e o conservadorismo moral são tratados como fenômenos totalmente separados ou que convergem acidentalmente.

Em Brown, o convite a pensar “o lugar da moralidade tradicional [...] dentro da razão neoliberal” é muito profícuo no sentido de desmistificar análises dualistas que poderiam sugerir que um “neoliberalismo progressista” poderia eliminar esses elementos, tidos como arcaicos, preservando a razão neoliberal (BROWN, 2020, p. 118).

A busca por essas confluências deve remontar as origens do neoliberalismo e seus desenvolvimentos. Em texto de 1995, Netto (1995, p.66) destacava que a crise do Socialismo Real e do Estado de Bem-estar possuíam correspondências por tratar-se de “duas conformações societárias que a seu modo, procuraram soluções para os antagonismos (e suas consequências) à ordem do capital”.

Netto (1995) identificava que ambas as crises demonstravam a dramaticidade da “crise global” e apontavam para “possibilidades de regressão social - de que o denominado neoliberalismo é paradigmático” (NETTO, 1995, p. 66). Depois de vinte e seis anos, os piores prognósticos confirmaram-se e a regressão tomou as mais diversas dimensões na sociedade burguesa. E é nessa conjuntura que ascendem os segmentos de extrema-direita, os quais foram tratados neste trabalho também como tendência regressiva na disputa por projetos profissionais no Serviço Social brasileiro.

Ao tematizar a crise do Estado de Bem-estar, Netto (1995) apontava que o “arranjo sociopolítico” que o sustentava estava em crise. E já naquele momento,

apontava para os limites à democracia que se interpunham de ampliação da hegemonia neoliberal.

Brown (2020) problematiza a “narrativa” comum que relaciona o crescimento do ressentimento com as perdas de *status* e ataques às condições de vida, no neoliberalismo. Esse tipo de construção, identificado por exemplo em Fraser e Jaeggi (2020), seria insuficiente para compreender o crescimento da extrema-direita. A autora (BROWN, 2020, p. 18) salienta que o ascenso em torno de “regimes autocráticos, nacionalistas, autoritários e em alguns casos neofascistas” se distancia da proposta original de Hayek e Friedman, como formuladores do neoliberalismo. Isso, no entanto, como ela demonstra, não dispensa o “neoliberalismo realmente existente” da responsabilidade com a conjuntura atual.

Brown (2020) chama a atenção para o ineditismo do atual momento e busca no neoliberalismo as origens para esse momento de regressão. Assume em seu trabalho significativa importância, o exame do pensamento de Hayek e destaca que a alternativa de Hayek ao “Estado social” não era apenas o “livre mercado”, mas uma “disciplina gerada pela união de moralidade e mercado”. Esse papel da moralidade, também visível em Mises, é chave para compreender os desenvolvimentos conservadores do neoliberalismo neste século.

O reforço de hierarquias pela moralidade tradicional, o ataque à ideia de social e sociedade em detrimento da defesa de indivíduos e do mercado como regulador da vida estariam no cerne do caráter antidemocrático do neoliberalismo.

O ataque contemporâneo à sociedade e à “justiça social” em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral, é, portanto, uma emanção direta da racionalidade neoliberal, e não se limita aos assim chamados “conservadores”. (BROWN, 2020, p. 23).

Brown (2020) reforça que no “neoliberalismo realmente existente”, o ataque ao social ocorreria em diferentes frentes: 1) Epistemologicamente – negando a existência do social como fez Thatcher na década de 1980; 2) Politicamente – pela privatização do Estado Social; 3) Legalmente – ao acionar à liberdade contra ideais de igualdade e secularismo; 4) Eticamente – pela reivindicação de valores tradicionais hierárquicos contra a ideia de “justiça social” e; 5) Culturalmente – pela “desmassificação” ou “desproletarização”, como é muito presente nos ordoliberalis.

Brown (2020) destaca que o ataque neoliberal ao Estado Social é também um ataque à sociedade, o que facilitou possibilidades antidemocráticas a partir do Estado no momento posterior. Apesar de certa dualidade no trato Estado/sociedade da autora e, em última instância, um superdimensionamento da característica democratizante da “sociedade”, sendo esse o espaço, sobretudo, de realização das lutas de classe, a hipótese do esvaziamento do sentido social como base do antidemocratismo neoliberal, parece produtiva, no sentido de compreender os desenvolvimentos do neoliberalismo na direção do neofascismo e outras vertentes de extrema-direita antidemocrática (BROWN, 2020, p. 38).

Diante dessas características, Brown (2020) alerta que:

Dentre as realizações neoliberais mais impressionantes estão o desmantelamento epistemológico, político, econômico e cultural da sociedade de massa em capital humano e unidades familiares econômico-morais, juntamente com um resgate tanto do indivíduo quanto da família no momento exato de sua aparente extinção. (BROWN, 2020, p. 51).

Esse alerta de Brown é essencial para uma crítica do Serviço Social autointitulado conservador (o conservadorismo profissional atual), pois alerta que o resgate aparentemente anacrônico da moral tradicional e do familismo, presentes nas protoformas do Serviço Social, assumem caráter diferenciado sob o ultraneoliberalismo.

A reabilitação da moral tradicional e do mercado no Serviço Social pelas vias ultraneoliberal e conservadora são um fenômeno inédito, pois se inserem no movimento de refuncionalização da vida pelo neoliberalismo e não correspondem ao retorno às fundadoras da profissão, como defendem seus propagandistas. Essas observações auxiliam também na compreensão dos laços desses segmentos com o neofascismo, mesmo que este não fosse o projeto inicial dos ideólogos neoliberais do século XX.

#### 2.2.4 Fascismos históricos, (ultra)neoliberalismo e neofascismo

Muito além de uma identificação mecânica e equivocada entre fascismo e autoritarismo no senso comum, críticos do campo marxista no Brasil têm produzido ricos debates sobre o conceito de fascismo e suas decorrências para pensar a conjuntura brasileira atual. Parte desses têm buscado categorizar o bolsonarismo como movimento

(neo)fascista e examinar a condução estatal e “paraestatal” dada por sua liderança, identificando elementos tendenciais de “fascistização” do regime político.

Em primeiro lugar, descartam-se hipóteses de que estaríamos sob um regime fascista no Brasil, mas se observa a tendência à fascistização do regime como uma possibilidade em aberto, a depender dos desenvolvimentos das lutas de classe, digase, das correlações de forças entre classes e frações de classe na luta por hegemonia.

Apesar da identificação do bolsonarismo com o neofascismo e de seu exercício de governo apontar claramente para uma vontade de fascistizar o regime político, não é possível ainda falar de um regime fascista no Brasil, mesmo que o governo seja exercido por uma liderança claramente fascista.

Descarta-se também o entendimento do fascismo como fenômeno puramente psicológico ou desvio de personalidade, recorrente em perspectivas liberais com foco na reabilitação da democracia liberal burguesa. Não é possível conceber o neofascismo ou o fascismo histórico prescindindo da análise das relações econômico-político-sociais, que permitem seu florescimento, dos aspectos mais diversos da crise estrutural do capital e das respostas de diferentes segmentos de classe na luta por hegemonia.

Ainda que delimitemos o campo da crítica marxista, há diferentes avaliações da conjuntura atual brasileira e, uma das maiores polêmicas, gira em torno da categorização do bolsonarismo como neofascismo. Parte dos setores mais críticos ao bolsonarismo apontam para este como “neofascismo”, fascismo atual, processo de fascistização, profascismo, entre outras categorizações relevantes que podemos localizar.

Uma dessas contribuições está na hipótese defendida por Melo (2020), que demonstra a tendência ao fascismo, expressa na liderança e no movimento de massas que suportam Bolsonaro no poder, identificando uma pluralidade de movimentos fascistas, “ultraliberais” e neoconservadores na retaguarda de Bolsonaro. Há um acordo com Melo (2020, p. 15), ao postular que: “Como fenômeno de massas, o bolsonarismo possui uma natureza fascista também por estar tendo capacidade de aglutinação de várias correntes contrarrevolucionárias em torno do apoio ao governo Bolsonaro.”

Importante salientar que a categorização do bolsonarismo como (neo)fascismo não significa a eliminação das diferenças entre o neofascismo no Brasil e o fascismo histórico italiano ou alemão, tampouco ignora as significativas semelhanças verificáveis em diversos aspectos. Por esse motivo, utilizaremos a terminologia “Neofascismo”, pois há profundo acordo com as caracterizações que utilizam esta expressão para demarcar as diferenças do processo atual em relação ao fascismo histórico.

Sobre essas diferenças, o professor Lowy (2020) pontua:

O neofascismo não é a repetição do fascismo dos anos 1930: é um fenômeno novo, com características do século 21. Por exemplo, não toma a forma de uma ditadura policial, respeita algumas formas democráticas: eleições, pluralismo partidário, liberdade de imprensa, existência de um Parlamento, etc. Naturalmente, trata, na medida do possível, de limitar ao máximo estas liberdades democráticas, com medidas autoritárias e repressivas. Tampouco se apoia em tropas de choque armadas, como o eram as SA alemãs ou o Fascio italiano. (LOWY, 2020, s.p.).

É recorrente a falácia liberal de que o fascismo corresponderia a algum desvio psicológico individual ou personalismo, que comumente desvincula o fascismo das condições sócio-históricas que permitem seu florescimento. De fato, aspectos da “psicologia de massas” importam ao desenvolvimento do fascismo, entretanto, é impossível compreendê-lo sem uma remissão às relações entre economia, política e ideologia, que marcam sua emergência e crescimento. Mandel (1974) ressaltou que o fascismo “é um produto do capitalismo monopolista e imperialista”.

Sobre as distorções existentes nas relações entre economia e política, para explicar o fascismo, é importante salientar que a própria análise fragmentária e unicausal do fenômeno é correspondente ao universo das ciências sociais particulares burguesas e se distancia do método crítico e dialético totalizante, inaugurado por Marx e Engels.

Esta perspectiva teórico-metodológica marxista, não diz respeito a uma leitura economicista do fenômeno do fascismo, mas de situá-lo na totalidade das relações sociais, na esfera da produção e da reprodução social na ordem burguesa. Sobre a importância de não fragmentar os aspectos econômicos e os políticos na análise de Marx, Wood (2003) afirma que:

A própria estrutura do argumento sugere que, para Marx, o segredo último da produção capitalista é *político*. O que radicalmente distingue sua análise da economia política clássica é que ela não cria descontinuidades nítidas entre esfera econômica e política; e ele é capaz de identificar as continuidades porque trata a própria economia não como uma rede de forças incorpóreas, mas assim como a esfera política, como conjunto de relações sociais. (WOOD, 2003, p. 28, grifo da autora).

Isso posto, os aspectos econômicos e políticos que forjam o fascismo não podem ser dissociados como esferas totalmente independentes. A título de exemplo, ao discorrer sobre o fascismo alemão, Mandel (1974, n.p.) demonstrou como a “economia de guerra” atua como fator fundante: “as contradições econômicas, dos

conflitos imperialistas e das tendências expansionistas que correspondem a grupos capitalistas-monopolistas dominantes na sociedade burguesa alemã”. E, conseqüentemente, apesar da ideologia fascista ser vinculada a grupos pequeno-burgueses, é no interesse das diferentes frações do capital monopolista e no esmagamento do movimento operário, que está sua principal motivação econômica.

Mesmo em autores mais identificados com os estudos culturais, no campo da “teoria crítica”, como Teodor W. Adorno, há um alerta para o equívoco de uma análise puramente subjetivista ou psicologizante do fascismo, ao modo liberal, assim como de uma análise economicista. Em palestra proferida no ano de 1967, Adorno (2020) chamou a atenção para as relações entre fascismo e capitalismo:

Eu gostaria de dizer também, em se tratando de corrigir certas concepções clichês sobre esses assuntos, que a relação desses movimentos com a economia é uma relação estrutural que existe naquela tendência de concentração e na tendência de pauperização. Mas isso não pode ser imaginado tanto no curto prazo e, quando se equipara simplesmente radicalismo de direita com os movimentos da conjuntura pode se chegar a juízos bastante falsos. (ADORNO, 2020, p. 51).

Adorno (2020, p. 51) afastou também os riscos de uma análise economicista ao equiparar “radicalismo de direita com os movimentos da conjuntura”. Ademais da divergência com o campo marxista, em Adorno há, em sua compreensão do fascismo, elementos significativos para uma análise ampla do fenômeno: antieconomicista e antipoliticista.

### 2.2.5 Fascismo(s) históricos

A palavra “fascismo” é originária da designação do movimento italiano integrado pelos “camisas negras” e cuja liderança foi exercida por Benito Mussolini. Apesar da origem da palavra, o conceito de fascismo nunca esteve restrito à realidade italiana ou circunscrito àqueles acontecimentos históricos determinados. Há diversas outras experiências fascistas, mesmo que nem todas tenham desembocado em regimes fascistas, como na Itália de Mussolini ou na Alemanha do período de hegemonia nazista.

Melo (2020) anotou que o pensador e militante Antônio Gramsci já reconhecia o fascismo como fenômeno internacional em dois anos antes da Marcha sobre Roma, que marcou a chegada de Mussolini ao poder. Dessa maneira, leituras que busquem

classificar determinado movimento ou ideologia como fascista, pela identificação mecânica de características particulares do fascismo italiano, representam um passo atrás na elaboração do campo marxista sobre a temática desde seu estágio inicial nos anos 1920.

Mandel (1974, n.p.) destacou que a vitória do fascismo não deve ser creditada a uma incompreensão do fascismo por parte de seus oponentes, nem a “forças cegas do destino”, mas sim, de determinadas “relações econômicas, políticas e ideológicas entre as classes sociais”. Justamente a compreensão dessas relações é essencial aos que pretendem enfrentar e entender o fascismo.

A tentativa idealista de creditar a vitória do fascismo a uma incompreensão do fenômeno, como apontado por Mandel (1974), é um risco ao se abordar o bolsonarismo e o contexto atual do crescimento do neofascismo no Brasil. Entende-se que a pesquisa do bolsonarismo, a partir da categoria fascismo, é central para uma compreensão mais ampla do fenômeno e, portanto, é imprescindível aos sujeitos em luta contra o fascismo, todavia, esta não é, e jamais poderia ser, a “receita do sucesso” da luta antifascista.

Mattos (2020), salientando o caráter especificamente histórico do fascismo, põe em evidência a contribuição de Robert Paxton na delimitação do fascismo como movimento, ideologia e regime, ressaltando as inúmeras diferenças de conteúdo em cada um desses momentos do desenvolvimento do fascismo. Com base nesta contribuição, fez uma importante observação adotada neste trabalho como uma premissa metodológica: “Análises históricas do fascismo exigem, portanto, compreender a amplitude e complexidade do fenômeno, que envolve movimentos, ideologias, lideranças políticas, partidos, governos e regimes fascistas” (MATTOS, 2020, p. 47).

Essa postura que marca o trabalho de Mattos (2020) é importantíssima para que possamos compreender em que medida, mesmo na inexistência de um regime fascista no Brasil, assistimos ao crescimento de uma ideologia neofascista e de um correlato movimento. Isso posto, é possível examinar o surgimento das subtendências conservadoras e ultraneoliberais no Serviço Social e como se relacionam com essa ideologia e movimento.

Ao tratar governo, regimes políticos e Estados como diferentes esferas da dominação burguesa, é possível compreender como o crescimento de um movimento neofascista, que confluiu para eleição de um de seus líderes para o cargo mais importante da democracia burguesa no Brasil, não significou uma substituição do

regime político, inaugurado com a “Nova República”, por um regime fascista e, muito menos, alguma mudança significativa na natureza do Estado burguês.

A identificação do bolsonarismo como “tendência ao fascismo” (MELO, 2020, p. 4) alerta para possibilidades reais de recrudescimento do regime político para formas fascistas, a partir da ocupação do Estado e ações de caráter paraestatal. A conduta sobre a pandemia de COVID-19, assim como o aumento da violência política no último período, com assassinatos de parlamentares de esquerda, perseguições e ameaças (como as existentes nos últimos dois anos para parte significativa dos integrantes de bancadas negras, feministas e LGBTQIA+ na esquerda) dão importância redobrada à identificação dessas tendências.

Mattos (2020) apresentou uma periodização feita por Fernando Rosas dos estudos sobre o fascismo histórico, muito pertinente para o debate sobre fascismos e neofascismos. Sucintamente são quatro momentos destes estudos, a saber:

**1º) Análises Combatentes** - neste momento, as análises do fascismo estavam a serviço do combate político e teórico ao fascismo e expunham grande preocupação em coadunar análise e estratégia. Entre os sujeitos que participaram desse momento estariam Gramsci, Zetkin, Trotsky, Otto, Talheimer e membros da Escola de Frankfurt;

**2º) A Hegemonia da Teoria do Totalitarismo** - neste momento, que corresponde ao período da Guerra Fria, grande parte das análises expunham o fascismo como uma das formas de “totalitarismo”, igualadas com o comunismo estalinista.

**3º) Revisionismo Historiográfico Conservador** - neste terceiro momento, que corresponde ao neoliberalismo, ocorre um crescimento de visões revisionistas, que pelo “negacionismo” “relativizam ou questionam as “atrocidades do nazismo, inclusive o próprio Holocausto” (MATTOS, 2020, p. 19).

**4º) Atualidade** - corresponde ao momento em curso, ao surgimento de novas teorias críticas ao fascismo.

A riqueza dessa periodização, no âmbito dos debates desta tese, está posta nas articulações entre o momento revisionista e a conjuntura atual. Refere-se, nesse caso, às articulações entre neoliberalismo, ultraneoliberalismo e neofascismo e ao papel do relativismo pós-moderno no surgimento do conservadorismo atual de feições negacionistas.

Decorre que o revisionismo histórico e o negacionismo são centrais na política fascista, pela necessidade de adequar o passado mítico aos ideais da realidade no



Brasil; esse passado mítico tem sido representado, contemporaneamente, pela ditadura militar como período de ordem e honra.

Mattos salienta que há ampla adesão na literatura crítica à ideia de que o fascismo não gerou “uma teoria social e um programa político originais, tendo bebido nas mais diversas fontes da direita conservadora” (MATTOS, 2020, p. 48). Essa inexistência era percebida pelos próprios fascistas, como mostra o texto de Mussolini

[...] fascismo não nasceu de uma doutrina previamente esboçada no papel; nasceu de uma necessidade de ação, e foi ação; não era um partido, mas, nos primeiros dois anos, um antipartido e um movimento. O nome que dei à organização fixou sua natureza. [...] o conflito com as doutrinas liberal, democrática, socialista, maçônica e a do *Partito Popolare* prosseguiu ao mesmo tempo que prosseguiam as expedições punitivas. (MUSSOLINI, 2019 [1932], p. 18).

Mattos evocou a definição de Fernando Rosas dos movimentos fascistas, que julgamos ser de extrema relevância para compreender a realidade brasileira: “o fascismo-movimento é plebeu, subversivo, antiliberal e anticomunista, miliciano e sai da marginalidade inicial a golpes de violência terrorista contra as organizações do movimento operário” (MATTOS, 2020, p. 52). Sobre os regimes, Mattos destacou a contribuição de Poulantzas, que situa o regime fascista como uma das possibilidades de “regime da forma Estado capitalista”, configurando-se como uma “ditadura de novo tipo” (MATTOS, 2020, p. 53).

Mandel (1974, s.p.) apontou que teóricos atuantes na “periferia das forças políticas”, conseguiram esboçar análises precisas do fascismo, contudo, utilizando suas palavras: “Fizeram tudo que poderiam fazer no domínio da teoria. Mas a teoria sozinha não pode fazer a história; para obter resultados deve apossar-se nas massas”. A importância de um exame dedicado para a compreensão do fascismo jamais pode substituir a ação efetiva em seu enfrentamento, que apenas pode ocorrer no campo da organização e da luta política.

Sobre isso, Gramsci (2007, p. 44), do cárcere imposto pelos fascistas, ressaltava que a “análise concreta das relações de força (...) só adquire um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade”. Assim, apontava na mesma direção destacada, posteriormente, por Mandel: o acerto da análise apenas pode atuar como contraforça em relação ao fascismo a partir de impulso organizativo e da possibilidade de transformar essa compreensão em força vital.

Mandel (1974) destacou as contribuições do revolucionário Léon Trotsky, dentre as visões proscritas pelos equívocos das burocracias socialdemocratas e do movimento comunista na III Internacional. Trotsky, assim como Gramsci, foi capaz de antever e propor alternativas importantes ao fascismo. Ambos conseguiram essa precisão, por primar pela análise totalizante do fenômeno, que considerava seus diferentes aspectos, rejeitando visões economicistas e politicistas hegemônicas na socialdemocracia e na III Internacional.

A precisão da teoria trotskista foi sufocada pelas burocracias socialdemocratas e da III Internacional. A socialdemocracia, em particular, percebia o fascismo como reação ao bolchevismo, que seria o produto de uma resposta burguesa à radicalização da classe trabalhadora. Desse modo, apontavam para a estratégia de colaboração de classes e do apaziguamento como alternativa ao fascismo.

Assim, socialdemocratas imputavam a responsabilidade pelo fascismo aos trabalhadores organizados em defesa do comunismo. Como decorrência dessa visão equivocada, sua defesa intransigente da legalidade contribuiu para a derrota dos trabalhadores e a ascensão do fascismo.

Mattos (2020, p. 22) destacou como no pensamento de Trotsky, a “análise da correlação de forças políticas” não é realizada mecanicamente e como ele assim conseguia abarcar uma amplitude de fatores que levaram à vitória fascista. O historiador brasileiro salientou que Trotsky identificava a destruição do movimento operário como uma das principais funções do fascismo para o capital monopolista. E não perceber esse elemento foi um dos motivos da derrota.

Ao não responderem com a tática da Frente Única, socialdemocratas e comunistas propiciaram um elemento para a derrota dos trabalhadores, representada pelo fascismo (MATTOS, 2020). Sobre isso, a contribuição de Clara Zetkin (1857-1933) adquire também importância, pela defesa da Frente Única e por identificar aspectos ideológicos e políticos do fascismo.

A comunista, muito reconhecida pela luta feminista, exerceu uma importância ímpar na consolidação do internacionalismo comunista do início do século XX, e formulou uma das primeiras elaborações de uma tática do movimento comunista internacional para o enfrentamento ao fascismo. Sua contribuição realizava a dupla denúncia do reformismo e do sectarismo, e propunha fortalecer a autodefesa e a tática da Frente Única dos Trabalhadores (ZETKIN, 2019 [1923]).

A frente única deve abarcar a todos aqueles que vivem do seu trabalho ou que, de outra forma, devem pagar tributos ao capitalismo, pois são eles que sustentam o capitalismo ao mesmo tempo em que são suas vítimas. (ZETKIN, 2019 [1932], p. 114).

Pensar o neofascismo exige assimilar esses ensinamentos, no que diz respeito à estratégia e, sobretudo, compreender a inviabilidade de uma análise unidimensional do fenômeno fascista, sem compreender seus aspectos “econômicos”, ideológicos e políticos. Antônio Gramsci, ao criticar a realidade italiana de ascensão do fascismo, demonstrou como a burocratização dos dirigentes sindicais e o fenômeno denominado por ele como “transformismo”, em que segmentos das classes subalternas passam à defesa de interesses da burguesia, foram um freio importante para a luta antifascista na Itália (CALIL, 2019).

Antônio Gramsci foi precursor desse tipo de apreciação, que articula o crescimento do fascismo às estratégias da esquerda para seu enfrentamento. Calil (2019, p. 47) destacou que “A reflexão de Gramsci é extremamente rica e pertinente para pensar contextos e conjunturas distintos, ainda que com as devidas mediações e com a necessidade de evitar qualquer transposição mecânica”.

Contrariando as contribuições de Zetkin (2019), até meados da década de 1930 foi hegemônica na III Internacional, a teoria do “social-fascismo”, que caracterizava o fascismo, equivocadamente, como “expressão direta” dos interesses das “frações mais agressivas do capital monopolista” (MANDEL, 1974) e a socialdemocracia como representante das frações menos agressivas. Ao adotar a referida leitura, os setores da III Internacional terminaram por ignorar a influência de massas do fascismo e as frações de classe que o forjaram, desembocando na tática equivocada de não constituir frentes com a socialdemocracia e enfrentá-la prioritariamente no movimento operário.

A partir de uma análise errônea que equiparava, em última instância, o enfrentamento à socialdemocracia e ao fascismo, a III Internacional encaminhava os trabalhadores para a derrota. Ademais, a defesa cega da legalidade pela socialdemocracia e a consequente incapacidade de enfrentamento ao fascismo, foram importantes no apaziguamento das lutas dos trabalhadores, mas também a análise da III Internacional, na teoria do “social-fascismo”, mostrou-se extremamente deletéria e igualmente incapacitante para o enfrentamento dos movimentos operários ao fascismo.

Fica patente nessa experiência histórica, que o fascismo possui raízes nas relações econômico-sociais e políticas do tempo histórico em que surge, mas também

que a compreensão do seu avanço é indissociável do exame das estratégias utilizadas pelas organizações dos trabalhadores para impedir seu ascenso e vitória.

O tipo de elaboração da socialdemocracia europeia no período de ascensão de regimes fascistas, que imputava à resistência anticapitalista, a responsabilidade pelo fascismo, é típico de segmentos colaboracionistas da classe trabalhadora e não foi exclusivo desta época histórica. Na conjuntura atual brasileira não faltaram lideranças de esquerda que relacionaram as mobilizações progressivas, de junho de 2013, de resistência aos absurdos da copa do mundo e olimpíadas, ou a resistência feminista no movimento “Ele não”, ao crescimento do neofascismo bolsonarista e outras vertentes conservadoras ou ultraneoliberais.

A importância de Lukács (2020) para o debate dos fascismos é muitas vezes ignorada, dada a sua concentração nos aspectos concernentes à crítica imanente da filosofia irracionalista, que lhe é contemporânea. Contudo, é necessário revisitar a obra do autor húngaro, para perceber as articulações que ele observou entre o irracionalismo e o surgimento do fascismo, principalmente, como movimento e ideologia.

Apesar de seu centro na crítica do irracionalismo moderno, a teoria lukácsiana guarda consequências estratégicas para a análise e o enfrentamento do fascismo. A superação do irracionalismo em Lukács, coerentemente com sua defesa da razão dialética e da historicidade, apenas pode ser restaurada no movimento da própria realidade.

A razão perdida, a razão destruída, só pode ser restaurada por meio da própria realidade, em interação com ela. E para que se chegue à realidade, essa ruptura é inevitável. A coisa é difícil, mas não impossível. (LUKÁCS, 2020, p. 662).

Lukács demonstrou como o “relativismo dos liberais modernos” enfrentava-se com o materialismo, mas não combatia visões de mundo obscurantistas, como a teoria das raças, preparando terreno para o fascismo (LUKÁCS, 2020). Dois complexos levam ao avanço do reacionarismo segundo Lukács:

1) os impactos da guerra foram sentidos pelas massas, como o reformismo socialdemocrata e a debilidade comunista, que não permitiram uma resposta vitoriosa; com a derrota de 1918, as massas viram-se seduzidas pela resposta nacionalista.

2) a desilusão com a república de Weimar levou setores médios e a intelectualidade para um alinhamento com a “reação agressiva”, sob a forma de

“demagogia social”, que defendia, com a bandeira da revolução social e nacional, uma alternativa imperialista para a Alemanha.

O aspecto de irrealidade no fascismo, tão presente nas formas neofascistas, apareceu em Lukács (2020) com o papel mobilizador contra um inimigo inventado. O valor da teoria para Hitler estava apenas em seu potencial mobilizador. Portanto, a realidade importava menos que a possibilidade de massificar os conteúdos das teorias reacionárias, acionadas por Hitler e seus partidários.

Lukács (2020) demonstrou como a propaganda estava na alma do nazismo e chamou a atenção para o fato de que a propaganda nazista teria sido a primeira experiência de transposição da publicidade norte-americana para uso em propagandas políticas. Isso, contudo, não significa o hiperdimensionamento do caráter psicológico ou discursivo do fascismo, em contrário, demonstrava que: “essa mistura de filosofia da vida alemã e técnica publicitária americana não tem nada de casual. Ambas são formas de expressão do período imperialista” (LUKÁCS, 2020, p. 632).

O fascismo não seria, portanto, apenas uma continuidade do reacionarismo, uma troca de governos burgueses. Citando Dimitroff, Lukács ressaltou que o fascismo seria uma troca de sistema (LUKÁCS, 2020).

Para Lukács, a “democracia germânica”, defendida por Hitler, esvaziava os conteúdos democráticos presentes nas garantias e direitos individuais e se configuraria como eufemismo para a ditadura do Führer. Stanley (2020), assim como Lukács, alertou para o fato de que sobre o lema da “democracia germânica”, este defendia o “governo absoluto de um líder”. Havia, portanto, um desprezo profundo pelas liberdades democráticas (STANLEY, 2020, p. 43).

Stanley (2020) destacou que os ataques ao Estado Democrático de Direito eram realizados pelos fascistas históricos, em nome do “combate à corrupção”, assim como, nos neofascistas, esse combate justifica opressões às minorias.

A república alemã no início do século XX, como demonstrava Lukács, era erguida em ideais antidemocráticos, dados pela perseguição à classe trabalhadora organizada, que levou à morte, em 1919, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo (LUKÁCS, 2020). Ele apontava como a decepção das massas trabalhadoras com a “República de Weimar”, e os graves infortúnios advindos da guerra e da crise de 1929, colocaram, na ordem do dia, o reacionarismo alemão:

Explorar essa disposição anticapitalista das massas” para “fundar com o apoio delas um novo tipo de regime reacionário em que fosse assegurado de uma vez por todas, o papel de dirigente absoluto ao capitalismo monopolista em todos os domínios da vida política e social”. (LUKÁCS, 2020, p. 73).

Nesse trecho, observamos a importância da questão ideológica para a compreensão do fascismo alemão em Lukács e, também, certa confluência com as análises do *Comintern* sobre o fascismo, como a expressão do capital monopolista. Apesar disso, Lukács trouxe luz a uma série de elementos, que permitem uma leitura não mecanicista desse processo, diferindo assim da orientação estalinista.

Lukács dedicou uma parte de suas análises para discutir as mudanças na classe trabalhadora alemã, e o papel do que denominava como “razão reformista” no desarme da classe trabalhadora contra o fascismo e o capital imperialista. Apontou que essa racionalidade possuía predisposição “a acolher em sua visão de mundo, as tendências modernas da antirracionalidade, do desprezo pela razão e pela ciência, a inclinação para se entregar a fé milagrosa do mito” (LUKÁCS, 2020, p. 75).

Na intelectualidade e na pequena burguesia, o autor enxergava outro processo, mais relacionado com certo desespero, dado pela conjuntura e também pelas ideologias irracionistas. Esse desespero acabou sendo a liga para a formação da hegemonia fascista, mas Lukács (2020) ressaltou que isso só ocorria quando o desespero é associado à fé, nos mitos e milagres do período posterior.

Ao falar dos delírios e fé em milagres que tomam a Alemanha no período de consolidação do fascismo, Lukács (2020) destacou como esses tipos de delírios costumam corresponder a períodos de transição. Sua observação assemelhava-se à leitura gramsciana tornada clássica: “o velho morreu, o novo não nasceu, vivemos entre monstros” (GRAMSCI, 2006, p. 93).

Apesar de considerar Hitler extremamente “inculto e cinicamente carente de convicções para ver em qualquer visão de mundo algo mais do que um meio momentaneamente eficaz de agitação”, Lukács chama a atenção para as conexões entre a filosofia burguesa do período da decadência e suas ideias (LUKÁCS, 2020, p. 472).

A seguir apresentaremos alguns elementos do neofascismo e do ideário da extrema-direita que corroboram para sua analogia em relação aos fascismos históricos. Stanley (2020), identificando elementos no trumpismo que o aproximam da política fascista, apontou a aversão às universidades e às instituições minimamente independentes, por parte dos fascistas. Destacou como, no trumpismo, o combate ao

“politicamente correto” tornou-se a justificativa para atacar e deslegitimar as instituições de educação superior.

Brown (2020) apontou que os ataques às universidades pela extrema-direita norte-americana apoiavam-se no combate aos “guerreiros da “justiça social””, todos aqueles que, ao apontar para a necessidade de romper hierarquias de gênero, raça e classe, perturbariam o equilíbrio da ordem baseada na moral e no mercado. Essa visão tornou-se “o senso comum de uma cultura neoliberal robusta” e converteu o neoliberalismo “de mero libertarianismo moral, em um ataque agressivo à democracia” (BROWN, 2020, p. 55).

Stanley relacionou os ataques às universidades e à imprensa de Trump com a política fascista e apresentou a seguinte afirmação, que cabe muito aos fascismos históricos e neofascismo: “Quando a política fascista é mais bem-sucedida, o líder é considerado pelos seguidores como o único confiável.” (STANLEY, 2020, p. 78). Esse aspecto, presente tanto nos brasileiros que desconfiam da urna eletrônica, da ANVISA e da Fiocruz, das vacinas e da máscara, quanto nos norte-americanos que marcharam em direção ao congresso para impedir a posse de Biden, parece ser uma importante continuidade entre fascismos e neofascismo.

Stanley (2020) destacou como os alvos nas universidades, comuns a nacionalistas de extrema-direita em vários países, voltam-se a determinadas áreas como “os estudos de gênero”. Outra característica comum identificada por Stanley e bem presente na realidade brasileira é o rótulo de “doutrinação marxista”, distribuído indiscriminadamente a todas as formas minimamente críticas de produção do conhecimento. Essa é também uma marca das subtendências ultraneoliberal e conservadora no Serviço Social.

Ao falar sobre a importância de ajustar os conteúdos acadêmicos para incorporar segmentos oprimidos e historicamente negligenciados, Stanley destacou que a representatividade é um “meio de proteção contra o mito fascista.” O mito fascista preocupa-se apenas com o passado mítico, que ajuda a mudar o presente e, portanto, tende a sobrepujar os diversos segmentos oprimidos na história (STANLEY, 2020, p. 58).

Essa noção de vitimização de grupos dominantes, segundo Stanley, marca a política fascista internacionalmente no tempo presente e é um elemento que aparece fortemente em Scruton, no combate ao “politicamente correto”, sendo recorrentemente, acionado por reacionários no Serviço Social.

Para Stanley (2020), os “mitos de um passado patriarcal” atuam como um catalisador de um “pânico moral”, que opõe os homens e os grupos dominantes aos inimigos da política fascista no momento: negros, mulheres, LGBTQIA+, imigrantes, etc. Stanley (2020) recorrendo a W.E.B. Du Bois, apontou que “historiadores que constroem uma falsa narrativa para obter ganhos políticos sob os preciosos ideais da verdade e da objetividade, são culpados por transformar a história em propaganda” (STANLEY, 2020, p. 36).

Quando não inventa simplesmente um passado para utilizar como arma a emoção da nostalgia, a política fascista procede uma escolha seletiva do passado, evitando qualquer coisa que diminua a adulação irrefletida da glória da nação. (STANLEY, 2020, p. 33).

Essa descrição, bem pertinente para pensar os movimentos neofascistas no Brasil, guarda profundas semelhanças com o procedimento do Serviço Social Reacionário frente à história da profissão. As teorias da conspiração, nem sempre, representam uma pretensão de serem lidas como reais e, comumente, servem apenas para desacreditar e atacar os sujeitos envolvidos. Lukács (2020) ressaltou também esse elemento, ao demonstrar como Hitler não sabia se era real a conspiração dos “Protocolos dos sábios de Sião”, que ocupou papel mobilizador do antissemitismo nazista.

As subtendências conservadoras e neoliberais no Serviço Social tendem também a falsear um passado mítico da profissão. Escolhem os elementos mais úteis para pensar seu projeto profissional, desvinculado da direção ético-política atual e vinculado ao projeto ultraneoliberal e neofascista defendido pelo bolsonarismo.

Em Stanley (2020), o nacionalismo fascista está profundamente entrelaçado com a vitimização e, é erguido como justificativa para unificar um “nós” inexistente contra o que se erga como “eles” (mulheres, judeus, LGBTQIA+, imigrantes, negros, comunistas...). No que se refere aos ataques ao feminismo, os ataques da extrema-direita contemporânea não inovam em relação ao nazismo, por exemplo, que atribuía ao feminismo, uma participação na “conspiração judaica” contra os arianos (STANLEY, 2020, p. 55).

O que Stanley (2020) denominou como “ansiedade sexual” é característico do fascismo e de sua associação com a defesa do modelo patriarcal. Assim, no neofascismo, tudo o que ameaçasse esse modelo, como o respeito às diversas



orientações sexuais e à identidade de gênero, unem-se às identificações racistas dos homens negros como máquinas de sexo, estupradores em potencial, ameaças a pureza da nação (STANLEY, 2020, p. 127).

O debate de Stanley, acerca do caráter fascista do Trumpismo, remonta ao fascismo histórico e seus interlocutores. Cujo destaque, já nas primeiras páginas, cabe a Lindbergh e à influência do movimento *América First*, em 1939. Já nesse período demonstrava o apelo anti-imigração daqueles que no período eram contrários ao ingresso dos EUA na Segunda Guerra Mundial, em oposição ao nazismo de Hitler (STANLEY, 2020, p. 12).

Apesar das ausências, a caracterização de Stanley, reunindo aspectos diversos e comuns aos movimentos fascistas é de grande valia. A saber, comparecem: “anti-intelectualismo, irrealidade, hierarquia, vitimização, lei e ordem, ansiedade sexual, apelos à noção de pátria e desarticulação da união e do bem-estar público.” (STANLEY, 2020, p. 14).

A desumanização é apontada por Stanley (2020) como um dos perigos significativos da política fascista. Sobre esse tema, Lukács (2020, p. 642) traz significativa contribuição, ao apontar que o partido nazista “educava toda a Alemanha para a inumanidade”. Em Lukács, há uma profunda tematização sobre os caminhos do reacionarismo para a propaganda da bestialidade, pela demagogia social do fascismo, que merece atenção (STANLEY, 2020, p. 14).

Stanley (2020, p.21) identificou, em um passado mítico, em grande medida falseado pelos fascistas, um instrumental importante para sustentar “princípios centrais da ideologia fascista: autoritarismo, hierarquia, pureza e luta”. Através da apresentação da visão do próprio Mussolini sobre o mito fundacional do fascismo, como algo que não necessita ser real para cumprir seus objetivos.

Ao refletirmos sobre os elementos de desdemocratização do projeto neoliberal e apresentar aspectos gerais que marcam o crescimento da extrema-direita e do neofascismo no mundo, deve estar claro que não é possível compreender o processo de crescimento do ultraneoliberalismo, do conservadorismo e neofascismo, sem pensar as particularidades de cada formação econômico-social.

Diante disso, no próximo capítulo refletiremos sobre as particularidades que o liberalismo, conservadorismo e fascismo assumem ao longo da história brasileira.

### 3 DO “ATRASSO” NO PROGRESSO AO PROGRESSO NO “ATRASSO”

Caminha por entre fantasmas, com blocos de pedras  
 nos ombros  
 Ossadas de escravos, escombros, escombros. São  
 séculos, ciclos na insana espiral e o peso nas costas  
 permanece igual! Eis que, diante de ti, ergue-se a  
 monstruosa pirâmide  
 Contempla, contempla errante animal  
 Bem-vindo ao deserto do real!  
 Banda El Efecto

Nos próximos itens serão discutidas as particularidades da formação econômico-social do Brasil relacionadas às tendências do conservadorismo atual e do liberalismo, considerando-as como principais expressões da ideologia burguesa. Mais que descrever o “cenário” em que se desenvolvem especificidades destas visões de mundo em nossas latitudes, interessa compreender os vínculos de classe e articulações das tendências liberais e conservadoras, assim como sua participação na constituição dos projetos societários burgueses ao longo do último século no Brasil.

Parte-se do pressuposto de que a defesa de políticas e valores liberais e conservadores assume caráter particular em cada formação econômico-social, com variações ao longo do tempo, sendo estruturalmente diversas nos centros capitalistas onde surgiram e em uma economia dependente de modernização retardatária, como a brasileira.

Considera-se a indissociabilidade entre as relações sociais de produção e os demais elementos do desenvolvimento sócio-histórico no país. Essa premissa torna imprescindível uma incursão no conhecimento teórico acumulado pelo “pensamento social brasileiro”. Destarte, será possível enriquecer a compreensão das origens e desenvolvimentos das propagandas ultraneoliberal conservadora e neofascista na ideologia burguesa do Brasil atual, propiciando o desvelamento das subtendências correlatas, que vem sendo mobilizadas para a disputa contra a direção crítica do projeto profissional do Serviço Social no Brasil.

A abordagem construída sobre as origens e desenvolvimentos que precedem o surgimento de subtendências ultraneoliberais e conservadoras, com identidades com o projeto neofascista no interior da profissão de Serviço Social, não representa nenhuma descoberta ou inovação, mas integra o esforço coletivo de “investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a

sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país” (ABEPSS, 1996, p. 7).

Trata-se de uma tarefa coletiva para o debate dos diversos sujeitos no interior da profissão, sempre conectados a sujeitos coletivos e movimentos mais amplos na sociedade e que é prevista como habilidade a ser desenvolvida na formação profissional de assistentes sociais pelas diretrizes curriculares propostas pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). O produto desse esforço coletivo constitui permanentemente novos instrumentos e parâmetros para a apreensão dos movimentos da realidade. A aproximação com a temática de pesquisa desta tese também não poderia fugir dessa busca pela apreensão do “movimento histórico da sociedade brasileira”.

Uma leitura do ultraneoliberalismo e do conservadorismo atual e suas articulações com o neofascismo do Brasil que desconsidere as particularidades do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro seria insuficiente, assim como examinar os rumos atuais do capitalismo dependente sob o governo da extrema direita é impossível, desconsiderando-se o crescimento da propaganda político ideológica do conservadorismo e do ultraneoliberalismo.

O surgimento de subtendências conservadoras e (ultra)neoliberais no interior da profissão de Serviço Social é expressão dessa propaganda político ideológica, mesmo que sua atuação seja incipiente e muitas vezes subterrânea. Desta forma, a análise realizada neste trabalho coaduna com os princípios expressos nas diretrizes curriculares da ABEPSS que postulam a importância de um:

Rigorouso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social; [...]. (ABEPSS, 1996, p. 6).

A realização desse exame da realidade brasileira será desenvolvida tendo por base o legado expresso nas diferentes contribuições de segmentos críticos na profissão, ligados à defesa do projeto ético-político, como parte do pensamento social brasileiro, que envolve também contribuições de outros campos do saber como a história, sociologia e economia. Isto posto, discorreremos sobre os desenvolvimentos particulares que nos trazem a conformação da questão social no Brasil e de suas consequências para a realidade contemporânea, determinando as formas assumidas

pelo (ultra)neoliberalismo e pelo conservadorismo atual, principalmente em suas versões neofascistas.

A análise da dependência, como característica do desenvolvimento capitalista brasileiro após a independência política do país, deve considerar que as características herdadas da sociedade colonial, determinações de uma sociedade patriarcal, racista e heteronormativa, foram incorporadas às formas da exploração capitalista no país e desempenham papel estruturante.

Desse modo, analisar as relações de classe, de gênero, de raça/etnia, de orientação sexual e as hierarquias e “barragens” que se erguem por meio destas é examinar a própria forma do desenvolvimento capitalista no Brasil. Haja visto que os modos de reprodução destas opressões foram determinantes para a consolidação das características que assumem atualmente as tendências conservadora e ultraneoliberal em articulação com o neofascismo.

Compreende-se que o tipo de análise empreendida neste capítulo participa de um processo coletivo de produção de conhecimentos acerca do contemporâneo crescimento da extrema direita no Brasil, suas políticas ultraneoliberais e programática conservadora. A pesquisa em tela insere-se como espaço de exercício do pluralismo no campo profissional e se desenvolve amparada em visões de mundo determinadas no campo da crítica marxista e, por isso, não será um exercício neutro.

O rigor teórico-metodológico que perseguimos está relacionado com a exposição das fontes, metodologia de pesquisa clara e uma análise que capte, a partir da crítica dialética, o movimento contraditório do real. Nosso rigor jamais será sinônimo de descompromisso com o projeto de transformação societária, subjacente ao posicionamento ético-político hegemônico no Serviço Social brasileiro contemporâneo.

Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais. (ABEPSS, 1996, p. 7).

Há muitas décadas, o Serviço Social Brasileiro participa desse esforço coletivo de compreensão da realidade brasileira. Behring (2019a), no prefácio da publicação de “A ditadura do grande Capital” de Ianni (2019), destaca que em 1977 a PUC São Paulo, sob a reitoria da Assistente Social Nadir Kfoury, abrigou diversos pensadores

ligados à crítica da sociologia paulista, que haviam sido exilados pela ditadura, como o próprio Octávio Ianni e Florestan Fernandes.

Assim, urge articular o debate acumulado sobre as particularidades da formação econômico social brasileira, na sua inserção dependente no sistema capitalista mundial, com objetivo de analisar as subtendências regressivas do Serviço Social atual. Nessa direção, Mattos (2020, p. 101) provoca interessantes reflexões sobre o “neofascismo à brasileira” debruçando-se sobre o acúmulo teórico do campo crítico, expresso em autores como Coutinho, Marini, Dreifuss e centralmente Fernandes, destacando suas contribuições para a análise do Brasil atual.

Na esteira da melhor cultura crítica marxista, ao examinar o neofascismo, o conservadorismo e o ultraneoliberalismo deve-se levar em conta a indissociabilidade dos aspectos político-ideológicos e “econômicos” da realidade. Ao conjugar a crítica do conservadorismo atual e do ultraneoliberalismo, como expressões da propaganda político ideológica do programa neofascista no poder, caminha-se nessa direção, e obviamente isto deve ser realizado sem desconsiderar as determinações emanadas do presente estágio da acumulação capitalista em um país dependente.

Esse tipo de articulação deve ser perseguido como chave interpretativa essencial à análise das múltiplas determinações incidentes nas definições da conjuntura atual. Nessa chave, pretendemos discutir os fundamentos do pensamento ultraneoliberal e do conservadorismo atual no Brasil até alcançar suas expressões no Serviço Social.

### 3.1 O “museu de grandes novidades” do liberalismo brasileiro

A tua piscina tá cheia de ratos  
 Tuas ideias não correspondem aos fatos. O tempo  
 não para. Eu vejo o futuro repetir o passado. Eu vejo  
 um museu de grandes novidades. O tempo não para.  
 Não para, não, não para  
*Cazuza*

A música de Cazuza, além do regozijo estético, possui um acerto analítico: a afirmação historicizante de que “o tempo não para”. O compositor, em sua música lançada em 1988, ano chave no processo de “redemocratização” brasileiro, expressa a consternação com a manutenção das estruturas de poder e visões de mundo conservadoras que lhe causavam a impressão de que é possível “o futuro repetir o passado”.

Sendo verídico que a história se move pela ação das mulheres e homens e não se repete — a não ser como farsa, como adiantara Marx — Cazuza sinaliza o incômodo da época com a transição pelo alto da ditadura para a redemocratização e para elementos de continuidade na construção do arsenal ideológico conservador e liberal no Brasil, como um verdadeiro “museu de grandes novidades”.

“As tuas ideias não correspondem aos fatos”, bradava o poeta com consternação, mas esta dissociação é justamente uma característica do ideário burguês no Brasil: o divórcio para com a realidade concreta nacional constitui a sua condição de existência. Assim, os “modelos” liberais no Brasil carregam forte caráter idealizado, partindo de abstrações doutrinárias e formalismos de tipo jurídico para sua postura ideopolítica. Esse caráter torna-se mais claro ao examinarmos o papel do Estado para a acumulação capitalista ao longo da história brasileira.

Caio Prado Jr. defendia que no Brasil haveria uma espécie de “capitalismo burocrático” pela relevância do papel do Estado, que seria defendido pelos setores beneficiados por suas ações; contudo esse papel central do Estado seria questionado por outros setores burgueses, não diretamente favorecidos. Esses outros setores organizar-se-iam em torno de ideais de liberdade econômica (PRADO JR., 2014 [1966]). Octávio Ianni, um ano antes de Prado Jr., chegava a considerações importantes sobre o liberalismo brasileiro e seu caráter retórico:

Daí, por exemplo, o liberalismo das elites nacionais, numa ordem social acentuadamente patrimonial; ou o racismo, num país de mestiçagem intensa. Em certos casos, o talento criador de alguns ou perdeu o vigor ou diluiu-se numa linguagem retórica. (IANNI, 1989 [1965], p. 59).

Há um equívoco no trecho relativo à identificação da “mestiçagem” como contradição relativa ao racismo: quando esta mestiçagem é fruto da violência racista, do estupro das mulheres negras no período colonial, não dilui o racismo e ao invés disso, o reforça<sup>8</sup>. O que é central no texto, no entanto, diz respeito à importação de modelos eugenistas como a “teoria das raças”, inspirada em autores como Gobineau, por intelectuais brasileiros. Sobre esse tema Ianni (1989) está corretíssimo ao apontar tal influência.

---

<sup>8</sup> Outro elemento sobre a mestiçagem forçada no Brasil que resulta em características particulares de nosso racismo fenotípico tem sido denominado como “colorismo”, um fenômeno que reforça o racismo de acordo com o tom da pele, sendo mais forte sobre negras e negros mais retintos.

Ao discorrer sobre o incômodo posto pelo “nacionalismo por subtração”, em que o nacionalismo brasileiro se afirmava pela negação dos elementos estrangeiros, Schwarz resgata texto de Sílvio Romero, de 1897, elucidativo para compreender as relações mencionadas por Ianni do conservadorismo brasileiro com o pensamento racista europeu. Essa incorporação encontra-se na base da constituição de um tipo de nacionalismo que acusaria a cultura nacional de copiar a cultura europeia, enquanto copia, na verdade, o pensamento conservador e racista europeu, como vemos no trecho a seguir:

Assim, a origem do nosso disparate cultural está na aptidão imitativa de mestiços e meridionais, pouco dotados para a criação. A petição de princípio é óbvia, pois a imitação se explica pela bossa-racial-para aquela mesma imitação que se queria explicar, no que aliás o auto imitava o naturalismo científico em voga na Europa. (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 94).

Percebe-se na crítica de Schwarz, a identificação dos fundamentos da eugenia e das perspectivas de branqueamento. Essas leituras caminhavam no sentido inverso do que décadas depois seria hegemônico — o mito de que a mestiçagem, como componente diferencial da nacionalidade brasileira, seria uma característica positiva do país.

A análise de Schwarz ([1978] 2014) sobre o liberalismo brasileiro até os anos de 1930 e sua incongruência com a realidade é emblemática e visceral.

Em resumo, as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis. Foram postas numa constelação especial, uma constelação prática, a qual formou sistema e não deixaria de afetá-las. Por isso, pouco ajuda a insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhes o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira. Vimos o Brasil, bastião da escravatura, envergonhado diante delas- as ideias, mas adiantadas do planeta, ou quase, pois o socialismo já vinha à ordem do dia- e rancoroso, pois não serviam mais para nada. Mas eram adotadas de forma ornamental, como provas de modernidade e distinção. E naturalmente foram revolucionárias quando pesaram no abolicionismo. (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 59).

Ao descrever os dilemas do pensamento liberal no período escravista no Brasil e suas diferenças com o liberalismo europeu, Schwarz identifica duas posições da época: os primeiros irritavam-se com as ideias europeias de liberdade e igualdade, por não serem adequadas à realidade brasileira da época; e os outros defendiam esse ideário e se envergonhavam do escravismo. O autor reforça que nenhuma dessas posições reconhecem o Brasil real, mas enxergavam o país sempre em função do

externo, ou como negação da realidade ou das visões de mundo lidas como estrangeirismos. As ideias liberais de igualdade e liberdade na Europa serviriam como ilusão escamoteadora da exploração, mas no Brasil chocavam-se com a escravidão. Ao discorrer sobre a revolução haitiana como exemplo de um movimento de independência em que os negros não foram segregados, mas assumiram seu protagonismo, Moura (1977) recorre a Darcy Ribeiro para elucidar a importância dos ideais da Revolução Francesa na construção daquele processo e salienta:

O liberalismo aplicado a um país onde há escravidão, tem, contudo, limitações estruturais como ideologia (...). Daí porque, no Haiti, como no Brasil, quando os teóricos da independência falavam em igualdade, não englobavam neste conceito os escravos. O próprio liberalismo brasileiro sofreu esta limitação em diversos movimentos que desencadeou ou nos projetos que elaborou. Era um liberalismo que aceitava a escravidão, postulando a igualdade, liberdade e fraternidade para os homens livres. (MOURA, 1977, p. 113).

Assim, a marca de nascença do liberalismo brasileiro, que define seu divórcio com a realidade nacional, pode ser encontrada na convivência entre liberalismo e escravismo. Um liberalismo que já nasce limitado pela decadência ideológica de uma burguesia que sequer existia como classe dominante no momento da independência política brasileira. Schwarz, ao demonstrar que o liberalismo no Brasil era despido do caráter progressivo da ilustração, identifica que:

Ideias da burguesia- cuja grandeza sóbria remonta ao espírito público e racionalista da ilustração- tomam função de... ornato e marca de fidalguia: atestam e festejam a participação em uma esfera augusta, no caso a da Europa que se industrializava. O quiproquó das ideias não podia ser maior. A novidade não está no caráter ornamental de saber e cultura, que é da tradição colonial e ibérica; está na dissonância propriamente incrível que ocasionam a cultura e o saber e de tipo “moderno” quando postos neste contexto. (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 54).

Schwarz destacava que as absolutizações, que centravam os dilemas da realidade nacional na “lógica do favor” ou no escravismo, eram enviesadas por não compreenderem as articulações entre ambos os processos e respaldarem visões dualistas hegemônicas no pensamento social brasileiro no século XX.

O autor fornece grande contribuição para compreender a formação econômica e social brasileira com a crítica que formulou às perspectivas idealistas, que buscavam transpor mecanicamente categorias pensadas nos países do centro capitalista.



Simultaneamente, evitava particularismos, pretensamente originais que não auxiliavam na compreensão da realidade nacional.

Em suma, para analisar uma originalidade nacional, sensível no dia a dia, fomos levados a refletir sobre o processo de colonização em seu conjunto, que é internacional. O tique taque das conversões e reconversões de liberalismo e favor é o efeito local e opaco de um mecanismo planetário. (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 63).

O caráter discursivo do liberalismo brasileiro não é um problema nacional ou produto de inferioridade cultural de nossos intelectuais, mas expressão de um *modus operandi* do capitalismo dependente nacional, que se reproduz mediante a exclusão do exercício de uma cidadania plena de amplos segmentos da população, e constitui uma cidadania castrada, como requisito para a acumulação privada capitalista.

A manutenção de medidas repressivas e de controle dessa população excedente é sustentada por violências múltiplas, principalmente contra pessoas negras. Para Moura, essas medidas são amparadas na manutenção do imaginário do negro como “idealtipo de mau cidadão” (1977, p. 17). Ainda hoje é muitíssimo atual essa observação, visto a alta letalidade policial e a composição majoritariamente negra da população prisional com a justificativa da “guerra às drogas”. Esse “idealtipo” opera como elemento justificador do genocídio da população negra, tão funcional ao ordenamento neoliberal.

No Brasil atual, além de justificativa para medidas repressivas e de controle no “idealtipo de mau cidadão”, esta visão constitui legitimidade “às barragens a mobilidade social”, erguidas pela dominação branca e burguesa na sociedade brasileira.

### **3.2 Brasil – pés plantados sobre “sangue retinto pisado”**

A crítica à esquerda da modernização burguesa no Brasil até a década de 1960 era hegemonizada por leituras mais ou menos idealistas, pois, ao se deter em modelos ideais elaborados para descrever o desenvolvimento capitalista dos países centrais, terminavam por ignorar as relações entre esse desenvolvimento típico dos países centrais e o nosso escravismo. Desse modo, o escravismo tardio ficava circunscrito a um “atraso” nacional, e seu papel na industrialização e democratização dos países centrais muitas vezes era subalternizado.

Schwarz, ao identificar a inviabilidade das ideias liberais na vigência do escravismo e uma identidade entre escravistas e abolicionistas, no que diz respeito à aposta no desenvolvimento capitalista do Brasil, termina por ignorar a agência dos negros escravizados nesse processo:

E de maneira geral, na ausência do interesse organizado da escravaria, o confronto entre humanidade e inumanidade, por justo que fosse, acabava encontrando uma tradução mais rasteira no conflito entre dois modos de empregar os capitais- do qual era a imagem que convinha a uma das partes. (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 50).

Apesar de estar correto no que diz respeito à forma ilusória que escamoteia a violência, a premissa deve ser questionada ao discorrer sobre a incapacidade de organização dos interesses dos escravizados. Não se ignora a impossibilidade de formas organizativas mais complexas entre negras e negros escravizados, dado as condições objetivas em que eram colocados, contudo há indícios importantes de que a construção da resistência negra era importante elemento dinamizador na sociedade brasileira no período escravocrata.

Sobre essa discussão, a leitura de Clóvis Moura, a partir da relação “escravo x senhor” como relação dinamizadora no período escravista, tende a ser mais produtiva para explicar o que na aparência é identificado por Schwarz como falta de nexos com a realidade (2014 [1978], p. 50): “Sendo embora a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexo efetivo da vida ideológica”.

Houve uma tentativa de construir o discurso liberal e conservador à revelia da realidade inescapável da escravização, conectando-se diretamente aos modos de pensar da Europa já em franca modernização. Moura demonstra como este divórcio total com a realidade brasileira era uma operação impossível, ou seja, as visões de mundo reproduzidas na sociedade brasileira desde o período escravista foram profundamente marcadas pela relação “escravo x senhor”. Moura (2021 [1988]) atrelava a “transição segura”, ou pelo alto, do escravismo como um dos elementos que permitiram a hierarquização posterior na sociedade brasileira.

Ao questionar análises que apresentavam a miscigenação como prova da “democracia racial” brasileira, partindo dos estudos de Heleieth Safioti, apresenta-se uma compreensão nos moldes do que têm sido denominado como

“interseccionalidade”<sup>9</sup>. Por meio da investigação histórica, a autora supracitada desvelava como o processo de “miscigenação” era subproduto do estupro de mulheres escravizadas por homens brancos, prática que marca o período colonial brasileiro. A autora, no entanto, salienta que após a abolição, a impulsão de mulheres negras à prostituição, por falta de alternativas, demonstrava mais claramente os nexos dessa violência com a exploração de classe. Entretanto, persiste ainda hoje uma visão reificada sobre o corpo da mulher negra como um objeto sexual.

Moura ergueu uma compreensão do abolicionismo no Brasil situada na contramão das leituras sociológicas hegemônicas em sua época, que ignoravam completamente a participação do protesto negro naquele processo. Apontava, no sentido diverso, a existência de duas alas no abolicionismo: os negros contra a escravidão e os brancos defensores de uma “reforma” que findasse o escravismo.

Desta forma, vemos, de um lado a luta dos negros pelos seus objetivos específicos como escravos e, de outro, os membros de camadas e segmentos da sociedade brasileira que sentiam a estrutura escravista como um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas e consequentemente de seus interesses específicos. Essas duas alas tinham, portanto, origens sociais diferentes e quase nunca se conjugavam em movimentos concretos e sincrônicos. (MOURA, 1977, p. 130).

Essa distinção enriquece a observação de autores como Schwarz, que ao perceber apenas o abolicionismo dos brancos, não conseguiu alcançar a existência de segmentos contrários ao escravismo fora da defesa da “melhor forma de empregar capitais”. Não percebem uma luta abolicionista em defesa da humanidade das pessoas negras. Entretanto, o desenvolvimento histórico consolidou a “reforma” do modo de produzir, eliminando o escravismo, mas mantendo o racismo como mediação fundamental das relações sociais sob o capitalismo.

Parte da “heresia” de Moura diz respeito ao papel relevante dos negros e negras no processo de lutas pela abolição no Brasil, recorrentemente negado pelos historiadores e sociólogos. Inclusive pensadores do campo crítico, como Schwarz, terminam por minorar essa atuação, corroborando para uma compreensão do negro como não sujeito de sua própria história.

---

<sup>9</sup> Interseccionalidade é um conceito sociológico em disputa, com frequentes usos pós-modernos, mas neste trabalho estão associados a conexão profunda entre formas de dominação e exploração sob a ordem burguesa nos moldes apresentados pela crítica feminista marxista.

Há nitidamente uma identidade entre o que Moura denomina como “reforma” e o conceito gramsciano de “revolução passiva” empregado para pensar transformações pelo alto, este que têm sido um conceito efetivo para pensar as mudanças na sociedade brasileira desde sua independência política. Moura (1977, p. 142) destacava na Abolição e na Proclamação da República aspectos de continuidade, nos referidos processos, em relação à questão racial e democrática.

A articulação do debate teórico sobre exploração de classe e raça por Moura (1977) capta singularidades do capitalismo brasileiro e contribui tanto para a discussão da temática do racismo, quanto para enriquecer a análise sobre a formação econômico social brasileira à luz desta articulação em particular. O “escravismo tardio” aparece, para o autor, como período histórico de transição do sistema escravista para o capitalista, que vai marcar a luta de classes no capitalismo dependente brasileiro.

Em uma crítica direta a Gilberto Freyre, Moura desnuda as origens do mito da democracia racial e do bom senhor como “teses justificatórias da escravidão e de apelo indireto para que sejam conservados os seus remanescentes entre nós” (MOURA, 1977, p. 73). A pesquisa de Moura destacava como essa perspectiva falseava a realidade e omitia o uso indiscriminado da violência, a tortura e as mortes aos quais os escravizados eram submetidos.

Schwarz dá um significativo contributo à crítica, inclusive à esquerda, de perspectivas de análise dualistas do subdesenvolvimento, demonstrando a relação dialética entre os padrões de dominação e exploração no Brasil e o papel do sistema colonial para a industrialização europeia. Esta é uma marca do Estado Brasileiro que nasceu com a independência política em relação a Portugal.

Criação do Estado Nacional sobre base do trabalho escravo, a qual por sua vez com perdão da brevidade, decorria da revolução industrial inglesa e da conseqüente crise do antigo sistema colonial, quer dizer, decorria da história contemporânea. (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 99).

Schwarz fornece assim um significativo contributo para a crítica, inclusive à esquerda, de perspectivas de análise dualistas do subdesenvolvimento e suas conseqüências, na esperança de um projeto de desenvolvimento nacional em aliança com a burguesia nacional.

O descaso impatriótico (adotada a ideia de nação que era norma) da classe dominante pelas vidas que explorava a tornava estrangeira em seu próprio

juízo... A origem colonial e escravista destas causas salta aos olhos. (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 100).

### 3.3 “Não veio das mãos de Isabel”

Após discorrer sobre as diferentes formações nos países latino-americanos, Moura (1977) identifica o apagamento da participação dos negros em diversos países e disparidades no processo do escravismo até os dias de hoje, que marcam a demografia de cada formação econômico-social. Salienta o caso peruano e os estudos de Mariátegui como pioneiros na identificação dos negros na realidade peruana.

Moura (1977), elucidando a relação entre racismo e dependência, aponta que um dos elementos constitutivos da segregação permanente na América Latina teria sido uma incorporação subalterna dos negros nos movimentos de independência latino-americana. Como exemplo, destaca que Simon Bolívar executava, como política, conceder a liberdade apenas para negros que fossem aos campos de batalha. O exercício da cidadania muitíssimo limitado para pessoas negras no Brasil, não é uma etapa da abolição, mas um componente que marca as pessoas negras ao longo da história do Brasil. Sua posição nos apresenta aportes teóricos importantes para compreender muitos elementos da contemporaneidade.

Desta forma, a existência do negro marginalizado por questões socioeconômicas, oriundas da forma como a escravidão foi extinta no Brasil, e do negro conscientizado, que procura resolver sua problemática mesmo nos quadros da atual sociedade, criou a imagem do mau cidadão negro. Imagem que é apenas uma racionalização negativa plasmada pelas classes dominantes para continuarem a usá-lo como exército industrial de reserva e contingente de mão-de-obra não qualificada que pode ser comprada a baixo preço quando lhes convier. (MOURA, 1977, p. 47).

Ao defender valores tradicionais brasileiros, segmentos conservadores posicionam-se em favor desses tipos de segregação. Ao defender uma “não intervenção” na questão racial, a maior parte do ideário liberal reafirma essa segregação na prática.

Saltam aos olhos no texto de Moura (1977), em sua descrição dos estereótipos dos negros no Brasil, uma série de elementos que compõe a propaganda ideológica do conservadorismo atual e do neofascismo, tais como um “isolacionismo dos negros”, que atuaria contra a possibilidade de uma unidade nacional ou tratamento igualitário.

A ideia de um isolacionismo negro, discutida por Moura como uma das formas do intelectual negro ser desqualificado como mau cidadão, é muito similar ao que hoje vem sendo colocado sob a bandeira do enfrentamento ao “racismo reverso” ou “privilégio negro” por grupamentos conservadores:

O negro que ao realizar-se escritor, não branqueia a sua temática, não se incorpora às correntes de produção oficiosas e acadêmicas, passa a ser visto como deformado, contestador sem motivo e muitas vezes mal-agradecido. É o “negro ingrato”, que teve oportunidade de aprender a ler e escrever, porém ao invés de procurar ajudar a “construir a nação comum” coloca-se numa posição racista, tentando, com seu exemplo negativo separar os demais negros da comunidade. Invertem o racismo e procuram convencer-se aos outros de que o negro que assim procede é um exemplo concreto de isolacionismo. (MOURA, 1977, p. 27).

Moura ao apresentar o “mito da democracia racial” como ideologia escamoteadora do racismo ressalta um importante aspecto a ser considerado nos fundamentos ideológicos do ultraneoliberalismo e do conservadorismo brasileiro, incorporados ao neofascismo no Brasil contemporâneo. O papel do mito da democracia racial relaciona-se à defesa da irrestrita liberdade de mercado. Erige-se uma ilusão que esconde uma imensa massa negra expulsa, até mesmo da condição de exército industrial de reserva, atuando no máximo como “superpopulação relativa”, quando não ocorre violência pior: suas vidas encarceradas ou descartadas pelo genocídio negro.

Desta forma ao impedir que o negro ascenda socialmente, apresenta-o como incapaz em virtude de não ter aproveitado as oportunidades que lhe são oferecidas para nivelar-se ao branco. Oportunidades que a sociedade competitiva concede na mesma proporção a uns e outros, porém que ele não soube aproveitar. (MOURA, 1977, p. 50).

Moura destaca que mesmo entre negros qualificados há “peneiramento”, que os inferiorizam em relação a brancos com igual capacidade. Rejeita, no entanto, uma abordagem antropológica ou culturalista para compreender as causas dessa “marca inferiorizadora”, por essas abordagens abandonarem ou subestimarem as causas estruturais do fenômeno. O autor localiza parte destas causas na disputa por postos antes reservados aos brancos:

Através de um processo quase sempre inconsciente, procuram manipular mecanismos de defesa que os resguardem e protejam da ameaça latente que tais elementos representam. Daí a aproveitarem as diferenças étnicas como

sendo marcas inferiorizadoras. Esse pensamento racionalizado, por seu turno, funciona como uma ideologia resguardadora desses interesses e, depois de certo tempo se automatiza e passa a integrar o conjunto do pensamento social global. Essa consciência social reificada, que nasce do próprio processo contraditório através do qual a mercadoria é produzida e a força de trabalho vendida na sociedade capitalista, fixa-se e exerce uma função que, aparentemente, nasce de forma natural, isto é, como se ela fosse uma decorrência de verdades inquestionáveis e eternas, capazes de direcionar o pensamento e o comportamento social de forma definitiva. (MOURA, 1977, p. 52).

Moura identifica uma semelhança de objetivos entre a luta dos negros latino-americanos e o enfrentamento anti-imperialista. Para o autor, a atuação dos negros na América Latina como

Força social dinâmica e muitas vezes radical na América Latina, ontem, visando modificar o sistema colonial escravista e atualmente procurando destruir os entraves, obstáculos e limitações da situação de dependência em que se encontram em seus respectivos países. Procura abrir o leque das alternativas no rumo da emancipação continental, única forma que vê para solucionar o seu problema que é cumulativo: como negro que tem de lutar contra o preconceito de cor, e como pobre que tem que lutar contra a proletarização, a miséria e a marginalização. (MOURA, 1977, p. 91).

Moura destaca como a opção pela imigração e o conjunto de “barragens ideológicas a mobilidade social” foram importantes para a integração dos negros como exército industrial de reserva. O fenômeno é observado por outros autores como Florestan Fernandes.

Somos uma nação industrial com um forte contingente de trabalhadores semilivres e até hoje ignoramos esse elemento histórico e político, como se a abolição tivesse engendrado por si mesma a universalização automática do trabalho livre. (FERNANDES, 2011, p. 218).

Oliveira (2013 [1972], p. 66) também chamava atenção para o fato de que o escravismo teria sido um obstáculo à industrialização. Consequentemente, a industrialização exigiria a “expulsão” do “custo de reprodução do escravo do custo de produção”. Esse processo teria sido lento e até os anos de 1930 “favorecia a manutenção dos padrões “escravocratas” de relações de produção”. Ademais da correta caracterização do processo até 1930, deve-se observar a existência de marcas irremovíveis do modo de produção capitalista no Brasil, herdadas do período escravista.

Interessante contrastar, por exemplo, essas observações de Oliveira com a leitura de Moura, para quem a expulsão do custo da reprodução de escravos foi na verdade a expulsão de negros e negras do centro dos processos de produção. Em

Moura, os contornos que assume esse processo após a industrialização e a modernização da indústria e do Estado brasileiro estão conectados à questão racial. O autor demonstra como se ergue um arsenal ideológico que conferia estabilidade a uma sociedade assentada sobre cisões entre as possibilidades para brancos e negros.

Esse exército de reserva, apesar do grande índice de mortalidade entre os seus membros, em consequência da situação subumana em que vivia após a Abolição, mortalidade, por seu turno, que atuava como fator de equilíbrio demográfico e de tranquilidade social, foi constituído, conforme vimos antes, por esses ex-escravos desocupados ou parcialmente ocupados. Como ele foi aproveitado? Não o foi. Isto explica a anomia em que as massas marginalizadas caíram, e, em decorrência disto, o índice de criminalidade, suicídios e desorganização familiar que existe no seu seio. (MOURA, 1977, p. 39).

Marini (2011) defendia que apenas era possível falar em capitalismo nacional no Brasil a partir da industrialização, diferente de Moura, que trabalhava com a perspectiva de “modo de produção escravista” e enxergava o Brasil como uma “formação social colonial” até 1930. Marini considera, no entanto, que o escravismo influenciou sobremaneira as particularidades da dependência.

As múltiplas determinações que operam no processo de modernização do capitalismo no Brasil a partir de 1930, com mudanças no âmbito do Estado, das relações de produção e das formas de reprodução social, são indissociáveis das características que assume o ideário burguês no período. Sendo assim, o conservadorismo consubstanciado no pensamento autoritário brasileiro e o liberalismo, associado aos interesses das nações imperialistas, mesmo que construíssem sua representação divorciada dos movimentos da realidade como expressão de ideias importadas da Europa moderna, terminam por expressar elementos da realidade social. Essa associação idealista impediria o avanço da consciência sobre os reais problemas constituintes da questão social brasileira no período, vistas apenas como atraso, como descompasso temporal.

As ambivalências que essa constelação ingloria causava valem um estudo sistemático. A fixação exclusiva no atraso ou no defeito social da nação, entretanto limita o foco, em espírito moralista: faz supor que o século XIX tenha sido a história da Liberdade e de seus tropeços no país, e não, como é mais plausível, a do Capital, que não tinha objeções absolutas à escravidão, a qual havia abolido numas partes, e suscitado noutras. (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 132).



Do ponto de vista político-ideológico, essa distinção opera tanto no fortalecimento do ímpeto modernizador pelo alto de setores burgueses, ligados ao pensamento conservador, quanto na fé liberal em uma modernização via mercado. Atuava também nos segmentos críticos e de esquerda, na fixação em uma revolução democrático burguesa, que a partir de 1930 produziria efeitos devastadores. A tradução de esquerda dessa leitura incorporava elementos da tática etapista da III Internacional para países de capitalismo dependente, que resultava na defesa de uma etapa democrático-burguesa da revolução socialista no Brasil, apontando para uma aliança estratégica com setores burgueses considerados modernos.

Apenas a partir da década de 1960, com o crescimento de uma crítica de esquerda ao etapismo do tipo soviético e um balanço do golpe de 1964, que o relacionava à estratégia hegemônica na esquerda naquele período, começou a ganhar corpo na esquerda uma crítica às noções de moderno e atrasado, e que consideravam o capitalismo dependente no Brasil como expressão de uma totalidade dinâmica centrada no capital monopolista. A saber, a dependência se constitui a partir da independência política dos países da América Latina:

É a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução aplicada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 2011 [1973], p. 134).

A criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e necessitasse se realizar sobre uma base estritamente nacional. De fato, o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de produtos agrícolas, que permita a especialização de parte da sociedade civil na atividade especificamente industrial (MARINI, 2011 [1973], p. 136). Marini identifica como a superexploração da força de trabalho na periferia do capital permitiu o salto tecnológico e “ganhos de produtividade” nos países centrais, no momento histórico em que a “mais-valia relativa” ganhava peso significativo. No entanto, Marini trata de distinguir ambas as categorias. Sucintamente, os “ganhos de produtividade” apenas poderiam converter-se em “mais valia extraordinária”, a depender da diferença em relação a demais competidores nas condições gerais de produção.

Isso se deve ao fato de que a determinação da taxa de mais valia não passa pela produtividade do trabalho em si, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, isto é, o equivalente a seu salário). Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia. Para isso, a redução do valor social das mercadorias deve incidir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salários. A mais valia relativa está ligada indissolavelmente, portanto, à desvalorização dos bens-salário, para o que contribui, em geral, mas não necessariamente, a produtividade do trabalho. (MARINI, 2011 [1973], p. 139).

Quais teriam sido os elementos que determinam o processo de industrialização do Brasil, a partir de 1930, e como na prática ele reproduz a dependência estrutural e com ela o racismo? Algumas contribuições para responder tais questões importantes foram apresentadas por Ianni ([1965] 1989), entre outros autores que tratam o tema.

### 3.4 O atraso no progresso

A crise capitalista de 1929 é um dos elementos que dispara o processo de modernização do capitalismo e do Estado no Brasil. Ianni demonstra que diversos elementos produziram o processo de industrialização no Brasil a partir dos anos 1930:

O esfacelamento e reintegração de sistemas coloniais, além de suas repercussões na sociedade brasileira, bem como as flutuações específicas da produção dominante no Brasil, todos esses fenômenos conjugados dinamicamente produziram, além de outros efeitos notáveis também a diferenciação do capital agrícola. (IANNI, 1989 [1965], p. 60-61).

O processo de industrialização, dada a conjuntura que é sucintamente apresentada acima, alteraria a orientação de parte da produção para o mercado interno, mas sem mudar “as tendências universais dos processos de concentração e centralização” (IANNI, 1989 [1965], p. 61) que marcam o capital monopolista. Sobre o modelo erguido a partir da industrialização, identificado com a dependência, Oliveira afirma:

A especificidade particular de um tal modelo consistira em reproduzir e criar uma larga “periferia” onde predominam padrões não capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação de crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas que são a longo prazo a garantia de estruturas de dominação e reprodução do sistema. (OLIVEIRA, 2013, p. 69).

O processo de industrialização, ou a “revolução burguesa em andamento” como definia Ianni, não se estruturou a partir de uma ruptura com o imperialismo, mas de seu reforço. Destarte, as mudanças no âmbito do Estado nesse período de modernização produziram uma reorientação para o mercado interno, sem alterar as bases da dominação imperialista e suas determinações no solo nacional.

A industrialização no Brasil, de 1930 a 1964, ocorre pari-passo com a ampliação da pauperização relativa e até mesmo da pauperização absoluta, elementos que empurravam as lutas do proletariado para pautas econômico-corporativas. No entanto, há uma politização dessas lutas no período que antecedeu o golpe de 1964, contrariando as expectativas burguesas (IANNI, 1989 [1965]). Ianni alertava para a importância do exército industrial de reserva, mesmo que “disperso no meio rural”, para essa desproporção entre aumento salarial e ganhos de produtividade experimentados naquele período.

Sobre o mesmo tema, Caio Prado Jr. (2014 [1966], p. 163), ao relatar que o problema dos “baixos padrões da população trabalhadora derivam menos da exploração do trabalhador da iniciativa privada que da falta dessa iniciativa, com que se restringem as oportunidades de trabalho e ocupação” obscurece algo essencial, o modo pelo qual um gigantesco exército industrial de reserva é fator importante para acumulação capitalista no Brasil. Prado Jr. (2014 [1966], p. 156), como outros autores de sua época, identificava o restrito mercado consumidor como um dos nós do desenvolvimento industrial brasileiro. Como parte da “herança colonial brasileira” estaria essa população, que não participa diretamente dos processos de circulação pelo consumo e se insere, no máximo, precariamente nos processos de circulação.

Como consequência de suas análises, Prado Jr. (2014 [1966], p. 159) identifica que o desenvolvimento da “livre-iniciativa privada” não só não resolveria os problemas estruturais do Brasil e sua extrema desigualdade, como tenderia a acentuá-los. Apesar disso, o autor não perdia de vista o papel historicamente desempenhado pelo Estado brasileiro como dinamizador da acumulação privada de capitais. “É que o Estado representa na economia brasileira, em largas proporções, o principal fator do processo central do sistema, que vem a ser a acumulação e a concentração de capital” (PRADO JR., 2014 [1966], p. 262).

Nesse sentido, a utopia liberal do mercado autorregulado, distante da realidade brasileira, tornava-se ainda mais ilusória a partir da industrialização. De outro modo, o pensamento nacional comumente se reveste de vieses autoritários.

Segmentos conservadores, imaginando um Estado capaz de induzir o país à situação de potência, atropelaram a muito precária democracia brasileira na curta história da república até 1930.

A empolgação de amplos setores com a industrialização tardia, expresso desde a revolução de 1930, era contrarrestada pelos obstáculos ao “progresso”, postos pela particularidade de nossa formação econômico social. Essas particularidades, no entanto, constituem o modo de ser do capitalismo no Brasil e determinaram também os rumos da industrialização brasileira.

Ruy Mauro Marini foi um importante crítico da direção subordinada da modernização industrial brasileira. O autor descortina os processos de incorporação tecnológicas vividos no Brasil desde os anos 1930, demonstrando como as relações de dependência com as potências imperialistas impunham limites específicos ao progresso nacional.

O progresso técnico na economia dependente seguirá, portanto, junto a uma maior exploração do trabalhador, precisamente porque a acumulação continua dependendo fundamentalmente mais do aumento da massa de valor e, portanto, de mais-valia, que da taxa de mais valia. (MARINI, 2011 [1973], p. 169).

Na coletânea “Ruy Mauro Marini - vida e obra”, organizada por Traspadinni e Stédile, é possível acessar o “Memorial” elaborado por Marini para a Universidade de Brasília. O referido texto cumpre de forma exemplar o objetivo de situar a produção intelectual de Marini na história. O autor, nascido em 1932, define-se como “um produto das tendências profundas que determinaram o surgimento do Brasil moderno que emergiu naquela década” (MARINI, 2011 [1990], p. 55).

Esse processo de modernização repõe desigualdades e barreiras sociais em uma sociedade patriarcal, racista e violenta. Ao questionar sobre as origens do estereótipo de “mau cidadão” atribuído aos negros, Moura (1977) desvela essa contraface conservadora da modernização. Aproxima-se desta característica pela investigação da visão presente no senso comum, que fundamentou o título de seu texto: “De Bom Escravo a Mau cidadão”.

Moura (1977) busca responder às questões centrais que particularizam nossa formação econômico-social: De onde surge este estereótipo? Quais suas origens sociais, econômicas e culturais? E é justamente essa heresia nas perguntas que permitiu ao autor desenvolver seus importantes estudos, fundamentais para abrir

campos de análise e, sem o qual, a explicação das particularidades da formação econômico-social brasileira possuiria um déficit incontornável. Essa leitura tende a ser ainda mais potente devido ao formalismo, que define as perspectivas liberais brasileiras desde o período escravista, tendencialmente negadores das desigualdades estruturais existentes.

### 3.4.1 Crise capitalista e industrialização

Para Ianni (1989 [1965], p. 108), em 1930 a “revolução “liberal” teria ocorrido nos marcos de “um formalismo jurídico e doutrinário sob o qual escondiam-se as categorias econômico-sociais que fecundavam e alimentavam a situação”. O formalismo que marca o pensamento liberal no Brasil era incongruente, como vimos, com os rumos do capitalismo no país, também no período da modernização. Mantêm-se a lógica do liberalismo brasileiro como tendência ideológica divorciada da realidade. Sobre isso, disparava Ianni (1989 [1965], p. 108): “Antes intuíram que compreendiam. Pensavam em termos das abstrações da ideologia liberal, sem estabelecer os vínculos possíveis com o real.”

O processo aberto em 1930 apenas ganharia concretude posteriormente, com a criação das superintendências e do Plano Trienal de Goulart e Furtado, em 1963. Para o autor, a revolução burguesa no Brasil seria marcada por “sucessivas composições e recomposições” e a classe dirigente, por isso, estaria “comprometida com a economia agrária, o proletariado e o imperialismo” (IANNI, 1989 [1965], p. 109).

A explicação para essas necessárias composições poderia ser encontrada justamente na subordinação ao capitalismo internacional:

[...] limites oferecidos por um sistema econômico-social e políticos e que o capitalismo internacional se recompôs com as novas tendências da economia nacional. Antes que a industrialização ocorra à sua revelia, e noutra direção, o capital externo insinua-se e passa a participar das transformações estruturais, oferecendo também estímulos e direções. Por isso, a classe dirigente, além de necessariamente compor-se com a burguesia agrária, compromete-se em novos termos com a burguesia internacional. (IANNI, 1989 [1965], p. 111).

Diversamente, a revolução de 1930 é considerada por Oliveira (2013) como marco do “fim da hegemonia agrário-exportadora”. O autor alertava que mesmo não sendo responsável por maior parte da renda, a hegemonia urbano-industrial já se

colocava naquele momento. Como elemento demarcador de sua leitura sobre o período, por ele denominado como “populista” (1930-1964), apontava para o pacto estrutural representado pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e para o “papel da legislação trabalhista no processo de acumulação”. O “Populismo” seria a forma política desta mudança no modo de produção, e nas palavras de Oliveira (2013, p. 64) é uma:

Larga operação dessa adequação que começa por estabelecer a forma da junção do “arcaico” e do “novo”, corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro será a fundação de novas formas de relacionamento entre capital e trabalho, a fim de criar formas internas de acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isso.

O “pacto estrutural”, cujo maior signo foi a CLT, não afetava as relações no campo, mantidas sob o modo de exploração que Oliveira qualifica como “acumulação primitiva”. A crise de 1929, condição que abre a possibilidade da revolução de 1930, provocará o “colapso das relações externas e a necessidade de uma programática que superasse a base agrário-exportadora e a proposta de “substituição de importações” (OLIVEIRA, 2013, p. 64).

Sobre aspectos políticos desse “pacto estrutural”, fugindo das explicações conectadas ao debate sobre o populismo, Coutinho (2008, p. 117) aponta para o corporativismo crescente pós 1930 como uma forma de incorporação de segmentos organizados pelo Estado, aprofundando a tendência ao “debilitamento da sociedade civil”.

Acredita-se que essa explicação seria mais propícia que as identificações do populismo como “democracia de massas” ou pacto interclassista. De fato, ocorrem mudanças na forma de dominação política no período, mas isso não afeta significativamente o caráter conservador dos processos de modernização do Estado brasileiro.

Sobre isso, cabe salientar, que segmentos da sociedade civil seguem sendo debilitados e cooptados até os dias de hoje, mas se trata de uma importante observação para compreender o desenvolvimento dos papéis de construção de consentimento, em torno da dominação burguesa, ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Oliveira (2013) ressalta que o referido pacto reuniria, sem antagonismos, os diferentes setores da economia; nesse aspecto, divergindo da leitura que opunha o moderno industrial contra os setores atrasados do capital agrário.

O “modelo brasileiro” teria duas “especificidades particulares”: em primeiro lugar, o novo modo de acumulação não destrói o antigo, como nos modelos clássicos; e, em segundo, a reduzida porção de trabalhadores empregados no setor secundário, na indústria de transformação, comparativamente aos setores primário e terciário (Oliveira, [1972] 2013, p. 65). Destarte, fica patente na análise do autor, o papel do Estado na coordenação do pacto estrutural em torno da modernização do capitalismo no Brasil. Especificamente sobre essas funções, cabe examinar as contribuições de Ianni.

### 3.4.2 O Estado e a modernização do capitalismo

No livro “Estado e Capitalismo” de Otávio Ianni, publicado pela primeira vez em 1965, o autor ilumina a relação entre o Estado stricto sensu com “as forças sociais que predominam na sociedade”. Essa relação explica significativos aspectos do pensamento liberal e conservador no Brasil e a possibilidade aberta à antidemocracia pelo golpe de 1964. Em prefácio escrito em 1989, Ianni ressalta que:

Estudar a formação do capitalismo no Brasil é, também, estudar a formação da democracia e da antidemocracia. A história da industrialização brasileira, vista como um processo social, político e cultural, além de econômico, permite conhecer algumas das raízes da cultura política autoritária predominante na organização do Estado Nacional. (IANNI, 1989 [1965], p. 7).

Os aspectos teórico-metodológicos envolvidos no trecho acima provocam importantes consequências no pensamento de Ianni, ao compreender que “as raízes da antidemocracia” no Brasil residem na forma de associação entre Estado e “grande capital.” Isto posto, discorreremos sobre as relações sociais que estruturam a dominação burguesa no Brasil em suas diversas formas, relações “econômicas”, políticas e culturais.

A atualidade do pensamento de Ianni impacta na compreensão do processo de ascensão da extrema direita ao poder no Brasil atual e sua programática neofascista e ultraneoliberal. Na pista de Ianni, não deve ser compreendida a partir de perspectivas puramente ideais ou ideológicas, mas na relação entre objetividade e subjetividade, em que se expressam as relações entre as classes na sociedade capitalista contemporânea.

Apesar do discurso liberal, como vimos, os rumos impostos pela conjuntura dos entreguerras e pós-crise de 1929 levaram a uma progressiva atuação do Estado, no

sentido de impulsionar a industrialização: “O Estado surge como uma mediação necessária e decisiva da práxis burguesa”:

O Estado não é apenas mediação das relações de classe e elemento de preservação do predomínio de uma sobre outra classe. Na época de conversão da estrutura econômica, como se verifica no Brasil das últimas décadas, o estado surge como agente do processo produtivo. (IANNI, 1989 [1965], p. 240).

Ianni (1989 [1965]), apesar de defender o papel central desempenhado pelo Estado na acumulação capitalista no Brasil, rejeita a caracterização de capitalismo de Estado. Segundo o autor, apesar de sua ação de estabilização do “sistema de mercado”. Tal papel é orientado para que as:

[...] forças do mercado (numa época como a da industrialização, em que as tensões e distorções se acumulam com a velocidade das transformações estruturais) possam concretizar-se da melhor forma possível, em consonância com a preservação e o progresso do sistema. (IANNI, 1989 [1965], p. 12).

Para Ianni (1989 [1965], p. 49) cabe ao Estado restabelecer a “eunomia do sistema” e em situações de crise “assume a direção de atividades que se haviam preservado ao nível do mercado”. A consequência seria que o Estado passaria a desempenhar muitos papéis e tarefas, assumindo uma característica impositiva nas mais diversas esferas da vida social.

### **3.5 Nacionalismos em disputa no Brasil**

Até aqui, foi possível identificar como o processo de conformação do capitalismo brasileiro ocorre em paralelo às definições de um caráter nacional em construção, e que se consolida a partir de 1930. Ainda que negando sistematicamente a possibilidade de rupturas com o imperialismo, há um esforço de construção do Estado Nacional e uma sociedade genuinamente brasileira, mesmo que sob o apagamento das desigualdades raciais que aludimos anteriormente.

Data desse período também um impulso à industrialização e de um desenvolvimento de caráter nacional. O cenário das guerras mundiais atuou, do mesmo modo, no reforço de um nacionalismo no Brasil. Mesmo os setores comunistas internacionalistas passaram a concentrar todos os esforços na solução da “Questão



Nacional”. No entanto, desenvolvem-se, nesse período, diversas vertentes de nacionalismo, algumas mais críticas, outras conservadoras, chegando à radicalização em nacionalismos de direita e fascistas.

### 3.5.1 Nacionalismos radicais de direita

O nacionalismo de feição conservadora, antiliberal e sobretudo anticomunista, que surge no período da modernização capitalista no Brasil, possui características comuns nas experiências fascistas. Destarte, acredita-se que conhecer suas particularidades pode subsidiar uma aproximação com os fenômenos neofascistas de hoje e sua busca por legitimidade no ideário conservador e ultraneoliberal.

Gonçalves e Neto (2020) destacam como o anticomunismo foi intensificado neste período pela ação do Estado e da Igreja Católica, o mais eficaz “aparelho privado de hegemonia” na sociedade brasileira naquela quadra histórica. Na pesquisa dos referidos autores sobre o integralismo e o neointegralismo no Brasil encontra-se um potente registro do principal movimento fascista brasileiro no século XX. Além disso, o exame dos desenvolvimentos atuais, que desembocam no neointegralismo, fornece pistas importantes para compreender o neofascismo, mesmo que essa vertente neointegralista não seja a mais importante no campo da extrema direita nos dias de hoje.

A descrição da visita de Plínio Salgado, maior referência do integralismo brasileiro, à Itália e seu encontro com Benito Mussolini em 1930, que abre o livro de Gonçalves e Neto, fornece uma sinalização importante de como são reveladores os fatos pesquisados por eles. Segundo os autores, a AIB (Ação Integralista Brasileira), fundada por Plínio Salgado, “pode ser considerado o movimento fascista com maior sucesso na América Latina” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 15). No encontro citado, o próprio Mussolini teria aconselhado Plínio Salgado a criar um movimento para divulgar suas ideias de caráter fascista no Brasil “para, posteriormente, formar um partido político”. Desta observação é possível depreender que a ligação do integralismo com o fascismo não é uma criação de historiadores marxistas, como poderiam inferir teóricos revisionistas de direita.

Ao propor uma nova política, buscava romper as tradições da velha política com um discurso autoritário, antiliberal, antidemocrático, anticomunista baseado em uma estrutura nacionalista e na concepção cristã radical e

conservadora. Esses elementos foram potencializados quando viu a prática desse modelo na Itália, identificando caminhos para um novo Brasil.[...] Periodicamente Mussolini lhe enviava dinheiro, pois enxergava no movimento brasileiro uma possibilidade de expansão política e doutrinária nas Américas. (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 12).

Em outubro de 1932, foi publicado o “Manifesto de Outubro”. O documento referido institucionalizava a AIB e pode ser considerado como o marco inaugural do Integralismo no Brasil, onde os intelectuais que o constituíam “propunham um programa social para defender a família conservadora, bem com um Estado de tipo fascista, o Estado integral” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 15).

Sob o lema “Deus, Pátria e Família”, o integralismo cresceu como movimento nesse período. A AIB adquiriu *status* de partido político no congresso realizado em 1935 e, nas eleições de 1936, já elegeu “um número expressivo de vereadores, prefeitos e deputados estaduais adeptos da AIB” (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 29).

O componente cultural desempenhava um papel central no Integralismo, com iniciativas que se estendiam do incentivo à prática de esportes até a entrega de sopa aos mais pobres. A alfabetização também era uma frente de atuação, que além de garantir direito ao voto, na época exclusivo para alfabetizados, ampliava a atuação da AIB: essa era uma ação da Secretaria de Assistência Social da AIB. Gonçalves e Neto (2020) destacam que, apesar da defesa patriarcal contrária ao trabalho feminino remunerado, o movimento contemplava mulheres, cuja importância era visível na constituição de uma “secretaria de arregimentação feminina”.

Interessante observar que os segmentos integralistas respondiam às demandas ainda não incorporadas pelo Estado, em uma direção que vinculava ações assistenciais à propaganda ideológica, de modo similar a atuação da ação católica como materialização da doutrina social da igreja. Ação católica esta que deixou marcas na política de assistência social pública e no trabalho profissional de Serviço Social em suas protoformas, como bem descrito por Iamamoto e Carvalho (2009 [1982]).

Gonçalves e Neto (2020) destacam os ritos e simbologias utilizados pela AIB, cujo símbolo era o sigma que deveria ser acompanhado pela utilização de camisas verdes. A saudação *Anauê*, expressão em tupi, e o gesto de erguer o braço como cumprimento eram parte da simbologia nacionalista em torno do integralismo. Além disso, possuíam uma imprensa articulada com jornais e revistas integralistas. Os autores chamam a atenção para a inserção na AIB, iniciada desde o nascimento da criança até a vida adulta.

Sobre a relação dos integralistas com a Igreja Católica, não era uma relação direta, entretanto figuras importantes, como o líder católico Alceu Amoroso Lima, chegaram a apoiar candidatos da AIB nas eleições para a assembleia constituinte em 1933. Havia também diferenças no interior do Integralismo, cujas principais lideranças, no primeiro momento, foram Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale. As diferenças, no entanto, diluíam-se no combate aos inimigos comuns da AIB: o comunismo, o capitalismo internacional e a maçonaria (GONÇALVES; NETO, 2020).

Além dos mesmos inimigos do fascismo histórico europeu, percebe-se, no Integralismo desse primeiro período, uma característica aparentemente anti-imperialista, expressa no combate ao capitalismo internacional, o que apresenta diferenças com os arroubos expansionistas imperialistas do fascismo histórico, mas responde às origens parecidas, em torno de uma nação com vocação à grandeza. Essa característica é marcante e diverge significativamente das propostas neofascistas em voga hoje. Além das mudanças na política externa do Brasil, com a derrota de Donald Trump, há ainda elementos de subordinação econômica, cultural e política que se expressam na propaganda e ação dos neofascistas no poder.

O antissemitismo dos integralistas era o mais próximo de uma perspectiva racista no movimento. Não eram difusores de discursos violentos racistas em relação aos negros e, apesar de defenderem a miscigenação e a “raça brasileira”, marcadamente parte do arcabouço racista, como demonstra Moura (1977), não estimulavam o combate aos negros como os fascistas históricos. Segundo Gonçalves e Neto (2020, p. 23), mantinham “uma relação muito próxima com a Frente Negra Brasileira (FNB), movimento fundado por intelectuais negros de São Paulo que reuniu milhares de militantes em vários estados brasileiros”.

Importante notar como Moura (1977) relata, neste mesmo período, um crescimento de organizações desse tipo, assim como o revés sofrido no Estado Novo, onde esses movimentos passaram a ser tratados como isolacionistas e contrários aos interesses da nação. Convergindo com a visão racial, expressa no integralismo sobre “raça brasileira”, mas preservando o privilégio branco contra a auto-organização negra, o Estado novo opunha o combate ao racismo ao nacionalismo. Essa posição causa uma inflexão no debate racial dos segmentos conservadores e deixou marcas significativas até os neofascismos atuais, reprodutores de ideologias eugenistas e racistas que pareciam superadas.

As reuniões da AIB, além de muitos rituais, possuíam “hinos e canções políticas” como componente obrigatório. O que, segundo Gonçalves e Neto (2020), era também comum no fascismo europeu. O integralismo possuía também caráter paramilitar: a milícia integralista, formada pelo alistamento obrigatório de membros do movimento, possuía práticas de formação para o enfrentamento e sua direção era exercida por militares.

Houve significativas reações na esquerda ao crescimento do integralismo, das quais se destacavam a atuação de organizações na Frente Única Antifascista (FUA) reunindo diversos matizes e na Aliança Nacional Libertadora (ANL). Os conflitos entre antifascistas e integralistas eram intensos e chegaram a ocasionar algumas mortes. Emblemático foi o enfrentamento conhecido como a “Batalha da Praça da Sé” entre integralistas e antifascistas em 7 de outubro de 1934, com 4 horas de tiroteios, 6 mortes e muitos feridos. Gonçalves e Netto (2020) ressaltam que entre os feridos estava Mario Pedrosa, importante intelectual trotskista e futuro fundador do PT. Segundo os pesquisadores, com esse acontecimento, o “anticomunismo passou a ser mais visível” no integralismo.

Os integralistas atuaram diretamente na preparação para o “Estado Novo”, sob a justificativa da ameaça comunista, e acreditavam que, com o golpe de Getúlio de 1937, poderiam alçar mais espaços de poder. Entretanto, não só não receberam essa fatia de poder, como a AIB foi fechada por ocasião do golpe, o que marca uma inflexão do integralismo para a oposição a Getúlio. O enfrentamento dos Integralistas a Getúlio, inclusive com levantes armados, levou à prisão de Plínio Salgado por três meses em 1939, e seu posterior exílio em Portugal até 1946, após negociação que envolveu Getúlio Vargas e o ditador português Antônio de Oliveira Salazar.

Esse foi um período de grande revés para o integralismo, com a saída de Miguel Reale, exílio e perseguições. Com o avanço da Guerra e a posição brasileira junto aos Aliados, Plínio desfaz seus laços com o nazismo alemão e passa a intervir mais diretamente no debate religioso, o que lhe rendeu o posto de teólogo, com influência inclusive durante seu exílio em Portugal (GONÇALVES; NETO, 2020).

Forma-se posteriormente (1945), o Partido da Representação Popular (PRP), assimilando as ideias integralistas, mas excluindo sua simbologia que remetia ao fascismo e ao nazismo. Após a derrota da Alemanha na Segunda Guerra, os símbolos fascistas e a associação com o nazismo pesavam negativamente para a adesão ao integralismo.

No período de 1945-1965, o PRP mantém o eleitorado da AIB, porém é afetado sobremaneira em suas propostas nacionalistas. Passa a se associar a correntes internacionais, principalmente norte-americanas e “a defesa do nacionalismo ficou mais restrita a atos simbólicos em torno de medidas patrióticas” (GONÇALVES e NETO, 2020, p. 82) Essa época marca a aproximação do Integralismo com o projeto da Democracia Cristã portuguesa, e o movimento passa a assumir uma posição que, além de anticomunista e antiliberal, seria antifascista.

A proximidade com o pensamento autoritário, no entanto, não findou. Isso apenas significa que Salazar tornou-se uma referência mais utilizada que Mussolini ou Hitler. O PRP participa do jogo eleitoral, apoia Juscelino e até mesmo Brizola para o governo do RS. Posteriormente, apoiou Jânio Quadros e chegou a acenar com apoio a João Goulart.

Nas eleições de 1955, a candidatura de Plínio Salgado a presidente pelo PRP foi um marco, sendo o melhor desempenho dos integralistas, alcançando 8,3% do eleitorado. Nessa eleição ocorrem rugas com o movimento chefiado pelo conservador Carlos Lacerda, marcando disputas no campo ligado à União Democrática Nacional (UDN) e, após esse resultado, os integralistas passam a utilizar novamente os símbolos outrora abandonados pelo movimento.

A Guerra Fria foi o cenário dessa ruptura com o viés anti-imperialista da defesa nacionalista dos integralistas, ficando assim cada vez mais associados aos interesses norte-americanos.

### 3.5.2 O nacional-desenvolvimentismo e um reformismo burguês progressivo

No período aberto em 1948, com a campanha “O petróleo é nosso”, começam a surgir maiores expoentes de um discurso nacionalista crítico, já frequente desde a campanha pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Importante ressaltar que o cenário do pós-guerras é também central nessa exigência de industrialização, que ganha ainda mais corpo sob a forma de um discurso nacionalista reformista.

Ianni (1989 [1965], p. 126) defendeu que o fato de que seus desdobramentos foram favoráveis ao processo de industrialização e “conversão de capital agrícola em industrial” seriam suficientes para demonstrar a hegemonia da burguesia Industrial a partir de 1930. Isto não contradizia a incipiente participação da burguesia industrial na

revolução de 1930 e o reduzido papel econômico do setor industrial. Todo esse processo exigia transformações estruturais nos papéis do Estado, cada vez mais responsável em prover as “condições gerais de produção”, necessárias para a industrialização.

Oliveira (2013, p. 128), radicalizando sua posição em defesa da análise das razões políticas da dependência, situa sua crítica como cepalina e marxista: “é cepalina e marxista no sentido de mostrar como a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante”.

Os equívocos de análise dos teóricos ligados ao nacional-desenvolvimentismo da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL), dos quais o mais memorável é Celso Furtado, apresentam-se quando eles subalternizavam as formas de desenvolvimento das relações de produção, restringindo-se à esfera da circulação para problematizar as desigualdades no mercado mundial.

Todavia, o caráter crítico do nacional-desenvolvimentismo não pode ser ignorado. Sua análise apontava para formas progressistas de reformismo, e sinalizava para a ruptura da subordinação às potências imperialistas e para a soberania nacional, como caminhos para o desenvolvimento. Nesse sentido, hiper dimensionavam o papel da política para a ruptura com a dependência.

No Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ocorre o aprofundamento e difusão do nacional desenvolvimentismo, comportando inclusive, de forma minoritária, posições comunistas como de Nelson Werneck Sodré, que chegou a lecionar no Instituto (FGV-CPDOC, 2021). Não por acaso, o ISEB foi uma das primeiras entidades a ser atacada e desmantelada pela ditadura militar, pois abrigava uma importante crítica, mesmo que majoritariamente reformista.

### 3.5.3 A teoria consagrada e a questão nacional

“A revolução Brasileira” de Caio Prado Jr. é um texto seminal quanto ao debate marxista sobre as particularidades da formação econômico-social brasileira. A publicação de seu texto, além de sustentar sua crítica à estratégia democrática e nacional do PCB, é substantivamente importante no debate marxista sobre o Brasil que escapa à tentativa de reprodução dos esquemas clássicos de modernização.

Havia, entretanto, na América Latina, desde a década de 1920, analistas que direcionavam seu olhar sobre as questões nacionais para o exame das particularidades destas formações econômico-sociais fora do esquematismo dos modelos importados. Destaca-se o pioneirismo de Mariátegui, expresso no tratamento da questão indígena e identificando uma não linearidade nos processos de desenvolvimento capitalista na realidade de seu país, o Peru. Contudo, dada a realidade da década de 1920, em que processos de industrialização eram muito incipientes e permaneciam diversas e heterogêneas relações de trabalho, o autor acabava por identificar o problema da dependência como falta de capitalismo. O problema agrário era apresentado pelo autor, antes de qualquer coisa, como o problema da liquidação do feudalismo no Peru:

Esta liquidação já deveria ter sido feita pelo regime democrático-burguês formalmente estabelecido pela revolução da independência. Mas no Peru não tivemos, nos cem anos de república, uma verdadeira classe capitalista. (MARIÁTEGUI, 2008, p. 68).

Dessa maneira, o autor, apesar de uma leitura a partir da periferia do capitalismo, não apresentava uma oposição a linha da internacional comunista no que diz respeito a política-estratégica que defendia como tarefa central a eliminação de resquícios feudais. Sua caracterização da economia peruana semifeudal, como um entrave para o funcionamento de instituições democráticas liberais, assemelhava as tarefas da revolução democrática com as tarefas não cumpridas pela realização da revolução burguesa nos países periféricos (MARIÁTEGUI, 2008 [1928]).

Isso posto, o autor era inovador quando, naquele período, identificava as articulações entre a economia peruana e os mercados de países desenvolvidos como elementos centrais na subordinação do país. Além disso, creditava o obstáculo à remoção dos “resquícios feudais” dentro do Peru, como uma consequência de uma burguesia que agia ainda como “intermediária” do capital estrangeiro (MARIÁTEGUI, 2008 [1928]).

Três décadas mais tarde, Caio Prado Jr. (2014 [1966]) construiria uma crítica à aplicação da ideia consagrada de resquícios feudais para o Brasil, quando negava a existência de uma etapa feudal na sociedade brasileira:

[...] ora um tal sistema “feudal” semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria nunca existiu entre nós, e

por mais que se esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado. (PRADO JR., 2014 [1966], p. 40).

Se, por um lado, Mariátegui identificava os restos feudais na realidade peruana, o que não se aplicara ao Brasil, ao perceber a articulação entre elites locais e transnacionais como força de conservação da dependência, rompia com a ideia de subdesenvolvimento como etapa preliminar do desenvolvimento capitalista, algo inovador em 1928, quando escreve seus “sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana”.

Em um Brasil ainda predominantemente agrário e com relações de trabalho no campo diferenciadas da relação salarial urbana, sem direitos associados, era admissível a leitura de uma economia semifeudal até os anos 1950 e a espera pela revolução democrático-burguesa.

No entanto, a maior parte da esquerda comunista não conseguia perceber que tal revolução burguesa estava em curso e prescindia das etapas pelas quais passou o capitalismo dos países centrais. Assim, desistia-se de compreender as relações de exploração no campo como parte importante da tarefa democrática e nacional dos comunistas no período, relegando àquelas relações, os resquícios do feudalismo ou do escravismo.

Obcecados pela ideia de uma revolução democrático-burguesa e antifeudal proposta a priori, os elaboradores da teoria revolucionária brasileira, ainda hoje consagrada, passam ao largo precisamente daquelas situações político-sociais do campo brasileiro, onde se abrigam suas contradições mais profundas e revolucionariamente mais fecundas. (PRADO JR., 2014 [1966], p. 53).

No texto de 1966, polemiza, sobretudo, com a “teoria consagrada” do PCB e a estratégia de aproximação com a burguesia nacional no período que antecede o golpe. Dessa maneira, enfrenta-se abertamente com posições dualistas e etapistas, que enxergavam no Brasil, a persistência de características de uma formação do tipo feudal, como por exemplo, Nelson Werneck Sodr  (1967).

Caio Prado Jr estava correto em sinalizar que não há uniformidades no desenvolvimento capitalista e há momentos de ruptura com padrões estabelecidos e grandes transforma es econômicas, políticas e sociais. Sendo assim, emprega “revolu o” como sinônimo desses momentos de transforma o. O autor demarca que o debate acerca do caráter da revolu o brasileira, se democrático-burguesa ou socialista, seria infrutífero e especulativo. A correta leitura e organiza o dos



trabalhadores em torno de suas bandeiras faria a revolução, no caráter possível, de acordo com as condições em que suas lutas se desenvolvessem.

Sodré reage a essa afirmação no texto de 1967, afirmando energicamente que a negativa em compreender o caráter da revolução seria uma expressão de descompromisso, individualismo e desconhecimento. Apesar dessa discussão ser parte de uma polêmica datada, está no cerne das diferentes inserções de esquerda após 1970 e, produz consequências até os dias de hoje na compreensão do caráter do capitalismo no Brasil e das burguesias no país.

Prado Jr. (2014 [1966], p. 24) defendia que os equívocos teóricos na análise da realidade brasileira moldavam uma estratégia equivocada e táticas fadadas ao fracasso. Essa sucessão de equívocos teria levado as esquerdas e, particularmente o PCB, à defesa de projetos burgueses, como expressos no apoio a Juscelino Kubistchek, na expectativa de eliminar os “restos feudais” e participar da vitória sobre o arcaísmo. Essa posição teria sido uma parte das condições que forjaram a possibilidade do golpe de 1964: o desarme dos trabalhadores pela política de conciliação dos comunistas. De certa maneira, está implícito, no seu debate sobre a revolução brasileira, a discussão sobre as causas do golpe e como enfrentá-lo.

O simplismo das caracterizações do PCB teria levado à adoção da “teoria consagrada” e da estratégia democrática e nacional. Prado Jr. (2014 [1966], p. 75) atribui aos equívocos de caracterização, que identificavam um caráter progressivo em “pseudoburgueses nacionalistas”, alimentando ilusões nesses setores, as causas que teriam levado a esquerda a participar do que denominou como “aventura janguista de tão triste desfecho”.

Parte significativa da crítica empreendida por Caio Prado Jr. era de natureza teórico-metodológica. O autor apontava, nas visões do marxismo-leninismo de seu tempo, um equívoco que denominava como “teorização às avessas”; esse processo seria causado tanto pelo desconhecimento da realidade brasileira, quanto pela tentativa dogmática de encaixar a realidade brasileira nos conceitos pré-estabelecidos: “Enxergam-se os fatos não como são, mas como deveriam ser à luz do que se passou ou passa em outros lugares. Logo veremos como se pratica essa elaboração teórica às avessas” (PRADO JR., 2014 [1966], p. 32).

Para compreender essa polêmica, vale a leitura na clássica obra de Nelson Werneck Sodré: “Introdução à revolução brasileira” (1967 [1958]), especificamente do capítulo “*post scriptum*” denominado como “Perspectivas”. O referido texto foi incluído

na obra, um ano após o lançamento do texto sobre “A Revolução Brasileira” de Caio Prado Jr.

No texto em tela, Sodré (1967) responde a Caio Prado Jr., reafirmando o caráter democrático e nacional da revolução brasileira, além de atacar a política defendida por grupamentos como a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), de que participava Ruy Mauro Marini, e organizações trotskistas que punham a estratégia socialista na ordem do dia. Para o autor, tratava-se de posições esquerdistas ou pequeno-burguesas.

Prado Jr (2014 [1966], p. 65) localiza na incorporação da deliberação do VI Congresso Mundial da Internacional Comunista, em Moscou (1928), as fontes originais da leitura expressa no PCB, que trinta anos depois igualavam a realidade brasileira à dos países asiáticos e do conjunto da América Latina, e apontavam para a necessária realização de uma etapa democrático-burguesa, como pré-requisito de uma transição ao socialismo. O autor destaca que diferente dos países asiáticos que possuíram um modo de produção antes da consolidação do capitalismo, os países da América Latina desenvolvem-se como integrantes do sistema capitalista, ligados às necessidades do capitalismo comercial europeu, o que já definiria muitas diferenças com os países asiáticos.

Cabe salientar que havia formas de produzir e sistemas de produção complexos, a depender do território latino-americano, como demonstra Mariátegui, mas as objeções sobre a equiparação da dependência a um modo de produção asiático no Brasil seguem válidas. O que a teoria consagrada identificava como resquícios feudais é visto na ótica de Caio Prado Jr. como reminiscências de relações escravistas. Apesar de correto no mérito de não ter havido feudalismo, mas uma sociedade baseada no escravismo, é necessário criticar a ideia de reminiscências. Tal crítica possui desdobramentos importantes para a compreensão das razões de persistência do racismo com papel estruturante no capitalismo brasileiro.

Moura identificava o racismo como estruturante do capitalismo brasileiro e não como “resquício de uma sociedade escravista”. O racismo seria um componente do capitalismo e, portanto, não seria resolvido na simples hipótese da revolução burguesa (MOURA, 2021 [1988]). Decerto, existem decorrências no modo de produzir herdado do escravismo que vão conformar a sociedade brasileira, no entanto, não eram resquícios, mas continuidades, ressignificadas pelo novo papel do Brasil no

mercado mundial. Contudo, de modo algum prescindem do racismo como estruturante das relações sociais de produção.

Caio Prado Jr também criticava o pensamento de Sodré por não identificar a conjugação de interesses dos setores agrários e industriais, e reforçar uma contraposição no estilo atrasado x moderno. A essa questão, Sodré respondeu em seu capítulo de perspectivas, relatando que a sua divisão por setores econômicos na obra era meramente didática.

A compreensão destas transformações, operadas nas relações sociais de produção e nos papéis do Estado, de acordo com as diferentes necessidades para a acumulação capitalista privada, de fato não pode desconsiderar os elementos políticos que comumente se desenhavam como mudanças “pelo alto”, sem a participação de setores de massa e resistindo às tensões por democratização na sociedade brasileira. Tal nível de complexidade representa enorme desafio aos analistas críticos no Brasil até os dias de hoje.

#### 3.5.4 O prussianismo, ou a revolução passiva no Brasil

Schwarz, ao observar a ressonância das críticas ao caráter patrimonialista da política brasileira, erigidas em torno do “favor como mediação universal”, aponta que esta leitura seria ilusória. O “favor” seria um disfarce da violência e, por isso, seria mais palatável para os autores brasileiros. A violência, todavia, esta sim, seria estruturante das relações sociais no Brasil.

Schwarz, ao refletir sobre o campo cultural, particularmente sobre manifestações literárias, consegue apreender elementos ideológicos significativos na compreensão de certo caráter prussiano da transição brasileira ao capitalismo, sem rupturas com a estrutura econômica colonial. A independência brasileira como um processo de transição “pelo alto” implicava na rejeição dos valores progressivos da Ilustração:

Formas modernas de civilização- vindas na esteira da emancipação política e implicando liberdade e cidadania, parecessem estrangeiras- ou postizas antinacionais, emprestadas, despropositadas etc., conforme a preferência dos diferentes críticos. (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 96).

A violência tem um papel importantíssimo ao longo do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e a ditadura não seria, portanto, um ponto fora da curva. Ao discorrer sobre a política associada ao imperialismo e de “desmobilização popular” levada a cabo pelos governos militares, Schwarz discutia a impossibilidade de um pensamento genuinamente nacionalista por esses. Associava essa impossibilidade à grande penetração das ideias americanas “que não casa(m) bem com a ideia de Deus, pátria e família”, o que gerava dificuldades em avançar para uma ideologia fascista. De igual maneira, o autor percebe um refluxo das ideias liberais nesse período.

As caracterizações de Schwarz parecem presas a uma perspectiva ideal dos fenômenos, as ideias que parecem “fora de lugar”, quando separadas das condições do capitalismo central em que foram produzidas, modificam-se em solo nacional, produzindo novas monstruosidades: assumem feições de um liberalismo e um fascismo particularmente brasileiros.

Sobre a relação moderno e atrasado, Schwarz apontava para a coexistência entre moderno e arcaico como característica das diversas sociedades capitalistas, que assumiriam contornos mais emblemáticos nos “países colonizados”. Os motivos para esse emblema estariam na observação de que “a sua ligação ao novo se faz através, estruturalmente de seu atraso social, que se reproduz em lugar de se extinguir.” (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 28).

Fernandes (2011), em texto de 1970, ao refletir sobre as tarefas da revolução democrática no contexto do imperialismo, caminha na mesma direção.

A desagregação do antigo regime colonial uniu interesses dominantes na Europa avançada com os interesses conservadores da aristocracia agrária e do alto comércio. E a união se fez em nome da conservação do *status quo*: a defesa da ordem casou-se com a preservação de estruturas coloniais que duraram até o fim do século XIX, o que converteu a independência numa transação oblíqua e caolha. (FERNANDES, 2011, p. 216).

Coutinho (2008, p.108), em texto de 2006, situa três importantes paradigmas para pensar “esta modalidade peculiar pela qual o Brasil transitou para a modernidade e enfrentou os grandes desafios históricos de sua evolução política, praticamente desde a independência”. Eles seriam: a via prussiana de Lênin; a “revolução passiva” de Antônio Gramsci; e o conceito de modernização conservadora de Barrington Moore Jr. Todos esses conceitos relacionam-se a modelos de transição “pelo alto”.

Essa tendência prussianista estaria presente ao longo da história brasileira e seria uma das causas da importância do papel do Estado em distintos momentos de nosso percurso histórico. Para Coutinho (2008), a revolução de 1930 seria o maior exemplo de revolução passiva na história brasileira.

Coutinho (2008 [1999], p. 114) destaca também que pensadores autoritários/conservadores como Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Francisco Campos apostavam em uma “via prussianista”, “ou seja de uma ação transformadora pelo alto, através do fortalecimento do Estado, como o caminho mais adequado à nossa modernização”. Salienta que apesar de distintas posições, a avaliação que sustenta essa proposta era similar à de setores da esquerda como Caio Prado Jr., no que diz respeito à debilidade da sociedade civil. Sendo assim, a esquerda apostava na organização de segmentos na sociedade civil e a direita apostava no Estado para inventar a nação.

Oliveira (2013), quarenta anos depois de escrever sua “Crítica à Razão Dualista”, ainda problematizava a insuficiência do arsenal marxista para compreender as formas históricas concretas do desenvolvimento capitalista na periferia. Destaca a leitura da “via prussianista” e da “revolução passiva” como exceções para essas insuficiências e aponta a grande responsabilidade do stalinismo em equívocos estratégicos.

Destarte, cabe reforçar como a democracia no Brasil é extremamente limitada pelos desenvolvimentos particulares de nosso capitalismo dependente, sem, no entanto, identificar esse funcionamento como algo desviante, mas sendo o próprio modo de ser do capitalismo no Brasil.

Esse é um dos resultados da história da formação do capitalismo no Brasil, da revolução burguesa que se realizou no país. Depois de muitas décadas de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, a maioria do povo não se reflete no Estado nacional. O Estado aparece separado, acima, impondo-se à sociedade, ao povo, à maioria. Um Estado prisioneiro das burguesias nacional e estrangeira, em associação com as altas hierarquias das forças armadas e da igreja católica, e com a solícita colaboração de intelectuais de vários matizes. Um poderoso bloco de poder que se renova e recria de tempos em tempos, a despeito das crises, por dentro do populismo, militarismo ou nova república. (IANNI, 1989 [1965], p. 263).

Florestan Fernandes (2011), ao visitar sua obra mais importante, “A Revolução Burguesa no Brasil”, salienta que uma das mais relevantes contribuições do texto está em demonstrar as limitações das burguesias no capitalismo monopolista

e, em especial, das burguesias associadas e dependentes, pois não teriam como exercer o papel construtivo da burguesia no “capitalismo clássico”, sendo incapazes de animar a revolução nacional, industrial e democrática.

### 3.6 O progresso do atraso – dependência e desenvolvimento no Brasil

O debate sobre o caráter associado do desenvolvimento industrial brasileiro, a partir do primeiro terço do século XX, por vezes, aparece como uma escolha política, até mesmo em autores críticos como Oliveira (2018). Essa discussão sobre a importância da política, como processo decisório e exercício da dominação, na definição dos rumos do desenvolvimento associado e dependente, carece de ser mediada pela observância das condições objetivas em que esta direção política se consolida.

Em Ianni (1989) ganha maior concretude uma perspectiva que considera a política, como Oliveira (2018), sem desconsiderar as determinações objetivas postas pelo processo de produção e reprodução do capitalismo no Brasil, condições muito bem analisadas por autores como Ruy Mauro Marini.

Apesar de escrever que a “sociedade nacional não podia ou não quisera” desenvolver-se de modo autônomo, Ianni ([1965] 1989, p. 65) salienta que apenas com a via socialista poderia ocorrer outra perspectiva de industrialização; endossa assim a crítica à esquerda, ao nacional desenvolvimentismo em suas características como projeto nacional de industrialização nos marcos do capitalismo.

Os homens possuem uma certa margem de liberdade de criação da própria vida, compreendida como criação do futuro. É verdade que o seu querer não se realiza senão no quadro das configurações reais da existência, produzidas pelas gerações passadas e presentes, no âmbito da nação e dos sistemas mundiais em que esta se encontra inserida. Há configurações nas quais as atividades dos homens como atividades de classes sociais antagônicas, produzem modificações deliberadas. Esse é o âmbito das opções. (IANNI, 1989 [1965], p. 239).

No texto de seu memorial, Marini ressalta que apesar de comumente a Teoria Marxista da Dependência (TMD) ser entendida como crítica à CEPAL e suas teses desenvolvimentistas, o surgimento da TMD estaria mais relacionado à crítica renovadora da esquerda aos partidos comunistas e a sua posição sobre os países dependentes, e aposta em uma estratégia interclassista para completar a revolução burguesa nesses países.

Sendo assim, a TMD surge como combatente contra as estratégias etapistas hegemônicas na esquerda da época. Discutindo sobre o texto “Dialética da Dependência”, Marini ressaltava que era original por apresentar uma leitura da realidade latino-americana que fugia das explicações cepalinas, que situavam, no nível do comércio mundial, as explicações sobre o subdesenvolvimento.

Em vez de seguir esse raciocínio e fiel a meu princípio de que o subdesenvolvimento é outra cara do desenvolvimento, eu analisava em que condições a América Latina havia se integrado ao mercado mundial e como essa integração: a) funcionara para a economia capitalista mundial e b) alterara a economia latino-americana. A economia exportadora que surge em meados do século 19 nos países pioneiros (Chile e Brasil), generalizando-se depois, aparecia nessa perspectiva, como o processo e o resultado de uma transição ao capitalismo e como a forma que assume esse capitalismo, no marco de uma determinada divisão internacional do trabalho. Aceito isso, as transferências de valor que daí advinham não podiam ser vistas como estorvo, mas antes como consequência da legalidade própria do mercado mundial e como um acicate ao desenvolvimento da produção capitalista latino-americana sobre a base de duas premissas: abundância de recursos naturais e superexploração do trabalho (que pressupunha abundância de mão-de-obra). (MARINI, 2011 [1990], p. 86-87).

Marini (2011 [1990], p. 87) destaca as “deturpações e mal-entendidos” a que seu texto é exposto. Desde as primeiras páginas da “Dialética da Dependência”, Marini destacava seus objetivos teórico-metodológicos, que grosseiramente se pode traduzir com uma fuga do dogmatismo, pretensamente ortodoxo, de determinadas análises marxistas do fenômeno ou do ecletismo de outras.

Sua compreensão de um “capitalismo sui generis” para pensar economias dependentes, escapando dos esquemas que identificavam o capitalismo da periferia como pré-capitalismo ou feudalismo tardio, era a base desta crítica. Assim, sua proposta é pensar a forma particular do capitalismo nessas formações econômico-sociais no bojo do sistema capitalista. Nesse sentido, com outro centro de análise, participa do mesmo movimento de Caio Prado Jr, Oliveira e até mesmo Schwarz:

Já perto de nosso tempo, o desenvolvimentismo prometeu incorporar ao mundo do salário e cidadania a população relegada com cujo pouco preço e muita esperança contava para conquistar um lugar para o Brasil entre as nações adiantadas. (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 132-133).

Ao se debruçar sobre o capitalismo dependente latino-americano e, particularmente, o brasileiro, Marini identifica as contratendências operadas pela burguesia nos países dependentes, com objetivo de participar do mercado mundial,

mesmo diante das desvantagens postas pela subordinação aos países imperialistas. Dentre essas, destacavam-se os conceitos de superexploração e subimperialismo. No entanto, ambas as categorias foram vítimas de muitas deturpações e mal-entendidos como visto pelo próprio autor.

Sobre o uso inadequado da noção de subimperialismo, Marini não apenas identificou como construiu uma resposta para a questão “ênfatizando sua dimensão econômica”, e indicou que ele apontava para um “processo de diferenciação e hierarquização na periferia capitalista” (MARINI, 2011 [1990], p. 110).

As análises de Marini, situando a superexploração como constitutiva do modo de acumulação capitalista sob a vigência da dependência, explicam as causas do fenômeno muito bem descrito por Moura, no que diz respeito à população negra brasileira. A superexploração atuava como mecanismo de compensação das desvantagens no mercado mundial, incidindo sobre a intensificação da exploração da força de trabalho em solo nacional, e sobre a população negra recaem direta e indiretamente suas consequências. O racismo atua como elemento estabilizador, mesmo diante da superexploração. Vivendo condições precárias e carregando a imagem de inferioridade cultural aos brancos, reproduz-se a culpabilização dos negros por sua situação atual, além de encobrir as reais determinações de sua situação no limiar do capitalismo dependente brasileiro.

Uma das mais importantes contribuições de Moura reside, além de revelar a dialética racismo x resistência ao longo da história, na compreensão mais profunda do processo de “expulsão do negro livre do centro do sistema de produção para a sua periferia” (MOURA, 1977, p. 33). Essa questão está no âmago da compreensão do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro. Os fenômenos da superexploração tematizados pelos teóricos da TMD, ou indiretamente pela sociologia uspiana, ganham concretude na análise de Moura.

A análise de Moura lança luz também para compreender as disparidades regionais em relação à integração dos negros no Brasil, salientando que o processo intrarregional de desenvolvimento desigual, tematizado por autores como Octavio Ianni e Florestan Fernandes, guarda correspondências com a forma de integração subalterna dos negros e negras, sendo permitido seu ingresso no mundo do trabalho livre, desde que estivessem fora do “centro do sistema de produção”.



Há uma constante nesse processo histórico-social: o negro foi atirado compulsoriamente aos últimos estratos da sociedade, quer onde foi marginalizado, quer onde foi integrado em uma economia de miséria. (MOURA, 1977, p. 35).

As contribuições de Moura (1977), Marini, Ianni, Oliveira e Fernandes, emblemáticas para compreender a realidade brasileira de seu tempo, têm em comum um cenário específico no nível nacional, e no que diz respeito às novas características da dominação imperialista a partir de 1950, quando teria ocorrido uma mudança no *modus operandi*, principalmente do imperialismo estadunidense, mas que guarda laços de continuidade com a política anterior, desde a consolidação da URSS.

### **3.7 Da contrainsurgência ao neofascismo – Guerra Fria e repressão quente no sul global**

Mantidas as observações já apontadas sobre a industrialização brasileira e o processo de modernização do capitalismo nestas latitudes, há uma marca histórica nesses processos, que diz respeito a uma conjuntura de grande ofensiva do capital sob o signo da contrarrevolução. Considerando os elementos de questionamento revolucionário do capitalismo na URSS e China, além de outros determinantes, a industrialização brasileira consolida-se sob o manto da “contrarrevolução mundial liderada principalmente pelo nazifascismo, em certa época, e pelo governo dos Estados Unidos, a partir de 1945” (IANNI, 1989 [1965], p. 254).

Dessa forma, não é mero acaso que diversos autores da esquerda nesse período (1950-1980) tenham concentrado seus estudos na questão do imperialismo e em suas manifestações na realidade nacional na periferia do capital. As mudanças na forma de exercício da dominação imperialista aprofundaram o que acertadamente Ianni (1989) denomina como “indústria do anticomunismo”, que se tornou parte da engrenagem que sustenta a dominação imperialista sobre os países da periferia.

Todo esse processo de criminalização de amplos setores da sociedade civil começou a estruturar-se antes do golpe de Estado de 1964. As forças reacionárias, nacionais e imperialistas, engajadas na preparação do golpe, começaram a trabalhar os seus próprios adeptos e outros setores sociais na tese de que a sociedade estava infiltrada, contaminada, doente, na iminência de escapar ao controle das classes dominantes, do capital financeiro e monopolista. (IANNI, 2019, p. 248).

Marini (2018 [1978], p. 4) em suas observações sobre a ditadura militar no Brasil situa o processo como parte da tática imperialista estadunidense de constituição de “Estados de contrainsurgência”. O autor reúne, com esse conceito, diferentes peculiaridades de processos contrarrevolucionários que abarcavam as ditaduras militares, mas não se reduziria a elas. Marini conceitua a contrainsurgência como: “a aplicação de um enfoque militar à luta política” (2018 [1978], p. 3).

A nova estratégia norte-americana de dominação imperialista no pós-guerra ocorre no cenário de ameaças pela Guerra Fria contra a URSS e de rebeliões de descolonização tardia. Nesse enfoque, os setores dominantes nacional e internacionalmente “em uma perspectiva similar à do fascismo, vê o oponente como um inimigo que não somente deve ser derrotado como também aniquilado, destruído [...]” (MARINI, 2018 [1978], p. 3).

Esse é um aspecto interessante para pensar o que até aqui temos denominado como “neofascismo”, pois apesar de ser possível reconhecer as similaridades com o processo de crescimento da extrema direita noutras paragens, há especificidades importantes como decorrências da inserção dependente e periférica do capitalismo brasileiro, além de continuidades do ponto de vista ideológico, com a propaganda do período que Marini apontava como constituinte de “Estados de contrainsurgência”.

Até os dias de hoje, a propaganda da contrainsurgência está nos fundamentos da programática conservadora no Brasil. Expressa-se, principalmente, na formação dos militares por suas instituições, e são visíveis no que diz respeito à eliminação do inimigo, visto como infiltrado. A importância de situar o autoritarismo, que marca o conservadorismo brasileiro no processo de assimilação da dependência como face interna da dominação imperialista, tornou-se ainda mais importante quando assume formas fetichistas, em resgate de uma mitologia que têm como centro a restauração da ordem no país, perdida com a redemocratização.

Em segundo lugar, como elemento que diferia a “contrainsurgência” do fascismo, Marini (2018 [1978]) destacava que na propaganda ideológica da contrainsurgência haveria uma expectativa de, após o período de exceção, a democracia burguesa deveria ser reestabelecida, ou seja, a exceção corresponderia a um período temporário, enquanto no fascismo histórico havia uma declarada aversão à democracia.

Na defesa neofascista de uma “intervenção militar constitucional”, que ganhou aspectos de mobilização de massas nas manifestações bolsonaristas convocadas

para 7 de setembro de 2021, estava em jogo a busca por uma intervenção nesses moldes, uma ação temporária dos segmentos militares para reestabelecer a “ordem e a democracia”. Fechando o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso não por aversão à democracia, mas para reestabelecer a “verdadeira democracia”.; Essas mobilizações contaram com grande apoio de setores evangélicos, principalmente do pentecostalismo autônomo, e foi inclusive um importante sustentáculo das mobilizações<sup>10</sup> (FRAZÃO, 2021). Não é uma novidade, a articulação entre visões de mundo religiosas e conservadorismo no Brasil e no mundo. A importância da organização religiosa Tradição, Família e Propriedade (TFP) na preparação do golpe de 1964 já foi significativamente demonstrada pela historiografia crítica.

Até mesmo no espaço da política parlamentar, a história do pensamento conservador no Brasil é profundamente marcada pelo cristianismo. Chaloub (2020) destaca como se dava, nos discursos de Carlos Lacerda (desde a década de 1950), a articulação entre cristianismo, nacionalismo e anticomunismo.

Lacerda parte de uma oposição binária entre o capitalismo cristão, campo da democracia e do liberalismo, e os regimes totalitários, que compartilham de uma mesma recusa fundamental aos fundamentos dessa “civilização”, que se define tanto por um determinado lugar, o Ocidente, quanto por certo substrato cultural, inerente ao conceito de cristianismo. O udenista não tem dúvidas do lugar do Brasil nessa perspectiva geopolítica: somos cristãos e ocidentais. (CHALOUB, 2020, p. 166).

Na atualidade, a aceitação e divulgação contemporânea do pensamento de Roger Scruton, por exemplo, não é um mero acaso. O conservador britânico, como vimos, defende o enfrentamento ao multiculturalismo e ao “politicamente correto” nos mesmos marcos do anticomunismo de Lacerda. No entanto, a oposição, antes materializada no socialismo real, é desviada no texto de Scruton na direção das religiões minoritárias da Inglaterra e para influência multiculturalista que originaria a erosão e destruição dos valores cristãos ocidentais, que são responsáveis pela civilização, no que ela possui de “melhor”.

No Brasil, este ideário encontra-se com os valores evangélicos e católicos conservadores, organizados em torno da disputa contra a educação formal e o conhecimento, em torno do lema “escola sem partido”, e fermenta o combate às religiões de matriz africana, que vêm sendo diuturnamente atacadas, sendo seus

---

<sup>10</sup> No artigo de Felipe Brazão, publicado no Estadão e no UOL, é esquadrihado cada setor evangélico aderente a essas mobilizações.

templos revirados, entre outras violências. Tudo isso sob um anticomunismo, traduzido por vezes como antipetismo, mas geralmente sob a forma de uma aversão à esquerda e toda perspectiva de transformação social.

Chaloub (2020, p. 166) identifica que Lacerda “replicava questões prementes no centro estadunidense” do legado macarthista. A contrainsurgência, apontada por Marini, possuía, portanto, seus propagandistas nacionais. De modo similar, a extrema direita brasileira atual e seus “intelectuais”<sup>11</sup> divulgam Scruton, a nova direita norte-americana e outros vetores da direita xenófoba na Europa.

Há, em Scruton (2019b), uma recusa em constituir Estados com matriz religiosa, mas o autor afirma que apenas a moral cristã constitui Estados não religiosos, o que ocorreria pela difusão dos valores cristãos hegemônicos no mundo ocidental. Possivelmente, tamanha similaridade com o conservadorismo brasileiro histórico e atual deve-se às mesmas fontes. Sobre as fontes do pensamento de Lacerda, exemplificando, Chaloub destaca que:

A ideia de Ocidente, de forte afinidade com as formulações de Spengler (1973), e a definição da nação a partir do pertencimento a uma cultura mais ampla aproximam Lacerda de Golbery do Couto e Silva, o mais importante intelectual militar sobre temas geopolíticos (1967, 1981, 2003). A construção de ‘civilizações’ a partir de uma ideia transnacional de ‘cultura’, de forte acento conservador e marcada pelo corte religioso, aproxima os dois protagonistas do golpe de 1964. Eles também comungam da recusa ao puro discurso econômico, mesmo que também cultuassem uma segunda alma, que não negava a técnica da gestão e do planejamento econômico. (CHALOUB, 2020, p. 169).

Na análise de Marini (1978, p. 4) sobre a constituição de Estados de contrainsurgência, ele relaciona um importante elemento objetivo: os investimentos estrangeiros e o desenvolvimento de formas associadas da burguesia nativa com a burguesia imperialista passam a dirigir os rumos do capitalismo no Brasil, o que desencadearia o golpe. A grande burguesia, ao associar-se ao capital imperialista, acabaria abandonando a aliança com a pequena burguesia e enfraquecendo os “Estados populistas”.

Essa dissociação da grande burguesia tornou necessário ampliar a repressão contra outras classes e frações de classe. Sendo assim, coaduna, parcialmente, com

---

<sup>11</sup> Intelectuais no sentido Gramsciano, como organizadores de projetos de classe, sem pôr em questão a pobreza intelectual da produção acadêmica desses segmentos.

a definição do regime militar como “ditadura do grande capital” formulada por Ianni (2019 [1989]).

Apesar da correta caracterização das bases materiais do fenômeno da ditadura e de sua articulação com a propaganda ideológica da “contrainsurgência”, vale ressaltar que o período frequentemente caracterizado como “populista”, apesar de uma aliança interclasses em torno da industrialização brasileira no período de 1930 a 1964, persistia intensa repressão contra trabalhadores organizados e segmentos comunistas, postos na ilegalidade e clandestinidade recorrentemente.

A pequena burguesia teria se tornado subordinada, com a associação da burguesia nacional às burguesias imperialistas, na visão expressa por Marini, e isso cimentaria o golpe. Importante ressaltar que os segmentos militares seriam arregimentados, assim como a tecnocracia que sustenta o golpe e as lideranças conservadoras de movimentos como a TFP, dentre os setores da pequena burguesia, essa ressalva não elimina o fato de que o golpe militar foi uma execução de força para a desmobilização e não, uma mobilização da pequena burguesia, como ocorrido com o fascismo histórico.

Um elemento diferenciador das ditaduras militares latino-americanas em relação ao fascismo Europeu seria justamente determinado pela dependência e superexploração que inviabilizariam a vitória no campo político das forças contrarrevolucionárias, diferenciando-se do fenômeno fascista clássico, com massivo consentimento e sustentado em cooptação de lideranças de movimentos populares.

Nesse aspecto, o neofascismo brasileiro possui ambiguidades importantes: viabilizou-se eleitoralmente, contudo isto só ocorre após um golpe institucional. O próprio golpe, porém, assume características peculiares por via parlamentar, judicial e midiática, sinalizando para uma qualidade superior da dominação política, comparada à impossibilidade de hegemonia no campo político no período das ditaduras militares de que nos fala Marini.

Mattos (2020) demonstra como houve elementos de mobilização de setores pequeno-burgueses em torno do “Fora Dilma”, que se mantiveram e construíram a base do neofascismo bolsonarista ao se descolar das representações tradicionais dos partidos burgueses. Mattos (2020), a partir de Fernandes e Marini, destaca que a face repressiva estaria presente no capitalismo brasileiro, com mudanças em conjunturas determinadas, e seria necessária à estabilização do sistema com o impedimento da

atuação do movimento operário. Essa seria a origem da “face fascista”, que atua no sentido de manter os níveis de superexploração.

Para compreender a extrema violência com que lutas sociais e movimentos sindicais e populares são tratados no Brasil, o que se exponencia na ditadura militar, Ianni considerava essencial compreender o processo “tardio” da industrialização brasileira. Uma industrialização que ocorre já sob o signo do “predomínio do capital não só monopolístico, mas financeiro” (IANNI, 1989 [1965], p. 254). Florestan Fernandes ressaltava que a “industrialização maciça do Brasil”, foi atingida sob a égide do “imperialismo e intervencionismo estatal”, mas sobretudo:

Sob a tutela de um mandonismo intolerante e carrancista, que se metamorfoseava em “racionalidade burguesa”, empenhada não na defesa da ordem democrática, mas na sua imposição pela força e pela violência organizada (isto é, pela contrarrevolução, eufemisticamente aclamada como “revolução institucional”). (FERNANDES, 2011 [1977], p. 171).

Florestan acrescenta elementos importantes para a caracterização do golpe militar e das formas da dominação burguesa no Brasil, ao descrever os setores dominantes como: “uma burguesia cegamente conservadora conta com um Estado autocrático burguês como uma terceira mão armada, repressiva e opressora” (FERNANDES, 2011 [1977], p. 171).

Schwarz (2014), participando ativamente do debate de sua época, mesmo concentrando sua crítica no campo cultural, atua no desvelamento das ilusórias polaridades entre atraso e moderno. O autor destacava o grande equívoco de leituras dualistas da realidade brasileira, que situavam o golpe de 1964 como um passo atrás da modernização, como “revanche da província”, reunindo os ressentidos dos grupos postos como “atraso”, os vencidos pela modernização. No entanto, o autor aponta como essa hegemonia não se consubstancia na política da ditadura. “O governo que resultara do golpe, contrariamente à pequena burguesia e à burguesia rural, que ele mobilizara, mas não ia representar não era atrasado. Era pró-americano e antipopular, mas moderno” (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 20).

A explicação de Marini sobre as origens do processo de superexploração na periferia do capital converge com as observações de Ianni (1989) sobre a ditadura e o papel da sua política salarial na produção do “milagre brasileiro”. Se, nos países do centro capitalista, a luta “em torno da fixação dos níveis de salários” produz o papel de complementar do consumo individual dos operários na realização do valor; nos

países dependentes, haveria uma cisão, pois, ao priorizar o mercado externo, o consumo individual do operário não interfere diretamente na realização do valor, ainda que os salários determinem a taxa de mais-valia. Esse fenômeno seria determinante para os modos particulares em que se desenvolve o capitalismo nos países dependentes, em torno da superexploração e ancorados em um vasto exército industrial de reserva. Sobre o arrocho salarial, como marca da política salarial da ditadura tratado por Ianni, o trecho abaixo, agora de Marini, aponta as circunstâncias em que ocorre:

Pois bem, ao se concentrar de maneira significativa nos setores produtores de bens supérfluos, o desenvolvimento tecnológico acabaria por colocar graves problemas de realização. O recurso utilizado para solucioná-los tem sido o de fazer a intervenção do Estado (por meio da ampliação do aparato burocrático, das subvenções aos produtores e do financiamento ao consumo supérfluo), assim como fazer intervir na inflação, com o propósito de transferir poder de compra da esfera baixa para a esfera alta de circulação; isso implicou rebaixar ainda mais aos salários reais, com o objetivo de contar com excedentes suficientes para efetuar a transferência de renda. Na medida em que se comprime dessa forma a capacidade de consumo dos trabalhadores, é fechada qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender o consumo popular. (MARINI, 2011, p. 138).

O que Ianni denomina como um “tropicalismo da ditadura fascistóide brasileira”, presente nos planos do início da década de 1970 e em toda propaganda em torno do milagre brasileiro, dava conta de aproveitar a aliança entre capital estrangeiro e Estado brasileiro, para garantir que o país galgasse um lugar como potência. Essa aliança, no entanto, era garantida pela intensificação da exploração e violência política generalizada.

Mattos (2020, p. 107) salienta que Fernandes, ao caracterizar o golpe de 1964 como preventivo, fez “relativizar o grau de ameaça à ordem do capital envolvido nas lutas da classe trabalhadora nos primeiros momentos da década de 1960”. A referida posição sobre a burguesia no Brasil inviabilizava a crença em uma estratégia democrática-nacional para o socialismo, no mesmo sentido que apontava Caio Prado Jr.

E aproveitou-se a ocasião (realizando com isso o que de fato constituía a finalidade essencial do golpe) para apartar por completo a participação política das classes populares, e em especial abafar os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, especialmente greves e protestos coletivos em geral. (PRADO JR., 2014 [1966], p. 248).

Mattos (2020, p. 102) apanha em Fernandes contribuições centrais para a compreensão das formas de dominação burguesa no Brasil, no debate sobre “o caráter permanentemente contrarrevolucionário”, o “padrão burguês de dominação autocrática” e principalmente a noção de contrarrevolução preventiva como uma ofensiva constante contra a organização dos “de baixo”. Esse tipo de dominação teria sido um elemento importante para compreender as origens do golpe de 1964 e é também significativa para compreender os processos que levaram a extrema direita e neofascista ao poder no Brasil atual. Fernandes identifica o golpe de 1964 como mais que uma interrupção da revolução democrática, identifica uma ação forjada pelas classes possuidoras, produzindo o:

Mais perfeito estado autocrático que já existiu no Brasil e o colocaram a serviço do mais cruel, antissocial e antinacional particularismo de classe que se poderia imaginar, convertendo o Estado autocrático em um instrumento de violência organizada, da submissão dos interesses nacionais ao egoísmo das grandes corporações (ou multinacionais), das nações capitalistas hegemônicas e sua superpotência e da mais completa exploração do trabalho e da pulverização da vontade popular. (FERNANDES, 2011 [1972], p. 82).

Na chave analítica de Florestan, a ditadura foi a vitória da contrarrevolução contra “a revolução dentro da ordem”, que seria o processo de democratização do Estado frente às minorias, que compunham o poder político historicamente no Brasil. E por esse motivo, a abertura não poderia ser apenas o retorno a esse *status quo*, ameaçado pela revolução democrática. As piores previsões cumpriram-se e a redemocratização “pelo alto” reestabeleceu o *status quo*.

Em texto de 1977, Florestan Fernandes (2011) qualifica o golpe militar como “contrarrevolução”, aponta para a doutrina do “desenvolvimento com segurança”, que respalda o golpe como parte da estratégia imperialista para países subdesenvolvidos na “guerra fria” e, que teria cessado não apenas revoluções populares e socialistas como revoluções nacionais, e seria essa a situação brasileira.

Assim, a união do reacionarismo interno com o impulso externo das potências imperialistas breiou o processo de democratização em curso no período que antecede o golpe. Ianni, apesar de ser mais otimista em relação à conjuntura pré-1964, aponta, no mesmo sentido, para uma caracterização do golpe como contrarrevolução, talvez não tão preventiva:



Havia uma conjuntura pré-revolucionária no Brasil dos anos 1961-1964. Era crescente e generalizado o ascenso político de operários e camponeses, por dentro e por fora do populismo, do sindicato urbano, do sindicato rural, da liga camponesa e dos partidos e organizações de esquerda. Ao mesmo tempo, a crise econômica, com a queda na taxa de inversões e da renda per capita, afligia bastante a burguesia nacional e estrangeira. (IANNI, 2019, p. 294).

Marini identificava, na ditadura, um ramo próprio ao capital monopolista (tecnocracia e ministérios econômicos e estatais) e um ramo militar (inteligência, Forças Armadas e Estado maior) e ambos se reuniam no Conselho de Segurança Nacional. Traz elementos importantes para a análise, haja visto que a ideia de uma tecnocracia e FFAA autônomas, que respaldavam a pecha de fascista ao regime militar, não pareciam razoáveis para a compreensão das formas particulares que assumiram Estado autocrático no país, de acordo com as necessidades de reprodução do capital monopolista. Sendo assim, é mais profícua uma análise da ditadura empresarial militar como “Ditadura do grande capital”, sob a vigência da estratégia de constituição de “Estados de contrainsurgência”.

Ianni salienta que mesmo sob a ditadura do grande capital há disputas entre setores nacionais, estrangeiros e estatais do capital, sendo que as políticas estatais mantinham a hegemonia do setor estrangeiro, mesmo com a contestação dos demais:

Essa compreensão fascistóide do poder que se efetivou com a ditadura instalada desde 1964. [...] os que efetivaram a compreensão fascistóide de Estado. A pretexto de instaurar a “estabilidade social e política”, que teria sido afetada pelo ascenso político das classes assalariadas, principalmente operários e camponeses, nos anos 1946-1964, os governantes procuraram fortalecer e ampliar o aparelho estatal. (IANNI, 2019 [1981], p. 282).

Ao examinar as formas de capital, Ianni identificava o tripé capital estatal, nacional e imperialista como formas determinadas pelas relações econômicas no Brasil. Contudo, apontou também para a supremacia do capital imperialista (que por vezes aparece como sinônimo de capital estrangeiro) sobre o capital estatal, dado a natureza deste último concentrar-se em ramos de infraestrutura.

Se é verdade que há consenso entre as burguesias imperialista e nacional, junto com os governantes e tecnocratas, quanto à superexploração do proletariado e do campesinato, há razoável controvérsia entre eles a propósito de como repartir a mais-valia. (IANNI, 2019 [1981], p. 76).

A preocupação em compreender as origens do golpe de 1964 moveu as caracterizações do Estado brasileiro e da burguesia, e conseqüentemente também

alterou as táticas e a estratégia dos agrupamentos de esquerda. Outros autores participam, como vimos, desse esforço reflexivo.

Diferentemente desta leitura que articula a ditadura à hegemonia do grande capital, houve leituras centradas nos limites institucionais postos à democracia burguesa. Caio Prado Jr., por exemplo, ao compreender que a burguesia teria “rifado” sua própria participação política ao aderir à ditadura, desconsidera sua participação efetiva durante o regime militar. Ianni, em outra direção, observa como os setores do grande capital se fizeram representar por meio da tecnocracia.

A Burguesia brasileira preferiu, como, aliás tem sido em geral a regra nos países retardatários como o nosso, preferiu para a solução de seus problemas de custo da mão de obra- e isso foi agora elevado entre nós ao extremo- os regimes de força que abafam a voz do trabalhador e suas reivindicações, e o excluem da ação política livre e efetiva, embora sacrificando com isso- porque uma coisa não vai sem outra no nível em que nos encontramos - a sua própria participação, dela, burguesia. (PRADO JR., 2014 [1966], p. 263).

Oliveira (2013, p. 105) caracteriza o pós-1964 como contrarrevolução e salienta que “essa talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão”. Ao impedir a mobilização dos trabalhadores por ganhos de produção, por meio do golpe, a economia brasileira aprofundou ainda mais a dependência das potências imperialistas. Oliveira destaca que essa requisição de acesso da população ao consumo de massas não seria necessariamente uma bandeira reformista.

Longe de ser uma proposição reformista, o acesso das grandes massas da população aos ganhos da produção foi sempre uma condição *sine qua non* da expansão capitalista, mas a expansão capitalista da economia brasileira aprofundou no pós-ano 1964 a exclusão que já era uma característica que vinha se firmando sobre as outras e, mais que isso, tornou a exclusão um elemento vital de seu dinamismo. (OLIVEIRA, 2013, p. 118).

Sendo assim, Oliveira (2018) caracteriza o golpe de 1964 como vitória de uma perspectiva de avanço capitalista e não como atraso, como era comum na esquerda da década de 1960. Sua derrota seria inclusive legatária do sucesso desse avanço, com o crescimento do papel do Estado e a burguesia passando a ser tratada como coadjuvante no processo.

A defesa de um papel coadjuvante da burguesia na ditadura é no mínimo questionável. Há uma participação interna de setores burgueses desde a preparação

do golpe, como postulado por René Dreyfuss, mas sobretudo uma representação direta da burguesia após o golpe.

Ianni ([1980] 2019) chama atenção para o fato da obra: “A ditadura do grande capital” explicar tanto a própria ditadura como a sua época, radicalizando a necessidade de articular aspectos econômicos, políticos e sociais para compreender o fenômeno.

A economia brasileira é uma totalidade heterogênea, desigual e contraditória. Cria e recria disparidades. Combina segmentos monopolísticos com oligopolísticos e concorrenciais. Inclusive, e principalmente, está apoiada numa elevadíssima taxa de exploração da classe operária e do campesinato. Ao mesmo tempo, no entanto, essa totalidade está altamente determinada pelo capital monopolista, comandado pelo imperialismo. (IANNI, 2019 [1980], p. 94).

Examinando “a revolução burguesa no Brasil” em sua impossibilidade de transformar rápida e completamente o Brasil em sociedade industrial, Ianni identifica “processos sociais *sui generis*, que a estão completando.” A atividade estatal seria ponta de lança desses processos e, o trabalho de técnicos seria por isso valorizado como capaz de indicar os caminhos para o avanço desse processo.

Do ponto de vista político, esse ensaio de tecnocracia faria com que “o reformismo de certas classes sociais ou fações” adquirisse “estatura científica”. Essa racionalização faria com que “técnicos de esquerda” ocupassem o espaço de consciência crítica do “reformismo burguês, específico dessa fase de conversão da estrutura econômica” (IANNI, 1989 [1965], p. 174).

A prevalência deste tipo de reformismo burguês no período de industrialização não é elemento pouco importante para entender a reação da ditadura na perseguição à esquerda, sem romper completamente com a tecnocracia, mas redirecionando-a. Além disso, esse tipo de reformismo viria a marcar profundamente o conservadorismo profissional nas protoformas do Serviço Social Brasileiro.

Nessa época, as opções capitalismo dependente, capitalismo nacional, socialismo por via pacífica e socialismo por via revolucionária tornaram-se bastante reais, ainda que em distintas gradações, como possibilidades do processo político. O golpe de Estado concretizou a vitória da opção capitalismo dependente, amplamente determinado pelo grande capital financeiro e monopolista. (IANNI, 2019, p. 309).

A maior parte das contribuições apresentadas até aqui, para compreender as origens do conservadorismo neofascista, não caracterizam o regime militar como

fascista. Há, entretanto, uma ressalva importante de Ianni, a quem é remetida a importante caracterização do período como uma “ditadura do grande capital”, que categoriza especificamente o Estado brasileiro como um Estado fascista nesse período.

Essa polêmica sobre a categorização da ditadura militar como fascista não é uma polêmica sobre a intensidade da violência e repressão estatal, mas com a forma do exercício da dominação política nesse período. Sobre o tema, não será aqui tratado nem o regime, nem o Estado como fascistas. Mas, as caracterizações que levam Ianni a essa conclusão seguem importantes para compreender a ditadura e os papéis do Estado Brasileiro na acumulação capitalista nos diferentes períodos históricos, e muitíssimo relevantes para compreender os contornos atuais da extrema direita brasileira.

As mesmas relações e estruturas de apropriação econômica, determinadas pela reprodução do capital, desenvolviam e apoiavam-se nas relações e estruturas de dominação política. Em conjunto, conformava-se um Estado de cunho fascista. (IANNI, 2019, p. 54).

Behring, apesar de concordar que esta não seria uma caracterização adequada, sinaliza para semelhanças em alguns traços do Estado no fascismo e na ditadura.

No entanto, há que sublinhar que é muito controverso na historiografia a caracterização de fascismo tanto para o regime pós-64 quanto para o que está em curso hoje no Brasil. Se Ianni falava em Estado fascista, parte da historiografia opera com o conceito de regime bonapartista, dadas as características específicas assumidas pelo fascismo. Em Ianni, essa questão não é posta de forma muito precisa, mas é fato que conteúdos e traços de fascismo estavam postos naquela experiência histórica, ainda que não se possa falar em um regime fascista. (BEHRING, 2019, p. 18).

O principal desdobramento de reconhecer as corretas caracterizações de Ianni atualmente, seria questionar quais dessas características são permanentes no Estado brasileiro, mesmo que ganhem contornos mais dramáticos em períodos como o atual. Outros autores, como Moura e de certo modo Florestan, ao falar de “face fascista do Estado” também operavam com a chave do fascismo para compreender aspectos da ditadura.

O exame desses elementos e o confronto com a propaganda ideológica da extrema direita, além de sua prática unindo elementos de conservadorismo autoritário neofascista e ultraneoliberalismo, permitem-nos compreender melhor os determinantes de seu surgimento e chegada ao poder.

Behring (2019a) aponta que no pensamento de Ianni há a designação do período da ditadura como um “fascismo singular”, aliado ao imperialismo estrangeiro. Apesar de considerarmos que a caracterização do regime militar como fascismo é passível de críticas importantes, esta delimitação observada pela autora em Ianni, pode desmistificar análises do neofascismo, que em parte tratam como novidade sua subordinação ao capital estrangeiro.

O que Ianni caracterizava como especificidade do fascismo brasileiro na ditadura diz respeito ao caráter de subordinação ao imperialismo, que marca o capitalismo dependente brasileiro ao longo de sua história e que se fortalece na ditadura.

Ademais da dúvida salutar sobre a designação da ditadura como fascismo, de fato, o elemento antinacional, o afastaria das formas clássicas do fascismo na Europa e até mesmo do nacionalismo forte que marcava o nascimento do movimento fascista brasileiro, denominado como Integralismo: “Desde que se instalou, a ditadura se viu fortemente induzida a organizar e concentrar a violência estatal, em conformidade com a violência da acumulação monopolística” (IANNI, 2019 [1981], p. 72).

O que Ianni caracterizaria como “Estado de cunho fascista” baseia-se em uma análise rigorosamente marxista, que não dissocia os elementos de “dominação política na ditadura”, da política econômica dos governos militares, originados pelo golpe empresarial militar.

A ditadura formou-se e desenvolveu-se como contrarrevolução. O bloco de poder que organizou, planejou e deu o golpe de Estado de 31 de março de 1964, e consolidou-se no controle do aparelho estatal, na prática realizou uma ampla e brutal contrarrevolução. Foi a resposta da grande burguesia financeira e monopolista (associada com setores de classe média, da igreja, militares, policiais, latifundiários, burocratas, tecnocratas e outros grupos ou facções de classes) ao ascenso político da classe operária e do campesinato. (IANNI, 2019 [1981], p. 294).

Ianni reforça como a ditadura atuava na construção, a partir do Estado, de condições para maior acumulação de capital privado. Para tanto, o Estado lançava mão do planejamento e, sobretudo, da vigilância e violência contra os que pudessem oferecer resistência à intensificação da exploração. Nesse sentido, aproxima-se substancialmente das contribuições de Marini em sua “Dialética da Dependência” e seus desdobramentos para o exame da ditadura em “Estados de “contrainsurgência”.

Para Marini (2011 [1990], p. 91), o uso da categoria fascismo para tratar da ditadura “mistificava a natureza real do processo e visava justificar a formação de frentes amplas, em que a burguesia tendia a assumir papel hegemônico”. Essa insegurança de Marini é muito similar à de muitos autores, para qualificar o bolsonarismo como neofascismo. O receio dessa categorização levar à adoção da estratégia interclassista para a derrota do fascismo é compreensível. A ditadura militar, assim como o neofascismo, são expressões de uma ofensiva burguesa contra possibilidades de organização dos de baixo na direção da emancipação. Marini dá pistas importantes sobre a sua leitura das ditaduras latino-americanas e porque considerava um equívoco denominá-las como fascistas.

Os planos e programas governamentais não se restringiram a questões de política econômica, em sentido estrito. Ao contrário, não só transbordaram amplamente os vários campos da economia (finanças, comércio, indústria, agricultura, mineração, extrativismo etc.) como avançaram sobre os campos da educação, cultura, meios de comunicação de massas, organização política e muitos outros. Na prática, todos os campos da vida nacional foram alcançados, influenciados, reorientados, dinamizados, bloqueados ou reprimidos. Nesse sentido, cabe mencionar aqui os campos da educação e ciência e tecnologia. (IANNI, 2019 [1981], p. 48).

Ianni, ao destacar as articulações para o exercício do poder pelos militares e pela tecnocracia à serviço do grande capital, posiciona-se na contramão dos que qualificam o regime como exclusivamente militar.

À revelia das classes sociais assalariadas, em geral, e do proletariado e camponato, em especial, o poder foi totalmente atrelado às exigências das classes dominantes. À primeira vista, a ditadura parece exclusivamente militar. A forma pela qual o poder foi exercido não daria margem a dúvidas, se acompanhássemos apenas as aparências do exercício do poder. (IANNI, 2019 [1981], p. 66).

Outro importante elemento na obra de Ianni, que percorre toda sua obra, especialmente nos textos: “Estado e capitalismo”, “Estado e Planejamento econômico e, por fim, em “A ditadura do grande capital”, é a crítica à tecnocracia como instrumento dos monopólios no período da ditadura.

Além de que a sua economia política, competência técnica, ou modo de compreender a organização da sociedade, estava sempre fundada na lógica da acumulação do capital; ou no jogo das “forças do mercado”. Acresce que os “homens de negócio transitavam sem quaisquer dificuldades entre os serviços públicos”. Era assim que se realizava a simbiose entre a ditadura e o capital monopolista. (IANNI, 2019 [1981], p. 67).

Similarmente às conclusões de Oliveira (1977), em sua “Economia da Dependência Imperfeita”, Ianni aponta para as relações com o capital monopolista na aliança entre militares e burguesias nacional e imperialista.

Na prática, toda a história política da sociedade brasileira é uma larga história da contrarrevolução burguesa embutida na formação e desenvolvimento da sociedade civil e do Estado nacional. Toda a história do relacionamento do Estado com a sociedade, com o cidadão, principalmente com os trabalhadores rurais e urbanos, lavradores e operários, negros, índios, mestiços e brancos, imigrantes e nacionais, no Nordeste e no Centro-Sul, na Amazônia e no Oeste, em todos os lugares, toda essa história é uma história de opressão e exploração, na qual o Estado – mais ou menos militarizado ou civil – é posto a serviço dos interesses da burguesia estrangeira e nacional. (IANNI, 2019 [1981], p. 39).

Não por acaso, Ianni dedica-se a desvelar a aparente neutralidade do planejamento econômico tecnocrático, como técnica neutra no ramo da economia desde a publicação de “Estado e planejamento econômico no Brasil”, em 1971. Para o autor, é justamente nesse âmbito, que a dominação política, por meio do Estado, encontra-se com as diretrizes do capital monopolista:

É no âmbito da tecnocracia que tendem a desenvolver-se as articulações entre o “político” e o “econômico”, entre as razões do Estado e as razões do capital monopolista, sob o manto da neutralidade, ou inocência, das técnicas da economia política burguesa. (IANNI, 2019 [1981], p. 68).

Ianni conecta a superexploração, muito bem trabalhada por Marini, às características do Estado ditatorial e às relações sociais de exploração, que forjam a dominação política e a violência sobre os trabalhadores nesse período.

Nesse sentido, também, foi que a ditadura expressou os interesses econômicos e políticos de um bloco de poder que fundou a sua força na superexploração de operários e camponeses. Na prática, foi a classe operária que sofreu o maior impacto da política salarial dos governos militares [...] para aumentar a eficácia desse controle, os governantes ameaçaram, prenderam e torturaram operários e membros de diretorias de sindicatos. Inclusive houve mortos e desaparecidos. Muitos sindicatos foram submetidos à intervenção do poder estatal [...]. (IANNI, 2019 [1981], p. 112).

Nessa direção, Oliveira (2018, p. 58) salienta que o regime militar, apesar de intervir nos sindicatos para sustentar sua política de “arrocho salarial”, “não cortejou seus interventores”. Nesse interim, operou a desnacionalização das indústrias e fortaleceu o anticomunismo. Com base em dados expressivos, Ianni demonstra, na

prática, a superexploração como marca da ditadura e a conecta ao que denomina como caráter fascista da ditadura.

Os próprios governantes têm interesse em que o governo, o regime, o Estado e outras modulações do Estado fascistóide instalado no Brasil apareçam diluídas, encobertas, ambíguas, minimizadas ou misteriosas, sob a expressão sistema.

Apesar das fabulações ideológicas, no entanto, o Sistema é um aparelho de poder real, inquestionável. Ele é invisível, secreto, clandestino, mas ativo, onipresente, todo-poderoso e brutal. Baseado no poder do capital e no monopólio da violência militar-policial, o sistema divide e separa os cidadãos em confiáveis e suspeitos, militares e paisanos, otimistas e pessimistas, patriotas e inimigos, subversivos e corruptos, dóceis e rebeldes, fascistas e comunistas. Sob vários aspectos, os governantes, camuflados sob o sistema, pensam e agem de forma fascista: em geral boçal e brutal, contra todos os que não concordam com eles e decidem falar, questionar, opinar. (IANNI, 2019 [1981], p. 293).

Marini (2018 [1978], p. 1) demarcava que o debate sobre o conceito de fascismo para o regime militar estava em aberto. Diante disso, utilizava fascismo como termo de referência, partindo da caracterização do fascismo europeu como um regime contrarrevolucionário. Contudo, prefere encarar ambos os processos como “formas particulares da contrarrevolução burguesa” (MARINI, 2018 [1978], p. 1). A caracterização de Marini, mais precisa do ponto de vista do regime e suas relações com os processos sociais que o desencadeiam, é uma pista metodológica inescapável para compreender o atual período de fusão entre ultraneoliberalismo e conservadorismo neofascista, justamente por não confundir movimento, regime e ideologia.

Justamente por essa precisão, o autor consegue, a partir de sua caracterização como “Estado de contrainsurgência”, assentada no exame das “formas particulares da contrarrevolução” no Brasil, caracterizar corretamente a ditadura. Sem desconsiderar os elementos fascistas, o autor combateu o esquematismo, o dogmatismo e a reiterada tentativa de enquadrar o regime militar no Brasil nos modelos forjados para discutir o processo europeu de marcha para o fascismo. Marini situa nosso processo autoritário no bojo do desenvolvimento capitalista dependente, que subjuga as formas de dominação burguesa no território nacional.

Coutinho (2008) também discordava da caracterização do período da ditadura militar como fascista. Esta caracterização seria imprecisa para o autor, dado o caráter desmobilizador da ditadura, em contraposição ao caráter mobilizador e de massas do fascismo, desde sua preparação.



Oliveira (2018, p. 58) salientava que o anticomunismo aproximava os militares de um discurso no espectro do liberalismo. No entanto, suas medidas intervencionistas e “levando o grau de estatização do sistema produtivo brasileiro a níveis elevadíssimos” era aparentemente contraditório. O que ficava patente era a direção desmobilizadora, operada pela ditadura empresarial militar, emparelhada com os interesses das potências imperialistas, particularmente dos EUA.

Ianni (1989 [1965]) identificava uma coexistência, no período da ditadura militar, de uma proposta desenvolvimentista e uma autoproclamada liberal. Esta última apresentava objeções à ampliação dos papéis do Estado, a não ser como mero regulador, e a corrente desenvolvimentista punha o Estado em papel de grande importância para a economia.

Ianni descortina como a “ideologia liberal” correspondia aos interesses de “facções de classe” específicos, como “a burguesia agrária exportadora”, a burguesia vinculada ao comércio importador” e a “facção da burguesia internacional vinculada à exportação de produtos primários do Brasil” (IANNI, 1989 [1965], p. 219).

Rocha, analisando a emergência do “libertarianismo”, a quem preferimos denominar de ultraneoliberalismo no Brasil, anota que no plano político, o intervencionismo da ditadura, após o fim governo Castelo Branco, ocasionou que “liberais logo perdessem espaço político para os conservadores, comprometidos com a difusão do catolicismo alinhado com o discurso anticomunista. Esta situação teria perdurado até o início dos anos 1980” (ROCHA, 2019, p. 42).

Mesmo em uma análise contemporânea como esta, aparecem setores burgueses na ditadura com ideários cindidos entre liberais e um desenvolvimentismo conservador. Essa análise, no entanto, deixa escapar as ricas articulações entre esses segmentos na conformação da ditadura do grande capital, conforme Ianni revelou.

Do mesmo modo, o exame da extrema direita atual, seus elementos neofascistas, mais conservadores, reacionários e mais liberais, não podem prescindir da articulação, mesmo episódica, entre esses diferentes segmentos, que permitiu a emergência de um governo de extrema direita

A ideia de Estado como “capitalista coletivo” é central nas reflexões de Ianni, que nos levam ao questionamento da direção das intervenções estatais na ditadura. Ao identificar essa característica, o autor aponta as significativas diferenças entre o padrão de intervenção estatal na ditadura e perspectivas nacional-

desenvolvimentistas críticas, que apontavam para uma reforma na direção da transformação do padrão subordinado do capitalismo nacional.

O que se desenvolve, por dentro da ditadura militar, é a concentração e a centralização do capital monopolista. Mesmo quando o próprio Estado desenvolve o setor produtivo estatal, o que ocorre é o desenvolvimento do Estado como “capitalista coletivo”, um capitalista que também explora e submete os operários das empresas estatais. (IANNI, 2019 [1981], p. 82).

Compreender esse papel da ditadura como estabilizador da ordem burguesa monopolista é central no exame das continuidades após a redemocratização, que permitiram, décadas mais tarde, a emergência da extrema direita e o crescimento de visões de mundo conservadoras, reacionárias e ultraneoliberais.

Em texto de 1979, originário da fala de Florestan Fernandes em encontro da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), o autor destacava o impasse em torno da “abertura democrática”. Observava que as concessões das elites dirigentes eram expressão de seu enfraquecimento. O autor já identificava a tentativa de um processo de democratização “pelo alto” sem a participação da “maioria” da população.

Hoje, saturadas as determinações da realidade, o impacto da ditadura, por meio da subordinação ao capital financeiro, possivelmente seja o elemento de maior influência na destruição da possibilidade de determinação estatal sobre a economia e transformação do Estado em algo mais próximo da utopia liberal do Estado “mal necessário”; ao mesmo tempo, que destina significativos recursos e energias para o socorro de bancos ao primeiro sinal de crise, como ocorrido em 2008 e na pandemia de coronavírus.

Ianni (2019 [1981]) provavelmente foi o autor que apontou mais elementos para a compreensão dos desdobramentos desse processo, do ponto de vista da acumulação capitalista no Brasil e do papel modernizador da ditadura.

Dentro desta estrutura, *et pour cause*, o Estado constitui formas superiores de organização capitalista, consubstanciadas num sistema financeiro público e em grandes empresas estatais, cumprindo o papel desempenhado pelo capital financeiro nas industrializações avançada. (IANNI, 2019 [1981], p. 83).

Ianni (2019 [1981]) além de desvelar as relações particulares, ao nível nacional, entre a dominação burguesa em seus aspectos econômico e políticos, apresenta um importante programa de estudos, como aponta Behring ao discorrer sobre seus textos no prefácio de “a ditadura do grande capital”:

Um estudo da particularidade do Estado brasileiro, que traz vários elementos universais sobre o Estado como categoria, modo de ser, e dele podemos desdobrar hipóteses sobre os limites da democracia na periferia do capitalismo, que tem relação com as bases materiais constitutivas da periferia, a dependência. (BEHRING, 2019, p. 18).

A presente tese insere-se nessa referida agenda de pesquisa, pois em nosso intento de compreender as múltiplas determinações que levam a existência de subtendências regressivas no Serviço Social, identificadas com ideais ultraneoliberais, conservadoras e/ou neofascistas, é indissociável da compreensão dos limites da democracia no capitalismo dependente brasileiro na contemporaneidade.

A ditadura militar não construiu um regime fascista, assim como o bolsonarismo, mesmo com essa intenção, não foi capaz ainda de construir um regime neofascista. Contudo, é central identificar os elementos fascistas na atual conjuntura como era no período ditatorial. A relutância de segmentos da esquerda em identificar esses elementos no Brasil de hoje pode obnubilar análises e impedir importantes avanços na compreensão dos movimentos constitutivos da realidade brasileira atual.

A preocupação dos autores e militantes de esquerda em caracterizar a ditadura como fascista era relevante em dois aspectos apontados adiante. No aspecto teórico-metodológico, a caracterização da ditadura militar como fascista poderia representar uma explicação em torno de abstrações e modelos e não da “análise concreta da realidade concreta”, induzindo assim a equívocos importantes do ponto de vista da análise. No aspecto político-estratégico, a tática que decorreria de uma simplificação da realidade brasileira a um fascismo tropical, ao impedir a análise das relações entre setores burgueses com a instauração do regime militar, poderia induzir para o equívoco de amplos setores à época, que justificavam alianças com setores burgueses, ditos democráticos, como tática para derrotar o fascismo no Brasil.

Marini sistematiza um pouco desse receio, presente em sua organização (POLOP). Ele não desconsiderava os “traços fascistas” das ditaduras militares, mas situava sua emergência nas determinações do capitalismo dependente brasileiro, ao responder a esse debate com o conceito de “Estados de contrainsurgência”. É possível identificar algumas similaridades no uso do conceito de neofascismo com as observações feitas por Marini sobre a constituição do “Estado de contrainsurgência”, e a existência de traços fascistas aclimatados na realidade do capitalismo dependente no Brasil.

Apesar de grande acordo com as avaliações de que a ditadura não constituiu um regime fascista, há que se considerar todos os traços fascistas da forma de exercício da dominação nesse período. Além disso, anote-se que o grupamento mais próximo do fascismo histórico no Brasil, os integralistas, romperam com João Goulart em 1962 e:

Fizeram parte do bloco conservador e receberam financiamento de instituições anticomunistas, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES). Esse foi um momento em que o movimento integralista articulava, por intermédio das edições GRD, propriedade de Gumercindo Rocha Dória, com a agência Norte americana United States Information Agency (USIA). (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 105).

Dessa maneira, os integralistas participaram desde a preparação até a consolidação do golpe empresarial militar de 1964 e passaram à base de apoio, ingressando no ARENA após o Ato Institucional nº 2, que instaurava bipartidarismo e extinguiu os demais partidos da legalidade.

A maior parte da influência dos integralistas nos governos militares estava presente nos temas de educação e cultura. Participam ativamente em 1969 da criação da disciplina de Educação Moral e Cívica, atuando ativamente na disputa de rumos da educação, em torno de seu parâmetro de moralidade e uma defesa patriótica. Essa incidência refluíu ao longo do tempo e chegou a níveis reduzidíssimos após a morte de Plínio Salgado, em 1975. No campo da política, os grupamentos fascistas apoiavam a ditadura no Brasil, como os neofascistas apoiam o governo Bolsonaro.

Entretanto, o maior equívoco de uma caracterização do regime erguido após o golpe de 1964, apenas pelo prisma da política, estaria em não compreender as articulações entre o grande capital, as potências imperialistas e a burguesia associada no Brasil na construção do golpe.

Nessa direção, as contribuições de Ianni (1989 [1965]) demonstram-se centrais para compreender, como por trás da ilusão tecnocrática, estavam os interesses do grande capital. Sua produção não apresentava, do ponto de vista da crítica da economia política, o detalhamento dos processos de produção e circulação, encontrados na produção dos autores ligados à Teoria Marxista da dependência, particularmente Marini. Todavia, destacam-se em sua obra as articulações entre a característica do trabalho superexplorado, a dinâmica da acumulação capitalista e sua relação com o exercício do poder político em solo nacional, em suas diversas dimensões.

Desse modo, Ianni escapava do risco de uma concepção economicista, tal qual negava uma leitura polícticista do período da ditadura. Demonstrava como o poder político atuava na consolidação do capital monopolista nesse período, intensificando tanto a concentração, quanto a centralização de capitais.

Os próprios processos de concentração e centralização do capital adquiriram maior abrangência e dinamismo com o crescimento do sistema federal de planejamento. Foi assim que o capital conseguiu arrancar uma taxa extraordinária de mais-valia da classe operária. (IANNI, 2019 [1981], p. 76).

### 3.7.1 A contra-hegemonia no mundo da cultura

As análises da conjuntura anterior ao golpe são polêmicas no que diz respeito à mensuração da correlação de forças e ao desenvolvimento da luta de classes naquele período. Há, por exemplo, em Ianni (1989 [1965]), a leitura de que vivíamos uma conjuntura pré-revolucionária, enquanto em Florestan, uma demarcação do caráter preventivo da revolução, que não estaria na ordem do dia. Apesar disso, há características progressivas naquele período que alteravam significativamente a realidade brasileira, ameaçando as formas de exercício da hegemonia por setores burgueses.

Uma das experiências democratizantes desse período foi listada como uma das mais significativas por Schwarz (2014 [1978]), trata-se dos acontecimentos em Pernambuco por ocasião da candidatura de Miguel Arraes ao governo estadual, e em sua gestão em Recife. Exemplos importantes foram a aplicação massiva do método Paulo Freire e a criação do Movimento de Cultura Popular.

Schwarz (2014 [1978]) informa que este movimento foi extinto na ditadura e teve sua sede em Recife transformada em Secretaria de Assistência Social. Fato emblemático do papel que a política pública de assistência social possuía no período, no que diz respeito à construção de “consentimento passivo”<sup>12</sup>, o que influenciou diretamente a realidade dos profissionais de Serviço Social no período. Isso explica por que significativos esforços da ditadura se dirigiam ao Nordeste, dado o avanço das forças democráticas no período pré-1964, que representavam um risco em todo o país.

---

<sup>12</sup> A categoria “consentimento passivo” em Gramsci, relaciona-se à aceitação não consciente da dominação, exercício típico, sem a ação efetiva e consciente dos intelectuais, organizadores das classes subalternas.

Essa sanha antidemocrática no período da ditadura influenciava as instituições, com o objetivo mais arraigadamente conservador de manter as estruturas de dominação vigentes no Brasil. Para isso, reforçavam ainda mais o divórcio entre a cidadania formal e os direitos acessados pela maioria da população. Vejamos a observação de Ianni sobre isso:

É nesse sentido que a dissociação entre o “país real” e o “país formal” não é uma figura de retórica. O que é um fenômeno antigo e reiterado na história da sociedade brasileira – o caráter oligárquico, autoritário, ditatorial do poder estatal – reaparece com novo significado. A ditadura desenvolveu e aperfeiçoou o divórcio entre o Estado e largos setores da sociedade, principalmente empregados, operários e camponeses. (IANNI, 2019 [1981], p. 274).

Schwarz (2014 [1978]) foi possivelmente otimista em relação à incapacidade de a ditadura militar operar a disputa cultural. Sua hipótese de uma hegemonia de esquerda no campo cultural, em certos momentos subestima os efeitos dos elementos estruturais que marcaram o fenômeno, já identificado por ele como um desmonte da cultura e, tematiza pouco sobre sua capacidade de influenciar a cultura de massas. Ianni também destacava a dificuldade na obtenção de consentimento, mas destaca que em alguns segmentos de classe houve amplo apoio ao regime.

Mas o bloco de poder instalado no aparelho estatal não conseguiu desenvolver e consolidar a sua hegemonia. Por algum tempo, em especial durante os anos de sucesso da política econômica, em 1968-1973 houve razoável apoio político à ditadura, por parte de toda a burguesia, militares, policiais, oligarquias regionais e setores de classe média. (IANNI, 2019 [1981], p. 312).

Mesmo que alguns prognósticos não tenham se confirmado, a crítica de Schwarz permite identificar, no campo da ideologia, elementos e articulações que seriam invisíveis em uma análise culturalista ou estruturalista. O autor situava as origens de uma hegemonia de esquerda na pequena e média burguesia, o que considerava uma “anomalia”; na peculiaridade do “socialismo que se difundia no Brasil”, até aquele período, ser “forte em anti-imperialismo” e fraco no que diz respeito à organização da “luta de classes”. Essas peculiaridades teriam propiciado a hibridização do “desenvolvimentismo” com o “nacionalismo populista” (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 10).

Ademais de muitas explicações adicionais serem necessárias, o autor capta parte dos dilemas que explicam o surgimento de uma crítica ao dualismo, expressa

nas teses da sociologia uspiana, na crítica ao populismo de autores como Weffort, na teoria marxista da dependência, entre outros, que forjam o novo ciclo da esquerda brasileira, tendo como um dos espaços mais importantes de articulação o Partido dos Trabalhadores.

Ao refletir sobre “o nacionalismo por subtração”, Schwarz aponta para a “experiência do caráter postiço, inautêntico, imitado, da vida cultural que levamos” (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 81). Expressava assim, a tradução cultural do fenômeno já descrito, que diz respeito à impropriedade das categorias importadas da Europa para o desenvolvimento do *capitalismo sui generis* no Brasil.

As investidas no campo cultural da ditadura, mesmo que não tenham constituído uma unidade ideológica com forte adesão, foram relevantes pela desarticulação e desmobilização promovida pela repressão. Esse papel, em diversas dimensões da vida nacional, aparece na educação, nos acordos MEC USAID e na intenção de reconfigurar a educação superior para moldes menos críticos e mais adequados aos objetivos da “segurança e desenvolvimento” (IANNI, 2019 [1981]).

Schwarz (2014 [1978], p. 8), em nota de 1978, salienta que apesar da repressão operada pela ditadura, preservava-se uma hegemonia de esquerda em segmentos “diretamente ligados à produção ideológica”, que apesar disso, eram impedidos por força policial de produzir conteúdo público à esquerda. Entendendo o subdesenvolvimento como “a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia”. Ianni enriquece essa análise apontando elementos da construção de “consentimento passivo” pela ditadura.

É verdade que a ditadura adotou várias políticas destinadas a recriar laços com as classes subordinadas. O rádio, a televisão, o futebol e o conjunto da indústria cultural, muitos foram os elementos acionados pelos governantes para recriar ou desenvolver laços entre as classes subordinadas, oprimidas, e o bloco de poder. Foi grande o empenho dos funcionários do bloco de poder – burocratas e tecnocratas, civis e militares, nacionais e estrangeiros – no sentido de convencer o povo, os trabalhadores, os operários e camponeses, de que o Brasil ia ser uma “pátria grande”, “potência mundial” e outras fantasias da “geopolítica do capital”. (IANNI, 2019 [1981], p. 275).

Há, nesse período, intenso desmonte das resistências culturais nas classes médias, mas também entre os segmentos mais oprimidos e superexplorados. Moura (1977) aponta para um recrudescimento ocorrido sub-repticiamente contra entidades negras, sob acusação de racismo no período em que escreve. Após amplo crescimento dessas entidades, o que poderia cumprir importante papel na articulação

para denúncia das características racistas da sociedade brasileira, estas foram reprimidas e desarticuladas como organizações antinacionais.

Similar acusação sustenta-se na disputa ideológica promovida pela extrema direita no Brasil. Justifica perseguições à militância negra antirracista, cujo exemplo maior têm sido a conversão da Fundação Palmares, bastião da memória da resistência negra, em um órgão de propaganda da extrema direita e seu racismo, reforçando aspectos do mito da democracia racial. Cenário que é piorado pela liderança de um homem negro no desmonte desta Fundação. Seu ímpeto liquidacionista produz uma gestão que envolve assédio moral e ameaças de queima de livros!

### **3.8 Crise da ditadura e movimento operário**

A intensa repressão aos trabalhadores e a propaganda ideológica da ditadura encontram importantes óbices, pela deterioração das condições de vida, intensificada no período iniciado na segunda metade da década de 1970. A propaganda da ditadura, em torno do Brasil Grande, convivia com a intensificação da exploração de trabalhadores urbanos e rurais.

Ianni (2019 [1981]) destaca que, apenas na década de 1980, começaram a aparecer, nos planos econômicos da ditadura, ações para enfrentar o cenário de crise, expressos na preocupação com a dívida externa e na definição de “prioridades setoriais”, que davam corpo a um maior intervencionismo em diversos aspectos da vida social, como forma de enfrentamento da crise.

Em contrapartida, os trabalhadores intensificam sua organização, protagonizando diversas mobilizações, sendo as mais simbólicas as greves dos trabalhadores das montadoras do ABCD Paulista, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva e uma geração de dirigentes sindicais que despontavam no cenário político. Florestan situa justamente as causas da crise da ditadura na luta de classes, no processo de acirramento dessas lutas e do avanço no nível de consciência das massas de trabalhadores, que se convertiam em classe “para si” nas lutas operárias em curso naquele período.

Ianni aponta como a brutal superexploração e o descontentamento com a política da ditadura potencializaram e repolitizaram a organização dos trabalhadores, que desemboca nas vitoriosas greves do ABCD Paulista em 1979. “As mesmas



contradições sociais que os governantes imaginaram desconhecer, suprimir ou controlar foram recriadas e desenvolvidas pela mesma economia política que constituiu a ditadura” (IANNI, 2019 [1981], p. 53).

Havia, por ocasião da crise da ditadura e da reorganização do movimento operário no Brasil, uma importante expectativa na redemocratização desde os anos finais da década de 1970. Militantes e Intelectuais críticos passam a acreditar em um processo de democratização da sociedade brasileira, a partir dos setores oprimidos e explorados, rompendo com a tradição de mudanças operadas “pelo alto”, que marcavam a história da sociedade brasileira. No trecho abaixo, Ianni representa parte dessa esperança:

É bastante provável que o golpe de 1964 e a ditadura assinalem a época de encerramento da contrarrevolução burguesa no Brasil. Há vários indícios de que isso pode estar acontecendo, exatamente por dentro do processo da contrarrevolução burguesa iniciada em 1964. Dentre os vários aspectos histórico-estruturais importantes da ditadura, enquanto forma de desenvolvimento da contrarrevolução burguesa no Brasil, cabe examinar alguns aqui, de modo breve. Note-se que todos eles se articulam em algum momento, como manifestações da revolução democrática que o povo brasileiro em geral, e os operários e camponeses em especial, está realizando. (IANNI, 2019 [1981], p. 344).

### **3.9 Acadêmicos de esquerda contra a conciliação de classes**

A emergência do movimento operário acompanhava a constituição de uma “nova esquerda” no Brasil, processo que começa a ser forjado ainda dentro dos quadros do PCB, como vimos na crítica de Caio Prado Jr. e, sobretudo, em setores da academia que resistiam às alianças com segmentos burgueses, como parte da estratégia socialista no Brasil, mesmo antes do golpe de 1964. A academia aparece como um espaço de resistência ao reformismo dualista: “saindo da aula, os militantes defendiam o rigor marxista contra os compromissos de seus dirigentes” (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 16).

Schwarz situa no equívoco dualista, assim como outros intelectuais da esquerda, as causas da derrota em 1964. A esperança em um setor burguês moderno teria impedido a resistência por parte do PCB e seria algo que impregnava o mundo cultural, dada a hibridização entre desenvolvimentismo e populismo já referidas neste estudo.

Na chave que se consolidou na escola de sociologia paulista, Schwarz (2014 [1978], p. 23) identifica, na combinação entre moderno e atraso ou na sua expressão

“a coexistência de manifestações ligadas a diferentes fases do mesmo sistema”, os motivos para “idas e vindas” do pensamento burguês, ora mais liberal, ora mais autoritário. Essa combinação é expressa no trecho abaixo:

Assim a integração imperialista, que em seguida modernizou para os seus propósitos a economia do país, revive e tonifica parte do arcaísmo ideológico e político de que necessita para a sua estabilidade. De obstáculo e resíduo, o arcaísmo passa a instrumento intencional da opressão moderna, como aliás a modernização, de libertadora e nacional passa a forma de submissão. Nestas condições, em 1964, o pensamento caseiro alçou-se à iminência histórica. (SCHWARZ, 2014 [1978], p. 23-24).

A crítica cirúrgica de Ianni aproximava-o de uma oposição ao dualismo, que ganha importância nesse período histórico e constitui o fulcro central das análises da formação social e econômica do Brasil a partir de 1960. Tal posição crítica, conjugava a oposição à tática democrática e nacional do PCB e ao nacional desenvolvimentismo crítico de Celso Furtado e teóricos da CEPAL. Essa crítica de Caio Prado, Fernandes, Oliveira, Coutinho, entre outros, deságua no que aqui denominamos de “estratégia democrático-popular”, assimilando a conceituação de IASI (2012).

A emergência dessa perspectiva estratégica deve ser localizada na década de 1960 e 1970 e se materializa em 1980; na conjugação da crítica de acadêmicos de esquerda com a ação política de movimentos operários e camponeses, que dão origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT), ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e uma miríade de movimentos em torno do Partido dos Trabalhadores.

A visão dual, orientada para o seccionamento de setores burgueses em “arcaico” e “moderno”, segundo Ianni (1989 [1965], p. 75), seria baseada em uma “concepção mecânica da realidade”, retirando a característica contraditória da própria realidade, substituindo-a por uma leitura maniqueísta, assentada sobre uma “oposição entre o bem e o mal”, desconsiderando que ambos são “produtos da atividade dos mesmos homens”. As leituras baseadas na dualidade “retirariam a historicidade da história, tomando o objeto presente em sua existência manifesta” (IANNI, 1989 [1965], p. 73).

Em 1965, Ianni (1989 [1965]) já problematizava as análises da formação econômico-social brasileira pautadas em hipotéticas dualidades, demarcando como a análise destas convertia-se em “construção de antinomias”. O autor reforçava que os desequilíbrios, que justificavam análises dualistas, não eram senão expressão do

desenvolvimento desigual e combinado, em relação às regiões do país, característico das marcas do nosso subdesenvolvimento.

A crítica ao dualismo presente em Ianni também é frequente em autores como Schwarz, Oliveira, Coutinho, Marini e Caio Prado Jr. Estes intelectuais, assim como intelectuais trotskistas, cuja maior referência foi Mário Pedrosa, foram precursores do questionamento à estratégia do PCB e da busca por uma nova estratégia para a esquerda socialista e comunista no Brasil. Essa crítica apontava para um programa democrático para o Brasil, operado desde baixo, com independência de classe. Esta última, segundo Coelho (2012), é o epicentro do que conforma a esquerda brasileira desde 80 e é justamente o abandono processual dessa perspectiva, nos governos petistas, que marca a principal derrota da esquerda brasileira, dada pela conversão do PT à ordem.

Florestan Fernandes (2011 [1974], p. 129), em uma crítica à produção de Caio Prado Jr, aponta para o equívoco teórico-metodológico desse em igualar a produção escravista à empresa capitalista. Fernandes chega a dizer que tal adaptação seria tão pouco factível quanto a dos autores que enxergam esse período como um feudalismo brasileiro. Essas diferenças, no entanto, não eliminam as semelhanças entre o pensamento de ambos os intelectuais, no que diz respeito à necessidade de um processo de democratização, cujos sujeitos protagonistas encontram-se na classe trabalhadora.

### **3.10 A estratégia democrático-popular**

Era forte a percepção de que segmentos burgueses no período histórico em que Florestan Fernandes (2011 [1979], p. 87) escreve, já não seriam capazes e nem sequer interessavam-se pelas bandeiras da revolução democrática. O diagnóstico de que apenas a classe trabalhadora seria capaz disso, afastava Florestan de táticas aliancistas e contemporizadoras e, identificava a democratização com a luta das classes trabalhadoras, o que exige autonomia e independência de classe, perspectiva muito presente no PT das origens.

A Revolução democrática, vinda de baixo para cima, não constitui uma dádiva da ordem social capitalista às classes trabalhadoras. Os nossos estratos burgueses não revelaram a elasticidade da “burguesia conquistadora” e não se puseram à frente da revolução democrática. Ao revés, tentaram retardá-la e por fim impedi-la. (FERNANDES, 2011 [1979], p. 87).

Fernandes (2011) destaca a impossibilidade de uma solução “pelo alto” para a condição de dependência e para a superação da ditadura como uma de suas expressões:

Se o Brasil sair de sua condição dependente, não sairá pela mão dos algozes, mas das vítimas - e não das vítimas ocasionais de mais uma das ditaduras burguesas, mas de todas as vítimas do sistema capitalista de poder. (FERNANDES, 2011 [1979], p. 91).

O autor apontava para a necessidade de construção de um “mercado nacional” e resolver os “problemas dessa massa de excluídos”, existente no Brasil como vital para o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, aproxima-se das percepções do nacional-desenvolvimentismo, mas sobretudo de perspectivas críticas à tática da conciliação de classe, como a Teoria Marxista da Dependência.

Marini (2011 [1973]), em sentido aproximado, apontava a distinção de ciclos de produção e consumo, como um dos elementos constitutivos da dependência. Assim, difere-se das leituras centradas no mercado mundial da CEPAL e das suas saídas políticas apontadas para a superação do subdesenvolvimento. Distingue-se dos nacional-desenvolvimentistas e de sua aposta na solução política endógena, com a promoção do mercado interno e estímulo à indústria nacional, apontando para a conjugação do enfrentamento ao Imperialismo e às burguesias nativas, associadas ao grande capital.

Do ponto de vista estratégico, Fernandes propunha como alternativa ao Estado autocrático-burguês e seus esquemas de estabilização com repressão, uma revolução democrática a partir de baixo, das majorias. Aparece claramente, em germe no seu texto de 1977, o que viria a ser a estratégia democrático-popular expressa nos programas do PT, a partir de 1980.

Behring (2019) chama a atenção para a crítica empreendida por Ianni àqueles que vinculavam sua análise a uma premissa de que as classes populares no Brasil seriam excessivamente fracas, como principal motivo da derrota ou, que por essa leitura apontavam para a necessidade da conciliação de classe. Em sentido diverso, observa-se o recorrente uso da força pelo Estado brasileiro que, “impregnado de teses racistas”, ataca a possibilidade de reversão da autocracia burguesa.

Ianni insere-se, como aponta Behring (2019a), no campo da crítica à estratégia do PCB. Por meio dessa perspectiva de análise, destaca a violência da burguesia

como estruturante da dominação burguesa no Brasil, e o equívoco de uma tática de alianças com segmentos burgueses, em prol de uma “revolução democrático-burguesa” tardia. Essa crítica culminaria com uma leitura expressa nos contornos na “estratégia democrático-popular”, com grande força a partir de 1980 e a qual estão vinculados os ventos de renovação do Serviço Social Brasileiro.

Para Oliveira, outra possibilidade estratégica abria-se a partir das mobilizações dos trabalhadores no fim da década de 1970 e durante a década de 1980; processo esse em que surgiram a CUT e o PT. O autor atribui à reestruturação produtiva, a regressão desse movimento. No entanto, ao longo da década de 1990, o movimento de trabalhadores perderá força e, mesmo que não se considere mais o subdesenvolvimento como questão, é consolidada a “via passiva” de democratização, sem ameaças ao *status quo*.

Coutinho (2008 [1999], p. 147) nesse período de ofensiva do capital, na década de 1990, ao ser questionado sobre os desafios para a construção de um projeto estratégico para o Brasil, continuava apontando para os “processos de modernização excludentes” e para um capitalismo com “a exclusão das grandes majorias”. Mesmo que Coutinho tenha se transformado em um ferrenho crítico dos governos do PT, há em seu discurso elementos que foram centrais nos discursos petistas, como o centro programático no “desenvolvimento com distribuição de renda”, no fortalecimento do mercado interno, entre outros.

Todavia, apesar dos governos do PT instaurarem mudanças no aparelho de Estado, com fortalecimento de políticas de transferência monetária e aumento real do salário-mínimo, que impactaram o mercado interno, e incentivos às empresas nacionais, tais mudanças ocorriam sempre limitadas às propostas neoliberais de redução do investimento em políticas sociais redistributivas.

Coutinho sustentava até o fim da vida a sua posição polêmica em torno da “democracia como valor universal”, entretanto, em texto mais recente (2008 [1999]) apontava uma revisão, destacando que seria mais prudente falar em “democratização como valor universal”. Sua posição original, muito criticada, e equiparada injustamente ao reformismo da II Internacional, dizia respeito à defesa da democracia das majorias contra a ilusão democrática das minorias. O autor era frequentemente preocupado com o debate sobre democracia como parte central da compreensão da “questão nacional”.

Coutinho (2008, p. 155) destacava, em sua perspectiva estratégica, as particularidades excludentes da modernização capitalista no Brasil e apontava assim,

para a defesa de um “reformismo revolucionário”. Uma proposta de instauração de reformas graduais, que apontavam para a superação da ordem burguesa, sem prescindir dos necessários confrontos, mas centrada nos processos de democratização do Estado.

É à luz dessa perspectiva, que Coutinho criticava os governos do PT, não de uma perspectiva revolucionária *stricto sensu*, mas de um reformismo anticapitalista e radical, que era sintetizado no programa democrático e popular defendido pelo PT e sua correlata estratégia de enfrentamento ao grande capital. Ao se adaptar à ordem neoliberal, o PT teria caminhado no sentido inverso dessa proposta. Desta maneira, Coutinho diverge de autores que situam as causas da derrota na própria Estratégia Democrática e Popular. Em um caminho que nos parece mais promissor, o transformismo<sup>13</sup> petista teria propiciado o abandono dessa perspectiva estratégica com a adesão à política tradicional, sob a hegemonia burguesa no Brasil, e aos ditames do grande capital em sua forma neoliberal.

Neste debate sobre estratégia, Coutinho (2008) aponta na mesma direção dos segmentos intelectuais que, desde a década de 1960, exerceram a crítica ao etapismo da esquerda, plasmado no PCB, passando por Caio Prado, Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Ruy Mauro Marini, Otávio Ianni, entre tantos outros. O diagnóstico que orienta essa crítica diz respeito à impossibilidade de participação da burguesia no projeto de transformação estratégica necessária ao Brasil.

Acredita-se que Coutinho (2008) elencava importantes elementos para compreender o ciclo atual da esquerda, que devem ser enriquecidas, mas que acerta, sobretudo, ao demonstrar como o “novo desenvolvimentismo petista”<sup>14</sup>, consolidado nos anos 2000, contrariava grande parte da crítica que marca a origem do PT. Esse processo terminaria com o golpe de 2016, enterrando novamente as expectativas de

---

<sup>13</sup> Uma possível interpretação essencialista que situa na própria estratégia democrático-popular as causas da derrota programática que significou a adesão do PT à ordem, seria um equívoco. Na direção oposta, Coelho (2012), identificou diversos elementos que incidiram sobre a conversão do PT em “esquerda para o capital” e sua ruptura com o princípio da “independência de classe”; e Iasi (2012) identifica as “metamorfoses” no caráter classista, no processo de disputa interna do partido. A utilização da categoria gramsciana de “transformismo” é um recurso importante para compreender este trânsito das posições hegemônicas na esquerda brasileira. Nas páginas a seguir tematizaremos algumas leituras deste processo como “transformismo” que em Gramsci (2011, p. 317) é utilizado para descrever dois processos: o “transformismo molecular”, quando “personalidades políticas elaboradas pelos partidos democráticos de oposição se incorporam individualmente à classe política” e o “transformismo de grupos radicais inteiros, que passam ao campo moderado [...]”. No caso do PT o que vimos foi esse processo em que grupos inteiros passaram a defesa da ordem burguesa.

<sup>14</sup> O próprio PT passaria a partir do segundo mandato de Lula, a se denominar como partido novo desenvolvimentista, em alusão ao nacional desenvolvimentismo.

inserção menos subordinada do capitalismo dependente brasileiro, reavivadas na propaganda dos governos do PT e aliados, por meio de uma ruptura violenta da aliança pontual de setores burgueses com as direções petistas.

Assim como a demonstração dos equívocos da esquerda pré-1964, apegada a estratégia democrático-nacional e a uma idealizada revolução democrático-burguesa tardia, não poderia ser dissociada das demais condições que produziram o golpe de 1964; acredita-se que uma leitura dos equívocos estratégicos postos pelo novo-desenvolvimentismo petista e as expectativas de uma pactuação com setores burgueses modernizantes explicam apenas parte do processo posterior.

Há muitos outros determinantes no processo que conduziu a extrema direita e os neofascistas ao poder no Brasil. O exame do crescimento da propaganda conservadora, ultraneoliberal e neofascista no atual período, todavia, é impossível sem uma análise rigorosa da nossa formação econômico-social particular e do caráter repressivo e violento do capitalismo brasileiro sobre os trabalhadores.

#### 4 DO NINHO DO ORNITORRINCO AO BAILADO DAS SERPENTES...

E então veio 1985 e o sonho por liberdade voltou.  
 E por todas as ruas o povo gritava louco por diretas  
 já.  
 Já era hora se fez o tempo, aqueles tempos foram  
 escuros demais.  
 Toda a esperança vinha das ruas e não havia como  
 perder.  
 Mas desta vez fomos logrados  
 por um colégio eleitoral,  
 transição segura fria e lenta  
 para os que estavam no poder.  
 E nosso sonho por saúde e educação  
 se foi, largado pra depois.  
 Banda Deadfish

A estratégia democrático-popular foi o fio condutor dos projetos de esquerda, hegemônicos pelo PT a partir de 1980. Tal estratégia foi forjada na luta pelo fim da ditadura e no diálogo crítico das esquerdas pela redefinição de um projeto estratégico para a transformação socialista no Brasil. É, assim, legatária das lutas populares em uma conjuntura acertadamente caracterizada por Marini (2018 [1978]) e Fernandes (2011 [1979]) como contrarrevolucionária.

Nessa perspectiva, a vitória da oposição frente à contrarrevolução deveria ocorrer por uma democratização substantiva do Estado e da sociedade brasileira. A transição pactuada, “pelo alto”, de forma alguma representou uma ruptura com o padrão subordinado de inserção da economia brasileira, com uma burguesia dependente da superexploração da força de trabalho; ao contrário, assumiu novas características deletérias com a chegada do neoliberalismo nos anos de 1980.

A democratização “pelo alto” foi apenas a primeira derrota dessa possibilidade estratégica de democratização a partir da luta dos trabalhadores e, produziu alterações programáticas no conjunto da esquerda a partir daquele momento. Passam a ser perseguidos, no horizonte do campo popular, a democratização real da sociedade brasileira, por meio da incorporação de amplos segmentos na política, mas sobretudo, no atendimento às necessidades sociais negadas a amplos setores.

Em favor dos trabalhadores, a ampla mobilização que vigia até a década de 1990; porém, em conjuntura de crise econômica aberta desde 1970. Os governos militares já haviam respondido à crise durante a década de 1980, com uma sucessão



de planos e medidas, conforme Ianni (1989 [1965]) e Behring (2021) relataram, mas esse processo ganhou novos contornos após a redemocratização.

#### 4.1 “Devagar é que não se vai longe”

Corro atrás do tempo  
 Vim de não sei onde  
 Devagar é que não se vai longe  
 Chico Buarque

As transformações neoliberais no Estado brasileiro já se desenhavam desde a década de 1980, mas ganharam fôlego e materialidade na década seguinte. O Brasil sucumbiu à avalanche neoliberal; nem mesmo as marcas da política repressiva da ditadura foram enfrentadas, os trabalhadores deparavam-se com uma nova ofensiva burguesa, sob a forma da política neoliberal e seus ataques à organização classista, aos direitos sociais e à possibilidade de democratização real. Behring constrói uma importante síntese sobre os modos da política neoliberal e sua ação no sentido da “redefinição dos padrões de acumulação do capital”, mantido o padrão de dominação autocrático burguês brasileiro:

Revelou-se, mais uma vez e sem surpresas, a natureza submissa e antipopular das classes dominantes brasileiras com medidas que fizeram o país andar para trás, se adotarmos os critérios de Florestan Fernandes (1987) - a ruptura com a heteronomia e o enfrentamento do drama social crônico da desigualdade. Houve, portanto, uma redefinição do padrão de reprodução do capital no Brasil acompanhada de uma contrarreforma do Estado abrangente, cujo sentido definido por fatores estruturais e conjunturais externos e que engendrava um duradouro ajuste fiscal. (BEHRING, 2021 p. 167).

Mattos, sobre o papel da “transição segura fria e lenta” para a conformação dos atuais contornos da luta de classes no Brasil, destaca que o “desafio interpretativo maior”, na compreensão da realidade brasileira, é perceber como o:

Regime democrático que sucedeu a ditadura, combinando de formas variadas doses muito elevadas de consenso, sem abandonar, ou mesmo amplificando, a mais ostensiva coerção, manteve fortes traços autocráticos e contemplou, com novas características, o objetivo “contrarrevolucionário preventivo e prolongado” da dominação burguesa no Brasil a que se referia Fernandes”. (MATTOS, 2020, p. 121).

A ascensão de uma figura como Jair Bolsonaro, alçado à posição de “mito” dos neofascistas brasileiros, até ocupar a Presidência da República é incompreensível

sem um incurso pelas formas que assumem a democracia no Brasil, após a redemocratização. O próprio expediente do golpe midiático parlamentar e judicial, assim como a prisão do ex-Presidente Lula, foi uma possibilidade dada por essa transição truncada para a democracia após a ditadura.

Demier (2019) enriquece a análise deste processo ao desvelar as sucessivas “blindagens” ocorridas no Estado burguês contra a democratização. O referido autor anota que a democracia brasileira é caracterizada pela blindagem do Estado, frente às possibilidades de mudanças na estrutura desigual de nossa formação social.

Em sua versão brasileira, portanto, periférica e dependente, essa democracia de tipo *blindado*, configurada para gerir uma formação social profundamente desigual e com uma burguesia avessa a qualquer tentativa de reduzir minimamente tal desigualdade, teria que contar com uma permanente tutela militar, a qual poderia ser mais ou menos ativa a depender das circunstâncias do conflito social e político. (DEMIER, 2019, p. 118).

Em grande medida, a face autocrática do Estado burguês foi mantida pelo modo de pacto estabelecido no fim da ditadura militar, pela aprovação Lei da Anistia, perdendo os crimes exercidos pelos militares brasileiros em nome do anticomunismo, da ordem e do progresso (GOLDSTEIN, 2019). Um importante paralelo para pensar a “tutela militar”, apontada por Demier (2019), está no conceito de “contra-insurgência” de Marini (2018 [1979]), apesar de neste último, essa tutela aparecer em seu momento mais ativo e por isso, como temporária.

Demier tematiza também os momentos em que a tutela é menos ativa e, nesse sentido, apresenta uma contribuição necessária para compreender os rumos da democracia no Brasil após 1988 até a ascensão dos neofascistas aos espaços mais importantes de poder, carreando uma miríade de grupamentos forjados na propaganda anticomunista, ultraneoliberal, conservadora e neofascista.

A contribuição de Demier (2019) para elucidar o processo de blindagem configura-se central para que examinemos a transição “pelo alto”, entre militares e civis, para além dos seus aspectos aparentes, que poderiam levar a análises ingênuas, que situem a defesa da ditadura como uma questão exclusivamente política ou um defeito institucional da transição. Segundo Silva (2019, p. 101), esse modelo de negociação entre “elites militares e civis” não apenas explica o processo da transição propriamente dita, mas os traços conciliatórios com que os sucessivos governos pós-1988 tratariam a questão da ditadura e seu legado.

Por trás desta ambiguidade, há um Estado, que não se dispôs a enfrentar de modo contundente a existência, no âmbito institucional das FFAA que a ele deve obediência, de uma memória que enobrece o golpe de 1964 e a ditadura, tampouco fomentou ações no sentido de construir uma cultura de respeito aos direitos humanos. (SILVA, 2019, p. 105).

Há uma gama de elementos que comprovam a persistência da justificação da ditadura com argumentos anticomunistas no interior das Forças Armadas, mesmo após a redemocratização, inclusive com episódios de confrontação pública contra o Governo Federal.

Assim, toda e qualquer tentativa de disputar a memória desse período para a defesa dos direitos humanos continuou, mesmo nos governos petistas, sendo tratada pela cúpula militar como revanchismo (SILVA, 2019). Um dos confrontos públicos deu-se na reação dos militares à Comissão Nacional da Verdade (CNV), em dezembro de 2014. Aquele episódio demonstrava que os militares nunca haviam abandonado a defesa da ditadura:

As reações ao relatório final da CNV, apresentado em dezembro de 2014, foram diversas. Clubes militares aproveitaram para forjar uma disputa de “versões” e divulgaram, dois dias depois, uma lista com os nomes de 124 militares, policiais e civis que teriam sido mortos em decorrência das ações da luta armada. A nota foi divulgada no site clube militar e em forma de anúncio em jornais do Rio de Janeiro; alegam tratar-se de uma homenagem às vítimas desprezadas pela CNV. (SILVA, 2019, p. 117).

Tal reação não pode ser desvencilhada da forma agressiva como o bolsonarismo apresenta sua leitura da ditadura, que não apenas justifica os atos violentos, como os enaltece. A votação de Bolsonaro no impedimento de Dilma Rousseff, com homenagens a um torturador, criminoso confesso contra a humanidade, já adiantaria o momento atual, onde há uma defesa das características mais violentas do período da ditadura e não apenas uma acusação de revanchismo para a esquerda.

A radicalização da defesa da ditadura entre os militares na contemporaneidade explica-se pela manutenção de sua “cultura política de viés de direita” (SILVA, 2019, p. 119), propiciada pela transição negociada, “lenta e gradual”.

A recente reportagem de Rafael Moro, no jornal investigativo “The Intercept Brasil”, demonstra a continuidade da propaganda ideológica que mobilizava as tropas para a repressão na ditadura militar e justificava a violência política. Os jornalistas tornaram público o conteúdo de um treinamento militar voltado ao enfrentamento de

ameaças fictício, muito similares aos movimentos sociais no Brasil. Em um cenário forjado para o treinamento, o exército brasileiro enfrentaria forças populares de libertação nacional sob nomes imaginários, mas que demonstravam a luta patriótica contra um inimigo interno. Tal característica marcava a propaganda ideológica da ditadura e ainda hoje justifica a repressão aos movimentos sociais e populares:

O exército realizou em 2020 uma simulação em que candidatos a integrar a sua tropa de elite tiveram de combater uma “organização armada clandestina”. No texto que apresenta o exercício, a força explica que o inimigo fictício surgiu “de uma dissidência do Partido dos Operários”, o “PO”, que “recruta e treina militantes do MLT”, o “Movimento de Luta pela Terra”. (MARTINS, 2021, s.p.).

Na reportagem, ficam claros vínculos ideológicos do ideário contrarrevolucionário, herdeiro da ditadura, com a propaganda ideológica de extrema direita e neofascista nos dias de hoje. Se a propaganda contrarrevolucionária no período da ditadura amalgamava-se com uma versão de desenvolvimentismo, mesmo que subordinado aos interesses do grande capital, a propaganda neofascista vinculava-se ao projeto ultraneoliberal de ataque aos direitos dos trabalhadores e “devastação” em amplos sentidos, utilizando a caracterização de Behring (2021). A autora aponta os efeitos devastadores do ultraneoliberalismo, inclusive e além dos seus efeitos na relação direta entre homens e natureza, efeitos devastadores sobre a sociabilidade com reforço da superexploração, do machismo, do racismo, da LGBTQIA+fobia entre outros elementos.

Destarte, ambas as propostas econômicas, da ditadura militar e do neofascismo, são expressões dos interesses de frações das classes dominantes no Brasil, em diferentes momentos do capital monopolista, atuando como agente interno do imperialismo. Apesar disso, há diferenças importantes no campo ideológico, que se correspondem com estas determinações concretas.

A propaganda no período da ditadura, como expressão contrarrevolucionária, estava a serviço de um processo de modernização “pelo alto”, excluindo amplas massas dos processos em curso, que possuíam como objetivo a industrialização do Brasil. Na atualidade, dado o estágio de desenvolvimento do capital monopolista, a propaganda neofascista conecta-se com o ultraneoliberalismo e sua proposta liquidacionista da face social do Estado burguês por meio dos direitos sociais; e até mesmo, a atuação estatal na direção de reduzir as sequelas da superexploração, que

marca o capitalismo no território nacional. Além disso, aponta para a especialização produtiva como país exportador de *commodities*, na contramão do ideário industrialista de substituição de importações, que influenciava a propaganda ideológica na ditadura. Do país que ia para a frente, chegamos no país em que “O Agro é pop” e move a economia.

Portanto, se no período da contrainsurgência estava em jogo garantir a “revolução passiva”, por meio de uma ditadura sem hegemonia, agora está em jogo o bom andamento da “contrarreforma” em duplo sentido, no sentido da transformação regressiva pela “contrarreforma do Estado” (BEHRING, 2021) e como modo de dominação política, aos moldes pensados por Gramsci (2005) para definir um período de restauração.

#### 4.2 Neoliberalismo no Brasil como contrarreforma

Coutinho (2008) caracterizava o período neoliberal como contrarreformista, e recusava sua compreensão por meio da categoria gramsciana da “revolução passiva”. O autor compreendia os processos de modernização “pelo alto” no Brasil, de 1930 até a redemocratização em 1988, pelo viés da categoria gramsciana da “revolução passiva”, porém enxergava uma mudança significativa no exercício da dominação política no período neoliberal, a partir de 1990.

Coutinho (2008) acreditava ser mais coerente a caracterização da época neoliberal, a partir de 1990, com o recurso à categoria “contrarreforma”, visto o caráter predominantemente restaurador que marca o período. O conceito de “revolução passiva”, diferentemente, seria marcado pela dialética revolução-restauração, garantindo o atendimento de certa parte das demandas dos subalternos e evitando sua sublevação.

A posição defendida por Coutinho estende-se ao período sob hegemonia petista no governo federal. Mesmo com os deslocamentos promovidos pelo governo do PT e aliados, não seria possível utilizar a categoria “revolução passiva”, pois ao manter a direção neoliberal, seus governos eram incapazes de atender parte das exigências dos “de baixo”. Para o autor, a possibilidade de responder essas exigências é nula e suas medidas poderiam, no máximo, atuar de modo “compensatório” e paliativo (COUTINHO, 2008).

Outra caracterização do período sob direção do PT e aliados, encontra-se em Ruy Braga (2010) com sua síntese de uma “revolução passiva à brasileira”. A riqueza da leitura de Braga (2010) residia na incorporação das particularidades nacionais como limitantes, que permitiram apenas o atendimento de certa parte das demandas dos movimentos sociais. Contudo, para os autores citados, este atendimento constituiria uma forma de revolução passiva:

Não compartilho, entretanto, do ceticismo de Carlos Nelson quanto à hipótese da “revolução passiva à brasileira”, pois intuo que a hegemonia lulista satisfaz, se não completamente, em grande medida, as premissas gramscianas a respeito tanto da “conservação”, isto é a reação “dos de cima” ao subversivismo inorgânico das massas, quanto à “inovação”, ou seja, a incorporação de parte das exigências “dos de baixo”. Trata-se naturalmente de uma dialética multifacetada e tensa (inovação/conservação, “revolução/restauração”) que catalisa um reformismo “pelo alto”, conservador, é verdade, porém dinâmico o suficiente para não simplesmente reproduzir o existente, mas capaz de abrir caminhos para novas mudanças-progressistas (no caso do fordismo, analisado pelo genial sardo no caderno 22) ou regressivas (no caso do fascismo). Na minha opinião, a “hegemonia às avessas” nada mais é do que essa via de modernização conservadora, plasmada pelos limites inerentes à semiperiferia capitalista, em que o avanço nutre-se permanentemente do atraso. (BRAGA, 2010, p. 11).

Ademais da caracterização correta de Coutinho quanto à regressividade do neoliberalismo, note-se: há uma importante leitura sobre a particularidade nacional nos escritos que defendem os períodos petistas como “revolução passiva à brasileira”. No que tange aos limites impostos ao governo do PT e aliados, apesar dos “deslocamentos”, mantiveram-se as características centrais da dominação burguesa no Brasil, no entanto, a leitura do que particularizava aquele período em Braga (2010) ilumina significativamente a compreensão sobre as origens do neofascismo, como reação “dos de cima” posteriormente.

Coutinho localizava que parte dos gramscianos fariam recurso ao conceito de “revolução passiva” para pensar o período neoliberal, pela existência de fenômenos de “transformismo”. O autor, no entanto, demonstra como Gramsci utilizaria esse conceito para além das conjunturas de “revoluções passivas”. Sobre essa relação entre “transformismo” e “revolução passiva”, Coelho (2012) concorda com Coutinho (2008), estendendo o uso do conceito de transformismo a conjunturas diversas:

Ora, este é precisamente o caso: o transformismo é um dos aspectos da dimensão política da relação entre os “grupos sociais” no capitalismo, um dos *mecanismos ordinários da hegemonia burguesa*. E a hegemonia, como forma determinada da relação política entre classes, opera na revolução passiva,

mas não apenas nela. Aliás, este sentido “ampliado” de transformismo é sugerido pela própria determinação conceitual elaborada por Gramsci, que procura ultrapassar o particularismo presente no significado original. (COELHO, 2012, p. 298).

Oliveira (2018), de modo aproximado à análise de Coutinho, assinala o período começado em 1930 e que se estende até a eleição de Fernando Henrique Cardoso, como preponderantemente regido pela dinâmica da “revolução passiva”. A eleição de Lula confirmaria que não há mais a preponderância da “revolução passiva”.

Oliveira (2018, p.66) apresenta como principal característica do período neoliberal em relação aos anteriores, o que denominava como mudanças no plano do social. Para o autor, uma “política econômica geralmente conservadora e sob a égide de políticas monetaristas recessivas e políticas fiscais ortodoxas” não seriam uma inovação tão grande na história recente brasileira, desde 1930, quanto os ataques à política social do período neoliberal. É justamente, como vimos discutindo, no combate à regulação, aos direitos dos trabalhadores e na esfera dos direitos sociais, que se constitui o diferencial dessa época. Nesse sentido, Oliveira também caminha na mesma direção da caracterização do período neoliberal como contrarreformista, igualmente à posição de Coutinho.

Apesar da caracterização de Coutinho conter uma série de acertos, ao identificar o neoliberalismo como período de contrarreforma, não podemos encarar esses conceitos como tipificações, ao estilo weberiano. Foram categorias forjadas por Gramsci para compreender outros fenômenos históricos e o recurso a elas deve servir para elucidar os acontecimentos atuais, com muitas mediações, sob risco de ofuscar elementos da realidade na busca de encaixá-los na categoria.

Isso posto, acredita-se que a aproximação com os conceitos gramscianos, relacionado por diversos autores, pode trazer contribuições importantes para explicar a origem da propaganda do ultraneoliberalismo e neofascismo na sociedade brasileira, assumindo diversas formas, inclusive nas subtendências ultraneoliberal e conservadora que tentam afirmar-se no campo das disputas por projetos profissionais no âmbito do Serviço Social.

Algumas reflexões acerca da polêmica dizem respeito ao questionamento se seria possível afirmar que, após o golpe de 2016, tenham sido retomadas características da revolução passiva, como uma ditadura sem hegemonia, mesmo não atendendo nenhuma parte da demanda dos “de baixo”. Para compreender tais

particularidades, o conceito de “neofascismo” parece muitíssimo adequado. Essa discussão leva-nos a pensar diretamente sobre os limites da luta política no capitalismo dependente brasileiro e remete a um debate anterior sobre a ditadura empresarial militar.

Coutinho, acerca da caracterização da ditadura empresarial militar como fascismo, centrava-se na objeção de que não haveria ocorrido, até aquele momento, ampla “ocidentalização”, nos termos gramscianos, da sociedade brasileira, ou seja, não havia ainda uma sociedade civil articulada.

Já apresentadas no capítulo três, outras objeções acerca da caracterização da ditadura militar como fascista, é importante retomar o exame da “ocidentalização” da sociedade brasileira. Um elemento que não comparece na caracterização de Coutinho (2008) sobre o período que antecede à redemocratização “pelo alto” diz respeito aos setores da sociedade civil mobilizados em defesa do autoritarismo no Brasil, bem antes do golpe de 1964.

A experiência do integralismo, por exemplo, como organização na sociedade civil em torno do pensamento conservador e autoritário, pode não ter alcançado êxito justamente pelo caráter autocrático da relação Estado/sociedade. Os sucessivos golpes que o movimento integralista tomou de seus aliados no Estado, de Vargas aos militares, podem dar conta disso, todavia não se pode eliminar que expressava um grau elevado de organização na sociedade civil. A segunda objeção à crítica de Coutinho aponta que não podemos falar em sociedade civil fraca diante da intensa preparação de setores burgueses para o golpe de 1964. Seria mais prudente falar de uma intervenção violenta da burguesia frente à organização de seus oponentes, que em uma sociedade civil fraca.

Apesar disso, partimos das análises coutinianas sobre “ocidentalização” para pensar a emergência do neofascismo no período ultraneoliberal, considerando o marco estabelecido por Behring (2021), em que a política econômica ultraneoliberal consolida-se com o novo regime fiscal em 2016. A origem do fenômeno neofascista, além das determinações oriundas da tendência de crise do capital, está profundamente relacionada com as formas que assumiram a “ocidentalização” da sociedade brasileira, completada no período da ditadura. Nesses termos, esse processo seria parte das condições que permitiram o avanço do neofascismo hoje.

Ao constatar a consolidação dos processos de “ocidentalização da sociedade brasileira”, Coutinho demonstra como houve duas possibilidades de ocidentalização:



a Europeia e Norte-americana, sendo que a primeira permitiria grandes disputas de projeto e a segunda teria um caráter despolitizante e desmobilizador, apesar de uma sociedade civil organizada corporativamente.

Para Coutinho, conviveríamos no Brasil com as duas formas de organização e isso seria expresso, por exemplo, nas distinções entre CUT X Força sindical, PT X PMDB, cujos primeiros representariam mais o modelo europeu de ocidentalização e o segundo o modelo norte-americano (COUTINHO, 2008).

Coutinho (2008) ressalta que a propaganda neoliberal do combate sem tréguas ao Estado propugnava um otimismo em relação à sociedade civil, fonte de tudo o que seria bom, enquanto o Estado seria fonte de todos os problemas da sociedade. O autor chama atenção para o equívoco do uso do conceito de “sociedade civil” como sinônimo de terceiro setor e destaca que o referido conceito em Gramsci seria muito mais complexo, como um espaço de disputa e construção de hegemonia. Coutinho ([1999] 2008) classifica o Brasil como uma:

[...] “sociedade ocidental” (no sentido gramsciano) com uma sociedade civil já bastante articulada e pluralista, mas ao mesmo tempo, de conter dentro de si, também, essa ampla faixa de exclusão social, esse grande “oriente” miserável e marginalizado. (COUTINHO, 2008, p. 167).

Mattos (2020) salienta como Coutinho constrói uma leitura sobre a ocidentalização da sociedade a partir da ditadura, mas ressalta como sua leitura deixa escapar a intensa organização dos interesses da classe dominante na sociedade civil no período que antecede o golpe.

Nesse sentido, ainda que sob a lógica geral de um processo de revolução passiva, ou seja, de uma valorização da iniciativa estatal para operar as mudanças preservando a ordem (e, portanto, reprimindo a organização e mobilização das classes subalternas), as classes dominantes investiram, e muito, em suas associações de classe, órgãos de construção da chamada “opinião pública”, e na constituição das bases para o consenso ativo no interior do bloco dominante, assim como para o consenso dos subalternos. (MATTOS, 2020, p. 117).

Mattos (2020, p. 118) diverge da periodização de Coutinho (2008) sobre “ocidentalização”, pois haveria elementos ocidentalizantes antes de 1964 e persistiriam elementos de “revolução passiva” após a ditadura. Não obstante, concorda em larga medida com a caracterização do período pós-ditadura como

momento de crescimento do número de aparelhos privados de hegemonia e de “relativa estabilidade na democracia parlamentar” (MATTOS, 2020, p. 118).

Esse crescimento esteve associado aos elementos de crise na sociedade, que rebateram em questionamentos do neoliberalismo na década de 1990 e nos anos 2000, em particular após a crise de 2008. Entretanto, existe, inclusive no Brasil, um antecedente histórico desse tipo de organização, que remete a meados do século XX e ganha maior influência no cenário de preparação do golpe empresarial militar de 1964.

A criação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) seriam representativos de entidades dedicadas à batalha de ideias na sociedade, em defesa do liberalismo, como demonstram diversos estudos históricos, cujo mais relevante é o de René Dreifuss (RAMIREZ, 2019). Uma atuação similar ao que tem sido qualificado como *think tank*.

A disputa dessas entidades contra o que qualificavam como “populismo de esquerda” de João Goulart, era também signatária da defesa de um modelo liberal pró-mercado. Essas entidades opunham-se ao projeto das reformas de base de Goulart, pois as identificavam como traço de um intervencionismo estatal, que rotulavam como comunista.

Durante a ditadura, o modelo defendido pelos Institutos supramencionados não progrediu conforme planejavam. Apesar da ampliação de espaços de mercado, a política econômica vigente mantinha laços com uma direção desenvolvimentista, mesmo que subordinada ao imperialismo. No entanto, como bem demonstrado por Ianni (1989) há uma intensa participação burguesa nos rumos da política econômica durante a ditadura.

O segundo momento dos *think tanks* pró-mercado no Brasil dar-se-ia nas décadas de 1980 e 1990, quando cumpriram papel determinante para que os militantes neoliberais dos anos 2000, no terceiro momento de crescimento, passassem a ter sua atuação ampliada. Essa importância relaciona-se tanto à difusão e tradução de bibliografias, como na articulação de indivíduos e organizações que apoiavam tais ideias (ROCHA, 2019).

Grande parte da literatura sobre o que vimos chamando de ultraneoliberalismo trata dos *think tanks* como sujeitos centrais. De fato, estas entidades exerceram funções essenciais para o crescimento deste ideário. Segundo Gimenez (2019, p. 126), “sua origem remete ao começo do século XX, nos países do norte”; contudo,

eles teriam sido remodelados para se dedicar às “batalhas de ideias” e a um crescimento, numérico e em influência, deste tipo de aparato.

O que mostram os dados mais recentes é que, após três décadas de aumento sustentado, um novo *boom* anuncia uma nova geração de institutos: em 2007 se registravam 38; em 2009, 48 e chegaram a 82 em 2012 (MCGAM, 2007, 2010, 2013). A que se deve o crescimento em toda a região? (GIMENEZ, 2019, p. 127).

O crescimento da influência de grupos autointitulados “Libertários” ou “Liberais” que têm sido sustentáculo da propaganda ideológica do ultraneoliberalismo no Brasil foi amparado por uma intervenção crescente de aparelhos privados de hegemonia burgueses, como demonstra o estudo de Casimiro (2018). Todavia, tal hegemonia foi erguida por meio da ação consciente de militâncias identificadas com versões do liberalismo e neoliberalismo mais contundentes, no que diz respeito à forma de participação do Estado na execução de políticas econômicas e sociais. A trajetória destas militâncias é muito bem descrita por Camila Rocha (2019), desmistificando uma leitura dessa propaganda, exclusivamente como expressão do caráter manipulatório do capital monopolista.

Compreender esse movimento contraditório, em que sujeitos organizam-se para a defesa da radicalização do neoliberalismo, autointitulando-se como “libertários”, é certamente relevante para explicar como esse tipo de racionalidade, que rege o capitalismo monopolista contemporâneo, alcança a disputa por projetos profissionais do Serviço Social brasileiro, expressando-se como subtendências no campo do conservadorismo profissional.

A propaganda que aqui preferimos denominar como ultraneoliberal (pois nada possui de libertária) gira em torno da construção de consentimento para políticas antipopulares, intensifica a defesa da mercantilização das políticas sociais, que passa a ser defendida como dogma e não apenas em uma perspectiva de contingência, do possibilismo. Não sendo mais a expressão da política possível, mas a perspectiva ideal da política.

O possibilismo correspondia-se com a visão de mundo difundida por segmentos com origem na esquerda e centro-esquerda para justificar a adoção de medidas neoliberais. Para estes, a mercantilização era comumente tratada como rebatimento da crise das políticas de bem-estar social, além do apelo gerencialista de que entes privados seriam melhores gestores da coisa pública; era ainda, mediado pela

possibilidade de atender melhor a população. Para os segmentos que denominamos como ultraneoliberais, a mercantilização e o desmantelamento das políticas sociais são o objetivo final, como parte de uma apologética ligada à utopia liberal de um mercado eficazmente regulador contra um Estado espoliador.

Com base em Carcanholo, Mattos (2020) defende que o neoliberalismo exponenciou as tendências à superexploração sob o capitalismo dependente. Como vimos até aqui, a forma de dominação política sob o capitalismo dependente no Brasil é a autocracia burguesa. O autoritarismo, racista, patriarcal e antipopular é mais que uma característica da burguesia, é a forma de constituir as relações sociais de produção e reprodução social, sendo assim, estruturante dos modos de dominação no Brasil.

A leitura acima referida alerta-nos que a relação entre ultraneoliberalismo e neofascismo, na conjuntura atual, não é apenas expressão de uma aliança pontual, como não é pontual a relação entre conservadorismo autoritário e liberalismo ao longo da história brasileira. Podemos observar uma relação simbiótica: em que o conservadorismo neofascista e o ultraneoliberalismo são expressões culturais, políticas e econômicas dos modos da exploração e dominação burguesa contemporânea no Brasil.

No discurso dos propagandistas do ultraneoliberalismo no Brasil, no entanto, podemos observar uma tentativa de dissociar o legado liberal do conservadorismo e do intervencionismo estatal. O objetivo final desse divórcio era reabilitar o pensamento liberal como mobilizador, mas carregou, no mesmo processo, a promoção do conservadorismo e reacionarismo, em sua forma mais degenerada: o neofascismo. Vejamos um exemplo deste tipo de operação dos segmentos ultraneoliberais:

O Brasil republicano é um caso particularmente lamentável de políticas econômicas intervencionistas malsucedidas e extremamente nocivas à população. Manuel Ferraz de Campos Salles (1841-1913), último presidente brasileiro totalmente comprometido com a austeridade e responsabilidade monetária e fiscal, governou há mais de 110 anos e é tratado com desdém pelos livros de história. (BORGES, 2018, p. 55).

Borges (2018), importante propagandista ultraneoliberal, mesmo partindo da premissa de que o Brasil sempre foi um antro de intervencionismo, enxergava, nos governos do PT, uma mudança de qualidade no processo. A política “novo desenvolvimentista” do PT para Borges seria “o mais desavergonhado capitalismo de compadrio” (BORGES, 2018, p. 56).

Na denúncia do “capitalismo de compadrio”, Borges (2018) além de expressar a aversão às formas de intervencionismo estatal, imiscui-se na crítica à corrupção. A crítica à corrupção, mobilizadora do golpe institucional de 2016 é marca do anticomunismo brasileiro desde a primeira metade do século XX e foi aglutinador do discurso antipetista/anticomunista, que marca a confluência entre ultraneoliberais, conservadores e neofascistas na extrema direita brasileira. Uniram-se em torno desse discurso, desde os membros do partido da socialdemocracia brasileira, convertidos nos anos de 1990 em partido do neoliberalismo, aos segmentos mais fisiológicos do centrão e a extrema direita neofascista, além do conservadorismo moral de matriz religiosa.

Para Borges (2018), a história do Estado brasileiro seria uma história de perturbação e obstrução da economia. Mesmo o período da ditadura empresarial militar é denunciado como um período intervencionista, e esta constante justificaria os problemas econômicos no Brasil. Apesar das intervenções estatais durante o período da ditadura objetivarem o incremento da acumulação privada, o Estado é visto como causa do problema brasileiro.

Há nessa propaganda ideológica uma chave importante para compreender como pensadores signatários de perspectivas liberais passam a se apresentar como “antissistêmicos” no período dos governos do PT, propiciando a capacidade de angariar adesões para o consentimento em torno do ultraneoliberalismo, que emerge no período posterior. Igualmente, esta observação ilumina uma importante característica da nova direita, mais identificada com o ultraneoliberalismo: seus adeptos diferenciam-se do conservadorismo vitorioso no golpe militar por uma crítica do intervencionismo, assim como, dos neoliberais do PSDB e PT, propagandeando a velha novidade de que o livre mercado seria uma solução inédita para o Brasil.

Apesar de não causar espanto, visto que Borges (2018) era participante da plataforma “Mídia sem Máscara” de Olavo de Carvalho, destaca-se uma visão conspiratória sobre as relações entre o neoliberalismo, sob gestão petista e tucana, com o comunismo. Também não inova nesse aspecto: reproduz o raciocínio de Mises, em sua obra sobre o intervencionismo, e se aproxima de autores conservadores como Scruton, em sua crítica ao multiculturalismo. O caráter doutrinário é patente nessa universalidade pretendida pelo autor, além de desconsiderar a historicidade, como é marca do pensamento burguês decadente. “Se o socialismo revolucionário tradicional é mais rápido na tomada do poder, o intervencionismo é mais eficiente na conquista

de corações e mentes no longo prazo, e, portanto, mais sustentável a longo prazo” (BORGES, 2018, p. 65).

A propaganda dos ultraneoliberais, assim como dos conservadores, assume uma falsa aparência de antissistema, de “grande política”. Sua função mobilizadora ergue-se justamente quando do apassivamento dos segmentos que outrora, nas décadas de 1980 e 1990, mobilizavam setores de massas em torno de uma reelaboração democrática do Estado brasileiro. Destarte, mesmo não sendo a causa central do ascenso da extrema direita, o transformismo atuou como importante fator para o crescimento da propaganda ultraneoliberal e conservadora, particularmente do reacionarismo neofascista; assim como, as consequências da tendência de crise capitalista, exponenciada a partir de 2008 com a crise das *subprimes* norte-americanas e, a ação planejada de segmentos burgueses por intermédio de seus APH's, entre outros elementos.

#### 4.3 Hegemonia da pequena política para o grande capital

No ano de 2007, Oliveira (2018 [2007]) publicou na revista Piauí, um texto que se tornou inescapável na análise à esquerda dos governos do PT. O texto chamado “Hegemonia às avessas”, de tão emblemático, motivou um seminário sob o mesmo título na Universidade de São Paulo (USP) no ano seguinte e originou uma coletânea sob a organização de Francisco de Oliveira, Ruy Braga e Álvaro Bianchi (2011).

No seu texto, Oliveira (2018 [2007], p. 116) destacava o triunfo de uma visão que continha a “irrelevância da política partidária no capitalismo contemporâneo”. O autor informa que o descrédito da política partidária foi constante, com exceção do período histórico de formação do PT ensejando a valorização dos partidos pelas massas trabalhadoras. Acredito que há outras “interferências”, como a formação da Ação Integralista, a trajetória do PCB, nos períodos de legalidade, entre outras. O destaque de Oliveira corresponde com suas apostas na estratégia democrático-popular e no PT como elemento de transformação.

A ideia de “hegemonia às avessas” cunhada pela originalidade de Oliveira (2018 [2007]) propunha-se a descrever o que seria um “fenômeno novo” na época do capitalismo neoliberal. Tal fenômeno dizia respeito às conjunturas em que classes dominadas obtinham vitórias políticas importantes, assumindo a “direção moral” da

sociedade e, contraditoriamente, atuariam reproduzindo a direção imposta pelas classes dominantes.

Para o autor, a África do Sul teria inaugurado esse tipo de dominação quando, após o “apartheid”, o governo oriundo do enfrentamento à segregação racial assumiu um programa neoliberal, legitimando a exploração capitalista intensificada no período. A “hegemonia às avessas” no Brasil, segundo Oliveira (2018 [2007]), não seria equivalente ao patrimonialismo, pois sua base era o capital-dinheiro; não seria patriarcalismo, por Lula não ser a figura típica do patriarca; nem seria populismo, por ser o populismo uma forma autoritária; portanto, seria inovadora.

Oliveira (2018 [2007], p. 124) ousa perigosamente, ao remeter sua leitura da “hegemonia às avessas” às mudanças da equação “força + consentimento”. Na nova forma de hegemonia, “os dominantes - os capitalistas e o capital, explicita-se, que consentem ser politicamente conduzidos pelos dominados”, desde que não houvesse objeções quanto à “forma da exploração capitalista”.

O exagero de Oliveira é uma boa provocação para pensar aquele momento histórico, no entanto, uma análise mais rigorosa da composição dos governos do PT e aliados, dos sujeitos que estruturam as políticas econômicas, do papel determinante dos representantes do grande capital, como expressão de uma resposta ao mercado, dão conta de explicar que quem estava sendo conduzido não eram as classes dominantes.

A categoria de Oliveira, embora aponte para importantes elementos na compreensão das forças de esquerda e seus projetos estratégicos, deixa escapar uma série de mediações na conformação do andamento das políticas neoliberais naquele período. Porém, acerta no alvo, no que diz respeito à “irrelevância da política”, que se tornou central à construção do neofascismo e do ultraneoliberalismo no Brasil após 2016.

Provocado pelo conceito de “hegemonia às avessas”, de Oliveira (2018 [2007]), Coutinho (2010a) desenvolve uma resposta para pensar a hegemonia no período do PT na Presidência da República, que, assim como a provocação inicial, traz elementos importantíssimos para compreensão daquele período e dos desdobramentos que o ligam ao momento posterior no golpe institucional de 2016.

Com base nos estudos de Gramsci, Coutinho (2010a) caracteriza o exercício da dominação política no período neoliberal como “hegemonia da pequena política”, em que a “pequena política” diz respeito à política cotidiana, às questões parciais - abarcando no máximo disputas entre frações de classe - e a “grande política” estaria ligada à conformação das “estruturas orgânicas econômico-sociais”, que sustentam

determinada conformação do Estado. O conceito de pequena política estaria relacionado ao “consentimento passivo”, designado por Gramsci como um convencimento, que não é expressão de organização “autônoma” e ativa das massas, “mas simplesmente uma aceitação resignada como algo natural”. Coutinho (2010a, p. 31) identificava, no período neoliberal, o crescimento da “hegemonia da pequena política” e, localizava o transformismo do PT, como a mais importante expressão da generalização da “hegemonia da pequena política”. Destarte, salientava a necessidade de segmentos críticos apontarem para a grande política e a ruptura com a “servidão financeira” que marca o capitalismo atual.

Deste modo, assim como Oliveira (2018), acentua em sua observação a “irrelevância da política” e elabora uma profunda crítica à despolitização crescente no período neoliberal no Brasil, exponenciada no período dos governos do PT. Em entrevista de 2010, Oliveira apontava que o lulismo seria uma “regressão política”, por levar a política novamente para o paternalismo personalista. Tal processo teria esvaziado o conflito e transformado “a pobreza em questão de administração” (OLIVEIRA, 2018, p. 156).

Os desenvolvimentos posteriores, com o ataque à figura de Lula, inclusive com sua prisão arbitrária, fortaleceram ainda mais esses elementos personalistas. Na contraface deste personalismo, a extrema direita aglutinou-se no Brasil. A eleição de Bolsonaro, após a prisão de Lula, mesmo com o candidato defendido pelo ex-presidente chegando ao segundo turno, demonstraram o acerto da análise de Oliveira.

Coutinho (2010a) salientava em sua leitura sobre a “hegemonia da pequena política” que, para Gramsci, a “exclusão da Grande Política” pode também ser a política burguesa. Desta maneira, a “hegemonia da pequena política” seria justamente a exclusão do debate público de grandes projetos nacionais e, por isso, seria também uma expressão do andamento das lutas de classe ou da “batalha hegemônica”. Para Coutinho esse seria, por exemplo, o *modus operandi* da política norte-americana.

O grande objetivo atual das forças do capital, no Brasil e no mundo, é consagrar a pequena política e a pseudo-ética do privatismo desenfreado como elementos fundamentais de um senso comum que sirva de base à sua hegemonia. É essa precisamente a face ideológica do neoliberalismo. Portanto, a proposta hegemônica da burguesia é precisamente a de consolidar em nosso país o que antes chamei de “modelo norte-americano. (COUTINHO, 2008 [2006], p. 139).



Nesse texto de 2006, Coutinho analisava a conjuntura que antecedeu o ápice da crise de 2008 no capitalismo e um pouco do cenário que prepara o neofascismo e ultraneoliberalismo no Brasil. O PT teria atuado como freio à “hegemonia da pequena política” até o início dos anos 2000, ou seja, atuava contra a despolitização desenfreada imposta pelo neoliberalismo. Após a chegada ao governo federal, ao contrário, teria aberto caminho para “uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós” (COUTINHO, 2008, p. 141).

Oliveira (2018, p. 70) dialeticamente demarcava que a política mantinha sua importância no período dos governos do PT, apesar da sensação de “irrelevância da política”, produzida no cenário neoliberal e aprofundada com o “transformismo” do PT; uma figura sintetiza sua avaliação: “uma espécie de poderoso aparelho digestivo da cultura política brasileira comeu o governo Lula”.

Como na longa trajetória em companhia do capitalismo, o liberalismo realizou a façanha de retirar da política seu caráter agonístico, de decisão nos termos de Carl Schmitt. Na periferia, o neoliberalismo completou o círculo: a política se tornou irrelevante, uma “conversa sem fim”.  
Obrigado, Cacá Diegues: bye-bye Brasil (OLIVEIRA, 2018, p. 78).

Em um memorável trecho da explanação de Oliveira (2018, p. 130), este escreve que se Fernando Henrique Cardoso “retirou os músculos do Estado”, Lula havia “retirado os músculos da sociedade”. Por mais que a alegoria seja um exagero intencional, fornece pistas interessantes para pensar o momento posterior, quando a “geleia geral” da sociedade brasileira sucumbe diante do golpe e da ascensão do neofascismo. Sem músculos no Estado, já enfraquecido o campo dos trabalhadores na sociedade civil, há uma intensificação do neoliberalismo e, assim, foi significativamente minimizada a interferência de setores organizados da classe trabalhadora nos rumos das políticas econômicas e sociais.

Todavia, as agressões ultraneoliberais e neofascistas foram operadas com o apoio da mobilização de segmentos conservadores e ultraneoliberais, no que se distingue significativamente da desmobilização que marca o período anterior. De modo algum, é possível atribuir a responsabilidade pelo surgimento do neofascismo ao PT. Como vimos discorrendo, a situação atual é determinada por uma série de elementos objetivos e subjetivos que nos trouxeram até aqui. Urge, no entanto, salientar que a transformação do PT e de significativos segmentos da esquerda em

apologistas da ordem, no período neoliberal, é produto e produtor da despolitização, preconizada por setores do capital monopolista no neoliberalismo.

Portanto, essa despolitização, ou a sensação de “irrelevância da política”, como acusa Oliveira (2010), é parte do processo em que cresce a extrema direita no Brasil. Ao sucumbirem as propostas democráticas para o Brasil e a estratégia para essa democratização por meio da luta dos oprimidos e explorados, o espaço antissistema ficou aberto para demagogos e oportunistas, que se apresentaram com um discurso de disposição para mudar “isso tudo que tá aí”.

A base material para a ofensiva burguesa ultraneoliberal combina-se com elementos diversos, dentre os quais uma prolongada ofensiva ideológica, que remonta à ditadura e ganhou novos contornos com a redemocratização; e atinge, em cheio, todas as esferas da vida, inclusive o mundo acadêmico, a quem se deve parte significativa das elaborações que forjaram a estratégia democrático-popular.

#### **4.4 A caixa de Pandora neofascista e a chave pós-moderna**

Marini, ao escrever sobre seu retorno ao Brasil por efeito da lei de anistia, descreve não apenas um país que sofreu com a “hipertrofia das desigualdades de classe, da dependência externa e do terrorismo de Estado” (MARINI, 2011 [1990], p. 86-113), mas com a ampliação do “isolamento cultural” em relação à América Latina e “um consumo compulsivo das ideias em moda nos Estados Unidos e na Europa”. Este autor destaca como tal situação não foi um acaso, e apresenta a influência dos institutos financiadores de pesquisas para as ciências humanas e sociais, desde o período da ditadura empresarial militar. Além disso, demonstra como certo corporativismo, desenvolvido inicialmente como defesa em relação à ditadura, foi incorporado como *modus operandi* na academia.

Sobre as formas de articulação entre dominação e conhecimento na educação, Tragtenberg (2009 [1979]) construiu o conceito de “delinquência acadêmica”, para explicar os mecanismos burocráticos em que a busca pela própria reprodução, dentro das estruturas de poder universitário, limitaria a possibilidade de produção de conhecimento crítico.

Marini (1990), na mesma direção de Tragtenberg (2009 [1979]), diagnosticava um fechamento da universidade para produções e eventos de caráter mais amplo, que vão sendo substituídos por publicações de caráter mais especializado.

Indubitavelmente, esse fenômeno participa de um processo de disputa cultural, que resulta na “pobreza teórica” aprofundada com o neoliberalismo.

O relativismo pós-moderno, produzido em larga escala nos anos de 1980 e 1990, invadiu a academia e mesmo que em versões mais críticas, apontava para a ruptura com perspectivas totalizantes e declarava guerra à objetividade. O relativismo, a fragmentação e o ceticismo impedem a produção de conhecimento crítico, na medida em que se transformam em paradigma de produtividade e passam a definir o tipo de conhecimento relevante para a sociedade, sempre parcial e específico.

Na academia, o produto deste caldo cultural de intensa ofensiva burguesa, principalmente após a queda do Muro de Berlim (1989), foi um profundo relativismo e conformismo; as teses de Fukuyama, do fim da história, ecoavam a “nova razão neoliberal”, confirmando não existirem alternativas fora do capitalismo. É justamente, na conjunção entre essa falta de alternativas e a deterioração das condições de vida pelo aprofundamento do neoliberalismo, que o neofascismo e o ultraneoliberalismo passam a se apresentar como alternativas aparentemente globais de transformação no Brasil.

Mello, ao tratar do revisionismo historiográfico que buscava a “liquidação da tradição revolucionária”, apresenta elementos que podem elucidar a compreensão da conjuntura de crescimento da extrema direita, do ultraneoliberalismo, do conservadorismo e do neofascismo no Brasil.

Aliada à enorme influência das teorias pós-modernas nos meios letrados e seu niilismo conformista/catastrofista que caracterizou o ambiente intelectual daqueles anos -onde, como pontuou Frédéric Jameson, no início da década de 1990, para amplos círculos parecia mais fácil “imaginar a completa deterioração da terra e da natureza do que a quebra do capitalismo” (2006: 91) - a liquidação da tradição revolucionária ganhou forte significação. O revisionismo histórico sobre uma revolução que foi tomada por longo tempo como paradigma da mudança social (1789) insere-se, deste modo, nesse contexto de criação dessa “grande narrativa” do neoliberalismo sobre o “fim da história”. (MELLO, 2013, p. 54).

#### **4.5 Quem chocou o ornitorrinco?**

Mattos (2020, p. 125) observa que os anos de 1990 foram um período de “reunificação dos interesses burgueses instalados no país sob o influxo do projeto neoliberal”. No entanto, isto ocorreria concomitantemente com os efeitos desmobilizadores da reestruturação produtiva e um processo de incorporação de setores à esquerda, utilizando formas de “consentimento ativo” com a “incorporação

de segmentos importantes das direções sindicais ao âmbito de seus pressupostos e práticas”. Este é um fenômeno muito bem descrito por Oliveira (2013), apesar das polêmicas que sua análise suscita.

Coutinho ao discorrer sobre características do neoliberalismo no Brasil e as consequências para o debate estratégico, com vistas a sua superação, faz uma importante observação sobre a necessidade de considerar o individualismo presente na cultura nacional no Brasil, sendo exacerbado com o neoliberalismo. O autor destacava a importância estratégica de combinar interesses individuais e uma “ética solidária e comunitária” (COUTINHO, 2008 [1999], p. 167) Essa observação em um texto anterior aos governos do PT dizia respeito à disputa por hegemonia naquele momento histórico, mas lança questões importantes para reflexão sobre os descaminhos que levaram ao golpe e ao crescimento da extrema direita. Coutinho (2010) destacou também como o relativismo pós-moderno, as perspectivas identitárias e o multiculturalismo atuavam na construção da hegemonia da pequena política.

Importante salientar que o identitarismo tornou-se o discurso organizador das lutas contra as formas de opressão pela ação da burguesia, principalmente por meio dos seus aparelhos privados de hegemonia. A face “identitária” que assumiram as lutas de negras e negros, mulheres, LGBTQIA+, avessas às perspectivas totalizantes, não é uma marca de nascença destas lutas. Pelo contrário, a maior parte da revolta desses segmentos comportava formas de anticapitalismo.

Após as revoltas de 1968, cuja mais propalada foi a dos estudantes franceses, cresciam lutas diversas que apontavam para os limites do capitalismo nas mais diversas esferas de dominação e exploração. Tais lutas forjaram os sujeitos posteriormente denominados como “novos movimentos sociais”, mas que, como aponta Fontes (2018), não constituíam novidades na sociedade burguesa.

Não nasciam naquela época, mas se consolidariam ao longo do tempo como lutas por direitos, lutas feministas, antirracistas, antissexistas e lutas ambientais. Estavam estreitamente associadas às condições de existência das massas trabalhadoras, e despontavam como enorme contestação anticapitalista. (FONTES, 2018, p. 53).

Fraser e Jaeggi (2020, p. 104) utilizaram o controverso conceito de “neoliberalismo progressista” para falar sobre o período neoliberal que antecede o crescimento da extrema direita e, observam que este caráter “progressista” provinha justamente da associação entre a propaganda neoliberal e a pauta dos movimentos ditos “identitários”.

Seria mais rigoroso tratar simplesmente como neoliberalismo, o período referido, e delimitar o neoliberalismo ultrarreacionário ou neofascista para nos referirmos a junção do neoliberalismo com formas políticas abertamente autoritárias ou neofascistas. Estes segmentos ultrarreacionários ou neofascistas, como sinalizam Fraser e Jaeggi (2020), renegam a cooptação de movimentos identitários. Destarte, as autoras apresentam uma importante contribuição para compreender o processo de ascensão da extrema direita, a partir da ruptura de segmentos sociais com o neoliberalismo identitário e a radicalização do conservadorismo moral e de um viés antidemocrático.

A cooptação que forja o identitarismo, para Fraser e Jaeggi (2020), teria ocorrido a partir do que denominam como um “encontro contraintuitivo de forças”, unindo neoliberais e os “movimentos provindos da nova esquerda global” (feministas, antirracistas, ambientalistas etc.), o que teria estilhaçado a aliança entre mercantilização e ampliação da proteção social que marcaria o pós-guerras. As autoras apontam para a inexistência daquele padrão de proteção social propagandeado nos anos de ouro do capitalismo para todos os grupamentos, exceto aos homens brancos. Essa inexistência seria um elemento de suporte à integração dos movimentos antirracistas com a crítica neoliberal do Estado Social nos Estados Unidos, por exemplo.

O que distingue a situação de afro-americanos é que ela ultrapassa a linha nos dois casos. Primeiro o trabalhador racializado no capitalismo administrado pelo Estado recebia um salário, mas menor que a média do custo socialmente necessário à sua reprodução. Segundo afro-americanos tinham nesse regime o *status* formal de pessoas livres e de cidadãos americanos, mas não podiam recorrer aos poderes públicos para reivindicar seus direitos; pelo contrário, aqueles que deveriam supostamente protegê-los da violência muitas vezes eram quem a perpetrava. (FRASER; JAEggi, 2020, p. 124).

Apesar de discordar da descrição do processo que origina este “encontro contraintuitivo” do neoliberalismo com os “novos movimentos sociais” em Fraser e Jaeggi (2020), é notório que elas apontam corretamente para o produto desta relação. Ao perceber as conexões entre os diversos elementos de crise do modelo erguido no pós-guerra, que envolvem os movimentos contestatórios e o avanço de uma perspectiva econômica avessa às intervenções sociais do Estado, fornecem subsídios para pensar sobre as fraturas na própria propaganda neoliberal que originam o ultraneoliberalismo reacionário, o conservadorismo atual e o neofascismo.

Todavia, é necessário perceber que mais que um “encontro contraintuitivo”, o que ocorreu de 1970 aos anos de 2000 foi a captação das bandeiras progressivas dos chamados “novos movimentos sociais” pela estratégia neoliberal. Fontes (2018) ilumina essa hipótese ao descrever o processo de conversão desses movimentos anticapitalistas em “identitarismos” e sua transformação em sujeitos das disputas intraestatais, após ampla ação dos *think tanks* burgueses:

Consideradas ameaças internacionalistas contra o capital, foram alvo de estratégias empresariais e governamentais de contenção nacional (encapsulamento no âmbito dos Estados) e *cosmopolita* através de uma numerosa malha de atividades empresariais internacionais. Formidáveis aparelhos privados de hegemonia empresariais -sem fins lucrativos- intensificaram sua proximidade com universidades e intelectuais avulsos, com movimentos sociais e com governos. Não por acaso, este é exatamente o período a partir do qual intelectuais europeus próximos à esquerda formulam teorias de “novos movimentos sociais”, isolando-os cuidadosamente da relação de classes quanto das questões internacionais. (FONTES, 2018, p. 55).

A consolidação do identitarismo representou a dissolução do caráter anticapitalista de significativos setores, mas sobretudo, a captação do incômodo com as formas de opressão constituintes do capitalismo para o individualismo. No Brasil atual, diversos vetores de fortalecimento do individualismo, como as vertentes religiosas ligadas ao pentecostalismo autônomo, atuaram, mas não podemos desconsiderar que, durante o período dos governos do PT e aliados, a aposta nos interesses individuais foi superdimensionada em relação à construção do viés comunitário e solidário (utilizando as expressões de Coutinho). As vitórias de movimentos de negros, mulheres, LGBTQIA+, indígenas, mesmo com a existência de setores anticapitalistas nestes movimentos, na maioria das vezes, eram transpostas para a esfera dos interesses individuais e divorciados de seu caráter antissistêmico.

Consequentemente, ocorreu um esvaziamento da possibilidade de avanço do nível de consciências que, posteriormente, possibilitou às investidas dos aparelhos privados de hegemonia burguesa na construção de consensos em torno do golpe e suas decorrências, que levaram a extrema direita ao poder no Brasil.

Oliveira (2013), no texto “O ornitorrinco”, ao apresentar sua posição polêmica sobre a formação de uma nova classe social, que incluiria dirigentes de fundos de pensão advindos da classe trabalhadora e tecnocratas ligados aos banqueiros e a centro direita, dá conta de alguns elementos que constituíram o crescimento do consentimento ativo e passivo sobre o neoliberalismo naquele período. Apesar de

considerar a sua hipótese mestra equivocada, o autor merece ser louvado ao apresentar elementos objetivos, que determinaram a formação intelectual do transformismo, que sustentou a conversão de amplos setores da esquerda brasileira em “esquerda para o capital”, utilizando a terminologia de Eurelino Coelho (2012).

#### **4.6 A nova esquerda que “assiste a tudo, em cima do muro”**

No Brasil, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e aliados era possível observar elementos de continuidade e até aprofundamento da racionalidade neoliberal. Mesmo sob um discurso político que tendia a negar o neoliberalismo, as medidas governamentais eram planejadas sem romper com a racionalidade e os pressupostos do programa neoliberal.

Não significa que não houve alterações em relação à condução estatal do neoliberalismo: ocorreram importantes mudanças que não atacavam diretamente o modelo neoliberal ou a estrutura concentradora e desigual nacional, mas reduziam seus impactos mais deletérios sobre a vida dos trabalhadores. Behring sobre esse tema, destaca:

Sustentamos a hipótese de que houve no Brasil dos governos petistas alguns deslocamentos em relação às orientações neoliberais mais duras do consenso de Washington, plenamente realizadas entre 1995 e 2002, como vimos no item anterior, mas não rupturas quanto ao essencial do ajuste fiscal. Para conter os impactos mais deletérios e explosivos do neoliberalismo e acompanhando os deslocamentos internos dos núcleos formuladores daquelas orientações (a exemplo dos Prêmios Nobel de Economia Joseph Stiglitz e Amartya Sen), bem como respondendo às pressões da crise do capital no seu momento mais agudo, destacadamente a partir de 2008, produziram-se mudanças no Brasil, induzidas pelo Estado, sob a gestão dos governos de coalizão de classes do PT. (BEHRING, 2021, p. 176).

Compreender esses aspectos de continuidade e os deslocamentos sob os governos do PT e aliados auxilia-nos no entendimento das origens do ultraneoliberalismo contemporâneo, para além das manipulações e intervenções agressivas, que dependeram de um golpe para chegar ao poder. Pode guiar também a identificação das tendências de desenvolvimento do consenso entre conservadorismo, neofascismo e ultraneoliberalismo. Ademais de todas as tramoias palacianas para “blindagem” do poder, tão bem apresentadas por Demier (2019), as movimentações deste período envolvem consentimento ativo, pelo ativismo

conservador e, consentimento passivo (pela simples normalização de suas posturas ou pelo não enfrentamento) por parte significativa da população brasileira.

No prefácio à edição da Boitempo, que reúne dois dos mais emblemáticos textos de Francisco de Oliveira (“Crítica à razão dualista” e “O ornitorrinco”), há indicações realizadas por Roberto Schwarz extremamente relevantes na compreensão do espírito do tempo em que se circunscrevem ambas as produções. Além de homenagear a contribuição inescapável de Oliveira na compreensão das particularidades do capitalismo no Brasil nos últimos períodos, Schwarz capta os dilemas estratégicos da esquerda anticapitalista no país, que mobilizam as críticas de Oliveira: “Num, a inteligência procura clarificar os termos da luta contra o subdesenvolvimento; no outro, ele reconhece o monstro social em que, até a segunda ordem, nos transformamos” (SCHWARZ, 2013, p. 12). A conexão entre os dois momentos de crítica à esquerda de Oliveira diz muito, não apenas dos movimentos contrahegemônicos, mas sinalizam para as formas do exercício da hegemonia burguesa no Brasil e, por esse motivo, são centrais para compreendermos o atual avanço do neofascismo e do ultraneoliberalismo.

Desde a primeira página de seu ensaio “Crítica à razão dualista”, Oliveira (2013, p. 29) destaca a importância da política, constituindo “variáveis endógenas, as condições políticas do sistema” e sustentava uma crítica às posições que considerava economicistas. Essa articulação, entre as dimensões políticas e econômicas no autor, o seguiu até o fim da vida e se mostra fundamental para explicar a realidade atual.

O último livro de Oliveira (2018), “Uma biografia breve do Brasil”, a começar pelo título do primeiro capítulo - “O adeus do futuro ao país do futuro” - expressava as visões do autor sobre a contemporaneidade e um balanço histórico importantíssimo. Ao mesmo tempo em que faz referência à propaganda nacionalista da modernização brasileira, baseando-se no livro de Stephan Zweig, “Brasil País do Futuro”, indica um reexame extremamente crítico das tentativas de reversão da subordinação estrutural, do subdesenvolvimento, da dependência e das enormes desigualdades socioeconômicas no Brasil do último século.

As esperanças ora no populismo, no desenvolvimentismo e posteriormente, no ciclo de que participou ativamente Oliveira, na defesa da estratégia democrático-popular defendida pelo PT, não construíram o país do futuro. Oliveira (2018, p. 28) alerta para “estrutura bipolar” que formou a nação, baseada no par “senhores e escravos”, que estaria na “origem dos problemas até hoje irresolutos, mesmo depois



que a economia - já brasileira e inteiramente capitalista - chegou a ser a segunda de maior crescimento no século que foi de 1870 a 1970, aproximadamente”.

Oliveira (2018, p. 124), em texto de 2009, chama a atenção para uma longa tradição transformista no Brasil e o argumento de que “não se governa o Brasil sem o concurso do atraso”, fundamento da justificação do transformismo do PT, e destaca que os processos de modernização no Brasil sempre foram capitaneados por conservadores. Ressalta que a abolição da escravização teria sido “pregada por radicais e realizada por conservadores”.

Nesse sentido, sua crítica demonstra um vínculo com as proposições realizadas desde sua clássica “Crítica à Razão Dualista” ([1972] 2013), que apontavam para a incapacidade de segmentos burgueses nacionais operarem reais progressos na direção do desenvolvimento com democracia e combate das desigualdades.

Oliveira (2018), assim como Coutinho (2008), apostava em um “reformismo revolucionário” como alternativa para um projeto nacional, democrático e popular para o Brasil. Provavelmente, seja nos limites desse projeto, diante da realidade do capitalismo dependente brasileiro, que reside o maior desafio para a superação da ordem burguesa. Parte deste desafio interpretativo e prático, recoloca em discussão as barreiras para uma democratização do Estado brasileiro sem ruptura com a institucionalidade burguesa, forjada e mantida permanentemente com o uso da violência, sempre disponível ao expediente autocrático.

Para Oliveira (2018, p. 155), o PT não estava sendo “comido” pelas “forças do atraso”, mas pelas “forças do progresso”. A ironia é completada com a ideia de que é o “progresso da acumulação dominado pelo capital financeiro” que marca “a decadência do PT como partido de transformação”. A dialética, sempre presente nos textos de Oliveira, fornece uma pista metodológica importante para compreender a interrupção dos governos petistas como requisito para o avanço do ultraneoliberalismo, a partir do golpe, e do crescimento do neofascismo. Diferentemente de uma propaganda idealista do golpe como a vitória do atraso, ao conjugar a análise do ultraneoliberalismo com suas dimensões políticas, a conclusão de Oliveira para o período anterior parece extremamente válida. As forças do “progresso” capitalista, que outrora engoliram a crítica anticapitalista da esquerda, na conjuntura atual não hesitaram em dispensar a esquerda para radicalizar seu programa.

Assim como na crítica forjada desde a década de 1960 às perspectivas dualistas, que contrapunham arcaico e moderno, Oliveira fornece um bom caminho para não nos enredarmos na polarização entre o “social-liberalismo” petista e o ultraneoliberalismo. Além de estimular uma compreensão que não desarticula a investida antidemocrática no Estado de suas determinações materiais, dadas pelas novas necessidades para a acumulação capitalista em um mercado mundial redesenhado pelos efeitos da crise de 2008.

#### **4.7 “Você só dança com ele e diz que é sem compromisso” – 2013 e o esgotamento do pacto social**

Em 2013, após anos de apassivamento, o mal-estar causado pelos impactos das políticas neoliberais provocou intensas mobilizações de rua. As jornadas de junho de 2013 foram um sinalizador dos efeitos da crise do capital de 2008/2009, e seu ápice, no Brasil. Todavia, sem uma direção à esquerda capaz de impedir o crescimento da extrema direita, com “os músculos da sociedade” flácidos, utilizando a expressão de Oliveira (2010), também se tornaram um marco para a publicização do ideário conservador e ultraneoliberal.

As jornadas de junho foram determinantes, tanto pelo questionamento do monopólio do PT sobre as mobilizações de massa, com outros agrupamentos de esquerda participando intensamente, quanto pela disputa operada pelos grandes meios de comunicação em torno da pauta das mobilizações. As manifestações organizadas contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo e contra a violência policial que matou o pedreiro negro Amarildo, no Rio de Janeiro, foram tratadas pelos grandes meios de comunicação como mobilizações em defesa do Ministério Público e contra a corrupção.

Ademais do caráter de manipulação, que setores dominantes exercem no Brasil, e da disputa massiva que se deu nas mobilizações de 2013, urge compreender o processo de surgimento dos sujeitos, aparentemente novos, emergidos como representantes do conservadorismo e do ultraneoliberalismo nesse processo. Para tal, Rocha (2019) utiliza o conceito de “contrapúblicos”, originalmente pensado por Nancy Fraser, para designar a resistência de segmentos subalternos, mas expandido por outros autores. Tal conceito é uma chave explicativa para a autora, e diz respeito a uma forma de atuação em que sujeitos políticos organizam-se como grupo de

oposição, que estaria sendo esmagado pelas majorias e constitui especificidades na sua forma de atuação:

O surgimento de contra-públicos não-subalternos vem crescendo cada vez mais com a popularização da internet (Downey; Fenton, 2002), e de acordo com a literatura especializada poderiam ser considerados como contrapúblicos vários grupos que passaram a atuar nos últimos anos principalmente a partir de meios digitais como os formados por pessoas contra a imigração ilegal (Gring-Pemble, 2012); por céticos em relação à mudança climática (Kaiser; Puschmann, 2017); por evangélicos conservadores contrários à universalidade dos direitos humanos (McIvor, 2018); por apoiadores e apoiadoras da candidatura de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos (Thimsen, 2018), e, como procuro apontar nesta tese, pelos membros da nova direita brasileira em formação de 2006 até 2015. (ROCHA, 2019, p. 20).

Por vezes, visões de mundo liberais e conservadoras se entrelaçam. Em diversas experiências históricas uniram-se contra a possibilidade de qualquer transformação no sentido anticapitalista ou, até mesmo, contra possibilidades democratizantes nos limites estreitos do capitalismo. Rodrigo Constantino, um dos sujeitos analisados por Motta (2019), foi presidente do Instituto Liberal e, não por acaso, travou batalha pública com a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO)<sup>15</sup> no ano de 2013. Situação bem emblemática do tipo de papel doutrinário que cumprem esses setores.

A propósito, é notável a influência do modelo norte-americano sobre esses propagandistas de direita, que aliam a sua disposição antiesquerdista e entusiasmado pro-americanismo. No caso de Constantino, o levou a fazer ataque acérrimo ao antiamericanismo da esquerda, enquanto Azevedo e Olavo mostravam-se simpatizantes declarados do partido republicano. (MOTTA, 2019, p. 87).

Constantino, apesar de sua posição mais liberal que conservadora, encontra-se até hoje na base bolsonarista, atua como propagandista do governo e mantém seu estilo de combate ideológico, com a difusão de propaganda negacionista, anticomunista e antipetista. Assim, toma um rumo diferente de outros grupamentos

---

<sup>15</sup> Em texto de 12/10/2013 para a revista *Veja*, o jornalista Rodrigo Constantino republicou vídeo do centro acadêmico e do Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) em que era apresentada a profissão fazendo referências ao pensamento de Marx. No artigo, ele atacava o vídeo sob acusação de doutrinação comunista. A ENESSO produziu uma moção de repúdio que foi respondida com um texto de Constantino no jornal "Gazeta do Povo" de 15/10/2013 com o título "A moção de repúdio dos cães de Pavlov".

ultraneoliberais, como o Movimento Brasil Livre, que faz oposição moderada ao governo Bolsonaro, apontando para uma terceira via.

Os setores ultraneoliberais cresceram na sociedade brasileira com o recurso do “antipetismo”, e sua tomada do Estado Brasileiro dá-se após manobras institucionais, que possuem o PT como alvo, tanto no impedimento de Dilma, quanto na prisão de Lula. Não foi o primeiro golpe no Brasil protagonizado pelo anticomunismo e combate à esquerda, mas possivelmente pelo avanço da “ocidentalização”, ganham expressão significativa como mobilização permanente e ofensiva ideológica. Assim, entender o antipetismo, como uma expressão da propaganda anticomunista presente na cultura nacional, é uma forma de conhecer melhor o neofascismo, o ultraneoliberalismo, conservadorismo e o ambiente cultural onde se forjou seu crescimento.

Os elementos de mobilização e propaganda da extrema direita, durante e após os governos petistas, não podem ser dissociados dos movimentos na sociedade brasileira naquele período: a transformação do PT, no governo, em “esquerda para o capital” (COELHO, 2012) ou ala esquerda do partido da ordem (Demier, 2017), o avanço dos *think tanks* burgueses sobre a sociedade, e a ampliação do conservadorismo moral por vias religiosas.

Bolsonaro é uma expressão desse estado da discussão pública no Brasil. Isso ocorre já que não se trata apenas de um candidato, e sim de um clima social criado por jornalistas como Reinaldo Azevedo, filósofos como Olavo de Carvalho e novos movimentos digitais como Movimento Brasil Livre (MBL), ou o *Escola sem partido*, com “guerras culturais” na internet contra a esquerda, no caso do MBL em relação a páginas como o *Ceticismo político* e o *jornal livre*. A escola sem partido ambiciona banir os professores de esquerda das escolas de ensino médio, com o argumento do risco de politização da educação e a ideia de que esta é ruim para a “neutralidade”. (GOLDSTEIN, 2019, p. 22, grifo do autor).

O antipetismo, após os escândalos do “mensalão”<sup>16</sup> em 2005, passa a utilizar largamente o discurso da ética pública, contra a corrupção. Importante ressaltar que a ética na política foi importante bandeira do PT durante os governos do PSDB e que esse discurso paulatinamente, na década de 1990, substituiria a luta de classes nas análises do PT sobre o Estado brasileiro e em sua intervenção parlamentar. Entretanto, no antipetismo, não são abandonadas as premissas do anticomunismo

---

<sup>16</sup> Escândalos de corrupção envolvendo funcionários do alto escalão no primeiro governo Lula, em que recursos públicos eram desviados do orçamento público.

difundido ao longo do século XX e que chegam aos dias de hoje, tanto por sua reprodução no senso comum, quanto pelo bombardeio incessante realizado por sujeitos da oposição ao PT.

Uma leitura que considere de modo monolítico os blocos de poder na sociedade burguesa não seria capaz de captar as movimentações no interior das classes em luta, o que decerto geraria uma compreensão limitada das disputas entre frações de classe e suas expressões políticas. Assim, o crescimento do ultraneoliberalismo e do conservadorismo escaparam da análise da esquerda nos anos que antecedem a eleição de Bolsonaro. Sua aparência como degeneração da cultura burguesa, como uma excrescência dos valores burgueses e, em última instância, como excepcionalidade excêntrica acabaram por despreocupar muitos analistas.

Recentemente, na tentativa de compreender as transformações que levaram ao crescimento de tais segmentos e sua ascensão como força significativa na sociedade brasileira, alguns autores produziram pesquisas sobre o desenvolvimento e os laços históricos destes grupamentos com a tradição conservadora, anticomunista e liberal no Brasil (CHALOUB, 2020; HOEVELLER, 2020; MATTOS, 2020; MELO, 2017; MOTTA, 2019; ROCHA, 2019).

#### **4.8 “Negócio bom assim ninguém nunca viu” – a propaganda ultraneoliberal**

No contexto da mudança do cenário com o golpe institucional, o crescimento da extrema direita e do anticomunismo ensejaram novas elaborações acerca do atual momento. Trabalha-se aqui com a hipótese de que o golpe de 2016 e seus desdobramentos com a prisão de Lula também expressaram a “hegemonia da pequena política”, nas pistas da apropriação de Coutinho (2008) do conceito gramsciano.

Foi operado institucionalmente um ataque à democracia brasileira, que produziu como resultados: o aprofundamento do neoliberalismo, ou ultraneoliberalismo e a ampliação do caráter contrarreformista do Estado, com o novo regime fiscal, a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95 e do congelamento dos investimentos públicos por vinte anos. Foi exatamente um golpe da “pequena política”, com a participação de seus principais articuladores no Brasil: o campo

parlamentar denominado como centrão<sup>17</sup>, sob a batuta de um parlamentar considerado como “baixo clero” da Câmara, Eduardo Cunha, que pouco tempo depois foi condenado e preso por corrupção.

O esvaziamento da “grande política”, agora sob ares de um enfrentamento ao fantasioso comunismo do PT, foi cada vez maior com o governo Bolsonaro, o que hoje fica claro pelo ingresso de Bolsonaro no Partido Liberal (PL), Partido que indicou o vice-presidente na primeira eleição de Lula e presidido atualmente por Valdemar da Costa Neto, um dos condenados nos processos do mensalão. Esse esvaziamento também ocorre quando segmentos da oposição de esquerda ao PT são compelidos a participar temporariamente da polaridade político eleitoral em torno do PT, sob risco do fortalecimento do neofascismo, esvaziando-se assim, os principais espaços de possível proposição anticapitalista e construção de um projeto de transformação de caráter democrático e socialista para o Brasil.

Um dos elementos constantemente utilizados para descartar determinados movimentos sob a denominação de fascista está o caráter de mobilização de massas do fascismo. O neofascismo no Brasil, como destaca Mattos (2020), surge do processo de mobilização originado nos movimentos em defesa do golpe de 2016.

Houve também outros tipos de mobilização, como as operadas pelo Escola sem Partido, as Marchas para Jesus e, já sob o governo Bolsonaro, as marchas ocorridas em 07 de setembro, inclusive com o episódio anedótico dos caminhoneiros, que comemoravam intervenção militar em 2021, enquanto Bolsonaro chamava ao Palácio do Planalto o ex-presidente Michel Temer para redigir uma carta de desculpas, pelo clima pró-golpe que se instaurou naquele momento.

Em junho de 2013, todavia, apesar do caráter preponderantemente progressivo das manifestações, já era visível um crescimento deste tipo de mobilização da extrema direita, principalmente na forma da atuação como “contrapúblicos”, mas também na disputa violenta pelas mobilizações de rua.

No âmbito da disputa por projetos profissionais no Serviço Social, os grupos organizados em torno do que temos denominado como subtendências ultraneoliberal e conservadora apresentam muitas similaridades, em sua atuação, com o que Rocha

---

<sup>17</sup> Entende-se por centrão, o bloco informal atuante no congresso nacional brasileiro desde a constituinte. Este bloco é marcado pelo fisiologismo na política e a volatilidade de suas posições para obtenção de vantagens e envolve diversos partidos (NORMURA, 2020).

denomina como “contrapúblicos”. É disruptivo e aparenta ser anti-*establishment*. Posicionam-se particularmente contra o *establishment* da profissão, por sua proximidade com a crítica anticapitalista que se reflete na maioria dos que exercem a regulação estatal da profissão por meio dos conselhos profissionais, assim, seu discurso de oposição seria factualmente expressão da realidade. Contudo, é falaciosa a narrativa criada em torno de uma atuação antidemocrática da direção das entidades da categoria.

Para os demais setores, mesmo diante da hegemonia neoliberal no Estado brasileiro, esses “contrapúblicos” da nova direita produziram uma visão de mundo como se seus ideais fossem esmagados, como demonstra Rocha (2019) pela exposição das entrevistas com estes sujeitos.

Na visão das pessoas que entrevistei, as reações de choque à exposição de certas ideias em público seriam o resultado de uma “hegemonia esquerdista”, fruto sobretudo de intelectuais de esquerda reunidos no PT, mas também no PSDB, que teria se difundido, desde a redemocratização, para as ciências humanas dentro e fora da academia, editoras de livro tradicionais, ONGs e associações civis diversas, e meios de comunicação de massa. (ROCHA, 2019, p. 18).

O conceito de “contrapúblicos” alerta justamente para a semelhança com as formas de atuação dos representantes do conservadorismo e ultraneoliberalismo no Serviço Social, que tanto na forma, quanto no conteúdo é fidedigno à descrição apresentada por Rocha (2019) em sua pesquisa.

Apesar de fugir do caráter manipulatório, a autora não desconsidera a importância dos *think tanks* pró-mercado, nem das articulações com a direita neoliberal brasileira preexistente. Pelo contrário, demonstra que esses deram “suporte institucional” para essa dinâmica. No entanto, esse suporte não seria o único elemento que explicaria seu sucesso (ROCHA, 2019, p. 21).

Ao apresentarem-se como “contrapúblicos” durante os governos petistas, os representantes da extrema direita, principalmente por meios digitais, enxergavam-se como minoria desrespeitada pela hegemonia da esquerda e construíam um discurso com “um caráter performático/poético específico” (ROCHA, 2019, p. 128).

O discurso dos “contrapúblicos” possuía como marcos: o enfrentamento ao intervencionismo estatal e, sobretudo, ao politicamente correto. Ambos eram vistos como parte de um mesmo processo. O fenômeno não é exclusividade brasileira. Trump, por exemplo, elegeu-se com aspectos muito semelhantes, um debate restauracionista e anti-*establishment*, mesmo sendo representado por um milionário e

como aposta de amplos setores neoliberais. A atração que tanto Trump quanto Bolsonaro estabeleceram tem profunda relação com esse aparente caráter de autenticidade (GOLDSTEIN, 2019).

#### 4.9 “Lambada de serpente”, o conservadorismo atual e o neofascismo

Behring (2021, p. 229) ao escrever sobre o neofascismo brasileiro destaca a recorrente “referência ao filme de Ingmar Bergman, *o ovo da serpente* (1977), para analisar o triste Brasil que ocupa as manchetes dos jornais todos os dias[...]” Tal referência que liga o cenário atual à conjuntura dos fascismos históricos, especialmente ao nazismo, não é mero acaso: as piores expressões de reacionarismo e conservadorismos típicos da decadência burguesa têm ganhado força no Brasil contemporâneo.

Como vimos, esse não é um fenômeno exclusivamente nacional, já que o “ovo da serpente” tem encontrado outros ninhos em corações dilacerados pelo neoliberalismo e seus impactos na piora das condições de vida, ao redor do mundo. O conservadorismo atual e sua face mais abertamente ultrarreacionária no neofascismo são expressão deste momento histórico. Mas, se em outros países em que houve crescimento da extrema direita, a serpente constrói ninhos, aqui ela “está a solta, destilando veneno” como pontua Behring (2021, p. 229).

A serpente à solta do neofascismo enfeitiça os ressentidos, com “amor ausente”, tal qual na música de Djavan e do ícone da poesia marginal: Cacaso.

Lambada de serpente  
A traição me enfeitiçou  
Quem tem amor ausente já viveu a minha dor

No chão da minha terra  
Um lamento de corrente  
Um grão de pé de guerra  
Pra colher dente por dente (DJAVAN, *Cacaso*, 1979).

E para compreender os caminhos que trazem a serpente à tona é necessário aproximações que nos apontem as formas de aclimação das ideias de combate ao “politicamente correto”, organizadoras do conservadorismo contemporâneo no Brasil e seu papel na consolidação do neofascismo. O exame, aqui proposto, sobre as subtendências conservadoras e ultraneoliberais no Serviço Social é parte deste



esforço coletivo de compreensão das particularidades do conservadorismo atual e do ultraneoliberalismo do Brasil.

Para efeito deste trabalho, considera-se que tais particularidades não se dissociam da compreensão das especificidades da nossa revolução burguesa, ou da natureza preventivamente contrarrevolucionária da nossa burguesia. As diversas particularidades de nossa formação econômico-social se materializam nos rostos marcados pelo racismo e pelo patriarcado, componentes estruturantes da forma de dominação burguesa no Brasil.

O neofascismo é similar à ditadura empresarial militar, no que diz respeito à subordinação ao imperialismo e representa uma posição ainda mais subordinada. Seria equivocado tratar a subordinação ao imperialismo como algo inovador no neofascismo. Esta é senão a forma que o fascismo, como propaganda ideológica de uma forma ainda mais desumana de capitalismo, apresenta-se em um país dependente. Abaixo, um trecho em que Ianni, referindo-se à ditadura, apontava para a subordinação ao capital financeiro como uma especificidade do que qualificava como o fascismo da ditadura empresarial militar, que pode nos auxiliar na compreensão da relação entre o neofascismo e a dominação imperialista.

[...] protegido, econômica e politicamente, pelos governantes. E é isso que confere uma parte da singularidade ao fascismo que se desenvolveu no país nesses anos. Trata-se de um fascismo altamente determinado pelo capital financeiro do imperialismo. (IANNI, 2019 [1981], p. 94-95).

Vencido esse debate sobre a qualificação da ditadura empresarial militar como fascista, o que se observa de relevante é a defesa da subordinação ao capital financeiro desde a consolidação do imperialismo no Brasil. Essa defesa é uma constante entre os grupamentos da direita brasileira, fossem mais ou menos conservadores, mais ou menos fascistas, mais ou menos liberais.

Mesmo o movimento integralista, que de início apontava para características de um nacionalismo de direita genuíno, próximo às versões do fascismo histórico europeu, a partir da guerra fria passa a se vincular mais diretamente à ideologia do imperialismo norte-americano. Com a vinculação do Integralismo ao imperialismo estes sujeitos reduziram o tom de sua crítica anti-imperialista. O movimento mais próximo de um fascismo brasileiro no século XX, a partir da década de 1960, estreitava laços com a propaganda imperialista, através do anticomunismo estimulado com a Guerra Fria.

Na atualidade, há diversas vertentes no movimento Integralista, algumas mais pró-americanistas que outras, pois, após a morte de seu líder, Plínio Salgado, o movimento desintegrou-se em diversas organizações, que passaram a disputar seu legado, como já apontamos antes.

Gonçalves e Neto (2020) caracterizam esse novo momento como surgimento do neointegralismo. Nesse processo de disputas, houve diversas tentativas de recriar o integralismo e recobrar sua influência de massas no período da redemocratização, no entanto, não obtiveram sucesso. Nos diversos caminhos seguidos pelo neointegralismo, Gonçalves e Neto (2020) demonstram aproximações, a partir de 1980, com grupos *skinheads* e participação em atos violentos. Há também uma aproximação com grupos nazistas, racistas e xenófobos por parte de suas diversas organizações. Traçando as principais organizações neointegralistas e suas ações no período posterior, os mesmos autores demonstram como crescem, desde 2010, com o avanço do conservadorismo e da extrema direita no Brasil.

Os neointegralistas mantiveram importantes laços com o bolsonarismo e exercem influência institucional, ainda que pequena, no governo Bolsonaro. Ganha destaque também a violência política, com que parte destas organizações atuam ainda hoje. Seu caráter violento ficou notório no atentado à produtora Porta dos Fundos no Rio de Janeiro, em 24 de dezembro de 2019, motivado pela exibição de uma sátira ao fundamentalismo religioso em vídeo especial de Natal. Além disso, houve uma série de ações violentas durante as eleições presidenciais de 2018, inclusive uma assumida por um grupo integralista na UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro).

A aproximação entre os neointegralistas, nazistas e outros grupos violentos da extrema direita ao bolsonarismo não é mero acidente. Goldstein (2019, p. 34) destaca que, apesar de uma aparência de autenticidade, “o bolsonarismo é uma restauração que envolve valores materiais (reação das classes médias frente à perda do *status* social) e pós-materiais (contra o feminismo e as mudanças culturais)”.

A influência de Olavo de Carvalho, por exemplo, é emblemática desta face do reacionarismo conservador no Brasil pois, além do anticomunismo tradicional na direita brasileira, inclui novos elementos adaptados para a disputa no ambiente cultural contemporâneo e aumento da importância da internet para a construção de hegemonia. Atuando como propagandista e constituindo o “contrapúblico” da extrema direita, sua linguagem violenta, racista, machista e homofóbica e o seu apelo popular

são marcas distintivas disso. Sua luta contra o “politicamente correto” fornece um caminho para os ressentimentos existentes no senso comum. Guardando semelhanças com Scruton (2019b), de quem é um seguidor intelectual, o autor vê tanto no multiculturalismo, quanto na cultura de esquerda e marxista, o mesmo tipo de ameaça “comunista”:

Também conectado ao anticomunismo tradicional, outro ponto relevante são os ataques à suposta intenção do PT estabelecer uma ditadura [...] Carvalho e depois Azevedo divulgaram a tese de que a esquerda desenvolvia desde os anos de 1970 uma estratégia gramsciana de guerra de posições, que implicava a busca de hegemonia através do controle das universidades e da imprensa [...] Segundo Olavo de Carvalho, em tom de lamento, graças à hegemonia esquerdista, os jornais tradicionais já não ecoariam valores cristãos conservadores. (MOTTA, 2019, p. 90-91).

Por mais que essa leitura de uma suposta hegemonia comunista soe aos iniciados, na academia, como teoria da conspiração, esta imagem discursiva tem sido central para a disputa por hegemonia pela extrema direita nos últimos anos. Essa construção foi estratégica para a consolidação da extrema direita como alternativa à direção petista do Estado, com sua condução conciliadora do projeto neoliberal.

O neofascismo bolsonarista, assim como o fascismo, “apropria-se e reinterpreta elementos do velho fascismo, mas também de outras formulações conservadoras difundidas nas últimas décadas” (MATTOS, 2020, p. 171). Essa é uma observação importante para compreendermos o neofascismo. É também, nesse ambiente de difusão do ideário conservador que florescem as subtendências conservadora e ultraneoliberal na disputa por projetos profissionais do Serviço Social.

Uma parte das formulações apropriadas pelos neofascistas está presente na dimensão religiosa, com o crescimento pentecostalismo autônomo e o avanço das chamadas “teologias da prosperidade”, baseadas num discurso de esforço individual e como forma de “adaptação à ordem” (MATTOS, 2020), atingindo os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. O crescimento de diversas Igrejas, a partir dessa matriz, é um importante elemento para compreender o crescimento do conservadorismo no Brasil contemporâneo.

Outro ponto de apoio do conservadorismo atual, principalmente em sua versão neofascista, está entre os membros das forças de defesa e segurança pública, sejam policiais ou membros das Forças Armadas. Há grande apoio ao bolsonarismo nos meios militares, entretanto, nas mobilizações bolsonaristas de 7

de setembro de 2021, não ocorreram adesões massivas, colocando em questão a dimensão desse apoio ao governo.

Já ocorria grande mobilização entre os militares, intensificada no período que se estende da preparação do golpe de 2016 até os dias de hoje. Mattos (2020) aponta como uma contradição que a mobilização de militares tenha se intensificado durante os governos do PT e aliados. A participação de tropas brasileiras em missão no Haiti e as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) conferiram grande legitimidade às forças armadas junto a amplos segmentos sociais e, ainda, deram unidade política aos setores militares.

Apesar da existência do elemento militar no golpe de 2016, suas características são muito diferentes do momento do golpe de 1964. Chaloub (2020, p. 163) destaca que há, entre os diversos segmentos do conservadorismo, a defesa de argumentos de “longa duração” na história do Brasil, mesmo que haja também, em suas visões de mundo e discursos, aspectos que os distinguem de seus predecessores.

Se despontam, por certo, mudanças, seja pelo modo de construção de identidades políticas ou pelo lugar de determinados discursos e ideias, há, por outro lado, continuidades que merecem ser destacadas. Mesmo que tais continuidades, como no caso em análise, ganhem sentidos diversos em conjunturas distintas. (CHALOUB, 2020, p. 164).

Nos grupamentos de matriz cristã sobressaem importantes diferenças com o anticomunismo do século XX no Brasil: perde força o catolicismo, entram em campo setores do empresariado evangélico e mudam as pautas que estes organizam.

No campo religioso os evangélicos de direita assumiram a frente das principais ações, enquanto a ameaça a moral que ferem a sensibilidade conservadora atual apresentam novos temas em relação aos contextos anteriores, quando a celeuma envolvia questões como o sexo fora do casamento a pílula anticoncepcional e o divórcio, por exemplo. Hoje os conservadores se escandalizam com as demandas por igualdade de gênero, e diversidade sexual (casamento gay, transexualidade etc.). (MOTTA, 2019, p. 96).

Importante destacar que, não é ausente, a influência da direita católica na organização do consenso em torno do conservadorismo atual. Miskolci e Campana (2017, p. 726) alertam para que a tão combatida “ideologia de gênero”, que une conservadores de diversas matizes religiosas na contemporaneidade, têm suas origens “no seio da Igreja Católica, mais especificamente nos textos do então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, em 1997”.

O catolicismo, organizado principalmente na TFP (Tradição, Família e Propriedade), foi uma das principais fontes de legitimidade para a propaganda anticomunista e a violência do golpe empresarial militar no Brasil. No Serviço Social, a influência de um anticomunismo advindo da ação católica, segmento da igreja em que surge a TFP, é tematizada desde Yamamoto e Carvalho ([1982] 2009). Ainda hoje, a TFP define-se por seu caráter de disputa na igreja católica e na sociedade em torno da contrarrevolução. Caldeira e Gama (2019), em sua pesquisa sobre as relações da TFP com a nova direita norte-americana, apresentam em grandes linhas a doutrina da entidade.

A revolução seria um movimento que compreende três fases principais: a reforma protestante, a Revolução Francesa e, por fim, o Comunismo. Essas fases marcariam a decadência de épocas e a paulatina destituição da influência da Igreja sobre a sociedade. A contrarrevolução seria, portanto, a reação a esse processo de dismantelamento da civilização cristã. Uma reação que consistiria em conhecer a essência invariável deste processo, seus relevantes acidentes contemporâneos, combatendo-os. Essa ideia de um combate entre forças ocultas e revolucionárias contra o bem é guia e move todo o pensamento contrarrevolucionário de Oliveira e, conseqüentemente, da TFP. (CALDEIRA; GAMA, 2019, p. 319).

O conservadorismo cristão contemporâneo, mesmo que muito influenciado por segmentos protestantes, concentra-se na denúncia da moralidade e dos perigos do comunismo. Note-se que, em sua matriz protestante, há um caráter muito mais apologético do capitalismo e, muito menos, um apelo à construção de uma terceira via, como no pensamento católico e nas formas de reformismo conservador, que estes defendiam no século XX. Reformismo conservador este que atingiu marcadamente o Serviço Social brasileiro.

Esse alinhamento dos novos protestantismos com o liberalismo no Brasil explica-se, em grande medida, pela adoção da Teologia da Prosperidade e por uma ideologia de estímulo ao consumo de massas (SUNG, 2015); e cresce justamente em um período em que esse consumo também é perseguido pela esquerda aderente ao projeto “novo desenvolvimentista”.

Uma hipótese a ser aventada, inclusive para compreender esse anticomunismo e antipetismo radical evangélico, para além de parte de suas lideranças e a sede por nichos de mercado, é pensar que as pequenas conquistas econômicas no período petista não são atribuídas por eles ao PT no governo. As benesses materiais seriam

dádivas de Deus e, por isso, seria tão importante derrotar o PT, que ofenderia a Deus com seu comunismo, sua “ideologia de gênero”, seu “abortismo” e “gayzismo”.

Além do conservadorismo moral e religioso, há um profundo apelo a uma propaganda nacionalista entre os conservadores. Nacionalistas que prestam continência para a bandeira norte-americana; opõem-se a medidas de fortalecimento de empresas estatais e privadas nacionais; idolatram Trump; participantes de protestos vestindo a camisa da seleção brasileira e com bandeiras norte-americanas em punho; entre outras dezenas de símbolos pró-americanistas são identificados entre os inimigos do “lulopetismo”, ou da “corrupção comunista que destrói o Brasil”. E esses mesmos eram terminantemente críticos aos países latino-americanos, principalmente, mas não apenas aqueles dirigidos pela esquerda.

O que foi apontado como contradição por setores da esquerda, no período que vai do golpe até a eleição de Bolsonaro, é na verdade o legado cultural do nacionalismo de direita brasileiro. O nacionalismo conservador no Brasil é, sobretudo, “patriota”, mas boa parte de sua história recente é marcada por ser um ideário pró-norte-americano (CHAUÍ, 2000).

Segundo Motta (2019, p. 81), “esse nacionalismo de viés conservador enfatizava a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da revolução”. Essa leitura coadunava-se com as perspectivas advindas do cristianismo. Chaloub (2020) salienta que parte do patriotismo no Brasil do pós-guerras, para o reforço do anticomunismo, utilizava como contraponto o peronismo e, o dito “populismo latino-americano”. “Nesse cenário, torna-se mais frequente o vocabulário conspiracionista da infiltração estrangeira, que se faz presente no discurso anticomunista desde a década de 1930 e se faz mais frequente depois da Revolução Cubana” (CHALOUB, 2020, p. 171).

A construção do antipetismo como memória de massas possivelmente remonte a 1989, na primeira eleição presidencial após o fim da ditadura. E o anticomunismo, desde então, foi vinculado ao antipetismo no Brasil. Contudo, com a ausência da referência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a conversão do PT em “esquerda para o capital” (COELHO, 2012), essa denúncia refreou, sendo substituída, posteriormente, pela acusação das experiências progressistas da América Latina. Ganharam novo fôlego, no entanto, após 2016, na propaganda golpista.

Chaloub (2020, p. 175) demonstra que esse anticomunismo antipetista não é exclusividade de grupamentos minoritários, mas era amplamente difundido pelos

meios de comunicação de massa: “o governo lulopetista segue o padrão de regimes bolivarianos ainda espalhados pelo continente, os quais ao primeiro sinal de fortalecimento da oposição - dentro da Lei - denunciam ‘golpe’” (O GLOBO, 2016).

#### **4.10 Duas faces da mesma moeda? Ultraneoliberalismo e neofascismo no Brasil**

O anticomunismo, que ocupou um importante papel ao longo da história do conservadorismo brasileiro do século XX, é mais que uma característica das direitas, ele é o centro de uma plataforma de unidade entre diversos matizes de conservadorismo econômico, político e social e os segmentos liberais. E essa aliança anticomunista cumpre um importante papel de unificação na conjuntura atual.

Motta (2019, p. 75) revela a evidência desse anticomunismo hoje, lembrando o “início de 2018, quando a caravana de Lula foi recebida em alguns lugares com tiros e gritos ‘lincha que é comunista’”. Ele aponta que na academia e na cultura da esquerda viceja um menosprezo em relação ao anticomunismo, “por motivos de estratégia política”, e que isto dificulta o estudo do anticomunismo.

Possivelmente está correto em sua análise, contudo há, na última década, um interesse crescente pelo tema, associado à denúncia do ideário antidemocrático, de caráter neofascista, que cresce na esteira da aliança entre ultraneoliberais e conservadores.

“O anticomunismo muitas vezes serviu de guarda-chuva para abrigar frentes de direita integradas por grupos heterogêneos” (MOTTA, 2019, p. 77). Aparentemente, esta é a situação atual expressa na eleição de Bolsonaro e guarda semelhanças com as visões de mundo do campo organizado no Serviço Social em torno do conservadorismo e do ultraneoliberalismo.

A hipótese desenvolvida neste trabalho trata o anticomunismo como premissa que une ultraneoliberais, defensores do conservadorismo contemporâneo, inclusive reacionários neofascistas e que são base de sustentação para os grupos no governo federal. Considerando o anticomunismo como argumento e discurso unificador de frentes de direita, que se organizam contra interesses populares, desmistifica-se a ideia de monolitismo no campo bolsonarista entre ultraneoliberais e conservadores, organizados hoje em torno da extrema direita. Como vimos nos primeiros capítulos,

ambas as tendências possuem raízes em tradições diferentes, mas se unificam com frequência no combate anticomunista ao longo da história do capitalismo.

Chaloub (2020, p. 164), em sua análise dos intelectuais da extrema direita, reforça que vigoram três linguagens: “a reacionária”, “a neoconservadora” e a “ultraliberal” e demonstra a continuidade dos argumentos que as três linguagens representam.

A linguagem que Chaloub (2020) denomina reacionária seria hegemônica na matriz cristã; a linguagem neoconservadora, hegemônica nos segmentos patrióticos organizados em torno da defesa da ditadura e articulados ao pensamento xenófobo da nova direita europeia e norte-americana e; a linguagem ultraneoliberal é herdeira da matriz liberal (hoje, autodeclarada “libertária”).

Há, sem dúvida, a preponderância de linguagens em determinados meios e personagens. Assim, o apoio de Bolsonaro no mercado financeiro e no setor de serviços decorre sobretudo da sua adesão a uma linguagem ultraliberal, sua popularidade nos meios militares das narrativas neoconservadoras, e sua mobilização nos meios olavistas, e em outros setores radicais, passa pelos símbolos reacionários presentes em sua narrativa. (CHALOUB, 2020, p. 177).

Na eleição de Bolsonaro foi apresentada uma propaganda de ruptura com a “velha política” e, nesse sentido, o candidato conseguiu captar um sentimento antipolítico que evoluiu da “irrelevância da política” e do mal-estar causado pelas sucessivas medidas de ataque às condições de vida no neoliberalismo, em consonância com a desmoralização da política, operada pela grande mídia mediante a espetacularização da operação “Lava Jato”.

Apesar de uma falsa crítica à “pequena política”, sob o *slogan* da “nova política” e da utilização de mentiras e de um arsenal de preconceitos anticomunistas adormecidos ou encarcerados no imaginário nacional, a vitória já expressava a “pequena política” por ser viabilizada pelo impedimento operado pelo judiciário ao principal candidato, favorito ao pleito de 2018, e de uma série de composições com setores da “velha política” que levaram Bolsonaro ao poder.

As imagens de Paulo Guedes no Ministério da Economia do governo Bolsonaro, com Damares Alves no Ministério da Cidadania, de um evangélico no Ministério da Educação e general Heleno no Ministério do Gabinete de Segurança Institucional são expressão, talvez, da mais representativa aliança entre ultraneoliberalismo, conservadorismo e neofascismo no Brasil.



Entretanto, as raízes desta aliança possivelmente estão em outra imagem: na dos representantes da jovem direita liberal (ou precisamente ultraneoliberal) do Movimento Brasil Livre (MBL), transformados no pós-2013 em lutadores incansáveis contra a corrupção do PT, reunidos com Eduardo Cunha, político evangélico do centrão e condenado por corrupção, para articular o golpe que retirou a Presidente Dilma do poder. A confluência do ultraneoliberalismo crescente com o conservadorismo é um processo que antecede a eleição de Bolsonaro.

Mattos (2020, p. 159), concordando com Fernandes (2011 [1979]), ao questionar o caráter bonapartista da ditadura, por identificar uma representação direta da burguesia no período, assim como em todos os momentos da história brasileira, salienta que essa representação direta é exercida por intermédio de Paulo Guedes. Todavia, o autor acredita que há um elemento bonapartista importante no governo Bolsonaro, a “instabilidade para essa tradicional relação direta” entre a burguesia e o poder político é uma realidade diante da ameaça constante de avanço para um regime de tipo fascista.

Mattos (2020, p. 147) aponta corretamente para a crise capitalista, a partir de 2008, como uma “chave para entender os últimos anos da política brasileira.” Como pontuado, acredita-se que aquela é central na definição política que nos traz a hegemonia do ultraneoliberalismo e o avanço do programa neofascista. O ambiente de crise, como vimos, é um dos elementos que possibilita o crescimento do neofascismo, entretanto não é o único, similarmente ao que apontavam os críticos marxistas sobre o “fascismo histórico”.

A força das ideias liberais pró-mercado é certamente maior na conjuntura atual que no conjunto do século XX no Brasil, quando os golpistas instituíram seus planos econômicos com base em intervencionismo estatal e um caráter reformador modernizante da economia nacional.

Interessante pensar que a difusão do neoliberalismo no Brasil já surge relacionada com o conservadorismo moral, nas relações entre liberalismo e cristianismo. Como aponta Rocha (2019, p. 59), os primeiros tradutores do “Caminho da Servidão” de Frédéric Von Hayek, marco do neoliberalismo, publicaram-no com apoio de Adolpho Lindenberg.

Lindenberg, ao lado de seu primo, Plínio Corrêa de Oliveira, foi um dos principais fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade em 1960, mais conhecida como TFP, e atualmente preside o

Instituto Plínio Corrêa de Oliveira (IPCO), fundado em dezembro de 2006. Sua intenção ao estabelecer contato com Hayek, e patrocinar a tradução e publicação do livro, era, como ele próprio relata, barrar o avanço da esquerda católica e de suas principais pautas, como a reforma agrária. (ROCHA, 2019, p. 60).

Apesar de Rocha (2019) priorizar em sua análise a pesquisa dos grupos autodeclarados “libertários”, que preferimos designar como ultraneoliberais, houve também uma organização como “contrapúblicos” efetiva em grupamentos conservadores, que nem sempre coincidem com as redes compostas pelos grupamentos ultraneoliberais.

O anticomunismo e antipetismo, contudo, são elementos que moldam tanto o ultraneoliberalismo como o conservadorismo moral nesse período que antecede a chegada dos neofascistas ao poder no Brasil. Motta (2019) destaca que o pensamento de Olavo de Carvalho seria o de caráter mais claramente conservador, comparado com propagandistas ultraneoliberais como Reinaldo Azevedo, Diogo Mainard e Rodrigo Constantino.

No entanto, Carvalho se destaca como o mais conservador do grupo, pois além das feministas, ele ataca bastante o movimento gay, usando a ofensiva alcunha “gayzismo”. E quanto às ações voltadas à igualdade racial, ele acusa a esquerda de estimular um conflito social que dividiria os brasileiros, uma estratégia que a seu ver ecoava propostas de Stalin. (MOTTA, 2019, p. 89).

Cientes das particularidades da propaganda ultraneoliberal e conservadora no cenário nacional contemporâneo no Brasil, mas também consciente dos laços que unem estas visões de mundo em torno do pensamento burguês decadente, especificamente sob a autocracia burguesa no capitalismo dependente brasileiro, urge examinar como passam a disputar com maior força a hegemonia na sociedade civil, compondo um projeto mais geral que é essencialmente contrarrevolucionário e conformista.

Parte desta batalha pela “direção intelectual e moral” expressa-se na disputa por projetos profissionais no âmbito do Serviço Social. Em nossa hipótese, expressam-se em duas subtendências que compõem o conservadorismo profissional atual, uma mais ligada ao ultraneoliberalismo e outra, ao conservadorismo moral que ganhou fôlego sob o governo neofascista. Este será o tema do nosso próximo capítulo, em que faremos uma incursão sobre manifestações do ultraneoliberalismo e do conservadorismo atual no Serviço Social brasileiro contemporâneo.

## 5 PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E TENDÊNCIAS REGRESSIVAS NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO ATUAL

Nos capítulos anteriores, ficou exposto que o ultraneoliberalismo e o conservadorismo ampliaram significativamente sua influência na sociedade brasileira a partir de 2014 e especialmente após o golpe de 2016. No Serviço Social, esse crescimento expressou-se na organização de um campo político-profissional, que congregou ultraneoliberais e conservadores sob a pauta de reconstruir a identidade profissional do Serviço Social Brasileiro. Esse campo heterogêneo suporta subtendências com características mais adeptas à radicalização ultraneoliberal e sujeitos diretamente vinculados ao “conservadorismo atual”, os quais apresentamos no primeiro capítulo desta tese, influenciado por autores como Roger Scruton (2019b). A pesquisa em tela sobre tais manifestações da disputa por projetos profissionais no Serviço Social é parte do esforço coletivo da categoria das e das/os Assistentes Sociais para a compreensão da história contemporânea da profissão.

Netto (2016) propunha o que denominava como uma “História Nova do Serviço Social”, compreendendo não apenas “estudos passadistas”, mas uma leitura histórica que parte dos fenômenos mais complexos, a atualidade, para os menos complexos, investigando as múltiplas determinações incidentes sobre o Serviço Social. O autor apontava para esse exercício de pesquisa como modo de reafirmar ou reatualizar a direção social da profissão.

Mas é preciso assinalar que a história nova se vê exigida, nos dias atuais, pela urgência, de sobre novas bases, revisar/consolidar (ou negar/reverter) a direção social que ganhou força e larga produção no universo profissional nas duas últimas décadas do século XX. (NETTO, 2016, p. 61).

É justamente nesta direção que surge a pesquisa das tendências regressivas em oposição ao projeto profissional hegemônico, que denominamos como “liquidacionismo”, e sua relação com a realidade da profissão de Serviço Social no Brasil.

O emérito professor observava insuficiência no debate profissional deste tipo de estudo histórico e a dissolução em estudos temáticos. Algumas pesquisas realizadas ao longo da última década ultrapassam esta tematização exacerbada,

apontada como um problema por Netto (2016), sinalizando para o enfrentamento deste desafio pela categoria das/os Assistentes Sociais.

A pesquisa que originou o livro “a história pelo avesso”, por exemplo, parece ser uma inflexão importante para a reabertura deste empreendimento de análise histórica. Na presente tese, ao conectar os conservadorismos atuais e suas expressões a uma extrema direita que passa a militar contra o Projeto ético-político, esperamos contribuir com “abordagens históricas macroscópicas e abrangentes”(NETTO, 2016). Iamamoto (2021), na introdução da coletânea “A história pelo Avesso”, indica a centralidade da pesquisa histórica para o Serviço Social, em uma perspectiva crítica que exige:

[...] o acompanhamento das conjunturas, da correlação de forças nelas presentes, da “questão social” e de suas incidências na vida dos indivíduos sociais. Esta é a condição para se apreenderem as tendências inscritas na realidade, de modo que, capturadas pela razão crítica, possam ser acionadas por meio da *práxis*, segundo as prioridades de ação delineadas. (IAMAMOTO, 2021, p. 30-31, grifo da autora).

Ao examinar o crescimento do conservadorismo e ultraneoliberalismo como determinantes da alteração das políticas sociais, das visões de mundo e da disputa de direção social da profissão, este trabalho inscreve-se no esforço coletivo de pensar a história contemporânea do Serviço Social de modo totalizante.

A nova história do Serviço Social, tácita ou explicitamente, reproduzirá idealmente (teoricamente) o movimento da profissão *tomando partido* frente ao seu presente e também detectando/esboçando algo no seu devir-igualmente, por essa razão, *nenhuma história é “neutra”, “imparcial”, ou “inocente”* ou tem por objeto exclusivo o passado. Aqui se põe o segundo ponto sobre o qual cabe refletir e que possui, mais além de suas implicações teórico-acadêmicas, uma *dimensão político-profissional* que diz respeito à direção social da profissão. (NETTO, 2016, p. 61. grifo do autor).

Partindo dessas premissas, nossa metodologia de pesquisa debruçou-se das manifestações atuais dos “liquidacionistas” em oposição ao Projeto ético-político profissional em direção às múltiplas determinações de sua emergência na disputa por projetos de profissão no Serviço Social. Para facilitar a exposição dos resultados da pesquisa, no entanto, partiremos das determinações mais simples, mais abstratas, no envolver do desenvolvimento histórico da profissão até a contemporaneidade.

A exposição, neste capítulo inicia com uma apresentação dos determinantes do surgimento do projeto profissional hegemônico atualmente no Serviço Social,

denominado como Projeto ético-político. A seguir, serão tematizadas as tensões conservadoras que operam no interior da profissão. Por último, apresentaremos as principais ameaças a este projeto nos últimos quarenta anos: a primeira, identificamos como “conservadorismo envergonhado”, parafraseando o título da obra de Elio Gaspari (“A ditadura envergonhada”). Tal tendência é identificada com o neoconservadorismo pós-moderno; e a segunda ameaça, contemporânea, de um “conservadorismo escancarado”, desdobramento do crescimento na sociedade brasileira de tendências ultraneoliberais, conservadoras e neofascistas, marcadas por uma defesa de liquidação do Projeto ético-político.

### 5.1 “Somos quem podemos ser...”

Um dia me disseram  
Que as nuvens não eram de algodão  
Um dia me disseram  
Que os ventos às vezes erram a direção  
[...]  
Nós Somos quem podemos ser  
Sonhos que podemos ter [...]  
Humberto Gessinger

O ano era 1988, no auge da mobilização democrática e das disputas em torno da constituinte, o mundo da cultura fervilhava sob o som das guitarras de muitos meninos, através do rock eles expressavam o sentimento de uma época. A Banda de rock gaúcha “Engenheiros do Hawaii” lança a música “Somos quem podemos ser”.

Nos versos da música há um importante registro daquele momento, quando a mobilização popular desvelava a ilusão, caíam os mitos em torno do Brasil, como a desilusão das crianças ao descobrirem que as nuvens não eram de algodão. A realidade, em todas as suas dimensões, objetiva, subjetiva, mais complexa e menos complexa, pesava ainda mais sobre os ombros dos homens e mulheres, não apenas o peso do passado, mas do devir histórico que se anunciava.

Em paralelo, irrompia um novo projeto profissional no Serviço Social, articulado a um projeto societário emancipatório no Brasil, na defesa de um programa democrático e popular. E esse projeto consolida-se justamente rompendo com as “nuvens de algodão” de uma perspectiva idealista que derivava o debate profissional da pura abstração teórica ou da moral religiosa.

O debate sobre a profissão desce das nuvens de algodão e, como os “Engenheiros do Hawaii”, percebemos que somos a profissão que podemos ser, e que os “sonhos que podemos ter” não eliminam as múltiplas determinações que incidem sobre as origens e desenvolvimento da profissão de Assistente Social. Parafraseando Marx (1978) em seu exame do 18 Brumário de Luís Bonaparte, podíamos fazer nossa própria história profissional, mas não nas circunstâncias que quiséssemos, mas naquelas circunstâncias em que nos encontrávamos, transmitidas pelo acúmulo sócio-histórico e político da categoria das/os Assistentes Sociais e suas vanguardas, desde a origem da profissão.

E quais eram as circunstâncias com que se defrontavam as vanguardas engajadas na transformação da profissão a partir da década de 1970? Eram circunstâncias onde as origens conservadoras da profissão eram muito presentes, apesar de questionadas.

As origens vinculadas às visões de mundo conservadoras, que marcam a emergência do Serviço Social como profissão, têm sido tematizadas exaustivamente nos últimos quarenta anos. O debate acerca da história da profissão ganhava muita importância e possui, como marco, a publicação do livro “Relações sociais e Serviço Social no Brasil”, por Iamamoto e Carvalho (2009 [1982]).

A partir de então, importantes mudanças ocorrem no interior da profissão. O desvelamento da orientação conservadora do Serviço Social tradicional é acrescido de um tratamento teórico-metodológico rigoroso, que localizava as origens da profissão e do conservadorismo profissional marcante em seu nascedouro. Assim, as análises do conservadorismo na profissão extrapolam os aspectos puramente ideopolíticos. Os participantes do movimento de reconceituação do Serviço Social latino-americano já identificavam o caráter conservador do Serviço Social tradicional. Mesmo comportando perspectivas mais messiânicas, embasadas pelo estruturalismo e pelo marxismo vulgar.

A partir da obra seminal de Iamamoto e Carvalho (2009 [1982]), é inaugurada uma nova forma de analisar a origem e a história da profissão. Iamamoto (2021), recentemente reafirma a posição acerca da definição das particularidades da profissão nas realidades sócio-históricas determinadas, como “concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade em determinadas conjunturas históricas” (IAMAMOTO, 2009 [1982], p. 21). Esta não é uma premissa qualquer, ela

define as fronteiras entre o conservadorismo profissional atual no Serviço Social e o projeto profissional hegemônico.

Netto (2005 [1992]) salienta que até o momento da renovação crítica do Serviço Social, o “fundamento científico”, ou o “estatuto teórico” eram os elementos centrais da identidade profissional do Serviço Social. Esse fundamento “científico” era o elemento que conferia coesão às discussões sobre o “estatuto profissional”. Diante disso, foi uma grande mudança, no que tange ao debate sobre a gênese e a natureza da profissão, o desenvolvimento de pesquisas que conectavam esses elementos aos desenvolvimentos da divisão sociotécnica do trabalho na sociedade burguesa.

Até aquele momento, anos de 1970, o “estatuto científico”, os fundamentos teóricos da profissão eram compostos por leituras fragmentárias, hegemônicas nas ciências sociais particulares, esvaziando leituras históricas, que consideram as forças em luta na sociedade burguesa. Esse formato de relação, sob um pretense discurso científico, como expressão da “razão miserável” (formal-abstrata), ou até mesmo aliado às formas de irracionalismo, são comuns nas tendências regressivas no Serviço Social contemporâneo e constituem o centro de sua proposta para a formação profissional em Serviço Social.

Examinando as experiências de incorporação ao “estatuto teórico” do Serviço Social do “desenvolvimento de comunidades” e da “viragem psicologista” na profissão, Netto (2005 [1992]) identificava uma tendência à realização destas incorporações sem contraposições à “estrutura teórica” anterior, como se fosse plenamente compatível. Essa possibilidade faz-se a partir de uma incorporação seletiva de conteúdos advindos das ciências sociais particulares.

Tratando a realidade atual da profissão de Serviço Social, Iamamoto reafirma a pertinência de suas teses em relação ao desenvolvimento da profissão como “especialização do trabalho coletivo cujo fulcro de atuação encontra-se nas diversas expressões da “questão social” (IAMAMOTO 2011, p. 169). O campo do conservadorismo profissional “liquidacionista”, analisado nesta tese, põe-se em frontal oposição desta leitura da profissão a partir das realidades sócio-históricas. Põe em questão inclusive a perspectiva hegemônica que relaciona o surgimento da profissão ao enfrentamento das expressões da “questão social” capitalista.

Havia na particularidade nacional do surgimento do Serviço Social brasileiro, no início do século XX, uma intensa participação da Igreja católica. A profissão é profundamente impactada pelas relações entre Igreja e Estado, como demonstram

lamamoto e Carvalho (2009 [1982]). Behring e Boschetti, partindo das análises de lamamoto escrevem:

É exatamente dessa combinação entre reação católica, projeto varguista e a “questão social” na cena pública impondo a necessidade de antecipar as possibilidades de insurgência e cooptar parcelas dos trabalhadores, que nasce o Serviço Social no Brasil. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 123).

E essa influência da Igreja católica, em relação com o corporativismo varguista e sua política de cooptação, naquele período, determinam significativamente os rumos tomados pelo Serviço Social brasileiro no momento de sua institucionalização, na primeira metade do século XX. A doutrina social da Igreja católica carregava para o Serviço Social “suas soluções antiliberais e antidemocráticas, além de seu anticomunismo atávico” (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 123).

A origem do debate teórico sobre a profissão no Brasil estava vinculada no primeiro momento, entre os anos de 1930 e 1950, preponderantemente à escola franco-belga de Serviço Social. Importante salientar que, paralelamente, desenvolve-se a vertente norte-americana, com posicionamentos muito diferentes.

A hegemonia norte-americana, expressa em diversos aspectos do mundo da cultura passa a impactar inclusive o Serviço Social mundial, a partir de 1930. E no Brasil, ela se manifesta algumas décadas depois, como um giro da profissão, que passa a incorporar significativamente elementos da vertente norte-americana durante a “ditadura do grande capital”.

No Brasil, como vimos no Capítulo 3, formas de liberalismo radical são significativamente diminutas em influência após os anos de 1930, justamente o período em que se consolida a profissão de Serviço Social no Brasil.

O pensamento conservador é incorporado pelo Serviço Social em sua trajetória intelectual: passa da influência do conservadorismo europeu, franco-belga, em seus primórdios, para a sociologia norte-americana nos anos 1940. Apresenta a solidariedade como princípio ordenador das relações sociais e tensão com seus fundamentos históricos concretos em uma sociedade de classes. (IAMAMOTO, 2013 [1992], p. 198).

Ainda assim, com a inserção da sociologia funcionalista, a tradição liberal que se aproxima do Serviço Social é matizada pelo reformismo conservador. O próprio Durkheim, como nos referimos no Capítulo 1, é um pensador reformista demonstrando



identidades, em muitos aspectos, com a concepção de Estado que propugnava a socialdemocracia.

O conservadorismo que incide no início da profissão de Serviço Social no Brasil, na primeira metade do século XX, era vinculado às formas de “reformismo conservador” matizado pelo anticapitalismo romântico da doutrina social da igreja. Esta última era profundamente antiliberal, como sinalizamos no Capítulo 1.

Netto (2005 [1992], p. 92) demarca as profundas diferenças no plano ideológico das protoformas do Serviço Social na Europa e nos Estados Unidos da América. No primeiro, era diretamente ligado ao “catolicismo social” e ao projeto restaurador do conservadorismo neotradicionalista e, exercia uma apologia apenas indireta ao capitalismo; a vertente norte-americana era mais identificada com o individualismo liberal, profundamente incorporado na cultura hegemônica nos EUA e sofre pressão da tradição protestante.

Em momentos posteriores, com as aproximações entre essas vertentes, os elementos ligados ao anticapitalismo romântico seguem vivos no escopo profissional, mesmo que mediados por uma ideologia individualista mais próxima do liberalismo.

Netto (2005 [1992], p. 92) identificou o “sincretismo” como “um princípio constitutivo do Serviço Social”. A estrutura sincrética do Serviço Social para o autor teria três principais fundamentos: “o universo problemático original que se apresentou como eixo de demandas histórico-sociais, o horizonte do seu exercício profissional e a sua modalidade específica de intervenção”.

O fenômeno identificado por Netto (2005) como “sincretismo” estaria presente nas duas vertentes do conservadorismo profissional que incidem na origem da profissão: na vertente europeia e na vertente norte americana. Na tradição europeia estaria, segundo Netto (2005), posto um sincretismo porque era uma:

[...] amálgama que buscava fusionar uma postura restauradora com algum grau de legitimidade na intervenção. Iminentemente o anticapitalismo romântico debate-se entre a extrema restauração (que lhe conferiria a natureza de reacionarismo integral) e soluções intermediárias que implicam no sincretismo ideológico (expresso, no plano das opções sociopolíticas, pela programática negativa do “nem capitalismo, nem comunismo” - o *terceiro caminho* na prática e na projeção políticas, com todas as suas consequências teóricas e ideológicas -cf. Lukács, 1967). (NETTO, 2005 [1992], p. 118-119).

Na tradição norte-americana, o sincretismo teria outra fonte, no “pragmatismo intelectual”, na tradição protestante e seu peso na sociedade norte-americana que se

fusionava ao “evolucionismo spenceriano”, que como vimos no Capítulo 1, era radical na defesa do individualismo liberal.

Quando já está dada uma imbricação das diferentes tradições do Serviço Social, assim como em outras áreas do pensamento social, o evolucionismo deixa de ser a principal influência no Serviço Social norte-americano e se amplia largamente uma leitura psicologizante do exercício profissional. A centralidade na ação individual, assim, se vinculava à tradição moralizante europeia, também centrada no indivíduo (NETTO, 2005 [1992]).

Netto (2005 [1992], p.144) destaca a relação entre o Serviço Social e as ciências sociais particulares, de onde recebe diferentes influxos. Mesmo que esse processo tenha ocorrido de modo peculiar nas tradições europeia e norte-americana, sendo a primeira mais refratária e a segunda mais diretamente referida como ciência social aplicada, universaliza-se com a hegemonia do modelo norte-americano a partir da segunda metade do século XX.

E essa condição de “desaguadouro das ciências sociais”, constituiria um “sistema de saber de segundo grau” que seria “eminentemente sincrético” (Netto (2005 [1992], p.147). Esse sistema de saber, conseqüentemente, seria eclético em sua “teorização”. O que Netto (2005 [1992], p. 103) designava como “anel de ferro que aprisiona a profissão” relaciona-se com os objetivos esperados da ação dos profissionais de Serviço Social junto às expressões da “questão social”.

O trato “rigoroso” e “científico” aparecia como fator legitimador, que acabava por transferir a legitimidade do exercício profissional para os conhecimentos teóricos que fossem capazes de aplicar de modo correto. Os objetivos postos à profissão constituir-se-iam das requisições forjadas na sociabilidade burguesa para o universo profissional, como se os insucessos do exercício profissional refletissem insuficiência teórica ou científica.

Iamamoto (2011), ao criticar a tese de Netto (2005 [1992]) da “natureza medularmente sincrética” do Serviço Social, salienta que essa identificação estaria concentrada sob a forma reificada em que a profissão se apresenta na sociedade. Por esse motivo, apresenta uma objeção teórico-metodológica à hipótese do sincretismo.

Assim, restringir o universo da análise do Serviço Social às formas reificadas de manifestação dos processos sociais, ainda que esse procedimento possa prevalecer no universo profissional, denuncia a mistificação, mas não elucida a natureza sócio-histórica dessa especialização do trabalho para além do universo alienado, em que se realiza e mostra encoberta no sincretismo. Em

outros termos, o esforço de desvendamento, ainda que essencial, torna-se parcial e inconcluso. (IAMAMOTO, 2011, p. 267-268).

Iamamoto (2011), apesar de suas críticas à tese de Netto, sobre a “estrutura medularmente sincrética” do Serviço Social, reconhece que as observações do autor sobre o “sincretismo científico” e o “sincretismo ideológico”, são das “mais ricas e consistentes” das últimas décadas. Refletindo sobre as origens do sincretismo científico e, por conseguinte, do ecletismo, Netto (2005 [1992], p.150) defendia que a possibilidade de superação do ecletismo estava hipotecada a reconhecer que, como profissão destinada às múltiplas refrações da “questão social”, não poderíamos constituir um sistema de saber específico. As/os Assistentes Sociais podem e devem construir contributos para a teoria social, como têm feito nos últimos anos, mas ao erguer um sistema de saber específico da profissão com conteúdo instrumentalizável recairíamos sempre na reprodução do sincretismo. “[...] a ultrapassagem do sincretismo teórico- que se expressa no ecletismo- no Serviço Social, conectada à superação do lastro conservador, é projeto que não erradica o sincretismo da fenomenalidade do seu exercício profissional” (NETTO, 2005 [1999], p. 150).

A junção do papel delimitado pelas transformações do capitalismo na entrada da época dos monopólios e a atuação historicamente atribuída as/aos Assistentes Sociais como “reordenador de práticas e condutas cotidianas” seria uma diferença em relação a outras profissões requisitadas no capital monopolista para intervir na cotidianidade, mas também seria essa junção que constituiria “a estrutura medularmente sincrética” da profissão.

### 5.1.1 Cotidiano e Serviço Social

[...] Como um dia depois do outro.  
Como um dia, um dia comum [...]  
Humberto Gessinger

De acordo com Netto (2011 [1987], p. 64), o debate sobre o cotidiano, em voga no debate acadêmico e profissional naquele período, era uma oportunidade de ampliar o debate crítico, na contramão do que ele denominava como “velha síndrome das teorizações da profissão - o ecletismo mais chão”. Brant, na mesma direção apontava que a vida cotidiana, como “espaço da práxis realizada pelas/os Assistentes Sociais” deve ser objeto de estudo. Salieta que ela “contém a totalidade e que nela que se

processam muitas das mediações entre o particular e o global, entre o singular e o coletivo” (BRANT, 2011 [1987], p. 51).

O debate sobre a cotidianidade segue importante, pois é no solo concreto da cotidianidade que se interpõe os limites ao exercício profissional e ganham fôlego tentativas pragmáticas e conservadoras, que se opõem ao Projeto ético-político hegemônico no Serviço Social brasileiro contemporâneo.

As discussões apresentadas pelos sujeitos ligados ao “liquidacionismo” do Projeto ético-político do Serviço Social contemporâneo rememoram esse “ecletismo mais chão” de que nos fala Netto (2011 [1987]). Sob o falso discurso da cientificidade, abriga-se uma identificação entre teoria e imediaticidade, expressa nas requisições institucionais, e novas necessidades de mercado. Iamamoto, na mesma direção de Netto, salienta a importância do conhecimento teórico para superar a imediaticidade e a singularidade na atuação das/os Assistentes Sociais.

O/A assistente social é, portanto, desafiado/a a desentranhar da vida dos sujeitos singulares, as dimensões históricas universais e particulares nela presentes, como condição de transitar as suas necessidades da esfera privada para a luta por justiça e por direitos na cena pública. Isso requer, de nossa parte, competência teórico-metodológica para ler a realidade e integrar os fios que articulam o singular no coletivo, como a pesquisa e o conhecimento do modo de vida e trabalho dos segmentos sociais com os quais trabalhamos. (IAMAMOTO, 2021, p. 37).

Lowy (2011 [1987]), na introdução ao livro que organiza os ensaios de Brant e Netto sobre o cotidiano, rememorava a importância da tradição “dialética revolucionária” na ruptura com a negação sistemática dos debates sobre o cotidiano pelo marxismo vulgar, identificado com o estalinismo.

No que diz respeito ao projeto profissional do Serviço Social, esse é um debate não apenas relevante, mas definidor dos rumos que assume a profissão. Desde Marx, a preocupação com a cotidianidade é presente na tradição marxista (BRANT, 2011 [1987]). O conservadorismo ou o marxismo vulgar apresentam perspectivas simplistas para compreender o cotidiano. Para os primeiros, o cotidiano aparece como a própria revelação da verdade e para os últimos seria o espaço de negação da realidade. Brant salienta que:

Todos os estudos sobre a vida cotidiana indicam a complexidade, contradição e ambiguidade de seu conteúdo. E o que é mais importante, a vida de todos os dias não pode se recusar ou negar como fonte de conhecimento e prática social. (BRANT, 2011 [1987], p. 15).

Brant (2011 [1987]) assinalava como a vida cotidiana tornou-se alvo da ação do Estado e central para a produção capitalista. A partir de Lefebvre, demonstra como a gerência do cotidiano pelo Estado extrapola as funções coercitivas exercidas pelo aparato policial, jurídico e legal. A pertinência desta reflexão é gigantesca se considerarmos que os setores conservadores, a que nos referimos nesta tese, tratam o cotidiano como espaço desvencilhado das determinações das relações capitalistas.

Vista sob um certo ângulo, a vida cotidiana é em si o espaço modelado (pelo Estado e pela produção capitalista) para erigir o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito, cidadão. (BRANT, 2011 [1987], p. 19).

Assim como Brant (2011 [1987]), Netto (2011 [1987], p. 67), partindo da dialética proposta por Lukács e Heller, destaca o caráter histórico da cotidianidade, mesmo mantendo suas “determinações fundamentais”: “a heterogeneidade”, “a imediatividade” e a “superficialidade extensiva”. Netto coaduna com a leitura lukacsiana que desidentifica cotidiano e vida privada, mesmo sendo espaços preponderantes da singularidade. Aponta para o risco do debate do cotidiano se aprisionar no “pensamento cotidiano” e que a “decodificação do cotidiano através de formas lógicas - e nexos causais - que só repõem no plano do pensamento é, com efeito, a cilada a que não escapa a reflexão condenada a sacralizar a sua estrutura”. Netto (2011 [1987], p. 73).

Na reconstrução do movimento da totalidade concreta, é a categoria da mediação que assegura a alternativa da “síntese de múltiplas determinações”, ou seja, a elevação do abstrato ao concreto- mais exatamente, assegurando a apreensão da processualidade que os fatos empíricos (abstratos) não sinalizam diretamente. (NETTO, 2011 [1987], p. 73).

Estes apontamentos iniciais sobre a relação Serviço Social e cotidiano, mais que um resgate histórico ou digressão, têm por objetivo introduzir elementos importantes para a compreensão dos argumentos que confundem cotidiano profissional e requisição institucional, e que recolocam o já superado sincretismo científico na arena do debate sobre projetos profissionais.

A relação com as ciências sociais particulares no Serviço Social também teve importância na renovação da profissão. A partir da década de 1970, havia nas ciências sociais amplo questionamento do positivismo, mesmo que em versões pós-estruturalistas, e este questionamento resvala no Serviço Social. Há também nas

ciências sociais, um amplo questionamento da neutralidade científica e da fragmentação do conhecimento, cindindo as ciências sociais das bases materiais da sociedade, objetividade e subjetividade.

À medida que se insurge contra o conservadorismo, o Serviço Social produziu também uma crítica teórico-metodológica ao positivismo e este é um elemento que opera na ruptura do Serviço Social com suas origens conservadoras. A crítica do positivismo impacta a profissão num período em que o debate profissional era profundamente endógeno e que se apropriava do arcabouço das ciências sociais de forma utilitária.

Como parte da ruptura com esta direção endógena e limitada, a produção de Netto ([1990] 2005) debruçava-se sobre as diferentes concepções em disputa na profissão, em que o autor traçava as tendências do debate, inclusive da “reatualização do conservadorismo”. Neste exame, vinculava as requisições que motivavam a inserção de profissionais de Serviço Social no Estado brasileiro como parte da política de modernização, e a “desideologização” da classe trabalhadora construída nos anos da ditadura, como parte de uma aliança conservadora anticomunista.

### 5.1.2 Serviço Social no Brasil em transformação

[...] Um dia me disseram  
Quem eram os donos da situação  
Sem querer eles me deram  
As chaves que abrem essa prisão [...]  
Humberto Gessinger

As lutas contra a “ditadura do grande capital”, por democratização na sociedade Brasileira em 1970 e 1980 somaram-se aos ventos progressistas do movimento de reconceituação latino-americano, produzindo a virada profissional, que tem no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1979 o seu mais importante marco, ao ponto de ser comumente referido como congresso da virada.

Guerra (2009), assim como demais autores, localiza a origem da renovação crítica do Serviço Social no âmbito destas lutas democráticas de 1970 e 1980, e destaca que tais lutas eram, sobretudo, lutas contra o imperialismo norte-americano. Nos capítulos anteriores, discutimos como o padrão dependente do capitalismo no Brasil é determinante para os caminhos das lutas de classe, determinando

sobremaneira o modo autocrático em que é exercido o domínio burguês. É, portanto, na resistência a esse padrão que surge o novo projeto profissional do Serviço Social.

As lutas democráticas e populares de 1970 e 1980 eram, portanto, questionadoras deste padrão burguês, mas também dos modos de ser do imperialismo, que em solo nacional expressavam-se como dependência estrutural. lamamoto (2013 [1992]) ressalta que:

*A ruptura com a herança conservadora no Serviço Social expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo rumo dado às suas atividades e formas de conduzi-las. (IAMAMOTO, 2013 [1992], p. 42).*

Decorrente de sua análise, a autora situa a ruptura com o conservadorismo profissional como o momento politizante, no sentido de incorporar a “grande política” no pensar o exercício profissional, as condições em que se desenvolve e as determinações dos seus desenvolvimentos. Mesmo que não haja uma relação mecânica e causal entre os efeitos esperados e a ação profissional das assistentes sociais. Ainda assim, a existência de um projeto profissional orientado para uma direção social clara é importantíssima para o sucesso das estratégias profissionais que a categoria consegue propor.

O percurso que leva o Serviço Social brasileiro tem como “alicerce” o movimento “das classes trabalhadoras sob a liderança do operariado industrial, que abarca a economia, a política e a cultura”; tal movimento crescente nas décadas de 1970 e 1980 é, portanto, parte das condições que permitiram a ruptura do Serviço Social Brasileiro com a sua origem conservadora.

Após anos de intensa repressão e submetido à intensificação da exploração através das políticas econômicas baseadas no arrocho salarial, como vimos no Capítulo 3, os trabalhadores entraram em cena e foram definidores para o ocaso da ditadura.

*A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes, que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos*

interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social. (NETTO, 2006 [1999], p. 12).

Netto (2006 [1999], p. 1) afirma que o período da transição entre as décadas de 1970 a 1980 é onde se “encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando Projeto ético-político”. Para tanto, aponta para a necessidade de promover o “enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural”.

Os setores “liquidacionistas”, organizados em oposição ao Projeto ético-político profissional, denunciam a politização da profissão, como se fosse possível exercer a profissão desconsiderando as disputas colocadas no âmbito das políticas sociais e como expressões do constante enfrentamento entre classes e frações de classe no interior do Estado burguês.

Como demarcados no Capítulo 4, naquele período em que se renovava o Serviço Social no Brasil, também se consolidava uma nova hegemonia estratégica na esquerda brasileira. A nova hegemonia na esquerda desenhava uma estratégia que apostava que a única possibilidade de democratização efetiva do Estado e da sociedade brasileira, eliminando marcas do passado, residia na organização dos segmentos explorados e oprimidos, no movimento operário autônomo e nas demais formas de organização dos debaixo no campo e na cidade.

Esses nexos são centrais na compreensão dos desdobramentos posteriores do projeto profissional que surge nesse contexto. Iamamoto (2021, p. 35) registra a importância de uma compreensão da dinâmica das relações sociais capitalistas nas diferentes particularidades nacionais, como vimos discutindo no Capítulo 4, e salienta como as “marcas do passado” necessitam ser enfrentadas pelas “lutas emancipatórias no presente”. Cita entre essas “marcas do passado”:

A invasão dos territórios de cultura indo-americana, a discriminação étnico-racial, de gênero, o trabalho compulsório, a superexploração do trabalho “livre”, e o mando dos donos do poder, “nutrido por ingredientes patrimoniais, em que o espaço público da sociedade se confunde com o espaço privado”. (IAMAMOTO, 2021, p. 35).

A conjuntura possibilitava, aos/as assistentes sociais, o questionamento do conservadorismo profissional e da direção da categoria em suas relações com o poder governamental. O desvelamento do papel do Estado “na defesa intransigente da classe dominante”, no regime inaugurado pelo golpe empresarial-militar, ou como



definida Ianni, na “ditadura do grande capital”, seria o principal aspecto que determina esse questionamento à direção e à “organização político-representativa” da época (GUERRA, 2009).

Havia também algumas “determinações internas à profissão” que possibilitaram a virada: a laicização e ampliação da categoria, os vínculos da categoria com o “povo”, a inserção da profissão na academia, o protagonismo de sujeitos profissionais em resistência à ditadura, o espírito crítico do projeto experimental da PUC de Belo Horizonte, a experiência de organização da categoria, principalmente na América Latina, a mudança de perfil profissional com inserção nas lutas estudantis e sindicais (GUERRA, 2009).

A virada profissional foi tanto produto do avanço das vanguardas profissionais, no que tange à crítica da sociedade burguesa e ao padrão “autocrático” da dominação no Brasil, quanto do reflexo de uma organização do conjunto da classe trabalhadora, em luta por direitos e contra os ataques implementados pela “ditadura do grande capital”.

Iamamoto (2021, p. 38) destaca como a conjuntura em que emergem “experiências inovadoras no universo do Serviço Social” conectadas ao movimento latino-americano de reconceituação, era também marcada pela repressão e violência políticas. Um período em que se organizavam importantes experiências de resistência política, que apontavam para lutas emancipatórias “que contestam o avanço da contrarrevolução”.

Guerra (2009, p. 6) apresenta uma interessante interpretação dos acontecimentos do Congresso Brasileiro das/os Assistentes Sociais de 1979, o III CBAS, hoje conhecido como congresso da virada. Para a autora, o congresso “pode ser interpretado como ato e como processo”.

Como “ato” demarcava o enfrentamento aberto ao conservadorismo arraigado na profissão e como “processo” seria a continuidade do movimento de reconceituação latino-americano. Este último produzido em uma conjuntura de acirrada luta anti-imperialista e democrática contra os regimes autocráticos na região. O “movimento de reconceituação, do ponto de vista da compreensão das relações imperialistas na América Latina, possui grande incidência da “teoria da dependência” em seus diferentes espectros” (IAMAMOTO, 2021, p. 41).

O movimento de reconceituação está ligado tanto ao questionamento dos modelos importados, que regiam o Serviço Social tradicional latino-americano-americano, quanto às lutas anti-imperialistas dos oprimidos e explorados na América Latina.

Denunciavam-se a pretensa neutralidade político ideológica, a restrição dos efeitos de suas atividades aprisionadas em micro espaços sociais e a debilidade teórica no universo profissional. Os/As assistentes sociais assumem o desafio de contribuir na organização, capacitação e conscientização dos diversos segmentos trabalhadores e “marginalizados” na região. A reconceituação latino-americana foi uma experiência histórica e, como tal, não pode ser cancelada, como alerta Aquin (2005, p. 31). (IAMAMOTO, 2021a, p. 45).

Recorrentemente, as tendências “liquidacionistas” divulgam a acusação de que as vanguardas do Serviço Social brasileiro impediriam o debate internacional no Serviço Social, mas esta orientação está vinculada especificamente ao debate internacional no âmbito da América Latina: “Em outros termos, a orientação ético-política do Serviço Social brasileiro contemporâneo é herdeira da reconceituação na América Latina” (IAMAMOTO, 2021a, p. 46-47).

É nesse cenário, com a influência do movimento de reconceituação latino-americano e uma tradição de organização profissional que perdurava desde a década de 1940, que os profissionais pautam a virada. O caráter ético-político do projeto profissional hegemônico no Serviço Social é necessariamente um apelo à universalidade, a uma leitura, que ao assumir o ponto de vista dos oprimidos e explorados, volta-se à “grande política”. Iamamoto não nega a tensão para alienação, dada pela natureza do trabalho profissional assalariado e subordinado à lógica da “valorização do valor”, entretanto, compreende a dialética que move a categoria, a partir de um projeto profissional emancipatório:

Um ideário emancipatório, herdeiro da história da luta mundial dos/as trabalhadores/as, calcada na grande política e em valores que dignificam o gênero humano. Ele representa o antídoto para enfrentar a alienação do trabalho, indissociável do estatuto assalariado. (IAMAMOTO, 2021, p. 19).

Compreende-se que a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social é uma tarefa que impõe uma conflituosa relação com as requisições postas nos diferentes espaços sócio-ocupacionais na conjuntura atual. A designação do novo projeto profissional do Serviço Social como Projeto ético-político, não é concomitante ao processo de renovação crítica da profissão. Braz (2008) define como marco da utilização do termo o IX CBAS, em 1998. O autor ressaltava como naquele período ainda havia pouco conhecimento produzido acerca do tema e ainda um desconhecimento do termo por grande parte da categoria.

É inegável que ainda há um longo caminho de debates a aprofundar sobre o tema. O termo é largamente utilizado - inclusive os críticos do projeto, nas tendências regressivas que tratamos nesse trabalho, usam largamente o termo para criticar a direção social do projeto profissional hegemônico na profissão.

Para compreender o Projeto ético-político, Braz (2008, p. 82) propõe analisá-lo em três dimensões: “a) dimensão da produção do conhecimento, b) dimensão político-organizativa da profissão c) dimensão jurídico-política da profissão”. Seria a articulação entre essas dimensões que sustentaria a direção deste projeto. Se é fato que, nas últimas décadas, a conjuntura tem sido refratária ao projeto societário emancipatório de que o PEP é legatário, contraditoriamente, a categoria das e das/os assistentes sociais têm se esforçado em manter estas três dimensões como fronteira avançada no combate ao conservadorismo.

A possibilidade de ética e política conjugarem-se está dada no elemento crucial das escolhas éticas, que sempre apontam necessariamente para transformações societárias ou reprodução do *status quo*, ao projeto conservador ou das “classes subalternas”. Barroco (2009) ressalta que o Serviço Social, até o momento de sua renovação crítica no Brasil, negava a dimensão política, mesmo que seu exercício profissional fosse utilizado para “o fortalecimento de projetos políticos e relações de dominação”.

Existem objetivamente projetos humanos, movimentos históricos, homens e mulheres, sujeitos sociais que pensam e agem ética e politicamente de forma contra-hegemônica, não permitindo que o ideal emancipatório perca sua atualidade em face da barbárie existente, buscando construir formas de superação dessa realidade. (BARROCO, 2010, p. 219).

A falsa polêmica que opõe a defesa de direitos às perspectivas anticapitalistas é enfrentada por diversos autores, desde Marx em suas elaborações sobre emancipação humana e emancipação política. Recorrendo a essa distinção e contextualizando as particularidades de nossa formação econômico-social, Behring (2013) aponta que:

Pelo exposto, a compreensão profunda do projeto profissional passa pela ideia central de que os princípios que o orientam encerram essa dialética entre emancipação política e humana, que se nutre do entendimento da dinâmica específica da luta de classes no Brasil, estabelecendo com o solo histórico importantes nexos. (BEHRING, 2013, p. 17).

### 5.1.3 Projetos societários em disputa e o projeto ético-político do Serviço Social

As relações entre projetos profissionais e projetos societários são temas de grande relevância na pesquisa apresentada nesta tese. Temos por pressuposto que projetos profissionais sempre se articulam a projetos societários, mesmo que estas relações sejam de simples reprodução do projeto burguês hegemônico na sociedade. Nesse sentido, pesquisar os setores “liquidacionistas”, que se opõe à direção do Projeto ético-político profissional do Serviço Social na atualidade é indissociável da pesquisa sobre os projetos de classe defendidos no espectro do ultraneoliberalismo e do conservadorismo atual. A defesa de outro projeto profissional, realizada por estes segmentos, aponta para a liquidação do projeto profissional atualmente hegemônico na categoria e oposto aos valores conservadores e ultraneoliberais. “Em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas, etc.)” (NETTO, 2006 [1999], p. 2).

A contribuição de Netto (2006 [1999]) para o avanço da compreensão destas relações no Serviço Social é inescapável, e, partindo de suas observações sobre as relações que soldam projetos profissionais aos projetos societários em disputa, nos debruçamos sobre nosso tema de pesquisa:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais). (NETTO, 2006 [1999], p. 4).

Para o autor, tais projetos são necessariamente elaborados pelo “corpo” (ou categoria) profissional e dependem enormemente da organização política dessas categorias. No Serviço Social, o autor cita Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) e Executiva Nacional de Serviço Social (ENESSO), como parte dessa organização e que suportam o atual projeto profissional.

Tais observações são centrais para compreendermos como, apesar da diluição dos elementos conjunturais, que possibilitaram o surgimento do PEP em meio às lutas

pela democratização no Brasil, o projeto profissional erguido, naquele período, no Serviço Social, manteve-se vigoroso. Na conjuntura atual, as propostas conservadoras passam a se opor mais frontalmente à direção social e política, que a categoria vem assumindo nos últimos quarenta anos. Nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, há impactos do avanço conservador, assim como nos espaços de formação profissional e para os movimentos sociais. A resistência ao conservadorismo torna-se ainda mais importante para a defesa do Projeto ético-político do Serviço Social.

É esta resistência (a partir das entidades da organização acadêmico-político da profissão), que sustenta o Projeto ético-político profissional alternativo na perspectiva da emancipação humana e de que uma outra sociedade, para além do capital, é possível; mas implica uma luta permanente com as forças do retrocesso. (ABREU; LOPES, 2007, p. 15).

O amadurecimento deste projeto profissional, agora denominado como Projeto ético-político foi um processo, mas, sem dúvida, o elemento detonador desse está relacionado à tomada de consciência sobre a dimensão política da profissão.

O ideário conservador herdado da doutrina social da Igreja Católica, que marcava o Serviço Social tradicional, não era oposto aos ditames do projeto burguês em curso. A intervenção com base nesse ideário era, sobretudo, moralizante e integradora. O trato sobre os “desajustados” interditava quaisquer perspectivas de discussão política e problematização em torno das formas adquiridas pelas relações sociais na sociedade burguesa, vistas sempre como um todo harmônico, e disto decorre a negação da política. Essa negação da política, portanto, apenas reproduzia a política dos setores dominantes na sociedade.

A recusa conservadora da politização era tácita, majoritariamente, contudo é mais publicizada com o início do movimento de reconceituação latino-americana. Os questionamentos feitos pelo movimento, em relação ao Serviço Social tradicional e sua perspectiva de aliança com as classes trabalhadoras, despertaram, nos segmentos conservadores, a necessidade de reforçar a negação da dimensão política da profissão, configurando uma propaganda despolitizadora.

Barroco (2009) destaca a processualidade da construção da nova ética profissional, como desdobramento da ruptura com o projeto do Serviço Social tradicional. Tal processualidade tem seus momentos. Na década de 1980, a ainda insuficiente discussão acerca da ética acabava por submetê-la à dimensão política.

Essa submissão da ética à política era expressa, por exemplo, nos códigos de ética de 1986 e nas propostas de currículo de 1983-1984. Apenas na década de 1990, esse processo é substancialmente alterado.

A partir de 1993, o projeto de ruptura passou a ser tratado como “Projeto ético-político”, indicando a superação dialética da perspectiva de 1986, que subordinava a ética ao político, ou seja, revelando a unidade entre ética e política. No entanto, na medida em que se trata de componentes de natureza distinta, sua unidade se reproduz em tensão permanente; logo, dependendo de uma série de determinações que não se restringem à sua compreensão, uma ou outra dimensão pode sobrepor-se à outra. (BARROCO, 2009, p. 36).

O debate ético é sempre marcado por um caráter histórico. Sem alimentar nenhuma ilusão quanto à moral burguesa hegemônica, no entanto, existe a possibilidade de ações éticas no interior da sociedade burguesa, como parte do processo de lutas pela emancipação humana, onde finalmente a ética possa ser plenamente realizável (BARROCO, 2009). Dessa forma, escolhas éticas podem se expressar como práxis política:

Porém, tensão é parte do processo de luta pela hegemonia, seja no âmbito da emancipação política tratada por Marx, como em processo da luta revolucionária, dirigidos à emancipação humana. Portanto, ética e política são dimensões inerentes à profissão; estão presentes no conjunto das atividades e dos projetos do Serviço Social, embora tenham se manifestado de formas diversas, ao longo da trajetória da profissão, no Brasil. (BARROCO, 2009, p. 38).

O código de ética de 1993, ao superar as limitações do código de 1986, o que apenas pôde realizar-se pelo aprofundamento dos fundamentos teórico-metodológicos no Serviço Social, é um momento central para essa dimensão ético-política do projeto profissional. Netto, o identifica como “um momento basilar do processo de construção do Projeto ético-político” (NETTO, 2006 [1999], p. 15).

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e serviços explicitamente posta como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. (NETTO, 2006 [1999], p. 16).

A defesa da despolitização da profissão pela tendência “liquidacionista” é, portanto, avessa ao projeto e sua oposição é manifestação da rejeição em face dos valores defendidos no bojo do projeto profissional, que temos denominado Projeto ético-político.

Em decorrência, utilizo a denominação de “liquidacionista”, e identifico sua posição como parte de tendências regressivas. Essa caracterização não deriva de um julgamento maniqueísta, mas da constatação de que sua recusa ao Projeto ético-político propõe a liquidação de valores progressistas que sustentam o projeto profissional atualmente hegemônico, em detrimento de visões de mundo conservadoras e reacionárias.

Behring e Boschetti (2016) destacam uma importante localização do Projeto ético-político no que tange a sua vinculação a um projeto societário socialista. Ao localizar “a luta por direitos no campo da emancipação política como mediação para emancipação humana”, desvela-se o caráter prospectivo do Projeto ético-político, desbordando-se para além das possíveis reformas e melhorias dentro da ordem burguesa. Esse caráter é denunciado como doutrinação ideológica por setores conservadores, mas é um produto coletivo do avanço da consciência da categoria das/os assistentes sociais, e da ação ativa de indivíduos comprometidos com a profissão e uma direção emancipatória para a mesma.

A processualidade, que possibilitou o atual estágio de debates sobre o Projeto ético-político, como vimos, passa por diferentes estágios. A partir da caracterização destes estágios, elaborada por Braz (2008), e acrescentando algumas observações, poderemos periodizar o Projeto ético-político desde seu surgimento em 1970-1980 até os dias de hoje da seguinte maneira:

- 1) Gênese (1970-1980):** período em que se opera a ruptura com a tradição conservadora na profissão e se instaura o pluralismo, permitindo, pela primeira vez, a participação de posições contra-hegemônicas no debate profissional.
- 2) Consolidação do Projeto (1990):** nesse período avança significativamente a produção de conhecimento na direção do projeto e se aprofundam aspectos normativos e éticos, além da organização política da categoria. Braz salienta que a ofensiva neoliberal produz propostas neoconservadoras “no seio da categoria” nesse período.
- 3) Maturidade do PEP (2010-2020):** nesse período, estão consolidados os principais componentes do projeto profissional, o social-liberalismo altera significativamente as tensões conservadoras que operam na profissão, abrindo o debate sobre uma possível crise do projeto profissional.
- 4) Cenário atual:** já consolidado em diversos aspectos, o projeto segue sendo desafiado por tendências do conservadorismo profissional, no entanto, em um

cenário de crescimento do neofascismo e aprofundamento pela política ultraneoliberal. Persistem as ameaças identificadas por Netto ([1999] 2006), Iamamoto (2011), entre outras: a precarização das relações de trabalho, a desqualificação da formação profissional e demais consequências da ofensiva neoliberal; contudo, o cenário de crescimento do neofascismo propicia a emergência de tendências abertamente oposicionistas ao Projeto ético-político no seio da profissão.

Como caracterizar a existência de hegemonia do PEP no Serviço Social? Antes de ingressar na polêmica propriamente dita sobre sua existência, cabe explicitar com qual conceito de “hegemonia” estamos trabalhando. Braz (2007), partindo da concepção gramsciana de hegemonia, que não se confunde com supremacia, infere que é possível falar em hegemonia do PEP, a partir da identificação de uma “autoimagem” da profissão que:

[...] envolve aspectos teóricos, políticos, organizativos e jurídico-legais com os quais se identifica a categoria. Formam, portanto, as bases efetivas do projeto, configurando-se em seus elementos constitutivos que, quando ganham legitimidade, o tornam hegemônico no seio profissional. (BRAZ, 2007, p. 6).

Nesta direção, além dos componentes conjunturais, que marcam a renovação do Serviço Social no Brasil, há outros elementos, tais quais: o crescimento da produção do conhecimento na categoria, a requalificação da prática profissional, as mudanças na formação profissional e nas normativas profissionais, a partir da crescente crítica ao conservadorismo na profissão.

No livro *Renovação e Conservadorismo*, texto de Iamamoto publicado em 1992, a autora já apontava para elementos que se expressam na direção que se consolidou com as diretrizes curriculares da ABEPSS, em 1996. Nessa concepção o projeto profissional: “[...] com uma direção social definida, capaz de articular-se teórica e praticamente aos projetos sociais das classes sociais subalternas e suas relações com as forças atualmente dominantes” (IAMAMOTO, 2013 [1992], p. 191).

A formação profissional integra o Projeto ético-político profissional. No período neoliberal houve muitas deserções entre os intelectuais de esquerda. Abreu e Lopes (2007) salientam que o Serviço Social no Brasil teria resistido bravamente a essa “onda conservadora”.



A produção acadêmica contemporânea na profissão é uma clara ruptura com a endogenia, que era típica das tradições conservadoras no Serviço Social, entretanto, é essencial “realizar uma “viagem de volta” para a apreensão do exercício e da formação profissionais em suas múltiplas determinações no cenário atual” (IAMAMOTO, 2011, p. 44).

Ao apontar para a necessária “viagem de volta” das/os Assistentes Sociais, para reconstruir a profissão à luz do acúmulo teórico-metodológico crítico que a profissão desenvolveu nas últimas décadas, Iamamoto (2011) toca no cerne das principais críticas ao PEP. Apesar da crítica à pura instrumentalização do conhecimento e do utilitarismo, que marcam as análises neopositivistas e o conservadorismo profissional no Serviço Social, é necessário avançar na construção de mediações, que possibilitem a efetivação do projeto profissional no exercício profissional das e das/os assistentes sociais.

## **5.2 Conservadorismo envergonhado e tensões sobre o projeto ético-político**

No Capítulo 3 desta tese, foram apresentadas mudanças importantes com o aprofundamento do neoliberalismo, em particular no Brasil. Essas mudanças colocaram novos desafios para a defesa do Projeto ético-político no Serviço Social. Behring (2013) reitera como a década de 1990 mudou significativamente o ambiente político, convertendo a conjuntura anteriormente aberta ao debate reformista em um cenário preponderantemente contrarreformista. Tais mudanças empurraram o Projeto ético-político para o campo da resistência:

Assim, os anos 90 colocaram o projeto profissional efetivamente no campo da resistência, sendo representativo desta decisão política o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1995, realizado em Salvador, com a presença de representação dos petroleiros que naquele momento realizavam uma greve sob forte repressão e retaliação do governo FHC, que fazia lembrar a relação de Margareth Thatcher com os mineiros ingleses do início dos anos 80. (BEHRING, 2013, p. 12).

Sendo assim, desde sua consolidação, o Projeto ético-político profissional foi tensionado por diferentes elementos de uma realidade regressiva, de perda de direitos e empobrecimento intelectual, com distanciamento de muitos setores da academia no Brasil da razão crítica, da dialética e da história. Tais tensões operam como pressão externa à profissão, mas também fortalecem elementos de um “conservadorismo

envergonhado”, que a partir da crítica pós-moderna infiltram elementos de irracionalismo no seio do debate profissional.

### 5.2.1 Tensões na formação profissional em Serviço Social

Behring e Boschetti (2016) apresentam uma importante pista para compreendermos como essa conjuntura regressiva relaciona-se com o debate sobre projetos profissionais:

Nesse contexto barbaramente regressivo, emergem traços renovados de conservadorismo que atingem a formação e o trabalho profissional como o metodologismo, o teoricismo acríptico, o aligeiramento da formação e da pesquisa, o pragmatismo, o voluntarismo e o voluntariado, o contentamento com o possibilismo (BOSCHETTI, 2015), que lembram características do passado recente da profissão [...]. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 135).

Persistem muitos desafios aos defensores do Projeto ético-político. Além da ofensiva neoliberal e ultraneoliberal, há tarefas importantes no interior do campo progressista na profissão para consolidação do PEP. Iamamoto (2011) identifica uma disparidade entre a apreensão mais débil dos “fundamentos referentes ao processo de produção e reprodução das relações sociais” se comparadas com a incorporação da leitura de profissão a partir destes fundamentos. Essa disparidade, acrescida à precarização dos espaços de formação e exercício profissional, e às múltiplas determinações de uma conjuntura de derrotas para as classes trabalhadoras, fornecem um solo fértil para irracionalismos e para a razão miserável. Iamamoto salienta como esse crescimento impacta no

[...] crescimento do desemprego, na precarização de condições de trabalho, no aumento da insegurança do trabalho e numa preocupante despolitização da categoria profissional, com inéditas consequências para o projeto norteador da profissão no país. (IAMAMOTO 2011, p. 43).

O crescimento do número de matrículas em Serviço Social nas últimas décadas, apesar de alguns exemplos de novos cursos em IES públicas, foram substancialmente concentrados em centros privados de formação superior, em muitos casos sem as condições de oferecer a educação a partir da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão. Esse processo acentuou-se com a regulamentação e crescimento do mercado de cursos à distância. Nessas condições, um certo

“conservadorismo envergonhado” adentra o debate profissional, sob a forma de um debate pragmático.

Esse tipo de pragmatismo presente no universo profissional se vale de um discurso facilmente absorvido, sob as condições objetivas vigentes, de que se perde muito tempo com fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos nos cursos de graduação em Serviço Social. E ainda, “de que há visível distanciamento entre o conteúdo programático do curso e a realidade do trabalho profissional”. (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 214).

Comumente, as tendências regressivas, tratadas nesta tese, reproduzem uma propaganda de que haveria uma redução de postos de trabalho, devido à recusa da direção da categoria, expressando o PEP, em responder às novas demandas de mercado, que estariam postas aos/as assistentes sociais. Inclusive, a defesa do Serviço Social Clínico é ressignificada a partir desta realidade, pois a recusa às práticas terapêuticas passa a ser vista como responsabilidade pelo desemprego de colegas assistentes sociais.

### 5.2.2 Tensões conservadoras e a prática profissional em Serviço Social

É possível identificar, mesmo após o processo de renovação crítica da profissão, uma gama de tensões postas ao exercício profissional em Serviço Social, inclusive pela requisição de um profissional polivalente, adequado aos objetivos institucionais, comumente opostos aos valores defendidos no Projeto profissional do Serviço Social atual.

Tais tensionamentos conservadores na prática profissional são enfrentados por fortes contratendências à “prática profissional miserável”, incapaz de superar os limites meramente causais, lógico-formais do trato das expressões da “questão social”.

As “crises de identidade profissional” comumente aparecem vinculadas a sua “inespecificidade operatória”, que toma a aparência da especificidade profissional do Serviço Social. Diante disso, os profissionais são requisitados para atuações diversas, correspondendo ao caráter difuso das manifestações da “questão social”. Como resposta a isso, a polivalência e uma “prática indiferenciada” emergiram como marcas da profissionalização do Serviço Social (NETTO, 2005 [1992], p. 105).

Netto (2005 [1999], p. 106) destaca que a polivalência não é produto de uma escolha das/os assistentes sociais, mas das condições legadas pelo desenvolvimento

da profissão e das requisições profissionais que lhes são encaminhadas, exigentes da mobilização de recursos materiais e técnicos variados. O autor também destaca que essa polivalência, o sincretismo da prática indiferenciada, cumpre papéis na garantia de espaços sócio-ocupacionais que garantam mobilidade empregatícia aos/as assistentes sociais.

São fatores que “convergem” para o sincretismo da prática na análise de Netto (2005 [1992], p. 107): o próprio campo de intervenção, junto às “refrações da “questão social”; o aporte teórico das ciências sociais particulares, marcado pela razão miserável de tipo formal abstrato; as “expectativas” mantidas em torno do exercício profissional do Serviço Social desde as protoformas.

O assistente social seria demandado, segundo Netto (2005 [1992], p. 97), para a “manipulação de variáveis empíricas de um contexto determinado”. E mesmo que não haja nenhuma mudança efetiva na realidade em que se intervém, é essa manipulação que no Serviço Social tradicional era identificada com a intervenção profissional.

Segundo a tese do sincretismo, a requisição de manipular variáveis na heterogeneidade cotidiana impõe uma demanda por “conhecimento do social que seja capaz de mostrar-se diretamente instrumentalizável” (NETTO, 2005 [1992], p. 98). Ele acrescenta que, segundo essa demanda, toda “a manipulação de variáveis empíricas, todas as linhas de análise lógicas e formais abstratas e todos os procedimentos técnicos se legitimam na consecução do exercício manipulador”. Esse seria o critério de legitimidade para o conhecimento no Serviço Social e, de fato, o foi pelo menos até 1980.

Iamamoto (2011) destaca que a natureza fragmentária apresentaria as requisições para atuação do Serviço Social, tal como Netto (2005 [1992]). A fragmentação seria a aparência do fenômeno e não corresponderia a dinâmica contraditória que enseja a inserção do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho. A maior objeção da autora, contudo, está centrada na questão da “prática indiferenciada”, que obnubilaria as “determinações sócio-históricas”, ignorando aspectos contraditórios próprios da disputa política, que caracteriza as instituições e políticas públicas onde atuam a maior parte dos profissionais

O próprio Netto (2005 [1999], p. 95) identifica que essa é uma realidade que não se restringe ao Serviço Social e não é o principal elemento determinante para caracterizar a “estrutura medularmente sincrética”; o determinante seria o “horizonte em que se exerce”, o cotidiano. O cotidiano, como espaço de heterogeneidade, não propiciaria a supressão dessa tensão fragmentária.

Apesar da pertinência das críticas de lamamoto (2011), há que se reconhecer nesta característica identificada por Netto, quanto às formas de organização das requisições profissionais, um apontamento ainda necessário. Podemos identificar uma tensão permanente entre o projeto profissional e sua perspectiva de totalidade e da ontologia, com essa demanda institucional por um conhecimento instrumentalizável e parcial. Essa é uma tensão posta na prática profissional, que se intensifica com as mudanças no mundo do trabalho, instauradas no neoliberalismo.

Sobre essa tensão permanente, atua a tendência “liquidacionista” na atualidade, identificando o Projeto ético-político como uma causa de não efetividade do conhecimento acumulado pela categoria na prática profissional. A ausência de instrumentalização adequada impediria a garantia de maior visibilidade profissional e sucesso.

lamamoto (2005) apontava como uma visão ideologizada, pretensamente humanista da profissão, que “dentro da mística do servir” coadunava-se com a ignorância sobre “o que é a profissão como atividade socialmente determinada na divisão do trabalho.”. Para a autora, essa seria uma causa da profissão ser valorizada moralmente e ter um reconhecimento profissional precário.

O Projeto ético-político do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade é permanentemente posto à prova pelas múltiplas determinações da forma capitalista das relações sociais nesta quadra histórica. Portanto, falar do PEP na contemporaneidade é discutir os modos de enfrentamento assumidos pela categoria de assistentes sociais frente a essas tensões.

Romper hegemonicamente com o conservadorismo e situar-se na mediação entre as necessidades sociais e a realização de direitos na sociabilidade capitalista obriga o Serviço Social a conviver permanentemente com tensões próprias das relações sociais capitalistas, inscritas no imperativo permanentemente com tensões próprias das relações sociais capitalistas, inscritas no imperativo de permanente produção e reprodução do capital, ou como afirma Marx (2009 P.151): “O limite da produção é o lucro e jamais as necessidades dos produtores.” A contradição perene entre as demandas e lutas por direitos da classe trabalhadora e os ditames da acumulação do capital, que requer a mercantilização de bens e serviços, coloca a profissão no “fio da navalha” dos antagonismos de classe. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 131).

Não é incomum, no Serviço Social, o aprisionamento de leituras referentes ao projeto profissional no debate sobre otimismo e pessimismo. Assumindo a premissa gramsciana do “otimismo da vontade” e do “pessimismo da razão”, é necessário, no

entanto, analisar as condições concretas e as múltiplas determinações que incidem sobre a possibilidade de efetivar o projeto profissional, de acordo com os valores presentes no Projeto ético-político como balizador do exercício profissional em Serviço Social.

Em outros termos, a operacionalização do projeto profissional supõe o reconhecimento da arena sócio-histórica que circunscreve o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades a plena realização daquele projeto. (IAMAMOTO, 2011, p. 231).

Desde 1982, Iamamoto (2009 [1982]) apontava a importância de capacitar teórica e metodologicamente as/os Assistentes Sociais para “compreender as implicações de sua prática”. Nesse sentido, opunha-se a uma institucionalização burocrática e um exercício profissional repetitivo e reiterativo. Essa requisição institucional típica do profissional burocrata deve ser compreendida e transformada. Mais que compreender o exercício profissional, cabe transformá-lo, na pista do que nos disse Marx em suas teses contra Feuerbach.

A busca por um Serviço Social que forme para o mercado de trabalho e colado às suas requisições, é frequente nos segmentos conservadores da profissão na atualidade. Há um grande apelo em buscar postos de trabalho, na realidade de altos índices de desemprego e pauperização que vivemos, principalmente em um curso, que tem sido recentemente espaço de ascensão social para os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Contudo, é ilusório buscar a solução desta questão na redefinição do projeto profissional no Serviço Social. É necessário compreender que se trata de um processo que afeta o conjunto das e dos trabalhadoras e que apenas ações coletivas podem impactar essa realidade.

Iamamoto (2011) destaca que a legitimidade do Serviço Social pode ser produzida pela sua vinculação com a dinâmica contraditória das classes em confronto, onde se insere seu exercício profissional. Esta dinâmica se materializa no cotidiano. Brant (2011 [1987]) aponta que o cotidiano é mais significativamente repetitivo e mecânico, e esse mecanicismo dirige os processos mais frequentemente que a consciência.

A dinâmica institucional em que se inserem as/os assistentes sociais exerce diuturnamente pressão para que o trabalho delas/deles seja apenas mais um elemento de reforço dessa dinâmica reiterativa. Ao apelar pela utilidade do conhecimento produzido pelo Serviço Social para o cotidiano, na verdade, segmentos conservadores reivindicam o aprisionamento do projeto profissional a um critério de

utilidade. Brant (2011 [1987], p.25) aponta que: “no plano da cotidianidade o útil é o verdadeiro, porque este é o critério de eficácia. O critério de validade no cotidiano é o da funcionalidade”.

Iamamoto (2011) também se refere a uma “tensão entre projeto profissional e condição assalariada”. Tal tensão não seria exclusiva das/os assistentes sociais, tampouco, como é repetido por conservadores na profissão, não é um defeito do projeto profissional. Essa tensão condensa:

[...] os clássicos dilemas entre teleologia e alienação, liberdade e necessidade, ação do sujeito e constrangimentos estruturais, dimensões indissolúveis do exercício profissional na sociedade capitalista, o que se radicaliza na era das finanças. (IAMAMOTO, 2011, p. 41).

Desse modo, avanços do projeto profissional do Serviço Social estão profundamente vinculados às possibilidades de o conjunto da classe trabalhadora obter vitórias e construir alternativas amplas para os dilemas que vive. Apesar da relativa autonomia profissional, a prática profissional das/os assistentes sociais é sempre mediada pela condição de trabalhador assalariado.

Em uma conjuntura de ampla autonomia dos mercados e ampliação da reificação e subordinação do trabalho, é reduzida a relativa autonomia profissional das/os assistentes sociais para disputar, em conjunto com segmentos oprimidos e explorados, direitos que apontam para a emancipação política. Iamamoto (2011, p. 41) destaca, entretanto, que: “o reconhecimento das condições e relações sociais por meio de que esse trabalho é realizado, não é sinônimo exclusivo de submissão às orientações do mercado”.

Iamamoto (2011) observa que a produção do conhecimento em Serviço Social concentra-se na observância da profissão como “trabalho concreto”, estando defasada na análise do trabalho do assistente social como “trabalho abstrato”, ou seja, subalterniza-se o exame de seu papel como partícipe “da produção e/ou distribuição da mais-valia socialmente produzida”.

Esta discrepância gera implicações para a análise da profissão hoje, devido justamente às diversas tensões na prática profissional em relação ao Projeto ético-político, produzidas por esse duplo caráter do trabalho das/os assistentes sociais, como trabalho concreto e abstrato. Tais tensões se manifestam cotidianamente entre

projeto profissional e alienação do trabalho, entre autonomia relativa dos profissionais e requisições institucionais colidentes com a direção emancipatória do projeto.

O debate sobre o conservadorismo no Serviço Social, na maior parte do último período, concentrou-se nas tentativas de reatualização do conservadorismo na arena profissional. Essas formas de reatualização comumente apresentam-se por meio do multiculturalismo pós-moderno e da defesa da pobreza como equivalente da “questão social”, ignorando-se suas relações com os modos de produzir e reproduzir na sociedade capitalista.

Em 2016, Netto apontava como característica dos críticos à direção social da profissão, não se posicionarem abertamente contra o Projeto ético-político profissional e sim “[...] em invocá-lo como se fora um projeto cujo *pluralismo* não têm fronteiras e que, portanto, comporta ilimitadas possibilidades de concretização teórica e prática.”. (NETTO, 2016, p. 65, grifo do autor). Essas propostas, que incluíam ecleticamente, no espectro do Projeto ético-político perspectivas opostas à direção social que o projeto pressupõe, apareciam como umas das principais ameaças à direção social da profissão para o autor.

E por via de consequência, não creio ser irrazoável- se avançar sem contraposição a influência neoconservadora, notadamente a pós-moderna, mais a resiliência dos condicionantes sociopolíticos que a fomentam- vislumbrar *a emergência de uma inflexão na atual direção social da profissão, reversão que, a meu juízo, instaurará o quadro de uma profunda regressividade no movimento do Serviço Social no Brasil.* (NETTO, 2016, p. 67, grifo do autor).

Enquanto a estratégia democrático-popular ganhava força no Brasil (1970-1980), o capitalismo mundial acirrava sua crise e avançava o padrão neoliberal de administração do Estado e exploração do trabalho. Apenas a partir de 1990, a burguesia no Brasil, que como vimos era amparada historicamente pelo Estado, intensifica sua sanha pela redefinição dos papéis de Estado, de acordo com os objetivos da contrarreforma, que caracterizará o período neoliberal a partir da década de 1990.

Netto (2006) observa o antagonismo entre o Projeto ético-político que se consolida na década de 1990 e o avanço do neoliberalismo no Brasil. Em seu texto de 1999, apontava para a certeza que: “[...] a preservação e o aprofundamento do PEP dependem da vontade majoritária do corpo profissional - porém não só dela: também depende vitalmente do fortalecimento do movimento democrático e popular, tão pressionado e constrangido nos últimos anos” (NETTO, 2006 [1999], p. 19).



Sendo assim, é muito consequente com a análise de Netto que, dez anos depois da primeira publicação do texto acima, ele revise sua posição acerca das ameaças ao Projeto ético-político, identificando uma crise no projeto, causada pelo desmoronamento das bases do movimento democrático e popular, com a conversão da maior parte de seus defensores à “hegemonia da pequena política”.

O otimismo de Netto (2006 [1999]), revisto dez anos depois, era ligado a uma expectativa de que, mesmo com a deterioração, com as condições de vida geradas pelo neoliberalismo, diversos setores em luta poderiam apontar para sua superação, na direção apontada pelo Projeto ético-político.

Netto (2006 [1999]), como nas melhores análises à quente do neoliberalismo na década de 1990, era impossibilitado de observar a “devastação”, que o consenso neoliberal exerceria sobre as consciências críticas no Brasil e o grande desmonte operado nas perspectivas anticapitalistas, que por via da fragmentação pós-moderna ou do conformismo da “pequena política”, integram-se à “nova razão do mundo” neoliberal, como definiram Dardot e Lavall (2016).

Ao discorrer sobre o contexto neoliberal, Barroco (2010, p. 225) destaca como as relações sociais “reproduzem as tendências da estrutura social à qual se vinculam: são relações excludentes, fragmentadas, desiguais, relativas, efêmeras, pontuais, limitadas, fugazes, contingentes, incertas.”

Nesse contexto, a autora debita a essa reprodução uma ampliação de formas de irracionalismo, do niilismo, e a caracteriza como “ideologicamente atualizadora do conservadorismo”. Tais nexos são importantíssimos para nossa pesquisa, pois se a categoria das/os assistentes sociais, através da direção de suas organizações, põe em marcha contratendências à avalanche neoliberal, não passa ilesa aos rebatimentos das transformações operadas nas relações sociais: aquele processo que discutimos no Capítulo 3, e que Dardot e Lavall (2016) identificam como a “nova razão do mundo”.

O surgimento de subtendências do conservadorismo profissional tratadas nesta tese, antenadas com esses valores neoliberais e conservadores, é um rebatimento tardio, como também o são diversas acomodações feitas por sujeitos localizados no interior do campo, em torno do Projeto ético-político.

O pensamento pós-moderno nega a razão, a perspectiva de totalidade, a universalidade, a história como futuro, a ideia de projeto, a possibilidade de transformação revolucionária da realidade, ou seja, as ideias centrais da modernidade: a consciência do homem como sujeito da história e a ideia de emancipação humana. Afirma-se o relativismo, o contingente, as diferenças,

o pluralismo; elogia-se o aqui e o agora, a incerteza, o descompromisso com vínculos duradouros, a incerteza e as imagens efêmeras que adquirem um peso ontológico. (BARROCO, 2010, p. 226).

A ênfase no “neoconservadorismo” é presente em boa parte da bibliografia do Serviço Social no período neoliberal e é perfeitamente compreendida por dois motivos. Primeiramente, pela hegemonia, de fato existente, do neoliberalismo da época e sua face não abertamente conservadora, mas revestida do tecnicismo do cálculo econômico no período de 1980 até a década de 2010. E, em segundo lugar, pela necessidade de desmontar o tom de “progressismo”, sob o qual esta vertente liberal conservadora se apresentava à época. Escorsim Netto (2011) chamava a atenção para o fato que:

*A característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo, em relação ao que é objeto das páginas do presente livro, é que ele não se apresenta como conservadorismo, e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 16, grifo do autor).*

Apesar de parte do conservadorismo atual questionar, inclusive cânones da pós-modernidade, locupletam-se do irracionalismo e profundo relativismo propiciado por essa hegemonia no período anterior. Além disso, suas posições antidemocráticas acabam por aproximar taticamente setores diversos, em defesa de liberdades democráticas. Segmentos da esquerda da ordem, rendidos ao neoliberalismo, e setores da esquerda socialista são impelidos à ação unitária, recolocando o “neoconservadorismo” como ameaça ao Projeto ético-político.

Há um entrelaçamento, posto pela dinâmica necessária da luta política unificada entre setores da “pós-modernidade”, ligados às lutas particularistas ou genuinamente social-liberais, que tende a obscurecer as fronteiras teórico-políticas que afastam o pensamento pós-moderno da razão crítica.

A relação de segmentos do “neoconservadorismo” com o Projeto ético-político, preponderantemente se manifesta conforme aponta Netto, na defesa de um “pluralismo sem fronteiras”.

[...] remetem, como que de modo ritual, ao Projeto ético-político-praticamente tudo o que se faz no domínio da intervenção (da prática) se apresenta parametrado pelo Projeto ético-político (que já é amavelmente designado pela sigla PEP). Um quadro de tamanha “consensualidade” deveria, a meu ver, despertar algumas dúvidas e várias interpretações. (NETTO, 2016, p. 66).

É possível falar em questionamento direto ao Projeto ético-político, nos dias de hoje, rompendo com a aparente “consensualidade” que despertava dúvidas em Netto (2016). Naquele período, esse setor era pouco visível. A partir do golpe de 2016 e com o avanço conservador e ultraneoliberal, esse cenário muda. Vejamos abaixo como Netto qualificava a principal ameaça ao projeto.

Não tive provas, nos últimos anos, de nenhum questionamento direto significativo a esse projeto; o que tenho constatado é que a forma de pô-lo em causa não tem consistido em enfrentá-lo abertamente: consiste em proclamá-lo e em invocá-lo como se fora um projeto cujo pluralismo não têm fronteiras e que, portanto, comporta ilimitadas possibilidades de concretização teórica e prática. (NETTO, 2016, p. 65).

Apesar de uma posição que pretende liquidar o Projeto ético-político profissional hegemônico, as tendências regressivas que pesquisamos para esta tese, fazem constantes referências ao pluralismo, na perspectiva de garantir o seu direito de defender e efetuar a liquidação do projeto profissional.

Com a complexa conjuntura representada pela adesão dos governos do PT às diretrizes neoliberais, os desafios de direção do Projeto ético-político intensificaram-se. Behring (2013, p. 14) destaca que, apesar de todos os desafios, manteve-se uma “direção política autônoma e anticapitalista”. A condução do PEP, nas organizações da categoria, conseguiu manter a direção social, mesmo diante do período de grande derrota para a classe trabalhadora, representado pelo neoliberalismo e, particularmente, do ponto de vista organizativo, pela cooptação de diversos movimentos sociais e apassivamento das organizações, construídas no último ciclo de ascensão das classes trabalhadoras no Brasil.

Behring (2013) elenca alguns elementos importantes para compreender esse processo contraditório de aprofundamento do projeto em meio a ofensiva neoliberal:

Isto porque a direção política das organizações profissionais tem sido capaz de dar algumas respostas concretas, a exemplo da histórica e vitoriosa luta em torno das 30 horas de jornada de trabalho sem rebaixamento de salários, em 2010, a construção da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, a campanha Educação não é Fast Food (2011), várias resoluções do Conjunto CFESS-CRESS que incidem nas condições e orientações estratégicas do trabalho profissional, e mais recentemente a campanha Sem Liberdade Não Há Movimento. Esta última campanha do Conjunto CFESS-CRESS mostrou-se fortemente sintonizada com a realidade, considerando a retomada das lutas sociais no Brasil, nas memoráveis jornadas de junho e julho de 2013, com grandes manifestações de massas nas ruas como não se via desde a redemocratização do país. (BEHRING, 2013, p. 15).

Atualmente, é possível verificar como a direção das organizações que sustentam o projeto profissional, assim como a maior parte de suas vanguardas, conseguiram manter a autonomia do projeto profissional frente ao transformismo do Partido dos Trabalhadores e de diversos segmentos da esquerda nos movimentos sociais e sindicais. Mota (2012), refletindo sobre isso, apresenta a dificuldade gerada por esse processo:

Não foi sem fissuras, rupturas e até perda de relações pessoais que a bandeira da preservação da autonomia da profissão fez frente à estatização do movimento sindical e partidário, resistindo e preservando nossos posicionamentos críticos. Dentre eles, o de que a expansão dos programas de Assistência Social é um meio legítimo e legal de enfrentamento da pobreza, mas não se confunde com a redução e superação da desigualdade, posto que nossa concepção de desigualdade é vinculada a questão da acumulação da riqueza e concomitante pauperização dos trabalhadores. Portanto, não se restringe ao campo da circulação e dos indicadores de consumo, como pensa o Banco Mundial. (MOTA, 2012, p. 40).

Como tratado no Capítulo 4, o período dos governos Lula/Dilma foi de intensa crise para setores de esquerda, e sua proposta conciliatória unia social-liberalismo e um discurso desenvolvimentista, sem romper com as amarras do neoliberalismo.

Ainda assim, houve medidas progressivas, mas quase sempre girando em torno da ampliação do mercado de consumo, como o aumento do salário-mínimo, a ampliação do seu valor real, o aumento da formalização do trabalho mesmo que sob baixos salários. A política pública da seguridade social brasileira que mais cresceu no referido período foi a política de assistência social, em detrimento das demais, levando inclusive que autores como Mota (2008) percebessem um fenômeno de assistencialização das políticas sociais.

Iamamoto (2011), ao provocar uma reflexão sobre o projeto profissional e sua vinculação aos projetos societários em disputa, chama a atenção para o fato de ser necessário “impregnar o projeto profissional da grande política”. Como vimos discutindo nos últimos capítulos, a circunstância em que avançou a extrema-direita, sob forma de neofascismo e ultraneoliberalismo, dá-se com uma quase ilimitada “hegemonia da pequena política”. Essa hegemonia é sintomática do consenso em torno de uma “nova razão do mundo”, organizada em torno do neoliberalismo.

Na contramão dessa hegemonia, algumas medidas demonstravam resistência organizada pela categoria das/os assistentes sociais, ao participar de mobilizações

durante os governos do PT, opondo-se às medidas que aprofundavam o contrarreformismo neoliberal, resguardando um acúmulo de lutas da categoria.

Resistência que era expressa no plano nacional de lutas em defesa da formação profissional de qualidade, construído por ABEPSS, ENESSO e CFESS, entre outras entidades que apontavam nessa direção; na campanha “Educação não é fast food”, tão criticada pelas tendências regressivas no Serviço Social, que produziu importantes debates sobre essa modalidade e até a migração de estudantes desta modalidade para a educação presencial; além da atuação crítica frente às medidas impopulares daquele período.

O transformismo, como vimos, foi a forma de coroamento dessa hegemonia do Brasil; a rendição de amplos segmentos da esquerda para uma defesa da ordem burguesa é parte desse processo e isso traz dificuldades, ainda maiores, para a defesa do Projeto ético-político. Guerra (2009), identificando o momento atual como de retrocesso das lutas dos trabalhadores, a partir do avanço da ofensiva neoliberal, aponta para a centralidade dos sujeitos profissionais na defesa do Projeto ético-político. Nas palavras da autora:

Quanto ao futuro do nosso Projeto ético-político, são os sujeitos profissionais que precisam se dedicar a construir as condições sócio-históricas para implementá-lo e, ao mesmo tempo, enfrentar as condições sócio-históricas da sua implementação. (GUERRA, 2009, p. 11).

Essa centralidade dos sujeitos profissionais não deve ser confundida com um endogenismo, na percepção do projeto profissional; a autora salienta que, mesmo em situação de retrocesso, há sempre “forças de oposição” para serem mobilizadas. Para essa mobilização é necessária “capacitação teórico-política e técnico-operativa permanentes” (GUERRA, 2009, p. 11).

Ademais de não coadunar com a hipótese de crise do projeto, é necessário apontar que há impactos significativos gerados pelo “transformismo” de grandes partes da esquerda brasileira, forjada no ciclo de lutas aberto em 1970/1980, conjuntura de efervescência e que permitiu o florescimento da renovação crítica do Serviço Social brasileiro.

Nessa direção, Braz (2007) identifica uma tensão no projeto profissional a partir dos governos do PT. Tais tensões teriam duas fontes: “a continuidade da política econômica neoliberal e o revisionismo teórico-político que poderia absorver segmentos progressistas com que as/os Assistentes Sociais se identificavam” (BRAZ, 2007, p. 6).

O elemento do revisionismo teórico-político interessa particularmente no debate sobre a existência ou não de crise do projeto, mas sobretudo nos serve para explicitar as tensões internas postas ao mesmo. Apesar de não instaurar uma crise do projeto, esse revisionismo fortalece vetores do que temos denominado “conservadorismo envergonhado”, com grande incidência do “neoconservadorismo pós-moderno”.

O debate sobre a centralidade da política de assistência social é particularmente expressivo nesse tipo de “revisionismo teórico-político”. A incorporação de perspectivas teórico-políticas estranhas ao projeto, como decorrência do encontro do social liberalismo do PT, com o ideário do chamado “pós-consenso de Washington”, cujo maior representante foi o dirigente do Banco Mundial Amartya Sen (2010), é elucidativo desse tipo de tensão.

Mota (2012), na mesma direção que temos defendido, compreende aquele período através da chave explicativa da “hegemonia da pequena política” de Coutinho (2010). Descreve o período como uma época de conciliação, fragmentação e despolitização, convertendo as conquistas em acertos da gestão e esvaziando o caráter de classe que sustenta desigualdades na sociedade brasileira.

Uma ideia, que aparece na conclusão de um artigo de Mota (2009), nos parece profícua para compreender como o Projeto ético-político profissional tem resistido, em meio a conjuntura tão difícil; e como as tensões, que poderiam desencadear a crise ou inviabilização do projeto, não logram êxito. Trata-se da seguinte advertência:

[...] em determinadas conjunturas, os elementos que compõem o projeto profissional podem ter pesos e estruturas diferenciadas e neste momento que as resistências são tênues, porém reais, a prática político-organizativa é essencial, posto que deve estabelecer o elo entre a formação profissional e a formação política da categoria profissional. (MOTA, 2009, p. 52).

A posição de Mota (2012) nega a hipótese de crise do Projeto ético-político, identificando que os componentes do projeto podem se articular de modo diferente, a depender da conjuntura. Tal análise, confirma-se na realidade atual, pois a organização política e acadêmica da categoria, em meio a ofensiva neoliberal e ultraneoliberal, tem logrado êxito na defesa do projeto profissional hegemônico.

Diante da importância da politização, como elemento que erige o projeto profissional, e da estratégia democrático-popular, como elemento coesionador de projetos políticos no período em que se erige o novo projeto profissional do Serviço Social, é perfeitamente compreensível que, naquela conjuntura, importantes

intelectuais no Serviço Social tenham visto um elemento de crise do projeto profissional ou uma “hegemonia em xeque”. O texto “Das ameaças à crise”, de Netto (2007), parte justamente dessa leitura, que localiza o surgimento do Projeto ético-político no Serviço Social na transição de 1970-1980, nas lutas pela redemocratização e para garantir direitos no processo constituinte.

O autor resgata, de seu texto de 1999 (NETTO, 2007), a leitura de que a cultura neoliberal, difundida pelo grande capital, representava uma ameaça à realização do projeto profissional do Serviço Social. Contudo, no texto de 2007, apontava que a conjuntura havia mudado significativamente em relação à década anterior.

Referindo-se ao texto de 1999, na convocação a resistir ao neoliberalismo em defesa do Projeto ético-político, Netto (2007) afirmava que era uma convocação válida, contudo, a cultura neoliberal teria sido mais arrebatadora, em suas consequências para a “real qualificação do Serviço Social”, que o previsto naquele momento.

É verdade que, em 1999, se renunciávamos as dificuldades de condução do “projeto”, jogávamos no otimismo. Hoje, porém, as ameaças apenas anunciadas em 1999 adquirem uma densidade que põe em crise a implementação do “Projeto ético-político”. Então, o seu enfrentamento supões, mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas. (NETTO, 2007, p. 39).

A cooptação e desmobilização de entidades e movimentos sociais, que constituíam a resistência ao neoliberalismo no período anterior, seriam o principal elemento. Essa conjuntura incidiria sobre o PEP e contribuiria “decisivamente para sua inviabilização”.

Para Netto, haveria dois níveis da “inviabilização” do “Projeto ético-político”: Um primeiro seria dado pela restrição dos objetivos profissionais à esfera do assistencial, e esse processo, segundo o autor, teria início nos governos de FHC e teria se aprofundado no governo Lula. Essa centralidade do assistencial teria forjado um fetiche da assistência social e se conjuga com “fortíssimos vetores segundo os quais o Serviço Social não passa mesmo de “profissão da assistência” (NETTO, 2007, p. 39).

O segundo nível de inviabilização do PEP estaria na formação profissional e no aligeiramento da formação profissional em Serviço Social, após sucessivas gestões da educação federal voltadas à flexibilização e mercantilização da educação superior no Brasil e à expansão desqualificada dessa formação. Resumindo, afirma: “Entendo que a limitação do Serviço Social às atividades assistenciais, postas na equívoca

“estratégia” da redução da pobreza, e o aviltamento da formação profissional, mediante uma massificação degradada, inviabilizarão o ‘Projeto ético-político’” (NETTO, 2007, p. 39).

Mesmo sem concordar com a caracterização da crise do projeto, é inegável que suas bases sofrem um grande prejuízo na década de 2000 e novos desafios ao conjunto da categoria são impostos. Primeiramente, na relação com sujeitos coletivos, que ainda sustentavam a dimensão de independência de classe, posta nas origens do campo democrático-popular. Em segundo lugar, na identificação das alianças necessárias para frear os ataques aos direitos característicos da “emancipação política”, conquistados no último ciclo de lutas. Essa conjuntura põe e repõe tensões conservadoras sobre o projeto profissional do Serviço Social.

Aparentemente, haveria um esgotamento do projeto democrático-popular, quando os principais sujeitos coletivos que o erigem, convertem-se à defesa da ordem durante os governos Lula, consolidando “o empobrecimento de um projeto societário alternativo ao do capital” (BRAZ, 2007, p. 7). Braz identifica esse empobrecimento como um primeiro núcleo problemático desse período e engrossa os que percebem uma crise do Projeto ético-político:

Em poucas palavras: a crise de projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional. E a sua hegemonia também depende da natureza da relação que se estabelecerá com esse estado de coisas. (BRAZ, 2007, p. 7).

O segundo problema estaria na possibilidade de efetivar o projeto profissional em meio às condições adversas impostas pelo neoliberalismo.

[...] as condições objetivas da profissão tendem a fragmentar e a tornar corporativistas as demandas político-profissionais dos Assistentes Sociais. Com isso, o projeto pode ter mais dificuldades de exercer sua direção social e pode ser cobrado pela própria categoria a flexibilizar seus princípios e a adaptar suas diretrizes para atendê-la em suas demandas mais imediatas, correndo o sério risco de rebaixamento de suas agendas. (BRAZ, 2007, p. 8).

Certamente, o processo descrito atinge a categoria, com a intensificação da precarização dos vínculos de trabalho e das condições éticas e técnicas para o exercício profissional. Paralelamente, expandiram-se campos de trabalho com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, principalmente no âmbito municipal. Como contratendência a essa expansão precarizada de postos de



trabalho, também ocorreram mobilizações com protagonismo de assistentes sociais, como as mobilizações por Planos de Cargos, Carreiras e Salários, propiciadas com a consolidação dos Fóruns estaduais, municipais e nacional de trabalhadores do SUAS.

Tais fóruns, mesmo que fossem espaço de tensão permanente com projetos transformistas, mostraram-se como importantes para a defesa do projeto profissional do Serviço Social e de resistência ao neoliberalismo. Ao postular, como princípios do Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS (FNTSUAS), a participação dos trabalhadores do Sistema, identificados como parte da classe trabalhadora em movimento; a defesa dos direitos conquistados em 1988; a qualificação permanente e o apreço por condições éticas e técnicas; esse espaço consolidou-se como lugar onde o Serviço Social, em conjunto com outras categorias atuantes no SUAS, aponta para as demandas democráticas e populares.

Outra expressão de problema, visto por Braz (2007) como fator de crise do projeto, diz respeito à expansão desqualificada do ensino superior privado, particularmente no Ensino à Distância (EAD) em Serviço Social. Essa mudança altera significativamente o perfil dos profissionais formados, podendo ser uma dificuldade para o PEP. O fenômeno é real e foi tematizado por diversos autores. No entanto, há uma série de respostas da categoria, que operam no sentido de enfrentar essa questão, que em si não é um fator de crise, mas exerce um tensionamento conservador na profissão.

Apesar da importância da organização interna na consolidação e manutenção de um projeto profissional, Netto (2006) salienta que esses projetos são “estruturas dinâmicas”, que passam por mudanças de acordo com as modificações no cenário histórico, cultural, econômico-social e da mudança de perfil dos membros das categorias.

Sendo assim, é perfeitamente compreensível, o questionamento sobre a viabilidade do projeto em conjunturas regressivas, como a derrota da classe trabalhadora brasileira representada pela adesão do PT e aliados à ordem burguesa, na sua conversão a defensor e executor do “social-liberalismo”. No trecho abaixo, Iamamoto discorre sobre as relações entre o PEP e o chamado campo democrático-popular, através de uma análise dos princípios e valores expressos na regulação ética da profissão:

A efetivação desses princípios remete à luta no campo democrático-popular por direitos que acumule forças políticas, base organizativa e conquistas materiais e sociais capazes de dinamizar a luta contra-hegemônica no horizonte de uma nova ordem societária, em que o homem seja de todas as coisas. (IAMAMOTO, 2011, p. 226).

Na discussão sobre crise do projeto profissional aparece comumente as dificuldades de operacionalização do projeto, diante da ofensiva neoliberal, em seu momento de menor resistência, com a política de conciliação do PT e aliados. Sobre isso, Mota (2012, p. 42) adverte que a “operatividade depende de condições objetivas, nem sempre favoráveis”.

Nas trilhas de lamamoto (2011), Mota entende a contradição entre trabalho assalariado x projeto profissional como elemento de tensão permanente, quanto à operacionalização do Projeto ético-político. Considerando que o Projeto profissional do Serviço Social não sucumbiu à “hegemonia da pequena política”, afirmava que este mantinha a direção social da profissão. Assim: “Os limites da autonomia técnico-profissional não se confundem com as possibilidades de construção de uma consciência crítica das relações que marcam a inserção dos Assistentes Sociais no mundo do trabalho profissional” (MOTA, 2012, p. 43).

Mota (2009) parte das mesmas caracterizações sobre origem do projeto ético-político, sua vinculação com o movimento democrático-popular, os desafios postos pela ofensiva neoliberal e, particularmente, sobre o transformismo de esquerda nos governos do PT, como os autores Netto e Braz. No entanto, a autora chega a diferentes conclusões, no que diz respeito à “crise do Projeto ético-político”. Para Mota, apesar dos projetos profissionais articularem-se a projetos societais,

[...] as condições de sua realização se particularizam em diversas estratégias, desde a construção de princípios e diretrizes orientadores da prática, passando pela definição de objetos de pesquisa e intervenção, até as estratégias coletivas de luta e resistência. (MOTA, 2009, p. 52).

Mota (2009) defende, posicionamento análogo a lamamoto (2011), ao relacionar as tensões entre projeto profissional e trabalho assalariado como limitantes da realização das intencionalidades do projeto profissional. Assim, ressalta a condição de autonomia relativa dos profissionais. Essa é uma discussão salutar, pois parte da inviabilidade do projeto profissional, para os defensores da ideia de crise do projeto, gira em torno de uma percepção da impossibilidade de atingir objetivos previstos no projeto profissional, diante da conjuntura adversa de aprofundamento neoliberal.

A conjuntura atual é diversa da anterior, há uma clara aliança dos setores que resistem aos últimos ataques e ao avanço do neofascismo, contudo, isso se faz, muitas vezes, reduzindo a energia política dispensada para os balanços do último

período. Esse fato recoloca o risco de confundir o PEP com o programa do PT e aliados, em um governo passado, ou pleiteando o governo, e o risco da diluição na pequena política é ainda real.

Compreender as tendências regressivas no Serviço Social, a partir das diversas tensões postas ao projeto na conjuntura atual, além de prevenir a categoria para uma adesão desavisada ao “liquidacionismo”, pode ampliar o leque de debates sobre questões prementes neste tempo, enriquecendo o arcabouço heurístico do Projeto ético-político.

### 5.3 O “conservadorismo escancarado” no Serviço Social

Na última década, com o incremento do conservadorismo atual, principalmente em sua forma neofascista, também na profissão de Serviço Social ocorrem mudanças, cujo centro é a emersão, principalmente via redes sociais, de uma nova tendência do conservadorismo profissional, vinculada a uma crítica aberta ao Projeto ético-político do Serviço Social.

A tendência que denominei como “liquidacionista” é legatária do conservadorismo atual, com afinidades com o neofascismo no poder, e o ultraneoliberalismo, programa que aglutina setores burgueses no período atual e seus defensores no interior de outras classes. A emersão da aliança política e social em torno do golpe de 2016 e, posteriormente, do governo neofascista, na sociedade brasileira, alcança a profissão.

O campo do conservadorismo profissional atual não se restringe ao “liquidacionismo” estudado nesta tese, entretanto, compõe o que chamo aqui de “conservadorismo escancarado”, opondo-se frontalmente ao Projeto ético-político profissional, o que é inédito nos últimos quarenta anos, após a virada profissional.

Como consequência de suas posições, defendem a liquidação do projeto profissional produzido pela categoria nas últimas décadas, configurado como um Projeto ético-político de ruptura com o conservadorismo. Esse segmento apela, em sua propaganda, ao reformismo conservador que funda a profissão. Apelo que aparece vinculado à ideia de continuidade, presente no ideário do conservadorismo desde Burke, e segue difundida por conservadores contemporâneos como Scruton e neoliberais como Hayek. Há uma identidade da maior parte desse setor com o

pensamento reacionário, entretanto, há diferenças em seu interior. No entanto, é consensual a sua proposta de ação política pela liquidação do Projeto ético-político.

Mesmo que esses sujeitos tenham baixa incidência no debate profissional, eles passam a existir na profissão e isto não é um dado de pequena importância. Sua estratégia, como “contrapúblicos digitais” e sua profunda conexão com as bases do neofascismo no poder, demonstra que além do “neoconservadorismo”, que derrui por dentro o Projeto ético-político, tratado por Netto (2016) como determinante do “pluralismo sem fronteiras”, passam a existir inimigos abertos ao PEP, cujo principal objetivo é sua liquidação.

Os segmentos que hoje se habilitam como defensores de um “Serviço Social Conservador”, apesar da retórica de resgate das pioneiras da profissão, é identificado, em muitos aspectos, com o programa do ultraneoliberalismo. Portanto, há uma “inovação” no tipo de conservadorismo profissional que tem difundido, em consonância com a política econômica ultraneoliberal e a propaganda ideológica neofascista.

Os sujeitos que representam o conservadorismo atual no Serviço Social e seus aliados, na cruzada contra o Projeto ético-político, gozam de uma significativa diferença com o conservadorismo profissional nas protoformas da profissão. Apesar de diversas linhas de continuidade no que representam esses setores, sejam os mais abertamente ultraneoliberais, ou os mais declaradamente conservadores, eles rompem completamente com o componente anticapitalista romântico, que marca o conservadorismo das origens da profissão.

Ao atribuir como principal problema do Serviço Social a politização do projeto profissional, segmentos conservadores e ultraneoliberais ignoram que a posição pretensamente neutra, que deveria ser atribuída aos/as assistentes sociais, além de reproduzir as hierarquias de poder existentes, retiraria desses sujeitos as possibilidades de conceber estratégias para atender às necessidades manifestas pelos usuários como uma situação singular, mas que expressa aspectos da “questão social”. Iamamoto (2021) ressalta que:

O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de relações e interesses entre as classes sociais. Como a sociedade é portadora de projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade –, tem-se um terreno histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis de projetos mais amplos para a sociedade. (IAMAMOTO, 2021, p. 26).

Aparentemente, a operação perseguida inversamente pelos defensores do Serviço Social “liquidacionista”, a partir de uma posição ideológica *a priori*, é a defesa da adoção de práticas que correspondam às necessidades de mercado, adequando o trabalho à novas requisições profissionais e anulando a autonomia relativa do projeto profissional.

O que discutimos no Capítulo 2, acerca da decadência ideológica burguesa, encontra sua forma no Serviço Social, como um processo em que conservadores estão mais liberais e liberais estão mais conservadores. Importante ressaltar como as duas principais tendências regressivas examinadas nesta tese corresponde-se com as diferentes fontes das protoformas da profissão, os ultraneoliberais expressando valores mais próximos à vertente norte-americana e os conservadores atuais, mais próximos ao neotradicionalismo e à vertente europeia.

Apesar de ser compreensível um incômodo em debater com os divulgadores do conservadorismo atual e do ultraneoliberalismo no Serviço Social, dado o caráter majoritariamente propagandista, acredito que tal propaganda expressa tensões conservadoras postas aos/as Assistentes Sociais no âmbito da formação profissional, da organização política e do trabalho profissional.

### 5.3.1 “Liquidacionismo” do projeto profissional

Iamamoto destaca que com a recusa à “politização à esquerda” e a denúncia de ideologização da profissão, os setores “conservadores e restauradores” negar-se-iam ao debate teórico, sob o manto de uma neutralidade do projeto profissional que defendem, com grandes afinidades com o *Social Work* e tendências psicanalíticas e psicologizantes.

Acredito que a autora descreve muito bem uma determinada postura desses segmentos no trato do exercício profissional, particularmente, os ligados à Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC):

Supostamente neutro e apolítico, este passa a ser identificado como “modelo” de profissionalização, erigido como referência de competência técnica na “intervenção” do/a assistente social. Reclama-se o retorno aos/às autores/as clássicos/as e representativos/as do *Social Work*, evidente no Serviço Social “clínico”, de forte incidência nos EUA, numa perspectiva psicologista, centrado em problemas individuais. (IAMAMOTO, 2021, p. 30).

Iamamoto (2013) observa que a herança conservadora do Serviço Social foi reatualizada, incorporando elementos da “modernização presente nas ciências sociais” e uma preocupação com o “aperfeiçoamento do instrumental operativo”. Tal processo de busca por uma reatualização dos princípios conservadores é presente e constante no Serviço Social ao longo dos últimos anos. Dada a concretude das múltiplas determinações em que se inserem as/os assistentes sociais, é necessário sempre a reelaboração das estratégias conservadoras, para pretensamente responder à realidade de trabalho, que expressa a “questão social” sob múltiplas formas, negando o seu fundamento na acumulação capitalista e nos modos de exploração e expropriação na sociedade capitalista contemporânea.

Tal característica levou Oliveira (2021) a caracterizar parte das subtendências que tratamos em nosso trabalho como “reatualização do conservadorismo”, inspirada na contribuição de Netto. Apesar da caracterização não ser equivocada, acredito que ela não capta as determinações histórico-conjunturais, que desencadeiam as particularidades das tendências regressivas atuais no universo profissional, conectadas ao ideário neoliberal e sua forma mais recente, e uma extrema direita, que temos denominado como ultraneoliberal e/ou neofascista.

Os rebatimentos desse processo para a definição das atuais tendências regressivas no universo dos projetos profissionais em Serviço Social no Brasil é parte do processo de crescimento dessa extrema direita ultraneoliberal e, por esse motivo, não podem ser deslocados de sua base concreta e atribuídos apenas ao aspecto ideopolítico, à propaganda conservadora do bolsonarismo ou à continuidade do conservadorismo profissional. Apesar de uma crítica aos processos de politização, disputam a profissão para uma politização à direita, como nos lembra Iamamoto:

Também o são a politização à direita e a militância religiosa. A crítica ideológica é direcionada exclusivamente ao Projeto ético-político do Serviço Social no Brasil às propostas “de esquerda”. Nesse caldo cultural, dispõe de aderente terreno societário à sua difusão ante a crise econômica e a regressão das políticas públicas de Estado. (IAMAMOTO, 2021, p. 31).

Mattos e Borges (2020), na tentativa de definir o conservadorismo expresso no bolsonarismo, recorrem ao conceito de ultraneoliberalismo e demonstram como este é a contraface do ultraneoliberalismo. Na análise do neofascismo brasileiro, nos capítulos anteriores, acredito já ter exposto nosso acordo com tal premissa, assim

como no Capítulo 3, em que discutimos relações entre neoliberalismo e conservadorismo.

Cabe neste capítulo, contudo, salientar que esse processo se materializa nas tendências regressivas do Serviço Social, marcando, portanto, uma diferença crucial com as perspectivas de atualização do conservadorismo e modernização conservadora, anteriores à história do Serviço Social brasileiro. Sua característica mais abertamente apologética à ordem burguesa, típica do ultraneoliberalismo, aparece como principal diferença.

Neste trabalho temos tido o cuidado de apresentar diferentes tradições do pensamento liberal e conservador; demonstramos como diferentes vertentes ao longo do tempo se aproximam e se distanciam, sem renunciar à defesa da ordem burguesa.

O perigo de uma leitura superficial sobre o conservadorismo profissional, que o esvazie de articulações com projetos societários em disputa, vem sendo enfrentado por nossa categoria desde os anos de 1970. No entanto, nos anos de 1990, ganha maior fôlego, com o enfrentamento às perspectivas neoconservadoras, sempre localizadas em sua filiação teórica, fosse ela conservadora/tradicionalista ou pós-moderna.

Neste trabalho tratamos sobre o conservadorismo e ultraneoliberalismo no contexto em que surgem, examinando nuances, vinculações com as múltiplas determinações que incidem sobre o fascismo, o conservadorismo, o liberalismo, o ultraneoliberalismo. Corremos o risco, dessa forma, de multiplicar categorias para explicar nuances, o que pode tornar o texto sobrecarregado, entretanto recusamos homogeneizações artificiais no trato do fenômeno estudado. Na mesma proporção do rigor quanto à pesquisa sobre as origens e determinantes de cada doutrina e tradição política, a ação desses sujeitos deve ser examinada diante da conjuntura atual.

Há ainda um largo caminho na pesquisa sobre o pensamento conservador no âmbito da produção de conhecimento e formação profissional em Serviço Social, que passa pela crítica do conservadorismo clássico e pela leitura do conservadorismo atual, em suas articulações com classes e frações de classe na sociedade burguesa. Esta pesquisa é parte de um esforço coletivo, que adensa as discussões da categoria das/os Assistentes Sociais, não como “moda intelectual”, como define Oliveira (2019), mas como necessidade posta pela conjuntura desafiante que vivemos.

### 5.3.2 Quem te deu essa coragem?

[...] Até bem pouco tempo atrás  
Poderíamos mudar o mundo  
Quem roubou nossa coragem?

Tudo é dor  
E toda dor vem do desejo  
De não sentirmos dor [...]   
Legião Urbana

Na pesquisa sobre o “liquidacionismo” profissional e sua inserção na disputa por projetos profissionais em Serviço Social, o direcionamento às redes sociais e conteúdo de internet era inescapável, entretanto, há uma importante exceção. Trata-se do livro “Serviço Social para corajosos” (OLIVEIRA, 2019) do professor Edson Marques Oliveira, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Cabe ressaltar o papel de destaque do professor supracitado na organização do “liquidacionismo” do Projeto ético-político. Os textos do referido docente são reproduzidos em diversas oportunidades nas redes sociais analisadas: Serviço Social Conservador, “Serviço Social Libertário” e Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico.

Oliveira (2018) ocupa papel-chave na organização do “liquidacionismo” no Serviço Social, demonstrando articulação com diferentes *think-tanks* e Aparelhos Privados de Hegemonia (APH’s) burgueses. Porém, é particular do autor a posição que ocupa no interior do campo acadêmico do Serviço Social, possuindo assim legitimidade para questionar desde os fundamentos à direção social do Serviço Social. Sua relação com as páginas de facebook “Serviço Social libertário” e “Serviço Social conservador” não é explícita, apesar de ser o produtor de boa parte do conteúdo original publicado na mesma, com destaque para as 23 *teses para reforma do Serviço Social*.

Oliveira (2019), em seu livro, destaca como corajosos, como ele, “os membros do grupo “Serviço Social Libertário””, pelo enfrentamento à hegemonia do projeto profissional hegemônico no Serviço Social brasileiro. Segundo o autor, haveria muito mais insatisfação, contudo, diante dos métodos coercitivos que seriam usados contra dissidentes, estes estariam calados.

O texto do autor nos remete à identificação de “maiorias silenciosas” conservadoras de Scruton (2019b) e sua hipótese de que “minorias estridentes” exerceriam maior domínio na sociedade, calando as maiorias conservadoras. Importante registrar que, ademais dos setores “liquidacionistas” não reconhecerem a articulação entre projetos societários e projeto profissional, a sua ‘coragem’ é



potencializada apenas com a conjuntura do golpe de 2016 e avanço do conservadorismo e do ultraneoliberalismo, desde 2014.

Em seu *currículo lattes*, Oliveira (2019) apresenta sua formação acadêmica como Assistente Social e *Coaching* da seguinte forma:

Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade Paulista de Serviço Social (1989), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Pós-doutorado em Políticas Sociais, Trabalho e Desigualdades, pelo CES, Universidade de Coimbra, Portugal. *Coach e Trainer coaching* certificação internacional (2006) pela Lambent do Brasil e membro do ICC Comunidade Internacional de *Coaching*, Inglaterra. *Neurocoaching* certificação Internacional pelo Instituto Brasileiro de *Coaching* - IBC (2013). (OLIVEIRA, 2018, p. 1).

Além da formação *stricto sensu* em Serviço Social, onde se observa que desde o seu doutorado em 2004, o autor aproximou-se de posições minoritárias no campo do Serviço Social, tratando da temática do “Empreendedorismo Social”; acredita-se que sua formação complementar em *Master in Business Administration* (MBAS) e cursos de *coaching* estão mais relacionadas às posições que tem defendido, do que a sua trajetória no Serviço Social.

Sua formação passa por Institutos (“*think-tank*”) como o Instituto *Echos*, onde cursou formação de *Design Thinking*, que possui como seus clientes as empresas Faber Castell, Ford, UNIMED, Klabin, Tecnisa, entre outras corporações. Talvez daí decorra sua defesa de um Serviço Social que atue como “*design de projetos e serviços sociais*” (OLIVEIRA, 2017, n.p.).

Oliveira (2017) também foi premiado pelo Instituto *Ethos* com o “Prêmio Ethos/Valor Concurso para Professores e Estudantes Universitários, Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e Jornal Valor Econômico” (OLIVEIRA, 2018). O referido prêmio, conferido por dois importantes aparelhos privados de hegemonia burguesa, aponta para o campo político e social em que se insere o docente: autor de oito livros, a maioria deles voltados à técnica *coaching*, ao empreendedorismo e à responsabilidade social empresarial.

Em seu *curriculum*, na plataforma Lattes, também é possível verificar a relação do referido docente com o Ensino à Distância (EAD) em Serviço Social, tendo atuado em: Universidade do Tocantins (UNITINS) e Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Sendo que a UNITINS, em 2011, era a Universidade com o maior número

de estudantes de Serviço Social na modalidade à distância; e a ULBRA era a quarta de um *ranking* com as quatorze principais escolas de EAD (CFESS, 2011).

Sobre essa questão, as entidades profissionais do Serviço Social, após pesquisa nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) à distância, produziram, em 2011, um relatório intitulado “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social” (CFESS, 2011), onde apontaram uma série de irregularidades nessas Unidades, como condições inadequadas de trabalho, ausência de projeto pedagógico, estágio supervisionado que não atende às normativas legais, entre outras.

O relatório acima citado foi lançado em conjunto com uma campanha publicitária contra esta modalidade de ensino. A Campanha “Educação não é *fast-food*: diga não para a graduação à distância em Serviço Social” foi promovida por CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, apoiados pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). A referida campanha publicitária foi suspensa por ordem judicial, em processo movido pela Associação Nacional dos Tutores de Ensino à Distância (ANATED), apoiada pelos donos das referidas instituições, alegando que a campanha com o posicionamento das entidades do Serviço Social era ofensiva à livre iniciativa.

Esse episódio demonstrou que, no interior da disputa por projetos profissionais, há um tensionamento pelo campo da educação privada, à distância. Isso porque a direção social do Serviço Social opõe-se, não apenas às visões de mundo de setores burgueses, como prejudica a lucratividade dos empresários do negócio da educação, ao afirmar uma direção crítica para formação profissional, com autonomia em relação aos interesses econômicos imediatos de frações burguesas.

Os vínculos do conservadorismo profissional de Oliveira (2019) com o conservadorismo atual, apresentado no Capítulo 1, explicitam-se na sua crítica em associar ao “politicamente correto”, a defesa da “garantia de direitos” no universo profissional, assim como os valores emancipatórios no combate a toda forma de opressão e exploração, nos moldes que já vimos em Roger Scruton. Oliveira (2019) assume abertamente a identidade com o ideário do movimento “Escola sem partido”, e assim une seus esforços aos deles na denúncia de doutrinação no ambiente educacional.

Se os primeiros concentram seus esforços no espaço escolar, Oliveira (2019) reproduz o mesmo *modus operandi* na denúncia de “doutrinação marxista” nas Unidades formadoras do Serviço Social. Nisso, o projeto “liquidacionista” expressa o conservadorismo escancarado na disputa de projetos profissionais que, a despeito de

sua propaganda despolitizante, demonstra estar vinculado umbilicalmente à disputa política na sociedade brasileira e ao posicionamento ético congruente com o projeto societário dos neofascistas no poder.

Oliveira (2019) defende que escolhas políticas e ideológicas estariam fora do escopo do debate profissional, do mesmo modo que a preferência por times de futebol. Desconsidera que o Serviço Social, como profissão, é requisitado para atuar direta e indiretamente na “produção e reprodução das relações sociais” na sociedade burguesa. Essa atuação é mediada por políticas sociais, de acordo com as correlações de força entre os diferentes projetos em luta na sociedade. O autor acredita ser possível construir uma intervenção neutra, alheia a todas as tensões na sociedade. Considerando essa possibilidade, o exercício profissional apenas reproduziria as hierarquias da sociedade em que vivemos.

A crítica teórico-metodológica de Oliveira (2019) concentra-se em uma crítica ao método marxiano. Segundo o autor, o método de Marx teria sido assumido como o método do Serviço Social. E isso seria um problema maior que a própria teoria marxista.

Em primeiro lugar não faz sentido falar em método do Serviço Social, já que ao não constituir uma ciência, o máximo que poderia ocorrer seria uma utilização do método de Marx para a produção de conhecimento sobre a realidade social por parte das/os assistentes sociais. Além disso, no plano técnico-operativo não é possível propugnar um método único de intervenção profissional, dada a “inespecificidade operatória” posta aos/as assistentes sociais. É possível apenas traçar mediações, que alcancem a operacionalização do projeto profissional frente aos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

A confusão entre método de investigação e metodologia de intervenção profissional, própria do conservadorismo profissional, não corresponde à realidade do Projeto ético-político. Nos últimos quarenta anos, houve diversos avanços que demonstram não existir essa identidade. Em terceiro lugar, a denúncia do autor sobre uma apropriação de “modo mecanicista e orgânico, até mesmo superficial” não corresponde ao atual estágio de debate em relação ao método de Marx na profissão.

Oliveira (2019), ao partir da incorporação do pensamento do neurobiólogo Humberto Maturana, e da chave irracionalista defendida pelo autor, parte da premissa sobre ciência e cotidiano não se separarem e, conseqüentemente, existiria grande componente emocional na produção das explicações científicas. O cotidiano

assumiria assim papel central na visão do autor o que pode respaldar formas de relativismo e negacionismo científico.

A conclusão a que Oliveira (2019) chega é parcial e, certamente influenciada por sua trajetória de vida: “Nem tudo se resume às relações de força produtiva ou de luta de classes. Tem que estar em sintonia com o viver concreto, com o espírito de nossa época” (OLIVEIRA, 2019, p.15).

Uma característica dos conservadorismos contemporâneos, capitaneados pela extrema direita, é a profunda aversão à academia, sendo os negacionismos alçados à condição de explicações legítimas. Como vimos, essa não é uma característica particular do Brasil e, muito menos, dos conservadores e ultraneoliberais do Serviço Social. Ainda assim, advindo de um docente de Instituição de Educação Superior Pública é um fato surpreendente.

Oliveira (2019), desde a apresentação de seu livro, “Serviço Social para corajosos” posiciona-se sobre o que acredita ser o problema central do projeto profissional hegemônico no Serviço Social:

Tal constatação, que defendo nas 23 teses, é que é preciso retomar as origens da profissão que teve esse aporte, de uma ciência social para intervir na realidade humana e ressignificar essa natureza e identidade profissional e científica, e se afastado do nefasto aparelhamento político partidário e ideológico que tem levado a profissão a uma desconfiguração atroz de sua profissionalização e cientificidade. (OLIVEIRA, 2019, p. 7).

No trecho acima é notório o caráter restaurador da proposta do conservadorismo profissional defendido pelo autor. A sua defesa, da despolitização do projeto profissional do Serviço Social, repete os argumentos conservadores vigentes desde o movimento de reconceituação. Destaca-se, em sua narrativa, o apelo ao caráter pseudocientífico atribuído à profissão, que se corresponde com a proposta de Richmond, de uma ciência social aplicada, com caráter operativo, reafirmando a profissão como um saber de segundo grau.

O mais grave é que, do ponto de vista político, integra o *ethos* pragmático a vigência de um pessimismo de tipo irônico e/ou subserviente em relação às possibilidades históricas de efetivação do Projeto ético-político e da contribuição que o Serviço Social, em articulação com muitos outros sujeitos, pode oferecer para enfrentar o tempo presente. (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 215).

Esse apelo às Ciências Sociais particulares, que como vimos no Capítulo 1 surgem no processo de decadência ideológica do pensamento burguês e de uma

ruptura com a razão moderna, é a aparência da rejeição da razão crítica, do historicismo e da dialética que marcam o pensamento marxista.

Oliveira (2019) reproduz a ideia de que uma determinada base científica legitima a profissão, e rejeita desse modo o arcabouço que pensa a profissão como produto da divisão sociotécnica do trabalho. A partir de uma leitura que secciona teoria, método, política e história, apresenta uma crítica ao projeto profissional, por não ser instrumentalizável, e atribui a filiação à teoria social marxista a causa de “uma crise profunda de perda de identidade e visibilidade como tal” (OLIVEIRA, 2019, p. 8). “O principal problema, como já destacado, é a perda de coerência dos referenciais teóricos e “metodológicos”, tendo hoje um pensamento único, maniqueísta, autoritário e reacionário, no caso marxista” (OLIVEIRA, 2019, p. 8).

A utilização equivocada do termo “reacionário”, para se referir ao projeto profissional hegemônico no Serviço Social, ganha destaque no texto. Como vimos, o pensamento reacionário é decorrência de visões de mundo conservadoras e seu caráter restaurador, e se há uma acusação que o marxismo não pode receber é esta. O pensamento reacionário, ligado ao tradicionalismo e a uma linha intelectual que remonta a Burke, tem como principais iniciadores: De Bonald, De Maistre e não possui nenhum vínculo com as leituras expressas no PEP.

Apesar desse detalhe, o que deve ser destacado do posicionamento acima é a busca da “coerência dos referenciais teóricos e “metodológicos””, resgatando uma visão pragmática da teoria. O retorno de um investimento em construir “a teoria do Serviço Social”, reproduz o utilitarismo, que é próprio dos particularismos das ciências em seu divórcio com a perspectiva de totalizações.

Sob a consigna “carne e osso”, Oliveira (2019) reúne sua perspectiva pragmática quanto à formação profissional. E o que seria essa “realidade de carne e osso?” Para o autor, basicamente é a negação da razão crítica e a transformação da produção de conhecimento em um espelhamento da realidade sensível.

Assim, há uma confusão entre a aparência dos fenômenos e o desvendamento através de um amplo arsenal heurístico, das relações sociais que exigem tal fenômeno, ou seja, a assunção de formas reificadas desta ordem social em ciência. Mistura, nessa perspectiva, elementos de irracionalismo, características do pensamento conservador, com a “razão miserável”, sobre as quais se erigem as ciências sociais, na busca por nexos causais e regularidades, cindindo-se com a perspectiva de totalidade.

E por análise crítica e realidade carne e osso, parto do entendimento de que a realidade é baseada em fatos apresentados no cotidiano. É ver a vida de carne e osso, no dizer de Unamuno, como de fato ela é vista e sentida como mostra fatos e evidências, e não por narrativas e elementos pretensamente heurísticos sedutores, românticos e sentimentalistas- mitos e falácias-, que muitas vezes como diz um amigo meu, não convencem nem o vizinho, e nem quem dissemina essas ideias, tão pouco, acredita nelas. (OLIVEIRA, 2019, p. 10).

Observe-se que a utilização de “carne e osso” como paradigma, a partir de Unamuno, parece ignorar um princípio básico, para além da carne e osso, que iguala os humanos aos demais vertebrados, somos caracterizados como seres sociais, com ação teologicamente orientada. Nas relações sociais nos particularizamos como espécie. Relações sociais que expressam as complexas relações entre objetividade e subjetividade, singularidades e coletividades historicamente determinadas.

Além disso, é paradigmático que a realidade carne e osso se expresse no “cotidiano”, pois, nega as possibilidades de suspensão da singularidade e das visões reificadas, reproduzidas na cotidianidade, negando assim, a possibilidade dos homens e mulheres encontrarem-se com o genérico, sobrando apenas sua existência como ser de carne e osso. A naturalização das relações sociais expressa no conceito de “carne e osso” significa uma inflexão conformista, mesmo comparada ao reformismo conservador durkheimiano, que marca o Serviço Social franco-belga das protoformas.

A perspectiva teórico-metodológica de Oliveira (2019) designa-se como “pragmático-sistêmico-crítica”, inspirada no existencialista cristão basco Don Miguel Unamuno (1864-1936). A utilização do “pragmatismo existencialista” de Unamuno não é exatamente uma inovação no Serviço Social conservador, pois outras perspectivas do existencialismo já foram bastante influentes no debate dos segmentos modernizadores da profissão na década de 1970.

Não adianta falar de uma teoria ontológica da realidade concreta do ser humano (ontologia lukatiana) se não sei propor nada concreto e efetivo e considero um ser humano que está a minha frente, sofrendo, e nada faço de real, material, visível, concreto (de fato e não só de discurso) para alterar as vidas e realidade concreta, é preciso mais do que ficar repetindo, “temos que transformar a realidade concreta”, afinal trabalhamos com elementos técnicos e científicos e não místicos e mágicos. (OLIVEIRA, 2019, p. 13).

O autor reproduz um equívoco muito comum e que, segundo Netto, seria a causa da “crise de identidade profissional” no Serviço Social: as expectativas de resolver, pela ação profissional, as manifestações da “questão social”, que lhes são

apresentadas como singularidade dos usuários, com as quais se defrontam os profissionais de Serviço Social.

Compreende-se a angústia dos trabalhadores assistentes sociais diante das limitações concretas. Ainda que haja uma autonomia profissional relativa, estamos atados à condição de trabalhadores assalariados e nossa prática profissional é dependente das correlações de forças políticas e institucionais para o atendimento das demandas apresentadas pelos usuários.

Perante essa tensão, vez ou outra, ocorrem tentativas de creditar as dificuldades no campo da prática ao arsenal teórico-metodológico da profissão e que limitaria a capacidade de responder às manifestações da “questão social” com que se defrontam as/os Assistentes Sociais. Contudo, uma leitura crítica deve considerar que apenas com a emancipação humana será possível superar definitivamente a “questão social” capitalista e suas diferentes manifestações. Isso não elimina a importância de uma formação profissional de qualidade, que permita compreender as realidades profissionais onde nos inserimos, as particularidades dos usuários, das instituições empregadoras e a conjuntura, possibilitando pensar estratégias de atuação que avancem na garantia de “emancipação política” dos usuários, por meios do acesso a bens, serviços e direitos.

A análise da profissão de Oliveira (2019) é legatária da ideia de “marxismo cultural”, do combate ao “politicamente correto”. Contudo, tenta capitalizar as angústias dos profissionais de Serviço Social frente às tensões conservadoras postas no exercício profissional. Os nexos do conservadorismo profissional, defendido por Oliveira (2019), com o ideário da extrema direita contemporânea, ficam nítidos na leitura do seu texto. Suas análises anticomunistas chegam a flertar com certos modos de conspiracionismo, presentes no programa político destes setores, na atualidade:

O que é dito, mas não é feito: que o assistente social tem que garantir direitos, por exemplo. O que não é dito é feito: que não precisa garantir direito nenhum, basta não fazer nada, pois quanto pior ficar a situação dos cidadãos, melhor para justificar a revolta do povo, como ocorreu na China, em Cuba e na União Soviética. Ou seja, a velha máxima socialista comunista: quanto pior, melhor para a revolta da classe trabalhadora e dos pobres e a dominação “coletiva” do comitê “democrático” de uns poucos iluminados, que amam o poder a todo custo. (OLIVEIRA, 2019, p. 18).

A resposta é a defesa de uma teoria eclética, que possa eliminar elementos contraditórios e, simultaneamente, estimular nos profissionais uma rejeição à academia, que estaria tomada por comunistas distantes da realidade.

A realidade carne e osso é que uma maioria, e tem crescido esse tipo de profissional, nunca saiu da academia, da militância, pois saem da graduação sem nunca terem uma experiência concreta, como por exemplo, atenderem uma pessoa num plantão social, mas escrevem e dizem como devemos ser e fazer Serviço Social. (OLIVEIRA, 2019, p. 17).

A partir dessa elocubração, o autor conclui que a negativa em discutir instrumentos e técnicas no Serviço Social seria uma tática revolucionária para piorar a vida dos usuários dos serviços, que automaticamente poderiam fazer a revolução socialista. Assim, o autor relaciona a tensão por transformar o Serviço Social em tecnologia social, seu anticomunismo e a angústia de saber o que fazer, produzida pela “inespecificidade operatória do Serviço Social”, tratada por Netto (2005) em sua hipótese acerca do sincretismo da prática. O caráter eclético do pensamento de Oliveira (2019), em nossa hipótese, responde às tensões reais postas as/aos assistentes sociais, apesar de constituir uma resposta utilitária, pragmática e instrumental que reproduz preconceitos.

Uma discussão, a partir do conceito de “pós-verdade”, aparece como um organizador do que seria a forma dos discursos na contemporaneidade, que se espalharia no Serviço Social. O autor congrega essa discussão com a incorporação do que Scruton denomina “novilingua” da esquerda, que para ele seria carregada de sentimentalismo e esvaziada de objetividade. O autor conclui que a “pós-verdade”, utilizando o discurso de luta e resistência, desqualificaria posições minoritárias, como a sua, e produziria uma leitura maniqueísta sobre todas as posições não identificadas com o marxismo.

Também não é novidade a identidade forçada entre hegemonia marxista e a perseguição que o autor supostamente sofreria. Apesar de defender o pluralismo, sem nenhuma fronteira teórico-metodológica, o autor demonstra profundo ressentimento com a sistemática derrota de seu posicionamento no campo da disputa por projetos profissionais no Serviço Social. Tal discurso também é característico da “poética” nos discursos que fundam contrapúblicos digitais de direita no Brasil e no mundo.

A defesa de Oliveira (2019) é de uma “pluralidade empática vivencial do cotidiano” que seria expressa pela convivência entre diferentes vertentes. Para



elaborar sua concepção, recorre ao “amor biológico” de Maturana e a uma aproximação com o “pluralismo institucional” de Bobbio. Nesse ponto, há uma identidade das teses de Oliveira com o “pluralismo sem fronteiras” do “conservadorismo envergonhado” da década de 1990.

O profundo relativismo de suas teses, rememora as discussões realizadas no Capítulo 2, acerca da “destruição da razão” como produto da “decadência ideológica da burguesia”. Lukács (2020) demonstra como o relativismo é antessala das perspectivas que embasam o fascismo alemão.

A narrativa em torno da perseguição ao conservadorismo profissional perpassa toda a propaganda do Serviço Social conservador atual, reproduzindo o conteúdo de campanhas como “Escola sem partido” e suas denúncias de doutrinação, parte do combustível mobilizador desses setores.

Denunciam os Conselhos regionais e federal de Serviço Social e a maioria das/os assistentes sociais que se posicionaram na campanha “#elenão” fazendo valer as incongruências do Projeto ético-político e os valores defendidos pelo candidato a presidente na época e os traços fascistas de sua campanha. Acusa os Conselhos de aparelhamento e refere que foram pouco republicanos, ao repudiarem o voto em Bolsonaro.

Dentre os aspectos de denúncia de uma hipotética doutrinação no discurso dos conservadores no Serviço Social, é recorrente a acusação de aparelhamento dos órgãos representativos da profissão, por se posicionarem contra o avanço do neofascismo, expresso na campanha presidencial de 2018, enfrentado pelo movimento “#elenão”.

Os princípios emancipatórios defendidos em nosso Projeto ético-político, constando inclusive na normativa representada pelo Código de Ética foram frontalmente atacados por figuras políticas, que reproduziam a cultura do estupro, como no caso de Maria do Rosário; a tortura, como na apologia ao Coronel Carlos Brilhante Ustra, declarado pela justiça como torturador. Em meio a essa conjuntura, a preocupação central de Oliveira (2019) era com um falso “aparelhamento”. Segundo o autor, o posicionamento antifascista seria uma apologia à cultura da violência. Seria antidemocrático proibir a entrada de fascistas e perseguir tais formas violentas e excludentes de pensar o mundo.

O alinhamento visível com o neofascismo brasileiro, assim como a incorporação eclética de visões conservadoras e ultraneoliberais para atacar o projeto

profissional são patentes no texto. Os debates em torno da eleição de Jair Bolsonaro são centrais na análise do autor. Este insinua que ao caracterizar o bolsonarismo como neofascista ou profascista estaria sendo usada uma linguagem emocional. Para explicar, lança mão do uso do termo “novilingua” por Scruton, em texto que desqualifica a militância de esquerda.

A partir da neurociência, problematiza todo ideário crítico do Serviço Social, perspectivas de resistência e luta, desqualificando-as como um “sentimentalismo romântico e tóxico” (OLIVEIRA, 2019, p. 37) produto de ideologias e distante da realidade. Assim, seriam produzidos discursos de “pós-verdade”, segundo o autor, hegemonicamente na esquerda. Também a partir da neurociência, o autor chega à conclusão de que toda posição ideológica seria inverídica, e desconsidera que ideologias revelam e obscurecem determinados elementos da realidade.

A filiação intelectual ao conservadorismo atual de Scruton (2019b) fica patente. A ideia de “novilingua de esquerda”, utilizada pelo autor, está pautada na ideia geral já apresentada: a esquerda teria migrado para o plano cultural após as derrotas do socialismo cultural. A hipótese é similar a ideia do “marxismo cultural” de Olavo de Carvalho, que fundamenta a militância conservadora, em sua cruzada contra o “politicamente correto”, que une Scruton, humoristas homofóbicos, misóginos no poder, entre outros tantos.

O ecletismo do autor, totalmente permitido em sua perspectiva teórica, utiliza de um referencial conservador para análise da profissão na atualidade até chegar no seu insustentável conceito de “ditadura hegemônica do Serviço Social”, mas reproduz também toda a pseudociência identificada com o pensamento pós-moderno, criticado por Scruton.

Apesar de se alinhar aos segmentos “neofascistas”, no que tange à defesa do Presidente Jair Bolsonaro nas eleições, e inclusive pautar as resistências das organizações da categoria a esse alinhamento como autoritarismo e aparelhamento, Oliveira (2019) apresenta uma leitura, que aproxima a direção crítica da profissão aos métodos do fascismo.

Repete a operação já mencionada nesse trabalho, que classifica, como totalitarismo, o fascismo, o nazismo e o socialismo. Essa derivação empobrecida do pensamento de Hanna Arendt foi muito comum no combate anticomunista no período da Guerra Fria até a transição ao neoliberalismo. Tal perspectiva está presente no

caldo cultural de crescimento da extrema direita, a partir do antipetismo no Brasil, associado ao negacionismo e aos revisionismos mais expressivos no último período.

Interessa-nos observar a articulação desse anticomunismo radical, uma perspectiva conservadora que cresce no neoliberalismo, sob a bandeira do fim das ideologias, e o discurso do conservadorismo profissional atual no Serviço Social.

Nossa profissão está morrendo, ninguém quer contratar revolucionário e guerrilheiro, o mundo e o mercado precisam de profissionais inteligentes, competentes, éticos e que mostrem resultados efetivos na realidade cotidiana. (OLIVEIRA, 2019, p. 20).

A perspectiva de que o mercado não requisita profissionais capazes de realizar a crítica à sociedade burguesa está correta. Apesar do campo de atuação dos profissionais de Serviço Social ser majoritariamente o setor público, mesmo nesses setores, como vimos, a autonomia profissional é tensionada pela relação salarial. Isso, no entanto, põe o desafio de construir mediações entre as requisições institucionais, políticas e econômicas e as reais necessidades dos usuários de nossos serviços. A aposta de Oliveira (2019), inversamente, é liquidar o projeto profissional ético-político em detrimento das necessidades de mercado.

Oliveira (2019) faz uma enfática defesa do ecletismo na produção de conhecimentos de Serviço Social. O autor inverte os sinais da crítica realizada por NETTO (2005 [1992]) e defende que a ação dos profissionais seria necessariamente sincrética e, por isso, requisitaria uma “ampla ecologia de saberes”. Dito de outra forma, o sincretismo científico não apenas não seria um problema, como seria uma necessidade. O autor defende a necessidade de rever os posicionamentos sobre sincretismo/ecletismo e pluralidade, como tarefas centrais para o Serviço Social.

Apesar do autor identificar-se mais como um conservador que um liberal, é notória, tanto em sua trajetória acadêmica e profissional, marcada pela defesa do “empreendedorismo social”, quanto em sua defesa de desregulamentação da profissão e atendimento aos ditames de mercado, a filiação à “nova razão neoliberal”. O trânsito do neoliberalismo ao conservadorismo atual acompanha os movimentos muito bem discutidos por Wendi Brown, sobre a consolidação do neoliberalismo realmente existente e seus ataques à democracia e à racionalidade, mesmo a razão miserável, formal e abstrata.

Oliveira (2019), ao discorrer sobre o “combate ao conservadorismo” na profissão, equipara conservador como um rótulo que seria dado aos inimigos do PEP. Cita expressões como “ultraconservadorismo ultraliberal” e um texto de Boschetti, em que esta última faz uma reflexão sobre “expressões do conservadorismo na formação profissional”.

O autor questiona a legitimidade do debate coletivo realizado por representantes da categoria eleitos para participar dos Encontros Nacionais CFESS/CRESS, em discutir as questões que o exercício profissional demanda. O fato de o Encontro ser realizado “no meio da semana de trabalho”, já demonstraria quem seriam os privilegiados, que participariam das discussões. Ignora que as representações são escolhidas pelos pares em assembleias abertas à categoria e que somos a única categoria profissional, em que profissionais que não participam das direções dos conselhos são convocados para deliberar em conjunto sobre os rumos da profissão; ignora que há um expediente comum de convocação e solicitação de liberação dos profissionais para participar desses debates, como diversas categorias o fazem, para participação em simpósios, congressos e afins.

Há um claro intuito na definição de um “nós” (profissionais de carne e osso) contra “eles” (os professores e vanguardas profissionais). Essa dissociação serve a objetivos político-profissionais muito claros, de deslegitimação do projeto profissional e não constrói a “pluralidade empática”, que o autor defende, em contrário, semeia ressentimentos, que podem gerar ódio e violência, além de esvaziar o real conteúdo dos debates.

Após a defesa da neutralidade no campo profissional, Oliveira (2019) segue sua narrativa de minoria perseguida e faz uma apaixonada defesa da liberdade de expressão. Os nexos entre o conservadorismo contemporâneo e uma interpretação particular do que seria liberdade de expressão são um fenômeno generalizado entre conservadores brasileiros, mas não apenas. Como vimos, a partir da pesquisa de Wendy Brown sobre as relações entre a extrema direita norte-americana e neoliberalismo, esse tem sido um fulcro de atuação conservadora na luta pela reversão de conquistas civilizatórias importantes, principalmente no campo dos costumes.

Nessa direção, denuncia que a defesa do caráter laico da profissão seria uma forma de afirmar um discurso antirreligioso. Aqui, afina-se novamente com o movimento “Escola Sem Partido”.

Como se pode ver, por trás do discurso, o Serviço Social é laico, numa análise crítica, carne e osso, ou seja, o que não é dito mas é feito, é aplicar a lógica Marxista ateísta de forma “ intelectual” e “politicamente correta”, mas no fundo o que quer se dizer é: “somos uma profissão comunista e socialista, e , como Marx, acreditamos que o ser humano só será liberto quando tudo que o prende seja destruindo, a religião é o “ópio do povo” e o “método para destruí-lo é o ateísmo. (OLIVEIRA, 2019, p. 147).

Oliveira afirma a existência de uma discriminação contra os conservadores. A afinidade acadêmica e política com o conservadorismo atual e neofascismo manifestam-se também na posição em relação à ciência. O autor apresenta uma defesa pelo direito de ensinar, por exemplo, a tese criacionista nas escolas, bem como uma posição revisionista/negacionista que nega a ditadura militar como acontecimento histórico, afinando-se com o discurso comum que respalda o neofascismo.

Compreende-se esses segmentos como uma expressão do crescimento do ultraneoliberalismo e do conservadorismo no Brasil e de suas características reacionárias. Seu método de atuação, na disputa por projetos profissionais, guarda profunda semelhança com ação dos *think tanks* que erguem o ultraneoliberalismo e o conservadorismo bolsonarista no Brasil. Como já mencionado desde a introdução, a classificação desta forma de atuação como “contrapúblicos digitais” (ROCHA, 2019), parece-nos muito oportuna para descrever a organização desse campo do conservadorismo profissional no Serviço Social, em subtendências conservadoras e ultraneoliberais.

Na construção do autor, a direção dos órgãos da profissão expressa “um totalitarismo beligerante desmedido, criando uma mentalidade de guerrilha urbana e de uma ortodoxia militante revolucionária, e que nada tem de científico e muito menos de profissional” (OLIVEIRA, 2019, p. 18). Para o autor, o método de Marx seria um programa político e não um método de análise e, por essa razão, seria incompatível com um olhar e “suposta” ação na realidade, que não seria praticável no Serviço Social. Posteriormente, o autor define que a direção do PEP objetiva uma inação profissional, com fins conspiratórios contra a ordem burguesa.

Há aqui o mesmo equívoco de outros trechos, uma confusão entre método de pesquisa e metodologias de ação profissional, que é própria de uma concepção de profissão calcada na razão miserável, a qual se pensa como aplicadora das ciências sociais. Oliveira (2019), apesar de criticar o marxismo, faz objeções de uma apropriação precária do método de Marx e do próprio PEP, relatando que, muitas

vezes, a posição pelo marxismo não se consubstanciaria nas produções teóricas, que muitas vezes são ecléticas.

Na crítica realizada por Oliveira (2019) ao método de Marx há, sobretudo, uma caricatura da teoria marxista. Seria problemática por ser “sobretudo, um método e uma teoria da revolução”. A prova cabal de que o método de Marx não seria científico para o autor estaria na famosa tese sobre Feuerbach: “Os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (MARX 1845, n.p.). Segundo o autor, não haveria em Marx um “como transformar”. Não haveria escritos sobre método em Marx. Ao não equiparar método e metodologia de pesquisa, o método de Marx não seria científico.

Percebe-se, nessa posição do autor, a equiparação ao método das ciências naturais, típico de formas das ciências sociais particulares. Tal exame nos leva a considerar uma extrema proximidade desses sujeitos com o neofascismo no poder, principal fonte de sua coragem; uma profunda influência dos *think tanks* e da materialização de seu projeto com o ultraneoliberalismo e; a reprodução de uma série de equívocos típicos do conservadorismo profissional no Serviço Social.

Não insinuamos essa proximidade com o neofascismo, verificamos factualmente pelos sucessivos alinhamentos desses sujeitos com a propaganda neofascista. Sobre as relações entre conservadorismo, liberalismo, fascismo e direita, acreditamos ter satisfatoriamente demonstrado tais laços nos três primeiros capítulos desta tese.

### 5.3.3 Pluralismo, revisionismo e “liquidacionismo” no Serviço Social

Netto (2006) destaca que dado o “pluralismo profissional” é necessário a existência de “uma espécie de acordo sobre aspectos que, no projeto, são imperativos e aqueles que são indicativos.”. Cita, como exemplo de componentes imperativos, o cumprimento das Diretrizes Curriculares<sup>18</sup> e as inscrições nos respectivos CRESS.

Os segmentos em torno do “liquidacionismo” do Projeto ético-político, recorrentemente defendem o pluralismo, apesar de se inserir na disputa advogando pela destruição do atual projeto profissional, inclusive na defesa de liquidar estes componentes imperativos de que nos fala Netto ([1992] 2005). Rejeitam todo legado de

---

<sup>18</sup> Seriam imperativas as diretrizes curriculares aprovadas pelo CNE, uma versão esvaziada da proposta elaborada coletivamente pela categoria e defendida pela ABEPSS.

organização e normatização da profissão do Serviço Social, inclusive a que antecede sua renovação crítica. Alguns setores chegam a aderir a uma campanha pelo fim da regulação profissional via conselhos. Referem-se à defesa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 108/2019, que mudaria a natureza dos conselhos, transformando-os em entidades privadas de livre associação. Na tentativa de enfraquecer o Projeto ético-político, a partir de um de seus principais pilares, que é o conjunto CFESS/CRESS, colocam em risco a própria existência do Serviço Social como profissão.

Oliveira (2019) defende que o pluralismo deve abarcar outros projetos profissionais, que não o Projeto ético-político. Diferentemente do que pontua o autor, não há uma negativa ao debate com esses projetos, no entanto, há uma clara opção dos profissionais de Serviço Social no Brasil, expressa nas direções da categoria, mas também nos posicionamentos discutidos anualmente em fóruns, que vão desde assembleias de base e oficinas regionais (no caso da ABEPSS) até os Encontros Nacionais do conjunto CFESS/CRESS, ENPESS e CBAS.

Oliveira (2019) faz questão de registrar em seu livro que, por duas vezes, teve o projeto de doutoramento, com a temática do “empreendedorismo social” reprovado no Serviço Social e que, por fim, apresentou a proposta no curso de administração. Mais uma vez, reforça a narrativa do perseguido pelas vanguardas da profissão. Segundo ele, apenas quem “reza a cartilha vermelha” é aprovado em pós-graduações (OLIVEIRA 2019).

Assim como Scruton e Olavo de Carvalho, Oliveira (2019) constrói uma versão da história, onde estaria sendo vítima da dominação do marxismo cultural. Se o fato de o marxismo ser hegemônico na profissão e não no conjunto da academia, como defendem os setores do conservadorismo atual, a retórica da vítima perseguida é a mesma que erige o debate sobre o combate conservador ao “politicamente correto”.

Tenho sentido na carne e no osso, atitudes de desapresso, de rancor, ressentimento, hostilidade, sabotagem, ironia, e sobretudo ações de estigmatização e destruição da reputação como estratégia de eliminação da oposição, muito similar à dos líderes da cinzenta União Soviética, China, Cuba e mais recentemente, Venezuela. (OLIVEIRA, 2019, p. 20).

O autor articula seu anticomunismo e a busca da liquidação do projeto profissional hegemônico.

Pois quando, de fato, se faz uma análise de carne e osso, o mote conservadorismo se mostra como um espectro factóide linguístico e

emocional para justificar o brio austero e viril da militância e do ideário revolucionário, que em si e por si só, já nada têm de profissional e nem muito menos de científico e, como sinalizado, remonta a uma linguagem de militância messiânica, fanática, sem razão e lógica. (OLIVEIRA, 2019, p. 112).

Apesar de denunciar um uso corrente, pouco rigoroso do conceito de conservadorismo, quando o objetivo é criticar a direção do Projeto ético-político, o autor não possui reservas em utilizar o conceito de modo inespecífico. Compreendendo conservadorismo como a vontade de defender aquilo que estimamos, afinando-se com a concepção de conservadorismo de Scruton, o autor defende que o conservadorismo no Serviço Social atual seria expresso pelos marxistas, ao impedir o pluralismo efetivo, com a entrada no debate de outros projetos profissionais.

Como pode ser visto em relação ao termo e conceito de conservadorismo, que já é associado à direita, ao fascismo e tudo que existe de ruim no mundo. Isso precisa ser corrigido, precisamos resgatar o bom senso e um bom pensar. (OLIVEIRA, 2019, p. 53).

A conclusão proposta pelo autor nesse trecho, além de não possuir rigor, tem claros objetivos, novamente, marcados pela poética, que é característica dos contrapúblicos digitais de direita. O autor defende “deixar as escolhas políticas e ideológicas para o campo privado de cada pessoa” (OLIVEIRA, 2019, p. 31). Essa posição política, que relaciona à política a uma “escolha individual”, que ignora a indissociabilidade da política como práxis ligada às formas de produção e reprodução das relações sociais em determinada conjuntura; admite apenas a “pequena política” como possibilidade, e é incapaz de ver uma dimensão estratégica na política para o melhor atendimento aos usuários do Serviço Social.

Sua hipótese de o projeto profissional inviabilizar postos de trabalho é insustentável, pois, foi sob a égide desse projeto, que a profissão de Serviço Social assumiu uma série de novas formas de inserção, com ampliação de postos de trabalho e reconhecimento profissional. Inserindo-se nas mais diversas políticas, recentemente foi a luta desses sujeitos que tornaram obrigatória a inserção de assistentes sociais na política de educação; e têm sido, pela atuação dos órgãos representativos, que se ampliou a atuação em políticas como de Direitos Humanos, Habitação e, significativamente, na Assistência Social.

Entretanto, com a ampliação do número de bacharéis em Serviço Social, formados através de cursos precários, fornecidos por instituições do mercado da



educação, há uma pressão agigantada pela geração de novos postos de trabalho. Além disso, a inserção, na maioria das vezes, mediada por concursos e processos seletivos, constitui uma cisão na profissão entre inseridos, inseridos precariamente e não inseridos no mercado de trabalho.

O autor opera a partir da constatação dessa cisão, operada pelo mercado de trabalho, ao identificar os posicionamentos dos conselhos profissionais que vedam exercícios profissionais fora do escopo do Serviço Social, como profissão regulamentada, a exemplo das práticas terapêuticas, como se essas vedações representassem um ataque às condições de vida e de trabalho da categoria.

A leitura da história da profissão, tão relevante para pensar seus rumos futuros, é simplificada por Oliveira (2019). Os elementos históricos e o acúmulo de debates na categoria sobre a emergência do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho são abandonados, em prol de uma revisita às teses que pensavam a profissão como evolução da ajuda:

[...] saímos de uma ação de caridade, até os anos 30 do século XX, passando por uma profissão e ciência social aplicada nos anos de 1970 e rumando nas décadas de 80 e 90 para uma profissão dita crítica, mas que aprofundou até os tempos atuais para um processo de militância, político-partidária e em alguns momentos como uma seita religiosa fundamentalista. (OLIVEIRA, 2019, p. 35).

Essa leitura “revisonista” desconsidera o desenvolvimento histórico e as relações sociais que forjam a profissão, com o objetivo de suportar o argumento em prol da liquidação do projeto profissional em curso, e seria realmente difícil não desencadear uma incompreensão sobre os rumos que a profissão vem assumindo nos últimos quarenta anos.

Vimos no Capítulo 3 como o neofascismo no Brasil utiliza-se da “ditadura empresarial militar” como uma espécie de mito fundador, a qual seria um momento de ordem social e progresso. Nosso projeto profissional é herdeiro do questionamento ao mito fundador do neofascismo. Para defendê-lo, no âmbito da profissão, é essencial o esforço revisionista, que nega a violência política e o expediente autoritário da “ditadura do grande capital”.

O novo projeto profissional erguido no Serviço Social nas décadas de 1970/1980, articulado junto às lutas pela redemocratização do país, com as intensas mobilizações de setores populares nesse período, não haveria como ser tolerado pelo bolsonarismo

e seu viés neofascista. Sendo assim, é urgente para esses sujeitos negar a realidade histórica em que se forja o projeto: além de se ligar ao discurso da maior parte dos grupamentos neofascistas, trata-se também de negar a pertinência do Projeto ético-político. Este é um dos sustentáculos da posição que defende sua liquidação.

Após acusar as instituições de educação superior de realizarem “lavagem cerebral” e impedirem quem não é de esquerda de integrar as pós-graduações, o autor descreve-se como nem de esquerda, nem de direita. Um exemplo do raciocínio do autor:

Defendo que mulher que trabalha numa mesma atividade que um homem ganhe e tenha os mesmos direitos, nisso eu sou feminista, e, portanto, de esquerda? Mas não defendo a ideologia de gênero que nega nossa natureza biológica e remete tudo no campo simbólico social, então eu sou de direita, conservador e, dependendo de quem me vê, já sou taxado de homofóbico e preconceituoso, entendeu? (OLIVEIRA, 2019, p. 70).

Não é possível identificar precisamente a origem dos equívocos no trecho anterior, para além da notória homofobia quando trata da “natureza biológica”. A incompreensão das relações sociais de gênero/sexo, sob a palavra de ordem religiosa e conservadora do “combate a ideologia de gênero”, é parte deste imbróglio, mas a identificação automática entre feminismo e esquerda é no mínimo parcial, diante da conjuntura atual de captura de diversas bandeiras de luta por segmentos burgueses, o que configura um feminismo liberal. De fato, o feminismo mais consequente é anticapitalista, mas o espectro dos que combatem o machismo e a misoginia nesta sociedade desborda as fronteiras da esquerda e, principalmente, dos segmentos comunistas e socialistas.

E digo mais: o assistente social, como profissional, não tem que tomar partido, nem lado, isso é coisa de partido político, de programa político e ideológico e não de projeto de profissão, as escolhas políticas, ideológicas, sexuais, religiosas, time de futebol, etc. são de fórum íntimo. (OLIVEIRA, 2019, p. 74).

Oliveira (2019) defende a existência de uma falsa dicotomia entre politização x competência técnica no Serviço Social. Além de ser legatária da “razão miserável”, esta não corresponde à realidade da profissão, pois foi com a politização, a tomada de posição em relação aos conflitos de classe, que o Serviço Social brasileiro avançou como disciplina científica em sua inserção acadêmica; além disso, decorre desse avanço, uma profunda discussão sobre a dimensão técnico-operativa da profissão, que não deve ser hipertrofiada, mas que é central na possibilidade de mediação a

favor do projeto societário emancipatório que respalda o PEP. Nesse sentido, Netto salienta que o:

[...] projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social. (NETTO, 2006 [1999], p. 17).

Oliveira (2019) defende a centralidade da dimensão técnico-operativa na produção de conhecimento em Serviço Social, respondendo às tensões sincréticas, advindas do campo da prática.

Desta forma, minha inspiração de motivar a ser um assistente social corajoso é ousar pensar a partir do seu ato operacional cotidiano real como observador, de forma carne e osso e, sobretudo, com amor, que é também um gesto político, de coragem, pois aceitar sem restrição, como o amor cristão (ágape) que significa, amar sem querer nada em troca, não é uma tarefa fácil. Imagina um marxista amando um positivista? Que maravilha! (OLIVEIRA, 2019, p. 22).

O trecho acima apresenta uma das poucas menções positivas à política no texto de Oliveira (2019) e que não é relacionada a uma denúncia. Não por acaso, a posição política que não é criminalizada é uma posição conservadora, avessa a toda disputa e conflito nos moldes burkeanos.

Na polêmica acerca do objeto de trabalho das e dos assistentes sociais, Oliveira (2019) opina contra a leitura majoritária na profissão, de que seriam as expressões da “questão social”. Defende o autor: “Nesse sentido, o objeto do Serviço Social sempre foi, é, e sempre será, o ser humano de forma geral e em específico o que está em situação de risco e vulnerabilidade social e insustentabilidade humana” (OLIVEIRA, 2019, p. 57).

Nota-se a incorporação do léxico das políticas públicas de Assistência Social, fora do escopo da crítica marxista, mas igualmente distante do conservadorismo, defendido pelos seus representantes na contemporaneidade. Tão sintomática do tipo de ecletismo defendido por Oliveira (2019) é a apropriação do pensamento de Kisnerman (1994). A matriz deste autor é muito mais próxima do ideário de esquerda, com influxos do pensamento pós-moderno dos anos 1990, que do conservadorismo atual, onde o autor busca suas referências. Kisnerman está muito mais ligado a uma leitura à esquerda, embora conformista, que ao conservadorismo.

*El final de la década del ochenta reafirmó la crisis del positivismo, funcionalismo y neopositivismo, ya anunciada por el propio Kuhn, y las teorías “anárquicas” de Paul Feyerabend contra la razón y el método, dado que la sociedad en equilibrio ya no existía. También la del materialismo dialéctico e histórico, encerrado en una hiperpolitización y sobreideologización paralizante de la acción transformadora propuesta. También entraron en crisis otros paradigmas como el conductismo, el estructuralismo, el psicoanálisis ortodoxo, etc. (KISNERMAN, 1994, p. 71).*

Além de não ser um autor antimarxista, seria muito difícil qualificar Kisnerman como um autor conservador. Inclusive, do ponto de vista da profissão, não diverge significativamente de uma compreensão totalizante dos fenômenos, com os quais se deparam as/os assistentes sociais. O autor também reconhece o papel fundante da “questão social” no que se conformaria como profissão do Serviço Social. Vejamos nas palavras do autor:

*El Trabajo Social surgió como respuesta a necesidades planteadas durante la Revolución Industrial hacia fines del siglo XIX como ya hemos visto. La “cuestión social” se instaló en el centro de las relaciones antagónicas entre capital y trabajo. La organización de la producción y las condiciones de vinculación con el mundo del trabajo condujeron a una lucha de la clase obrera a efectos de lograr transformaciones en esas relaciones. Surgen así los sindicatos y, en la década del treinta, el Estado proteccionista o de bienestar social, cuyas disposiciones legales, en muchos casos, se incluyeron en la Constitución” (KISNERMAN, 1994, p. 89).*

Repare que o caráter histórico na análise da profissão está presente em Kisnerman, diferentemente do caráter apologético das explicações de Oliveira.

*Hace años, definimos el Trabajo Social como la disciplina que se ocupa de conocer las causas-efectos de los problemas sociales y lograr que los hombres asuman una acción organizada, tanto preventiva como transformadora que los supere. No es simplemente ejecutora de lo que otras disciplinas elaboran. Interviene en situaciones concretas que muestran determinadas carencias, investigando y coparticipando con los actores en un proceso de cambio. (KISNERMAN, 1994, p. 97).*

Isso posto, a leitura de Oliveira acerca de Kisnerman, apesar de instrumentalizar um questionamento do objeto de trabalho do Serviço Social, não é coerente com o pensamento desse último. Vejamos o que Kisnerman pontua sobre o objeto de atuação do Serviço Social:

*El objeto, por lo tanto, no es un a priori. Se constituye por y en una red de relaciones. Por lo tanto, como una expresión de lo social, al ser problema para un determinado número de personas. Y la forma como se lo define determina en gran medida qué hay que hacer para abordarlo. Los problemas suelen*

*surgir como personales o de un grupo reducido de personas, pero siempre son sociales.* (KISNERMAN, 1994, p. 102).

Apesar de uma leitura diversa daquela acumulada majoritariamente no Brasil acerca da atuação profissional em Serviço Social, Kisnerman, com uma compreensão de que o Serviço Social atua sobre “situações problema”, mas sem romper com uma leitura ampliada sobre as origens dessas, propõe uma aproximação com o construcionismo.

Em Oliveira (2019) é pinçada a divergência do autor com a leitura hegemônica no Serviço Social brasileiro, constituindo uma leitura particularizada e instrumental do pensamento de Kisnerman, em vias de defender uma compreensão individualizada do papel do Serviço Social, que constitui a proposta de “contrarreforma” da profissão, defendida por segmentos “liquidacionistas” no Serviço Social brasileiro.

Apesar de toda a retórica no texto em torno da defesa de instrumentos, técnicas, de uma formação que prepare para o mercado e de uma produção de conhecimento instrumentalizável, não há no livro de Oliveira (2019), muitas propostas nesse sentido. Uma das que aparecem é a transformação dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) em um espaço que realize: “[...] uma territorialização de oportunidades, fazer uma oficina de empreendedorismo social e *design thinking* e gerar com a população estratégias de geração de trabalho e renda e melhoria dos serviços públicos, captação de recursos” (OLIVEIRA, 2019, p. 61).

Tal proposta, conectada com a propaganda neoliberal sobre o problema do desemprego estar relacionado à falta de capacitação e, mais agressivo ainda, na busca de estratégias que não rompem com a situação de informalização e precarização do trabalho, não é novidade, e até recebe fomento através das ações de “geração de trabalho e renda”, previstas no escopo do Sistema Único da Assistência Social.

O caldo cultural neofascista também é restaurador, no sentido de defender valores que sustentam modos de opressão e exploração de gênero, raça e etnia. Neste caldo de cultura torna-se viável a defesa de um retorno ao conservadorismo profissional.

Dizem que retrocesso é resgatar as nossas origens, ler Richmond, Balbina, enfim, nossas bases e reais fundamentos que deram visibilidade, materialidade e especificidade científica e profissional há mais de cem anos, pois em termos de concepção, da justificativa, se formos uma ciência social aplicada e uma profissão de intervenção na realidade humano-social, perde sentido e significado na medida em que se constata um tipo de mimetismo fisiológico e orgânico, do Serviço Social com os movimentos sociais, a tal ponto em não se consegue mais fazer distinções, ou seja, o engajamento mecanicista, orgânico

e fisiológico junto a defesas de todas as minorias, de luta contra o sistema capitalista, de resistência no combate ao conservadorismo, a cultura burguesa e engajamento junto a movimentos sociais, nos levam a ser tudo, qualquer coisa, uma ONG, um sindicato, uma associação, mas não uma profissão, nem muito menos uma ciência. (OLIVEIRA, 2019, p. 64-65).

Oliveira (2019) confunde a crítica desenvolvida ao Serviço Social tradicional com deslegitimação do papel pioneiro cumprido pelas intelectuais, que participam, em diferentes momentos, do processo de profissionalização e “teorização” da profissão.

A negativa em relação à perspectiva de uma “teoria do Serviço Social” ou um “método de intervenção profissional”, por parte da crítica renovadora do Serviço Social Brasileiro, não se realizou de modo maniqueísta, não foi desrespeitosa ou ignorou as contribuições das pioneiras da profissão, ao contrário, ao criticá-las considera-se seu papel central na construção da profissão.

#### 5.3.4 Sobre laranjas, bananas, “ignorantes letrados” e um suco de preconceitos

Um novo tempo há de vencer  
Pra que a gente possa florescer  
E, baby, amar, amar, sem temer

Eles não vão vencer  
Baby, nada há de ser, em vão  
Antes dessa noite acabar  
Baby, escute, é a nossa canção  
Johny Hooker

Oliveira (2019) alinha-se à “crítica da pós-modernidade” e do “multiculturalismo” de Scruton (2019). Utiliza, como exemplo, o debate sobre “justiça social” desse autor, que tem, na verdade, inspiração no posicionamento de Hayek. Contudo, seleciona os argumentos, em que esse debate é feito de forma ainda mais superficial, atrelando à ideia de “justiça social”, a vingança e o ressentimento.

[...] essa questão da novilingua é um processo de aceleração da mentalidade de intelectuais e estudantes sendo ignorantes letrados, e até hiperletrados, favorecendo o aprofundamento de um espaço de pós-verdade sem precedentes em nossos dias, onde questões básicas e lógicas são “desconstruídas” por ideias que não têm solidez e sensatez, como a ideologia de gênero, que diz que a sexualidade é definida pela sociabilidade e não pela biologia. O que não encontra lógica nem muito menos base científica, o que equivale a dizer que dois mais dois pode ser 10, 23 ou 49, ou quero fazer suco de laranja usando banana. (OLIVEIRA, 2019, p. 42).

Algumas questões saltam aos olhos no texto acima. Em primeiro lugar, o afinamento com o fundamentalismo religioso, que se opõe ao que denominam “ideologia de gênero”; em segundo lugar, a ignorância de discussões básicas, como a diferença entre identidade de gênero, afetividade e sexualidade. Tal ignorância poderia ser compreensível, caso o “letrado” que ignora, não fosse professor em uma universidade pública, de uma categoria que têm acumulado diversas discussões acerca das opressões aos LGBTQIA+ e, particularmente, empenhando-se no combate à barbárie da transfobia no país que mais mata pessoas trans no mundo.

A biologia primária de bananas e laranjas à serviço da propaganda conservadora é elucidativa do tipo de reforma que se pretende na profissão: o “liquidacionismo”. Sob o manto da cientificidade e profissionalismo retira-se o acúmulo teórico nos debates sobre gênero e sexualidade do conjunto das ciências sociais e do Serviço Social. Isso, em nome de preconceitos religiosos e, principalmente, tenta-se impedir que profissionais tenham capacidade de intervir em uma importante expressão da “questão social” contemporânea, que se manifesta na violência e superexploração de um importante segmento de usuárias e usuários dos serviços em que nos inserimos, os LGBTQIA+.

A acusação de aparelhamento no livro de Oliveira (2019), que tenta ser comprovada com reproduções de imagens do sítio do CFESS na internet, utiliza como argumento, entre outros fatos, a solidariedade ao professor Mauro Iasi. Este foi alvo de uma série de ofensas na blogosfera de direita, ao recitar um poema de Bertold Brecht, onde o poeta, em meio aos sangrentos conflitos e ataques desferidos pelos fascistas que vitimavam milhares de trabalhadores, ironiza a pecha de “cidadãos de bem” de conservadores e fascistas, apesar do fruto mortífero das políticas que defendem. No poema, o autor ironiza que, devido às boas qualidades de tais inimigos das lutas dos trabalhadores, seriam dirigidos a eles boas espingardas e bons paredões.

Acusado de apologia à violência pelo uso descontextualizado de um trecho recitado de poema, os segmentos da direita, com uma interpretação de texto precária e esvaziando a ironia do texto, passaram a atacar o professor Iasi.

### 5.3.5 Vinte e três teses para a (contra)reforma do Serviço Social

O documento “23 teses para a reforma do Serviço Social”, de autoria de Edson Marques Oliveira, publicado em 2017, é citado exaustivamente nas três páginas de

*Facebook* analisadas nesta pesquisa: “Serviço Social Libertário”, Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC), Serviço Social Conservador (SSC). O documento é celebrado como uma espécie de manifesto desse campo político e não foge à poética performática que marca os “contrapúblicos digitais” (ROCHA, 2020).

O documento, desde seu primeiro parágrafo, já demonstra o caminho que o campo “liquidacionista” se propõe a travar no Serviço Social. O apelo à “inovação” é conjugado com a necessidade do tempo presente (OLIVEIRA, 2017); ao mesmo tempo, ataca a perspectiva hegemônica na profissão e exige respostas adequadas a este tempo; além disso, acusa o campo crítico do Serviço Social no Brasil de teorismo.

O que Oliveira (2017) defende é uma verdadeira “contrarreforma” do Serviço Social. Assim como Behring (2021), ao analisar as ditas reformas neoliberais, que atacavam o caráter reformista das políticas sociais pós redemocratização, advertia quanto ao uso do termo contrarreforma como mais adequado; as “23 teses” também não constituem uma proposta de reforma, mas de uma contrarreforma da profissão. O que se observa nas “23 teses” é expressão de uma ofensiva contra o caráter emancipatório do projeto profissional, a partir da virada, em detrimento de uma restauração de elementos do Serviço Social tradicional, enriquecido com propostas neofascistas e ultraneoliberais.

Um chamado ao pragmatismo, que além de ser marca das visões conservadoras e modernizadoras do Serviço Social no Brasil (NETTO, 2005), convive perfeitamente com perspectivas de aversão à teoria e de irracionalismo, tão difundidas hoje no senso comum pelos segmentos do neofascismo.

Distante do marxismo e da crítica social à esquerda, referencia-se em visões de mundo conservadoras e utiliza concepções hegemônicas da profissão no mundo e do como se inserir no debate profissional, sem comungar as principais referências teórico-metodológicas utilizadas no Serviço Social. Nas palavras de Oliveira:

Nesse sentido, reformar o Serviço Social é resgatar a essência de sua origem como profissão de intervenção humano-social e como ciência social aplicada, diferente do rumo que vem tomando, de uma “profissão militante político-ideológico partidária”. Dessa forma, reformar e retomar a sua essência e as suas origens, para com isso, mudar a rota de destruição e descaracterização que está em curso, ou seja, de uma ação mais militante pautada num discurso utópico ilusório (pois não diz como isso é possível, gerando perda de identidade, confusão e direção aos profissionais) o que não cabe a uma profissão, e sim, e se muito for, a organizações militantes como sindicatos, ONGs ativistas, movimentos sociais, mas jamais para uma PROFISSÃO. (OLIVEIRA, 2017, p. 3).



Como visto, a inserção desse segmento no Serviço Social está vinculada tanto a um discurso modernizador, quanto a um apelo restaurador ao retorno ao conservadorismo na profissão. Na perspectiva de Oliveira (2017), assim como nas posições de intelectuais conservadores, o “politicamente correto”, como denomina o combate às opressões, é um mal a ser extirpado. De igual modo, deveria ser extirpado, o “maniqueísmo” dos marxistas, a criminalização do conservadorismo, o “policiamento epistemológico” e a “esquizofrenia intelectual” (OLIVEIRA, 2017, p. 6).

Como esperado, o documento defende o Ensino à Distância e o Serviço Social Clínico, acusando os segmentos que negam essas práticas de recusar postos de trabalho (OLIVEIRA, 2017). Dedicar algumas páginas, das 50 que compõem suas “23 teses”, à defesa do EAD e ao ataque à campanha “Educação não é *fast food*”. Esse apelo sinaliza para os objetivos de suposta reforma que o autor aponta: “adaptar a profissão às demandas do mercado de trabalho” (OLIVEIRA, 2017). Essa adaptação implicaria o retorno ao mercado como único ente capaz de definir os rumos da profissão.

O retorno às perspectivas integrativas que vigoravam no Serviço Social é conjugado ao combate ao “vitimismo”, demonstrando a influência do pensamento econômico conservador, a que se filia Oliveira (2017). Ele aponta para o que diz ser uma nova modalidade de atendimento, diferente da pura individualização das expressões da “questão social”. Alia, assim, o discurso integrador e ilusório de *coaching* ao velho esquema “caso, grupo e comunidade” do Serviço Social do início do século XX.

Nosso dever retomar as origens e reformar o Serviço Social e recolocar sua centralidade no ser humano, não mais como um ser isolado, mas como um ser conectado ao seu meio. Desse modo, recolocaríamos esse ser não como vítima de um sistema, mas como autor de sua história, do desenho das ações concretas, as quais podem dar esperança no enfrentamento de seus desafios cotidianos. (OLIVEIRA 2017, p. 11).

Assim, o autor propõe a redefinição do objeto do Serviço Social, que passaria a ser o ser humano e não as expressões da “questão social”. Na verdade, o que se observa é a responsabilização individual, cravejada com discurso de autoajuda. Até a Bíblia se torna fonte do autor em seu intento de crítica global ao Serviço Social. Para o autor, “trato individual” não equivale a individualismo, sem, contudo, explicitar essas diferenças (OLIVEIRA, 2017).

Outro elemento que ganha contornos no referido documento é a suposição do autor sobre como ocorre “a defesa da relação entre religião e ciência”. O documento ignora, assim, a laicização da profissão como elemento essencial para sua consolidação no século XX, mesmo em marcos conservadores (IAMAMOTO, 2005 [1992]). Nesse aspecto, Oliveira (2017) imiscui-se no caldo de cultura conservador, em torno da eleição do presidente Jair Bolsonaro, aglutinando conservadorismo cultural e religioso com ultraneoliberalismo econômico, sendo o primeiro e principal aporte para o combate aos segmentos críticos contrários à opressão de negras e negros, mulheres e LGBTQIA+, negando direitos conquistados por estes segmentos nos últimos anos.

Bem como o mesmo Jesus nos prometeu estar junto em todos os momentos, “Eis que estarei convosco todos os dias, até o final dos tempos” (Mateus, 28,20), em outros termos, a religião e a espiritualidade saudável contribuem para dar força e esperança aos profissionais para o enfrentamento das demandas cada vez mais duras, complexas e cruéis, e também para uma melhor compreensão dos fenômenos religiosos como categoria social de estudo. Cristãos Assistentes Sociais, vamos acordar. (OLIVEIRA, 2017, p. 35).

Em suas “23 teses”, o docente também apresenta uma leitura de conjuntura bem próxima da difundida pelos *Mass Media* e pela “nova direita”, associando marxismo, totalitarismo e corrupção no Estado. Percorre um trajeto singular, utilizando, por exemplo, uma conversa vazada na “operação Lava Jato” como evidência para afirmar essa associação entre marxismo e corrupção (OLIVEIRA, 2017).

Na conclusão, paradoxalmente, Oliveira (2017) esclarece que o documento não seria antimarxista ou contra o “projeto profissional” hegemônico no Serviço Social. Contudo, o que observamos em suas “23 teses” é justamente o inverso: um aporte às origens conservadoras do Serviço Social; influências religiosas e ecléticas são evocadas para uma crítica global da direção social da profissão, que o autor acredita ser expressão exclusiva da posição de uma vanguarda profissional antidemocrática e intolerante.

Apesar de utilizar algumas referências do próprio Serviço Social brasileiro contemporâneo para tecer suas críticas, faz muito mais referências a pensadores de outras nacionalidades ou de gerações anteriores e, utiliza do desconforto de defender um projeto profissional alinhado com um projeto societário anticapitalista na atual conjuntura, como elemento para justificar uma guinada à direita da profissão.

Após a apresentação dos dados preliminares desta pesquisa no Colóquio Marx e o Marxismo do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas (NIEP MARX), em 2019 (SILVEIRA, 2019), Oliveira (2019b) publicou uma resposta ao autor desta tese.

Nela, além de se esquivar de relações com machismo, racismo e homofobia, que em seu entendimento teria sido dirigido ao mesmo como denúncia, o autor expõe mais detidamente parte do referencial conservador já tratado neste trabalho, principalmente Burke e Scruton.

#### 5.4 Serviço Social ultraneoliberal e conservadorismo profissional

A página na rede social *Facebook*, autointitulada “Serviço Social Libertário” (SSL) foi criada em maio de 2016 e hoje reúne mais de 5.000 seguidores. Essa página, que se apresenta como movimento, é um dos principais meios de divulgação do que temos chamado de “liquidacionismo” profissional. Apesar de uma clara orientação no liberalismo radical, aqui definido como ultraneoliberalismo, mantêm importantes vínculos com os que tem se denominado como Serviço Social Conservador e os atuais defensores do Serviço Social Clínico.

Ao verificar o registro da página na rede social *Facebook* foi possível identificar a alteração de nome, criada originalmente em 16 de março como “contrarrevolução comunista” e alterada para o nome “Serviço Social Libertário” em 1º de maio de 2016, quando do lançamento da página do referido “movimento” (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n.p.).

A mudança do nome para uma marca mais palatável, em um universo onde o anticomunismo não é hegemônico, não elimina o fato do “movimento” que suporta a página possuir como uma das principais funções o “combate ao comunismo”, como é possível verificar na publicação de 20 de julho de 2016, em um texto de apresentação do referido movimento (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n.p.):

O Serviço Social Libertário é um movimento iniciado por alunas(os) e profissionais do Serviço Social, de diferentes estados do país, insatisfeitas com a doutrinação marxista sustentada pelo nosso curso e que fundamenta uma prática profissional política-ideológica.

O movimento é totalmente avesso ao marxismo, primeiramente, por entender que a teoria incorre em equívocos (como por exemplo, a teoria do valor, a teoria da exploração e da luta de classes). Também, por entender que as diversas tentativas de implantação do sistema socialista/comunista sempre resultaram em totalitarismo, cruéis ditaduras, supressão das liberdades individuais e miséria generalizada.

O objetivo principal da página é trazer a teoria liberal para dentro do universo do Serviço Social, apresentando outras propostas de soluções para os problemas econômicos e sociais do país, que não seja a “ditadura do proletariado” e a utópica “revolução comunista”. Além de evidenciar o quão prejudicial é a atuação desmedida do Estado que não se limita às suas funções

essenciais, de segurança e de proteção, mediante a lei, da inviolabilidade dos direitos individuais. (SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO, 2016, n.p.).

Como demonstrado anteriormente, a aliança entre ultraneoliberalismo e conservadorismo é um dos sustentáculos do neofascismo no poder. Essas tendências cresceram justamente como reação aos governos do Partido dos Trabalhadores, vinculadas ao anticomunismo radical, o qual marcou o conservadorismo brasileiro, e se metamorfoseou a partir de 2006 em uma forma de antipetismo.

Considerando, pela própria descrição do grupo, que esse se concentra em ações de características doutrinárias, divulgação de conteúdos teóricos (ultraneo)liberais e conservadores, e de combate ao marxismo no Serviço Social, apresenta-se na Tabela 1 uma categorização das publicações do referido grupo em sua página, buscando compreender melhor o seu perfil.

Na Tabela 1, grande parte das publicações da página refere-se à “divulgação de conteúdos teóricos”, “críticas à direção social da profissão”, “Conteúdo relacionado às “23 teses” para reformar o Serviço Social”.

Tabela 5 – Categorização das publicações do “Serviço Social Libertário” na sua página do Facebook. Brasil, 2016 a 2020

<b>Categorias de Análise</b>	<b>Quantidade identificada (n)</b>	<b>Percentual (%)</b>
Divulgação de Conteúdos Teóricos	57	29,23
Crítica à Direção Social da Profissão	30	15,38
Conteúdo relacionado às “23 teses” para reformar o Serviço Social	29	14,87
Cursos e Outros	14	7,18
Denúncia de Doutrinação/Militância	13	6,67
Memes e Stickers (apenas imagens)	11	5,64
Defesa política sobre temas nacionais	10	5,13
Conteúdo Referente a PEC 108	10	5,13
Crítica a Movimentos Sociais	9	4,62
Autopromoção da página	7	3,59
Notas Políticas	5	2,56
<b>Total</b>	<b>195</b>	<b>100,00</b>

Fonte: facebook.com/servicosociallibertario. Elaboração própria, 2022.

Em relação às “denúncias de doutrinação/militância”, elas reúnem desde fotos de quadros de aula até vídeos com conversas do aplicativo *WhatsApp*. Nesse quesito, o SSL alinha-se ao movimento “Escola sem Partido” e à recente ofensiva irracionalista sobre a educação, protagonizada pelo conservadorismo no Brasil nos últimos anos.

Importante observar que a categoria “conteúdo relacionado às “23 teses” para reformar o Serviço Social” também se constitui de críticas à direção social da

profissão, mas ela foi separada em outra categoria por acreditar que este item merece análise em separado das demais críticas apresentadas em notas, textos curtos para *facebook* e *memes* (imagens), etc.

Parte significativa dessas denúncias dizem respeito à eleição de Jair Bolsonaro: a página chegou a criar uma campanha “Assistente Social vota em quem quiser”. Também se destaca o posicionamento por ocasião das eleições do CFESS, publicado em fevereiro de 2020, quando o referido grupo realizava uma campanha pelo voto nulo no CFESS.

Outra campanha realizada pelo SSL dizia respeito à defesa da PEC 108/2019. Essa proposta apresentada pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, posteriormente retirada de pauta por Bolsonaro, modificava a natureza jurídica dos conselhos, transformando as atuais autarquias em associações privadas. A medida desobrigaria profissionais ao registro nos conselhos, assim como impediria a fiscalização do exercício profissional por esses.

Na prática, esse projeto representaria a liquidação das regulamentações profissionais, entregando, ao mercado e ao Estado, todas as decisões sobre as profissões e, retirando o poder de fiscalização e a autonomia relativa dos profissionais regidos por seus conselhos. Além de desproteger a sociedade, que ficaria à mercê de maus profissionais, desamparava os profissionais frente à defesa de seu projeto e autonomia profissional diante dos empregadores.

Nessa defesa, o caráter “liquidacionista” do referido movimento é estendido para além do Projeto ético-político, ameaçando as conquistas das pioneiras do Serviço Social, que constituíram a regulamentação da profissão.

Cientes de que parte significativa das publicações da página corresponde à divulgação direta de “conteúdos teóricos” em textos, citações e resenhas (conforme Tabela 1), foi realizado um levantamento das principais referências pelos autores citados, que permitiram produzir a Tabela 2.

Tabela 6 – Classificação das publicações da página de Facebook do “Serviço Social Libertário” na categoria “conteúdos teóricos” por teórico de referência. Brasil, 2016 a 2020

Teórico de Referência	Postagens (n)	Percentual (%)
Ludwig Von Mises	9	32,14
Frederic Bastiat	4	14,29
Ayn Rand	2	7,14
Irineu Evangelista (Visconde de Mauá)	2	7,14
Milton Friedman	2	7,14
Mary Richmond	2	7,14
Bel Pese	1	3,57
Carl Menger	1	3,57
Friederic Engels	1	3,57
John Locke	1	3,57
William L. Anderson	1	3,57
Frederick Von Hayek	1	3,57
Malcon Payne	1	3,57
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100</b>

Fonte: facebook.com/servicosociallibertario .Elaboração própria, 2022.

Além dos autores citados acima, há uma série de publicações nomeadas pela página como “História ignorada do Serviço Social”, em que são apresentadas personalidades da política, das ciências sociais e do Serviço Social no mundo. Essa série, reproduz conteúdo de um site que reúne tais textos, criado inicialmente na Holanda e traduzido para o inglês. Trata-se da página <https://www.historyofsocialwork.org>.

A observação da Tabela 2 permite identificar a grande influência das perspectivas vinculadas à escola austríaca de economia. O principal autor publicado é Ludwig Von Mises, uma das principais influências do neoliberalismo.

Comparecem também Carl Menger [1840-1921], considerado o pai da escola austríaca de economia; Willian L. Anderson, professor do Instituto Mises e da Universidade de *Frostburg*; John Locke; Milton Friedmam; Hayek e Frederic Bastiat. Além da roteirista e anticomunista exilada da União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), Ayn Rand, e Irineu Evangelista (Visconde de Mauá), industrial considerado como referência do liberalismo no Brasil. Há também a disponibilização do livro “Diagnóstico Social” de Mary Richmonnd e do livro de Malcon Payne: “A moderna teoria do trabalho social”.

Ao longo das publicações do grupo, há muitas delas dedicadas à crítica direta a movimentos sociais: ao movimento estudantil secundarista, que ocupava escolas, ao posicionamento antifascista do movimento estudantil de Serviço Social, ao

movimento feminista em geral, ao movimento “#elenão”, ao movimento sindical e às mobilizações pelo “Fora Temer”.

A posição expressa pelo SSL não apenas é avessa ao marxismo, como é avessa à mobilização social em defesa de direitos; relativiza a cultura do estupro; criminaliza mobilizações estudantis; e alinha-se contra toda mobilização que ameace os grupos dirigentes.

Além dessas críticas diretas aos movimentos e mobilizações, a página oferece uma gama de defesas de posições conjunturais, sendo a mais repetida, a defesa da Emenda Constitucional 95 (EC-95), na época em que era a proposta de Emenda Constitucional 241 (PEC 241), que congela os investimentos públicos por 20 anos e configura o “ajuste fiscal permanente” brasileiro (Behring, 2021).

Aparece também uma publicação em defesa da Reforma da Previdência, realizada no início do governo Bolsonaro. Outras posições defendidas são: a defesa da primeira-dama, Marcela Temer, contra a acusação de “Primeiro-Damismo” e de sua posição “bela, recatada e do lar”; uma crítica à Lei Rouanet, acusando-a de aparelhamento comunista na cultura; uma defesa da “reforma” da Previdência proposta no governo Temer e uma defesa liberal dos direitos humanos. Como é possível perceber, as posições são diametralmente opostas às posições mais progressistas e apontam para a redução de direitos e manutenção de desigualdades.

Parte expressiva das publicações do SSL na rede social são republicações de outros instrumentos de comunicação, como notícias e editoriais.

Apesar de não expressar a totalidade das publicações, a origem das publicações compartilhadas de outros mecanismos de comunicação explicita as relações existentes deste movimento com diversos aparelhos privados de hegemonia (APH) de direita, surgidos nos últimos anos, além de instrumentos de mídia a eles vinculados. Vejamos as fontes de republicações na página SSL no período de 2016 a 2020:

- ILISP- Instituto Liberal de São Paulo
- Instituto Von Misses Brasil
- Spotniks.com
- Instituto Mercado Popular
- Psicanálise Sem doutrinação
- Caneta Desesquerdizadora
- facebook.com/liberaldehumanas
- facebook.com/GERAÇÃO DE VALOR
- Jornal Livre

- Revista Exame
- Ideias radicais
- Hystoryofsocialwork

Os sites mais republicados, além do site holandês, referente à história do Serviço Social, são os sites do Instituto Liberal de São Paulo (ILISP) e do Instituto Von Misses Brasil. O ILISP, em seu site, apresenta-se como “um *think-tank* liberal criado no dia 1º de junho de 2014, na cidade de São Paulo, Brasil. Nossa meta é apenas uma: tornar o Brasil um país onde as pessoas tenham plenos direitos à vida, liberdade e propriedade.” (ILISP, 2020).

O Instituto Von Misses Brasil, lançado em 2012 atua ativamente nas redes sociais, aglutinando seguidores em todo Brasil. Casimiro (2018), após intensa pesquisa nestes APH’s doutrinários, oferece uma descrição do Instituto Von Misses Brasil, que pode ser bem elucidativa para compreender as visões de mundo divulgadas pelo SSL:

O Instituto Von Misses Brasil, por sua vez, pode ser caracterizado como um aparelho privado de hegemonia de cepa fundamentalista de mercado e conservadorismo cultural. Estabelece concepções conservadoras e moralistas, tentando legitimar a ideologia mais elitista, mesquinha e preconceituosa de caráter profascista, sob o signo de ciência, buscando uma “aparência de crítica social”. (CASIMIRO, 2018, p. 11).

A revista *Exame* também comparece e, como nos informa Casimiro (2016), ela é uma das participantes do Instituto Millenium (IMIL), criado em 2005, reunindo grandes conglomerados de comunicação em um APH, formalmente reconhecido como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e importante espaço de produção de consenso à direita, durante os governos do PT.

Além disso, a página republica propagandas, *memes* e notícias de páginas de *Facebook* como “Liberaldehumanas” e “geração de valor”, que realizam críticas tanto ao marxismo, quanto à esquerda partidária e movimentos sociais críticos. Importante ressaltar que uma das publicações na página do SSL é uma nota de autoria do próprio movimento em defesa da professora Sonia Martins Seixas, que estaria sofrendo perseguição por apoiar a candidatura de Bolsonaro à Presidência da República, por parte da Presidente da Federação Nacional de Assistentes Sociais (FENAS). Essa federação congrega os sindicatos reabertos por um grupamento minoritário na profissão, que é alinhado com os agrupamentos majoritários na esquerda democrático-popular, em sua versão abrandada nos anos de 1990.



Assim, o SSL, além de servir como plataforma de divulgação de conteúdos estranhos ao corpo profissional, tenta inserção nas polêmicas do campo profissional. Destaca-se as “críticas à direção social da profissão” e as “publicações referentes às “23 teses” para reformar o Serviço Social”, do professor Edson Marques Oliveira, que representam parte significativa das publicações da página no período analisado.

As críticas, que vão desde o debate teórico-metodológico até a relação entre profissionais e vanguardas, possuem um caráter reativo, misturando a hegemonia real do campo da esquerda no Serviço Social com a ficção do “Marxismo Cultural”, propalada pelos *think-tanks* ultraliberais e herdeira de leituras como as de Roger Scruton e seu seguidor, Olavo de Carvalho.

A existência de textos de assistentes sociais, docentes ou não, é muito diminuta, exceto pelo professor doutor Edson Marques Oliveira. A referida página destina cerca de 20% de suas publicações à divulgação do documento “23 teses para reformar o Serviço Social”, em conjunto ou em separado; realiza campanha de financiamento coletivo para a publicação das 23 teses; divulga até um vídeo de uma docente colombiana que apoia as “23 teses”, tecendo críticas ao marxismo e ao Serviço Social brasileiro.

### **5.5 A defesa do Serviço Social clínico e o “liquidacionismo” no Serviço Social**

Um setor que vem se configurando como parte do “liquidacionismo” no projeto profissional se articula em torno da Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC). A referida associação mantém uma página no *Facebook*, de modo similar ao “Serviço Social Libertário”, e organizou alguns debates no formato “live” e “webinários”. Vem também se articulando com organizações internacionais do Serviço Social Clínico e intervém na disputa por projetos profissionais no Serviço Social.

A SOBSSC configura-se juridicamente como uma entidade privada, de acordo com dados da receita federal, sob a presidência de Edson Marques Oliveira, autor das “23 teses para reforma do Serviço Social” e do livro “Serviço Social para Corajosos”, ambos textos centrais na propaganda “liquidacionista” do PEP, identificada com o que temos denominado “conservadorismo atual”, ou “conservadorismo escancarado” na profissão.

Na descrição da página da SOBSSC na rede social *Facebook* constam como seus objetivos: “estímulo da pesquisa e aprofundamento do conhecimento científico e

profissional para atualização, defesa e desenvolvimento do Serviço Social Clínico, como uma especialização do Serviço Social no Brasil.” (SOBSSC, 2020, n.p.).

Nosso trabalho não pretende realizar o reexame de tais práticas ou rediscutir a pertinência da sua realização, nosso objetivo, coerentemente com nosso tema de pesquisa, é compreender a ação doutrinária da entidade privada, Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico (SOBSSC), na divulgação de tendências regressivas no interior do debate sobre projetos profissionais em Serviço Social, articulado com os projetos societários em disputa no Brasil atual, de cariz ultraneoliberal e neofascista.

Nessa direção, o exame do debate sobre o Serviço Social Clínico desde o início dos anos 2000 é pertinente, pois ilumina as múltiplas diferenças da propaganda da SOBSSC e seu grau de articulação com o ultraneoliberalismo e neofascismo, daquelas discussões realizadas anteriormente.

A publicação da resolução CFESS 569/2010 que veda “a realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social” foi o coroamento de uma discussão realizada pela categoria. Segundo o CFESS (CFESS, 2010), o debate acerca da temática das práticas terapêuticas no Serviço Social era realizado desde 1996 “seja no âmbito do conjunto CFESS/CRESS, seja em seminários públicos e abertos”. Percebe-se, portanto, que a resolução de 2010 foi produto de mais de uma década de debates na categoria profissional.

Na ocasião da publicação da resolução 569/2010 foi também publicizado um documento, intitulado: “Serviço Social e Reflexões Críticas sobre Práticas Terapêuticas”. O documento em questão faz um resgate do debate até aquele momento e faz referência às discussões realizadas pela categoria e a publicação elaborada pelo CFESS em conjunto com os CRESS: “Práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social: subsídios para aprofundamento do estudo”. Essa publicação embasou a deliberação do conselho, e é um importante registro das experiências e da fundamentação teórica das práticas que reivindicavam o Serviço Social Clínico naquele período.

A primeira deliberação sobre o tema no âmbito do Conjunto CFESS CRESS data de 2002, no Encontro Nacional do conjunto, quando foi aprovada a seguinte deliberação:

Avançar a discussão no conjunto CFESS/CRESS, juntamente com a ABEPSS e ENESSO, sobre a temática do Serviço Social Clínico, tendo em

vista a responsabilidade das entidades com a defesa do Projeto ético-político, ampliando a discussão com os profissionais. (CFESS, 2010, p. 2).

Os debates realizados pelo CRESS 7ª Região/RJ, publicados na revista “Em foco” (2004), foram parte desse processo de discussão e reflexão. No documento do CFESS, é possível inferir que ano após ano, de 2002 a 2010, o tema foi debatido entre os representantes de conselhos e assistentes sociais eleitos para representar a base da categoria nos Encontros Nacionais CFESS/CRESS; informa também, a existência de ampla defesa do contraditório no que diz respeito ao tema.

O registro histórico demonstra que o processo de discussão foi longo, democrático e intenso, fazendo com que a resolução ora publicada resulte de reflexões acumuladas e realizadas pela categoria, no âmbito do exercício e da formação profissional. Em diversas ocasiões, as posições diferentes, e muitas vezes divergentes, foram discutidas respeitosamente, embora nem sempre o consenso tenha sido obtido, diante das polêmicas que envolvem a questão. (CFESS, 2010, p. 4).

O CFESS (2010) pontuava sobre os argumentos em torno de serem as práticas terapêuticas, tradicionais na profissão:

Assim, em nosso entendimento, não procedem os argumentos que defendem práticas terapêuticas como “técnicas ou instrumentos” que sempre fizeram parte da história da profissão e, por isso, devem ser reconhecidas como competências profissionais. É certo que ações de teor psicologizante marcaram os primórdios da profissão. Mas é certo, igualmente, que nos afastamos substancialmente dessa vertente, e que a realização de terapias não integra nem a fundamentação teórica contemporânea da profissão e nem suas diretrizes legais. (CFESS, 2010, p. 5).

Tal argumentação segue recorrente, por exemplo, na atuação da SOBSSC, que ignora os rumos tomados pelo projeto profissional do Serviço Social. Também homogeneizam uma interpretação sobre o exercício profissional de assistentes sociais no período que antecede 1960. Sabemos que havia ainda no Brasil, uma dupla influência no Serviço Social, norte-americano e europeu, com destaque para a vertente europeia baseada na doutrina social da Igreja Católica, que mesmo pautando ações individualizadas, diferiam do tom psicologizante assumido pelo Serviço Social norte-americano, principalmente após 1960.

Sobre o pluralismo, o documento (CFESS, 2010) ressalta que esse não pode ser uma justificativa para fugir às normas legais e regulamentações da formação e do exercício profissional em Serviço Social.

O pluralismo não pode significar, e não significa, em nenhuma profissão no mundo, que os/as profissionais tenham autonomia absoluta para desenvolver suas atividades profissionais sem considerar os fundamentos teóricos e ético-políticos e as normas coletivamente construídos e que regem uma profissão. (CFESS, 2010, p. 5-6).

Ao orientar o exercício profissional e defender a profissão, como prevista em suas normas legais e expresso no acúmulo de discussões entre os profissionais, os conselhos realizam sua função precípua. Entretanto, uma acusação recorrente seria de que fere a liberdade de expressão.

Todavia, o reconhecimento dessas diferenças não elide a necessidade de assegurar um norte comum às ações, que atribui unidade à categoria, expresso na consolidação do nosso Projeto ético-político profissional. É dentro de tais balizas que se pode pensar o pluralismo no âmbito da profissão. Não o pluralismo liberal fundado no arbítrio individual, na livre competição, no jogo das forças de mercado, onde todos, supostamente, teriam as mesmas oportunidades. Mas um pluralismo que se move no interior de parâmetros basilares, estabelecidos pelos princípios norteadores do Código de Ética profissional. (IAMAMOTO, 2009, p. 18).

O debate sobre pluralismo norteia boa parte das polêmicas sobre o projeto profissional de Serviço Social. Se na década de 1970 foi o pluralismo que permitiu o questionamento das bases conservadoras, hoje, evocando uma outra perspectiva de pluralismo, que esvazia a possibilidade decisória dos organismos da profissão e flerta com o “liquidacionismo”, ele se impõe como bandeira dos opositores do PEP.

Não há nenhum registro dos conselhos sancionando opiniões ou divergências, no entanto, há um importante papel de orientação e fiscalização, que além de defender o profissional, protege o direito dos usuários a um atendimento qualificado. O argumento sobre a realização de pós-graduações em áreas afins com a realização de terapias é respondido pelo CFESS no documento de 2010 da seguinte forma:

Desse modo, a obtenção de qualificações em nível de pós-graduação, em qualquer que seja a área, não pode significar a desconsideração das competências e atribuições de sua formação de base, que atribuem a esse profissional o direito de atuar, prestar serviços e, inclusive, ser acionado para o cumprimento de seus direitos, deveres e compromissos éticos. Quando o/a profissional fere os princípios estabelecidos no Código de Ética de sua profissão se abre a possibilidade de instituição de denúncias éticas. (CFESS, 2010, p. 7).

Interessante observar que a atual defesa pela SOBSSC, propõe alterar a “formação de base” das/os Assistentes Sociais para incorporar o SSC. Comumente, é associado à vedação do SSC, uma proibição das atividades terapêuticas pelas/os

assistentes sociais que acumulem formação para tal. No documento de 2010, o CFESS esclarece que a vedação diz respeito apenas à realização dessas ações como parte do exercício profissional do Assistente Social. Além disso, a resolução, diferente do que pontuam os defensores do SSC, não realiza um julgamento das terapias.

Outro aspecto que merece atenção especial é que a Resolução não pressupõe nenhum tipo de avaliação teórica e política sobre a direção social das terapias. Este universo é permeado por diferentes escolas/autores/posições teóricas, o que desautoriza análises simplificadoras de considerá-las genéricas e necessariamente como práticas conservadoras. Ao vedar sua realização no exercício profissional do assistente social, a Resolução evidencia tão somente que a realização das terapias requer conhecimento especializado e que este, por não se constituir matéria do Serviço Social, não integra sua formação básica. A realização de terapias, portanto, não pode ser considerada competência e atribuições profissionais do(a) assistente social. (CFESS, 2010, p. 8).

Há também, no documento do CFESS, uma importante objeção quanto às leituras reducionistas em relação ao Projeto ético-político. Ressalta que a concepção de totalidade, que respalda o projeto, não admite a cisão e hipervalorização da objetividade ou subjetividade, mas uma compreensão das relações recíprocas e contraditórias entre elas.

O entendimento do indivíduo simultaneamente como ser genérico e singular nos remete a considerar tanto as determinações societárias que possibilitam identificar a existência de um profundo processo de desigualdade social, como também valorizar, dentre muitas outras, as dimensões de gênero, raça/etnia, orientação sexual e geração. Historicizados em seu tempo histórico e em suas condições de vida e de trabalho, os usuários com os quais trabalhamos são pessoas concretas, com sonhos, desejos, frustrações e buscas incessantes para assegurar possibilidade de continuação da vida em tempos de barbárie produzida pelo sistema do capital. (CFESS, 2010, p. 11).

E reafirma:

Ao atuar nas diferentes expressões da “questão social”, o/a assistente social, sintonizado com o Projeto ético-político profissional, não deve abstrair os indivíduos da complexidade das relações sociais em que estão inseridos, em suas dimensões objetivas e subjetivas. Também não pode atuar sobre matéria que não diz respeito às particularidades da profissão. A atuação com realização de terapias é atribuição de um profissional especializado para tal fim e exige um modo de intervenção na subjetividade preñe de consequências práticas na vida dos indivíduos. (CFESS 2010, p. 12).

Parte dos debates em torno do Serviço Social Clínico no Brasil foi registrado na revista “Em foco” número 6, do CRESS 7ª Região, do Rio de Janeiro. Tal publicação, ao transcrever os debates acerca do tema em dois eventos com essa temática,

fornece um significativo registro dos debates realizados pela categoria, organizados pelo CRESS em parceria com a Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, até a definição pela negativa das práticas terapêuticas em Serviço Social.

A análise do Serviço Social como “trabalho concreto e abstrato”, proposta por Iamamoto (2011, p. 219), alerta para importância de “passar da análise da profissão ao seu processamento no âmbito dos processos e relações de trabalho particulares”. Entretanto, a autora salienta a importância de não circunscrever a profissão às requisições do mercado de trabalho, sob risco de “sujeitar o assistente social ao trabalho alienado” (IAMAMOTO 2011, p. 219). Esse é o projeto do SSL e de certo modo da SOBSSC, com a diferença desta última requisitar uma atuação mais assemelhada à atuação de profissionais liberais, que seria uma marca da terapia e da clínica, a que se filiam.

A SOBSSC costuma tratar o trabalho profissional sob o âmbito do “valor de uso” da força de trabalho, como se esse fosse equiparado ao “valor de troca” do trabalho profissional. Sendo assim, o PEP, ao negar práticas que não participam do escopo de atividades profissionais do Serviço Social, estaria impedindo os/as assistentes sociais de responder às demandas do mercado e reduzindo as possibilidades de valorização da profissão.

A assistente social Sônia Seixas, frequentemente citada nas publicações do SSL, alvo de uma polêmica sobre seu apoio a Bolsonaro, e considerada uma figura proeminente no debate do SSC, apresentou em 2008, na preparação do conjunto CFESS/CRESS para deliberar sobre um determinado tema, uma contribuição divergente como é registrado na revista “Em foco”: “Além do retorno obtido de sete regionais, o CFESS recebeu contribuição da assistente social Sônia Seixas” (CRESS RJ, 2005, p. 6).

Apesar de não ser correto equiparar a ação profissional terapêutica com ação conservadora, há na profissão uma profunda articulação entre Serviço Social Clínico e neoconservadorismo profissional no momento de seu surgimento. Uma relação complexa e preñe de contradições, mas que não pode ser ignorada, inclusive para compreender como volta à tona um debate aparentemente vencido no interior da profissão.

Nossa hipótese é que a referida discussão sobre o Serviço Social Clínico assume outras características, principalmente pela mudança dos projetos

conservadores na sociedade e sua consubstanciação na disputa em torno de projetos profissionais:

Os profissionais que adquirem formação nas várias modalidades de terapias estão exercendo outra profissão, se pensamos nessa direção. Mas a questão se torna ainda mais complexa quando se observa que este debate emerge numa conjuntura específica, de redimensionamento do mundo do trabalho, com fortes impactos no exercício profissional, ao passo que também se colocam no cenário expressões neoconservadoras de retorno ao passado profissional. O fundamental é que o debate foi lançado, enfrentado, e seu resultado foi um convite à continuidade. (BEHRING, 2009, p. 13).

No trecho acima, a autora afirma o cenário de expressões neoconservadoras, do tipo que temos identificado aqui como “conservadorismo envergonhado”. A hegemonia do “conservadorismo escancarado” nos dias de hoje muda significativamente o conteúdo do debate. A forma como se apresenta também é significativamente modificada, ao assumir características de contrapúblico digital e centrar sua ação na perspectiva doutrinária.

A clínica pode ser política ou despoliticada (que esconde seu caráter político) e a política pode ser “clinizada”, clientelizada, reduzida a manter o “bom” funcionamento individual ou social, e ambas podem ser autoritárias ou democráticas. Podemos, pois, aventar as hipóteses de um Serviço Social Clínico politizado e democrático e de um Serviço Social “sociológico-político” autoritário e mesmo despoliticado. (FALEIROS, 2009, p. 20).

Em uma posição polêmica sobre o tema Serviço Social Clínico, Faleiros (2009) apresenta uma objeção a uma leitura reducionista, que identifique a clínica necessariamente ao conservadorismo. Apesar de discordarmos de suas conclusões, tal objeção é central na compreensão dos que hoje se organizam na SOBSSC. Mais que a utilização de um instrumental e técnicas, para os quais não somos qualificados, realizam essa defesa articulados a determinados projetos societários e profissionais. Faleiros (2009) chama a atenção para o fato da clínica em si não ser neutra e de que está vinculada à política, pensada para além do espectro da política partidária.

Sabendo que não existe consenso sobre esta conclusão, penso agora que na prática do Serviço Social seja possível o exercício da terapia e da clínica não só em articulação com a política, mas como uma política de fortalecimento do usuário no exercício de seus direitos, uma alternativa de orientação social, como prevê a Lei de Regulamentação da Profissão. (FALEIROS, 2009, p. 22).

Desse modo, a discussão sobre a clínica não está, no autor, vinculada a uma despolitização da profissão e muito menos é vista como instrumental a ser apropriado simplesmente.

Apesar de defender uma posição favorável à realização de práticas terapêuticas em Serviço Social, percebe-se que esse uso está mediado por uma identidade com os valores expressos no Projeto ético-político, do qual foi um sujeito fundador, apesar dos deslocamentos recentes. Desse modo, a crítica mais contundente ao posicionamento expresso poderia identificá-lo como influenciado, em determinados aspectos, pelo neoconservadorismo pós-moderno. Tal posição é elucidada pela utilização de categorias do léxico “pós-moderno”, como empoderamento, mesmo que sob um viés crítico.

A discussão sobre tais práticas não é simples e não deve ser realizada de modo maniqueísta e, por esse motivo, o conjunto da categoria dedicou-se nas últimas décadas à realização desse debate e deliberou coletivamente, nas instâncias representativas, sobre o tema. É notória a diferença de Faleiros (2009) da propaganda da SOBSSC, articulada com uma perspectiva conservadora da clínica e um projeto “liquidacionista” em relação ao PEP, posição que aqui definimos como “conservadorismo escancarado”.

Apesar do posicionamento crítico, o professor Faleiros concorda com critérios de avaliação da profissão que se esgotam nos indivíduos, “sujeitos usuários”, atendidos. Isso é um risco; essa compreensão endógena da profissão, que se pauta por resultados que são impossíveis, a depender do nível de exigência com que se analise.

Creio que há critérios para se avaliar a profissão: as orientações vêm contribuindo para que o sujeito usuário seja mais autônomo, crítico, empoderado em melhores condições sociais, escolhidas por ele? (FALEIROS, 2009, p. 24).

Rodrigues (2009), por ocasião do mesmo debate sobre a pertinência do Serviço Social Clínico, destaca que as atribuições requeridas ao profissional de Serviço Social, a partir da divisão sociotécnica do trabalho, não envolvem a clínica. E que nesse sentido, aquelas práticas estão fora do escopo das atividades profissionais do Serviço Social e negam as atribuições profissionais existentes:

O assistente social que exerce funções terapêuticas não está atendendo às demandas postas à profissão, não está exercitando a profissão de um outro



modo: o que ele faz é algo bastante distinto do que é o Serviço Social. E aqui não está em jogo qualquer demérito à atividade clínica ou terapêutica, mas a clareza de que ao Serviço Social não são creditadas atribuições de cunho “psi”. (RODRIGUES, 2009, p. 26).

Rodrigues (2009), em posição similar à que temos apontado neste trabalho, apontava que a defesa do Serviço Social Clínico, naquele momento do debate (2002), não era vinculada a um questionamento do PEP, no entanto, sinalizava para uma direção que não avançava para a crítica do conservadorismo.

Penso novamente que minha afirmação será polêmica. Apesar do Serviço Social Clínico hoje se colocar num marco que não é o da adaptação e da integração, ele restaura muito dos elementos conservadores que estão na origem e no passado recente dessa profissão. (RODRIGUES, 2009, p. 26).

Ao analisarmos contemporaneamente a ação da SOBSSC e as suas articulações para retomar o debate sobre o Serviço Social Clínico, é visível que este debate assumiu novos rumos, profundamente vinculados ao questionamento do projeto profissional hegemônico no Serviço Social.

A página da SOBSSC na rede social *Facebook* conta atualmente com mais de 1000 seguidores e uma análise de seus conteúdos pode elucidar o *modus operandi* de como esse segmento têm constituído a crítica ao Projeto ético-político, através da defesa das práticas terapêuticas como parte do exercício profissional do Assistente Social. Na Tabela 3, sistematizamos como estão organizadas as postagens da SOBSSC em sua página no *Facebook*.

Tabela 7 – Categorização das postagens da “Sociedade Brasileira de Serviço Social Clínico” em sua página de Facebook. Brasil, 2018 a 2022

<b>Categorias de Análise</b>	<b>Quantidade identificada (n)</b>	<b>Percentual (%)</b>
Relativo à “lives”, cursos e seminários	40	49,38
Agradecimentos, Felicitações e Logomarcas	10	12,35
Relativo ao ENBRASSC <sup>19</sup>	9	11,11
Relativo às Instituições internacionais de TSC	6	7,41
05 Mitos sobre o Serviço Social Clínico	5	6,17
Referente à Carta de Toledo	5	6,17
Abaixo-assinado contra a 569/2010	2	2,47
Divulgação de conteúdo teórico	2	2,47
Convite para a defesa de TCC	1	1,23

<sup>19</sup> Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico

Nota sobre invalidação da resolução CFESS 550/2009-depoimento sem danos	1	1,23
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>100</b>

Fonte: facebook.com/ssclinico. Elaboração própria, 2022.

Como é possível apreender da tabela acima, quase metade das postagens na página da SOBSSC são destinadas à divulgação, transmissão e registros de “lives”, seminários, cursos e palestras. Importante registrar que a totalidade desses eventos ocorreu de forma remota devido à conjuntura de pandemia do Coronavírus em 2020, quando a página é criada.

No entanto, essa característica não pode ser dissociada do papel importante que as organizações de contrapúblicos digitais têm desempenhado no “liquidacionismo” do Projeto ético-político. Além disso, o debate do Serviço Social Clínico no Brasil, no início dos anos 2000, já era potencializado pela internet.

Comparece, nas publicações da página, um constante apelo por um alinhamento do projeto profissional do Serviço Social no Brasil com experiências internacionais. Exemplo desse tipo de apelo está na denúncia, em 16 de março de 2021, do Conjunto CFESS/CRESS, por não incorporar a divulgação da campanha do dia mundial do Assistente Social da Federação Internacional de Trabajo Social (FITS).

[...], no entanto, vemos pouca ou quase nenhuma divulgação, e nem o aprofundamento da agenda global da FITS, talvez seja porque a temática não atenda ao “senso comum” do Serviço Social brasileiro, pois não é progressista e nem alimenta a ideologia-política-partidária-identitária-corporativista que impera em nosso país. (SOBSSC, 2021, n.p.).

Na página da SOBSSC são expostas algumas articulações internacionais dessa entidade com o setor que se organiza em Institutos de Serviço Social Clínico; o mais frequente é o Instituto Chileno de Trabajo Social Clínico (ICTSC), mas também é mencionado o Instituto Espanhol de Trabajo Social Clínico. Emblemático dessas articulações é a participação do presidente da SOBSSC, Edson Marques Oliveira, no comitê editorial da revista do Instituto Chileno de Trabajo Social Clínico (ICTSC), divulgada pela página em 30 de janeiro de 2021.

Como parte dessas articulações internacionais, Edson Marques participa, representando a SOBSSC, do webinar internacional de Serviço Social Clínico em 16 de dezembro de 2020. Sua fala se propõe a apresentar um panorama do Serviço Social Clínico no Brasil.

O referido professor explana suas influências teóricas, sua formação como *coach* e sua trajetória profissional; relata a existência da resolução CFESS 569/2010 e sua indignação com ela; denuncia que assistentes sociais foram ameaçados; relata o debate sobre Serviço Social Clínico registrado na “Em foco”; cita uma fala de lamamoto, referindo que ela nunca trabalhou com Serviço Social Clínico, mas é a pessoa mais citada para criticar o Serviço Social Clínico.

Relata ainda que os pressupostos para rejeitar o Serviço Social Clínico no Brasil são “meramente político-ideológicos”. Além do combate ao político, percebe-se uma ausência das reais razões que respaldaram a vedação de vincular o título de Assistente Social à realização de práticas terapêuticas. Relacionada às competências profissionais das/os assistentes sociais que não correspondem à realização de tais práticas.

Segundo Oliveira (2020), o Serviço Social Clínico seria visto como “um retorno às coisas antigas do Serviço Social” e corresponderia às “práticas desprezadas pelo Serviço Social”. Não é completamente incorreta sua leitura, pois de fato, a análise hegemônica na profissão compreende essas práticas como elementos estranhos ao projeto de profissão que rompeu com o conservadorismo no Brasil. Contudo, Oliveira traduz essa compreensão com a propaganda de que o Serviço Social Clínico seria vedado porque “não atenderia à perspectiva revolucionária”.

Cita os debates realizados sobre o tema no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e pontua que “mesmo perspectivas críticas do Serviço Social Clínico são taxadas como “neoconservadoras””. Nesta fala provavelmente refere-se ao pensamento de Faleiros, o que considera uma perspectiva crítica do Serviço Social Clínico. Já pontuamos que, de fato, a posição de Faleiros termina por corresponder a perspectivas neoconservadoras neste tema.

Como último exemplo, Oliveira fala da condição “censurada” da proposta do Serviço Social Clínico, descrevendo o processo que protagonizou na UNIOESTE/Paraná, quando a sua unidade foi contra a criação de curso de especialização de Serviço Social Clínico e atuou para inviabilizar sua realização. O professor aponta que os pareceres apresentados pela unidade de formação acadêmica, pelo CFESS e pela ABEPSS apontavam para a incoerência de tal proposta, com as previsões legais e normativas da profissão de Serviço Social no Brasil. De fato, apontavam para esta incompatibilidade da proposta com as normas que regulam a profissão, o que não é nenhuma novidade (OLIVEIRA, 2020).

Sobre os debates realizados no Brasil, o autor reconhece que existiram, mas pontua que esses não teriam considerado a história da profissão e o debate recente no cenário internacional. Segundo ele, os especialistas não eram ouvidos. Todos os espaços estariam “dominados pela lógica marxista” que operaria para proibir o Serviço Social Clínico. (OLIVEIRA, 2020).

Sendo assim, haveria uma “intimidação pela hegemonia”, que tentaria impedir o debate. A SOBSSC teria nascido da resistência a essa hegemonia. Cita a derrubada da resolução dos “depoimentos sem danos” pelo STF e aponta esperar a ocorrência do mesmo com a resolução 569/2010. Há uma expectativa importante na SOBSSC, de que por via judicial, a posição da categoria das/os assistentes sociais, após mais de uma década de debate, seja considerada ilegal.

Como vimos na Tabela 3, parte significativa das publicações da página da SOBSSC são referentes à organização de debates virtuais, transmissões ao vivo (“lives”), seminários e palestras. Esses eventos podem ilustrar os objetivos da SOBESSC e sua articulação com o debate “liquidacionista”.

Uma dessas atividades foi realizada no dia 26 de julho de 2021 com o tema “Alternativas de mudanças e gestão na carreira profissional do assistente social”. Participam, além do professor Edson Marques Oliveira, as assistentes sociais Andrea Alessandra, Marileia Oliveira e Marli Nunes. A descrição da atividade no canal da SOBSSC no *Youtube* é bem elucidativa das relações com o “liquidacionismo” do Projeto ético-político, que motiva nossa pesquisa. “Comunidade de Aprendizado Serviço Social Disruptivo: Desemprego, Desvalorização, Falta de Perspectiva, **Muita Ideologia, Pouca Instrumentalidade**, Espaços Ocupacionais Restritos, Como Enfrentar Essas e Outras Questões” (SOBESSC 2021, n.p. grifos nossos).

A discussão acerca da dimensão técnico-operativa e de “pouca instrumentalidade”, leia-se pouca utilidade instrumental do arsenal heurístico do Serviço Social, é o fio condutor dessas discussões. A assistente social Marileia Oliveira relata que buscou em um curso de pós-graduação de terapia de família, os conteúdos que não obteve na graduação em Serviço Social. Relata que outros “instrumentos” para atuação profissional foram encontrados nas técnicas de *Coach* e Programação Neurolinguística.

Edson Marques pontua a necessidade de que as especializações ampliem os conteúdos específicos, já que a nossa formação é generalista, retomando uma discussão que estava presente, como vimos, desde o início do debate sobre práticas

terapêuticas em Serviço Social. Marli Nunes constrói sua fala a partir da busca de “ferramentas” para o exercício profissional, e relata que a formação ajuda muito a compreender a realidade, mas quando necessitou de ferramentas buscou a complementação de sua formação. A primeira ferramenta encontrou em uma formação para “dinâmicas de grupo”. Depois disso, as mudanças de inserção profissional levaram-na a buscar outros conhecimentos.

A prática vai levando a gente. A implementação da nossa própria formação e a gente tem que reelaborar conhecimentos. E a base que a gente recebe é fundamental para que a gente consiga fazer o olhar: que ferramenta é essa que a gente vai trabalhar. (NUNES, 2021, n.p.).

Outro elemento da fala de Marli Nunes é o destaque da relevância do pensamento de Bert Hellinger, para compreensão de família. Naturaliza que na Assistência Social e quem trabalha com famílias conhece essa contribuição. Sendo assim, aparentemente, um desses instrumentais para trabalhar com famílias está em Hellinger. O referido autor é o inventor das metodologias de “constelação familiar sistêmica”, cuja metodologia é atualmente reconhecida como prática integrativa no Sistema Único de Saúde, contudo suscita uma série de debates.

Seu criador, um ex-padre alemão, baseou-se em noções questionáveis como telepatia, “interconexão genética entre membros da família” (BAIMA 2022, n.p.). Baima (2022), em texto sobre audiência pública realizada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal sobre essa modalidade terapêutica, transcreve parte dos debates realizados. Destaca-se trecho da fala do psicólogo Daniel Gontijo, “um dos fundadores da Associação Brasileira de Psicologia baseada em evidências”.

Os métodos e influências teóricas da Constelação Familiar são pouco confiáveis do ponto de vista científico”, prosseguiu. Exemplificando com a perspectiva do Bert Hellinger, ele parte de bases teóricas que já são cientificamente problemáticas, como a programação neurolinguística (PNL), análise transacional e a terapia primal. São disciplinas que não têm credibilidade científica, evidências robustas de que funcionam. Além disso, usava suas intuições em *insights* para poder elaborar ou especular como as coisas funcionam, o que não é um método confiável na ciência. Alega ter feito muitas descobertas, mas em seus livros não descreve como chegou a elas, ou quando menciona, não faz referência a nenhum estudo científico baseado em evidências. (GONTIJO apud BAIMA, 2022, n.p.).

Tal elemento de pseudociência é marcadamente crescente no período de ofensiva neoliberal. Dardot e Lavall (2016) demonstram como a Programação

Neurolingüística (PNL) e técnicas de *coaching* fazem parte do arcabouço da “governamentalidade neoliberal”, impondo regulações comportamentais neste modo de ver e se relacionar no neoliberalismo, que se apresenta como “nova razão do mundo”. Nesse sentido, percebe-se uma significativa diferença, comparadas às práticas terapêuticas identificadas pelo conjunto CFESS/CRESS na elaboração do documento: “Práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social: subsídios para aprofundamento do estudo” (CFESS 2008), que embasou a deliberação de vedação do Serviço Social Clínico.

A participação da assistente social Mariléia Oliveira, segue a mesma direção da colega que a antecede, a “falta de ferramentas” para o exercício profissional. Destaca-se, na sua fala, um afinamento com as posições defendidas por Oliveira (2019), por exemplo, o questionamento à leitura das manifestações da “questão social” como objeto do Serviço Social, em detrimento do “ser humano”, uma leitura celebrada da contribuição de Mary Richmond.

Aos 57 minutos do vídeo, ressalta que a leitura hegemônica sobre o objeto do Serviço Social seria produto de uma “doutrinação” para olhar muito o “macro” da “questão social” do capitalismo”; destaca uma distância entre teoria e prática profissional. Também defende a profissão como profissão liberal e a necessidade de ampliar espaços de trabalho: “monte seu escritório, seu consultório”.

Oliveira (2021), na conclusão do debate, formula uma crítica à formação profissional das/os assistentes sociais, que segundo ele estariam sendo demitidos por falta de capacitação do ponto de vista teórico-prático. Reafirma a necessidade da (contra)reforma do Serviço Social e que escuta muitos relatos de estudantes e profissionais, que não abandonaram a área, por conhecer o “Serviço Social Libertário”, o Serviço Social Conservador e a SOBSSC.

Na Tabela 3, percebe-se também um número expressivo das publicações da SOBSSC que dizem respeito à divulgação, organização e registro do Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico (ENBRASSC). O referido encontro contou com a participação de palestrantes que atuam na modalidade do Trabajo Social Clínico, ou do Clinical Social Work, em outros países como Argentina, Chile e Canadá. Essas participações demonstram as articulações internacionais da SOBSSC para a defesa das práticas terapêuticas.

Além disso, participaram figuras de destaque na defesa do Serviço Social Clínico no Brasil, tais como: a assistente social e terapeuta, Sônia Martins Seixas; o assistente

social e psicanalista, José Manoel Rodrigues, e; o assistente social, advogado e docente na UFPA, Almyr Favacho. Este último é frequente na página da SOBSSC na discussão sobre a dimensão jurídica da disputa operada pela SOBSSC, tema de sua fala no encontro. Há uma profunda importância dessa dimensão na ação da SOBSSC, pois hoje sua principal reivindicação é o fim da resolução 569/2010, que veda a associação do título de Assistente Social com a realização de práticas terapêuticas.

A revogação pelo poder judiciário da resolução 550/2009 que vedava a prática do “depoimento sem danos” pelas/os assistentes sociais mobiliza expectativas importantes em torno desta possibilidade com o Serviço Social Clínico. O Encontro, além disso, possui uma grande relevância na organização da SOBSSC, e sua carta final, “A Carta de Toledo”, é um manifesto político que demonstra os caminhos que o movimento desencadeado pela SOBSSC pretende trilhar.

#### 5.5.1 A “Carta de Toledo”

O referido documento, “Carta de Toledo”, foi o produto do “1º Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico”. Tal encontro foi realizado de forma remota devido à situação sanitária da pandemia e sua carta constitui uma espécie de manifesto da SOBSSC.

O exame da “Carta de Toledo” permite compreender essas articulações. O Serviço Social Clínico é tratado como “uma das áreas mais tradicionais e fundamentais do trabalho do assistente social no nível internacional.” (SOBSSC 2020). Se é certo que essas práticas têm um peso significativo em outros países, possuem um importante antecedente nas formas psicologizantes que marcam o Serviço Social e, particularmente, sua versão norte-americana, e não é verídico que seja uma área tradicional da profissão.

Na análise a seguir será tratado, sobretudo, como o manifesto político-profissional dos segmentos que têm articulado o debate sobre “Serviço Social Clínico”, incorporam o segmento “liquidacionista” frente ao Projeto ético-político profissional.

Reconhecemos que há uma pluralidade de posições entre os que defendem o reconhecimento de práticas terapêuticas, como exercício profissional em Serviço Social, e os que, apesar disso, compreendem tais práticas como não representativas da identidade profissional das/os assistentes sociais e não direcionadas à consolidação do PEP. No que diz respeito a esse trabalho, no entanto, preocupa-nos,

centralmente, analisar a defesa da SOBSSC como manifestação do “liquidacionismo” do Projeto ético-político.

As discussões sobre o Serviço Social Clínico têm se apresentado dessa forma no Brasil desde o início dos anos 2000 e no resto do mundo possui bases historicamente datadas no período posterior a 1980. A própria Carta faz um histórico da organização do “Serviço Social Clínico” no mundo em que relata regulamentações posteriores aos anos de 1980.

A historicização é central para compreender o contexto em que essas práticas são incorporadas ao Serviço Social e sua umbilical relação com o caldo de cultura do “neoconservadorismo pós-moderno”, mesmo que parte dos sujeitos que a defendam, no interior do Serviço Social brasileiro, sejam identificados com uma crítica conservadora da pós-modernidade. Após excursão sobre as “bem-sucedidas” experiências do SSC em outros países, a carta conclui que a “vedação” ao “Serviço Social Clínico” no Brasil seria respaldada em

[...] questões meramente políticas, ideológicas e corporativistas com o intuito de reserva de mercado -o que é absolutamente ilegal e imoral, porque nega a história, a base científica e as práticas exitosas existentes a nível mundial e nacional, ignorando a contribuição auspiciosa e autêntica do Serviço Social Clínico a partir de uma visão mais integral e integrada do fazer clínico e terapêutico frente aos desafios do século XXI. (SOBSSC, 2020, p. 3).

Apesar do tom de reivindicação, a leitura do corpo do texto da “Carta de Toledo” não demonstra claramente sua identidade com o “Conservadorismo escancarado” e o “liquidacionismo” em relação ao PEP, e faz inclusive menção ao pluralismo e à democracia, como princípios expressos no Código de Ética profissional, para respaldar sua defesa do Serviço Social Clínico.

No entanto, ao examinarmos atentamente as reivindicações da carta à luz das correlações da SOBSSC e da forma particular que tem realizado a defesa das práticas terapêuticas, suas identidades com o conservadorismo atual tornam-se mais visíveis. A primeira e mais importante reivindicação do documento, a revogação da resolução CFESS 569/2010, que veda a realização de práticas terapêuticas, vem acompanhada da narrativa de que assistentes sociais estariam “sofrendo impedimentos e situações vexatórias” (SOBESSC, 2020, p. 3) frente à resolução.

A segunda reivindicação diz respeito à inserção da temática do SSC na formação profissional, em defesa da “liberdade de acesso ao conhecimento para que



possam ser livres e realizar suas escolhas em termos de especialização” (SOBESSC, 2020, p. 4). A terceira reivindicação propõe uma comissão de

[...] profissionais de notório conhecimento da área do Serviço Social Clínico para elaborar em conjunto com respectivas organizações uma resolução legal que ampare, regularize, potencialize e contribua com o pleno e livre desenvolvimento do Serviço Social Clínico no Brasil. (SOBESSC, 2020, p. 4).

Tal reivindicação têm, como argumento subjacente, a deslegitimação de todo um debate realizado no interior da profissão, que não reconheceu as práticas terapêuticas reivindicadas como SSC, como exercício profissional. Ao exigir uma comissão composta pelos defensores do Serviço Social Clínico, dá-se, por suposto, o reconhecimento dessas práticas como área da profissão.

A quinta reivindicação também diz respeito à formação profissional, mas exige a inserção do SSC nas disciplinas introdutórias da graduação, além de especializações, capacitações continuadas e “cursos livres”. A sexta reivindicação cobra estímulo para eventos e publicações com o tema do SSC (SOBSSC, 2020).

A sétima reivindicação faz referência ao Código de Ética e reivindica que haveria princípios de “liberdade de expressão” e “pluralidade de conhecimento.”, que não seriam condizentes com a “vedação” do SSC. Faz também uma referência às diretrizes curriculares, no que tange ao debate internacional, como se o não reconhecimento do SSC fosse incompatível com a diretriz de debate curricular. (SOBSSC, 2020).

Nessas reivindicações é ainda mais aparente uma identidade com o “pluralismo sem fronteiras”, que marca o neoconservadorismo, uma vaga ideia de que tudo cabe no projeto profissional. A oitava reivindicação da carta pede publicidade “às competências, habilidades específicas do assistente social clínico”. A nona reivindicação solicita punição “a quaisquer atitudes de desrespeito, de censura e de intimidação ideológico/político/partidário/identitário/corporativista que busquem impedir a discussão, a reflexão, a atualização, intercâmbio, o diálogo, o interesse profissional pelo Serviço Social Clínico no Brasil.” (SOBSSC, 2020, p. 5).

Nessa reivindicação ficam mais aparentes os vínculos entre a defesa do SSC pela SOBSSSC e a vertente “liquidacionista” do PEP, o “conservadorismo escancarado”, conectado ao “conservadorismo atual”. A narrativa de uma pretensa perseguição e doutrinação aparece nitidamente. A junção ideológica, política,

partidária, identitária, corporativista, é muito semelhante às narrativas sobre marxismo cultural da extrema direita.

A décima reivindicação é a síntese da articulação entre SOBSSC e o “liquidacionismo” de que trata este trabalho. Nesse item, a defesa do SSC aparece conectada à “(contra)reforma do Serviço Social” nos moldes propostos nas “23 teses” de Oliveira, e pede “simetria com o desenvolvimento internacional da profissão” (SOBSSC, 2020, p. 5).

A tendência ao “liquidacionismo” do PEP aparece matizada pela denúncia de uma “desatualização” da Lei de Regulamentação, do Código de Ética, das Diretrizes Curriculares. Tal atualização seria realizada “oferecendo respostas concretas, profissionais, com base científica, ética e humanitária”.

A conclusão da carta conecta todo o debate realizado com as teses de Oliveira (2020) sobre a renovação do Serviço Social Brasileiro. Defende o resgate da “cultura profissional científica, escamoteada em um fluxo ideológico exacerbado, confundido com militância desmedida e só discursiva, sem materialidade e sem alguma efetividade para a vida real e prática [...]”. O risco que a profissão correria com o PEP seria a descaracterização da profissão (SOBSSC, 2020, p. 6).

## 5.6 Serviço Social conservador

A página, na rede social *Facebook*, intitulada “Serviço Social Conservador” foi criada em 10 de novembro de 2018 e em 01 de agosto de 2019 contava com 681 seguidores. Sua forma de atuação assemelha-se em vários aspectos à página do “Serviço Social Libertário”, reproduzindo a “poética performática” típica dos “contrapúblicos digitais”.

Na descrição da página é apresentado seu “objetivo precípua”: “divulgar a filosofia política e social conservadora, como fundamento para a assistência social” (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n.p.). Apesar da imprecisão do texto, seu objetivo está relacionado à profissão de Serviço Social e não à política pública de Assistência Social. O equívoco pode representar uma sinalização importante: de uma compreensão da profissão calcada na dimensão assistencial das políticas públicas e em espaços institucionais onde o exercício profissional das/os Assistentes Sociais se insere.

Há na página uma defesa explícita da despolíticação da profissão e um combate aberto e direto ao Projeto ético-político, das organizações profissionais e

acadêmicas que o suportam, além de elementos de antimarxismo. Nesse sentido, se aproximam do “liquidacionismo” profissional explicitado neste trabalho:

Nos parece que elevar o reconhecimento do Serviço Social, a partir de uma virada na formação e na prática, diante de um processo tácito de desmonte, depende, inicialmente, de uma reflexão profunda sobre o ensino em sala de aula e o papel do CFESS e suas orientações equivocadas junto os Assistentes Sociais brasileiros. (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n.p.).

Sua avaliação do Projeto ético-político afina-se com outros segmentos “liquidacionistas”, que localizam no projeto profissional hegemônico, as causas de insucesso da profissão, no que diz respeito à legitimidade e reconhecimento da profissão na conjuntura atual.

O argumento em que nos apoiamos é inquestionável: a ausência de reconhecimento da profissão no mercado de trabalho, e a conseqüente precarização dos salários, aliado a um processo-aprendizagem pífio. A profissionalização do assistente social tem obedecido a uma lógica político/ideológica em detrimento de uma cultura profissional científica amparada na transdisciplinaridade e na interprofissionalidade. (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2019, n.p.).

As visões de mundo reproduzidas na página, as análises de conjuntura política e de perspectivas para profissão são profundamente assemelhadas ao programa em torno do governo e de setores neofascistas no Brasil. No que diz respeito, por exemplo, ao combate à COVID-19, aderiram às táticas negacionistas, que tratavam a doença como uma gripe e postulavam como alternativa: a “imunidade de rebanho”. Caminhavam, desse modo, na contramão das diretrizes defendidas pela maior parte da comunidade científica:

Muitas pessoas já estão infectadas com o Coronavírus no Brasil - algumas não sentiram nada, outras apenas sintomas leves de uma gripe. No entanto, pessoas com imunidade baixa, incluindo aí os adictos, ou pessoas com mais de 70 anos e doenças pré-existentes - devem cumprir quarentena também no Brasil. E como muito bem esclarecido no vídeo, quanto mais rápido houver a contaminação de 60% ou 70% das pessoas - e isso vai acontecer - mais rápido a população ficará imunizada. [...] O desemprego e a fome serão conseqüências muito piores para a população brasileira do que as do Coronavírus. (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2020, n.p.).

A página explicita a sua relação com os demais segmentos do “liquidacionismo” profissional tratados nesta tese. São reproduzidos conteúdos de membros da SOBSSC, como uma declaração da assistente social Sônia Martins Seixas, que

reproduziu a convocatória para o Encontro Brasileiro de Serviço Social Clínico, em março de 2021.

A página dedica significativos esforços para a divulgação das “23 teses” de Oliveira para a (contra)reforma do Serviço Social (2017), representando quase um quarto (23%) de todas as publicações até o momento, conforme revela a Tabela 4.

Tabela 8 – Categorização das postagens do “Serviço Social Conservador” em sua página de Facebook. Brasil, 2018 a 2020

<b>Categorias de Análise</b>	<b>Quantidade identificada (n)</b>	<b>Percentual (%)</b>
Conteúdo referente às “23 teses”	10	23,26
Agradecimentos, felicitações e promoção da página	8	18,60
Divulgação de conteúdo teórico	5	11,63
Defesa política geral	4	9,30
Crítica ao PEP	3	6,98
Memes	3	6,98
Defesa do teleatendimento	2	4,65
Divulgação Live	2	4,65
Conteúdo referente a religiosidade-Meme	1	2,33
Denúncia do CFP	1	2,33
Denúncia do Conjunto CFESS/CRESS	1	2,33
Divulgação de TCC	1	2,33
Referente ao ENBRASSC	1	2,33
Referente ao Serviço Social Clínico	1	2,33
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

Fonte: facebook.com/servicosocialconservador. Elaboração própria, 2022.

Sobre a relação com o movimento autointitulado “Serviço Social Libertário”, a página “Serviço Social Conservador” divulgou uma postagem para tratar exclusivamente disso:

O Serviço Social Conservador defende uma das correntes teóricas que pode ser adotada dentro da perspectiva do Movimento “Serviço Social Libertário”, assim como a visão liberal ou mesmo a crítico/científica. A atividade profissional dos Assistentes Sociais é valorosa e fundamental em qualquer sociedade civilizada do mundo - não merece ser rebaixada a mera militância ideológico/partidária, refém de políticos ou de grupos com interesses outros que não a valorização, o aperfeiçoamento, o reconhecimento da profissão. Certamente os profissionais da assistência social já se deram conta dos equívocos na formação e a conseqüente desvalorização salarial no mercado de trabalho. (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR 2017, n.p.).

A página demonstra afinidade com a tática conservadora de combate ao “politicamente correto” e, de modo semelhante a outros segmentos do

conservadorismo atual, divulga uma versão da realidade em que tais setores estariam sob forte ameaça da hegemonia marxista. Sua análise desborda o campo do Serviço Social, por exemplo, ao apresentar uma situação em que uma psicóloga associou seu título a leituras homofóbicas e heteronormativas e foi sancionada.

Esta semana, a psicóloga catarinense Patrícia de Souza Teixeira (CRP-12/06777) teve seu registro cassado pelo Conselho Regional de Psicologia do estado (12ª região), devido a divulgação de um vídeo em que a profissional aparece falando em defesa da “família tradicional” e contra a “ideologia de gênero”. A família tradicional diz respeito à constituição familiar heteronormativa, referindo-se ao quesito biológico. A heterossexualidade é um padrão biológico inquestionável, não uma construção cultural, como alguns querem fazer pensar. Quem nos assegura disso é a ciência. (SERVICO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n.p.).

Além da reprodução de preconceitos homofóbicos, em nome de um pretensão “padrão biológico”, sua leitura está associada à dimensão religiosa do conservadorismo moral, que originou, como vimos, a ideia de “ideologia de gênero”. A questão religiosa comparece em outros momentos na página, com destaque à divulgação da apresentação de TCC de Renan Theo, aluno orientado por Edson Marques Oliveira. O trabalho do aluno diz respeito ao Serviço Social e à questão da liberdade religiosa dos cristãos conservadores, que estaria sendo tolhida.

Há também um episódio, onde provocados por um comentário sobre a página comemorando o Natal, algo incomum no Serviço Social, respondem referindo que o Brasil é uma grande “nação cristã”. Existem ainda algumas defesas políticas de temas gerais, mesmo que, proporcionalmente, em menor quantidade quando comparado à página do “Serviço Social Libertário”. Duas dessas, dedicam-se à “defesa da família”, uma apresenta um conteúdo anticomunista, que associa a esquerda à defesa de ditaduras, exemplificando com o governo de Nicolas Maduro, entre outros e, a já citada menção à COVID-19, defendendo uma quarentena aos mais vulneráveis e a imunidade de rebanho para o restante da população.

As pautas mencionadas também aparecem sob a forma de figuras gráficas tipo “meme”, em que se faz uma denúncia da defesa da legalização do aborto. Em uma destas, ironiza a consigna “eu serei resistência”, que marca a oposição ao neofascismo no poder, utilizando uma imagem de um feto totalmente desenvolvido, acompanhada da frase “eu serei resistência.”

Sobre os conteúdos teóricos divulgados, o mais representativo é o debate das “23 teses”, contudo, constam também postagens divulgando o livro “Como ser um

conservador” de Roger Scruton, tratado no Capítulo 1; o livro “Serviço Social para corajosos”, de Edson Marques Oliveira, já discutido neste capítulo; uma citação de Thomas Sowell, um economista negro norte-americano famoso por suas defesas contra as cotas raciais. O trecho divulgado, em uma posição próxima ao revisionismo historiográfico naturaliza escravização de negros e esvazia o componente racial do processo de escravização.

Negros não eram escravizados porque eram negros, mas porque estavam disponíveis. A escravidão existiu no mundo há milhares de anos. Brancos escravizaram outros brancos na Europa durante séculos antes do primeiro negro ser levado ao hemisfério ocidental. Asiáticos escravizaram Europeus. Asiáticos escravizaram outros asiáticos. Africanos escravizaram outros africanos, e ainda hoje, no norte da África, continuam a escravizar negros. (SOWEL (s.d) apud SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n.p.).

Também merece destaque uma postagem recomendando páginas de *Facebook* para busca de conteúdo. As indicações são as seguintes:

- 1) Burke Instituto Conservador
- 2) Instituto Mises Brasil
- 3) ILISP - Instituto Liberal de São Paulo
- 4) Serviço Social Libertário
- 5) Provocações sobre o duplipensar
- 6) Professora Marilene Nunes
- 7) Relación Familiar (SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR, 2018, n.p.)

Percebe-se claramente a afinidade com as indicações da página “Serviço Social Libertário”; a associação entre pensamento (ultraneoliberal) e conservador contemporâneos, divulgando páginas de aparelhos privados de hegemonia como Instituto Burke, ILISP e Instituto Mises Brasil. Além disso, aparece a divulgação da página da professora Marilene Nunes, ativista de extrema direita ligada ao neofascismo; as defesas do “Escola sem partido” e do ataque à “doutrinação marxista nas escolas”.

Especificamente no debate profissional, alinham-se aos demais setores “liquidacionistas” com postagens de críticas diretas ao Projeto ético-político, denúncias de aparelhamento do Conjunto CFESS/CRESS, além de uma defesa da “teleassistência”, como denominam o atendimento em Serviço Social utilizando ferramentas de comunicação, de modo remoto.

Não há, portanto, grandes distinções entre a página “Serviço Social Conservador” e demais características da tendência “liquidacionista”. Difere-se no enfoque, concentrando-se mais no debate moral e uma certa endogenia nos debates

profissionais, mas é rigorosamente “liquidacionista” em relação ao Projeto ético-político hegemônico no Serviço Social e alinhada às subtendências ultraneoliberal e conservadora, que sustentam a defesa do neofascismo no poder.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No novo tempo, apesar dos castigos  
 Estamos crescidos, estamos atentos, estamos mais vivos  
 Pra nos socorrer, pra nos socorrer, pra nos socorrer  
 No novo tempo, apesar dos perigos  
 Da força mais bruta, da noite que assusta, estamos na luta  
 Pra sobreviver, pra sobreviver, pra sobreviver  
 Pra que nossa esperança seja mais que a vingança [...]

Ivan Lins

A pesquisa expressa no presente trabalho não foi um desdobramento de dilemas escolásticos, sequer foi o desenvolvimento natural de uma superespecialização no trato da temática. O tema selecionado representou sobretudo uma iniciativa voltada aos debates coletivos acerca da conjuntura atual e seu impacto na defesa do projeto profissional emancipatório, hegemônico no Serviço Social. Além disso, expressa nosso engajamento na defesa da pesquisa histórica e da razão crítica frente o crescimento de visões de mundo neofascistas, conservadoras e ultraneoliberais.

Ao concluir esse trabalho, os sujeitos pesquisados se encontram em movimento e não é possível precisar seus rumos. Mesmo que seja impossível prospectar o futuro do “liquidacionismo” no Serviço Social, é notório que sua inserção no debate profissional é um dado incontornável. Nossa pesquisa foi desenvolvida com a percepção de que, independentemente da direção que for assumida no governo federal nos próximos anos, com uma nova vitória do neofascismo ou sua derrota eleitoral, os perigos que representa permanecerão à espreita, e com eles as bases do “liquidacionismo” no Serviço Social.

Os resultados eleitorais de 2022, com a eleição de lideranças bolsonaristas como Damares Alves e Magno Malta para o Senado, o grande crescimento do bolsonarismo no congresso, ocupando espaços da direita tradicional brasileira, sinalizam para a importância de estudar esse campo político e os impactos de seu crescimento na disputa por projetos profissionais no interior da profissão de Serviço Social.

Nossa disposição em apresentar os determinantes para o surgimento da vertente liquidacionista no Serviço Social está relacionada com a necessidade rever e reafirmar os princípios emancipatórios que temos comungado em nossa profissão, mas sobretudo a necessária aliança com segmentos oprimidos e explorados em luta



na sociedade brasileira, únicos que podem mover a roda da história para a direção da emancipação, na contramão do crescimento do neofascismo.

Esse foi um trabalho escrito em um cenário nebuloso, em que a disputa pelas consciências das massas se tornou ainda mais crucial. Uma conjuntura em que “Nossos inimigos estão no poder”. Eles conseguiram vitórias, mas o nosso campo segue vivo e vigoroso em cada luta por igualdade, democracia e direitos. Atualmente os sujeitos engajados nesta luta podem contar com a solidariedade e compromisso dos Assistentes Sociais no Brasil.

A tarefa de examinar os segmentos liquidacionistas no Serviço Social mostrou-se inseparável da compreensão dos elementos que implicaram no crescimento da extrema direita, do irracionalismo pós-moderno e outras formas antimodernas, dos ataques às conquistas dos trabalhadores do mundo desde o século XIX e suas vitórias parciais sob a forma de direitos políticos e sociais.

A necessidade de revisitar o arsenal teórico-metodológico que forjou o projeto ético-político do Serviço Social se impõe, mas também é imprescindível conhecer as influências teórico-políticas que sustentam as visões de mundo conservadoras e ultraneoliberais em torno do neofascismo. Esta tarefa coletiva é urgente para os enfrentamentos que se apresentam aos profissionais de Serviço Social, mas sobretudo ao conjunto dos sujeitos em luta contra os desmandos neofascistas e ultraneoliberais que se abatem sobre o Brasil.

Independentemente da vitória ou derrota eleitoral dos neofascistas, ainda conviveremos por longos anos com seu legado de obscuridade. Obscuridade que levou à morte centenas de milhares de Brasileiros, que sustenta a morte de negras e negros por violência de Estado, feminicídios, assassinatos e agressões contra LGBTQIA+, novos genocídios da população indígena, devastação ambiental. entre outras mazelas.

A defesa do indefensável se instalou nas consciências de milhares de cidadãos e tenta ocupar mais espaços por meio da liquidação do projeto profissional hegemônico no Serviço Social brasileiro. Ao finalizar nossa tese, há indicações de uma série de temas a serem desenvolvidos em pesquisas futuras. Entretanto, é possível depreender uma série de características dos sujeitos pesquisados, das quais as mais relevantes referem-se à articulação de sua proposta de liquidação do Projeto ético-político aos projetos societários, defendidos na órbita do neofascismo, com características ultraneoliberais e conservadoras.

As observações advindas de nossa pesquisa reforçam a necessidade de articular o debate sobre projetos profissionais à identificação de projetos societários em disputa nas diferentes conjunturas. Do mesmo modo, apontam para a importância de adensar estudos sobre a história contemporânea do Serviço Social.

Tais esforços de pesquisa são extremamente relevantes para capacitar as/os assistentes sociais para atuar, através de múltiplas formas de mediação, considerando as disputas de classe e frações de classe, que se manifestam como disputas por projetos societários. Essa capacitação é central para possibilitar a busca de estratégias que possam avançar na garantia e conquista de direitos para a população usuária dos serviços em que se inserem as/os assistentes sociais.

A importância de defender a razão crítica e promover a pesquisa histórica é central para que o Serviço Social seja capaz de compreender os dilemas postos pela conjuntura regressiva que vivemos, ao tempo que propõe alternativas de trabalho e pesquisa que sejam produtoras de conhecimento crítico da realidade. A identificação das tensões, que diuturnamente interpelam os profissionais em sua atuação sobre a exequibilidade do Projeto ético-político, é central para pensar estratégias no rumo de sua superação, e seu enfrentamento constrói e reconstrói o PEP de acordo como as determinações do momento atual do capitalismo no Brasil. A pesquisa da tendência “liquidacionista” é parte deste processo de identificação das tensões no Projeto ético-político, articulando razão crítica e história.

O crescimento dos irracionalismos e do neofascismo tornam ainda mais árdua e urgente essa articulação entre razão crítica e história. Esse é o único modo que pode assegurar um exercício profissional conectado com valores emancipatórios, na direção de uma nova ordem societária, sem opressão e exploração de classe. Não é qualquer leitura da história que nos é requisitada, mas uma análise que arme para o enfrentamento das duras condições que a atualidade do capitalismo nos impõe, que pense a histórica como processo e vincule sua compreensão à leitura dos oprimidos e explorados nesses processos.

As relações entre o conservadorismo, ultraneoliberalismo e o Serviço Social correspondem-se com as condições objetivas e subjetivas de nosso tempo, nas dimensões econômica, social e política de nossa formação particular, nacional e periférica no atual período. Corresponde, sobretudo, à resposta conservadora à crise do capitalismo neoliberal.

No plano das condições subjetivas, participa de um movimento internacional de crescimento de uma autoproclamada “nova direita”, que surge, principalmente, como reação ao surgimento de um campo autointitulado “nova esquerda” nos anos de 1980. Essa polaridade foi reforçada no Brasil durante os governos do PT e aliados, sob forma de antipetismo e anticomunismo, e desemboca na defesa do neofascismo no poder e suas políticas ultraneoliberais.

Esta “nova esquerda” no Brasil, apesar do processo de conversão à defesa da ordem, pelo fenômeno do transformismo, incorpora demandas por igualdade de setores oprimidos na sociedade, tais como: negras e negros, mulheres, lésbicas, gays, transexuais, intersexos, imigrantes, entre outros, além disso, combate as grandes desigualdades socioeconômicas no Brasil, mesmo que por um reformismo limitado ao horizonte do social-liberalismo, um “reformismo quase sem reformas” (ARCARY 2014).

O setor “liquidacionista”, alinha-se ao ultraneoliberalismo e ao conservadorismo em suas defesas machistas, racistas e homofóbicas, sob a bandeira do combate ao “politicamente correto”. Este campo, alinhado à “nova direita”, no Serviço Social representa uma novidade, no sentido de ser completamente apologeta do capitalismo.

No Serviço Social, segmentos ultraneoliberais e conservadores vêm se aglutinando em torno da defesa de uma (Contra) “reforma do Serviço Social”, que liquide com o acúmulo do que vêm sendo nominado como Projeto ético-político. Essa vertente “liquidacionista” defende a desregulamentação da profissão, ataca diretamente as entidades representativas e as normativas, que são os pilares do projeto profissional hegemônico, do ponto de vista formal-legal, e defendem o mercado como o principal agente de redefinição do campo profissional. Sua forma de atuação corresponde ao que Rocha (2019) denominou como contrapúblicos digitais.

Assim, esse campo alinha-se às novas requisições profissionais nesta quadra histórica, de ampliação da precariedade do trabalho sob o signo do ultraneoliberalismo e as novas demandas do grande capital. Se no surgimento do Serviço Social referiam-se à necessidade de formas de “controle social” dos trabalhadores, hoje se referem ao controle dos excluídos do trabalho formal e, principalmente, a inculcação de formas de autocontrole, que respondam a atual conformação dos mercados de trabalho.

Há um apelo desses setores para um olhar sobre o cotidiano da prática dos Assistentes Sociais, visto de modo superficial, pela pura ação reiterativa na resposta às requisições profissionais, que nos coloca o desafio de enraizar o Projeto ético-

político em todos os espaços profissionais, mostrando sua exequibilidade como forma de construir estratégias profissionais.

Na contramão disso, o que temos denominado como tendências regressivas apontam para a liquidação do projeto profissional do Serviço Social Brasileiro atual, como forma de legitimação na sociedade, principalmente através do mercado. Diante dessas considerações, resta ao Serviço Social manter sua posição como resistência ao neofascismo, ao conservadorismo e ao ultraneoliberalismo, aprofundando a crítica à sociedade burguesa e capacitando teórico-metodologicamente os/as assistentes sociais para atuar na conjuntura atual, de intensificação da barbárie capitalista.

Seguimos com a poesia e a luta, expressa no início dessas considerações, que apontam para um sonho possível e necessário da plena emancipação humana de todos e todas. Como na música de Ivan Lins, construamos “Um novo tempo, apesar dos perigos...”

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 1 jan. 2022.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. Formação profissional e diretrizes curriculares. **Revista Inscrita**, Brasília, DF: CFESS, n. 10, 2007.

ADORNO, Theodor. Wiesengrund. *In: Aspectos do novo radicalismo de direita*. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

APÓS 50 anos, documentos apontam ordem de Nixon para derrubar Allende no Chile. **Folha de S.Paulo**, 17 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/09/apos-50-anos-documentos-apontam-ordem-de-nixon-para-derrubar-allende-no-chile.shtml>. Acesso em: 5 out. 2020.

ARCARY, Valério. **Um reformismo quase sem reformas**: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Sundermann, 2014.

BAIMA, Cesar. Desmontando as falácias pseudocientíficas da constelação familiar. **Revista Questão de Ciência**. Disponível em: <https://www.revistaquestaoodeciencia.com.br/questao-de-fato/2022/03/26/surra-de-logica-em-falacias-pseudocientificas-0>. Acesso em: 30 maio 2022.

BARROCO, Maria Lúcia S. Ética e política entre a ruptura e o conservadorismo. **Revista Inscrita**, Brasília, DF: CFESS, n. 12, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010 [2008].

BASTIAT, Frédéric. **A lei**: por que a esquerda não funciona. As bases do pensamento liberal. Tradução: Eduardo Levy. São Paulo: Faro Editorial, 2016.

BEHRING, Elaine Rosseti. Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985): nada a “devidamente comemorar”, apenas a repudiar. **Revista Esquerda Online**. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/29/ditadura-civil-militar-no-brasil-1964-1985-nada-a-devidamente-comemorar-apenas-a-repudiar/>. Acesso em: 7 out. 2020.

BEHRING, Elaine Rosseti. Otávio Ianni e a ditadura do grande capital. *In: IANNI, Otávio. A ditadura do grande capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2019a.

BEHRING, Elaine Rosseti. Devastação e urgência. *In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (org.). O neofascismo no poder (ano I)*: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019b. cap. 11, p. 223-237.

BEHRING, Elaine Rosseti. Ética, política e emancipação: a atualidade das nossas escolhas. *In*: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). **Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social**: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Rio de Janeiro: CRESS RJ, 2013.

BEHRING, Elaine Rosseti. Fundo público, exploração e expropriações no capitalismo em crise. *In*: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. cap. 6, p. 187-210.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Fundo público valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021.

BEHRING, Elaine Rosseti. Prefácio – atribuições profissionais: a condução democrática de um debate quente. **Revista em Foco**, Rio de Janeiro: CRESS RJ, n. 6, out. 2009.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço social e política social: 80 anos de uma relação visceral. *In*: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org.). **Serviço social no Brasil**: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. cap. 4, p. 119-140.

BERLIN, Isaiah. **Dois conceitos de liberdade**. Tradução: Aline Mesquita. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/34242762/DOIS\\_CONCEITOS\\_DE\\_LIBERDADE\\_Isaiah\\_Berlin](https://www.academia.edu/34242762/DOIS_CONCEITOS_DE_LIBERDADE_Isaiah_Berlin). Acesso em: 20 maio 2021.

BORGES, Alexandre. Prefácio. *In*: VON MISES, Ludwig. **Intervencionismo**: uma análise econômica. São Paulo: LVM, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. *In*: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018. cap. 4, p. 131-186.

BRAGA, Ruy. Apresentação. *In*: BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

BRANT, Maria do Carmo. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. *In*: NETTO, J. P.; BRANT, M. C. (org.). **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011 [1994].

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. **Programa Nacional de Direitos Humanos**, Brasília, DF, 2009. Disponível em:  
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-7037-21-dezembro-2009-598951-publicacaooriginal-121386-pe.htm>. Acesso em: 3 mar. 2020.

BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, Brasília, DF: CFESS, n. 10, 2007.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político. *In: Assistente social: ética e direitos – coletânea de leis e resoluções*. 5. ed. Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região, 2008. v. I.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politéia, 2020.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2014.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe; GAMA, Vitor. As relações da TFP com o movimento conservador americano. *In: BOHOLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (org.)*. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019.

CALLIL, Gilberto. Gramsci e o fascismo. *In: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (org.)*. **O neofascismo no poder (ano I)**: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CFESS. **Serviço social e reflexões críticas sobre práticas terapêuticas**. Brasília, DF, 2010.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Disponível em: [cfess.org.br/arquivos/incompatibilidade\\_ead\\_e\\_ss\\_cfesscress.pdf](http://cfess.org.br/arquivos/incompatibilidade_ead_e_ss_cfesscress.pdf). Acesso em: 13 out. 2020.

CHALOUB, Jorge. A América Latina como outro: um discurso da direita brasileira. **Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos**, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 157-201, 2020. Disponível em: [www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica](http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica). Acesso em: 3 jun. 2020.

CHASIN, José. As vias prussiana e colonial de objetivação do capitalismo e suas expressões teóricas conservadoras: o fascismo e o integralismo. **Verinotio**: Revista On-line de Filosofia e Ciências Humanas, v. 25, n. 2, 2019.

CHAUI, Marilena. O que comemorar. **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História**, São Paulo: PUC-SP, 2000. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10800/8020>. Acesso em: 13 out. 2020.

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**: o transformismo dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). São Paulo: Xamã, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. *In*: BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010a.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

COUTINHO, Carlos Nelson. Prefácio. *In*: ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011b.

CRESS RJ, Apresentação. **Revista em Foco**, Rio de Janeiro: CRESS RJ, n. 6, out. 2009.

CUNHA, Elcemir Paço. **Marxismo e burocracia de Estado**. Campinas: Papel Social, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DEMIER, Felipe. Democracia e bonapartismo no Brasil pós-golpe. *In*: CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe (org.). **O neofascismo no poder (ano I)**: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. cap. 5, p. 117-134.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. **A onda conservadora**: ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. O “Serviço Social clínico” e os desafios ético-políticos postos à profissão do Serviço Social. **Revista em Foco**, Rio de Janeiro: CRESS RJ, n. 6, out. 2009.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Brasil em compasso de espera**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.



FGV-CPDOC. **Nelson Werneck Sodré**. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson\\_werneck\\_sodre](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre). Acesso em: 3 jan. 2021.

FONTES, Virginia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. *In*: BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Expropriação e direitos no capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2018. v. 1, cap. 1, p. 17-62.

FRASER, Nancy; JAEGLI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

FRAZÃO, Felipe. **7 de setembro**: evangélicos fiéis a Bolsonaro convocam povo para atos . Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2021/08/30/evangelicos-mostram-fidelidade-a-bolsonaro.html>. Acesso em: 3 dez. 2021.

GIL KINZO, Maria Dalva. Burke: a continuidade contra a ruptura. *In*: WEFFORT, Francisco (org.). **Os clássicos da política 2**. 11. ed. São Paulo: Ática, 2011.

GIMENEZ, Maria Júlia. A criação da Fundação Internacional para a Liberdade: entre o fracasso e a contraofensiva neoliberal na América Latina. *In*: BOHOLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (org.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 57-74.

GOLDSTEIN, Ariel. A ascensão da direita radical brasileira no contexto internacional. *In*: BOHOLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (org.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 17-36.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. **O fascismo em camisas verdes**: do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. III.

GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Organização e introdução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011 [1995].

GUERRA, Yolanda. A “virada” do Serviço Social. **Revista Inscrita**, Brasília, DF: CFESS, n. 12, 2009.

HAYEK, Fredrich. **A miragem da justiça social**. 1985a. Rio de Janeiro: Editora Instituto Liberal. Disponível em: <http://ordemlivre.org/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

HAYEK, Friedrich. **Normas e ordem**: direito, legislação e liberdade. 1985b. Rio de Janeiro: Editora Instituto liberal. Disponível em: <http://ordemlivre.org/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

HAYEK, Friedrich. **Porque não sou um conservador**. 4 abr. 2016. Disponível em: [www.mises.org.br](http://www.mises.org.br). Acesso em: 10 jan. 2021.

HAZLIT, Henry. **Bastiat el grande**. Mises Institute. 2 jul. 2018. Disponível em: <https://mises.org/es/library/bastiat-el-grande>. Acesso em: 15 jul. 2020.

HOEVELER, Rejane. **(Neo)liberalismo, democracia e diplomacia empresarial intermamericana**: a história do Council of the Americas (1965-2019). 2020. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. *In*: CFESS (org.). **Diálogos do cotidiano**. Brasília, DF: CFESS, 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013 [1992].

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço social clínico e os desafios ético-políticos postos à profissão do Serviço Social. **Revista em Foco**, Rio de Janeiro: CRESS RJ, n. 6, out. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Introdução. *In*: IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021a.

IAMAMOTO Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 29. ed. São Paulo: Cortez, 2005 [1982].

IAMAMOTO, Marilda Vilela; TEIXEIRA, Sônia Beatriz Sodrê; OLIVEIRA, Hilda Côrrea. Atribuições privativas do assistente social e o “Serviço Social clínico”. **Revista em Foco**, Rio de Janeiro: CRESS RJ, n. 6, out. 2009.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IANNI, Octávio. **Estado e capitalismo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.

IASI, Mauro Luiz. **As metamorfoses da consciência de classe**: o PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

INSTITUTO LIBERAL DE SÃO PAULO. ILISP. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.ilisp.org/qYuem-somos/>. Acesso em: 13 jul. 2020.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KISNERMAN, Natálio. **Pensar el trabajo social**: una introducion desde el construcionismo. Buenos Aires: Ediciones Edward, 1994.

LENIN, Vladimir. **Uilianov**: as três fontes e partes constitutivas do marxismo. 1977 [1913]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin>. Acesso em: 13 jan. 2022.

LEVY, Eduardo. Prefácio. *In*: BASTIAT, F. **A lei**: por que a esquerda não funciona. As bases do pensamento liberal. São Paulo: Faro Editorial, 2016.

LÖWY, Michael. **A jaula de aço**: Max Weber e o marxismo weberiano. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

LÖWY, Michael. O neofascista Bolsonaro diante da pandemia. **Blog da Boitempo**, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonaro-diante-da-pandemia/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

LUKÁCS, György. **A destruição da razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MANDEL, Ernest. **Introdução à teoria do fascismo em Leão Trotsky**. 1974. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mandel/1974/mes/fascismo.htm>. Acesso em: 13 out. 2020.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

MARIATEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. Organização: Roberta Traspadini e João Pedro Stédille. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. O Estado de contrainsurgência. Tradução: Rodrigo Castelo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 3, 2018.

MARTINS, Rafael Moro. **Documento de treinamento anti-esquerda do exército tem MLT, Partido dos Operários e Mídia Samurai como inimigos**. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/12/07/exercito-treinamento-anti-esquerda-documento>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. I.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MATOS, Maurilio Castro. Entrevista com Maurilio Castro Matos. **Temporais**, Brasília, DF, ano 21, n. 41, p. 415-422, jan./jun. 2021.

MATOS, Maurilio Castro; BORGES, Elizabeth. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade *In*: BRAVO, M. I.; FREIRE, S. C.; MATOS, M. C. (org.). Uberlândia: Navegando, 2020.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MELLO, Patricia Campos. Filosofia obscura une Olavo de Carvalho, Bannon e Dugin, conselheiro de Putin. **Folha de S.Paulo**, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/04/filosofia-obscura-une-olavo-de-carvalho-bannon-e-dugin-conselheiro-de-putin.shtml>. Acesso em: 18 maio 2020.

MELO, Demian Bezerra de. As reflexões de Gramsci sobre o fascismo e o estudo da direita contemporânea: notas de pesquisa. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2017. **Anais** [...]. Niterói, 2017.

MELO, Demian Bezerra de. Ditadura civil-militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Revista Espaço Plural**, v. 13, n. 27, 2012. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/8574/632>. Acesso em: 15 out. 2020.

MELO, Demian Bezerra de. O bolsonarismo como fascismo do século XXI. *In*: REBUÁ, E.; COSTA, R.; GOMES, R. L. R.; CHABAGOILTY, D. (org.). **(Neo)fascismos e educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Morula, 2020.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico. **Revista Marx e o Marxismo**, v. 1, n. 1, 2013.

MERCHIOR, José Guilherme. **O liberalismo antigo e moderno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MESZÁROS, Istvan . **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MESZÁROS, Istvan. **A montanha que queremos conquistar**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MESZÁROS, Istvan. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MILEI, Javier. No es la pandemia, és la cuarentena estúpido. **Jornal El Cronista**, Argentina. Disponível em: <https://www.cronista.com/columnistas/No-es-la-pandemia-es-la-cuarentena-estupido-20200701-0064.html>. Acesso em: 2 ago. 2020.

MISES, Ludwig Von. **Intervencionismo**: uma análise econômica. São Paulo: LVM, 2018.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-747, set./dez. 2017. Disponível em: [www.periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/666](http://www.periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/view/666). Acesso em: 23 abr. 2020.

MORRE o filósofo britânico Róger Scruton. **Folha de S.Paulo**, 12 jan. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/morre-o-filosofo-britanico-roger-scruton-aos-75-anos.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MORRE Scruton: influente conservador britânico. **O Globo**, p. s/n, 12 jan. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/morre-roger-scruton-influente-pensador-conservador-britanico-1-24185982>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. Projeto profissional e projeto societário. **Revista Inscrita**, Brasília, DF: CFESS, n. 12, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade. *In*: MOTA, A. E. (org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Anticomunismo, antipetismo e o giro direitista no Brasil. *In*: BOHOLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (org.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo. Alameda, 2019, p. 75-98.

MOURA, Clóvis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão. Rio de Janeiro: Conquista, 1977.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

MUSSOLINI, Benito. A doutrina do fascismo. *In*: **Fascismo**. São Paulo: Nova Fronteira, 2019.

NETTO, José Paulo. Por uma história nova do Serviço Social no Brasil. *In*: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org.). **Serviço social no Brasil**: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. cap. 1, p. 49-76.

NETTO, José Paulo. A ofensiva neoliberal e seu significado. *In*: **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

NETTO, José Paulo. Formação profissional e diretrizes curriculares. **Revista Inscrita**, Brasília, DF: CFESS, n. 10, 2007.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. *In*: MOTA, A. E. (org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 1. ed. São Paulo: Opas, 2006 [1999]. Disponível em: [https://ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto\\_etico\\_politico-j-p-netto\\_.pdf](https://ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. *In*: NETTO, J. P.; BRANT, M. C. (org.). **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011 [1994].

NUNES, Marilea. Alternativas de mudanças e gestão na carreira profissional do assistente social. **YouTube**.

OLIVEIRA, Ana Luiza Avelar de. **Reatualização conservadora: o conservadorismo contemporâneo no Serviço Social**. 2021. Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

OLIVEIRA, Edson Marques. **23 teses para a reforma do Serviço Social**. 2017. Disponível em: [facebook.com/servicosociallibertario](https://www.facebook.com/servicosociallibertario). Acesso em: 2 jan. 2019.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Notas sobre o texto Contribuição para a crítica do conservadorismo ultraliberal na redefinição de projetos profissionais: a nova direita vai ao Serviço Social**. 2019. Disponível em: [facebook.com/servicosociallibertario](https://www.facebook.com/servicosociallibertario). Acesso em: 15 abr. 2020.

OLIVEIRA, Edson Marques. **Serviço social para corajosos: entre falácias, mitos e realidade, carne e osso**. Paraná: Viseu, 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil: uma biografia não autorizada**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista e O ornitorrinco**. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. *In*: BRAGA, Ruy; OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RAMIREZ, Hernán. Neoliberais do Cone Sul e suas alianças. *In*: BOHOLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (org.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 161-180.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara de Moraes e. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas *In*: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (org.). **Serviço social no Brasil**: história de resistências e de rupturas com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.  
ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RODRIGUES, Mavi Pacheco. Serviço social clínico e os desafios ético-políticos postos à profissão do Serviço Social. **Revista em Foco**, Rio de Janeiro: CRESS RJ, n. 6, out. 2009.

ROSSI, Marina; OLIVEIRA, Regiane. Fremdschämen: a constrangedora “aula” sobre nazismo dos brasileiros aos alemães. **El País**, Brasil, 17 set. 2018. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/13/politica/1536853605\\_958656.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/13/politica/1536853605_958656.html). Acesso em: 4 fev. 2020.

ROTHBARD, Murray. Apresentação à 3ª edição. *In*: VON MISES, Ludwig. **Intervencionismo**: uma análise econômica. São Paulo: LVM, 2018.

SALVADOR, Evilásio. A questão tributária em Marx: fundamentos para compreender o financiamento do fundo público. *In*: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes (org.). **Marxismo, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2018. cap. 4, p. 89-112.

SANTOS, Josiane Soares dos. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar**: ensaios selecionados. São Paulo: Penguins: Companhia das Letras, 2014.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio com perguntas. *In*: OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista e O ornitorrinco**. 3. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

SCRUTON, Róger. **Conservadorismo**: um convite à grande tradição. Rio de Janeiro: Record, 2019a.

SCRUTON, Róger. **Como ser um conservador**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019b.

SERVIÇO SOCIAL LIBERTÁRIO. Página da rede social Facebook. Disponível em: [facebook.com/servicosocialibertario](https://facebook.com/servicosocialibertario). Acesso em: 23 dez. 2018.

SERVIÇO SOCIAL CONSERVADOR. Página da rede social Facebook [publicações 2016]. Disponível em: <https://www.facebook.com/servicosocialconservador/>. Acesso em: 23 jan. 2022.

SILVA, João Teófilo. As Forças Armadas brasileiras e as heranças da ditadura militar de 1964: tentativas de interdição do passado. *In*: BOHOLAVSKY, Ernesto; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; BOISARD, Stéphane (org.). **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, 2019. p. 99-120.

SOBOUL, Albert. **A Revolução Francesa**. São Paulo: Difel, 1982.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO. SOBSSC. Carta de Toledo. *In*: Página da rede social Facebook [publicações 2020]. Disponível em: facebook.com/ssclinico. Acesso em: 22 dez. 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SERVIÇO SOCIAL CLÍNICO. SOBSSC. Página da rede social Facebook. Disponível em: facebook.com/ssclinico. Acesso em: 22 dez. 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. 5. ed. Porto Alegre: LPM, 2020.

SUNG, Jung Mo. Prosperidade, sim, família homossexual, não! A nova classe média evangélica. **Psicol. USP**, [online]. v. 26, n. 1, p. 43-51, 2015.

TEIXERA, Jerônimo. A vida que ele levou: Róger Scruton (1944-2020). **Revista Época**, s/n, 17 jan. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/mundo/a-vida-que-ele-levou-roger-scruton-1944-2020-24195040>. Acesso em: 5 abr. 2020.

TRATENBERG, Maurício. A delinquência acadêmica. **Revista Ponto e Vírgula**, v. 5, p. 1-8, 2009.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

ZETKIN, Clara. **Como nasce e morre o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.